GERDAU S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 33.611.500/0001-19
Avenida João XXIII, 6.777 – Distrito Industrial de Santa Cruz - Rio de Janeiro, RJ - CEP 23565-235
Valor Total da Oferta Global: R$4.984.949.221,00

68.026.910 Ações Ordinárias	203.830.100 Ações Preferenciais
Código de Negociação na BMF&BOVESPA das ações ordinárias: GGBR3 Código ISIN das ações ordinárias: BRGGBRACNOR1	Código de Negociação na BMF&BOVESPA das ações preferenciais: GGBR4 Código ISIN das ações preferenciais: BRGGBRACNPR8
Preço por Ação Ordinária: R$15,60	**Preço por Ação Preferencial: R$19,25**

A **GERDAU S.A.** ("Companhia"), a **METALÚRGICA GERDAU S.A.** ("Metalúrgica Gerdau") e a **GERDAU BG PARTICIPAÇÕES S.A.,** ambas com sede na Avenida Farrapos, nº 1811, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul ("Gerdau BG" e em conjunto com o Metalúrgica Gerdau, "Acionistas Vendedores") estão realizando uma oferta que compreende: (i) a distribuição pública primária de 68.026.910 (sessenta e oito milhões, vinte e seis mil, novecentas e dez) ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e de 134.830.100 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentas e trinta mil e cem) ações preferenciais ("Ações Preferenciais da Oferta Primária"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia ("Distribuição Primária"); e (ii) a distribuição pública secundária de 69.000.000 (sessenta e nove milhões) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Ações Preferenciais da Oferta Secundária" e, em conjunto com as Ações Preferenciais da Oferta Primária, "Ações Preferenciais") ("Distribuição Secundária"), a serem realizadas no âmbito de uma oferta global ("Oferta Global"), mediante a distribuição simultânea, em mercado de balcão não organizado, de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais (Ações Ordinárias e Ações Preferenciais conjuntamente denominadas "Ações") no Brasil, com esforços de colocação no exterior, e de Ações Preferenciais no exterior, sob a forma de *American Depositary Shares* ("*ADSs*"), representados por *American Depositary Receipts*.

A Oferta Global compreenderá (a) a distribuição pública de Ações Preferenciais e de Ações Ordinárias no Brasil (exceto na forma de *ADSs*) ("Ações da Oferta Brasileira"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), coordenada conjuntamente pelo **Banco BTG Pactual S.A.** ("Coordenador Líder" ou "BTG Pactual"), **Banco Itaú BBA S.A.** ("Itaú BBA") e **Banco Bradesco BBI S.A.** ("Bradesco BBI", e em conjunto com o Coordenador Líder e o Itaú BBA, "Coordenadores da Oferta Brasileira"), com a participação de determinadas corretoras de títulos e valores mobiliários credenciadas junto à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder em 23 de março de 2011 ("Instituições Consorciadas") e de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, contratadas, em comum acordo com a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta Brasileira ("Coordenadores Contratados" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta Brasileira e com as Instituições Consorciadas, "Instituições Participantes da Oferta Brasileira"), incluindo esforços de colocação das Ações da Oferta Brasileira no exterior, realizados pelo BTG Pactual US Capital Corp, pelo Itau BBA USA Securities, Inc. e pelo Bradesco Securities Inc. ("Agentes de Colocação Internacional"), exclusivamente junto (i) a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América, conforme alterado ("144A" e "*Securities Act*", respectivamente) em operações isentas de registro previstas no *Securities Act*, e (ii) a investidores residentes nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, que sejam *non US Persons*, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act* ("Regulamento S"), observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor estrangeiro ("Investidores Estrangeiros"), que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada, e da Instrução CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada, nos termos do *Placement Facilitation Agreement* ("Oferta Brasileira"); e, simultaneamente, (b) a distribuição pública de Ações Preferenciais no exterior, inclusive sob a forma de *ADSs* (*ADSs* em conjunto com as Ações da Oferta Brasileira, "Ações da Oferta Global"), sob a coordenação do BTG Pactual (representado no exterior por BTG Pactual US Capital Corp.), Itau BBA USA Securities, Inc. e do Bradesco BBI (representado no exterior por Bradesco Securities Inc.) (em conjunto, "Coordenadores da Oferta Internacional"), em uma oferta registrada de acordo com o *Securities Act*, respeitada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor ("Oferta Internacional"), nos termos do *International Purchase Agreement* ("Contrato de Distribuição Internacional"). Cada *ADS* representa 1 (uma) Ação Preferencial. Poderá haver realocação de Ações Preferenciais entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, ofertadas inclusive sob a forma de *ADSs*, em função da demanda verificada no Brasil e no exterior, durante o curso da presente Oferta Global.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), não foi a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional, acrescida em até 13,3% das Ações Preferenciais e 20% das Ações Ordinárias inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global.

Adicionalmente, a quantidade de Ações inicialmente ofertada no âmbito da Oferta Global poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 20.408.072 (vinte milhões, quatrocentas e oito mil e setenta e duas) novas ações preferenciais a serem emitidas pela Companhia e 10.204.036 (dez milhões, duzentas e quatro mil e trinta e seis) novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, equivalentes a até 10% (dez por cento) das Ações Preferenciais da Oferta e até 15% das Ações Ordinárias inicialmente ofertadas (respeitada dessa forma, no caso de exercício integral da Opção de Lote Suplementar (conforme definido abaixo), a proporção de 1/3 (um terço) de ações ordinárias e 2/3 (dois terços) de ações preferenciais de emissão da Companhia) ("Ações Suplementares"), inclusive Ações Preferenciais sob a forma de *ADSs* ("*ADSs* Suplementares"), conforme (i) opção de distribuição de Ações Suplementares ("Opção de Ações Suplementares"), deduzidas as *ADSs* Suplementares que forem objeto de exercício da Opção de *ADSs* Suplementares (conforme abaixo definido), outorgada pela Companhia ao Itaú BBA; e (ii) opção de distribuição de *ADSs* Suplementares, conforme opção outorgada pela Companhia ao Itau BBA USA Securities, Inc. ("Opção de *ADSs* Suplementares" e, em conjunto com a Opção de Ações Suplementares, apenas "Opção de Lote Suplementar"). A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida pelo Itaú BBA, total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta Brasileira, e a Opção de *ADSs* Suplementares poderá ser exercida pelo Itau BBA USA Securities, Inc., total ou parcialmente, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta Internacional, e desde que a decisão de sobrealocação de ações preferenciais de emissão da Companhia e ações ordinárias de emissão da Companhia e *ADSs*, conforme o caso, tenha sido tomada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional, respectivamente, no momento em que for fixado o Preço por Ação, ambas, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição Internacional e do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a BM&FBOVESPA ("Contrato de Distribuição", respectivamente) e por um período de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública Primária de Ações Preferenciais e Ordinárias e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Companhia, nas mesmas condições e preço das Ações ou das *ADSs*, conforme o caso, inicialmente ofertadas. As Ações Suplementares e as *ADSs* Suplementares serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda referente às Ações Ordinárias e Ações Preferenciais (inclusive *ADSs*) que vier a ser constatado na Oferta Global.

O Preço por Ação, tanto no caso das Ações Preferenciais quanto no caso das Ações Ordinárias, foi fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e da Oferta de Varejo; e (ii) a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido no Brasil conjuntamente pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, em conformidade com os artigos 23, parágrafo 1º, e 44 da Instrução CVM 400, e no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional e pelos Coordenadores da Oferta Internacional ("Procedimento de *Bookbuilding*"), tendo como parâmetro (a) a cotação das Ações na BM&FBOVESPA; e (b) as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto aos Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Especificamente no que se refere às Ações Preferenciais, foi também considerada a cotação das *ADSs* na *New York Stock Exchange ("NYSE")*.

As ações ordinárias e as ações preferenciais de emissão da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA sob os códigos "GGBR3" e "GGBR4", respectivamente, e na *NYSE*, na forma de *ADSs*, sob o código "GGB". O Programa de *Depositary Receipts* da Companhia para negociação de suas ações preferenciais na *NYSE* foi aprovado pela CVM em 7 de novembro de 1977 sob o n.º CVM/GER/RDR97/009.

	Preço	Comissões (1,2,3)	Recursos Líquidos (1,2,3)
Por Ação Ordinária	R$15,60	R$0,02	R$15,58
Por Ação Preferencial - Primaria	R$19,25	R$0,46	R$18,79
Por Ação Preferencial - Secundária	R$19,25	R$0,48	R$18,77
Total	**R$4.984.949.221,00**	**R$96.553.615,30**	**R$4.888.395.606,70**

(1) Sem dedução das despesas da Oferta Global.
(2) Sem levar em conta o exercício da Opção de Lote Suplementar.
(3) Considerando que a comissão relacionada à subscrição de Ações pelos Acionistas Vendedores e/ou à subscrição/aquisição de Ações por pessoas ligadas a estes no âmbito da Oferta Global não é aplicável.

A Oferta Global e a Distribuição Primária foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de março de 2011, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no Valor Econômico Edição de São Paulo e no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro em 23 de março de 2011, tendo sido registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 6 de abril de 2011 sob o nº 00002167142. A Distribuição Secundária foi aprovada (i) em reunião do Conselho de Administração da Metalúrgica Gerdau, realizada em 22 de março de 2011, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, no Valor Econômico Edição de São Paulo e no Jornal do Comércio de Porto Alegre em 23 de março de 2011, tendo sido registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 5 de abril de 2011 sob o nº 3445437; e (ii) em Assembleia Geral Extraordinária da Gerdau BG, realizada em 22 de março de 2011, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no Jornal do Comércio de Porto Alegre em 23 de março de 2011, tendo sido registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 5 de abril de 2011 sob o nº 3445438. O Preço por Ação e o efetivo aumento do capital social foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada conjuntamente com o Conselho Fiscal, em 12 de abril de 2011, a qual será rerratificada em nova reunião do Conselho de Administração a ser realizada em 13 de abril de 2011. A ata referente à reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de abril de 2011 será publicada no Valor Econômico, Edição de São Paulo, e no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro em 13 de abril de 2011, e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 14 de abril de 2011, a qual se encontra em fase de registro perante a JUCERJA. A ata de rerratificação referente à reunião do Conselho de Administração que deverá ocorrer em 13 de abril de 2011 deverá ser publicada no Valor Econômico, Edição de São Paulo, no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 14 de abril de 2011, e deverá ser também submetida a registro perante a JUCERJA.

O Preço por Ação, a quantidade final de ações preferenciais a serem alienadas e a quantidade final de ações ordinárias a serem subscritas pelos Acionistas Vendedores foram aprovadas: (i) pela Diretoria da Gerdau BG, em reunião realizada em 12 de abril de 2011 (conforme autorização dos acionistas de tal sociedade, por ocasião da assembleia geral extraordinária realizada em 22 de março de 2011), cuja ata será publicada no Jornal do Comércio de Porto Alegre em 13 de abril de 2011, e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 14 de abril de 2011; e (ii) pelo Conselho de Administração da Metalúrgica Gerdau, em reunião realizada em 12 de abril de 2011, cuja ata será publicada no Valor Econômico, Edição de São Paulo, e no Jornal do Comércio de Porto Alegre, em 13 de abril de 2011, e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 14 de abril de 2011. Referidas atas encontram-se atualmente em fase de registro perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul. Registro de Distribuição Primária CVM/SRE/REM/2011/012 e CVM/SRE/REM/2011/013 e registro de Distribuição Secundária CVM/SRE/SEC/2011/006,em 13 de abril de 2011.

Foi admitido o recebimento de reservas em datas indicadas no Aviso ao Mercado e no Prospecto Preliminar, para subscrição ou aquisição, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor ou adquirente após o início do período de distribuição.

O registro da presente Oferta Global não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as ações a serem distribuídas.

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA" NAS PÁGINAS 133 A 140 DESTE PROSPECTO E NOS ITENS 4.1 e 5.1 DO NOSSO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, NAS PÁGINAS 340 E 372, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS EM RELAÇÃO À NOSSA COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

ANBIMA

"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos".

Coordenadores da Oferta Brasileira

Coordenador Líder e Coordenador Global

BTG PACTUAL

Agente Estabilizador e Coordenador Global

Itaú BBA

Bradesco BBI

Coordenadores Contratados

Bank of America Merrill Lynch · citi · HSBC · J.P.Morgan · Santander Global Banking & Markets · BNP Paribas Corporate & Investment Banking · Morgan Stanley · Crédit Agricole Corporate & Investment Bank

A data deste Prospecto Definitivo é 12 de abril de 2011.

[página intencionalmente deixada em branco]

ÍNDICE

DEFINIÇÕES 7

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA 18

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO 20

SUMÁRIO DA COMPANHIA 22

- **Visão Geral** 22
- **Indicadores Financeiros e Operacionais** 23
- **Estratégias** 24
- **Pontos Fortes** 28
- **Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia** 31
- **Estrutura Societária da Companhia** 34
- **Sede** 35

SUMÁRIO DA OFERTA 36

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS 51

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA BRASILEIRA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES 55

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA 60

- **Composição do Capital Social da Companhia** 60
- **Alocação dos Recursos da Distribuição Primária nas Contas Patrimoniais** 61
- **Acionistas Vendedores** 61
- **Descrição da Oferta Global** 61
- **Aprovações Societárias** 64
- **Preço por Ação** 65
- **Cotação e Admissão à Negociação das Ações na BM&FBOVESPA e na NYSE** 65
- **Quantidade, Valor, Espécie das Ações e Recursos Líquidos** 69
- **Custos de Distribuição** 69
- **Público Alvo da Oferta Brasileira** 70
- **Procedimento da Oferta Brasileira** 71
- **Prazo da Oferta Global** 82
- **Estabilização** 83
- **Direitos, Vantagens e Restrições das Ações** 83
- **Restrição à Negociação de Ações (*Lock-Up*)** 85
- **Cronograma Tentativo da Oferta** 87

Contrato de Distribuição 88
Liquidação 89
Regime de Distribuição das Ações 89
Instituição Escrituradora das Ações 90
Negociação das Ações 90
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação 90
Suspensão e Cancelamento 91
Inadequação da Oferta Global 92
Relacionamento entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta Brasileira 92
Relacionamento entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores Contratados 102
Informações Adicionais 114
Companhia 114
Acionistas Vendedores 115
Coordenadores da Oferta Brasileira 115
Coordenadores Contratados 116
Instituições Consorciadas 118
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA 119
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA BRASILEIRA 120
Coordenadores da Oferta Brasileira 120
Coordenadores Contratados 124
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 133
Riscos Relacionados ao Brasil 133
Riscos Relacionados à Oferta e às Ações 135
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 143
CAPITALIZAÇÃO 144
DILUIÇÃO 145
Descrição Do Preço Pago Por Acionistas Controladores, Administradores Ou Detentores De Opções Em Aquisição De Ações 146
Plano de Opção de Compra de Ações 146
Diluição Societária Decorrente do Plano de Opção de Compra de Ações 147
Diluição Patrimonial Decorrente Do Plano De Opção De Compra De Ações 147

ANEXOS **149**

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA **151**

ATAS DAS REUNIÕES DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA E DA METALÚRGICA GERDAU E ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA GERDAU BG, TODAS R REALIZADAS EM 22 DE MARÇO DE 2011, APROVANDO A OFERTA **165**

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011, QUE APROVOU O PREÇO POR AÇÃO **173**

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011, PARA HOMOLOGAR O AUMENTO DE CAPITAL **179**

ATAS (I) DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA METALÚRGICA GERDAU E (II) DA REUNIÃO DA DIRETORIA DA GERDAU BG, REALIZADAS EM 12 DE ABRIL DE 2011, QUE APROVARAM A QUANTIDADE FINAL DE AÇÕES PREFERENCIAIS A SEREM EFETIVAMENTE ALIENADAS E A QUANTIDADE FINAL DE AÇÕES ORDINÁRIAS A SEREM POR ELES SUBSCRITOS NO ÂMBITO DA DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA **183**

DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, CONFORME ALTERADA **189**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **199**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2009, RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS NAQUELAS DATAS E RESPECTIVOS PARECERES DOS AUDITORES INDEPENDENTES **201**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2010, RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS NAQUELAS DATAS E RESPECTIVOS PARECERES DOS AUDITORES INDEPENDENTES **225**

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA **331**

[página intencionalmente deixada em branco]

DEFINIÇÕES

Para os fins desde Prospecto, os termos "nós" e "nossos" e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à Companhia, em conjunto com suas subsidiárias, salvo referência diversa neste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos, salvo referência diversa neste Prospecto:

Acionistas	Titulares de ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, que cumpram os requisitos da Primeira Data de Corte e da Segunda Data de Corte.
Acionistas Vendedores	Metalúrgica Gerdau S.A. e Gerdau BG Participações S.A., considerados em conjunto.
Ações	As Ações Ordinárias e as Ações Preferenciais, consideradas em conjunto.
Ações da Oferta Brasileira	As Ações Preferenciais e as Ações Ordinárias a serem distribuídas no Brasil (exceto na forma de ADSs).
Ações da Oferta Global	Ações Preferenciais a serem distribuídas no exterior sob a forma de ADSs, em conjunto com as Ações da Oferta Brasileira.
Ações Ordinárias	68.026.910 (sessenta e oito milhões, vinte e seis mil, novecentas e dez) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, a serem emitidas pela Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Distribuição Primária, sem considerar as Ações Suplementares.
Ações Preferenciais da Oferta Primária	134.830.100 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentas e trinta mil e cem) ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, a serem emitidas pela Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Distribuição Primária (inclusive sob a forma de ADSs), sem considerar as Ações Suplementares.
Ações Preferenciais da Oferta Secundária	69.000.000 (sessenta e nove milhões) ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, objeto da Distribuição Secundária (inclusive sob a forma de ADSs), sem considerar as Ações Suplementares.

Ações Preferenciais	As Ações Preferenciais da Oferta Primária e as Ações Preferenciais da Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Ações Prioritárias	Ações da Distribuição Primária (sem considerar as Ações Suplementares) destinadas prioritariamente à colocação pública aos Acionistas que exerceram seu direito de prioridade.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), não foi a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional, acrescida em até 13,3% das Ações Preferenciais e 20% das Ações Ordinárias inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, nas mesmas condições e preço inicialmente ofertados, incluindo Ações Preferenciais sob a forma de *ADSs*.
Ações Suplementares	Quantidade de até 20.408.072 (vinte milhões, quatrocentas e oito mil e setenta e duas) novas ações preferenciais e 10.204.036 (dez milhões, duzentas e quatro mil e trinta e seis) novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, equivalentes a até 10% (dez por cento) das Ações Preferenciais da Oferta e até 15% (quinze por cento) das Ações Ordinárias inicialmente ofertadas (respeitada dessa forma, no caso de exercício integral da Opção de Lote Suplementar, a proporção de 1/3 (um terço) de ações ordinárias e 2/3 (dois terços) de ações preferenciais de emissão da Companhia), que poderá ser acrescida à Oferta Global, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, destinadas a atender um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no âmbito da Oferta e objeto da Opção de Ações Suplementares conforme dispõe o artigo 24, caput, da Instrução CVM 400.
Aços Especiais	Aços especiais são produtos de aço de alta liga utilizados para a fabricação de auto-peças, ferramentas, maquinário, etc.
Administração	O conselho de administração e a diretoria da Companhia.
Administradores	Membros do conselho de administração e diretoria da Companhia.
Afiliadas	Pessoas que, direta ou indiretamente, controlam, são controladas ou estão sob controle comum de outra pessoa.

Agentes de Colocação Internacional	BTG Pactual US Capital Corp, Itau BBA USA Securities, Inc. e Bradesco Securities Inc., considerados em conjunto.
Agente Estabilizador	Banco Itaú BBA S.A.
AISI	*American Iron and Steel Institute.*
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	O anúncio informando acerca do resultado final da Oferta Global, a ser publicado imediatamente após a distribuição das Ações, nos termos do artigo 29 e Anexo V da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	O anúncio informando acerca do início do Período de Colocação das Ações, a ser publicado em 13 de abril de 2011, nos termos do artigo 52 e Anexo IV da Instrução CVM 400.
Aviso ao Mercado	O aviso publicado em 23 de março de 2011 e republicado em 30 de março de 2011, informando acerca dos termos e condições da Oferta Global, incluindo o recebimento de Pedidos de Reservas, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros.
BR GAAP	Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CDI	Certificado de Depósito Interbancário.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
Companhia ou Gerdau	Gerdau S.A.
Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A., celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a BM&FBOVESPA, esta última na qualidade de interveniente anuente.

Contrato de Estabilização	Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A., celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a Itaú Corretora, a fim de regular a realização de operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações na BM&FBOVESPA, no prazo de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, a partir da data de publicação do Anúncio de Início.
Código Civil	Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Constituição Federal	Constituição Federal da República Federativa do Brasil.
Coordenador Líder	Banco BTG Pactual S.A.
Coordenadores da Oferta Brasileira	O Coordenador Líder, o Itaú BBA e o Bradesco BBI, considerados em conjunto.
Coordenadores da Oferta Internacional	BTG Pactual (representado no exterior por BTG Pactual US Capital Corp.), Itau BBA USA Securities, Inc. e Bradesco BBI (representado no exterior por Bradesco Securities Inc.), considerados em conjunto.
COPOM	Comitê de Política Monetária do Banco Central.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	A liquidação física e financeira da Oferta Global será realizada no último dia do Período de Colocação.
Data de Liquidação do Lote Suplementar	A liquidação física e financeira das Ações Suplementares e dos *ADSs* Suplementares será realizada em até 3 (três) dias úteis contados a partir da data do exercício da Opção de Lote Suplementar.
Dólar, Dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos da América.
EUA ou Estados Unidos	Estados Unidos da América.
EBITDA Ajustado	O EBITDA Ajustado pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: EBITDA ajustado (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciações, amortizações, reversão (perdas) pela não recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação). O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou IFRS, e não deve ser considerado como

	alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA ajustado não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável com as definições de EBITDA ajustado utilizadas por outras companhias. Uma vez que o EBITDA ajustado não considera certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da nossa rentabilidade.
Formulário de Referência	O Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, disponível na rede mundial de computadores.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
Gerdau BG	Gerdau BG Participações S.A.
Gerdau Ameristeel	Gerdau Ameristeel Corporation, sociedade controlada pela Companhia com sede nos Estados Unidos da América.
Governo Federal ou União	Governo da República Federativa do Brasil.
Grupo Gerdau	Conglomerado formado por sociedades controladas e controladoras da Companhia.
IABr	Instituto Aço Brasil.
IASB	*International Accounting Standards Board*
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IFRS	*International Financial Reporting Standards.*
Índice IBOVESPA	O índice é o valor atual de uma carteira teórica de ações negociadas na BM&FBOVESPA, constituída a partir de uma aplicação hipotética, que reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total das ações que o compõe.

Instituições Consorciadas	Determinadas corretoras de valores mobiliários autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA, convidadas pelos Coordenadores da Oferta Brasileira para efetuar exclusivamente esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder em 23 de março de 2011.
Instituições Participantes da Oferta Brasileira	Os Coordenadores da Oferta Brasileira, os Coordenadores Contratados e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrução CVM 358	Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Instrução CVM 400	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
Instrução CVM 409	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.
Instrução CVM 471	Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008.
Instrução CVM 480	Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores.
Instrução CVM 482	Instrução CVM n.º 482, de 5 de abril de 2010.
Investidores Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A, e investidores nos demais países (exceto Estados Unidos e Brasil) que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis daquele país (*non U.S. persons*), em conformidade com o Regulamento S, e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, e, em ambos os casos, desde que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução CMN 2.689, conforme alterada, e da Instrução CVM 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada, ou da Lei 4.131, de 3 de setembro de 1962.
Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$300.000,00 (trezentos mil reais), fundos de investimentos, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na

	BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM e Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil, em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei n.º 4.131, da Resolução 2689 e da Instrução CVM 325 e outros investidores institucionais locais e Investidores Estrangeiros.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, que realizaram Pedidos de Reserva no Período de Reserva da Oferta de Varejo, destinados à aquisição de Ações no âmbito da Oferta Brasileira, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observado o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de investimento de R$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não Institucional.
IOF	Imposto Sobre Operações Financeiras.
ISS	Imposto sobre Serviços.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
Itaú Unibanco	Itaú Unibanco S.A.
Lei 4.131	Lei n.º 4.131, de 3 de setembro de 1962, e alterações posteriores.
Lei 11.638	Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e alterações posteriores.
Lei 11.941	Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, e alterações posteriores.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Lei do Mercado de Capitais	Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Metalúrgica Gerdau	Metalúrgica Gerdau S.A.
"Mini-mill"	Usinas semi-integradas de produção de aço por meio de fornos elétricos a arco.
Oferta de Varejo	Distribuição de Ações realizada prioritariamente junto a Investidores Não Institucionais.

Oferta Institucional	Após o atendimento dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e da Oferta de Varejo, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação junto aos Investidores Institucionais, por meio das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, não sendo admitidas para estes investidores reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento.
Oferta Prioritária	Distribuição de Ações realizada prioritariamente junto a Acionistas.
ON Aços Especiais	Operação de Negócio Aços Especiais, representadas pelas operações da Companhia de produção e distribuição de aço relacionadas a aços especiais no Brasil, Estados Unidos, Espanha e Índia.
ON América do Norte	Operação de Negócio América do Norte, representadas pelas operações da Companhia de produção e distribuição de aço nos Estados Unidos (exceto a operação de Aços Especiais) e Canadá e atividades correlatas.
ON América Latina	Operação de Negócio América Latina, representadas pelas operações da Companhia de produção e distribuição de aço na América Latina, excluído o Brasil, e atividades correlatas.
ON Brasil	Operação de Negócio Brasil, representada pelas operações da Companhia de produção e distribuição de aço no Brasil (exceto a operação de Aços Especiais) e atividades correlatas.
Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada pela Companhia, no Contrato de Distribuição, ao Itaú BBA para colocação das Ações Suplementares.
Opção de ADSs Suplementares	Opção de distribuição de *ADSs* Suplementares, conforme opção outorgada pela Companhia ao Itau BBA USA Securities, Inc., para colocação dos ADSs Suplementares.
Opção de Lote Suplementar	Opção de Ações Suplementares e Opção de ADSs Suplementares, considerados em conjunto.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição e/ou aquisição de Ações no âmbito da Oferta Prioritária e da Oferta de Varejo, firmado por Acionistas e por Investidores da Oferta de Varejo junto a uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva.

Período de Colocação	Os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional terão o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, exclusive, para efetuar a colocação das Ações.
Período de Exercício da Opção de Ações de Lote Suplementar	O período que se inicia a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição e se encerra em até 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil (inclusive) após a publicação do Anúncio de Início.
Período de Distribuição	O período que se inicia na data de publicação do Anúncio de Início e se encerra na data de Publicação do Anúncio de Encerramento, até o limite de 6 (seis) meses a partir da data de publicação do Anúncio de Início.
Períodos de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Vinculadas e Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas, considerados em conjunto.
Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre 30 de março de 2011, inclusive, e 1º de abril de 2011, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva por Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas.
Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Não Vinculadas	Período compreendido entre 30 de março de 2011, inclusive, e 8 de abril de 2011, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva por Acionistas que não sejam Pessoas Vinculadas.
Períodos de Reserva da Oferta Prioritária	Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Não Vinculadas em conjunto com o Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Vinculadas.
Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre 30 de março de 2011, inclusive, e 1° de abril de 2011, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.
Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Não Vinculadas	Período compreendido entre 30 de março de 2011, inclusive, e 11 de abril de 2011, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva por Investidores Não Institucionais que não sejam Pessoas Vinculadas.
Períodos de Reserva da Oferta de Varejo	Períodos de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Não Vinculadas em conjunto com o Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas.

Pessoas Vinculadas	Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta Global os investidores que sejam (a) administradores ou controladores da Companhia ou dos Acionistas Vendedores; (b) administradores ou controladores das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, dos Coordenadores da Oferta Internacional ou dos Agentes de Colocação Internacional; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta Global; bem como (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até segundo grau das pessoas identificadas nos itens (a), (b) e (c) acima
PIB	Produto Interno Bruto.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou BR GAAP	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e as normas e instruções da CVM.
Prazo de Distribuição	Prazo de até 6 (seis) meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, ou até a data da publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro, para a distribuição das Ações no âmbito da Oferta.
Preço por Ação	O Preço por Ação, tanto no caso das Ações Preferenciais quanto no caso das Ações Ordinárias, foi fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e da Oferta de Varejo; e (ii) a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, tendo como parâmetro (a) a cotação das Ações na BM&FBOVESPA; e (b) as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto aos Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Especificamente no que se refere às Ações Preferenciais, foi também considerada a cotação das ADSs na NYSE. A escolha do critério de preço de mercado para a determinação do Preço por Ação foi devidamente justificada, tendo em vista que tal preço não promoverá a diluição injustificada da participação societária dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas ordens de aquisição de Ações no contexto da Oferta Global. Os Acionistas que aderiram à Oferta Prioritária e os Investidores Não Institucionais que aderiram à Oferta de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* nem, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação. Para informações adicionais sobre o Preço por Ação e eventual má formação de preço e iliquidez das Ações no mercado secundário,

	veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", em especial o fator de risco "A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá ter impactado adversamente a liquidez das Ações e a definição do Preço por Ação", na página 133 deste Prospecto.
Procedimento de *Bookbuilding*	O procedimento de coleta de intenções de investimento realizado junto aos Investidores Institucionais, no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, III da Lei das Sociedades por Ações e com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e este Prospecto Definitivo, quando considerados conjuntamente.
Real, Reais ou R$	Moeda oficial do Brasil.
Regra 144 A	*Rule 144A*, editada pela SEC ao amparo do *Securities Act.*
Regulamento S	*Regulation S*, editada pela SEC ao amparo do *Securities Act*.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000.
SEC	*Securities and Exchange Commission,* Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos da América*.*
Securities Act	Lei de valores mobiliários dos Estados Unidos da América.
Termos de Adesão	Termos celebrados entre (i) os Coordenadores da Oferta Brasileira e a BM&FBOVESPA, na qualidade de mandatária das Instituição Consorciadas; e (ii) os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores Contratados, por meios dos quais cada Instituição Consorciada e cada Coordenador Contratado aderiu aos termos do Contrato de Distribuição.
Worldsteel	*World Steel Association*

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Gerdau S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.611.500/0001-19, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE nº 33300032266.
Registro na CVM	A Companhia está registrada na CVM sob o nº 00398-0.
Sede	Localizada na Avenida João XXIII, 6.777, Distrito Industrial de Santa Cruz, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 23560-900.
Diretoria de Relações com Investidores	Nossa Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Avenida Farrapos, 1.811, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. O responsável por esta diretoria é o Sr. Osvaldo Burgos Schirmer. O telefone do Departamento de Relações com Investidores é (0xx51) 3323-2703, o fax é (0xx51) 3323-2281 e o *e-mail* é inform@gerdau.com.br.
Auditores Independentes da Companhia	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações Ordinárias e Ações Preferenciais são negociadas na BM&FBovespa sob os códigos "GGBR3" e "GGBR4", respectivamente. No exterior, mantemos um programa de ADRs lastreado em ações preferenciais negociados na New York Stock Exchange (NYSE) sob o código "GGB" e ações preferenciais negociadas na LATIBEX sob o código "XGGB".
Jornais nos quais divulga informações	As publicações que realizamos em atendimento à Lei das Sociedades por Ações são divulgadas nos jornais Valor Econômico, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Jornal do Commercio do Rio de Janeiro.
***Websites* na Internet**	O *website* da Companhia na Internet é: www.gerdau.com As informações constantes do *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto, nem se encontram incorporadas por referência a este.

Atendimento aos Acionistas

O atendimento aos nossos acionistas é realizado por nossa Diretoria de Relações com Investidores, no telefone (55 51) 3323-2211, 0800 702-2001 e por email por meio do acionistas@gerdau.com.br.

Informações Adicionais

Quaisquer informações complementares sobre a nossa Companhia e a Oferta Global poderão ser obtidas junto (i) à nossa Companhia, em nosso escritório em Porto Alegre, (ii) ao Coordenador Líder, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 9° andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, (iii) à CVM, na Rua Sete de Setembro nº 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga nº 340, 2º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou (iv) à BM&FBOVESPA, na Rua XV de Novembro nº 275, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO

As informações constantes deste Prospecto, especialmente o item 10 do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto, relacionadas com os nossos planos, previsões e expectativas sobre eventos futuros e estratégias constituem estimativas e declarações futuras, que estão fundamentadas, em grande parte, em nossas perspectivas atuais, projeções sobre eventos futuros e tendências que afetam ou possam afetar o setor siderúrgico, a nossa participação de mercado, nossa reputação, nossos negócios, nossa situação financeira, o resultado de nossa operações, nossa margens, nosso fluxo de caixa e/ou o preço de mercado de nossas Ações.

As estimativas e perspectivas sobre o futuro têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais e projeções concernentes a eventos futuros, estratégias, planos, objetivos e tendências financeiras que afetam ou possam afetar os nossos negócios. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto, podem impactar adversamente os nossos resultados, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. Tais fatores incluem, entre outros, os seguintes:

- a queda na produção das indústrias de aço e de cimento ou a perda de alguns de nossos clientes;
- o nosso endividamento substancial e nossa capacidade de refinanciar nosso endividamento;
- as perturbações recentes no mercado de crédito global e seus efeitos sobre as economias global e doméstica;
- a aquisições que temos feito ou que podemos fazer no futuro;
- a natureza competitiva do nosso negócio, as flutuações cambiais e as nossas atividades de *hedge*;
- as condições econômicas e políticas em nossos principais mercados, bem como ações governamentais que afetam tais mercados;
- as despesas e custos futuros relacionados ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis aos nossos negócios e operações, incluindo leis e regulamentos relacionados com as emissões de gases na atmosfera e alterações climáticas globais;
- a nossa dependência da proteção de nossa propriedade intelectual;
- os nossos fornecedores de matérias-primas e qualquer oscilação no fornecimento ou aumento dos preços dessas matérias-primas;
- as flutuações nos custos de energia, combustíveis e serviços de transporte, bem como interrupções ou substituições desses suprimentos;
- a nossa exposição a responsabilidades por acidentes, contaminação ambiental, litígios e disputas trabalhistas;

- os nossos acionistas controladores;
- as nossas *joint ventures* e os nossos parceiros em tais *joint ventures*;
- as mudanças em leis e regulamentos e as flutuações nas taxas de juros; e
- outros fatores de risco discutidos na Seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 31 e 133 deste Prospecto, respectivamente, bem como nos itens 4.1 e 5 do Formulário de Referência, incorporado por referência a este Prospecto.

As palavras "acredita", "pode", "poderá", "deverá", "visa", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações atinentes a resultados e projeções, estratégia, planos de financiamentos, posição concorrencial, ambiente do setor, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Tais estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas, e nem a Companhia e nem o Coordenador Líder assumiu a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de nova informação, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Fatores adicionais que possam afetar nossos negócios surgem de tempos em tempos e não nos é possível prever todos esses fatores, nem podemos avaliar o impacto desses fatores em nossos negócios. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem não vir a se concretizar. Tendo em vista estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

ESTE SUMÁRIO É APENAS UM RESUMO DAS INFORMAÇÕES DA COMPANHIA. AS INFORMAÇÕES COMPLETAS SOBRE A COMPANHIA ESTÃO NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, LEIA-O ANTES DE ACEITAR A OFERTA. PARA MAIORES INFORMAÇÕES SOBRE ONDE O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA PODE SER OBTIDO, VIDE SEÇÃO "DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS À COMPANHIA" NA PÁGINA 58 DESTE PROSPECTO.

VISÃO GERAL

De acordo com o Instituto Aço Brasil (IABr), somos o maior produtor de aço laminado longo do Brasil. Detemos uma participação de mercado significativa nos setores siderúrgicos de quase todos os países em que operamos e fomos classificados pela Associação Mundial de Aço (*Worldsteel*) como o 13º maior produtor de aço do mundo com base em nossa produção de aço bruto consolidada em 2009.

Operamos usinas siderúrgicas que produzem aço por meio de redução direta de minério de ferro (DRI) em altos-fornos e em forno elétrico a arco (EAF). No Brasil, operamos três usinas siderúrgicas integradas, incluindo nossa maior usina, a unidade de Ouro Branco, uma usina siderúrgica integrada localizada no Estado de Minas Gerais. Possuímos atualmente um total de 60 unidades de produção de aço em todo o mundo, incluindo empresas com controle compartilhado e associadas. As empresas com controle compartilhado incluem uma unidade localizada nos Estados Unidos para produção de aços laminados planos, e outra unidade na Índia. As companhias coligadas são Aceros Corsa, no México; Corporación Centroamericana del Acero, na Guatemala; e INCA, na República Dominicana.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, 38,3% do total das entregas foram gerados a partir da ON Brasil, 33,1% da ON América do Norte, 12,7% da ON América Latina e 15,9% da ON Aços Especiais.

No dia 31 de dezembro de 2010, nossa capacidade instalada consolidada total, sem incluir os investimentos em empresas com controle compartilhado e associadas era de aproximadamente 26 milhões de toneladas de aço bruto e 22 milhões de toneladas de produtos de aço laminado. Na mesma data, tínhamos um total de ativos consolidados de R$ 42,9 bilhões, um patrimônio líquido (incluindo participações não controladoras) de R$ 20,1 bilhões e, em 2010, uma receita líquida consolidada de R$ 31,4 bilhões e um lucro líquido consolidado total (incluindo participações não controladoras) de R$ 2,5 bilhões.

Oferecemos uma ampla gama de produtos de aço, fabricados com base nas mais diversas especificações de nossos clientes. O mix de nossos produtos inclui aço bruto (placas, blocos e tarugos) vendidos a usinas laminadoras, produtos acabados para o setor de construção, como vergalhões e barras estruturais, produtos acabados para a indústria, como barras laminadas comerciais e fio-máquina, e produtos agropecuários, como postes, arames lisos e farpados. Produzimos também produtos de Aços Especiais, normalmente com certo grau de customização,

utilizando tecnologia avançada para a fabricação de ferramentas e máquinas, correntes, fechos e molas, principalmente para as indústrias automotiva e mecânica.

Uma parcela significativa e cada vez maior de nossos ativos de produção de aço está localizada fora do Brasil, principalmente nos Estados Unidos e no Canadá, bem como na América Latina e na Europa. Iniciamos nossa expansão para a América do Norte em 1989, quando se iniciou, efetivamente, o processo de consolidação do mercado siderúrgico global. Atualmente, operamos 19 unidades siderúrgicas nos Estados Unidos e no Canadá por meio de nossa subsidiária integral, a Gerdau Ameristeel, e acreditamos ser um dos líderes de mercado na América do Norte em termos de produção de alguns produtos de aços laminados longos, como vergalhões, barras de aço laminadas comerciais, perfis e vigas.

Nossa estratégia operacional baseia-se na aquisição ou construção de usinas siderúrgicas próximas a nossos consumidores e às fontes de matérias-primas para a produção de aço, tais como sucata metálica, ferro-gusa e minério de ferro. Por esse motivo, a maior parte de nossa produção, historicamente, tem suprido em primeiro lugar os mercados locais nos quais operamos. No entanto, também exportamos uma parcela significativa de nossa produção principalmente para a Ásia e outros países da América do Sul.

Por meio de nossas controladas e afiliadas, realizamos outras atividades relacionadas à produção e comercialização de produtos siderúrgicos, incluindo reflorestamento, projetos de geração de energia elétrica, produção de carvão de coque, minério de ferro e ferro-gusa, bem como unidades de corte e dobra.

INDICADORES FINANCEIROS E OPERACIONAIS

A tabela a seguir mostra nossos principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

	Para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro					
	(em milhões de reais, salvo se de outra forma indicado)					
	2010	**%**	**2009**	**%**	**2008**	**%**
Volume de Vendas[1] (em 1000 toneladas)						
Brasil	6.646	38%	5.175	37%	6.578	34%
Mercado Interno	4.717	27%	3.650	26%	4.840	25%
Exportações	1.929	11%	1.525	11%	1.738	9%
América do Norte	5.742	33%	4.935	35%	7.641	40%
América Latina	2.211	13%	2.015	14%	2.232	12%
Aços Especiais	2.764	16%	1.862	13%	2.667	14%
Total	**17.363**	**100%**	**13.987**	**100%**	**19.118**	**100%**
Receita Líquida						
Brasil	12.459	41%	10.332	40%	14.433	37%
América do Norte	8.836	28%	8.294	31%	15.018	36%
América Latina	3.487	11%	3.137	12%	4.473	11%
Aços Especiais	6.611	21%	4.777	18%	7.984	19%
Total	**31.393**	**100%**	**26.540**	**100%**	**41.908**	**100%**

(1) As informações acima não incluem dados de empresas com controle compartilhado e empresas associadas.

ESTRATÉGIAS

A nossa meta é produzir aço de alta qualidade e produtos relacionados a aço de uma forma rentável que satisfaça tanto as necessidades de nossos clientes quanto os objetivos de nossos acionistas. Buscamos atingir o disposto acima através das seguintes medidas:

- ***Aumento de nossa participação em produtos com alto valor agregado.*** Um dos nossos focos é aumentar a nossa participação em produtos com alto valor agregado no atendimento às necessidades específicas dos nossos clientes por meio de fabricação customizada e tecnologia avançada. Atuamos como fornecedores principalmente nos seguintes mercados:

    i. construção civil, no fornecimento de vergalhões, barras comerciais, pregos e telas;

    ii. manufatura, no fornecimento de barras e perfis para maquinário, implementos para uso na agricultura, veículos, ferramentas e outros produtos para industrialização; e

    iii. agricultura, no fornecimento de arames e postes para instalações em projetos relativos à agropecuária e reflorestamento.

Produzimos também Aços Especiais de fabricação normalmente customizada, com a utilização de tecnologia avançada na fabricação de produtos para o setor automotivo, principalmente auto-peças. Um dos nossos objetivos é aumentar o valor agregado de nossos produtos, de forma a atender as necessidades específicas dos nossos clientes.

Além disso, pretendemos agregar valor a nossos produtos através de instalações de corte e dobra de vergalhões e unidades de transformação, como camada de epóxi e fabricação de produtos com seções especiais, arames e pregos, produtos trefilados a frio, guias de elevadores e perfis superleves. Desejamos também expandir nosso portfólio de produtos manufaturados no Brasil para atender à demanda de nossos clientes em todos os segmentos, inclusive com aços planos.

- ***Aumento de nossa presença nos mercados internacionais.*** No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, aproximadamente 38,3% de todas as nossas vendas físicas foram geradas a partir da ON Brasil, 33,1% da ON América do Norte, 12,7% da ON América Latina e 15,9% da ON Aços Especiais. Temos desenvolvido uma estratégia de globalização de expansão de longo prazo através de aquisições de siderúrgicas em mercados onde enxergamos potencial de crescimento de demanda utilizando a nossa capacidade de gestão adquirida. Ao longo dos anos, a nossa participação no mercado internacional vem aumentando, principalmente no mercado da América do Norte, onde acreditamos ser um dos líderes de mercado na América do Norte em termos de produção de alguns produtos de aços laminados longos, como vergalhões, barras de aço laminadas comerciais, perfis e vigas.

Nossas principais aquisições recentes incluem:

- Em novembro de 2007, a Companhia celebrou um acordo vinculativo para a aquisição da companhia siderúrgica MacSteel da Quanex Corporation. A MacSteel é a segunda maior produtora de barras especiais (*Special Bar Quality – SBQ*) nos Estados Unidos e opera três *mini-mills* localizadas em Jackson, Michigan; Monroe, Michigan, e Fort Smith, Arkansas. O preço de compra dessa aquisição foi de US$ 1,47 bilhão (R$ 2,43 bilhões) além da assunção de dívidas e alguns passivos. A Companhia concluiu a aquisição em abril de 2008.

- Em fevereiro de 2008, a Companhia adquiriu uma participação de 49% no capital social da holding Corsa Controladora, S.A. de C.V., com sede na Cidade do México, México. A holding detém 100% do capital social da Aceros Corsa, S.A. de C.V. e de seus distribuidores. A Aceros Corsa, localizada na cidade de Tlalnepantla, na área metropolitana da Cidade do México, é uma *mini-mill* responsável pela produção de aços longos (perfis comerciais leves) com capacidade instalada de 160.000 toneladas de aço bruto e 250.000 toneladas de produtos laminados por ano. O preço de aquisição foi de US$ 110,7 milhões (R$ 186,3 milhões).

- Em abril de 2008, a Companhia celebrou uma parceria estratégica com a Corporación Centroamericana del Acero S.A., assumindo uma participação de 30,0% no capital dessa companhia, que possui uma capacidade instalada total de 430.000 toneladas de aço bruto e 570.000 toneladas de aço laminado. A companhia detém ativos na Guatemala e em Honduras, bem como centros de distribuição em El Salvador, Nicarágua e Belize. O preço da aquisição foi de US$ 180 milhões (R$ 303,7 milhões).

- Em junho de 2008, nossa holding Metalúrgica Gerdau S.A. adquiriu uma participação de 28,88% no capital total e com direito a voto da Aços Villares S.A. da BNDES Participações (BNDESPAR), uma subsidiária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por R$ 1,3 bilhão. Como pagamento, a Companhia emitiu debêntures a serem trocadas por ações preferenciais da Gerdau S.A. Em dezembro de 2009, a participação da Companhia na Aços Villares S.A. detida através de sua subsidiária Corporación Sidenor S.A. foi transferida para o controle direto da Gerdau S.A., que na época passou a deter uma participação total de 58,4% na Aços Villares S.A.

- Também em 2008, a Companhia investiu na verticalização de seu negócio. Em julho, ela adquiriu uma participação de 50,9% no capital da Cleary Holdings Corp, que controla uma produtora de coque metalúrgico e reservas de carvão de coque na Colômbia por US$ 73,0 milhões (R$ 119,3 milhões). No dia 12 de agosto de 2010, a Companhia concluiu a aquisição da participação restante de 49,1% do capital total da Cleary Holdings Corp. por US$57 milhões (R$ 100 milhões). A Cleary Holdings Corp. tem uma capacidade de produção anual de coque metalúrgico de 1,0 milhão de toneladas e reservas de carvão de coque estimadas em 20 milhões de toneladas. Sua produção total é atualmente alocada ao mercado de exportação. A aquisição foi consistente com a estratégia de garantir o fornecimento de carvão de coque ou coque metalúrgico para a produção de aço nas fábricas integradas da Companhia.

- Em dezembro de 2008, a Gerdau Hungria Holding Limited Liability Company adquiriu por $ 288,0 milhões (R$ 674,0 milhões) da LuxFin Participation S.L. sua participação de 20% na Corporación Sidenor. Com essa aquisição, a Companhia se tornou a acionista majoritária (60%) da Corporación Sidenor.

- No dia 30 de agosto de 2010, a Companhia concluiu a aquisição de todas as ações ordinárias em circulação emitidas pela Gerdau Ameristeel que ela ainda não detinha direta ou indiretamente por US$ 11,00 por ação, à vista, correspondendo a um total de US$ 1,6 bilhão (R$ 2,8 bilhões). Com esta operação foi também cancelado o registro de negociação da Gerdau Ameristeel nas bolsas de Nova York e Toronto.

- Em 21 de outubro de 2010, a Companhia concluiu, por meio de sua subsidiária integral, a Gerdau Ameristeel, a aquisição da Tamco, uma sociedade baseada no Estado da Califórnia. A Tamco é uma *mini-mill* que produz vergalhões e é uma das maiores produtoras na Costa Oeste dos Estados Unidos, com uma capacidade anual de aproximadamente 500.000 toneladas. O preço de aquisição foi de aproximadamente US$ 165 milhões (R$ 280 milhões).

- No dia 30 de dezembro de 2010, os acionistas da Gerdau S.A. e da Aços Villares S.A. aprovaram a incorporação da Aços Villares S.A. pela Gerdau S.A. A operação foi realizada através de uma permuta de ações, por meio da qual os acionistas da Aços Villares S.A. receberam uma ação da Gerdau S.A. por cada lote de vinte e quatro ações detidas. As novas ações foram creditadas no dia 10 de fevereiro de 2011. Com essa operação as sociedades incorporadas foram extintas, deixando, assim, a Aços Villares de ter suas ações negociadas em bolsa de valores. Após a emissão de novas ações na incorporação, o capital social da Gerdau S.A. é agora representado por 505.600.573 ações ordinárias e 1.011.201.145 ações preferenciais.

- ***Atendimento das necessidades de nossos clientes através de uma produção diversificada e descentralizada.*** Pretendemos continuar nossa prática de diversificar a produção de aço longo usando *mini-mills* com forno elétrico a arco e usinas integradas com alto-forno, com tecnologia de lingotamento contínuo sendo utilizada em ambos os processos. Todas as nossas fábricas possuem o tamanho e a localização necessários para atender as principais necessidades dos mercados locais e fornecer um acesso eficaz a nossos clientes e matérias-primas. Esta é uma estratégia que desenvolvemos em resposta ao tamanho geográfico do Brasil, dos Estados Unidos e do Canadá e devido aos altos custos com transporte e frete nesses países. Somos capazes de suprir nossos clientes e obter matérias-primas de forma local, o que reduz nossos custos com a produção e transporte e faz com que forneçamos produtos de qualidade a nossos clientes a preços rentáveis. A diversificação da localização geográfica de nossas usinas permitiu que prestássemos melhor atendimento às necessidades de nossos clientes, por meio da facilitação do fornecimento tempestivo de produtos. A proximidade com nossos clientes nas várias localizações geográficas também nos permite manter uma relação produtiva, o que nos proporciona uma capacidade de produção de acordo com cada uma das especificações de nossos clientes, principalmente com relação a barras comerciais.

- ***Manutenção de múltiplas fontes de matérias-primas***. Compramos sucata de aço de distribuidores em todo o mundo e de inúmeros fornecedores de ferro-gusa, minério de ferro e, em menor escala, carvão de coque. No Brasil, a maioria dos fornecedores de sucata é fiel a seus clientes, sendo que trabalhamos com diversas unidades de coleta e empresas de processamento de sucata. Possuímos também minas de minério de ferro com recursos de 2,9 bilhões de toneladas, dos quais 24% são medidos, 9% são indicados e 67% inferidos, contra 1,8 bilhão de toneladas divulgado anteriormente. Esta elevação se deve (i) às novas avaliações de volumes e teor de ferro dos recursos minerais realizadas recentemente; e (ii) à aquisição adicional de áreas de terra. De acordo com estudos internos, tais reservas fornecem aproximadamente 60% de autossuficiência à nossa unidade de Ouro Branco. Há um plano de investimentos para aumentar essa produção, para que atinja 100% de autossuficiência até 2012. Acreditamos que isso permitirá que evitemos qualquer dependência de fornecedores específicos e reduzirá possíveis impactos negativos em caso de escassez de matéria-prima. Acreditamos também que a diversificação de processos produtivos reduz sua exposição à escassez de insumos.

- ***Foco contínuo em tecnologia e na eficiência das operações.*** Acreditamos que o foco contínuo em tecnologia nos permitirá manter a excelência mundial em produção de aço. No período encerrado em 31 de dezembro de 2010, nossas aquisições de ativo imobilizado, como novas unidades de corte e dobra, investimentos em um laminador de chapas grossas e expansão da capacidade mineradora, dentre outros, totalizaram R$ 1,3 bilhão. Desse total, 72% foram destinados a unidades brasileiras e 28% foram destinados às unidades localizadas no exterior. O nosso plano de investimentos para o período de 2011 a 2015 está estimado em R$ 10,8 bilhões, incluindo tanto os investimentos estratégicos quanto os investimentos em manutenção. Acreditamos que a dedicação aos processos de produção e aperfeiçoamento tecnológico nos permitirão manter nossa eficiência e entregar nossos produtos de acordo com as necessidades de nossos clientes. Além disso, buscamos continuamente formas de aperfeiçoar a eficiência de nossos processos de produção, ao adotar as seguintes medidas:

  i. utilização de sistemas de controle de gerenciamento de qualidade comprovada, como, por exemplo, um sistema de gerenciamento exclusivo de apoio às nossas operações e de integração das usinas adquiridas, a maioria das técnicas e processos internacionalmente reconhecidos e processos ISO 14.000;

  ii. redução dos nossos custos de produção por meio da implementação de processos eficientes de controle e da utilização de matérias-primas e combustíveis de menor custo, e da adoção de novas tecnologias de processo;

  iii. redução de consumo de energia, com ênfase na utilização de processos energeticamente mais eficientes, tais como reaproveitamento da energia gerada na unidade de Ouro Branco e a adoção de novas tecnologias de processo;

  iv. redução dos volumes de estoque para diminuir a necessidade de capital de giro; e

v. aumento de nossa receita, agregando valor a nossos produtos através de investimentos selecionados e concentrados nas nossas usinas.

PONTOS FORTES

Acreditamos estar em posição privilegiada para aproveitar as oportunidades de negócios no nosso setor de atuação, principalmente, em consequência dos seguintes pontos fortes:

- ***Produção de baixo custo de produtos de aços laminados longos no Brasil.*** Investimos continuamente em atualizações tecnológicas e no aumento da produtividade de nossas instalações, com o intuito de competirmos com mais eficiência nos mercados nos quais operamos. Nossas *Mini-mills*, por exemplo, oferecem uma estrutura de custo flexível que nos permite mitigar eventuais reduções nas margens de lucro, em comparação com usinas de aço que operam com altos-fornos, com custos fixos significativamente maiores do que os de *mini-mills*. Adicionalmente, as nossas *Mini-mills* situam-se próximas aos principais centros consumidores e aos centros geradores de matérias-primas, evidenciando uma operação de baixo custo de frete. Em relação as nossas unidades, acreditamos que os custos de nossa unidade de Ouro Branco, no estado de Minas Gerais, sejam menores do que outras usinas integradas, principalmente por causa de sua localização em uma área rica em reservas de minério de ferro. Além disso, as matérias-primas entregues nesta unidade percorrem distâncias inferiores a 50 km, pelo que acreditamos incorrer em custos de transporte relativamente inferiores àqueles incorridos por outras siderúrgicas. Nossos fornecedores são, em parte, mineradoras de pequeno porte que vendem minério de ferro a preços médios inferiores àqueles disponíveis no mercado internacional. Outros fatores que contribuem para custos de produção menores da unidade de Ouro Branco são sua capacidade de produzir seu próprio coque a partir de diversos tipos de carvão fornecidos pelos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Colômbia e suprir parte de sua necessidade de minério de ferro a partir de nossas próprias minas, que contam com recursos minerais de, aproximadamente, 2,9 bilhões de toneladas, de acordo com medições, indicações e inferimentos por nós realizados.

- ***Localização geográfica privilegiada e diversificada de nossa produção e distribuição de aço***. Nossas instalações estão estrategicamente localizadas nas proximidades de nossos clientes e principais fontes de matéria-prima. Por meio de nossa rede de 49 *Mini-mills* localizadas no Brasil e no exterior, somos capazes de atender com eficiência nossos clientes em um amplo território geográfico no mercado siderúrgico internacional. Possuímos 90 unidades comerciais próprias localizadas em importantes centros de consumo na América Latina, principalmente no Brasil. Outro importante canal de distribuição no Brasil é a ampla rede de distribuidores independentes para os quais vendemos nossos produtos, oferecendo uma cobertura nacional abrangente. Nos Estados Unidos e no Canadá, nossas 19 unidades siderúrgicas estão localizadas, principalmente, no centro-oeste e na costa leste do continente, regiões de maior concentração de atividade industrial e disponibilidade de matérias-primas. Nossas 49 unidades de corte e dobra e 9 unidades de transformação estão dispersas principalmente pelos Estados Unidos, permitindo ampla cobertura do território e proximidade a nossos principais clientes.

- ***Capacidade de responder a eventual desaquecimento no mercado brasileiro por meio de exportações.*** Somos capazes de reagir a um eventual desaquecimento no mercado brasileiro, podendo distribuir nossos produtos de aço a outros mercados. Nos últimos três anos, exportamos produtos a partir do Brasil para clientes em todos os continentes, com os quais, na maioria dos casos, mantemos relações comerciais há bastante tempo. Em 2010, nossas exportações de 1,9 milhão de toneladas representaram aproximadamente 30% do volume de vendas de nossas unidades brasileiras, porcentagem igual à de 2009. Durante o ano de 2010, nossas exportações dos diferentes países onde operamos tiveram o seguinte destino: 25,3% para a América do Sul, 32,4% à Ásia, 9,1% à América Central, 22,3% à América do Norte, 2,7% à África, 4,5% à Europa e 3,7% ao Oriente Médio.

- ***Diversificação de processos de produção e ampla gama de fornecedores.*** Investimos em uma plataforma diversificada de processos de produção, incluindo fornos elétricos a arco, altos fornos e o processo de redução direta de minério de ferro. Ao mesmo tempo, buscamos minimizar nossa dependência de fornecedores para a obtenção de matérias–primas. No Brasil, operamos 3 usinas com alto forno, incluindo a unidade de Ouro Branco, no estado de Minas Gerais, com uma capacidade instalada de 4,5 milhões de toneladas/ano. Também no Brasil, operamos uma rede de 7 *Mini-mills*, utilizando fornos elétricos a arco e um usina integrada que usa o processo de redução direta de minério de ferro. Fora do Brasil, temos uma unidade que opera alto forno, no Peru, com uma capacidade instalada de 450 mil toneladas, sendo que as demais usinas produzem aço utilizando forno elétrico a arco. Operamos com uma vasta gama de fornecedores de sucata metálica no mundo e temos contratos com diversos fornecedores de ferro-gusa, minério de ferro e, em menor grau, carvão coqueificável. Além disso, possuímos minas de minério de ferro com recursos medidos, indicados e inferidos de 2,9 bilhões de toneladas. Acreditamos que tais práticas reduzem a nossa dependência a poucos fornecedores e diminuem possíveis impactos negativos sobre nossos negócios em períodos de crise no fornecimento de matérias-primas. Acreditamos, ainda, que a diversificação de processos produtivos reduz os riscos de paradas nos períodos de uma menor oferta de certos insumos.

- ***Integração vertical no mercado siderúrgico***. Operamos em 3 segmentos do mercado siderúrgico, quais sejam:

  i. produção e fornecimento de matéria-prima para utilização no processo produtivo de aço;

  ii. produção de produtos de aço acabados e semi-acabados; e

  iii. distribuição de produtos de aço próprios e de outras empresas.

  Acreditamos ser uma das maiores compradoras de sucata no Brasil e na América do Norte. Adicionalmente, somos proprietários de 4 áreas de reservas de minério de ferro, 2 instalações para a produção de ferro-gusa e 2 terminais portuários no Brasil. De forma consolidada, excluindo nossos investimentos em empresas com controle compartilhado e associadas (não-consolidadas), nossa capacidade total instalada foi de 26,0 milhões de

toneladas de aço bruto e 22,0 milhões de toneladas de produtos de aços laminados longos em 31 de dezembro de 2010.

No dia 31 de dezembro de 2010, nossos produtos foram distribuídos por 53 unidades de produção de aço na América Latina (inclusive o Brasil) e na América do Norte, bem como em uma subsidiária na Espanha, a Corporación Sidenor, para a produção de aços especiais.

Por meio de nossa controlada, a Comercial Gerdau, possuímos o que acreditamos ser a maior rede de distribuição de produtos de aço no Brasil, com 69 filiais em todo o país. Adicionalmente à distribuição de nossos próprios produtos de aço, distribuímos produtos de aços planos produzidos por outras siderúrgicas de forma a atender a demanda de nossos clientes com uma linha completa de produtos de aço oferecida em todo o Brasil. Por meio de seus 4 centros de serviços, a Comercial Gerdau oferece, ainda, serviços de oxy corte (um processo de corte em grande escala baseado em calor) e corte a laser (um procedimento que utiliza laser para cortar com precisão linhas complexas em folhas de metal). Fora do Brasil, atuamos por meio de distribuição direta de nossas unidades siderúrgicas, por meio de unidades de beneficiamento do aço e unidades de distribuição, utilizando o modelo que mais se adapta a cada região. Temos como meta atingir o índice de zero de acidentes em todas as nossas unidades. Durante 2010, investimos R$ 49,1 milhões em saúde e segurança, desde treinamento de nossos funcionários nesta área até o desenvolvimento de novas tecnologias e equipamentos para prevenção de acidentes

- ***Perfil social e ecológicamente sustentável de produção***. Por 110 anos, temos construído uma história de superação de desafios, baseada em valores sólidos, eficiência nos negócios e transparência na gestão. Durante esses anos, pautamos nosso relacionamento com clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e comunidades em integridade, respeito, coerência entre discurso e prática e busca de ganhos mútuos. Esses princípios, compartilhados por mais de 40 mil colaboradores em 14 países, nos direcionam para atendermos nossos clientes de modo diferenciado, oferecendo soluções em aço inovadoras e competitivas. Além disso, buscamos gerar valor aos nossos acionistas no longo prazo e promover o desenvolvimento dos nossos fornecedores e comunidades onde estamos inseridos. Os bons resultados por nós conquistados em mais de um século de atuação são fruto do esforço e da dedicação de nossos colaboradores. Valorizamos nossas equipes, reconhecemos os desempenhos diferenciados e priorizamos a segurança total no ambiente de trabalho. Direcionamos R$ 57,4 milhões em 2010 para projetos sociais. Ao longo desse ano, intensificamos nossas ações de responsabilidade social junto à cadeia de negócios e realizamos inúmeras iniciativas na área de educação e voluntariado. Para nós, educação é um conceito abrangente e tem como foco não só o aprendizado formal como também o empreendedorismo, o meio ambiente, a cultura e o esporte. A proteção do meio ambiente é uma de nossas práticas diárias. Possuímos um rigoroso Sistema de Gestão Ambiental que monitora todo o ciclo de produção, desde a obtenção da matéria-prima até a entrega dos produtos aos nossos clientes e a destinação final dos coprodutos gerados durante o processo produtivo. Em 2010, investimos R$ 137,7 milhões em práticas e tecnologias de proteção ambiental. Além disso, somos a maior recicladora da América

Latina e aproveitamos anualmente milhões de toneladas de sucata ferrosa. Cerca de 75% do aço que produzimos é a partir de sucata, o que reduz o uso de energia e as emissões de CO_2. Ademais, nosso processo de coleta e processamento da sucata resulta na geração de emprego e renda para centenas de famílias.

- ***Administração de alta qualidade***. Contamos com uma equipe de gestão sênior, voltada ao crescimento e com experiência significativa no mercado siderúrgico. Nossa administração tem, em média, aproximadamente 30 anos de experiência em nosso setor, além de um histórico de gestão e aquisições bem sucedidas. Acreditamos que nossos colaboradores representam nosso recurso mais valioso e são os grandes responsáveis pela manutenção de nossas vantagens competitivas. Implementamos um sistema de negócios que identifica *benchmarks* da indústria global para as principais medidas operacionais e de segurança. Esse sistema inclui programas de treinamento, segurança e incentivos com base no desempenho, os quais são desenvolvidos para melhorar a performance e aumentar a motivação de nossos empregados. Esta integração vertical nos dá vantagem, em comparação com nossos concorrentes, pois podemos oferecer a nossos clientes uma linha completa de produtos de aço a preços competitivos e em nível nacional em todos os países nos quais atuamos.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA

Aumentos nos preços ou redução na oferta de sucata de aço podem afetar negativamente os custos de produção e as margens operacionais.

A sucata de aço é o principal insumo metálico para as nossas *mini-mills* (usinas semi-integradas), usinas estas que correspondiam a 74,6% da nossa capacidade total de produção de aço bruto em 2010. Apesar de os preços internacionais da sucata de aço serem determinados essencialmente pelos preços da sucata nos Estados Unidos, principal exportador mundial, os preços da sucata no mercado brasileiro são estabelecidos pela oferta e demanda internas. O preço da sucata de aço no Brasil varia de região para região e reflete a demanda e os custos de transporte. Se os preços dos produtos de aço acabado não acompanharem os aumentos de preço da sucata de aço, os nossos lucros e as margens poderão ser reduzidos. Um aumento nos preços da sucata de aço ou a escassez na oferta de aço para nossas as unidades afetariam os custos de produção e potencialmente reduziriam nossas receitas e margens operacionais.

Aumentos nos preços de minério de ferro e carvão ou redução de sua oferta podem afetar negativamente as nossas operações.

Quando os preços das matérias-primas que utilizamos para produzir aço em nossas unidades integradas aumentam, especialmente o minério de ferro e o carvão coqueificável, os custos de produção de nossas unidades integradas também se elevam. Utilizamos minério de ferro para produzir ferro-gusa líquido em nossa unidade de Ouro Branco e nas unidades Gerdau Barão de Cocais e Gerdau Divinópolis, no estado de Minas Gerais, bem como na Siderperú, no Peru. O minério de ferro também é utilizado para produzir ferro esponja na unidade Gerdau Usiba, no estado da Bahia.

A unidade de Ouro Branco é a nossa maior usina no Brasil, e seu principal insumo metálico para a produção de aço é o minério de ferro. Em 2010, essa unidade representou 49,4% da capacidade de aço bruto da Operação de Negócio Brasil. A escassez de minério de ferro no mercado nacional poderia afetar negativamente a capacidade de produção de aço de nossas unidades no Brasil, e o aumento dos preços deste minério poderia reduzir as nossas margens de lucro.

Possuimos minas de minério de ferro que totalizam recursos de 2,9 bilhões de toneladas no Brasil, dos quais 24% são medidos, 9% são indicados e 67% inferidos. Para minimizar a exposição à volatilidade dos preços de minério de ferro, estamos investindo na ampliação da capacidade produtiva destas minas, que passará a atender 100% da necessidade de minério de ferro da Unidade de Ouro Branco até 2012.

Todo o carvão coqueificável consumido nas nossas unidades brasileiras é importado devido à baixa qualidade do carvão do Brasil. O carvão coqueificável é o mais importante insumo energético da usina de Ouro Branco e é usado na unidade de coqueificação. Apesar dessa usina não ser dependente do suprimento de coque, a retração na oferta de carvão coqueificável poderia afetar negativamente a operação integrada nessa unidade, pois a usina de Ouro Branco precisa desse insumo para a produção de sua unidade de coqueificação. Todo o carvão coqueificável usado na unidade de Ouro Branco é importado do Canadá, Estados Unidos, Austrália e Colômbia. Uma escassez deste carvão no mercado internacional afetaria negativamente a capacidade de produção de aço da usina de Ouro Branco, e a elevação de seu preço poderia reduzir as margens de lucro. Não temos contratos de longo prazo para o suprimento de algumas das matérias-primas que utilizamos.

Crises globais e desacelerações econômicas subsequentes podem afetar adversamente a demanda global e levar a uma redução do comércio internacional. Em consequência, as nossas condições financeiras e os resultados operacionais podem ser afetados negativamente.

A história tem mostrado muitas crises econômicas e financeiras mundiais em recentes décadas, como a última crise que começou em 2008. Essa crise foi causada pelo aumento dramático da inadimplência em financiamentos imobiliários de alto risco e execuções nos Estados Unidos, com graves consequências para bancos e mercados financeiros do mundo inteiro. Mercados desenvolvidos, como América do Norte e Europa, estão passando por uma forte recessão devido ao colapso dos financiamentos imobiliários e à escassez global de crédito. Com base no padrão observado desde 2008, a demanda por produtos de aço sofreu uma redução em 2009, mas vem, desde 2010, apresentando gradual recuperação, principalmente nas economias em desenvolvimento. Se não conseguirmos nos manter competitiva nesses mercados em mutação, nossos lucros, margens e receitas podem ser impactados negativamente. Essa retração econômica e as turbulências da economia global sem precedentes tiveram um impacto negativo nos mercados consumidores, afetando o ambiente de negócios das empresas quanto aos seguintes itens:

- Redução nos preços internacionais de aço;
- Queda dos volumes internacionais de aço negociados;

- Crise nos setores automotivo e de infraestrutura; e
- Falta de liquidez, principalmente na economia norte-americana.

Historicamente, a indústria do aço tem se mostrado altamente cíclica e muito afetada pelas condições econômicas em geral, tais como a capacidade de produção mundial e as flutuações nas importações/exportações de aço e respectivas tarifas aduaneiras. Depois de um período contínuo de crescimento entre 2004 e 2008, a queda acentuada na demanda resultante da crise econômica global de 2008-2009 uma vez mais demonstrou a vulnerabilidade do mercado de aço à volatilidade dos preços internacionais de aço e matérias-primas. O último trimestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009 caracterizaram-se por uma forte queda na demanda, já que os consumidores esgotaram os estoques existentes em vez de adquirir novos estoques. O mercado de aço começou uma recuperação gradual no segundo semestre de 2009, em sincronia com a atividade econômica global, mesmo que em diferentes níveis ao redor do mundo. Como conseqüência desta recuperação, em 2010, a produção mundial de aço estabeleceu novo recorde, atingindo 1,4 bilhão de toneladas, segundo a Associação Mundial de Aço (*Worldsteel)*.

Em 2011, a demanda por produtos de aço continua mostrando uma gradual melhora a cada mês. Não há garantia de que essa melhora seguirá ocorrendo no decorrer de 2011. Um declínio nessa tendência pode impactar negativamente os nossos resultados.

A demanda por aço é cíclica, e uma redução nos preços atuais do aço no mercado mundial poderia afetar negativamente os nossos resultados operacionais.

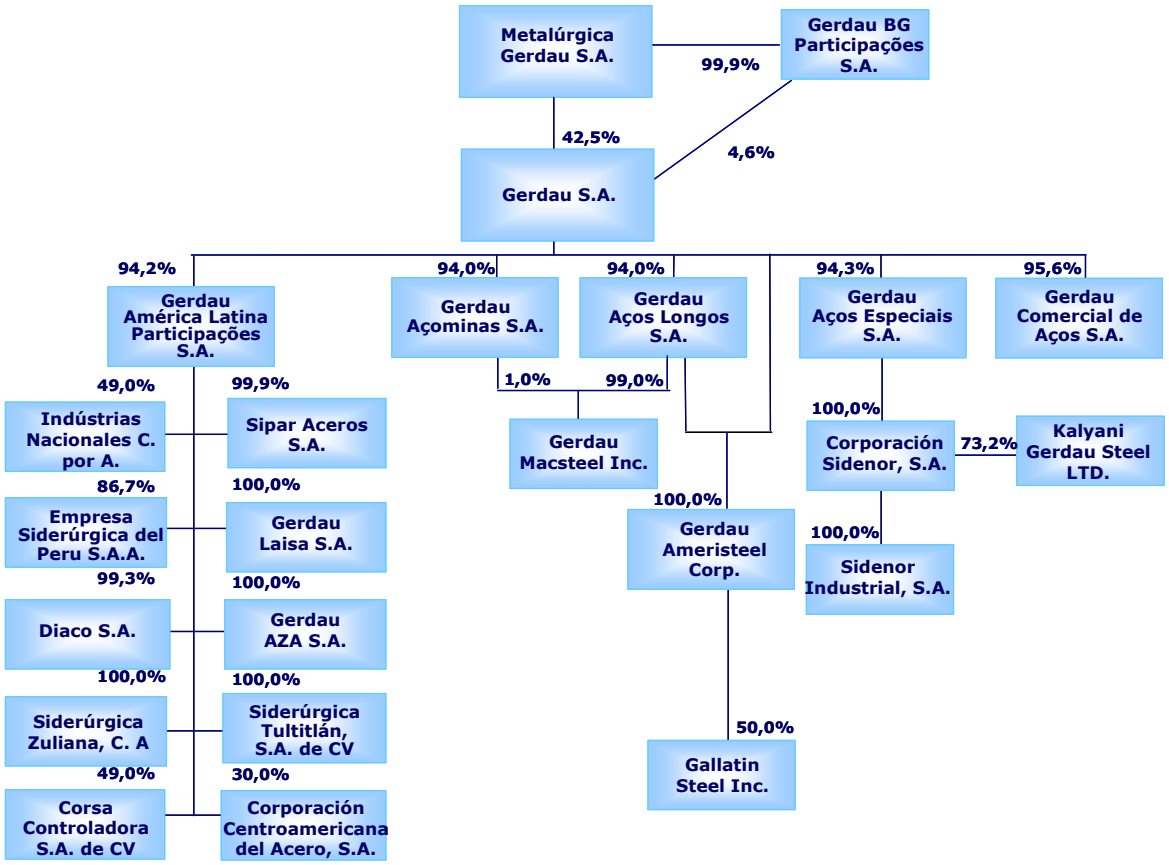
A indústria do aço é altamente cíclica. Consequentemente, ficamos expostos a grandes alterações de demanda por produtos de aço, o que, por sua vez, causa variações nos preços da maioria de nossos produtos, eventualmente reduzindo o preço de nossos estoques. Além disso, a demanda por produtos de aço, e portanto, a situação financeira e os resultados operacionais das empresas do setor de aço, inclusive os nossos, são geralmente afetados pelas mudanças macroeconômicas na economia mundial e nas economias internas dos países produtores de aço, inclusive pelas tendências gerais dos setores de aço, construção e automotivo. Desde 2003, a demanda por produtos de aço em países em desenvolvimento (especialmente a China), a força do euro em relação ao dólar norte-americano e o crescimento econômico mundial têm contribuído para que se estabeleça um novo nível de preços altos para os nossos produtos de aço. Entretanto, esses preços relativamente altos podem não se manter, devido especialmente à expansão mundial da capacidade instalada ou a um novo nível de demanda. No 2º semestre de 2008, e principalmente no início de 2009, as economias norteamericana e europeia apresentaram crescimento mais lento, o que afetou muitos outros países. Desde o final de 2009 e ao longo do ano de 2010, a demanda mundial de aço e os preços vêm mostrando melhora se comparados à situação supra mencionada e acreditamos que essa tendência continuará ao longo de 2011. Uma queda relevante na demanda por aço ou nas exportações por países sem condições de consumir sua produção, como aconteceu em 2008, pode ter um forte impacto adverso nas nossas operações e perspectivas.

Importações mais baratas de outros países no Brasil podem afetar negativamente os nossos negócios.

As importações de aço no Brasil forçaram a redução dos preços do aço no final de 2010 afetando negativamente as vendas e as margens de lucro no quarto trimestre. A concorrência dos produtores estrangeiros é uma ameaça e pode aumentar em função do prêmio do preço doméstico em relação ao preço internacional e da fraca demanda dos tradicionais mercados consumidores de produtos destes países exportadores para o Brasil. Quaisquer alterações nos fatores mencionados acima, bem como nas tarifas aduaneiras ou medidas protecionistas podem resultar em um maior nível de importações no Brasil, resultando em pressões nos preços domésticos que poderiam afetar negativamente os nossos negócios. No início de 2011, em função da alta nos preços internacionais, o prêmio do preço doméstico em relação ao internacional foi reduzido, evitando a entrada de produtos longos importados, bem como permitiu uma recuperação dos preços no mercado doméstico que vinham pressionados por maiores custos de matéria-prima.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA DA COMPANHIA

Abaixo segue o organograma societário simplificado do nosso grupo antes da Oferta:



SEDE

A nossa sede está localizada na Avenida João XXIII, 6.777, Santa Cruz, Rio de Janeiro - RJ e os telefones do nosso departamento de atendimento aos acionistas são (55 51) 3323-2211 e 0800 702 2001. Nosso *website* é www.gerdau.com/investidores, onde este Prospecto encontra-se disponível para consulta. As informações disponíveis no nosso *website*, bem como aquelas incluídas em qualquer material de marketing publicado na mídia e em propagandas em jornais e revistas não integram este Prospecto.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir em nossas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, incluindo as informações contidas nas seções "Principais Fatores de Riscos Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta Global e às Ações", nas páginas 31 e 133, respectivamente, e os itens 4 e 5 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, nas páginas 340 e 372, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta Global, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Companhia	Gerdau S.A.
Acionistas Vendedores	Metalúrgica Gerdau S.A. e Gerdau BG Participações S.A., considerados em conjunto.
Coordenador Líder ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI.
Coordenadores da Oferta Brasileira	O Coordenador Líder, o Itaú BBA e o Bradesco BBI, considerados em conjunto.
Coordenadores da Oferta Internacional	BTG Pactual (representado no exterior por BTG Pactual US Capital Corp.), Itau BBA USA Securities, Inc. e Bradesco BBI (representado no exterior por Bradesco Securities Inc.), considerados em conjunto.
Agente Estabilizador	Itaú BBA.
Agentes de Colocação Internacional	BTG Pactual US Capital Corp, Itau BBA USA Securities, Inc. e Bradesco Securities Inc., considerados em conjunto.
Itaú Corretora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Coordenadores Contratados	Instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, contratadas, em comum acordo com a Companhia, pelos Coordenadores da Oferta Brasileira.
Instituições Consorciadas	Determinadas corretoras de valores mobiliários autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à BM&FBOVESPA, convidadas pelos Coordenadores da Oferta Brasileira para efetuar exclusivamente esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais e que tenham aderido à carta convite disponibilizada pelo Coordenador Líder em 23 de março de 2011.

Instituições Participantes da Oferta Brasileira	Os Coordenadores da Oferta Brasileira, os Coordenadores Contratados e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Oferta Global	A Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, consideradas em conjunto.
Oferta Brasileira	Distribuição pública de Ações da Oferta Brasileira, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, coordenada conjuntamente pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, com a participação das Instituições Consorciadas e dos Coordenadores Contratados, incluindo esforços de colocação das Ações da Oferta Brasileira no exterior, realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros, nos termos do Contrato de Colocação Internacional.
Oferta Internacional	Distribuição pública de Ações Preferenciais sob forma de ADSs, em uma oferta registrada de acordo com o *Securities Act*, respeitada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.
Distribuição Primária	Distribuição pública das Ações Ordinárias e das Ações Preferenciais da Oferta Primária.
Distribuição Secundária	Distribuição Pública das Ações Preferenciais da Oferta Secundária.
Ações	As Ações Ordinárias e as Ações Preferenciais, consideradas em conjunto.
Ações da Oferta Brasileira	As Ações Preferenciais e as Ações Ordinárias a serem distribuídas no Brasil (exceto na forma de ADSs).
Ações da Oferta Global	Ações Preferenciais a serem distribuídas no exterior sob a forma de ADSs, em conjunto com as Ações da Oferta Brasileira.
Ações Ordinárias	68.026.910 (sessenta e oito milhões, vinte e seis mil, novecentas e dez) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, emitidas pela Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Distribuição Primária, sem considerar as Ações Suplementares.

Ações Preferenciais da Oferta Primária	134.830.100 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentas e trinta mil e cem) ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, emitidas pela Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Distribuição Primária (inclusive sob a forma de ADSs), sem considerar as Ações Suplementares.
Ações Preferenciais da Oferta Secundária	69.000.000 (sessenta e nove milhões) ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, objeto da Distribuição Secundária (inclusive sob a forma de ADSs), sem considerar as Ações Suplementares.
Ações Preferenciais	As Ações Preferenciais da Oferta Primária e as Ações Preferenciais da Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Ações Prioritárias	Ações da Distribuição Primária (sem considerar as Ações Suplementares) a serem destinadas prioritariamente à colocação pública aos Acionistas que exerceram seu direito de prioridade.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), não foi a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional, acrescida em até 13,3% das Ações Preferenciais e 20% das Ações Ordinárias inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, nas mesmas condições e preço inicialmente ofertados, incluindo Ações Preferenciais sob a forma de *ADSs*.

Ações Suplementares	Quantidade de até 20.408.072 (vinte milhões, quatrocentas e oito mil e setenta e duas) novas ações preferenciais e 10.204.036 (dez milhões, duzentas e quatro mil e trinta e seis) novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, equivalentes a até 10% (dez por cento) das Ações Preferenciais da Oferta e até 15% (quinze por cento) das Ações Ordinárias inicialmente ofertadas (respeitada dessa forma, no caso de exercício integral da Opção de Lote Suplementar, a proporção de 1/3 (um terço) de ações ordinárias e 2/3 (dois terços) de ações preferenciais de emissão da Companhia), que poderá ser acrescida à Oferta Global, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, destinadas a atender um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no âmbito da Oferta e objeto da Opção de Ações Suplementares conforme dispõe o artigo 24, caput, da Instrução CVM 400.
ADSs Suplementares	Ações Suplementares sob a forma de ADSs.
Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada pela Companhia, no Contrato de Distribuição, ao Itaú BBA para colocação das Ações Suplementares.
Opção de ADSs Suplementares	Opção de distribuição de *ADSs* Suplementares, conforme opção outorgada pela Companhia ao Itau BBA USA Securities, Inc., para colocação dos ADSs Suplementares.
Opção de Lote Suplementar	Opção de Ações Suplementares e Opção de ADSs Suplementares, considerados em conjunto. O Itaú BBA e o Itau BBA USA Securities, Inc. terão o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, e por um período de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, da data de publicação do Anúncio de Início, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta Brasileira ou aos Coordenadores da Oferta Internacional, conforme o caso, e desde que a decisão de sobrealocação de ações preferenciais e ações ordinárias de emissão da Companhia e *ADSs*, conforme o caso, tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional, respectivamente, no momento da precificação da Oferta Global.
Instituição Escrituradora das Ações	Itaú Corretora de Valores S.A.

Público Alvo da Oferta

O público alvo consiste em: (i) titulares de ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, que respeitem as condições da Primeira Data de Corte e da Segunda Data de Corte, e que tenham realizado solicitações de reserva mediante o preenchimento de Pedido de Reserva durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária; (ii) investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, que tenham realizado Pedidos de Reserva no Período de Reserva da Oferta de Varejo, destinados à aquisição de Ações no âmbito da Oferta Brasileira em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observado o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de investimento de R$300.000,00 por Investidor Não-Institucional; e (iii) investidores pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujas intenções globais ou específicas de investimento excedam R$300.000,00 (trezentos mil reais), fundos de investimentos destinados exclusivamente a investidores qualificados, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM e Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil, em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei n.º 4.131, da Resolução 2689 e da Instrução CVM 325 e outros investidores institucionais locais e Investidores Estrangeiros.

Oferta Prioritária

Distribuição de Ações a ser realizada prioritariamente junto a Acionistas.

Oferta de Varejo

Distribuição de Ações a ser realizada prioritariamente junto a Investidores Não Institucionais.

Oferta Institucional

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e da Oferta de Varejo, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação junto aos Investidores Institucionais, por meio das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, não sendo admitidas para estes investidores reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento.

Limite de Subscrição Proporcional	Direito de cada Acionista subscrever Ações Prioritárias, da mesma espécie das quais for proprietário até o limite proporcional de sua participação no capital social total da Companhia, sendo que cada ação ordinária e cada ação preferencial, de emissão da Companhia de titularidade do Acionista, assegurou ao Acionista o direito de subscrição de 0,135 por Ação, tanto no caso de Ações Ordinárias quanto no caso das Ações Preferenciais. O Limite de Subscrição Proporcional foi ajustado descontando as frações.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição e/ou aquisição de Ações no âmbito da Oferta Prioritária e da Oferta de Varejo, firmado por Acionistas e por Investidores da Oferta de Varejo junto a uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva.
Períodos de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Vinculadas e Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas, considerados em conjunto.
Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre 30 de março de 2011, inclusive, e 1º de abril de 2011, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva por Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas.
Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Não Vinculadas	Período compreendido entre 30 de março de 2011, inclusive, e 8 de abril de 2011, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva por Acionistas que não sejam Pessoas Vinculadas.
Períodos de Reserva da Oferta Prioritária	Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Não Vinculadas em conjunto com o Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Vinculadas.
Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre 30 de março de 2011, inclusive, e 1º de abril de 2011, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.
Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Não Vinculadas	Período compreendido entre 30 de março de 2011, inclusive, e 11 de abril de 2011, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva por Investidores Não Institucionais que não sejam Pessoas Vinculadas.

Períodos de Reserva da Oferta de Varejo	Períodos de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Não Vinculadas em conjunto com o Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas.
Primeira Data de Corte	28 de março de 2011, data para verificação do Limite de Subscrição Proporcional, conforme as posições de custódia em tal data de cada um dos Acionistas na BM&FBOVESPA ou na instituição depositária das ações de emissão da Companhia, conforme o caso, desconsiderando-se as frações.
Segunda Data de Corte	Caso a respectiva posição em custódia das ações de emissão da Companhia de titularidade do Acionista, verificada com a BM&FBOVESPA ou com a instituição depositária das ações de emissão da Companhia, ao final do dia 5 de abril de 2011, tenha sido inferior ou superior à respectiva posição em custódia verificada na Primeira Data de Corte, o Limite de Subscrição Proporcional foi ajustado para a respectiva posição do Acionista na Segunda Data de Corte.
Acionistas	Titulares de ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, tenham cumprido os requisitos da Primeira Data de Corte e da Segunda Data de Corte.
Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas, jurídicas e clubes de investimento cujas intenções globais ou específicas de investimento excedam R$300.000,00 (trezentos mil reais), fundos de investimentos, destinados exclusivamente a investidores qualificados, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM e Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil, em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei n.º 4.131, da Resolução 2689 e da Instrução CVM 325 e outros investidores institucionais locais e Investidores Estrangeiros.

Investidores Não Institucionais

Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA, que realizaram Pedidos de Reserva no Período de Reserva da Oferta de Varejo, destinados à aquisição de Ações no âmbito da Oferta Brasileira, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observado o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 e o valor máximo de investimento de R$300.000,00 por Investidor Não Institucional.

Investidores Estrangeiros

Investidores residentes nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, que sejam *non US Persons*, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor estrangeiro.

Pessoas Vinculadas

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta Global os investidores que sejam (a) administradores ou controladores da Companhia ou dos Acionistas Vendedores; (b) administradores ou controladores das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, dos Coordenadores da Oferta Internacional ou Agentes de Colocação Internacional; (c) outras pessoas vinculadas à Oferta Global, bem como (d) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até segundo grau das pessoas identificadas nos itens (a), (b) e (c) acima

Preço por Ação

O Preço por Ação, tanto no caso das Ações Preferenciais quanto no caso das Ações Ordinárias, foi fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva; e (ii) a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, tendo como parâmetro (a) a cotação das Ações na BM&FBOVESPA; e (b) as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto aos Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Especificamente no que se refere às Ações Preferenciais, foi também considerada a cotação das ADSs na NYSE. A escolha do critério de preço de mercado para a determinação do Preço por Ação foi devidamente justificada, tendo em vista que tal preço não promoverá a diluição injustificada da participação societária dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas ordens de aquisição de Ações no contexto da Oferta Global. Os Acionistas que aderiram

à Oferta Prioritária e os Investidores Não Institucionais que aderiram à Oferta de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* nem, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação.

Para informações adicionais sobre o Preço por Ação e eventual má formação de preço e iliquidez das Ações no mercado secundário, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", em especial o fator de risco "A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá ter impactado adversamente a liquidez das Ações e a definição do Preço por Ação", na página 133 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento, conduzido no Brasil conjuntamente pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, em conformidade com os artigos 23, parágrafo 1º, e 44 da Instrução CVM 400, e no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional.

Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação Ordinária, e não foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação Preferencial, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 15% das Ações Ordinárias e/ou Preferenciais, conforme o caso, objeto da Oferta Global (sem considerar as Ações Suplementares, as ADSs Suplementares). Tendo em vista que foi verificado excesso de demanda, assim entendida a demanda por Ações Preferenciais em número superior ao número de Ações (inclusive na forma de ADSs) inicialmente ofertadas acrescido de 1/3 (sem considerar as Ações Suplementares e as ADSs Suplementares), será vedada a colocação, pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, pelos Coordenadores da Oferta Internacional ou pelos Coordenadores Contratados, de Ações Preferenciais (inclusive na forma de ADSs) aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (inclusive Investidores Estrangeiros e investidores da Oferta Internacional), sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. Adicionalmente, tendo em vista que não foi verificado excesso de demanda, assim entendida a demanda por Ações Ordinárias em número superior ao número de Ações Ordinárias inicialmente ofertadas acrescido de 1/3 (sem considerar as Ações

	Suplementares), será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, pelos Coordenadores da Oferta Internacional ou pelos Coordenadores Contratados, de Ações Ordinárias aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (inclusive Investidores Estrangeiros e investidores da Oferta Internacional). **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário. Não foi considerado investimento efetuado por Pessoas Vinculadas para fins da presente Oferta Global as Ações subscritas/adquiridas em decorrência de contratos de *total return swaps*, firmados no exterior, para proteção (hedge) de operações com derivativos.** Os Acionistas que aderiram exclusivamente à Oferta Prioritária e os Investidores Não Institucionais que aderiram à Oferta de Varejo não participaram do Procedimento de Bookbuilding, nem, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação.
Valor Total da Distribuição	R$4.984.949.221,00, sem considerar as Ações Suplementares.
Data de Liquidação	A liquidação física e financeira da Oferta Global será realizada no último dia do Período de Colocação.
Período de Colocação	Os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional terão o prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, exclusive, para efetuar a colocação das Ações.
Data de Liquidação do Lote Suplementar	A liquidação física e financeira das Ações Suplementares e dos ADSs Suplemenates será realizada em até 3 (três) dias úteis contados a partir da data do exercício da Opção de Lote Suplementar.
Prazo de Distribuição	O prazo para a distribuição das Ações terá início na data de publicação do Anúncio de Início e será encerrado na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início.

Regime de Colocação – Garantia Firme de Liquidação

As Ações da Oferta Brasileira serão distribuídas em mercado de balcão não organizado, sendo as Ações da Oferta Brasileira distribuídas em regime de garantia firme de liquidação individual não solidária, prestada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, na proporção e forma do Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (exceto as Ações Suplementares) subscritas/adquiridas por investidores no âmbito da Oferta Brasileira não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas por tais investidores até a Data de Liquidação, os Coordenadores da Oferta Brasileira liquidarão financeiramente, pelo Preço por Ação fixado de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, a totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações da Oferta Brasileira objeto da garantia firme de liquidação prestada; e (ii) o número de Ações da Oferta Brasileira efetivamente liquidadas no mercado pelos investidores que as subscreveram/adquiriram, observado a proporção e o limite da garantia firme individual e não solidária de liquidação prestada individualmente por cada Coordenador da Oferta Brasileira, na forma do Contrato de Distribuição.

Em caso de exercício da garantia firme de liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta Brasileira durante o Prazo de Distribuição, ou até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, se esta ocorrer primeiro, o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação, em algumas circunstâncias, não estarão sujeitas a tais limites.

Contrato de Distribuição

Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A., celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a BM&FBOVESPA, esta última na qualidade de interveniente anuente.

Contrato de Distribuição Internacional

International Purchase Agreement, contrato celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta Internacional a fim de regular a colocação de Ações Preferenciais sob a forma de *ADSs* no exterior pelos Coordenadores da Oferta Internacional.

Contrato de Colocação Internacional

Placement Facilitation Agreement, contrato celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular a colocação das Ações da Oferta Brasileira no exterior, para Investidores Estrangeiros, pelos Agentes de Colocação Internacional.

Contrato de Estabilização

Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A., celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a Itaú Corretora, a fim de regular a realização de operações bursáteis visando à estabilização do preço das Ações na BM&FBOVESPA, no prazo de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, a partir da data de início da negociação das Ações na BM&FBOVESPA.

Direitos, vantagens e restrições das Ações

As Ações Preferenciais conferem a seus titulares os seguintes direitos, previstos estatutariamente, sem prejuízo dos direitos essenciais e de outros direitos previstos em Lei, regulamento ou no Regulamento do Nível 1 da BM&FBOVESPA: (i) direito de participar proporcionalmente do dividendo obrigatório correspondente a, pelo menos, 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do § 4º do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia; (ii) preferência no reembolso do capital, até o valor de sua participação ideal no capital social, por ocasião de eventual liquidação da Companhia; (iii) direito de serem incluídas em eventual oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle; e (iv) direito de preferência na subscrição de aumento de capital no prazo decadencial de 30 dias, excluído esse quando se tratar de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis e ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou, ainda, permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, hipóteses em que o Conselho de Administração assegurará aos acionistas prioridade na subscrição dos valores mobiliários no prazo decadencial não inferior a 10 dias. As ações preferenciais não conferem direito de voto aos seus titulares. No entanto, este direito pode vir a ser adquirido caso a Companhia não pague dividendos mínimos durante 3 anos. Adicionalmente, os titulares de Ações Preferenciais farão jus aos mesmos direitos que forem conferidos aos demais detentores de ações preferenciais da Companhia, inclusive ao recebimento integral de dividendos e de proventos de qualquer natureza que vierem a ser distribuídos pela Companhia aos seus acionistas, a partir da data de sua subscrição e/ou aquisição, nos termos do previsto no Estatuto Social da

Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, e no Regulamento Nível 1.

As Ações Ordinárias conferem a seus titulares os seguintes direitos, previstos estatutariamente, sem prejuízo dos direitos essenciais e de outros direitos previstos em Lei, regulamento ou no Regulamento do Nível 1 da BM&FBOVESPA: (i) direito de participar proporcionalmente do dividendo obrigatório correspondente a, pelo menos, 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do § 4º do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia; (ii) direito de serem incluídas em eventual oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle; e (iii) direito de preferência na subscrição de aumento de capital no prazo decadencial de 30 dias, excluído esse quando se tratar de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis e ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou, ainda, permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, hipóteses em que o Conselho de Administração assegurará aos acionistas prioridade na subscrição dos valores mobiliários no prazo decadencial não inferior a 10 dias.

Adicionalmente, os titulares de Ações Ordinárias farão jus aos mesmos direitos que forem conferidos aos demais titulares de ações ordinárias da Companhia, inclusive ao recebimento integral de dividendos e de proventos de qualquer natureza que vierem a ser distribuídos pela Companhia aos seus acionistas, a partir da data de sua subscrição e/ou aquisição, nos termos do previsto no Estatuto Social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, e no Regulamento Nível 1.

Cronograma da Oferta Brasileira

Para informações acerca dos principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta Global, veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Cronograma da Oferta", na página 87 deste Prospecto.

Fatores de Risco	Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir da página 133 deste Prospecto, bem como os Fatores de Risco descritos nas seções 4 e 5 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, nas páginas 340 e 372, para ciência dos fatores de risco que devem ser considerados em relação à subscrição e/ou aquisição das Ações.
Inadequação da Oferta a Certos Investidores	Não há inadequação específica da Oferta Global a determinado grupo ou categoria de investidor. No entanto, a Oferta Global não é adequada a investidores avessos ao risco inerente ao investimento em ações. Como todo e qualquer investimento em ações, a aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", a partir da página 133 deste Prospecto e as seções 4 e 5 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, nas páginas 340 e 372, para ciência dos fatores de risco que devem ser considerados em relação à subscrição e/ou aquisição das Ações, bem como sua participação na Oferta Global.
Restrição à Negociação de Ações (*Lock-up*)	Nos termos dos contratos de restrição à negociação de ações de emissão da Companhia assinados com os Coordenadores da Oferta Internacional (*Lock-Ups*), salvo na hipótese de prévio consentimento por escrito dos Coordenadores Oferta Internacional, a Companhia, seus administradores e os Acionistas Vendedores ("Pessoas Sujeitas a Restrições de Transferência de Valores Mobiliários") obrigam-se a, durante o período de 90 dias, a contar da data de assinatura do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional ("Período de Restrição"): (i) não emitir, ofertar, dar em garantia, vender, contratar a venda, vender ou contratar a venda de qualquer opção, adquirir ou contratar a aquisição de qualquer opção, outorgar qualquer opção, direito, garantia ou, de qualquer forma, dispor de ou transferir quaisquer ações emitidas pela Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis, ou que permitam o exercício de direitos de recebimento de quaisquer ações emitidas pela Companhia, sejam elas de titularidade atual ou venham a ser adquiridas posteriormente pelas Pessoas Sujeitas a Restrições de Transferência de Valores Mobiliários, ou com relação às quais as Pessoas Sujeitas a Restrições de Transferência de Valores Mobiliários possuam ou venham a adquirir poderes para dispor, registrar, ou fazer com que seja levada a registro um *registration statement*, nos termos do *Securities Act* ("Valores Mobiliários Sujeitos a Restrição"); ou (ii) celebrar qualquer contrato de *swap*, qualquer outro contrato

ou qualquer operação que transfira, no total ou em parte, direta ou indiretamente, os produtos econômicos relacionados à titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos a Restrição, caso qualquer referido *swap* ou operação descrita nos itens (i) ou (ii) seja liquidada por meio da entrega de ações emitidas pela Companhia, de outros valores mobiliários, em recursos disponíveis ou de qualquer outra forma.

Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes no presente Prospecto, nos termos do artigo 56 e 56-A da Instrução CVM 400, as quais encontram-se anexas a este Prospecto a partir da página 189.

Informações Adicionais

O pedido de registro da Oferta Global foi solicitado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder à CVM, em 23 de março de 2011. A Oferta Brasileira foi registrada pela CVM em 13 de abril de 2011, sob o nº CVM/SRE/REM/2011/012 e nº CVM/SRE/REM/2011/013 (Distribuição Primária) e nº CVM/SRE/SEC/2011/006 (Distribuição Secundária).

Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta Global, veja a seção Informações Relativas à Oferta, na página 60 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

Apresentamos a seguir um sumário do balanço patrimonial e da demonstração de resultado assim como outras informações para os períodos ali indicados. As informações financeiras abaixo devem ser lidas em conjunto com as informações contidas nas demonstrações financeiras da Companhia e as respectivas notas explicativas e pareceres e relatórios dos auditores independentes, bem como com o Formulário de Referência da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 são apresentadas, neste Prospecto, de acordo com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board — IASB* (conhecido como *International Financial Reporting Standards — IFRS*), e encontram-se anexas ao Prospecto. Essas demonstrações financeiras foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e os pareceres de auditoria, sem ressalvas, também se encontram-se anexos a este Prospecto.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas, estão demonstradas na nota 2.22. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros e florestamento/reflorestamento do ativo imobilizado, os quais são mensurados pelo valor justo.

Informações Financeiras Anuais relativos aos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 2008

Contas Patrimoniais

As tabelas a seguir apresentam os valores relativos e derivados dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia, e nas datas indicadas:

(Valores expressos em milhares de reais)							Análise horizontal	
	2008	Análise vertical	2009	Análise vertical	2010	Análise vertical	2008/2009	2009/2010
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	2.026.609	3,4%	2.091.944	4,7%	1.061.034	2,5%	3,2%	-49,3%
Aplicações financeiras em títulos para negociação	2.759.486	4,7%	2.619.418	5,9%	1.105.902	2,6%	-5,1%	-57,8%
Aplicações financeiras em títulos disponíveis para venda	627.151	1,1%	58.296	0,1%	9.559	0,0%	-90,7%	-83,6%
Contas a receber de clientes	3.683.933	6,2%	2.585.709	5,8%	3.153.027	7,4%	-29,8%	21,9%
Estoques	10.398.263	17,6%	5.751.593	12,9%	6.797.785	15,8%	-44,7%	18,2%
Créditos tributários	857.923	1,5%	788.564	1,8%	586.056	1,4%	-8,1%	-25,7%
Ganhos não realizados com derivativos	10.035	0,0%	5.737	0,0%	783	0,0%	-42,8%	-86,4%
Outras contas a receber	412.140	0,7%	263.425	0,6%	231.798	0,5%	-36,1%	-12,0%
	20.775.540	35,2%	14.164.686	31,8%	12.945.944	30,2%	-31,8%	-8,6%
ATIVO NÃO-CIRCULANTE								
Aplicações financeiras em títulos disponíveis para venda	77.563	0,1%	49.690	0,1%	26.797	0,1%	-35,9%	-46,1%
Créditos tributários	521.441	0,9%	484.434	1,1%	401.222	0,9%	-7,1%	-17,2%
Imposto de renda/contribuição social diferidos	1.766.355	3,0%	1.347.036	3,0%	1.579.011	3,7%	-23,7%	17,2%
Ganhos não realizados com derivativos	68.145	0,1%	14.297	0,0%	5.529	0,0%	-79,0%	-61,3%
Depósitos judiciais	258.620	0,4%	324.678	0,7%	493.502	1,2%	25,5%	52,0%
Outras contas a receber	452.783	0,8%	314.348	0,7%	212.180	0,5%	-30,6%	-32,5%
Gastos antecipados com plano de pensão	271.447	0,5%	516.360	1,2%	437.072	1,0%	90,2%	-15,4%
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	1.775.073	3,0%	1.199.910	2,7%	1.264.520	2,9%	-32,4%	5,4%
Outros investimentos	21.768	0,0%	19.635	0,0%	19.002	0,0%	-9,8%	-3,2%
Ágios	11.294.102	19,1%	8.424.341	18,9%	8.158.098	19,0%	-25,4%	-3,2%
Outros intangíveis	1.712.930	2,9%	992.800	2,2%	1.176.823	2,7%	-42,0%	18,5%
Imobilizado	20.054.747	34,0%	16.731.101	37,5%	16.171.560	37,7%	-16,6%	-3,3%
	38.274.974	64,8%	30.418.630	68,2%	29.945.316	69,8%	-20,5%	-1,6%
TOTAL DO ATIVO	59.050.514	100,0%	44.583.316	100,0%	42.891.260	100,0%	-24,5%	-3,8%

(Valores expressos em milhares de reais)							Análise horizontal	
	2008	Análise vertical	2009	Análise vertical	2010	Análise vertical	2008/2009	2009/2010
PASSIVO CIRCULANTE								
Fornecedores	2.855.419	4,8%	1.705.058	3,8%	1.783.274	4,2%	-40,3%	4,6%
Empréstimos e financiamentos	3.788.085	6,4%	1.356.781	3,0%	1.577.968	3,7%	-64,2%	16,3%
Debêntures	145.034	0,2%	-	-	115.069	0,3%	-	-
Impostos e contribuições sociais a recolher	517.272	0,9%	675.681	1,5%	524.967	1,2%	30,6%	-22,3%
Salários a pagar	551.941	0,9%	354.518	0,8%	475.237	1,1%	-35,8%	34,1%
Dividendos a pagar	7.820	0,0%	365.811	0,8%	90.289	0,2%	4577,9%	-75,3%
Perdas não realizadas com derivativos	69.435	0,1%	2.483	0,0%	-	-	-96,4%	-
Provisão para passivos ambientais	17.759	0,0%	9.835	0,0%	29.191	0,1%	-44,6%	196,8%
Outras contas a pagar	522.672	0,9%	348.354	0,8%	425.905	1,0%	-33,4%	22,3%
	8.475.437	14,4%	4.818.521	10,8%	5.021.900	11,7%	-43,1%	4,2%
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	18.595.002	31,5%	12.563.155	28,2%	12.360.056	28,8%	-32,4%	-1,6%
Debêntures	705.715	1,2%	600.979	1,3%	616.902	1,4%	-14,8%	2,6%
Imposto de renda/contribuição social diferidos	3.060.268	5,2%	2.273.759	5,1%	2.270.849	5,3%	-25,7%	-0,1%
Perdas não realizadas com derivativos	314.267	0,5%	90.377	0,2%	92.476	0,2%	-71,2%	2,3%
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	467.076	0,8%	447.171	1,0%	645.375	1,5%	-4,3%	44,3%
Provisão para passivos ambientais	74.996	0,1%	66.642	0,1%	42.902	0,1%	-11,1%	-35,6%
Beneficios a empregados	1.275.985	2,2%	961.300	2,2%	834.471	1,9%	-24,7%	-13,2%
Obrigações por compra de ações	698.321	1,2%	518.096	1,2%	516.706	1,2%	-25,8%	-0,3%
Outras contas a pagar	339.869	0,6%	238.523	0,5%	342.008	0,8%	-29,8%	43,4%
	25.531.499	43,2%	17.760.002	39,8%	17.721.745	41,3%	-30,4%	-0,2%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	14.184.805	24,0%	14.184.805	31,8%	15.651.352	36,5%	0,0%	10,3%
Ações em tesouraria	(122.820)	-0,2%	(124.685)	-0,3%	(161.405)	-0,4%	1,5%	29,5%
Outras reservas	1.426	0,0%	66.658	0,1%	366.602	0,9%	4574,5%	450,0%
Reserva de lucros	4.985.664	8,4%	5.720.610	12,8%	5.497.895	12,8%	14,7%	-3,9%
Ajustes de avaliação patrimonial	1.117.427	1,9%	(1.339.915)	-3,0%	(1.884.002)	-4,4%	-219,9%	40,6%
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	20.166.502	34,2%	18.507.473	41,5%	19.470.442	45,4%	-8,2%	5,2%
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	4.877.076	8,3%	3.497.320	7,8%	677.173	1,6%	-28,3%	-80,6%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.043.578	42,4%	22.004.793	49,4%	20.147.615	47,0%	-12,1%	-8,4%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	59.050.514	100,0%	44.583.316	100,0%	42.891.260	100,0%	-24,5%	-3,8%

Resultados Operacionais

Na tabela a seguir apresentamos os valores relativos à demonstração de resultado consolidado da Companhia é apresentado para os períodos indicados:

(Valores expressos em milhares de reais)							Análise horizontal	
	2008	Análise vertical	2009	Análise vertical	2010	Análise vertical	2008/2009	2009/2010
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	41.907.845	100,0%	26.540.050	100,0%	31.393.209	100,0%	-36,7%	18,3%
Custo das vendas	(31.228.035)	-74,5%	(22.305.550)	-84,0%	(25.873.476)	-82,4%	-28,6%	16,0%
LUCRO BRUTO	10.679.810	25,5%	4.234.500	16,0%	5.519.733	17,6%	-60,4%	30,4%
Despesas com vendas	(479.551)	-1,1%	(429.612)	-1,6%	(551.547)	-1,8%	-10,4%	28,4%
Despesas gerais e administrativas	(2.284.857)	-5,5%	(1.714.494)	-6,5%	(1.805.914)	-5,8%	-25,0%	5,3%
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(1.072.190)	-4,0%	336.346	1,1%	-	-131,4%
Custos de reestruturação	-	-	(150.707)	-0,6%	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	205.676	0,5%	190.157	0,7%	207.320	0,7%	-7,5%	9,0%
Outras despesas operacionais	(116.064)	-0,3%	(101.810)	-0,4%	(100.840)	-0,3%	-12,3%	-1,0%
Resultado da equivalência patrimonial	122.808	0,3%	(108.957)	-0,4%	39.454	0,1%	-188,7%	-136,2%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	8.127.822	19,4%	846.887	3,2%	3.644.552	11,6%	-89,6%	330,3%
Receitas financeiras	484.046	1,2%	436.236	1,6%	295.563	0,9%	-9,9%	-32,2%
Despesas financeiras	(1.620.782)	-3,9%	(1.286.368)	-4,8%	(1.097.633)	-3,5%	-20,6%	-14,7%
Variação cambial, líquida	(1.035.576)	-2,5%	1.060.883	4,0%	104.364	0,3%	-202,4%	-90,2%
Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido	(62.396)	-0,1%	(26.178)	-0,1%	12.392	0,0%	-58,0%	-147,3%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	5.893.114	14,1%	1.031.460	3,9%	2.959.238	9,4%	-82,5%	186,9%
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	(1.423.660)	-3,4%	(303.272)	-1,1%	(642.306)	-2,0%	-78,7%	111,8%
Diferido	475.444	1,1%	276.320	1,0%	140.447	0,4%	-41,9%	-49,2%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	4.944.898	11,8%	1.004.508	3,8%	2.457.379	7,8%	-79,7%	144,6%
ATRIBUÍDO A:								
Participação dos acionistas controladores	3.940.505	9,4%	1.121.966	4,2%	2.142.488	6,8%	-71,5%	91,0%
Participação dos acionistas não-controladores	1.004.393	2,4%	(117.458)	-0,4%	314.891	1,0%	-111,7%	-368,1%
	4.944.898	11,8%	1.004.508	3,8%	2.457.379	7,8%	-79,7%	144,6%
Lucro básico por ação - ordinária e preferencial	2,83		0,79		1,50			
Lucro diluído por ação - ordinária e preferencial	2,83		0,79		1,50			

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA BRASILEIRA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Companhia

Gerdau S.A.
Avenida Farrapos, nº 1.811
90.220-005, Porto Alegre, RS
Tel: (55 51) 3323-2000
Fax: (55 51) 3323-2281
At.: Sr. Osvaldo Burgos Schirmer
www.gerdau.com

Acionistas Vendedores

Metalúrgica Gerdau S.A.
Avenida Farrapos, nº 1.811
90.220-005, Porto Alegre, RS
Tel: (55 51) 3323-2703
Fax: (55 51) 3323-2281
At.: Sr. Osvaldo Burgos Schirmer
www.gerdau.com

Gerdau BG Participações S.A.
Avenida Farrapos, nº 1.811
90.220-005, Porto Alegre, RS
Tel: (55 51) 3323-2703
Fax: (55 51) 3323-2281
At.: Sr. Osvaldo Burgos Schirmer
www.gerdau.com

Coordenadores da Oferta

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 9º andar
04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fábio Nazari
Tel.: (55 11) 3383-2000
Fax: (55 11) 3383-2001
www.btgpactual.com

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 5º andar
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Fernando Iunes
Tel: (55 11) 3708-3000
Fax: (55 11) 3708-8107
www.itaubba.com.br

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Paulista, 1.450, 8º andar
01310-917, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Boetger
Tel.: (11) 2178-4800
Fax: (11) 2178-4880
www.bradescobbi.com.br

Coordenadores Contratados

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Av. Brig. Faria Lima 3400, 18º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sr. João Paulo Torres
Tel: (55 11) 2188-4000
Fax: (55 11) 2188-4009
http://www.merrilllynch-brasil.com.br

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, nº 510,
13º andar - 04543-906, São Paulo, SP
At.: Sr. Daniel Hagge
Tel: (55 11) 3841-3296
Fax: (55 11) 3841-3300
http://www.bnpparibas.com.br

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, 1.111, 11° e 14° andares (parte)
01310-917, São Paulo, SP
At.: Sr. Pérsio Dangot
Tel: (55 11) 4009-2238
Fax: (55 11) 2845-2402
http://www.citibank.com.br

Banco Crédit Agricole Brasil S.A.
Alameda Itu, n° 852, 16o andar
01421-001 - São Paulo, SP
At.: Sra. Graciema Bertoletti / Sr. Denis Demange
Tel: (55 11) 3896-6295
Fax: (55 11) 3896-6255
http://www.ca-cib.com.br/

HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo
Avenida Brigadeiro Faria Lima n° 3.064, 4° andar
04532-010, São Paulo – SP
At.: Sr. Mickael Malka
Tel: (55 11) 3847-9515
Fax: (55 11) 3847-9857
http://www.hsbc.com.br

Banco J.P. Morgan S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3729, 13º andar
CEP: 04538-905, São Paulo, SP
At.: Sr. Altamir Silva
Tel: (55 11) 3048-3700
Fax: (55 11) 3048-3760
http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/

Banco Morgan Stanley S.A.
Av. Brig. Faria Lima 3600, 6º andar e 7º andar
04538-132, São Paulo, SP - Brasil
At.: Sr. Alessandro Zema
Tel: (55 11) 3048-6000
Fax: (55 11) 3048-6010
http://www.morganstanley.com.br

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Juscelino Kubitschek, 2235, 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo - SP
Tel: (55 11) 3012-7181
Fax: (55 11) 3012-7393
At.: Sr. Glenn Mallett
http://www.santandercorretora.com.br

Consultores Legais Locais da Companhia	Consultores Legais Estrangeiros da Companhia
Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados Av. Presidente JK, 1455, 10º andar 04543-011, São Paulo, SP Tel.: (55 11) 2179-4600 Fax: (55 11) 2179-4597 At.: Srs. Paulo Aragão/Fabíola Cavalcanti www.bmalaw.com.br	**Greenberg Traurig, LLP** 200, Park Avenue 10166 – New York, NY Tel.: (1 212) 801-9380 Fax.: (1 212) 805-9380 At.: Sr. Ross Kaufman www.gtlaw.com

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta Global	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta Global
Lefosse Advogados Rua Iguatemi, 151 – 14º andar 01451-011 São Paulo – SP Tel.: (11) 3024-6231 Fax: (11) 3024-6200 At.: Sr. Rodrigo Junqueira www.lefosse.com.br	**Milbank, Tweed, Hadley & McCloy LLP** Rua Colômbia, 325 01438-000 São Paulo -- SP Tel.: (11) 2787-6328 Fax: (11) 2787-6468 At.: Sr. Tobias Stirnberg www.milbank.com

Auditores Independentes da Companhia
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Avenida Carlos Gomes, 403, 12º andar 90480-003, Porto Alegre -- RS Sr. Roberto Wagner Promenzio Tel.: (55 51) 3327-8800 Fax: (55 51) 3328-3031 www.deloitte.com

As declarações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se anexas a este Prospecto a partir da página 189.

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS À COMPANHIA

As informações referentes às seções relacionadas (i) aos Fatores de Risco da Companhia e de seu mercado de atuação; (ii) às informações financeiras da Companhia; e (iii) a outras informações relativas à Companhia, tais como histórico, atividades, Administração, pessoal, pendências judiciais e administrativas e operações com partes relacionadas, podem ser encontradas no Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 e arquivado na CVM em 24 de janeiro de 2011, o qual se encontra incorporado por referência a este Prospecto.

Este Prospecto está disponível nos seguintes *websites* da Companhia, dos Acionistas Vendedores, da CVM, da BM&FBOVESPA, dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores Contratados:

- http://www.gerdau.com/home – nesse website, clicar em "Investidores", posteriormente, na coluna esquerda, "Informações Financeiras", acessar "Informações Complementares", e, a seguir, "Prospecto de Distribuição Pública".

- www.cvm.gov.br – nesse website clicar em "Participantes do Mercado" – "Companhias Abertas" – "Prospectos de Ofertas Públicas de Distribuição", digitar "Gerdau S.A.", posteriormente clicar em "Gerdau S.A.", finalmente, no assunto "Prospecto Definitivo", clicar em "Consulta".

- www.bmfbovespa.com.br – nesse *website*, no canto superior direito, clicar em "Empresas Listadas", depois digitar "Gerdau S.A.", posteriormente acessar "GERDAU S.A.", "Informações Relevantes", "Prospecto de Distribuição Pública" e, novamente, "Prospecto de Distribuição Pública".

- https://www.btgpactual.com/home/AreasDeNegocios.aspx/BancoDeInvestimento/Mercado_de_Capitais – neste website clicar em "2011" e, em seguida, no item "Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A.", clicar em "Prospecto Definitivo".

- www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp - neste website acessar "Oferta Follow-on da Gerdau S.A. 2011 – Prospecto Definitivo".

- http://www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas/ - neste *website*, acessar "Gerdau" e, posteriormente, "Prospecto Definitivo".

- www.merrilllynch-brasil.com.br – neste *website* acessar "Gerdau S.A." e, em seguida, no item "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A.", clicar em "Prospecto Definitivo".

- www.citibank.com.br – neste website acessar o menu "O que você Procura", clicar em "Prospectos de Operações" e, posteriormente, "Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Preferenciais e Ordinárias e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A.".

- http://www.hsbc.com.br/prospectos – neste website acessar "Prospecto Definitivo – Gerdau S.A."

- www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/gerdau – neste website acessar "Gerdau S.A. - Prospecto Brasileiro".

- http://www.santandercorretora.com.br – neste website acessar "Ofertas Públicas", clicar no logo da Companhia, e, em seguida, "Prospecto Definitivo".

- http://www.bnpparibas.com.br – neste website acessar "Download Center", e depois "Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau".

- www.ca-cib.com.br – neste website clicar em "Prospectos de Operações de Mercado de Capitais" e posteriormente clicar em "Gerdau - Prospecto Definitivo de Emissão de Ações".

- www.morganstanley.com.br/prospectos – neste website, no item "Prospectos Locais", clicar em "Prospecto Definitivo Gerdau S.A.".

Nos itens acima, o investidor terá acesso a este Prospecto que contém o Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 e arquivado na CVM em 23 de março de 2011, em sua versão nº 1.

Os investidores devem ler as Seções "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 31 e 133 deste Prospecto e os itens "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA

Na data deste Prospecto, nosso capital social é de R$15.666.547.445,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 505.600.573 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal e 1.011.201.145 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nosso capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.500.000.000 ações ordinárias e 3.000.000.000 ações preferenciais, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias e/ou preferenciais a serem emitidas e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações de emissão da Companhia e por nossos Conselheiros, bem como as ações mantidas em tesouraria, na data deste Prospecto:

Acionista	Ações Ordinárias	(%)	Ações Preferenciais	(%)	Total	(%)
Metalúrgica Gerdau S.A.	378.218.185	74,8%	261.355.769	25,8%	639.573.954	42,2%
BNDESPAR Participações S.A.	35.917.222	7,1%	14.162.154	1,4%	50.079.376	3,3%
Gerdau BG Participações S.A.	9.014.079	1,8%	60.485.715	6,0%	69.499.794	4,6%
Administradores	103.606	0,0%	830.896	0,1%	934.502	0,1%
Tesouraria	1.697.538	0,3%	12.459.663	1,2%	14.157.201	0,9%
Outros	80.649.943	16,0%	661.906.948	65,5%	742.556.891	49,0%
Total	**505.600.573**	**100,0%**	**1.011.201.145**	**100,0%**	**1.516.801.718**	**100,0%**

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações de emissão da Companhia e por nossos Conselheiros, bem como as ações mantidas em tesouraria, após a conclusão da Oferta Global, assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Suplementares:

Acionista	Ações Ordinárias	(%)	Ações Preferenciais	(%)	Total	(%)
Metalúrgica Gerdau S.A.	439.481.676	76,6%	252.841.484	22,1%	692.323.160	40,3%
BNDESPAR Participações S.A.	35.917.222	6,3%	14.162.154	1,2%	50.079.376	2,9%
Gerdau BG Participações S.A.	10.230.979	1,8%	0	0,0%	10.230.979	0,6%
Administradores	103.606	0,0%	830.896	0,1%	934.502	0,1%
Tesouraria	1.697.538	0,3%	12.459.663	1,1%	14.157.201	0,8%
Outros	86.196.462	15,0%	865.737.048	75,5%	951.933.510	55,4%
Total	**573.627.483**	**100,0%**	**1.146.031.245**	**100,0%**	**1.719.658.728**	**100,0%**

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações de emissão da Companhia e por nossos Conselheiros, bem como as ações mantidas em tesouraria, após a conclusão da Oferta Global, assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares:

Acionista	Ações Ordinárias	(%)	Ações Preferenciais	(%)	Total	(%)
Metalúrgica Gerdau S.A.	439.481.676	75,3%	252.841.484	21,7%	692.323.160	39,6%
BNDESPAR Participações S.A.	35.917.222	6,2%	14.162.154	1,2%	50.079.376	2,9%
Gerdau BG Participações S.A.	10.230.979	1,8%	0	0,0%	10.230.979	0,6%
Administradores	103.606	0,0%	830.896	0,1%	934.502	0,1%
Tesouraria	1.697.538	0,3%	12.459.663	1,1%	14.157.201	0,8%
Outros	96.400.498	16,5%	886.145.120	76,0%	982.545.618	56,1%
Total	**583.831.519**	**100,0%**	**1.166.439.317**	**100,0%**	**1.750.270.836**	**100,0%**

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS DA DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA NAS CONTAS PATRIMONIAIS

Dos recursos provenientes da Distribuição Primária, a totalidade dos recursos será destinada a conta de capital social, não sendo constituídas reservas específicas.

ACIONISTAS VENDEDORES

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

Metalúrgica Gerdau

A Metalúrgica Gerdau S.A. é uma holding controlada pela família Gerdau Johannpeter e por meio da qual controla a Companhia. Tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA sob os códigos GOAU3 (ações ordinárias) e GOAU4 (ações preferenciais).

Gerdau BG

A Gerdau BG Participações S.A. é uma *holding* controlada pela Metalúrgica Gerdau S.A. em 99,99% e seu único ativo é uma participação de 4,58% na Companhia. A Companhia, por meio de suas controladas, é líder na produção de aços longos nas Américas e uma das maiores fornecedoras de aços longos especiais no mundo. Tem presença industrial em 14 países, com operações nas Américas, na Europa e na Ásia, as quais somam uma capacidade instalada de 26 milhões de toneladas de aço.

DESCRIÇÃO DA OFERTA GLOBAL

A Oferta Global compreenderá (a) a distribuição pública de Ações Preferenciais e de Ações Ordinárias no Brasil (exceto na forma de ADSs) ("Ações da Oferta Brasileira"), em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, a ser coordenada conjuntamente pelos

Coordenadores da Oferta Brasileira, com a participação das Instituições Consorciadas e dos Coordenadores Contratados, incluindo esforços de colocação das Ações da Oferta Brasileira no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros, nos termos do Contrato de Colocação Internacional ("Oferta Brasileira"); e, simultaneamente, (b) a distribuição pública de Ações Preferenciais no exterior, sob a forma de ADSs (ADSs em conjunto com as Ações da Oferta Brasileira, "Ações da Oferta Global"), sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta Internacional, em uma oferta registrada de acordo com o *Securities Act*, respeitada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor ("Oferta Internacional"), nos termos do Contrato de Distribuição Internacional. Cada ADS representa 1 (uma) Ação Preferencial.

A Oferta Brasileira foi realizada no Brasil, com esforços de venda no exterior, mediante registro junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. A Oferta Brasileira não foi e nem será registrada na SEC ou em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer país, exceto o Brasil.

A Oferta Internacional foi realizada mediante registro nos Estados Unidos da América junto à SEC, em conformidade com os procedimentos previstos no *Securities Act*.

No âmbito da Oferta Global, serão distribuídas, inicialmente, (a) 68.026.910 (sessenta e oito milhões, vinte e seis mil, novecentas e dez) Ações Ordinárias e 134.830.100 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentas e trinta mil e cem) Ações Preferenciais (diretamente ou sob a forma de ADSs), objeto da Distribuição Primária, ambas emitidas pela Companhia dentro do limite de capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com prioridade para os Acionistas na subscrição das referidas Ações Ordinárias e Ações Preferenciais da Oferta Primária, nos termos da Oferta Prioritária descrita abaixo; e (b) 69.000.000 (sessenta e nove milhões) Ações Preferenciais da Oferta Secundária (diretamente ou sob a forma de ADSs) de titularidade dos Acionistas Vendedores, objeto da Distribuição Secundária. Poderá haver realocação de Ações Preferenciais entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional (ofertadas diretamente ou sob a forma de ADSs), em função da demanda verificada no Brasil e no exterior, durante o curso da Oferta Global, na forma prevista no Contrato de Intersindicalização.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definido), não foi a critério da Companhia, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional, acrescida em até 13,3% das Ações Preferenciais e 20% das Ações Ordinárias inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global.

Adicionalmente, a quantidade de Ações a ser inicialmente ofertada no âmbito da Oferta Global poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 20.408.072 novas ações preferenciais a serem emitidas pela Companhia e 10.204.036 novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, equivalentes a até 10% (dez por cento) das Ações Preferenciais da Oferta e até 15% das Ações Ordinárias

inicialmente ofertadas (respeitada dessa forma, no caso de exercício integral da Opção de Lote Suplementar, a proporção de 1/3 (um terço) de ações ordinárias e 2/3 (dois terços) de ações preferenciais de emissão da Companhia) ("Ações Suplementares"), inclusive Ações Preferenciais sob a forma de ADSs ("ADSs Suplementares"), conforme (i) opção de distribuição de Ações Suplementares ("Opção de Ações Suplementares"), deduzidas as ADSs Suplementares que forem objeto de exercício da Opção de ADSs Suplementares, outorgada pela Companhia ao Itaú BBA; e (ii) opção de distribuição de ADSs Suplementares, conforme opção outorgada pela Companhia ao Itau BBA USA Securities, Inc. ("Opção de ADSs Suplementares" e, em conjunto com a Opção de Ações Suplementares, apenas "Opção de Lote Suplementar").

A Opção de Ações Suplementares poderá ser exercida pelo Itaú BBA, total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta Brasileira, e a Opção de ADSs Suplementares poderá ser exercida pelo Itau BBA USA Securities, Inc., total ou parcialmente, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta Internacional, e desde que a decisão de sobrealocação de ações preferenciais e ações ordinárias de emissão da Companhia e ADSs, conforme o caso, tenha sido tomada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional, respectivamente, no momento em que for fixado o Preço por Ação, ambas, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição Internacional e do Contrato de Distribuição e por um período de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, da data de publicação do Anúncio de Início, nas mesmas condições e preço das Ações ou das ADSs, conforme o caso, inicialmente ofertadas. As Ações Suplementares e as ADSs Suplementares serão destinadas a atender a um eventual excesso de demanda referente às Ações Ordinárias e Ações Preferenciais (inclusive ADSs) que vier a ser constatado na Oferta Global.

A proporção de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais objeto da Distribuição Primária, inclusive na hipótese de exercício da Opção de Lote Suplementar, será sempre, no máximo, de 1/3 (um terço) de Ações Ordinárias e 2/3 (dois terços) de Ações Preferenciais. Desta forma, (i) a estabilização das Ações Ordinárias somente será realizada de forma acessória e vinculada ao processo de estabilização das Ações Preferenciais de modo a garantir a proporção acima mencionada quando do exercício da Opção do Lote Suplementar; e (ii) na hipótese em que haja necessidade de intervenção estabilizadora exclusivamente com relação às Ações Ordinárias, esta não ocorrerá.

As Ações da Oferta Brasileira serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta Brasileira em regime de garantia firme de liquidação, individual e não solidária, prestada pelos Coordenadores da Oferta Brasileira. Esta garantia é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, deferido o registro da Oferta Brasileira pela CVM, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, disponibilizado o Prospecto Definitivo e publicado o Anúncio de Início.

As Ações da Oferta Brasileira que forem objeto de esforços de colocação no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei n.º 6.385. As Ações Preferenciais objeto da Oferta Internacional serão distribuídas no exterior pelos Coordenadores da Oferta Internacional, inclusive sob a forma de ADSs, representadas por ADRs, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Oferta Global e a Distribuição Primária foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 22 de março de 2011, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no Valor Econômico Edição de São Paulo e no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro em 23 de março de 2011, tendo sido registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 6 de abril de 2011 sob o n.º 00002167142. A Distribuição Secundária foi aprovada (i) em reunião do Conselho de Administração da Metalúrgica Gerdau, realizada em 22 de março de 2011, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, no Valor Econômico, Edição de São Paulo e no Jornal do Comércio de Porto Alegre em 23 de março de 2011, tendo sido registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 5 de abril de 2011 sob o n.º 3445437; e (ii) em Assembleia Geral Extraordinária da Gerdau BG, realizada em 22 de março de 2011, cuja ata foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e no Jornal do Comércio de Porto Alegre em 23 de março de 2011, tendo sido registrada perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 5 de abril de 2011 sob o n.º 3445438.

O Preço por Ação e o efetivo aumento do capital social foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada conjuntamente com o Conselho Fiscal, em 12 de abril de 2011, a qual será rerratificada em nova reunião do Conselho de Administração a ser realizada em 13 de abril de 2011. A ata referente à reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de abril de 2011cuja ata será publicada no Valor Econômico, Edição de São Paulo, e no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro em 13 de abril de 2011, e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 14 de abril de 2011, a qual se encontra em fase de registro perante a JUCERJA. A ata de rerratificação referente à reunião do Conselho de Administração que deverá ocorrer em 13 de abril de 2011 deverá ser publicada no Valor Econômico, Edição de São Paulo, no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 14 de abril de 2011, e deverá ser também submetida a registro perante a JUCERJA.

O Preço por Ação, a quantidade final de ações preferenciais a serem alienadas e a quantidade final de ações ordinárias a serem subscritas pelos Acionistas Vendedores foram aprovadas: (i) pela Diretoria da Gerdau BG, em reunião realizada em 12 de abril de 2011 (conforme autorização dos acionistas de tal sociedade, por ocasião da assembleia geral extraordinária realizada em 22 de março de 2011),

cuja ata será publicada no Jornal do Comércio de Porto Alegre em 13 de abril de 2011, e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 14 de abril de 2011; e (ii) pelo Conselho de Administração da Metalúrgica Gerdau, em reunião realizada em 12 de abril de 2010, cuja ata será publicada no Valor Econômico, Edição de São Paulo, e no Jornal do Comércio de Porto Alegre, em 13 de abril de 2011, e no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 14 de abril de 2011. Referidas atas encontram-se atualmente em fase de registro perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul.

PREÇO POR AÇÃO

O Preço por Ação, tanto no caso das Ações Preferenciais quanto no caso das Ações Ordinárias, foi fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, tendo como parâmetro (a) a cotação das Ações na BM&FBOVESPA; e (b) as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto aos Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. Especificamente no que se refere às Ações Preferenciais, será também considerada a cotação das ADSs na NYSE.

No que diz respeito às Ações Preferenciais, o Preço por Ação será calculado inicialmente em dólares norte americanos e convertido para reais com base na taxa de câmbio disponibilizada pelo Banco Central do Brasil através do SISBACEN, na data de celebração do Contrato de Distribuição.

A escolha do critério de preço de mercado para a determinação do Preço por Ação foi devidamente justificada, tendo em vista que tal preço não promoverá a diluição injustificada da participação societária dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas ordens de aquisição de Ações no contexto da Oferta Global.

Os Acionistas que aderiram exclusivamente à Oferta Prioritária e os Investidores Não Institucionais que aderiram à Oferta de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*, nem, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação.

COTAÇÃO E ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES NA BM&FBOVESPA E NA NYSE

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA sob o código "GGBR3". As ações preferenciais de emissão da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA sob o código "GGBR4" e na NYSE, na forma de ADSs, sob o código "GGB". O Programa de *Depositary Receipts* da Companhia para negociação de suas ações preferenciais na NYSE foi aprovado pela CVM em 7 de novembro de 1997 sob o n.º CVM/GER/RDR97/009.

Ações Ordinárias

A tabela abaixo indica as cotações mínima, média e máxima das ações ordinárias de nossa emissão na BM&FBOVESPA para os períodos indicados.

	Mínimo	Médio [1]	Máximo
2006 [2, 3, 4, 5, 6]	8,39	11,38	13,89
2007 [7, 8, 9, 10]	12,42	16,74	20,45
2008 [11, 12, 13, 14, 15]	8,35	20,24	31,54
2009 [16, 17]	8,61	15,47	22,62
2010 [18, 19, 20, 21]	14,84	18,49	23,46
2009			
Primeiro Trimestre [16]	8,61	11,13	14,45
Segundo Trimestre	10,22	13,64	16,64
Terceiro Trimestre	13,77	16,44	18,60
Quarto Trimestre [17]	17,45	20,70	22,62
2010			
Primeiro Trimestre [18]	18,21	20,20	22,35
Segundo Trimestre [19]	16,29	19,38	23,46
Terceiro Trimestre [20]	16,62	17,90	19,41
Quarto Trimestre [21]	14,84	16,54	17,75
Setembro de 2010	16,99	17,93	18,57
Outubro de 2010	15,56	16,37	17,17
Novembro de 2010 [21]	14,84	16,53	17,75
Dezembro de 2010	15,57	16,69	17,69
Janeiro de 2011	16,03	17,52	18,49
Fevereiro de 2011	16,69	17,30	18,12
Março de 2011 [22]	15,68	16,44	17,43
Abril de 2011 [23]	15,60	15,85	16,18

Fonte: Bloomberg

(1) Calculado como média dos preços de fechamento no período.
(2) A partir de 20 de fevereiro de 2006, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 02 de março de 2006.
(3) Ajustado para refletir a bonificação de ações de 50% ocorrido em 31 de março de 2006 e para refletir a bonificação das ADSs de 50% ocorridos em 20 de abril de 2006.
(4) A partir de 16 de maio de 2006, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 25 de maio de 2006.
(5) A partir de 15 de agosto de 2006, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 24 de agosto de 2006.
(6) A partir de 22 de novembro de 2006, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 30 de novembro de 2006.
(7) A partir de 22 de fevereiro de 2007, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 06 de março de 2007.
(8) A partir de 15 de maio de 2007, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 24 de maio de 2007.
(9) A partir de 20 de agosto de 2007, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 29 de agosto de 2007.
(10) A partir de 22 de novembro de 2007, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 30 de novembro de 2007.
(11) A partir de 25 de fevereiro de 2008, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 05 de março de 2008.
(12) A partir de 23 de maio de 2008, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 03 de junho de 2008.
(13) Ajustado para refletir a bonificação de ações de 100% ocorrido em 30 de maio de 2008 e para refletir a bonificação das ADSs de 100% ocorridos em 19 de junho de 2008.
(14) A partir de 18 de agosto de 2008, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 27 de agosto de 2008.
(15) A partir de 17 de novembro de 2008, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 26 de novembro de 2008.
(16) A partir de 03 de março de 2009, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 12 de março de 2009.
(17) A partir de 17 de novembro de 2009, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 26 de novembro de 2009.
(18) A partir de 29 de dezembro de 2009, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 12 de março de 2010.
(19) A partir de 18 de maio de 2010, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 27 de maio de 2010.
(20) A partir de 17 de agosto de 2010, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 26 de agosto de 2010.
(21) A partir de 17 de novembro de 2010, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 26 de novembro de 2010.
(22) A partir de 15 de março de 2011, as ações ordinárias passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 24 de março de 2011.
(23) Até 11 de Abril de 2011.

Ações Preferenciais

A tabela abaixo indica as cotações mínima, média e máxima das ações preferenciais de nossa emissão na BM&FBOVESPA para os períodos indicados.

	Mínimo	Médio [1]	Máximo
2006 [2, 3, 4, 5, 6]	11,44	14,39	16,51
2007 [7, 8, 9, 10]	14,77	20,53	25,55
2008 [11, 12, 13, 14, 15]	10,18	25,15	39,91
2009 [16, 17]	10,93	20,13	29,38
2010 [18, 19, 20, 21]	19,45	24,71	31,16
2009			
Primeiro Trimestre [16]	10,93	14,12	18,27
Segundo Trimestre	13,09	17,57	21,85
Terceiro Trimestre	18,05	21,52	24,10
Quarto Trimestre [17]	22,55	27,36	29,38
2010			
Primeiro Trimestre [18]	23,88	26,70	29,78
Segundo Trimestre [19]	22,44	26,23	31,16
Terceiro Trimestre [20]	22,44	24,21	26,59
Quarto Trimestre [21]	19,45	21,71	23,44
Setembro de 2010	22,44	23,84	24,71
Outubro de 2010	20,35	21,43	22,61
Novembro de 2010 [21]	19,45	21,46	22,92
Dezembro de 2010	20,44	22,22	23,44
Janeiro de 2011	20,94	23,18	24,66
Fevereiro de 2011	21,79	22,64	23,96
Março de 2011 [22]	19,99	21,03	22,69
Abril de 2011 [23]	19,50	19,93	20,09

Fonte: Bloomberg

(1) Calculado como média dos preços de fechamento no período.

(2) A partir de 20 de fevereiro de 2006, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 02 de março de 2006.

(3) Ajustado para refletir a bonificação de ações de 50% ocorrido em 31 de março de 2006 e para refletir a bonificação das ADSs de 50% ocorridos em 20 de abril de 2006.

(4) A partir de 16 de maio de 2006, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 25 de maio de 2006.

(5) A partir de 15 de agosto de 2006, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 24 de agosto de 2006.

(6) A partir de 22 de novembro de 2006, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 30 de novembro de 2006.

(7) A partir de 22 de fevereiro de 2007, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 06 de março de 2007.

(8) A partir de 15 de maio de 2007, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 24 de maio de 2007.

(9) A partir de 20 de agosto de 2007, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 29 de agosto de 2007.

(10) A partir de 22 de novembro de 2007, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 30 de novembro de 2007.

(11) A partir de 25 de fevereiro de 2008, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 05 de março de 2008.

(12) A partir de 23 de maio de 2008, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 03 de junho de 2008.

(13) Ajustado para refletir a bonificação de ações de 100% ocorrido em 30 de maio de 2008 e para refletir a bonificação das ADSs de 100% ocorridos em 19 de junho de 2008.

(14) A partir de 18 de agosto de 2008, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 27 de agosto de 2008.

(15) A partir de 17 de novembro de 2008, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 26 de novembro de 2008.

(16) A partir de 03 de março de 2009, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 12 de março de 2009.

(17) A partir de 17 de novembro de 2009, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 26 de novembro de 2009.

(18) A partir de 29 de dezembro de 2009, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 12 de março de 2010.

(19) A partir de 18 de maio de 2010, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 27 de maio de 2010.

(20) A partir de 17 de agosto de 2010, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 26 de agosto de 2010.

(21) A partir de 17 de novembro de 2010, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 26 de novembro de 2010.

(22) A partir de 15 de março de 2011, as ações preferenciais passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos/juros sobre o capital próprio ocorrido em 24 de março de 2011.

(23) Até 11 de Abril de 2011.

ADRs

A tabela abaixo indica as cotações mínima, média e máxima de nossos ADRs para os períodos indicados.

	Mínimo	Médio[1]	Máximo
2006 [2, 3, 4, 5, 6]	1,40	2,34	3,32
2007 [7, 8, 9, 10]	2,53	3,34	4,94
2008 [11, 12, 13, 14, 15]	4,58	6,50	8,04
2009 [16, 17]	6,93	10,28	14,63
2010 [18, 19, 20, 21]	4,09	15,28	24,43
2009			
Primeiro Trimestre [16]	4,61	6,05	8,00
Segundo Trimestre	5,75	8,55	11,37
Terceiro Trimestre	9,20	11,57	13,59
Quarto Trimestre [17]	12,51	15,92	17,03
2010			
Primeiro Trimestre [18]	12,77	14,91	17,48
Segundo Trimestre [19]	12,08	14,73	17,65
Terceiro Trimestre [20]	12,89	13,99	15,35
Quarto Trimestre [21]	11,59	13,05	13,96
Setembro de 2010	13,30	14,03	14,62
Outubro de 2010	12,25	12,94	13,57
Novembro de 2010 [21]	11,59	12,83	13,78
Dezembro de 2010	12,06	13,38	13,96
Janeiro de 2011	12,79	14,05	14,92
Fevereiro de 2011	13,41	13,81	14,97
Março de 2011	12,17	12,95	13,97
Abril de 2011 [22]	12,30	12,61	12,79

Fonte: Bloomberg

(1) Calculado como média dos preços de fechamento no período.
(2) A partir de 24 de fevereiro de 2006, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 13 de março de 2006.
(3) Ajustado para refletir a bonificação de ações de 50% ocorrido em 31 de março de 2006 e para refletir a bonificação das ADRs de 50% ocorridos em 20 de abril de 2006.
(4) A partir de 19 de maio de 2006, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 05 de junho de 2006.
(5) A partir de 18 de setembro de 2006, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 05 de setembro de 2006.
(6) A partir de 28 de novembro de 2006, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 11 de dezembro de 2006.
(7) A partir de 27 de março de 2007, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 16 de março de 2007.
(8) A partir de 18 de maio de 2007, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 04 de junho de 2007.
(9) A partir de 23 de agosto de 2007, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 10 de setembro de 2007.
(10) A partir de 28 de novembro de 2007, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 10 de dezembro de 2007.
(11) A partir de 28 de fevereiro de 2008, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 17 de março de 2008.
(12) A partir de 29 de maio de 2008, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 13 de junho de 2008.
(13) Ajustado para refletir a bonificação de ações de 100% ocorrido em 30 de maio de 2008 e para refletir a bonificação das ADRs de 100% ocorridos em 19 de junho de 2008.
(14) A partir de 21 de agosto de 2008, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 08 de setembro de 2008.
(15) A partir de 20 de novembro de 2008, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 08 de dezembro de 2008.
(16) A partir de 06 de março de 2009, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 23 de março de 2009.
(17) A partir de 23 de novembro de 2009, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 07 de dezembro de 2009.
(18) A partir de 07 de janeiro de 2010, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 22 de março de 2010.
(19) A partir de 21 de maio de 2010, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 07 de junho de 2010.
(20) A partir de 20 de agosto de 2010, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 07 de setembro de 2010.
(21) A partir de 20 de dezembro de 2010, as ADRs passaram a ser negociadas "ex-direitos", relativos ao pagamento de dividendos ocorrido em 06 de dezembro de 2010.
(22) Até 11 de Abril de 2011.

QUANTIDADE, VALOR, ESPÉCIE DAS AÇÕES E RECURSOS LÍQUIDOS

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade Ações Ordinárias	Preço por Ação	Quantidade Ações Preferenciais [1]	Preço por Ação	Montante (R$)	Recursos Líquidos (R$) [2]
Companhia	68.026.910	15,60	134.830.100	19,25	3.656.699.221,00	3.583.183.052,39
Metalúrgica Gerdau	0	15,60	8.514.285	19,25	163.899.986,25	159.354.619,73
Gerdau BG	0	15,60	60.485.715	19,25	1.164.350.013,75	1.132.059.604,90
Total	**68.026.910**	**15,60**	**203.830.100**	**19,25**	**4.984.949.221,00**	**4.874.597.277,02**

(1) Inclusive sob a forma de ADSs.
(2) Com dedução das despesas incorridas na Oferta Global.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, considerando as Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade Ações Ordinárias	Preço por Ação	Quantidade Ações Preferenciais [1]	Preço por Ação	Montante (R$)	Recursos Líquidos (R$) [2]
Companhia	78.230.946	15,60	155.238.172	19,25	4.208.737.568,60	4.119.946.404,20
Metalúrgica Gerdau	0	15,60	8.514.285	19,25	163.899.986,25	159.354.619,73
Gerdau BG	0	15,60	60.485.715	19,25	1.164.350.013,75	1.132.059.604,90
Total	**78.230.946**	**15,60**	**224.238.172**	**19,25**	**5.536.987.568,60**	**5.411.360.628,84**

(1) Inclusive sob a forma de ADSs.
(2) Com dedução das despesas incorridas na Oferta Global.

CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO

As despesas com auditores, advogados e outras despesas descritas abaixo serão pagas pela Companhia. As taxas de registro da Oferta junto à CVM serão arcadas pela Companhia, no caso da Oferta Primária, e pelos Acionistas Vendedores, no caso da Oferta Secundária. As comissões abaixo relacionadas serão suportadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores proporcionalmente ao número de Ações por eles ofertados, à exceção da comissão relacionada à subscrição de Ações pelos Acionistas Vendedores e/ou à subscrição/aquisição de Ações por pessoas ligadas a estes no âmbito da Oferta Global, a qual não será aplicável. A tabela ainda assume que os Acionistas Vendedores exercem integralmente o seu direito de prioridade na subscrição das ações ordinárias a que fazem jus no âmbito da Oferta Primária.

Abaixo segue descrição dos custos estimados da Oferta Global, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar

	Companhia			Acionistas Vendedores			Total		
Comissões e Despesas	**Valor (R$) (1)**	**% em Relação ao Valor Total da Distribuição Primária**	**Valor por Ação (R$)**	**Valor (R$)**	**% em Relação ao Valor Total da Distribuição Secundária**	**Valor por Ação (R$)**	**Valor (R$)**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta**	**Valor por Ação (R$)**
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	8.868.631,14	0,24%	0,04	4.648.875,00	0,35%	0,07	13.517.506,14	0,27%	0,05
Comissão de Coordenação	8.868.631,14	0,24%	0,04	4.648.875,00	0,35%	0,07	13.517.506,14	0,27%	0,05
Comissão de Colocação	26.605.893,42	0,73%	0,13	13.946.625,00	1,05%	0,20	40.552.518,42	0,81%	0,15
Comissão de Incentivo	19.004.209,59	0,52%	0,09	9.961.875,00	0,75%	0,14	28.966.084,59	0,58%	0,11
Total de Comissões.....	**63.347.365,30**	**1,73%**	**0,31**	**33.206.250,00**	**2,50%**	**0,48**	**96.553.615,30**	**1,94%**	**0,36**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	6.765.933,32	0,19%	0,03	3.546.655,37	0,27%	0,05	10.312.588,68	0,21%	0,04
Taxa de Registro na CVM	82.870,00	0,00%	0,00	82.870,00	0,01%	0,00	165.740,00	0,00%	0,00
Taxa de Registro na ANBIMA	70.000,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	70.000,00	0,00%	0,00
Advogados	1.500.000,00	0,04%	0,01	0,00	0,00%	0,00	1.500.000,00	0,03%	0,01
Auditores	250.000,00	0,01%	0,00	0,00	0,00%	0,00	250.000,00	0,01%	0,00
Outras Despesas (1)	1.500.000,00	0,04%	0,01	0,00	0,00%	0,00	1.500.000,00	0,03%	0,01
Total de Despesas	**10.168.803,32**	**0,28%**	**0,05**	**3.629.525,37**	**0,27%**	**0,05**	**13.798.328,68**	**0,28%**	**0,05**
Total de Comissões e Impostos	**73.516.168,61**	**2,01%**	**0,36**	**36.835.775,37**	**2,77%**	**0,53**	**110.351.943,98**	**2,21%**	**0,41**

(1) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*Roadshow*).

Conforme mencionado na tabela acima, as despesas da Oferta Global serão suportadas em sua maior parte pela Companhia, o que poderá impactar seus resultados financeiros no período de apuração subsequente à realização da Oferta Global, além de ocasionar uma diluição no valor do patrimônio líquido por ação da Companhia. Para informações sobre os efeitos dessa diluição, veja as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta Global e às Ações" e "Diluição", nas páginas 133 e 145 deste Prospecto.

Não há outra remuneração devida pela Companhia às Instituições Participantes da Oferta Brasileira aos Agentes de Colocação Internacional ou aos Coordenadores da Oferta Internacional, exceto pela remuneração descrita acima, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

PÚBLICO ALVO DA OFERTA BRASILEIRA

As Instituições Participantes da Oferta Brasileira efetuarão a Oferta Brasileira para (i) Acionistas, nos termos do artigo 21 da Instrução CVM 400, que venham a realizar solicitações de reserva mediante o preenchimento de Pedido de Reserva durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária; (ii) Investidores Não Institucionais, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observado o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de investimento de R$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não Institucional; e (iii) Investidores Institucionais.

Tendo em vista que houve excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações Preferenciais (incluindo ADSs) inicialmente ofertadas na Oferta Global (sem considerar as Ações Suplementares e as ADSs Suplementares), nos termos do artigo 55, da Instrução CVM 400, não foi permitida a alocação de Ações Preferenciais e/ou ADSs a Investidores que sejam Pessoas Vinculadas, ressalvado o atendimento dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores que sejam considerados Pessoas Vinculadas (inclusive Acionistas que participem da Oferta Prioritária) durante os Períodos de Reserva para Pessoas Vinculadas. Adicionalmente, tendo em vista que não houve excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações Ordinárias inicialmente ofertadas na Oferta Global (sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55, da Instrução CVM 400, foi permitida a alocação de Ações Ordinárias a Investidores que sejam Pessoas Vinculadas. **Não será considerado investimento efetuado por Pessoas Vinculadas para fins da presente Oferta Global as Ações subscritas/adquiridas em decorrência de contratos de *total return swaps*, firmados no exterior, para proteção (hedge) de operações com derivativos. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário.**

Não há inadequação específica da Oferta Global a determinado grupo ou categoria de investidor. No entanto, a Oferta Global não é adequada a investidores avessos ao risco inerente ao investimento em ações. Como todo e qualquer investimento em ações, a aquisição das Ações (inclusive na forma de ADSs) apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" deste Prospecto, para ciência dos fatores de risco que devem ser considerados em relação à aquisição das Ações.

A Oferta Global não será realizada, conduzida e/ou estendida a Acionistas, Investidores Estrangeiros e/ou investidores da Oferta Internacional cuja participação possa violar as leis da jurisdição em que sejam residentes e/ou domiciliados. Caberá exclusivamente aos Acionistas, Investidores Estrangeiros e/ou investidores da Oferta Internacional analisar, verificar e decidir sobre sua adequação para participar na Oferta Global.

PROCEDIMENTO DA OFERTA BRASILEIRA

Após o encerramento do Período de Reserva da Oferta Prioritária e do Período de Reserva da Oferta de Varejo, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do competente registro da Oferta Brasileira pela CVM, a concessão do registro da Oferta Internacional pela SEC, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta Brasileira realizarão a distribuição pública das Ações da Oferta Brasileira em mercado de balcão não-organizado, em regime de garantia firme de liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição e de acordo com a Instrução CVM 400, por meio de três ofertas distintas, quais sejam: (i) uma oferta prioritária destinada aos Acionistas ("Oferta Prioritária"); (ii) uma oferta destinada a Investidores Não Institucionais ("Oferta de Varejo"); e (iii) uma oferta destinada a

Investidores Institucionais ("Oferta Institucional"), de acordo com as regras de alocação previstas abaixo e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento Nível 1.

Os Coordenadores da Oferta Brasileira, os Agentes de Colocação Internacional e os Coordenadores da Oferta Internacional, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaboraram plano de distribuição das Ações (inclusive na forma de ADSs), nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual leva em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta Brasileira, dos Coordenadores da Oferta Internacional e da Companhia, observado que os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional deverão assegurar (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores; e (iii) que as Instituições Participantes da Oferta Brasileira recebam previamente exemplar do Prospecto Preliminar para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional.

Oferta Prioritária

No contexto da Oferta Prioritária, a totalidade das Ações objeto da Distribuição Primária inicialmente ofertadas (sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar) no âmbito da Distribuição Primária ("Ações Prioritárias"), será destinada prioritariamente à colocação pública aos Acionistas que exerceram seu direito de prioridade, de acordo com o procedimento abaixo indicado:

(a) cada um dos Acionistas interessados em participar da Oferta Prioritária solicitou reserva de Ações Prioritárias junto às Instituições Participantes da Oferta Brasileira, mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, conforme a espécie de ação já detida pelo Acionista, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (j), (k), (l) e (m) abaixo, durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária. Recomendou-se aos Acionistas verificar com a Instituição Participante da Oferta Brasileira de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigiria, a seu exclusivo critério, a manutenção de recursos em conta corrente aberta e/ou mantida junto à mesma, para fins de garantia do Pedido de Reserva;

(b) os Acionistas puderam estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por espécie de Ação de que sejam titulares como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme o previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Acionista tenha optado por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação tenha sido fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado pelo Acionista, o respectivo Pedido de Reserva foi automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Participante da Oferta Brasileira. **Não houve limite mínimo de investimento para a participação na Oferta Prioritária**;

(c) os Acionistas (i) que sejam Pessoas Vinculadas, tiveram o prazo de 3 (três) dias úteis para manifestar seu interesse em participar da Oferta Prioritária, mediante a realização de seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Vinculadas; e

(ii) que não sejam Pessoas Vinculadas, tiveram o prazo de 8 (oito) dias úteis para manifestar seu interesse em participar da Oferta Prioritária, mediante a realização de seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Não Vinculadas;

(d) tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações Preferenciais inicialmente ofertadas (inclusive ADSs) (sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, não será permitida a colocação de Ações Preferenciais junto a Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Vinculadas. Adicionalmente, tendo em vista que não houve excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações Ordinárias inicialmente ofertadas na Oferta Global (sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55, da Instrução CVM 400, foi permitida a alocação de Ações Ordinárias a Investidores que sejam Pessoas Vinculadas. Os Acionistas que sejam Pessoas Vinculadas deverão ter indicado, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade de Pessoa Vinculada;

(e) será assegurado a cada um dos Acionistas que tenha realizado Pedido de Reserva o direito de subscrever Ações Prioritárias, de mesma espécie das quais for titular até o limite proporcional de sua participação no capital social total da Companhia, sendo que cada ação ordinária e cada ação preferencial de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista, assegurou ao Acionista o direito de subscrição de 0,135 por Ação, tanto no caso de Ações Ordinárias quanto no caso das Ações Preferenciais ("Limite de Subscrição Proporcional"). A verificação do Limite de Subscrição Proporcional foi realizada na Primeira Data de Corte, conforme as posições de custódia em tal data de cada um dos Acionistas na BM&FBOVESPA ou na instituição depositária das ações de emissão da Companhia, conforme o caso, desconsiderando-se as frações de ações, observado que, caso a respectiva posição em custódia das ações de emissão da Companhia de titularidade do Acionista, verificada com a BM&FBOVESPA ou com a instituição depositária das ações de emissão da Companhia, na Segunda Data de Corte, tenha sido inferior ou superior à respectiva posição em custódia verificada na Primeira Data de Corte, o Limite de Subscrição Proporcional foi ajustado para a respectiva posição do Acionista na Segunda Data de Corte;

(f) não houve reserva de sobras no âmbito da Oferta Prioritária. As Ações Prioritárias remanescentes, se houver, foram destinadas à Oferta de Varejo e à Oferta Institucional, de acordo com os procedimentos descritos abaixo;

(g) após a concessão do registro da Oferta Brasileira pela CVM, cada Instituição Participante da Oferta Brasileira deverá informar a quantidade de Ações Prioritárias subscritas e o correspondente valor do investimento ao Acionista que com ela realizar Pedido de Reserva, até às 12:00 horas do 1º (primeiro) dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva;

(h) cada Acionista deverá efetuar o pagamento do valor indicado conforme o item (g) acima à Instituição Participante da Oferta Brasileira junto à qual tenha realizado seu Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação, conforme abaixo definido. Não havendo pagamento pontual, o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Participante da Oferta Brasileira junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(i) após às 12:00 horas da Data de Liquidação, a BM&FBOVESPA, em nome de cada uma das Instituições Participantes da Oferta Brasileira junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Acionista que com ela tenha realizado o seu Pedido de Reserva, desde que este tenha realizado o pagamento, o número de Ações Prioritárias correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvadas as possibilidades de desistência prevista nos itens (j) e (k) abaixo e de cancelamento previstas nos itens (b) acima, (l) e (m) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações;

(j) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Acionista ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, o Acionista poderá desistir do Pedido de Reserva, sem qualquer ônus, até às 16:00 horas do 5º (quinto) dia útil subseqüente à data de publicação de anúncio de retificação, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva. Caso o Acionista não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva no prazo mencionado acima, será presumido que tal Acionista manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;

(k) na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta Global, respectivamente nos termos do artigo 20 e do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Acionista poderá desistir do Pedido de Reserva até às 12:00 horas do 5º (quinto) dia útil subseqüente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou a modificação da Oferta Global. Nessa hipótese, cada Acionista deverá informar expressamente sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Participante da Oferta Brasileira que tenha recebido o seu Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva, o qual será automaticamente cancelado pela referida Instituição Participante da Oferta. Caso o Acionista não informe por escrito, sua desistência do Pedido de Reserva no prazo mencionado acima, será presumido que tal Acionista manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previstos no respectivo Pedido de Reserva;

(l) na hipótese de não haver a conclusão da Oferta Global, ou na hipótese de resilição do Contrato de Distribuição, ou, ainda, em qualquer outra hipótese de devolução de Pedido de Reserva em função de expressa disposição legal, os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e as Instituições Participantes da Oferta Brasileira comunicarão aos Acionistas que com elas tenham realizado o Pedido de Reserva o cancelamento da Oferta Global, o que ocorrerá, inclusive, por meio de publicação de aviso ao mercado;

(m) na hipótese de descumprimento, por qualquer das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, de quaisquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta Global, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, tal Instituição Participante da Oferta Brasileira deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação de Ações no âmbito da Oferta Global, sendo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido. A Instituição Participante da Oferta Brasileira a que se refere este item (m) deverá informar imediatamente aos Acionistas que com ela tenham feito reserva sobre o referido cancelamento; e

(n) caso o Acionista já tenha efetuado o pagamento e venha a desistir do Pedido de Reserva, nos termos dos itens (j) e (k), ou ocorram as hipóteses previstas nos itens (l) e (m) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária ou qualquer outro acréscimo, e com dedução, se for o caso, dos valores pagos em função do IOF/Câmbio, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do Pedido de Reserva ou do cancelamento da Oferta Global e/ou do Pedido de Reserva, conforme o caso. Na presente data, não há qualquer outro tributo a ser deduzido na eventualidade de ocorrer o cancelamento da Oferta Global e/ou dos Pedidos de Reserva.

Os Acionistas que aderiram à Oferta Prioritária não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* nem, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação.

As Instituições Participantes da Oferta Brasileira somente atenderam aos Pedidos de Reserva feitos por Acionistas titulares de conta corrente bancária mantida pelo respectivo Acionista. **Os Acionistas interessados na realização do Pedido de Reserva devem ter lido cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, bem como as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência.**

A revogação, cancelamento, suspensão ou qualquer modificação dos termos e condições da Oferta Global será imediatamente divulgada por meio dos jornais "Valor Econômico", "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Jornal do Commercio do Rio de Janeiro", veículos também utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Os Acionistas Vendedores manifestaram a intenção de subscrever a totalidade das Ações Ordinárias a que farão jus, no contexto da Oferta Prioritária. Os recursos obtidos pelos Acionistas Vendedores na Distribuição Secundária, excetuando os recursos obtidos na hipótese de exercício da Opção de Lote Suplementar, serão parcialmente aplicados pelos Acionistas Vendedores na subscrição e integralização de Ações Ordinárias na Distribuição Primária. Adicionalmente, os Acionistas Vendedores não exerceram seu direito de prioridade na subscrição de Ações Preferenciais da Oferta Primária que sejam objeto da Oferta Prioritária.

Os Acionistas que desejaram subscrever Ações em quantidade superior aos seus respectivos Limites de Subscrição Proporcional puderam: (a) participar da Oferta de Varejo, no caso de Investidores Não Institucionais, desde que atendessem as condições aplicáveis à Oferta de Varejo descritas abaixo; ou (b) participar da Oferta Institucional, se forem Investidores Institucionais, desde que atendessem as condições aplicáveis à Oferta Institucional descritas abaixo.

Nos casos em que a participação de Acionistas na Oferta Prioritária tenha ocorrido por meio do preenchimento de mais de um Pedido de Reserva pelo mesmo Acionista ou seus representantes, o atendimento de tais Pedidos de Reserva se deu em observância da ordem cronológica de entrega destes Pedidos de Reserva às Instituições Participantes da Oferta Brasileira e, em qualquer caso, limitado ao Limite de Subscrição Proporcional do referido Acionista na Oferta Prioritária.

Os direitos decorrentes da Oferta Prioritária aqui descrita não puderam ser negociados ou cedidos pelos Acionistas. Os Acionistas interessados em subscrever Ações no âmbito da Oferta Prioritária e cujas ações de emissão da Companhia estejam custodiadas na instituição financeira depositária das Ações (Itaú Corretora) devem ter se certificado de que seus respectivos cadastros estejam atualizados junto a tal instituição devendo, ainda, observar os procedimentos aqui descritos.

Os Acionistas interessados em subscrever Ações no âmbito da Oferta Prioritária e cujas ações de emissão da Companhia estejam custodiadas na BM&FBOVESPA devem ter se certificado de que seus respectivos cadastros estejam atualizados em uma das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, devendo, ainda, observar os procedimentos para a Oferta Prioritária descritos nesta seção. As Instituições Participantes da Oferta Brasileira somente atenderam aos Pedidos de Reserva feitos por Acionistas titulares de conta corrente bancária mantida pelo respectivo investidor.

Os Acionistas detentores de ADSs que desejaram participar da Oferta Prioritária efetivaram, até a Primeira Data de Corte, o cancelamento de suas ADSs e o consequente recebimento de ações preferenciais de emissão da Companhia, junto ao The Bank of New York Mellon. A Oferta Prioritária não foi realizada, conduzida e/ou estendida a Acionista cuja participação viole as leis de jurisdição em que determinado Acionista seja residente e/ou domiciliado. Coube exclusivamente ao Acionista analisar, verificar e decidir sobre sua adequação para participar na Oferta Prioritária, ficando os Coordenadores da Oferta Brasileira e os Coordenadores da Oferta Internacional isentos de qualquer responsabilidade decorrente da participação de Acionista residente ou domiciliado em jurisdição na qual a Oferta Prioritária seja considerada ilegal ou exija registro ou qualificação com base em qualquer lei, que não seja brasileira.

Oferta de Varejo

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária, a Oferta de Varejo será realizada junto a Investidores Não Institucionais, observado o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de investimento de R$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não Institucional, independente da espécie de Ações.

Foi concedido aos Investidores Não Institucionais o prazo de 9 (nove) dias úteis, iniciado em 30 de março de 2011, inclusive, e encerrado em 11 de abril de 2011, inclusive ("Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Não Vinculadas"), para a realização de Pedidos de Reserva. Adicionalmente, foi concedido aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas o prazo de 3 (três) dias úteis, iniciado em 30 de março de 2011, inclusive, e encerrado em 1° de abril de 2011, inclusive ("Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas" e, em conjunto com o Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Não Vinculadas, apenas "Período de Reserva da Oferta de Varejo"), para a realização de Pedidos de Reserva.

Os Investidores Não Institucionais que aderiram à Oferta de Varejo realizaram, os seus Pedidos de Reserva junto a qualquer uma das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, nos locais indicados abaixo no item "Informações Adicionais" e nas dependências das Instituições Consorciadas indicadas no Aviso ao Mercado. A Companhia, os Acionistas Vendedores e as Instituições Participantes da Oferta Brasileira recomendaram aos Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo a leitura atenta e cuidadosa dos termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente no que diz respeito à confirmação e desistência do Pedido de Reserva, bem como do Prospecto Preliminar.

No contexto da Oferta de Varejo, foram colocados os montantes mínimo de 10% e máximo de 15% da quantidade de Ações resultante da subtração (i) do número de Ações da Oferta Brasileira (sem considerar as Ações Suplementares), menos (ii) o número de Ações subscritas na Oferta Prioritária.

A Oferta de Varejo obedecerá ao seguinte procedimento:

(a) os Investidores Não Institucionais interessados solicitaram reservas de Ações da Oferta Brasileira, junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento de Pedido de Reserva celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (i), (j), (l) e (m) abaixo, durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo, observado o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de investimento de R$300.000,00 (trezentos mil reais) por Investidor Não Institucional, independente da espécie de Ações. Recomendou-se aos Investidores Não Institucionais que verificaram com a Instituição Participante da Oferta Brasileira de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigiria, a seu exclusivo critério, a manutenção de recursos em conta corrente aberta e/ou mantida junto à mesma, para fins de garantia do Pedido de Reserva;

(b) os Investidores Não Institucionais puderam estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por espécie de Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme o previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não

Institucional tenha estipulado um preço máximo por espécie de ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação tenha sido fixado em valor superior ao preço máximo por cada espécie de Ação estipulado pelo investidor, o respectivo Pedido de Reserva foi automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Participante da Oferta Brasileira;

(c) tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações Preferenciais inicialmente ofertadas (incluindo ADSs) (sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, não será permitida a colocação de Ações Preferenciais junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoa Vinculada, com exceção daqueles que tenham realizado Pedido de Reserva durante o Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas. Adicionalmente, tendo em vista que não houve excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações Ordinárias inicialmente ofertadas na Oferta Global (sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55, da Instrução CVM 400, foi permitida a alocação de Ações Ordinárias a Investidores que sejam Pessoas Vinculadas. Os Investidores Não Institucionais deveriam ter indicado, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade de Pessoa Vinculada.

(d) a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o correspondente valor do investimento serão informados ao Investidor Não Institucional até às 12:00 horas do dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início pela Instituição Participante da Oferta Brasileira junto à qual o investidor tenha efetuado o Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio, conforme previsto no item (h) abaixo;

(e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado conforme o item (d) acima à Instituição Participante da Oferta Brasileira junto à qual tenha realizado seu Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Instituição Participante da Oferta Brasileira junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(f) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior ao número da respectiva espécie de Ações destinadas à Oferta de Varejo, excluindo Ações Suplementares e as ADSs Suplementares, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas, conforme indicado no correspondente Pedido de Reserva;

(g) os Coordenadores da Oferta Brasileira, em conjunto com os Coordenadores da Oferta Internacional poderão realocar as Ações destinadas à Oferta de Varejo entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, se necessário e conforme o caso, para assegurar que, no mínimo, 10% (dez por cento) da totalidade das Ações alocadas para a Oferta Brasileira, excluindo as Ações Suplementares e as ADSs Suplementares, sejam destinadas prioritariamente a Investidores Não Institucionais residentes no Brasil;

(h) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva de Ações realizados por Investidores Não Institucionais seja superior ao número de Ações destinadas à Oferta de Varejo, conforme a respectiva espécie (sem considerar as Ações Suplementares e as ADSs Suplementares), será realizado rateio de tais Ações entre todos os Investidores Não Institucionais, da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva de cada uma das espécies das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva, desconsiderando-se as frações da respectiva espécie de Ações, até o limite de R$3.000,00 por Investidor Não Institucional; e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no item (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta Brasileira, a quantidade de Ações destinada a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

(i) na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional, ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º do artigo 45 da Instrução CVM 400, o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva, sem qualquer ônus, até às 12:00 horas do 5º (quinto) dia útil subseqüente à data de publicação de anúncio de retificação, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Participante da Oferta Brasileira que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva. Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva no prazo mencionado acima, será presumido que tal Investidor Não Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva;

(j) na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta Global, respectivamente nos termos do artigo 20 e do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Não Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva até às 12:00 horas do 5º (quinto) dia útil subseqüente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou a modificação da Oferta Global. Nessa hipótese, cada Investidor Não Institucional deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva à Instituição Participante da Oferta Brasileira que tenha recebido o seu Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo previsto no respectivo Pedido de Reserva, o qual será automaticamente cancelado pela referida Instituição Participante da Oferta Brasileira. Caso o Investidor Não Institucional não informe por escrito, sua desistência do Pedido de Reserva no prazo mencionado acima, será presumido que tal Investidor Não Institucional manteve o seu Pedido de Reserva e, portanto, deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previstos no respectivo Pedido de Reserva;

(k) após às 16:00 horas da Data de Liquidação, a BM&FBOVESPA, em nome de cada uma das Instituições Participantes da Oferta Brasileira junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional que com ela tenha realizado o seu Pedido de Reserva, desde que este tenha realizado o pagamento, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvadas as possibilidades de desistência prevista nos itens (i) e (j) acima e de cancelamento previstas no item (b) acima e (l) e (m) abaixo, e a possibilidade de rateio prevista no item (h) acima. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações;

(l) na hipótese de não haver a conclusão da Oferta Global, ou na hipótese de resilição do Contrato de Distribuição, ou, ainda, em qualquer outra hipótese de devolução de Pedido de Reserva em função de expressa disposição legal, os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e as Instituições Participantes da Oferta Brasileira comunicarão aos Investidores Não Institucionais que com elas tenham realizado o Pedido de Reserva o cancelamento da Oferta Global, o que ocorrerá, inclusive, por meio de publicação de aviso ao mercado;

(m) na hipótese de descumprimento, por qualquer das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, de quaisquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta Global, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, tal Instituição Participante da Oferta Brasileira deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação de Ações no âmbito da Oferta Global, sendo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido. A Instituição Participante da Oferta Brasileira a que se refere este item (m) deverá informar imediatamente aos Investidores Não Institucionais que com ela tenham feito reserva sobre o referido cancelamento; e

(n) caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e venha a desistir do Pedido de Reserva, nos termos dos itens (i) e (j), ou ocorram as hipóteses previstas nos itens (l) e (m) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária ou qualquer outro acréscimo, e com dedução, se for o caso, dos valores pagos em função do IOF/Câmbio, no prazo de três dias úteis, contados do pedido de cancelamento do Pedido de Reserva ou do cancelamento da Oferta Global e/ou do Pedido de Reserva, conforme o caso. Na presente data, não há qualquer outro tributo a ser deduzido na eventualidade de ocorrer o cancelamento da Oferta Global e/ou dos Pedidos de Reserva.

Os Investidores Não Institucionais que aderiram à Oferta de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* nem, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação.

As Instituições Participantes da Oferta Brasileira somente atenderam aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta corrente bancária mantida pelo respectivo investidor. Recomendou-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva que lessem cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos

de Reserva, bem como as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência.

Adicionalmente, recomendou-se aos Acionistas e Investidores Não Institucionais que entrassem em contato com suas respectivas Instituições Participantes da Oferta Brasileira, a fim de que obtivessem informações mais detalhadas acerca dos prazos estabelecidos por estes para a realização dos seus respectivos Pedidos de Reserva ou, se for o caso, para a realização de cadastro na referida Instituição Participante da Oferta Brasileira, obedecendo os procedimentos operacionais adotados por estas.

A revogação, cancelamento, suspensão ou qualquer modificação dos termos e condições da Oferta Global será imediatamente divulgada por meio dos jornais Valor Econômico, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, veículos também utilizados para divulgação deste Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional foi realizada junto a Investidores Institucionais. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva da Oferta Prioritária e da Oferta de Varejo, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, não sendo admitidas para Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento.

Caso o número de Ações da Oferta Institucional objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* exceda o total de Ações da Oferta Brasileira remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não Institucionais e dos Acionistas no âmbito da Oferta de Varejo e Oferta Prioritária, respectivamente, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, melhor atendam o objetivo desta Oferta Global de criar uma base diversificada de acionistas formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação, ao longo do tempo, sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, levando-se em conta, ainda, as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta Brasileira e dos Coordenadores da Oferta Internacional, em conformidade com o plano de distribuição desenvolvido pelos Coordenadores da Oferta Brasileira e pelos Coordenadores da Oferta Internacional em conjunto com a Companhia e com os Acionistas Vendedores.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a subscrição/aquisição de Ações da Oferta Brasileira mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição/aquisição.

Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação Ordinária, e não foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação Preferencial,

mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), até o limite de 15% das Ações Ordinárias e/ou Preferenciais, conforme o caso, objeto da Oferta Global (sem considerar as Ações Suplementares e as *ADSs* Suplementares). Tendo em vista que foi verificado excesso de demanda, assim entendida a demanda por Ações Preferenciais em número superior ao número de Ações Preferenciais (inclusive na forma de *ADSs*) inicialmente ofertadas acrescido de 1/3 (sem considerar as Ações Suplementares e as *ADSs* Suplementares), será vedada a colocação, pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, pelos Coordenadores da Oferta Internacional ou pelos Coordenadores Contratados, de Ações Preferenciais (inclusive na forma de *ADSs*) aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (inclusive Investidores Estrangeiros e investidores da Oferta Internacional), sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. Adicionalmente, tendo em vista que não foi verificado excesso de demanda, assim entendida a demanda por Ações Ordinárias em número superior ao número de Ações Ordinárias inicialmente ofertadas acrescido de 1/3 (sem considerar as Ações Suplementares), será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, pelos Coordenadores da Oferta Internacional ou pelos Coordenadores Contratados, de Ações Ordinárias aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (inclusive Investidores Estrangeiros e investidores da Oferta Internacional). **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário. Não foi considerado investimento efetuado por Pessoas Vinculadas para fins da presente Oferta Global as Ações subscritas/adquiridas em decorrência de contratos de *total return swaps*, firmados no exterior, para proteção (*hedge*) de operações com derivativos.**

PRAZO DA OFERTA GLOBAL

O prazo para a distribuição das Ações objeto da Oferta Global terá início na data de publicação do Anúncio de Início e se encerrará na data de publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contados a partir da data da publicação do Anúncio de Início ("Prazo de Distribuição").

Os Coordenadores da Oferta Brasileira, os Agentes de Colocação Internacional e os Coordenadores da Oferta Internacional terão o prazo de até três dias úteis, contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, para efetuar a colocação das Ações ("Período de Colocação"). A liquidação física e financeira da Oferta Global será realizada no último dia do Período de Colocação ("Data de Liquidação"), exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares e de ADSs Suplementares, cuja liquidação ocorrerá dentro do prazo de até três dias úteis, contados da data de exercício da Opção de Lote Suplementar ("Data de Liquidação do Lote Suplementar"). A data de início da Oferta Global será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução

CVM 400. O término da Oferta Global e seu resultado serão anunciados mediante a publicação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

ESTABILIZAÇÃO

Foi constituído um mecanismo para a estabilização do preço das Ações Preferenciais sob a forma de ADSs, objeto da Oferta Internacional. As atividades de estabilização de preço das ADSs no exterior serão exercidas ao exclusivo critério do Itau BBA USA Securities, Inc., nos termos do Contrato de Distribuição Internacional sendo que, uma vez iniciadas, poderão ser descontinuadas a qualquer momento.

Adicionalmente, o Itaú BBA, por intermédio da Itaú Corretora, poderá realizar atividades de estabilização do preço das Ações da Oferta Brasileira, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive, por meio da compra de ações de emissão da Companhia. As atividades de estabilização do preço das Ações, no Brasil, serão realizadas conforme as disposições legais aplicáveis e conforme disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi aprovado previamente pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005, conforme alterada. Não existe obrigação por parte do Itaú BBA ou da Itaú Corretora de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização.

O Contrato de Estabilização encontra-se disponível para consulta e obtenção de cópia junto ao Itaú BBA na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 3º e 4º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A proporção de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais objeto da Oferta Primária, inclusive na hipótese de exercício da Opção de Lote Suplementar, será sempre, no máximo, de 1/3 (um terço) de Ações Ordinárias e 2/3 (dois terços) de Ações Preferenciais. Desta forma, (i) a estabilização das Ações Ordinárias somente será realizada de forma acessória e vinculada ao processo de estabilização das Ações Preferenciais de modo a garantir a proporção acima mencionada quando do exercício da Opção de Lote Suplementar; e (ii) na hipótese em que haja necessidade de intervenção estabilizadora exclusivamente com relação às Ações Ordinárias, esta não ocorrerá.

DIREITOS, VANTAGENS E RESTRIÇÕES DAS AÇÕES

As Ações Preferenciais conferem a seus titulares os seguintes direitos, previstos estatutariamente, sem prejuízo dos direitos essenciais e de outros direitos previstos em Lei, regulamento ou no Regulamento do Nível 1 da BM&FBOVESPA:

(i) direito de participar proporcionalmente do dividendo obrigatório correspondente a, pelo menos, 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do § 4º do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia;

(ii) preferência no reembolso do capital, até o valor de sua participação ideal no capital social, por ocasião de eventual liquidação da Companhia;

(iii) direito de serem incluídas em eventual oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle; e

(iv) direito de preferência na subscrição de aumento de capital no prazo decadencial de 30 dias, excluído esse quando se tratar de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou, ainda, permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, hipóteses em que o Conselho de Administração assegurará aos acionistas prioridade na subscrição dos valores mobiliários no prazo decadencial não inferior a 10 dias.

As ações preferenciais não conferem direito de voto aos seus titulares. No entanto, este direito pode vir a ser adquirido caso a Companhia não pague dividendos mínimos durante três anos. Adicionalmente, os titulares de Ações Preferenciais farão jus aos mesmos direitos que forem conferidos aos demais detentores de ações preferenciais da Companhia, inclusive ao recebimento integral de dividendos e de proventos de qualquer natureza que vierem a ser distribuídos pela Companhia aos seus acionistas, a partir da data de sua subscrição e/ou aquisição, nos termos do previsto no Estatuto Social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, e no Regulamento Nível 1.

As Ações Ordinárias conferem a seus titulares os seguintes direitos, previstos estatutariamente, sem prejuízo dos direitos essenciais e de outros direitos previstos em Lei, regulamento ou no Regulamento do Nível 1 da BM&FBOVESPA:

(i) direito de participar proporcionalmente do dividendo obrigatório correspondente a, pelo menos, 30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do § 4º do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia;

(ii) direito de serem incluídas em eventual oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle; e

(iii) direito de preferência na subscrição de aumento de capital no prazo decadencial de 30 dias, excluído esse quando se tratar de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis e ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou, ainda, permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, hipóteses em que o Conselho de Administração assegurará aos acionistas prioridade na subscrição dos valores mobiliários no prazo decadencial não inferior a 10 dias.

Adicionalmente, os titulares de Ações Ordinárias farão jus aos mesmos direitos que forem conferidos aos demais titulares de ações ordinárias da Companhia, inclusive ao recebimento integral de dividendos e de proventos de qualquer natureza que vierem a ser distribuídos pela Companhia aos seus acionistas, a partir da data de sua subscrição e/ou aquisição, nos termos do previsto no Estatuto Social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, e no Regulamento Nível 1.

RESTRIÇÃO À NEGOCIAÇÃO DE AÇÕES (*LOCK-UP*)

Nos termos dos contratos de restrição à negociação de ações de emissão da Companhia assinados com os Coordenadores da Oferta Internacional (*Lock-Ups*), salvo na hipótese de prévio consentimento por escrito dos Coordenadores Oferta Internacional, a Companhia, seus administradores e os Acionistas Vendedores ("Pessoas Sujeitas a Restrições de Transferência de Valores Mobiliários") obrigam-se a, durante o período de 90 dias, a contar da data de assinatura do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional ("Período de Restrição"): (i) não emitir, ofertar, dar em garantia, vender, contratar a venda, vender ou contratar a venda de qualquer opção, adquirir ou contratar a aquisição de qualquer opção, outorgar qualquer opção, direito, garantia ou, de qualquer forma, dispor de ou transferir quaisquer ações emitidas pela Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis, ou que permitam o exercício de direitos de recebimento de quaisquer ações emitidas pela Companhia, sejam elas de titularidade atual ou venham a ser adquiridas posteriormente pelas Pessoas Sujeitas a Restrições de Transferência de Valores Mobiliários, ou com relação às quais as Pessoas Sujeitas a Restrições de Transferência de Valores Mobiliários possuam ou venham a adquirir poderes para dispor, registrar, ou fazer com que seja levada a registro um *registration statement*, nos termos do *Securities Act* ("Valores Mobiliários Sujeitos a Restrição"); ou (ii) celebrar qualquer contrato de *swap*, qualquer outro contrato ou qualquer operação que transfira, no total ou em parte, direta ou indiretamente, os produtos econômicos relacionados à titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos a Restrição, caso qualquer referido *swap* ou operação descrita nos itens (i) ou (ii) seja liquidada por meio da entrega de ações emitidas pela Companhia, de outros valores mobiliários, em recursos disponíveis ou de qualquer outra forma.

Adicionalmente, caso: (i) nos últimos 17 dias do Período de Restrição, a Companhia realize uma divulgação de resultados ou de fatos relevantes, ou ocorra um evento relevante no que diz respeito à Companhia; ou (ii) antes do vencimento do Período de Restrição, a Companhia anuncie que irá divulgar resultados ou tome conhecimento de que um evento relevante ocorrerá no período de 16 dias a contar do último dia do Período de Restrição, as restrições impostas pelos *Lock-Ups* permanecerão vigentes até o decurso do período de 18 dias a contar da referida divulgação de resultados ou da ocorrência um fato relevante, conforme aplicável, salvo se os Coordenadores da Oferta Internacional renunciarem, por escrito, a tal prorrogação.

Não obstante as restrições descritas acima, as seguintes transações são permitidas nos termos dos *Lock-Ups*: (i) alienação dos Valores Mobiliários Sujeitos a Restrição para, e a colocação dos Valores Mobiliários Sujeitos a Restrição pelos Agentes de Colocação Internacional, Coordenadores da Oferta Internacional ou Coordenadores da Oferta Brasileira, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional; (ii) (a) a outorga de opções de compra de ações, de acordo com planos de opções de compra de ações em benefício da administração e de determinados empregados da Companhia, existentes na data dos Lock-Ups e descritos no registration statement apresentado à SEC no contexto da Oferta Internacional, e (b) a emissão de ações em decorrência do exercício de opção de compra de ações, nos termos de planos de opções de compra de ações em benefício da administração e de determinados empregados da Companhia, ou qualquer outra opção, bônus de subscrição ou do exercício de direito de conversão de valores mobiliários em circulação, em todos os casos, válidos

na data dos Lock-Ups e descritos no registration statement apresentado à SEC no contexto da Oferta Internacional; (iii) qualquer transferência dos Valores Mobiliários Sujeitos a Restrição a uma pessoa natural, exclusivamente com o propósito de torná-la elegível para o cargo de conselheiro da Companhia, caso em que apenas um ação ordinária do capital social da Companhia poderá ser transferida para cada referida pessoa física, desde que tal transferência não resulte em uma obrigação de registrar os Valores Mobiliários Sujeitos a Restrição na SEC durante o Período de Restrição; (iv) qualquer transferência dos Valores Mobiliários Sujeitos a Restrição aos Agentes de Colocação Internacional, Coordenadores da Oferta Internacional ou Coordenadores da Oferta Brasileira, ou qualquer entidade indicada pelos Agentes de Colocação Internacional, Coordenadores da Oferta Internacional ou Coordenadores da Oferta Brasileira para realizar a estabilização das Ações Ordinárias e das Ações Preferenciais, conforme previsto em qualquer contrato que contemple essas atividades, e desde que tal transferência não resulte em uma obrigação de registrar os Valores Mobiliários Sujeitos a Restrição na SEC durante o Período de Restrição; e (v) o empréstimo de Valores Mobiliários Sujeitos a Restrição a qualquer corretora de valores mobiliários registrada na CVM, em conexão com as atividades de formação de mercado, na medida em que exigido e de acordo com a legislação e a regulamentação brasileira aplicáveis, inclusive a Instrução CVM nº 384, de 17 de março de 2003 e o Código de Auto-Regulação de Ofertas Públicas da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, desde que tais empréstimos não resultem em uma obrigação de registrar os Valores Mobiliários Sujeitos a Restrição na SEC durante o Período de Restrição.

CRONOGRAMA TENTATIVO DA OFERTA

Abaixo, encontra-se um cronograma indicativo da Oferta Brasileira, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado.

	Eventos	Data prevista[1]
1.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início do Procedimento de *Bookbuilding* Início do *Roadshow*	23 de março de 2011
2.	Primeira data de corte	28 de março de 2011
3.	Republicação do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Vinculadas Início do Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Não Vinculadas Início do Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas Início do Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Não Vinculadas	30 de março de 2011
4.	Encerramento do Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Vinculadas Encerramento do Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Vinculadas	1º de abril de 2011
5.	Segunda data de corte	5 de abril de 2011
6.	Encerramento do Período de Reserva da Oferta Prioritária para Pessoas Não Vinculadas	8 de abril de 2011
7.	Encerramento do Período de Reserva da Oferta de Varejo para Pessoas Não Vinculadas	11 de abril de 2011
8.	Encerramento do *Roadshow*[2] Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Reunião do Conselho de Administração da Companhia para aprovação do Preço por Ação Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Distribuição Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	12 de abril de 2011
9.	Registro da Oferta Brasileira pela CVM Publicação da ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovou o Preço por Ação Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	13 de abril de 2011
10.	Início de negociação das Ações da Oferta Brasileira	14 de abril de 2011
11.	Data de Liquidação da Oferta Global	18 de abril de 2011
12.	Encerramento do prazo de exercício da Opção de Lote Suplementar	12 de maio de 2011
13.	Data limite para a liquidação das Ações Suplementares e *ADSs* Suplementares	18 de maio de 2011
14.	Data limite para a publicação do Anúncio de Encerramento	13 de outubro de 2011

(1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações, sem aviso prévio, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta Brasileira, Agentes de Colocação Internacional e dos Coordenadores da Oferta Internacional.

(2) As apresentações aos investidores (*Roadshow*) ocorrerão no Brasil e no exterior.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta Global serão informados por meio de publicação de aviso nos jornais Valor Econômico, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Jornal do Commercio do Rio de Janeiro e na página da Companhia na rede mundial de computadores (www.gerdau.com.br/investidores).

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta Global, este cronograma será alterado. Para informações sobre "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação" e "Suspensão e Cancelamento", veja páginas 90 e 91 deste Prospecto.

Para informações sobre prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação de ações adquiridas pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, no âmbito da Oferta Brasileira, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção "Regime de Distribuição das Ações", na página 89 deste Prospecto.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

A Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta Brasileira e a BM&FBOVESPA, na qualidade de interveniente anuente, celebraram o Contrato de Distribuição, o qual contemplará os termos e condições da Oferta Global descritos nesta seção. Será disponibilizada cópia do Contrato de Distribuição pelo Coordenador Líder em seu endereço indicado na seção "Informação sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta Brasileira, os Consultores e os Auditores", na página 55 deste Prospecto.

O Contrato de Distribuição estabelece que a obrigação dos Coordenadores da Oferta Brasileira de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firmes estarão sujeitas a determinadas condições, não limitadas à (i) entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta Brasileira, dos Coordenadores da Oferta Internacional e dos Agentes de Colocação Internacional e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de ações de emissão da Companhia pela Companhia, por seus atuais administradores e pelos Acionistas Vendedores. De acordo com o Contrato de Distribuição, a Companhia obriga-se a indenizar os Coordenadores da Oferta Brasileira em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, foram também celebrados (i) entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, o Contrato de Colocação Internacional, segundo o qual os Agentes de Colocação Internacional realizarão esforços de colocação das Ações da Oferta Brasileira no exterior; e (ii) entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta Internacional, o Contrato de Distribuição Internacional, segundo o qual os Coordenadores da Oferta Internacional realizarão a colocação de Ações Preferenciais (inclusive sob a forma de ADSs) no exterior.

O Contrato de Colocação Internacional e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem a obrigação dos Agentes de Colocação Internacional e dos Coordenadores da Oferta Internacional de efetuarem a colocação das Ações (inclusive sob a forma de ADSs), bem como de suas respectivas garantias firmes estarão sujeitas a determinadas condições, não limitadas à (i) entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta Brasileira, dos Coordenadores da Oferta Internacional e dos Agentes de Colocação Internacional e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de ações de emissão da Companhia pela Companhia, por seus atuais administradores e pelos Acionistas Vendedores.

O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional, segundo a qual a Companhia deverá indenizá-los caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções ou omissões no Contrato de Colocação Internacional ou no *Offering Memorandum*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior por conta dessas questões, eles terão direito de regresso contra a Companhia por conta desta cláusula de indenização. Adicionalmente, o Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Coordenadores da Oferta Internacional, segundo a qual a Companhia e os Acionistas Vendedores deverão indenizá-los caso os Coordenadores da Oferta Internacional venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções ou omissões no Contrato de Distribuição Internacional ou no *Prospectus*. Caso os Coordenadores da Oferta Internacional venham a sofrer perdas no exterior por conta dessas questões, eles terão direito de regresso contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores por conta desta cláusula de indenização. Adicionalmente, o Contrato de Distribuição Internacional possui declarações específicas em relação à observância de obrigações de registro das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

LIQUIDAÇÃO

A liquidação física e financeira da Oferta Global será realizada no último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares e de ADSs Suplementares, cuja liquidação ocorrerá dentro do prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de exercício da Opção de Lote Suplementar.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas e/ou adquiridas e liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, §4°, da Lei n° 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

REGIME DE DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES

Após a publicação do Aviso ao Mercado, a disponibilização do Prospecto Preliminar, o encerramento do Período de Reserva, a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do Registro da Oferta pela CVM e pela SEC, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização deste, os Coordenadores da Oferta Brasileira realizarão a colocação das Ações da Oferta Brasileira (sem considerar as Ações Suplementares) em regime de garantia firme de liquidação, individual e não solidária, proporcionalmente e até os limites individuais abaixo:

Coordenador da Oferta Brasileira	Ações Ordinárias	% do Total	Ações Preferenciais	% do Total
Coordenador Líder	28.911.437	42,5%	86.627.793	42,5%
Itaú BBA	28.911.437	42,5%	86.627.792	42,5%
Bradesco BBI	10.204.036	15,0%	30.574.515	15,0%
Total	**68.026.910**	**100,0%**	**203.830.100**	**100,0%**

Caso as Ações (exceto as Ações Suplementares) subscritas/adquiridas por investidores no âmbito da Oferta Brasileira não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por tais investidores até a Data de Liquidação, os Coordenadores da Oferta Brasileira liquidarão financeiramente, pelo Preço por Ação, a totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações da Oferta Brasileira objeto da garantia firme de liquidação prestada; e (ii) o número de Ações da Oferta Brasileira efetivamente liquidadas no mercado pelos investidores que as subscreveram/adquiriram. Tal garantia

é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e deferido o registro da Oferta Global pela CVM.

Em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta Brasileira durante o Prazo de Distribuição, ou até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, se esta ocorrer primeiro, o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço por Ação, ressaltado que as atividades de estabilização, em algumas circunstâncias, não estarão sujeitas a tais limites. Os Coordenadores da Oferta Brasileira poderão alocar Ações para distribuição pelos Coordenadores da Oferta Internacional no exterior no âmbito da Oferta Internacional, inclusive sob a forma de *ADSs*, representadas por *ADRs*, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional e do Contrato de Intersindicalização.

INSTITUIÇÃO ESCRITURADORA DAS AÇÕES

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações de emissão da Companhia é a Itaú Corretora.

NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES

As ações ordinárias de emissão da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA sob o código "GGBR3". As ações preferenciais de emissão da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA sob o código "GGBR4" e na NYSE, na forma de ADSs, sob o código "GGB". O Programa de *Depositary Receipts* da Companhia para negociação de suas ações preferenciais na NYSE foi aprovado pela CVM em 7 de novembro de 1997 sob o registro CVM/GER/RDR97/009.

O início da negociação das Ações da Oferta Brasileira no Nível 1 da BM&FBOVESPA ocorrerá a partir do dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início. Para mais informações sobre a negociação das Ações da Oferta Brasileira na BM&FBOVESPA consulte uma das Instituições Participantes da Oferta Brasileira.

ALTERAÇÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS, REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta Brasileira podem requerer que a CVM autorize a modificar ou revogar a Oferta Global, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta Global existentes na data do pedido de registro da distribuição, que resulte em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta Brasileira poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta Global, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no §3° do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta Global seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta Global poderá ser adiado em até 90 dias.

A revogação da Oferta Global ou qualquer modificação na Oferta Global será imediatamente divulgada por meio dos jornais Valor Econômico, Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Jornal do

Commercio do Rio de Janeiro, veículos também usados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, e as Instituições Participantes da Oferta Brasileira deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nessa hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta Global deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de cinco dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Revogação" e "Anúncio de Retificação").

Com a publicação do Anúncio de Revogação, a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores ao Anúncio de Revogação tornar-se-ão ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de três dias úteis, sem juros ou correção monetária ou qualquer outro acréscimo, e com dedução, se for o caso, dos valores pagos em função do IOF/câmbio, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Após a publicação do Anúncio de Retificação, as Instituições Participantes da Oferta Brasileira só aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e Pedidos de Reserva daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta Global e se mantiverem em silêncio em relação aos termos do Anúncio de Retificação e da comunicação acerca da modificação na Oferta, após o prazo de cinco dias úteis de sua publicação ou do recebimento da comunicação acerca da modificação na Oferta, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 27 da Instrução CVM 400, serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação e da comunicação acerca da modificação na Oferta, caso não revoguem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, as Instituições Participantes da Oferta Brasileira presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

SUSPENSÃO E CANCELAMENTO

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do seu registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, prazo durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta Global será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta Global, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta Global, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o

disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de três dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária.

INADEQUAÇÃO DA OFERTA GLOBAL

Não há inadequação específica da Oferta Global a certo grupo ou categoria de investidor. No entanto, a Oferta Global não é adequada a investidores avessos ao risco inerente ao investimento em ações. A subscrição das Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", na página 133 deste Prospecto, bem como os fatores de risco constantes dos itens "4" e "5" de nosso Formulário de Referência anexo a este Prospecto, nas páginas 340 e 372, para ciência dos fatores de risco que devem ser considerados em relação ao investimento nas Ações.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA BRASILEIRA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, exceto no que se refere à presente Oferta Global, o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não possuem qualquer relacionamento relevante com a Companhia e, exceto pelas comissões previstas no Contrato de Distribuição, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Companhia, ao Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia, nem realizaram qualquer operação de financiamento ou reestruturação societária da Companhia.

O Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Companhia.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de

referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total return swap). O Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico poderão adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta Global.

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta Global, o Itaú BBA e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem amplo relacionamento com a Companhia e demais sociedades integrantes do seu grupo econômico conforme detalhado a seguir. O Itaú BBA e/ou empresas integrantes do seu grupo econômico realizam rotineiramente operações de crédito com sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia. Na data deste Prospecto, as seguintes operações encontravam-se em aberto com a Companhia:

- O Itaú Unibanco e o Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico do Itaú BBA, prestaram fianças para garantir determinadas obrigações da Companhia relacionadas com processos judiciais. Tais fianças foram contratados pela Companhia junto ao Itaú Unibanco e seus termos principais estão detalhados a seguir: (i) fiança contratada em 13 de junho de 2002, tendo como saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$78.216,66 e comissão de fiança de 1,00% a.a.; (ii) fiança em 20 de junho de 2002, tendo como saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$272.882,00 e comissão de fiança de 1,00% a.a.; (iii) fiança contratada em 16 de julho de 2002, tendo como saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$ 2.977.000,00 e comissão de fiança de 1,00% a.a.;

- Três operações, por meio de programa de financiamento do BNDES. Tais operações montam nesta data a aproximadamente R$1,2 milhões, e contam com taxas de juros de 4,5% a.a. e indexação pela TJLP ou Dólar;

- Operação de BNDES Exim-pre embarque no montante de R$150 milhões e conta com taxas de juros de 4,5 %a.a. e indexação pela TJLP ou Dólar.

Adicionalmente, na data deste Prospecto, as seguintes operações se encontram em aberto com sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia:

- Participações acionárias: o Itaú BBA adquiriu, em 06 de maio de 2005, como investimento, participações societárias em ações ordinárias das seguintes companhias pertencentes ao grupo econômico da Companhia: Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A. e Gerdau América do Sul Participações S.A., sendo os percentuais hoje respectivamente 2,83%, 2,83%, 2,65%, 2,07%, 3,14%;

- Operações com a Gerdau Ameristeel:

(i) Empréstimos detalhados a seguir contraídos pela Gerdau Ameristeel junto ao Banco Itaú BBA International, S.A (sociedade com sede em Portugal, integrante do mesmo grupo econômico ao qual o Itaú BBA faz parte): (a) empréstimo contratado em 13 de dezembro de 2007, no valor de US$16,8 milhões, com vencimento em 10 de setembro de 2012 e taxa de juros correspondente a LIBOR + 1,25 % a.a.; (ii) empréstimo contratado em 22 de fevereiro de 2008, no valor de US$10 milhões, com vencimento em dez de setembro de 2012 e taxa de juros correspondente a LIBOR + 1,00 % a.a.; (iii) empréstimo contratado em 13 de dezembro de 2007, no valor de US$10 milhões, com vencimento em 10 de setembro de 2013 e taxa de juros correspondentes a LIBOR + 1,25 % a.a.; (v) em 4 de março de 2008, no valor de US$18 milhões, com vencimento em 10 de setembro de 2012 e taxa de juros correspondentes a LIBOR + 1,00 % a.a.;

(ii) Operação de Financiamento a Exportação contratado pela Gerdau Ameristeel junto ao Banco Itaú BBA International, S.A em 13 de fevereiro de 2008, no valor de US$27,5 milhões, vencimento em 10 de setembro de 2012 e taxa de juros de LIBOR + 1,00 % a.a.; e

(iii) Operação de Financiamento a Exportação contratadas pela Gerdau Ameristeel junto ao Banco Itaú BBA International, S.A e GNA Partners em 10 de setembro de 2012, no valor de US$40 milhões, vencimento em 10 de setembro de 2012 e taxa de juros de LIBOR + 1,25 % a.a.

- Operações com a Gerdau Açominas S.A.

(i) operação de BNDES Exim-pre embarque no montante de R$ 60 milhões, com taxas de juros de 7,0 %a.a. e indexação pela TJLP ou pelo Dólar ou pré-fixada;

(ii) 37 operações, por meio de programa de financiamento do BNDES. Tais operações montam nesta data aproximadamente R$ 19,534 milhões, e contam com taxas de juros variando entre 3.1% a.a. e 5.5% a.a. e indexação pela TJLP ou pelo Dólar;

(iii) o Itaú Unibanco e o Banco Banerj S.A. (instituição financeira integrante do mesmo grupo econômico ao qual o Itaú BBA faz parte) prestaram fianças para garantir determinadas obrigações da Gerdau Açominas S.A. relacionadas com processos judiciais. Tais fianças foram contratadas pela Gerdau Açominas S.A., têm prazo indeterminado e seus outros termos principais estão detalhados a seguir: (a) fiança contratada junto ao Banco Banerj S.A. em 19 de setembro de 1991, tendo como saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$6.572,43 e comissão de fiança de 2,00% a.a.; (b) fiança contratada junto ao Banco Banerj S.A. em 19.09.1991, tendo como saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$ 328.622,48 e comissão de fiança de 2,00% a.a.; (c) fiança contratada junto ao Banco Banerj S.A. em 19 de setembro de 1991, tendo como saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$ 460.071,47 e comissão de fiança de 2,00% a.a; (d) fiança contratada junto ao Banco Banerj S.A. em 19 de setembro de 1991, tendo como saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$ 144.593,88 e comissão de fiança de 2,00% a.a.; (e) fiança contratada junto ao Banco Banerj S.A. em 18 de novembro de 1991, tendo como saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$2.521.672,61 e comissão de fiança de 2,00% a.a; (f) fiança contratada junto ao Banco Banerj S.A. em 09 de janeiro de 1992, tendo como

saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$ 280.350,29 e comissão de fiança de 1,00% a.a.; (g) fiança contratada junto ao Banco Banerj S.A. em 30 de janeiro de 1992, tendo como saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$ 164.911,38 e comissão de fiança de 1,00% a.a.; (h) fiança contratada junto ao Banco Banerj S.A. em 14 de maio de 1992, tendo como saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$ 354.637,64 e comissão de fiança de 1,00% a.a.; (i) fiança contratada junto ao Banco Banerj S.A. em 08 de agosto de 1989, tendo como saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$ 575.173,18 e comissão de fiança de 2,00% a.a.; (j) fiança contratada junto ao Banco Banerj S.A. em 25 de agosto de 1989, tendo como saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$ 575.173,18 e comissão de fiança de 2,00% a.a.; (k) fiança contratada junto ao Banco Banerj S.A. em 30 de março de 1990, tendo como saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$ 251.605,82 e comissão de fiança de 2,00% a.a.; (l) fiança contratada junto ao Banco Banerj S.A. em 12 de maio de 1995, tendo como saldo devedor em 04 de março de 2011 o valor de R$ 75.350,51 e comissão de fiança de 2,00% a.a.

- Operações com a Gerdau Aços Especiais S.A.

  (i) duas operações, por meio de programa de financiamento do BNDES. Tais operações montam nesta data a aproximadamente R$ 80mil, e contam com taxas de juros variando entre 3.1% a.a. e 5.5% a.a. e indexação pela TJLP ou pelo Dólar.

- Operações com a Gerdau Aços Longos S.A.

  (i) 45 operações, por meio de programa de financiamento do BNDES. Tais operações montam nesta data a aproximadamente R$ 14,996 milhões, e contam com taxas de juros variando entre 3.1% a.a. e 5.5% a.a. e indexação pela TJLP ou pelo Dólar;

  (ii) 36 operações, por meio de programa de financiamento do BNDES Propflora. Tais operações montam nesta data a aproximadamente R$ 2,9 milhões, e contam com taxas de juros variando entre 4% a.a. e indexação pela TJLP ou pelo Dólar.

  (iii) em 15 de fevereiro de 2011, o Itaú BBA adquiriu, ao valor de R$20.993.527,83, (a) notas promissórias de no. 1 a 120 emitidas pela Gerdau Aços Longos S.A. e Philips Eletrônica do Nordeste S.A., e (b) os direitos creditórios relativos aos recebíveis devidos pela Gerdau Aços Longos S.A. em virtude da aquisição dos imóveis objeto das matrículas 4.584 e 4.585 do 4º registro de imóveis da cidade de Recife, estado de Pernambuco, incluindo os seus acessórios ("Créditos Imobiliários"). No que se refere aos Créditos Imobiliários anteriormente citados, o vencimento ocorrerá em 29 de dezembro de 2020 e contem remuneração de 8,05% a.a. Em 31 de março de 2011, o Itaú BBA cedeu referidos Créditos Imobiliários para a Brazilian Securities Companhia de Securitização, tendo esta última o objetivo de emitir Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRIs")

lastreados nos Créditos Imobiliários. Esses CRIs foram objeto de oferta pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM 476 e o Itaú BBA atuou como coordenador líder no processo de estruturação e distribuição de referidos valores mobiliários, prestando ainda garantia firme de colocação. Os CRIs foram integralmente subscritos em 31 de março de 2011 por investidores, de modo que a garantia firme prestada pelo Itaú BBA não foi exercida.

- Operações com a Gerdau Comercial de Aços S.A.

  (i) standby letter of credit contratada no dia 09 de setembro de 2010, no valor de US$ 2 milhões com vencimento em 28 de dezembro de 2012 e taxa de juros correspondente a LIBOR + 1,0% a.a.;

  (ii) standby letter of credit contratada no dia 10 de setembro de 2010, no valor de US$ 2 milhoes com vencimento em 28 de setembro de 2012 e taxa de juros correspondente a LIBOR + 1,0% a.a.

Adicionalmente às operações vigentes acima mencionadas, o Itaú Unibanco presta serviços de conta corrente, cobrança, pagamentos e folha de pagamento e de custódia de ações para diversas sociedades integrantes do grupo econômico da Companhia.

Diversas pessoas, fundos, empresas que foram, são ou podem vir a ser acionistas, controladores ou não, da Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico foram, são ou poderão vir a ser clientes de empresas pertencentes ao mesmo conglomerado econômico do Itaú BBA nas mais diversas áreas de prestação de serviços financeiros e atividades desempenhadas por esse grupo, como, por exemplo, asset management, serviços de custódia e administração, seguros, serviços de conta corrente, investment banking, operações de créditos e derivativos, cash management e private banking. Tais serviços são prestados no curso normal da atividade do Itaú Unibanco e demais empresas pertencentes ao mesmo conglomerado econômico em termos usuais e geralmente disponíveis para os clientes desse do grupo.

Nenhuma das operações contratadas ou relacionamento comercial da Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico e seus acionistas com o Itaú BBA e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico conglomerado econômico estão vinculados ao resultado da Oferta Global. Nem o Itaú BBA ou qualquer outra sociedade pertencente ao mesmo grupo econômico receberá qualquer remuneração referente à Oferta Global além daquelas descritas neste Prospecto e no Contrato de Distribuição.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico e, exceto pela remuneração prevista no Contrato de Distribuição e eventuais ganhos decorrentes da estabilização de nossas Ações, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Itaú BBA e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou em fundos de investimento

administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do Itaú BBA e/ou sociedades integrantes do conglomerado econômico não atinge, e não atingiu nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia.

O Itaú BBA e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total return swap). O Itaú BBA e/ou suas afiliadas poderão adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Itaú BBA como instituição intermediária da Oferta Global.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta Global, a Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o Bradesco BBI e/ou com demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam as seguintes operações:

- Serviços financeiros de convênio de crédito consignado puro no valor de R$892.876,00, contratado em 2 de maio de 2000, com data de vencimento em 30 de novembro de 2012.
- Operações de CCB conta garantida, perfazendo montante total de R$10.000.000,00, com custo de 118,80% do CDI e vencimento de contrato em 05 de agosto de 2011.

Adicionalmente, a Companhia possui com o Bradesco operação de fiança no valor total de R$363.221.314,00, com vencimentos abaixo descritos:

- R$5.345.000,00 com custo de 0,80 % do CDI e vencimento em 01/12/2011;
- R$345.940.781,00 com custo de 0,70% do CDI e vencimento em 14/09/2015;
- R$9.912.995,00 com custo de 0,80% do CDI e vencimento em 09/04/2011;
- R$2.022.538,00 em seis operações com vencimento indeterminado e custo entre 1,50% do CDI e 2,50% do CDI.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer outro relacionamento relevante com o conglomerado econômico do Bradesco BBI e, exceto pela remuneração prevista no Contrato de Distribuição, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Nos últimos 12 meses, o Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

O Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, diretamente mais que 5% do capital social da Companhia.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta Global.

Relacionamento entre a Metalúrgica Gerdau e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta Global, a Metalúrgica Gerdau possui conta corrente junto ao Coordenador Líder.

Exceto pelo disposto acima, o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não possuem qualquer relacionamento relevante com a Metalúrgica Gerdau e, exceto pelas comissões previstas no Contrato de Distribuição, não há qualquer remuneração a ser paga pela Metalúrgica Gerdau ao Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão da Metalúrgica Gerdau, nem realizaram qualquer operação de financiamento ou reestruturação societária da Metalúrgica Gerdau.

O Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Metalúrgica Gerdau, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Metalúrgica Gerdau.

A Metalúrgica Gerdau poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total return swap).

O Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico poderão adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Relacionamento entre a Metalúrgica Gerdau e o Itaú BBA

Diversas pessoas, fundos, empresas que foram, são ou podem vir a ser acionistas, controladores ou não, da Companhia e das demais sociedades do grupo foram, são ou poderão vir a ser clientes de empresas pertencentes ao mesmo conglomerado econômico do Itaú BBA nas mais diversas áreas de prestação de serviços financeiros e atividades desempenhadas por esse grupo, como, por exemplo, asset management, serviços de custódia e administração, seguros, serviços de conta corrente, investment banking, operações de créditos e derivativos, cash management e private banking. Tais serviços são prestados no curso normal da atividade do Itaú Unibanco e demais empresas pertencentes ao mesmo conglomerado econômico em termos usuais e geralmente disponíveis para os clientes desse grupo.

A INDAC Indústria e Comércio S.A. ("INDAC"), controladora da Metalúrgica Gerdau, contratou, em 31 de maio de 2010, uma operação de derivativos com a garantia da Metalúrgica Gerdau, pelo valor de R$ 955 milhões na data da contratação e com vencimento em 29 de maio de 2015, sendo as obrigações da INDAC corrigidas por CDI. Tal garantia é objeto da nota explicativa às Demonstrações Financeiras da Metalúrgica Gerdau.

Nenhuma das operações contratadas ou relacionamento comercial da Metalúrgica Gerdau e respectivos acionistas com o Itaú BBA e empresas integrantes do seu conglomerado econômico estão vinculados ao resultado da Oferta Global. Nem o Itaú BBA ou qualquer outra sociedade integrante do seu grupo econômico receberá qualquer remuneração referente à Oferta Global além daquelas descritas neste Prospecto.

Exceto pelo disposto acima, a Metalúrgica Gerdau não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico e, exceto pela remuneração prevista no Contrato de Distribuição, e eventuais ganhos decorrentes da estabilização de nossas Ações, não há qualquer remuneração a ser paga pela Metalúrgica Gerdau ao Itaú BBA e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Nos últimos 12 meses, o Itaú BBA e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão da Metalúrgica Gerdau, nem realizaram qualquer operação de financiamento ou reestruturação societária da Metalúrgica Gerdau.

O Itaú BBA e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Metalúrgica Gerdau, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária das sociedades

integrantes do conglomerado econômico ao qual pertence o Itaú BBA não atinge, e não atingiu nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

O Itaú BBA e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de emissão da Metalúrgica Gerdau como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total return swap). O Itaú BBA e/ou suas afiliadas poderão adquirir ações de emissão da Metalúrgica Gerdau como forma de proteção (hedge) para essas operações.

Relacionamento entre a Metalúrgica Gerdau e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta Global, a Metalúrgica Gerdau mantém apenas uma conta corrente com o Banco Bradesco S.A. com saldo de R$247.876,00 e com resultado de R$ 0,8 mil ao mês (base dez/2010).

Exceto pelo disposto acima, a Metalúrgica Gerdau não possui qualquer outro relacionamento relevante com o conglomerado econômico do Bradesco BBI e, exceto pela remuneração prevista no Contrato de Distribuição, não há qualquer remuneração a ser paga pela Metalúrgica Gerdau ao Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Nos últimos 12 meses, o Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão da Metalúrgica Gerdau, nem realizaram qualquer operação de financiamento ou reestruturação societária da Metalúrgica Gerdau.

O Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Metalúrgica Gerdau, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, diretamente mais que 5% do capital social da Metalúrgica Gerdau.

Relacionamento entre a Gerdau BG e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, exceto no que se refere à presente Oferta Global, o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não possuem qualquer relacionamento relevante com a Gerdau BG e, exceto pela remuneração prevista no Contrato de Distribuição, não há qualquer remuneração a ser paga pela Gerdau BG ao Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Nos últimos 12 meses, o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico (i) não participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão da Gerdau BG, (ii) não realizaram qualquer operação de financiamento ou reestruturação societária da

Gerdau BG e (iii) não realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários de emissão da Gerdau BG.

A Gerdau BG poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total return swap). O Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico poderão adquirir Ações como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Relacionamento entre a Gerdau BG e o Itaú BBA

Diversas pessoas, fundos, empresas que foram, são ou podem vir a ser acionistas, controladores ou não, da Companhia e das demais sociedades do grupo foram, são ou poderão vir a ser clientes do Itaú BBA e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico nas mais diversas áreas de prestação de serviços financeiros e atividades desempenhadas por esse grupo, como, por exemplo, asset management, serviços de custódia e administração, seguros, serviços de conta corrente, investment banking, operações de créditos e derivativos, cash management e private banking. Tais serviços são prestados no curso normal da atividade do Itaú Unibanco e demais empresas pertencentes ao mesmo conglomerado econômico em termos usuais e geralmente disponíveis para os clientes desse do grupo.

Nenhuma das operações contratadas ou relacionamento comercial da Gerdau BG e respectivos acionistas com o Itaú BBA e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico estão vinculados ao resultado da Oferta Global. Nem o Itaú BBA ou qualquer outra sociedade integrante de seu grupo econômico receberá qualquer remuneração referente à Oferta Global além daquelas descritas neste Prospecto.

Exceto pelo disposto acima, a Gerdau BG não possui qualquer outro relacionamento relevante com o Itaú BBA e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico e, exceto pela remuneração prevista no Contrato de Distribuição, e eventuais ganhos decorrentes da estabilização de nossas Ações, não há qualquer remuneração a ser paga pela Gerdau BG ao Itaú BBA e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Nos últimos 12 meses, o Itaú BBA e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico (i) não participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão da Gerdau BG, (ii) não realizaram qualquer operação de financiamento ou reestruturação societária da Gerdau BG e (iii)

não realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários de emissão da Gerdau BG

O Itaú BBA e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de emissão da Gerdau BG como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total return swap). O Itaú BBA e/ou suas afiliadas poderão adquirir ações de emissão da Gerdau BG como forma de proteção (hedge) para essas operações.

Relacionamento entre a Gerdau BG e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta Global, a Gerdau BG não possui qualquer relacionamento relevante com o conglomerado econômico do Bradesco BBI e, exceto pela remuneração prevista no Contrato de Distribuição, não há qualquer remuneração a ser paga pela Gerdau BG ao Bradesco BBI, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Nos últimos 12 meses, o Bradesco BBI e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico (i) não participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão da Gerdau BG, (ii) não realizaram qualquer operação de financiamento ou reestruturação societária da Gerdau BG e (iii) não realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários de emissão da Gerdau BG.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES CONTRATADOS

Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch")

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta Global, a Companhia mantém e manteve relacionamento comercial com o BofA Merrill Lynch conforme descrito abaixo.

Em abril de 2008, o BofA Merrill Lynch participou, como coordenador contratado, de oferta pública de distribuição de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que totalizou R$2,9 bilhões. O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico figuram, ainda, como agentes financiadores de sociedades integrantes do conglomerado econômico da Companhia em operações de financiamento a vencerem em 2012 e 2013, para as quais a Companhia atua como um dos agentes de garantia, tendo atuado também como *joint lead arranger* e agente administrativo em linha de crédito estendida a entidades do grupo econômico da Companhia. O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico prestam, também, serviços de cash management à Companhia.

Exceto pelo disposto acima, nos últimos 12 meses, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não participou de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia, nem realizou qualquer operação de financiamento ou reestruturação societária da Companhia.

A Companhia poderá vir a contratar, no futuro, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

O BofA Merrill Lynch e/ou suas afiliadas poderão celebrar operações de derivativos relacionadas com as Ações ou ADRs, agindo por conta e ordem de seus clientes. Nesse sentido, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir Ações ou ADRs na Oferta Global como forma de proteção (hedge) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta.

O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico poderão eventualmente possuir títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. A participação acionária das sociedades integrantes do grupo econômico do BofA Merrill Lynch não atinge, e não atingiu nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto no Contrato de Distribuição, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Companhia, ao BofA Merrill Lynch e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Com relação ao acima descrito, entendemos que o relacionamento entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch não constitui conflito de interesses em relação à atuação do BofA Merrill Lynch como instituição intermediária da da Oferta Global.

Relacionamento entre a Companhia e o Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi")

Além das relações decorrentes da presente Oferta Global, o Citi mantém relações comerciais com a Companhia e com sociedades integrantes de seu grupo econômico, incluindo assessoria econômico-financeira, operações de tesouraria e investimentos.

O Citigroup Global Markets Inc assessorou a Companhia nas seguintes captações no mercado internacional:

(a) em 23 de Setembro de 2010, na qualidade de *Co Manager* na emissão de Bônus Internacionais denominado em USD de US$1,25 bilhões com vencimento em 30 de janeiro de 2021;

(b) em 18 de Novembro de 2009, na qualidade de *Joint Lead Manager* e *Bookrunner* na emissão de Bônus Internacionais de US$1,25 bilhões com vencimento em 20 de janeiro de 2020; e

(c) Em Julho de 2008, na qualidade de *Lead Arranger* na captação pela companhia de USD 200 milhões junto ao Inter-American Development Bank (IDB) e vencimento em agosto de 2015. Para essa transação, o Citibank manteve posição de USD 30 milhões.

Na operação indicada no item (a) acima, a remuneração recebida pelo Citi foi de US$ 123.351,89.

Além disso, o Citi atuou como coordenador na distribuição publica primária realizada pela Companhia em abril de 2008, totalizando a captação de R$ 2,6 bilhões.

O Citi e suas afiliadas também mantém relacionamento com a Companhia e suas subsidiárias, relativos à serviços de conta corrente, custódia, operações de hedge com derivativos, aplicações financeiras, operações de câmbio e prestação de serviços de trustee.

Poderemos, no futuro, contratar o Citi e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico no Brasil e no exterior para a realização de operações financeiras em geral, incluindo, mas não se limitando a, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, operações de crédito, serviços de custódia, consultoria financeira e/ou quaisquer outras operações financeiras úteis e/ou necessárias à condução das nossas atividades.

Com exceção do acima descrito, não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Citi à Companhia, seus acionistas controladores ou sociedades controladas por nós vinculados à presente Oferta Global.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Citi concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções vinculados à presente Oferta Global.

O Citi e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico eventualmente possuem ações de emissão da Companhia, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do Citi e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, 5% do nosso capital social.

O Citi e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total return swap). O Citi e/ou suas afiliadas poderão adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações.

Além da remuneração referente à colocação das Ações da presente Oferta Global prevista no Contrato de Distribuição, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Companhia, ao Citi e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Além do relacionamento acima descrito e aquele referente à Oferta Global, não mantemos outro relacionamento comercial relevante com o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico.

Poderemos vir a contratar, no futuro, o Citi e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

A Companhia entende que não há operação financeira realizada com o Citi ou sociedades do seu conglomerado econômico que venha a levar um conflito de interesses, tendo em vista a atuação na Oferta Global do Citi na qualidade de Coordenador Global.

Relacionamento entre a Companhia e o HSBC Bank Brasil S.A. ("HSBC")

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta Global, a Companhia mantém relacionamento comercial com o HSBC e demais sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, conforme descrito abaixo:

Mercado de Capitais:

O HSBC atuou como *Joint Bookrunner* na emissão de ações da Gerdau Ameristeel, no valor de US$1,55 bilhão, em novembro de 2007. O HSBC atuou como Coordenador Contratado nas ofertas de ações da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau S.A., em abril de 2008, nos valores de R$2,653 bilhão e R$1,375 bilhão respectivamente.

O HSBC atuou também como *Joint Bookrunner* em 4 (quatro) emissões de dívida da Companhia e suas subsidiárias:

(i) em setembro de 2005, na emissão de notas de dívidas perpétuas, no valor de US$600 milhões para a Gerdau S.A.;

(ii) em novembro de 2007, na emissão de notas de dívidas, com vencimento em 2017, no valor de US$1 bilhão, através da subsidiária GTL Trade Finance Inc;

(iii) em novembro de 2009, na emissão de notas de dívidas, com vencimento em 2020, no valor de US$1,25 bilhão; e

(iv) em setembro de 2010, na emissão de notas de dívidas, com vencimentos em 2021, no valor de US$1,25 bilhão.

A remuneração recebida pelo HSBC em decorrência dos serviços prestados na operação indicada no item (iv) acima totalizou US$2,35 milhões.

Operações de Crédito:

O HSBC possui as seguintes transações de crédito em aberto com a Companhia e suas subsidiárias:

(i) Uma participação de US$60 milhões no Multi-Currency Revolving Credit Facility de US$600 milhões da Gerdau Ameristeel Corp, Gerdau Ameristeel US Inc e outras, realizado em dezembro de 2009; Taxa de juros: Libor+3,50% a.a.;

(ii) Uma participação atual de US$27 milhões no A/B Loan da Gerdau Açominas, no valor de US$200 milhões contratada junto ao IDB, contratado em Agosto de 2008; Taxa de juros: Libor+1,50% a.a.;

(iii) Uma participação atual de US$6 milhões no Revolver Credit Facility da Gerdau Macsteel, realizado em maio de 2008; Taxa de juros: Libor+1,25% a.a.;

(iv) Um empréstimo de longo prazo de US$67,21 milhões da Gerdau Ameristeel US Inc / GNA Partners GP contratado em Setembro de 2007; Taxa de juros: Libor+1,25% a.a.;

(v) Duas operações de BNDES-Exim, com prazo de 3 anos, no montante total de R$150 milhões desembolsadas em 27 de Novembro de 2009 e 19 de Julho de 2010; Taxa de juros: 4,50% a.a.;

(vi) Uma Revolving Credit Facility de US$50 milhões, prazo de 90 dias, com a Gerdau GTL México SA de CV; Taxa de juros: TIIE+2,25% a.a.; e

(vii) Diversas cartas de crédito, incluindo uma SBLC de US$1,8 milhões com a Empresa Siderúrgica del Peru SA, uma SBLC de US$4,4 milhões com a Gerdau Macsteel Inc e duas garantias no montante total de R$1,03 milhão no Brasil. Comissões de até 1% a.a.

Outras Operações e Relacionamentos

Ademais, a Companhia e o HSBC têm relacionamentos relativos à: (i) cash management; (ii) câmbio para compra/venda de dólares; (iii) derivativos; (iv) aplicações financeiras, (v) descontos de cartas de crédito e (vi) folha de pagamento em algumas de suas subsidiárias.

O HSBC e/ou sociedades integrantes do conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do HSBC e/ou sociedades integrantes do conglomerado econômico não atinge, e não atingiu nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia.

O HSBC e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com total return swap). O HSBC e/ou suas afiliadas poderão adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações.

A Companhia entende que não há operação financeira realizada com o HSBC ou sociedades do seu conglomerado econômico que venha a levar um conflito de interesses, tendo em vista a atuação na Oferta Global do HSBC na qualidade de Coordenador Contratado.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto no Contrato de Distribuição, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao HSBC e/ou sociedades do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Além do relacionamento acima descrito e aquele referente à Oferta, não mantemos outro relacionamento comercial relevante com o HSBC e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico. Poderemos vir a contratar, no futuro, o HSBC e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan")

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta Global, a Companhia mantém relacionamento comercial com o J.P. Morgan e demais sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, conforme descrito abaixo:

(i) O J.P. Morgan atuou como *Joint Manager* e *Joint Bookrunner* (a) em duas emissões de notas seniores de dívida sem garantia da Gerdau S.A., a saber: em setembro de 2008, com vencimento em 2017, no valor de US$ 500 milhões; e em novembro de 2009, com vencimento em 2020, no valor de US$1,25 bilhão; bem como (b) em uma emissão de notas seniores de dívida da Gerdau Trade Inc., com garantia da Gerdau S.A. e outros, a saber: em setembro de 2010, com vencimento em 2021, no valor de US$1,25 bilhão, tendo recebido remuneração em decorrência dos serviços prestados na operação totalizando R$ 500 mil;

(ii) O J.P. Morgan atuou como *Joint Bookrunner* na oferta pública (*follow-on*) de distribuição primária e secundária de ações preferenciais e ordinárias e de certificados de depósito de ações da Gerdau S.A. no valor de US$ 2.4 bilhões, em abril de 2008;

(iii) Em junho de 2010, o J.P. Morgan atuou como assessor financeiro exclusivo da Gerdau S.A. em sua proposta para adquirir uma participação minoritária de Gerdau Ameristeel Corporation por US$1.6 bilhão;

(iv) a Gerdau Açominas S.A. e a Gerdau Aços Longos S.A. possuem, na data deste Prospecto, linha de crédito para operações de Import Finance, como ACC, ACE e cartas de fiança, sendo que o valor utilizado nesta data é de USD 15.2 milhões e USD 1.7 milhões, respectivamente;

(v) A GTL Equity Investments Corp possui, na data deste Prospecto, linha de crédito para operações de derivativos, sendo que o valor utilizado nesta data é de USD 0.01 MM;

(vi) A Gerdau Ameristeel US Inc possui, na data deste Prospecto, linha de crédito para operações de derivativos, sendo que o valor utilizado nesta data é de USD 13.05 MM. Adicionalmente, foi celebrado o Commitment Revolving Long Term Loan com o J.P. Morgan Chase Bank, N.A. no valor de USD 3.07 MM, com vencimento em 21 de dezembro de 2012, cuja taxa de juros é de 13.5% ao ano. Em novembro de 2007, foi celebrado o Senior Export and Working Capital Facility Agreement, sendo que o vencimento da primeira parcela no valor de USD 16.41 MM é setembro de 2012, e da segunda parcela, no valor de USD 48.80 MM, é setembro de 2013; a taxa de juros varia de 0.875% ao mês à 1.5% ao mês, dependendo de certas condições; e

(vii) O J.P. Morgan é o administrador de fundos de investimento cujos cotistas são a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico. No entanto, o J.P. Morgan não é gestor de tais fundos e, portanto, não participa do processo de tomada de decisão de investimento da carteira desses fundos.

Ademais, a Companhia e suas subsidiárias e o J.P. Morgan têm relacionamentos relativos à linha de crédito para operações comerciais, câmbio e aplicações financeiras em fundos de investimento.

O J.P. Morgan e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O J.P. Morgan e/ou suas afiliadas poderão adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (hedge) para essas operações.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto no Contrato de Distribuição, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao J.P. Morgan e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O J.P. Morgan e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do J.P. Morgan e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Companhia.

Além do relacionamento acima descrito e aquele referente à Oferta, não mantemos outro relacionamento comercial relevante com o J.P. Morgan e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico. Poderemos vir a contratar, no futuro, o J.P. Morgan e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações comerciais usuais, incluindo, dentre outras, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações necessárias à condução das suas atividades.

A Companhia entende que não há operação financeira realizada com o J.P. Morgan ou sociedades do seu conglomerado econômico que venha a levar um conflito de interesses, tendo em vista a atuação na Oferta Global do J.P. Morgan na qualidade de Coordenador Contratado.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander")

Além das relações decorrentes da presente Oferta Global, o Santander e as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico possuem amplo relacionamento com a Companhia e demais sociedades de seu conglomerado econômico conforme detalhado a seguir. O Santander e as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico realizam rotineiramente operações de

crédito com sociedades do grupo da Companhia. Na data deste Prospecto, as seguintes operações relevantes encontravam-se em aberto:

i) Em 2006, o Santander, através da Carpe Diem Salud, S.L., adquiriu, em conjunto com a Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company, o controle da Corporacion Sidenor. Atualmente, a Carpe Diem Salud, S.L detém participação social de 40% na Corporacion Sidenor, podendo, inclusive, eleger membros do seu conselho de administração;

ii) Em 8 de Junho de 2010 a Aços Villares S/A contratou com o Santander R$ 150 milhões no programa de financiamento Exim Pré Embarque do BNDES com taxas de juros fixas anuais de 4,5% e vencimento em 15 de junho de 2013;

iii) Pré Pagamento de Exportação contratado entre Gerdau Ameristeel Corp e Santander em 10 de Setembro de 2007 no valor aproximado de USD 65 milhões e taxas de juros correspondentes de Libor + 1,25% a.a. e vencimento em 10 de Setembro de 2013;

iv) Revolving Credit Facility contratado entre Gerdau Ameristeel Corp e Santander em 21 de Dezembro de 2009 no valor de USD 60 milhões, comissão de disponibilidade de 75 pb a.a. e vencimento em 20 de Dezembro de 2012. Atualmente estão utilizados USD 4 milhões dessa linha de crédito;

v) Empréstimo A/B Loan contratado pela Gerdau Açominas S/A em 28 de Agosto de 2008 com o Santander amparado pelo IDB no valor de USD 27 milhões e taxas de juros correspondentes a Libor + 1,55% a.a. e vencimento em Agosto de 2017;

vi) A Corporación Sidenor e suas subsidiárias diretas e indiretas (Sidenor Industrial SL, Forjanor SL, Sidertul S.A. de CV, Sidenor Villares Rolling Mill Rolls S.L e Sidenor Investigación y Desarrollo S/A) mantém com o Santander diversas operações de fianças e financiamento de capital de giro com vencimento entre Março de 2011 e Fevereiro de 2014 que totalizam USD 49 Milhões, com taxas de juros variando entre Libor + 1,25% a.a. e 2,75% a.a.;

vii) A Empresa Siderurgica del Peru tem contratado com coligadas do Banco Santander S.A. operações de financiamento de capital de giro que totalizam USD 18 milhões e tem vencimento entre Maio de 2011 e Dezembro de 2011; eviii) O Banco Santander (Brasil) S.A., presta serviços de conta corrente, cobrança, pagamentos e folha de pagamento para diversas sociedades do Grupo Gerdau; e

viii) O Santander presta serviços de conta corrente, cobrança, pagamentos e folha de pagamento para diversas sociedades do grupo Gerdau.

O Santander Investment Securities Inc. atuou como *Joint Bookrunner* na emissão de notas de dívida de subsidiária da Companhia em setembro de 2010, com vencimentos em 2021, no valor de US$1,25 bilhão, tendo recebido US$2,35 milhões como remuneração.

Diversas pessoas, fundos, empresas que foram, são ou podem vir a ser acionistas, controladores ou não, da Companhia e das demais sociedades do grupo foram, são ou poderão vir a ser clientes do Santander e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico nas mais diversas áreas de prestação de serviços financeiros e atividades desempenhadas pelo Santander e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, como, por exemplo, asset management, serviços de custódia e administração, seguros, serviços de conta corrente, investment banking, operações de créditos e derivativos, cash management, private banking. Tais serviços são prestados no curso normal da atividade do Santander e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico em termos usuais e geralmente disponíveis para os clientes do grupo.

O Santander e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do Santander e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Companhia.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta Global.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("BNP Paribas")

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta Global, o BNP Paribas e as sociedades integrantes de seu grupo econômico possuem relacionamento comercial regular com a Companhia. Tal relacionamento envolve várias operações de crédito com o BNP Paribas e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico, representadas por US$ 120,8 milhões garantidos pela Gerdau S.A., US$ 40 milhões com a Gerdau Ameristeel US Inc. e subsidiárias, US$ 130,95 milhões em linhas de crédito com a Gerdau Açominas S.A. Exceto pelas comissões previstas no Contrato de Distribuição, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Companhia, ao BNP Paribas e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O BNP Paribas e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do BNP Paribas e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Companhia.

Nos últimos 12 meses, o BNP Paribas e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia, nem realizaram qualquer operação de financiamento ou reestruturação societária da Companhia.

O BNP Paribas e as sociedades do seu grupo econômico poderão, no futuro, ser contratado pela Companhia e as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, de acordo com as práticas

usuais do mercado financeiro, para assessorar a Companhia e as sociedades do seu grupo econômico, inclusive, na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações necessárias para condução das atividades da Companhia e as sociedades do seu grupo econômico, pelos quais o BNP Paribas pretende ser remunerado.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do BNP Paribas como instituição intermediária da Oferta Global.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley")

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta Global, o Morgan Stanley e sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento comercial com a Companhia, conforme descrito abaixo.

Nos últimos 12 meses, o Morgan Stanley & Co. Incorporated participou como coordenador contratado (*co-manager*) de uma emissão de notas seniores (*bonds*) da Gerdau Trade Inc., da qual a Companhia foi garantidora, no mercado internacional. Tal emissão, datada de 23 de setembro de 2010, totalizou US$ 1,25 bilhão e possui vencimento final em 2021. A remuneração recebida pelo Morgan Stanley & Co. Incorporated em decorrência dos serviços prestados no âmbito dessa emissão totalizou US$ 125 mil.

Exceto pelo disposto acima, a Companhia não possui qualquer relacionamento relevante com o Morgan Stanley e, exceto pelas comissões previstas no Contrato de Distribuição, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Companhia ao Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Sociedades integrantes do grupo econômico do Morgan Stanley eventualmente adquiriram ou alienaram, nos últimos 12 meses, títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou em fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária das sociedades integrantes do grupo econômico do Morgan Stanley não atinge atualmente 5% do capital social da Companhia.

O Morgan Stanley e/ou as sociedades integrantes de seu grupo econômico poderão, no futuro, ser contratados pela Companhia e/ou sociedades do seu grupo econômico, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, para assessorar a Companhia e/ou as sociedades do seu grupo econômico, inclusive, na prestação de serviços de assessoria financeira, na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações.

O Morgan Stanley ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno de tais ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (total return swap). O Morgan Stanley ou sociedades de seu grupo econômico poderão adquirir ações como forma de proteção (hedge) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta Global.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco Crédit Agricole Brasil S.A. ("Crédit Agricole")

O Crédit Agricole Corporate & Investment Bank mantém relacionamento com a Companhia há muitos anos, através de contatos regulares com o management da empresa (CEO e CFO).

O relacionamento do Crédit Agricole com a Companhia e seus diretores estreitou-se nos últimos anos em decorrência do constante apoio do banco em operações financeiras da Companhia durante o ciclo da indústria, tais como: financiamentos para investimentos em bens de capital (Capex) e diversas operações de financiamento incluindo a Gerdau Ameristeel Asset Based Lending, MacSteel Term Loan, Nexi Financing e Stand-By Facility.

Além disso, o Crédit Agricole Corporate & Investment Bank atuou como *co-manager* na emissão de títulos de dívida da Companhia, no montante de US$ 1,25 bilhão, em setembro de 2010, tendo recebido remuneração pelos serviços prestados totalizando R$125 mil. O Crédit Agricole também mantem relações com a Companhia através de transações de mercados de capitais, principalmente de hedge de commodities, Renda Fixa e IRS / IRD e câmbio.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e no que se refere à presente Oferta Global, o Crédit Agricole e/ou as sociedades integrantes do seu grupo econômico não possuem relacionamento relevante com a Companhia e, exceto pelas comissões previstas no Contrato de Distribuição, não há qualquer remuneração a ser paga, pela Companhia, ao Crédit Agricole e/ou sociedades de seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Nos últimos 12 meses, o Crédit Agricole e/ou as sociedades integrantes do seu grupo econômico não realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

O Crédit Agricole e as sociedades do seu grupo econômico poderão, no futuro, ser contratados pela Companhia e as sociedades integrantes de seu grupo econômico, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, para assessorar a Companhia e as sociedades integrantes de seu grupo econômico, inclusive, na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações necessárias para condução das atividades da Companhia e as sociedades integrantes de seu grupo econômico, pelos quais o Crédit Agricole pretende ser remunerado.

A Companhia entende que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Crédit Agricole como instituição intermediária da Oferta Global.

Relacionamento entre a Metalúrgica Gerdau e os Coordenadores Contratados

Na data deste Prospecto, exceto no que se refere à presente Oferta Global, os Coordenadores Contratados e/ou as sociedades integrantes de seus conglomerados econômicos não possuem qualquer relacionamento relevante com a Metalúrgica Gerdau e, exceto pela remuneração prevista no

Contrato de Distribuição, não há qualquer remuneração a ser paga pela Metalúrgica Gerdau aos Coordenadores Contratados e/ou sociedades integrantes de seus conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Nos últimos 12 meses, os Coordenadores Contratados e/ou sociedades integrantes de seus conglomerados econômicos (i) não participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão da Metalúrgica Gerdau, e, à exceção do J.P. Morgan, (ii) não realizaram qualquer operação de financiamento ou reestruturação societária da Metalúrgica Gerdau e (iii) não realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários de emissão da Metalúrgica Gerdau.

O J.P. Morgan e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Metalúrgica Gerdau, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Exceto (i) pelo Comitê Fundo de Investimento em Ações, Iaribe Fundo de Investimento em Ações, Ficus Fundo de Investimento em Ações e Genio Fundo de Investimento em Ações, todos administrados pelo J.P. Morgan, os quais possuem em conjunto 6.9147% de participação nas ações ordinárias representativas do capital social da Metalúrgica Gerdau; e (ii) pelo Gerdau Previdência Fundo de Investimento em Ações, 1930 Fundo de Investimento em Ações, Comitê Fundo de Investimento em Ações, Iaribe Fundo de Investimento em Ações, Ficus Fundo de Investimento em Ações e Genio Fundo de Investimento em Ações, todos administrados pelo J.P. Morgan, os quais possuem em conjunto 10.1460% de participação nas ações preferenciais representativas do capital social da Metalúrgica Gerdau, a participação acionária do J.P. Morgan e/ou sociedades integrantes do seu conglomerado econômico não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Companhia e entidades do mesmo conglomerado econômico. Cabe ressaltar que o J.P. Morgan não é gestor de tais fundos e, portanto, não participa do processo de tomada de decisão de investimento de suas carteiras.

Os Coordenadores Contratados e/ou as sociedades integrantes de seus conglomerados econômicos poderão, no futuro, ser contratado pela Metalúrgica Gerdau e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, para assessorar a Metalúrgica Gerdau e as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, inclusive, na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações necessárias para condução das atividades da Metalúrgica Gerdau e/ou as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, pelos quais os Coordenadores Contratados pretendem ser remunerados.

Relacionamento entre a Gerdau BG e os Coordenadores Contratados

Na data deste Prospecto, exceto no que se refere à presente Oferta Global, os Coordenadores Contratados e as sociedades integrantes de seus conglomerados econômicos não possuem relacionamento relevante com a Gerdau BG e, exceto pela remuneração prevista no Contrato de Distribuição, não há qualquer remuneração a ser paga pela Gerdau BG ao Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

Nos últimos 12 meses, os Coordenadores Contratados e/ou sociedades integrantes de seus conglomerados econômicos (i) não participaram de ofertas públicas de títulos ou valores mobiliários de emissão da Gerdau BG, (ii) não realizaram qualquer operação de financiamento ou reestruturação societária da Gerdau BG e (iii) não realizaram qualquer operação de aquisição ou venda de valores mobiliários de emissão da Gerdau BG.

Os Coordenadores Contratados e/ou as sociedades integrantes de seus conglomerados econômicos poderão, no futuro, ser contratados pela Gerdau BG e/ou as sociedades integrantes de seu grupo econômico, de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro, para assessorar a Gerdau BG e/ou as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, inclusive, na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações necessárias para condução das atividades da Gerdau BG e as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, pelos quais os Coordenadores Contratados pretendem ser remunerados.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Os Coordenadores da Oferta Brasileira recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, a consulta a este Prospecto e ao Formulário de Referência. A leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência possibilita uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta, dos fatores de risco e dos demais riscos a ela inerentes.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder solicitaram o registro da Oferta Global em 23 de março de 2011. A Oferta foi registrada pela CVM em 13 de abril de 2011 sob o nº CVM/SRE/REM/2011/012 e nº CVM/SRE/REM/2011/013 (Distribuição Primária) e nº CVM/SRE/SEC/2011/006 (Distribuição Secundária).

Mais informações sobre a Oferta Global poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta Brasileira, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores da Oferta de Varejo, também junto às Instituições Consorciadas.

Este Prospecto está disponível, a partir desta data, nos seguintes endereços e/ou *websites* indicados abaixo:

COMPANHIA

Gerdau S.A.
Avenida João XXIII, n.º 6.777
23565-235, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Osvaldo Burgos Schirmer
Tel: (51) 3323-2703
Fax: (51) 3323-2281
http://www.gerdau.com/home – nesse website, clicar em "Investidores", posteriormente, na coluna esquerda "Informações Financeiras", acessar "Informações Complementares", e, a seguir, "Prospecto de Distribuição Pública"

ACIONISTAS VENDEDORES

Acionistas Vendedores

Avenida Farrapos, nº 1.811
90220-005, Porto Alegre, RS
At.: Sr. Osvaldo Burgos Schirmer
Tel: (51) 3323-2703
Fax: (51) 3323-2281
http://www.gerdau.com/home (nesse website, clicar em "Investidores", posteriormente, na coluna esquerda, "Informações Financeiras", acessar "Informações Complementares", e, a seguir, "Prospecto de Distribuição Pública")

COORDENADORES DA OFERTA BRASILEIRA

Banco BTG Pactual S.A. (Coordenador Líder e Coordenador Global)

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 9º andar
04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fábio Nazari
Tel: (11) 3383-2000
Fax: (11) 3383-2001
https://www.btgpactual.com/home/AreasDeNegocios.aspx/BancoDeInvestimento/Mercado_de_Capitais - neste website clicar em "2011" e, em seguida, no item "Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A.", clicar em "Prospecto Definitivo".

Banco Itaú BBA S.A. (Agente Estabilizador e Coordenador Global)

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 4º andar
04538-133, São Paulo - SP
At. Sr. Fernando Fontes Iunes
Tel: (11) 3708-8000
Fax: (11) 3708-8107
www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp - neste website acessar "Oferta Follow-on da Gerdau S.A. 2011 – Prospecto Definitivo"

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Paulista, n.º 1.450, 8º andar
CEP 01310-917, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Boetger
Tel.: (11) 2178-4800
Fax: (11) 2178-4880
http://www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas/ - neste website, acessar "Gerdau e, posteriormente, "Prospecto Definitivo"

COORDENADORES CONTRATADOS

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Av. Brig. Faria Lima 3400, 18º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sr. João Paulo Torres
Tel: (55 11) 2188-4000
Fax: (55 11) 2188-4009
www.merrilllynch-brasil.com.br (neste website acessar "Gerdau S.A." e, em seguida, no item "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A.", clicar em "Prospecto Definitivo")

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, nº 510, 13º andar
04543-906, São Paulo, SP
At.: Sr. Daniel Hagge
Tel: (55 11) 3841-3296
Fax: (55 11) 3841-3300
www.bnpparibas.com.br (neste website, acessar "Download Center", e depois "Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau")

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Paulista, n.º 1.111, 11° e 14° andares (parte)
01310-917, São Paulo, SP
At.: Sr. Pérsio Dangot
Tel: (55 11) 4009-2238
Fax: (55 11) 2845-2402
www.citibank.com.br (neste website acessar o menu "O que você Procura", clicar em "Prospectos de Operações" e, posteriormente, "Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Preferenciais e Ordinárias e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A.")

Banco Crédit Agricole Brasil S.A.
Alameda Itu, n° 852, 16º andar
01421-001 - São Paulo, SP
At.: Sra. Graciema Bertoletti / Sr. Denis Demange
Tel: (55 11) 3896-6295
Fax: (55 11) 3896-6255
http://www.ca-cib.com.br (neste website clicar em "Prospectos de Operações de Mercado de Capitais" e posteriormente clicar em "Gerdau - Prospecto Definitivo de Emissão de Ações")

HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo
Avenida Brigadeiro Faria Lima n° 3.064, 4° andar
04532-010, São Paulo, SP
At.: Sr. Mickael Malka
Tel: (55 11) 3847-9515
Fax: (55 11) 3847-9857
http://www.hsbc.com.br/prospectos (neste website, acessar "Prospecto Definitivo – Gerdau S.A.")

Banco J.P. Morgan S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3729, 13º andar
CEP: 04538-905, São Paulo, SP
Tel: (55 11) 3048-3700
Fax: (55 11) 3048-3760
At.: Sr. Altamir Silva
www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/gerdau (neste website acessar "Gerdau S.A – Prospecto Brasileiro")

Banco Morgan Stanley S.A.
Av. Brig. Faria Lima 3600, 6º andar e 7º andar
04538-132, São Paulo, SP - Brasil
At.: Sr. Alessandro Zema
Tel: (55 11) 3048-6000
Fax: (55 11) 3048-6010
www.morganstanley.com.br/prospectos (neste website, no item "Prospectos Locais", clicar em "Prospecto Definitivo Gerdau S.A.")

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Juscelino Kubitschek, 2235, 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Tel: (55 11) 3012-7181
Fax: (55 11) 3012-7393
http://www.santandercorretora.com.br (neste website acessar "Ofertas Públicas", clicar no logo da Companhia, e, em seguida, "Prospecto Definitivo")

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br).

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores: (i) CVM, situada na Rua Sete de Setembro, n.º 111, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, e na Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo - SP (www.cvm.gov.br – nesse website clicar em "Participantes do Mercado" – "Companhias Abertas" – "Prospectos de Ofertas Públicas de Distribuição", digitar "Gerdau S.A.", posteriormente clicar em "Gerdau S.A.", finalmente, no assunto "Prospecto Definitivo", clicar em "Consulta"); (ii) BM&FBOVESPA, situada na Rua XV de Novembro, n.º 275, São Paulo, SP (www.bmfbovespa.com.br – em tal página acessar "Empresas Listadas", após digitar "Gerdau", posteriormente acessar "Gerdau S.A." - "Informações Relevantes" - "Prospecto de Distribuição Pública").

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto na seção "Informações Relativas à Oferta - Custos de Distribuição", na página 69 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores aos Coordenadores da Oferta Brasileira ou sociedades dos seus respectivos conglomerados econômicos, cujo cálculo esteja relacionado à Oferta. Para mais informações sobre outras operações envolvendo a Companhia e os Coordenadores da Oferta Brasileira, veja a seção "Informações Relativas à Oferta - Relacionamento entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta Brasileira, na página 92 deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA BRASILEIRA

COORDENADORES DA OFERTA BRASILEIRA

Banco BTG Pactual S.A.

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales & trading* (vendas e negociação). No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque e Hong Kong.

Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento de *corporate finance*.

Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, *hedge funds*, patrocinadores financeiros, empresas de *private equity*, bancos, corretoras e gestores de ativos. Oferece consultoria especializada, excelente execução, produtos inovadores e acesso abrangente aos mercados de capitais mundiais. Seu vasto conhecimento adquirido ao longo dos anos posicionaram o BTG Pactual na liderança entre as instituições de atuação nacional e global, mantendo posição de liderança no Brasil.

O BTG Pactual é o líder no *ranking* de ofertas de ações do Brasil de 2004 a julho de 2010 pelo número e volume de operações, participando de um total de mais de 100 operações no período. Além disso, ficou em 1º lugar em 2009 em volume de ofertas, também de acordo com a ANBIMA

Em 2009, o BTG Pactual foi assessor financeiro exclusivo da Perdigão na sua fusão com a Sadia criando uma das maiores empresas globais da indústria alimentícia. A oferta recebeu o prêmio de Follow-on do Ano na América Latina pela Latin Finance. O BTG Pactual também recebeu o prêmio de IPO do Ano na América Latina por sua atuação na oferta de Visanet.

O BTG Pactual foi eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam seis vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005 e 2007 a 2008). Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010 como o "Brazil's Equity House of the Year".

Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" de 2003 a 2007 (Institutional Investor). No entanto, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual é o primeiro colocado no *ranking* da Institutional Investor há

sete anos consecutivos (de 2003 a 2009), contando com a equipe de profissionais de maior conhecimento de toda a região.

Sua liderança no mercado de capitais é comprovada pela forte atuação em 2010, participando das ofertas de follow-on do Banco do Brasil, JBS, Even e PDG Realty, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills e Júlio Simões. Esta posição de liderança foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de follow-on das empresas nas quais participou em sua abertura de capital.

O BTG Pactual também oferece serviços de sales and trading (vendas e negociação) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de fusões e aquisições de primeira linha. Na área de asset management, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes private, empresas e parceiros de distribuição.

Banco Itaú BBA S.A.

Histórico do Itaú BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. Com trajetória marcada por associações bem-sucedidas e visão para oferecer os melhores produtos e serviços para empresas, o Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Itaú e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2009, o Itaú BBA apresentou os seguintes resultados: os ativos de R$127,0 bilhões, patrimônio líquido de R$6,4 bilhões e lucro líquido de R$1.846,9 milhões.

A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo, por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do Banco Central para operar subsidiária em Bahamas e atender demanda de clientes na Área Internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes *corporate* e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base sólida de capital e liquidez do Itaú e a especialização e destacada atuação do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e rapidamente consolidou como um importante player de mercado em fusões e aquisições, *equities* e *fixed income* local. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em *fixed income* internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o Banco Central aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de Tesouraria Institucional do grupo, tendo como desafio ser o melhor banco de atacado, investimento e Tesouraria da América Latina.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de Investment Banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de ADRs, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora, que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa. Em 2008, o Itaú BBA atuou como coordenador e bookrunner de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R$31,8 bilhões. Nos rankings ANBID e Thomson Finance, o banco fechou o ano de 2008 em primeiro lugar com participação no mercado de 25%.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2008, o Itaú BBA participou de operações de debêntures e notas promissórias que totalizaram R$15,1 bilhões e operações de securitização que atingiram R$2,0 bilhões. De acordo com o ranking ANBID, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no ranking 2008 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. As participações de mercado somaram, respectivamente, 46% e 42%.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a

investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no volume de operações realizadas em 2008, o Itaú BBA ficou em terceiro lugar, com volume total de transações de R$65,8 bilhões.

Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido amplamente reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil. Nos últimos dois anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

Banco Bradesco BBI S.A.

O Bradesco BBI é um banco de investimento completo, atuando em mercado de capitais, operações estruturadas, fusões & aquisições e financiamento de projetos, além de contar com corretora de valores mobiliários, private banking e asset management.

O desempenho do Bradesco BBI na área de banco de investimento teve os seguintes destaques em 2010:

- O Bradesco BBI tem marcado presença em ofertas de renda fixa. Segundo o ranking ANBIMA Consolidado, foi 1° colocado em 2010 tendo coordenado 90 operações, em ofertas que totalizaram R$ 18,3 bilhões. Destacam-se a liderança em número de operações de securitização, emissão de cotas de FIDC e emissão de CRIs;

- Em ofertas de renda variável, o Bradesco BBI teve posição de destaque. Segundo o ranking ANBIMA, foi 4° colocado em 2010 tendo coordenado 8 operações, em ofertas que totalizaram R$ 160,2 bilhões. Destacam-se a atuação como coordenador líder da maior capitalização da história mundial, a oferta pública de ações da Petrobras, no montante de R$ 120,2 bilhões, transação vencedora do "Best Equity Deal of the Year" pela Global Finance, além das ofertas de PDG Realty, InPar, Alliansce, BR Properties, OSX, Julio Simões, JBS e General Motors;

- Em fusões & aquisições, destacam-se em 2010 as seguintes assessorias: ao Banco Bradesco na aquisição do Ibi México; à Braskem na aquisição da Quattor, à Karsten na aquisição da Trussardi; à Petrobras Biocombustível na parceria estratégica com São Martinho; à Carlyle Group na aquisição da Qualicorp; à Cetip na aquisição da GRV Solutions; e ao Grupo Fleury na aquisição do LabsDor;

- Em financiamento de projetos, o Bradesco BBI atuou como assessor e estruturador da Santo Antônio Energia, usina hidrelétrica do Complexo Madeira, com capacidade instalada prevista de 3.150 MW, operação vencedora do "Deals of the Year 2010"da revista The Banker na categoria "Infrastructure and Project Finance". O Bradesco BBI obteve êxito na viabilização junto ao BNDES de financiamento de longo prazo para o Superporto Sudeste no montante de R$ 1,2 bilhão.

Ademais, o Bradesco, controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país e está presente em 100% dos municípios do Brasil e em diversas localidades no exterior. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia que atende a mais de 23,1 milhões de correntistas. Clientes e usuários têm a disposição 54,9 mil pontos de atendimento, destacando-se 3,6 mil agências e 6,2 mil bancos postais. Em 2010, o lucro líquido foi de R$ 10,0 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R$ 637,5 bilhões e R$ 48,0 bilhões, respectivamente.

COORDENADORES CONTRATADOS

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 400 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que acreditamos ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 59 milhões de clientes a partir de suas mais de 6.100 agências, mais de 18.000 ATMs e um sistema online que atende mais de 25 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do BofA Merrill Lynch, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de equity, bonds e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

O BNP Paribas é um grupo europeu presente em mais de 84 países, contando com aproximadamente 201.700 colaboradores. O BNP Paribas encontra-se presente no Brasil há mais de 50 anos, desde a abertura de seu primeiro escritório de representação em 1953. Desde então, o BNP Paribas vem ganhando destaque e espaço no mercado brasileiro, estando entre os três bancos mais rentáveis sobre o patrimônio e com o menor custo operacional segundo a Revista Valor 1000 publicada em agosto de 2010. Atualmente, o BNP Paribas é o maior banco do mundo em ativos.

Em 1981, com apenas um escritório no Brasil, o BNP Paribas adquiriu 45% do capital do Banco Cidade, um banco nacional, mantendo esta participação até 1995.

Durante este período, o banco passou a dar maior importância aos investimentos feitos no mercado financeiro brasileiro. Em 1996, o BNP Paribas foi autorizado a se instalar no País e a operar no mercado doméstico brasileiro como banco múltiplo. Em 1998, o BNP Paribas atuou como líder em emissões internacionais de títulos de dívida em euro. Entre 1998 e 2000, o banco participou como líder em diversas emissões internacionais da República Brasileira em euro. Com a realização da fusão global do BNP e do Banque Paribas, em 2000, passou a denominar-se Banco BNP Paribas Brasil S.A. No mesmo ano, como resultado da boa atuação de suas filiais brasileiras, o BNP Paribas implementou um projeto de desenvolvimento visando à diversificação e ampliação de suas atividades no País, com o aumento de seu capital, a criação de novos produtos e a realização de novas contratações. Em dezembro de 2010, seus ativos totais somavam R$20,4 bilhões; os depósitos totais chegaram a R$5 bilhões e o patrimônio líquido a R$1,1 bilhão. O lucro líquido acumulado no período foi de R$214 milhões tendo uma rentabilidade anualizada de 21,1% sobre o patrimônio líquido. Hoje, o BNP Paribas atua em diversas áreas, tais como a de financiamentos, comércio exterior, mercado de capitais, e fusões e aquisições. O BNP Paribas participa de emissões de títulos locais desde 2001, tendo participado das emissões de debêntures simples da NovaMarlim, Copel, CSN, Telefônica e Vale. Além disso, organizou a emissão de FDIC do Banco BGN. O BNP Paribas tem uma extensa experiência em fusões e aquisições, e esteve entre os três maiores assessores de M&A do Brazil em 2009. Entre as transações em que o BNP Paribas participou recentemente estão, entre outras, a aquisição da Sack's pela LVMH, a compra do controle da GVT pela Vivendi, a aquisição da Futuragene pela Suzano e a transação entre a MMX e a Wuhan Steel.

Banco Crédit Agricole Brasil S.A.

O Banco Crédit Agricole Brasil S.A. é uma subsidiária do Crédit Agricole Corporate & Investment Bank, banco de atacado do grupo Crédit Agricole, um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, líder no varejo na França e presente em mais de 70 países, com mais de 54 milhões de clientes e 72 bilhões de euros de patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2010.

O Crédit Agricole Corporate & Investment Bank é o novo nome do Calyon que foi criado em 2004 como resultado da combinação dos negócios de Corporate and Investment Banking do Crédit Lyonnais e do Crédit Agricole Indosuez. Atualmente, o Crédit Agricole Corporate & Investment Bank conta com 13.000 funcionários em mais de 50 países, atuando em 4 linhas de negócio principais: (i)

Coverage & Investment Banking, (ii) Equity Brokerage & Derivatives, (iii) Fixed Income e (iv) Structured Finance. Em 30 de junho de 2010, o Crédit Agricole Corporate & Investment Bank tinha um total de ativos de 880 bilhões de euros e patrimônio líquido de 15 bilhões de euros.

O Crédit Agricole Corporate & Investment Bank está presente no país desde 1948, inicialmente por intermédio do Crédit Lyonnais. Sua subsidiária no Brasil, Crédit Agricole CIB é um banco múltiplo com foco em operações de financiamento e crédito, operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais. O grupo Crédit Agricole também opera no Brasil por intermédio da Crédit Agricole Brasil S.A. DTVM, cujo foco é a atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas.

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Citi")

O Citi é uma empresa pertencente ao grupo Citi, que está presente em mais de 140 países. No Brasil, o Citi está presente desde 1915, atende diretamente a mais de 400 mil contas de clientes e possui mais de 6 milhões de cartões de crédito emitidos.

O Citi foi reativado em 2006, tendo como principais atividades operar em sistema mantido pela BM&FBOVESPA, comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta de terceiros ou por conta própria, encarregar-se da distribuição de valores mobiliários no mercado, administrar recursos de terceiros destinados a operações com valores mobiliários, exercer as funções de agente emissor de certificados, manter serviços de ações escriturais, emitir certificados de depósito de ações e cédulas pignoratícias de debêntures e emprestar valores mobiliários para venda (conta margem).

Em fevereiro de 2009, o Citi adquiriu a Intra S.A. Corretora de Câmbio e Valores, com mais de 15.000 contas ativas de clientes. Com essa aquisição, o Citi ampliou o mercado de atuação e passou a se dedicar também ao segmento de varejo.

O Citi tem atuado no segmento de mercado de capitais de forma ativa, tendo participado da maior oferta já realizada na história do mercado de capitais, a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, valor de R$120,2 bilhões (setembro de 2010), tendo participado, recentemente, como coordenador nas ofertas públicas de ações de emissão da Gafisa S.A., no valor de R$1.171 milhões (março de 2007), Redecard S.A., no valor de R$4.643 milhões (agosto de 2007), BR Malls Participações S.A, no valor de R$664 milhões (novembro de 2007), Redecard S.A., no valor de R$1.217 milhões (março de 2008), Hypermarcas S.A., no valor de R$612 milhões (maio de 2008, Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, no valor de R$460 milhões (maio de 2008), Vale S.A., no valor de R$19,4 bilhões (agosto de 2008), Redecard S.A., no valor de R$2.213 milhões (março de 2009), BR Malls Participações S.A., no valor de R$836 milhões (julho de 2009), EDP-Energias do Brasil S.A., no valor de R$442 milhões (novembro de 2009), Hypermarcas S.A., no valor de R$ 1,2 bilhão (abril de 2010), Banco do Brasil S.A., no valor de R$9,8 bilhões (agosto de 2010) e HRT Participações em Petróleo S.A., valor de R$ 2,4 bilhões (Outubro de 2010).

HSBC Bank Brasil S.A.

O HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo é controlado pela HSBC Holdings PLC. Fundada em 1865 e sediada em Londres, a HSBC Holdings PLC é uma das maiores organizações de serviços financeiros e bancários do mundo, em termos de ativos e capitalização de mercado, de acordo com a Bloomberg. A rede internacional do Grupo HSBC é composta por 8.500 escritórios em 86 países e territórios na Europa, Ásia-Pacífico, Américas, Oriente Médio e África.

O Grupo HSBC emprega 315 mil colaboradores e atende mais de 100 milhões de clientes. Com ações cotadas nas Bolsas de Londres, Hong Kong, Nova Iorque, Paris e Bermuda, a HSBC Holdings PLC tem mais de 200 mil acionistas em cerca de cem países e territórios.

Por meio de uma rede global, interligada por tecnologia de ponta, o HSBC oferece a seus clientes uma ampla gama de serviços financeiros: Banco de Varejo, Banco Comercial, Investment Banking; Private Banking; Trade Services; Cash Management; Tesouraria e Mercado de Capitais; Seguros e Previdência; Empréstimos e Financiamentos; Fundos de Pensão e Investimentos.

Na área de Investment Banking o HSBC atuou como bookrunner em mais de 260 ofertas de ações desde 2005, captando cerca de US$193,5 bilhões, conforme dados da DEALOGIC. Nos últimos 12 meses, o HSBC liderou mais de 47 Ofertas nos EUA, Europa, Oriente Médio e Ásia, captando cerca de US$61,6 bilhões, conforme dados da DEALOGIC. O HSBC ganhou diversos prêmios no setor nos últimos dois anos, entre eles:

- Melhor Banco Global – Revista Euromoney Awards for Excellence, julho de 2009;
- Melhor Banco em Mercados Emergentes e Oriente Médio (The Banker, 2008);
- Banco mais sólido do mundo – Revista The Banker, julho de 2008;
- Empresa mais ética do mundo – Covalence Ethical Ranking, fevereiro de 2009;
- Marca mais valiosa do setor financeiro (US$35,4 bilhões) – Brand Finance 2008 e 2009, publicados pela revista The Banker em fevereiro de 2008 e 2009, respectivamente;
- Melhor Internet Banking do Brasil - Revista Global Finance 2009
- Maior empresa do planeta – Revista Forbes, abril de 2008;
- Um dos 3 melhores Private Banks do mundo – Revista Euromoney, 2009;
- Premiações em fundos de Investimentos – Exame, Valor Investe e Isto É Dinheiro – 2008;
- 10 Melhores empresas em Cidadania Corporativa – Revista Gestão & RH, abril de 2008; e
- Prêmio ÉPOCA de Mudanças Climáticas – Editora Globo, dezembro de 2008.

A carteira atual do HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo é de aproximadamente 5,4 milhões de clientes pessoa física e 358 mil clientes pessoa jurídica. O banco está presente em 562 municípios

brasileiros, com 890 agências, 421 postos de atendimento bancários, 1.107 postos de atendimento eletrônicos e 2.000 ambientes de auto-atendimento, com 5.155 caixas automáticos.

No ano de 2010, o HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo apresentou lucro antes dos impostos de R$1,56 bilhões e uma posição de R$53,9 bilhões em empréstimos concedidos.

Banco JP Morgan S.A. ("J.P. Morgan")

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60. Em setembro de 2000, como resultado da fusão entre o J.P. Morgan e o Banco Chase Manhattan S.A., consolidou-se como um banco de atacado e de investimentos. No começo de 2004, a holding J.P. Morgan Chase & Co. adquiriu o Bank One Corp., o que aumentou a presença da instituição financeira nas regiões do meio-oeste e sudoeste dos Estados Unidos e também fortaleceu a atuação no segmento de cartões de crédito.

No Brasil, o J.P. Morgan atua em diversas áreas. A área de investment banking oferece assessoria em finanças corporativas com relação a fusões e aquisições, reestruturações corporativas, emissão de títulos de dívida no mercado internacional, emissão de ações e gerenciamento de riscos financeiros, entre outros; a área de local markets, sales & trading oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais; a área de equities disponibiliza serviços de corretora, market-maker, subscrições e operações com derivativos e de american depositary receipts; a área de private bank assessora investimentos a pessoa física de alta renda; a área de treasury and securities services oferece serviços de pagamento e recebimento, liquidação e administração de investimentos.

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US$ 2,0 trilhões em 31 de dezembro de 2009, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan atua com empresas, investidores institucionais, hedge funds, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada no website do J.P. Morgan Chase & Co.

Em 2008, o J.P. Morgan foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e emissão de ações, segundo dados da Dealogic e Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan é o líder mundial desde 2007, segundo a Dealogic (Global Equity e Equity Linked). Essa liderança e a posição do J.P. Morgan estão refletidas nas premiações obtidas, tendo recebido um recorde de oito prêmios da revista IFR, que resumiu seu artigo mencionando que nunca durante a longa história da premiação um banco foi tão dominante. O J.P. Morgan também foi a única instituição financeira a ser escolhida como uma das empresas mais influentes do mundo pela publicação Business Week.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan foi escolhido pela publicação Latin Finance como o "Best Equity House in Latin America". Essa premiação reflete a posição do J.P. Morgan na liderança da maior parte das mais relevantes transações da região, como as ofertas da Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale e Fleury, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa nos mercados internacionais, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou em 2009 US$ 303 bilhões em ações em 395 transações, 39% a mais que o segundo colocado.

Em 2009, o J.P. Morgan recebeu o prêmio "Best Investment Bank in Latin America", enquanto que em 2008, o banco recebeu o prêmio "Best M&A House in Latin America", ambos concedidos pela LatinFinance. Os constantes investimentos realizados pelo J.P. Morgan em sua equipe de equity research, o respeito à independência dessa área e a busca constante de primor técnico e imparcialidade no assessoramento aos investidores renderam à instituição, também em 2009, o prêmio "#1 Equity Research Team in Latin America" concedido pela Institutional Investor. Além destes, nos últimos anos, o J.P. Morgan recebeu os prêmios "Bank of the Year", "Equity House of the Year", "Bond House of the Year", "Derivatives House of the Year", "Loan House of the Year", "Securitization House of the Year", "Leveraged Loan House of the Year", "Leveraged Finance House of the Year", "High-Yield Bond House of the Year", "Financial Bond House of the Year", "Latin America Bond House of the Year", concedidos pela International Financing Review.

Em 2010, o J.P. Morgan recebeu da revista Global Finance o prêmio "Best Investment Bank". A publicação também nomeou o J.P Morgan como"Best Equity Bank" e "Best Debt Bank" baseado em pesquisa realizada com clientes globais. Adicionalmente, a revista Institutional Investor reiterou a primazia da instituição sobre os concorrentes na área de equity research, outorgando-lhe os títulos de "#1 Latin America Equity Research" e "#1 Equity Research team in the Americas" pelo segundo ano consecutivo, além de "#1 All-America Equity Research".Dando sequência à sua .liderança em ofertas na América Latina, o J.P. Morgan participou de algumas das principais operações na região, incluindo Aliansce, Gafisa, JBS, Banco do Brasil, ASUR e Petrobras.

Banco Morgan Stanley S.A.

Morgan Stanley, entidade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos, com sede em Nova Iorque, Estados Unidos, foi fundado nos Estados Unidos da América como banco de investimento em 1935. Em meados de 1971 ingressou no mercado de sales & trading, e estabeleceu uma área dedicada a fusões e aquisições. Em 1984, o Morgan Stanley passou a oferecer o serviço de corretagem prime.

Em 1986, abriu seu capital no New York Stock Exchange -NYSE. Em 1997, uniu-se com a Dean Witter, Discover & Co., originando umas das empresas globais líderes no mercado de securities, asset management e credit services. Em 2008, tornou-se um bank holding company e estabeleceu uma aliança estratégica com o Mitsubishi UFJ Group.

Em 2009, formou uma joint venture com Smith Barney, combinando seus negócios de wealth management.

Atualmente o Morgan Stanley atua nas áreas de (i) institutional securities que engloba serviços de captação de recursos; de assessoria financeira, incluindo fusões e aquisições, reestruturações, real estate e project finance; empréstimos corporativos; assim como atividades de venda, negociação, financiamento e formação de mercado em valores mobiliários de renda fixa e variável, e produtos relacionados, incluindo câmbio e commodities; (ii) global wealth management que engloba serviços de corretagem e assessoria em investimento; planejamento financeiro; crédito e produtos de financiamento; gestão de caixa; e serviços fiduciários; e (iii) asset management que engloba produtos

e serviços globais em investimentos em renda variável, renda fixa, e investimentos alternativos; incluindo fundos de hedge, fundos de fundos, e merchant banking, por meio de mais de 50 escritórios estrategicamente posicionados ao redor do globo. Em 31 de dezembro de 2010, o Morgan Stanley apresentou um patrimônio líquido de US$57,211 milhões e ativos totais no valor de US$807,698 milhões.

Em 1997, Morgan Stanley estabeleceu um escritório permanente no Brasil em São Paulo e em 2001 fortaleceu sua posição no País ao constituir o Banco Morgan Stanley S.A. e a Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O Banco Morgan Stanley S.A. é um banco múltiplo devidamente autorizado pelo Banco Central do Brasil com carteiras comercial, de investimento e câmbio. O Banco Morgan Stanley S.A. é uma subsidiária indiretamente controlada pelo Morgan Stanley. Atualmente o Banco Morgan Stanley S.A. desenvolve principalmente as atividades de banco de investimento, renda variável, renda fixa e câmbio no Brasil.

Banco Santander (Brasil) S.A.

O Santander é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha fundada em 1857, que, em 2007, participou do consórcio que realizou uma das mais importantes transações da história da indústria bancária do mundo, ao adquirir 86% das ações do banco holandês ABN AMRO, por €71,0 bilhões.

O Grupo Santander possui, atualmente, cerca de US$1,6 trilhão em ativos, administra quase US$1,8 trilhão em fundos, possui mais de 92 milhões de clientes e quase 14 mil agências. O Santander acredita ser o principal grupo financeiro da Espanha e da América Latina e desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal. Acredita ser um dos líderes em financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 12 países do continente e nos Estados Unidos.

No ano de 2009, o Grupo Santander registrou lucro líquido de aproximadamente €3,8 bilhões, na América Latina, o que representou, no mesmo período, aproximadamente 43% dos resultados do Grupo Santander no mundo. Também na América Latina, o Grupo Santander possui cerca de 5.750 agências e 35,8 milhões de clientes.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa. Com a compra do Banco Real, realizada em 24 de julho de 2007 e a posterior incorporação de suas ações em 29 de agosto de 2008, o Santander Brasil tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

Em 2009, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 22 milhões de clientes, 2.000 pontos de venda e mais de 18.000 caixas eletrônicos, encerrando o ano com um total de ativos em torno de R$316 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R$69,0 bilhões. O Santander, no Brasil, possui uma participação de aproximadamente 20% dos resultados do Grupo Santander no Mundo, além de representar 42% no resultado do Grupo Santander na América Latina.

Como um dos principais bancos de atacado do Brasil, o Santander oferece aos seus clientes um amplo portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (global transaction banking), mercados de crédito (credit markets), finanças corporativas (corporate finance), ações (equities), taxas (rates), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander e pela ampla experiência no mercado local.

Na área de equities, o Santander possui um forte posicionamento de mercado, estruturando operações em boa parte da América Latina, contando com uma reconhecida equipe de research, boa capacidade de distribuição e equipe de equity capital markets qualificada e experiente.

A área de research do Santander conta com um bom reconhecimento no mercado, considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de research dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores target em operações brasileiras.

Em sales & trading, o Grupo Santander possui uma das maiores equipes dedicadas a ativos latino americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio de salas de ações e corretora.

A área de Equity Capital Markets do Santander participou como bookrunner de ofertas destacadas no Brasil nos últimos anos. Em 2010, o Santander manteve a liderança no ranking de emissões de ações na América Latina de acordo com a Bloomberg em volume ofertado. Também em 2010, o Santander atuou como coordenador líder da oferta pública inicial de ações de Renova Energia S.A. e como coordenador da oferta pública inicial de BR Properties S.A. e das ofertas de follow-on de Estácio Participações S.A., Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações, Inpar S.A., JBS S.A. e Anhanguera Educacional Participações S.A.

Em 2009, o Santander alcançou a liderança no ranking de emissões de ações na América Latina de acordo com Thomson Reuters e Bloomberg tanto em número de transações como em volume ofertado. Também em 2009, o Santander participou como coordenador líder das ofertas públicas iniciais de ações do Banco Santander (Brasil) S.A. e da Companhia, como coordenador das ofertas públicas iniciais de ações de Cetip S.A. e da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet e das ofertas de follow-on da Rossi Residencial S.A., Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.,

Cyrela Brazil Realty S.A., MRV Engenharia e Participações S.A., BRMalls Participações S.A., Marfrig Alimentos S.A., e BRF – Brasil Foods S.A. Em 2009, as ofertas de Visanet e Brasil Foods foram premiadas pela Latin Finance como "Best Primary Equity Issue" e "Best Follow-On Issue", respectivamente. Ainda em 2009, a Oferta de Banco Santander foi premiada como "Latin America Equity Issue of the Year" pela International Financing Review (IFR).

Em 2008, atuou em operações com valor total superior a US$12 bilhões. Conforme dados da Bloomberg, em particular, atuou como bookrunner na oferta primária da Companhia Vale do Rio Doce em 2008, uma das maiores ofertas de ações da história do Brasil.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações ou nas ADSs envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas no Formulário de Referência (sobretudo os fatores de risco descritos no item "4" e no item "5"), nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto e os fatores de risco descritos abaixo.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ou terá "um efeito adverso para nossa Companhia" ou nos "afetará adversamente" significa que o risco, incerteza ou problema pode resultar em um efeito material adverso em nossos negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de nossas Ações e nossas ADSs.

Nossas atividades, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das nossas Ações e nossas ADSs pode diminuir devido a ocorrência de quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também podem prejudicar nossas atividades de maneira significativa.

RISCOS RELACIONADOS AO BRASIL

A situação econômica e política do Brasil e a política econômica e outras políticas do Governo Federal podem afetar negativamente a demanda por nossos produtos bem como as receitas líquidas e o desempenho financeiro geral de nossa Companhia.

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes, e por vezes, significativas intervenções do Governo Federal que tem usualmente modificado as políticas monetária, fiscal, de crédito, tarifária e outras políticas que influenciam o curso da economia brasileira. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação e implementar outras políticas frequentemente implicaram aumento das taxas de juros, controle salarial e de preços, desvalorização do real, congelamento de contas bancárias, controles de capital e restrições a importações.

Os resultados das operações de nossa Companhia e nossa situação financeira podem ser afetados negativamente pelos seguintes fatores e pela reação do Governo Federal a eles:

- flutuações nas taxas de câmbio;
- taxas de juros;
- inflação;
- políticas fiscais;
- controles cambiais;
- falta de energia;

• liquidez dos mercados financeiro e de capitais, doméstico e estrangeiros; e
• outras medidas de cunho político, diplomático, social e econômico que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto ao Governo Federal mudar políticas ou regulamentos que afetam esses ou outros fatores pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade nos mercados de títulos brasileiros e títulos emitidos no exterior por emissoras brasileiras. Esses e outros acontecimentos na economia brasileira e políticas governamentais podem afetar nossa Companhia e nosso negócio e podem afetar negativamente o valor de nossas ações.

Inflação e algumas políticas adotadas pelo Governo Federal para controlá-la podem contribuir consideravelmente para incerteza econômica no Brasil e causar efeitos adversos sobre nosso negócio e o valor de mercado de nossas ações.

Historicamente, o Brasil registrou altas taxas de inflação. Desde a implantação do Plano Real, a taxa de inflação anual caiu consideravelmente, conforme registrado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA). Registrou-se 5,9% em 2008, 4,3% em 2009 e 5,9 em 2010. Se o Brasil experimentar altos níveis de inflação no futuro, o ritmo de crescimento da economia poderá desacelerar o que levaria a uma demanda reduzida por nossos produtos no Brasil.

A inflação provavelmente aumentaria alguns dos nossos custos e despesas, que não conseguiríamos repassar aos nossos clientes e, consequentemente, poderíamos ver reduzidas nossas margens de lucro e lucro líquido. Além disso, a inflação alta geralmente leva a maiores taxas de juros internas e, consequentemente, os custos do serviço de nossa dívida em real podem aumentar. A inflação pode, ainda, limitar o acesso aos mercados de capital, o que pode afetar de maneira adversa nossa capacidade de refinanciar nossas dívidas. Pressões inflacionárias podem levar o Governo a baixar políticas de combate à inflação que afetam negativamente nosso negócio.

A volatilidade nas taxas de câmbio entre Real e as moedas de outros países em que operamos pode elevar nosso custo de serviço da dívida em moeda estrangeira e afetar negativamente nosso desempenho financeiro global.

Nosso resultado operacional é influenciado pelas variações cambiais entre o Real, a moeda em que preparamos nossas demonstrações financeiras, e as moedas dos países em que operamos.

A Operação América do Norte, por exemplo, reporta seus resultados em dólares dos Estados Unidos. Consequentemente, flutuações das taxas de câmbio entre o dólar norteamericano e o real podem ter impacto sobre os resultados operacionais. O mesmo ocorre com todas as demais operações localizadas fora do Brasil em relação à taxa de câmbio entre a moeda local da respectiva operação e o Real.

A desvalorização do Real em relação ao Dólar pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil geralmente através do aumento do preço de produtos importados e serviços e da necessidade da implantação de políticas governamentais recessivas para controlar a demanda. Além disso, a desvalorização do Real poderia diminuir a confiança do investidor no Brasil e reduzir o preço de mercado de nossas Ações. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao Dólar pode causar

uma deterioração da conta corrente e balança de pagamentos do Brasil, bem como sufocar o crescimento voltado para exportações.

Em 31 de dezembro de 2010, nossas dívidas em moeda estrangeira totalizavam R$ 11,3 bilhões, representando 77,3% de nosso endividamento em bases consolidadas. Na mesma data, possuíamos US$ R$ 868 milhões em investimentos de curto prazo e disponibilidades imediatas em dólares.

Uma desvalorização considerável do Real em relação ao Dólar ou outras moedas pode diminuir nossa capacidade de atender nossas necessidades de serviço de dívida em relação a obrigações em moeda estrangeira, principalmente porque uma parcela significativa de nossa receita líquida de vendas é auferida em reais.

Nossas margens e receitas de exportações também são afetadas por flutuações do Real em relação ao Dólar. Nossos custos de produção são, em boa parte, em moeda local, porém nossas receitas com exportação são auferidas em Dólar. As receitas geradas pelas exportações sofrem uma redução quando convertidas para o Real, durante períodos em que a moeda brasileira se valoriza em relação à moeda norte-americana. Por outro lado, quando o real desvaloriza, o impacto da conversão é positivo e a mesma quantidade de dólares é convertido em uma quantidade maior de reais.

Acontecimentos em outras economias emergentes ou nos EUA podem afetar negativamente os resultados de nossas operações e o valor de nossas ações.

Condições políticas, econômicas, sociais e outros acontecimentos em outros países, principalmente da América Latina e outros países emergentes ou nos EUA, podem influenciar negativamente os resultados de nossas operações e o valor de nossas ações.

Embora as condições econômicas desses países possam ser diferentes daquelas encontradas no Brasil, a reação dos investidores a acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito negativo sobre os mercados de títulos brasileiros e reduzir o interesse dos investidores por títulos de emissoras brasileiras.

O Brasil já viveu períodos de saída considerável de dólares dos Estados Unidos e as companhias brasileiras tiverem custos mais altos de captação de fundos, tanto interna quanto externamente e ficaram impedidas de acessar os mercados de capitais internacionais. Não podemos garantir que os mercados de capitais internacionais continuarão abertos para as companhias brasileiras ou que as taxas de juros praticadas nesses mercados continuarão sendo vantajosas para nossa Companhia, o que poderá limitar nossa capacidade de refinanciar nossas dívidas.

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações ou nas ADSs pelo preço e na ocasião desejados.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados internacionais mais estáveis,

sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros:

• mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de receber pagamento, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e

• restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários. De acordo com a informações divulgadas pela BM&FBOVESPA, sua capitalização de mercado foi de R$ 2,6 trilhões em 31 de dezembro de 2010, e um volume médio diário de negociação de R$ 6,5 bilhões em 2010. As dez maiores companhias, em termos de capitalização de mercado representavam, aproximadamente, 52,9% do volume de negociação de todas as companhias listadas na BM&FBOVESPA em dezembro de 2010.

Não podemos assegurar que após a conclusão da Oferta haverá liquidez de nossas Ações, o que poderá limitar a capacidade do adquirente de nossas Ações de vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

Os titulares de nossas Ações e de nossas ADSs poderão não receber dividendos.

De acordo com o disposto em nosso Estatuto Social, precisamos pagar a nossos acionistas, a título de dividendo obrigatório, no mínimo 30% de nosso lucro líquido anual ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, podemos optar por não pagar dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício fiscal, se nosso Conselho de Administração determinar que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista de nossa condição financeira.

Um mercado de negócios ativo e líquido para nossas Ações e ADSs poderá não se desenvolver ou ser mantido, o que poderá ter um impacto adverso na liquidez das Ações e das ADSs.

Um mercado de negócios ativo e líquido para as Ações e para as *ADSs* pode não se desenvolver ou ser mantido após a Oferta. Mercados de negócios ativos e líquidos, normalmente, resultam em menor volatilidade de preço e maior eficácia em efetuar as ordens de compra e venda de investidores. O preço de mercado das Ações e das *ADSs* poderá variar significativamente em decorrência de inúmeros fatores, alguns dos quais estão fora do nosso controle, como eventual falta de atividade e de liquidez. Em caso de queda do preço de mercado das Ações ou das *ADSs*, o investidor poderá perder parte ou todo o seu investimento nas Ações ou *ADSs*.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação ou poderá reduzir a liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário e das ADSs.

Os investimentos realizados em decorrência de operações com derivativos (inclusive *total return swaps*) não serão considerados investimentos por Pessoas Vinculadas para os fins da Oferta Global.

Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas puderam participar no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite de 15% das Ações Preferenciais objeto da Oferta Global (sem considerar as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, tendo em vista que foi verificado excesso de demanda, assim entendida a demanda por Ações Preferenciais em número superior ao número de Ações Preferenciais (inclusive na forma de *ADSs*) inicialmente ofertadas acrescido de 1/3 (sem considerar as Ações Suplementares e as *ADS* Suplementares), não foi permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, pelos Coordenadores Contratados ou pelos Coordenadores Contratados, de Ações Preferenciais (inclusive na forma de ADSs) aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (inclusive Investidores Estrangeiros e investidores da Oferta Internacional). A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações e nas *ADSs* por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover uma redução na liquidez das ações de emissão da Companhia no mercado secundário e das *ADSs*.

Vendas substanciais de nossas Ações após a Oferta poderão causar uma redução no preço de nossas Ações.

Nos termos dos contratos de restrição à negociação de ações de emissão da Companhia assinados com os Coordenadores da Oferta Internacional ("Lock-Ups"), salvo na hipótese de prévio consentimento por escrito dos Coordenadores Oferta Internacional, e sujeito às exceções previstas nos Lock-Ups, a Companhia, seus administradores e os Acionistas Vendedores obrigam-se a, durante o período de 90 dias, a contar da data de assinatura do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional ("Período de Restrição"): (i) não emitir, ofertar, dar em garantia, vender, contratar a venda, vender ou contratar a venda de qualquer opção, adquirir ou contratar a aquisição de qualquer opção, outorgar qualquer opção, direito, garantia ou, de qualquer forma, dispor de ou transferir quaisquer ações emitidas pela Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis, ou que permitam o exercício de direitos de recebimento de quaisquer ações emitidas pela Companhia, sejam elas de titularidade atual ou venham a ser adquiridas posteriormente pelas Pessoas Sujeitas a Restrições de Transferência de Valores Mobiliários, ou com relação às quais as Pessoas Sujeitas a Restrições de Transferência de Valores Mobiliários possuam ou venham a adquirir poderes para dispor, registrar, ou fazer com que seja levada a registro um registration statement, nos termos do Securities Act ("Valores Mobiliários Sujeitos a Restrição"); ou (ii) celebrar qualquer contrato de swap, qualquer outro contrato ou qualquer operação que transfira, no total ou em parte, direta ou indiretamente, os produtos econômicos relacionados à titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos a Restrição, caso qualquer referido swap ou operação descrita nos itens (i) ou (ii) seja liquidada por

meio da entrega de ações emitidas pela Companhia, de outros valores mobiliários, em recursos disponíveis ou de qualquer outra forma. Após o término do Período de Lock-up, todas as ações sujeitas a tal período estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas, ou uma percepção de possibilidade de ocorrência de vendas, de um número substancial de nossas Ações poderia afetar adversamente o valor de mercado de nossas Ações.

Poderemos precisar de recursos adicionais futuramente, os quais poderão ser obtidos por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar na diluição da participação percentual dos nossos acionistas em nosso capital social.

Poderemos precisar de recursos adicionais no futuro , inclusive por meio de outra oferta pública ou privada de ações ou títulos conversíveis ou permutáveis em ações. Qualquer recurso adicional obtido por meio de distribuição de ações ou títulos conversíveis ou permutáveis em ações poderão resultar na diluição da participação dos investidores em nosso capital social.

Os interesses de nossos Acionistas Controladores podem conflitar com os interesses de nossos outros acionistas.

Sujeitos às nossas disposições estatutárias, nossos Acionistas Controladores possuem poder para:

• eleger a maioria de nossos conselheiros de administração e indicar diretores, estabelecer nossa política administrativa e exercer integralmente o controle sobre nossa administração;

• vender ou de qualquer modo transferir suas ações em nossa Companhia; e

• aprovar qualquer ato que necessite da aprovação de acionistas representando a maioria de nosso capital social, incluindo reorganização societária, aquisição e venda de ativos e o pagamento de quaisquer futuros dividendos.

Existe o risco de nossos Acionistas Controladores decidirem pela realização de transações que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos outros investidores e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Estamos realizando uma Oferta de Ações Ordinárias e Preferenciais no Brasil com esforços de colocação no exterior , e de Ações Preferências no exterior, sob a forma de ADSs, representados por ADRs o que poderá deixar nossa Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta Global compreende (a) uma distribuição pública primária e secundária de Ações Preferenciais e Ações Ordinárias no Brasil (exceto na forma de *ADSs*), em mercado de balcão não organizado, registrada na CVM, incluindo esforços de colocação de tais Ações da Oferta Brasileira no exterior, exclusivamente junto (i) a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, e (ii) a investidores nos demais países (exceto Estados Unidos da América e Brasil), com base no Regulamento S do

Securities Act, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento autorizados pelo governo brasileiro, nos termos do Contrato de Colocação Internacional; e, simultaneamente, (b) uma distribuição pública de Ações Preferenciais no exterior, sob a foram de *ADSs*, registrada junto à *Securities and Exchange Commission*, respeitada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional, segundo a qual a Companhia deverá indenizá-los caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções ou omissões no Contrato de Colocação Internacional ou no *Offering Memorandum*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior por conta dessas questões, eles terão direito de regresso contra a Companhia por conta desta cláusula de indenização. Adicionalmente, o Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Coordenadores da Oferta Internacional, segundo a qual a Companhia e os Acionistas Vendedores deverão indenizá-los caso os Coordenadores da Oferta Internacional venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções ou omissões no Contrato de Distribuição Internacional ou no *Prospectus*. Caso os Coordenadores da Oferta Internacional venham a sofrer perdas no exterior por conta dessas questões, eles terão direito de regresso contra a Companhia e contra os Acionistas Vendedores por conta desta cláusula de indenização. Adicionalmente, o Contrato de Distribuição Internacional possui declarações específicas em relação à observância de obrigações de registro das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos da América, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos da América para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos da América, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que nos penalizaria em tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma improbidade foi cometida. A eventual condenação de nossa Companhia em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum e/ou no Final Offering Memorandum,* se envolver valores elevados, poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A política de remuneração de nossos executivos está intimamente ligada à performance e à geração de resultados de nossa Companhia, o que pode levar a nossa Administração a dirigir nossos negócios e atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo.

Nossa política de remuneração conta com um programa de remuneração variável e um programa de opção de ações.

O fato de uma parcela relevante da remuneração de nossos executivos estar intimamente ligada ao desempenho e à geração de resultados de nossa Companhia, pode levar nossa Administração a dirigir nossos negócios e atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses de nossos demais acionistas que tenham uma visão de investimento de longo prazo em relação às nossas Ações. Para informações adicionais, veja seção "Diluição – Plano de Opção de Compra de Ações", na página 146 deste Prospecto.

Os investidores da Oferta Global poderão sofrer diluição imediata do valor contábil de seus investimentos na subscrição das nossas Ações e de nossas ADSs.

O preço por Ação da Oferta Global excedeu o valor patrimonial por ação em R$0,59. Sendo assim, os investidores da Oferta Global pagarão um Preço por Ação maior do que o total de nosso ativo, menos o total de nosso passivo, dividido pelo número total das nossas Ações, resultando na diluição imediata e substancial do valor patrimonial de seus investimentos em nossa Companhia. Para informações adicionais, veja a seção "Diluição", na página 145 deste Prospecto.

A Companhia arcará com a maior parte das despesas da Oferta Global, o que poderá afetar adversamente seus resultados no período subseqüente à realização da Oferta Global.

A Companhia, por meio do Contrato de Distribuição, assumiu a obrigação de pagar a maior parte das despesas da Oferta Global. O desembolso desses valores pela Companhia poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subseqüente à realização da Oferta Global. Para mais informações sobre os custos incorridos pela Companhia com a Oferta Global, seja seção "Custos da Distribuição", na página 69 deste Prospecto.

Custos relacionados ao cumprimento de regulamentações ambientais podem aumentar se os requisitos se tornarem mais severos, o que poderia afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

As unidades industriais e demais atividades da Companhia devem cumprir uma série de leis e regulamentos federais, estaduais e municipais em relação ao meio ambiente e à operação das usinas em todos os países em que opera. Esses regulamentos incluem procedimentos de controle de emissões no ar, descargas de água residual e manuseio e descarte de lixo sólido e perigoso.

Ainda, a legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário

tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador.

O descumprimento das leis e regulamentos ambientais pode resultar em sanções administrativas ou criminais, ordens de fechamento, além da obrigação de reparar os eventuais danos causados a terceiros e ao meio ambiente como, por exemplo, através da remediação de eventual contaminação . Se as leis vigentes e futuras se tornarem mais rígidas, os gastos com ativos fixos e os custos para cumprimento da legislação poderão crescer e afetar negativamente a situação financeira da Companhia. Além disso, futuras aquisições poderão sujeitar a Companhia a gastos e custos adicionais para o cumprimento da legislação ambiental.

Leis e regulamentos que buscam reduzir os gases de efeito estufa e outras emissões no ar podem ser promulgados no futuro, podendo ter um impacto significativo adverso nos resultados das operações, fluxos de caixa e situação financeira da Companhia.

Um dos possíveis efeitos do crescimento das exigências relacionadas à redução da emissão de CO2 é o aumento em custos, principalmente pela demanda de energia renovável e a implementação de novas tecnologias na cadeia produtiva. Por outro lado, estima-se um crescimento na demanda por produtos que resultem em menores emissões e a tendência no setor de aço é de demanda por produtos feitos através de processos com reduzida emissão de gases que afetem o efeito estufa. Neste cenário a Operação de Negócio Brasil recebeu o selo ecológico Falcão Bauer para seus produtos de construção civil. Essa certificação garante que a Companhia segue as práticas de sustentabilidade ambiental na fabricação de seus produtos. Além disso, a Gerdau investiu no aumento do consumo de biocombustíveis sólidos como fonte de energia na produção de ferro gusa. Ao mesmo tempo, a Companhia tem aumentado seus esforços no controle e gerenciamento dos estoques de CO2, incluindo o uso de diferentes tecnologias.

O Decreto nº 7.390/2010, publicado em dezembro/2010 regulamentou a Política Nacional sobre Mudança do Clima, prevendo a elaboração de planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas para o setor do aço, visando à consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono. Tais planos setoriais serão elaborados até 15 de dezembro de 2011 por empresas do setor, juntamente com o governo, e conterão metas de redução de emissões em 2020, incluindo metas gradativas com intervalo máximo de três anos, o que poderá demandar investimento relevante pela Companhia.

A Companhia prevê que as operações nos países onde atua serão afetadas no futuro por iniciativas federais, estaduais e das províncias relacionadas à mudança climática, que visam lidar com a questão dos gases de efeito estufa (GEEs) e outras emissões no ar. Os governos das províncias do Canadá, por exemplo, estão implementando medidas legislativas, algumas já vigentes e outras que deverão entrar em vigor brevemente. Provavelmente, um dos efeitos desse crescente conjunto de requisitos legais será o aumento no custo da energia. Alguns governos estaduais nos Estados Unidos, incluindo a Califórnia e as crescentes coalizões de estados do oeste, nordeste e do meio Atlântico, também

estão tomando medidas ativas para possibilitar uma redução nas emissões de GEEs, e o governo federal daquele país está se mobilizando na mesma direção. Em particular, vários itens de legislação federal para limitar as emissões desses gases foram apresentados ao Congresso dos EUA, alguns dos quais poderão virar lei no futuro. Além disso, a Agência de Defesa do Meio Ambiente dos EUA (EPA) emitiu seu parecer de que as concentrações atmosféricas atuais e projetadas de certos GEEs ameaçam a saúde e o bem-estar públicos, o que poderia servir como fundamento para uma posterior ação da EPA. O governo federal canadense está monitorando esses desdobramentos nos Estados Unidos bem de perto, e indicou sua intenção de trabalhar em conjunto com os EUA em futuras iniciativas para redução de GEEs e geração de energia renovável. Como os pormenores desse regime legislativo que está surgindo ainda não estão muito bem definidos no Canadá e Estados Unidos, seu resultado poderá ter um impacto negativo relevante nos resultados das operações, fluxos de caixa e situação financeira da Companhia.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima que os recursos líquidos da Oferta Global serão de, aproximadamente, R$3.583.183.052,39, considerando o Preço por Ação Ordinária de R$15,60 e o Preço por Ação Preferencial de R$19,25, após a dedução das comissões e das despesas decorrentes ou relacionadas à Oferta Global, sem considerar as Ações Suplementares.

A Companhia utilizará a totalidade dos recursos líquidos da Distribuição Primária, ou R$3.583.183.052,39, após a dedução das comissões acima mencionadas, sem considerar as Ações Suplementares, para reforçar a sua estrutura de capital e atender ao plano de investimentos da Companhia.

No âmbito da estrutura de capital, a Companhia pretende destinar aproximadamente R$2,1 bilhões para pagar empréstimo contraído pelas suas subsidiárias integrais nos Estados Unidos, quais sejam, Gerdau Ameristeel US Inc. e GNA Partners (*term loan* com vencimento final em 2013 e custo de *Libor* mais 1,25%; recursos utilizados para aquisição de empresa nos Estados Unidos) e R$480 milhões para reforço de caixa. Com relação ao atendimento do plano de investimentos, a Companhia pretende utilizar aproximadamente R$1 bilhão para realizar melhorias e expansão de capacidade instalada em suas plantas industriais, principalmente no Brasil, em operações no curso regular dos seus negócios. Eventual aquisição de ativos no âmbito de tais melhorias e da expansão da capacidade instalada não envolverão a aquisição de ativos de partes relacionadas.

Destinação	**Percentual Estimado**	**Valor Estimado (em R$ mm)**
Pré-pagamento de empréstimo.....	59%	R$ 2.104
Investimentos em melhoria e expansão de capacidade instalada.....	28%	R$ 1.000
Reforço de caixa.....	13%	R$ 480
Total	**100%**	**R$** 3.583

Embora a Companhia não receba diretamente os recursos decorrentes da Distribuição Secundária (incluindo a distribuição de Ações Preferenciais sob a forma de ADSs), os Acionistas Vendedores utilizarão a maior parte dos recursos obtidos com a venda das as Ações Preferenciais de sua titularidade para subscrever Ações Ordinárias distribuídas no âmbito da Distribuição Primária, pelo Preço por Ação Ordinária.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos a serem auferidos pela Companhia em decorrência da presente Oferta Global em sua situação patrimonial, veja a seção "Capitalização" na página 144 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta o endividamento financeiro de curto e longo prazo, o patrimônio líquido e a capitalização total da Companhia em 31 de dezembro de 2010:

- em bases históricas efetivas; e
- conforme ajustadas para refletir a venda de Ações na Oferta Global, inclusive sob a forma de ADSs, considerando-se o Preço por Ação Ordinária de R$15,60 e um Preço por Ação Preferencial de R$19,25, e após dedução dos descontos e comissões de distribuição e das despesas estimadas da Oferta Global devidas por nós, sem considerar as Ações Suplementares.

O investidor deve ler esta tabela em conjunto com as nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas que constam no item 10 do Formulário de Referência "Comentários dos Diretores", incorporado por referência a este Prospecto.

	Real	**Ajustado por esta oferta[1]**
	(em milhares de R$)	
Dívida: [2]		
Dívida circulante:		
Empréstimos e financiamentos	1.577.968	1.577.968
Debêntures	115.069	115.069
Dividendos a pagar	90.289	90.289
Dívida não-circulante:		
Empréstimos e financiamentos[3]	12.360.056	10.256.478
Debêntures	616.902	616.902
Total da dívida	14.760.284	12.656.706
Patrimônio Líquido:		
Capital social	15.651.352	19.234.535
Ações em tesouraria	(161.405)	(161.405)
Outras reservas	366.602	366.602
Reserva de lucros	5.497.895	5.497.895
Ajustes de avaliação patrimonial	(1,884,002)	(1.884.002)
Atribuído a participação dos acionistas controladores	19.470.442	23.053.625
Participações dos acionistas não-controladores	677.173	677.173
Patrimônio Líquido	20.147.615	23.730.798
Total da dívida e patrimônio líquido [2]	34.907.899	36.387.504

[1] Ajustado para refletir o efeito dos recursos líquidos (após deduzidos os descontos, comissões e despesas estimadas) desta oferta, considerando o Preço por Ação Ordinária e o Preço por Ação Preferencial de R$15,60 e R$19,25, respectivamente.
[2] Para maior detalhamento sobre o endividamento da Companhia, ver o item 10.1, subitem "f", do Formulário de Referência.
[3] Ajustado para refletir o pré-pagamento de uma parte de nossa dívida atual, incluindo o pré-pagamento de dívida da nossa subsidiária Gerdau Ameristeel.

DILUIÇÃO

Em 31 de dezembro de 2010, o valor do nosso patrimônio líquido consolidado era de R$ 20.147.615.000,00 e o valor patrimonial por ação de nossa emissão, na mesma data, era de aproximadamente R$ 13,41. O valor patrimonial por ação foi determinado pela divisão do patrimônio líquido pelo número total de ações (excluídas as ações em tesouraria) representativas de nosso capital social em 31 de dezembro de 2010.

Após efetuarmos a emissão, no âmbito da Oferta Global, de 68.026.910 Ações Ordinárias e de 134.830.100 Ações Preferenciais, considerando-se o Preço por Ação Ordinária de R$15,60 e o Preço por Ação Preferencial de R$19,25, assumindo o não exercício das Opções Suplementares e deduzindo-se as comissões e descontos, assim como as despesas estimadas da Oferta Global a serem pagas por nós, nosso patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2010, seria de, aproximadamente, R$23.730.798.000,00 representando um valor patrimonial de R$13,91 por ação. De acordo com o Preço por Ação Ordinária de R$15,60, isto significaria uma diluição imediata de R$1,69 por ação para novos investidores que subscreverem Ações Ordinárias da Companhia. De acordo com o Preço por Ação Preferencial de R$19,25 por ação, isto significaria uma diluição imediata de R$5,34 por ação para novos investidores que subscreverem Ações Preferenciais da Companhia.

Preço por Ação Ordinária	R$15,60
Preço por Ação Preferencial	R$19,25
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2010	R$13,41
Valor patrimonial contábil por ação na data deste Prospecto Definitivo ajustado para refletir a Oferta	R$13,91
Aumento do valor contábil patrimonial por ação atribuído aos acionistas existentes	R$0,51
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação Ordinária para os novos investidores (1)	R$1,69
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação Preferencial para os novos investidores (1)	R$5,34
Diluição percentual dos novos investidores em Ações Ordinárias (2)	10,8%
Diluição percentual dos novos investidores em Ações Preferenciais (2)	27,7%

(1) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço Por Ação pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta Global.

(2) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido através da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço Por Ação.

O Preço por Ação não guardará relação com o valor patrimonial de nossas ações. Para informações adicionais sobre a fixação do Preço por Ação, *vide* a seção "Informações Sobre a Oferta" deste Prospecto Definitivo, na página 60.

DESCRIÇÃO DO PREÇO PAGO POR ACIONISTAS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES OU DETENTORES DE OPÇÕES EM AQUISIÇÃO DE AÇÕES

A tabela abaixo apresenta o preço pago pelos Acionistas Controladores e Administradores por conta de subscrição de ações em aumentos de capital da Companhia, ou por detentores de opções, em caso de exercício de tais opções de compra de ações, nos últimos 5 anos. Para informações adicionais, verificar os itens 13.4 a 13.9 e 17.2 do Formulário de Referência:

Data	Subscritor	Objeto	Valor Mobiliário	Quantidade de ações	Preço por ação (R$)	Aumento de Capital (R$)	Preço por Ação Ordinária na Oferta (R$)	Preço por Ação Preferencial na Oferta (R$)
24.04.2008	Controladores	Aumento de Capital	Ação Ordinária	15.810.889	60,30	953.396.606,70	15,60	19,25
24.04.2008	Controladores	Aumento de Capital	Ação Preferencial	6.811.229	60,30	410.717.108,70	15,60	19,25
24.04.2009	Administradores	Aumento de Capital	Ação Ordinária	2.237	60,30	134.891,710	15,60	19,25
24.04.2009	Administradores	Aumento de Capital	Ação Preferencial	117.331	60,30	7.075.059,30	15,60	19,25
08.05.2008	Controladores	Aumento de Capital	Ação Preferencial	4.097.064	60,30	247.052.959,20	15,60	19,25
Últimos 5 anos	Administradores	Exercício de opções de compra de ações	Ação Preferencial	4.400.448	2,86	12.586.891,35	15,60	19,25

Informações comparativas sobre o Preço por Ação no âmbito da Oferta e os preços pagos por Acionistas Controladores e Administradores por conta de subscrição de ações em aumentos de capital da Companhia, ou por detentores de opções, em caso de exercício de tais opções de compra de ações, nos últimos 5 anos, podem ser obtidas por meio da análise da coluna "Preço pago pelos administradores, controladores ou detentores de opção (R$)" comparada com a coluna "Preço por Ação na Oferta" acima.

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2003, nossos acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações, ou simplesmente o Plano. Em vista disso, descreveremos abaixo o efeito de diluição societária e patrimonial estimada com a outorga de opções de compra de ações no âmbito do Plano.

O Plano prevê que, no último dia útil do mês de dezembro de cada ano, a Companhia outorgará opção de compra de ações preferenciais da Companhia, em valor equivalente a 5% até 20% do salário base anual de cada um dos executivos escolhidos para participar do Plano. As opções outorgadas em seu âmbito poderão ser exercidas após decorridos cinco anos da data de sua outorga, pelo prazo de cinco anos. O preço de exercício das opções outorgadas será equivalente ao valor médio da cotação das ações na data da outorga da opção. Conforme as regras atuais do Plano, cada

conselheiro da Companhia poderá utilizar até 120% de sua remuneração fixa anual para o exercício das opções. O Diretor Presidente e o Diretor Geral de Operações da Companhia poderão utilizar até 50% de sua remuneração fixa para o exercício das opções. Adicionalmente, a cada ano será reservado um número de ações equivalentes a até 20% do total de ações incluídas no programa na respectiva data, excetuando-se as ações devidas aos integrantes do Conselho de Administração, que poderá ser distribuído a executivos estratégicos. Até a presente data, foram outorgadas opções de compra correspondentes a 10.939.994 ações preferenciais no âmbito do Plano.

DILUIÇÃO SOCIETÁRIA DECORRENTE DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Conforme informado acima, as opções poderão ser exercidas a partir do 5º ano a contar da sua data de outorga, por um preço equivalente ao valor médio da cotação das ações na data da outorga da opção. Até a presente data, foram outorgadas e permanecem vigentes opções de compra correspondentes a 10.939.994 ações preferenciais no âmbito do Plano.

Historicamente, temos utilizado ações em tesouraria para conceder ações àqueles que exercem suas opções, não importando, assim, em diluição para nossos acionistas. Não obstante, apenas para fins de análise dos efeitos da diluição societária potencial relacionada ao exercício das opções do Plano de Opção de Compra de Ações, caso os eventuais outorgados pudessem exercer a totalidade das suas opções na data do Anúncio de Início e exercessem a totalidade das opções outorgadas no âmbito do Plano por meio da emissão e subscrição de novas ações, verificaríamos uma diluição de 0,64% de nosso capital social e, nessa proporção, da participação acionária de cada acionista da Companhia naquela data, incluindo a participação de qualquer investidor que decida subscrever nossas Ações no âmbito desta Oferta.

DILUIÇÃO PATRIMONIAL DECORRENTE DO PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Conforme esclarecido acima, o preço de exercício das opções do Plano será equivalente ao valor médio da cotação das ações na data da outorga da opção. Atualmente, existem 10.939.994 opções outorgadas e em aberto no âmbito do Plano. Considerando a média ponderada dos diferentes preços de exercício relativos a essas opções (que correspondem ao preço de nossas ações preferenciais na data de outorga de cada opção), de aproximadamente R$ 17,35, não haveria diluição patrimonial dos demais acionistas, incluindo aqueles que decidam subscrever as Ações no âmbito desta Oferta, verificada como resultado exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano, uma vez que essas ações sofreriam um acréscimo patrimonial de aproximadamente R$ 0,02 por ação ordinária ou preferencial de nossa emissão.

Para informações adicionais sobre o Plano de Opção de Compra de Ações, veja os itens 13.4, 13.6, 13.7, 13.8 e 13.9 do Formulário de Referência.

[página intencionalmente deixada em branco]

ANEXOS

[página intencionalmente deixada em branco]

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

[página intencionalmente deixada em branco]

GERDAU S.A.
CNPJ nº 33.611.500/0001-19.
NIRE Nº 33300032266. Companhia Aberta.

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO CAPÍTULO I - DA SEDE, FINS E DURAÇÃO:

Art. 1º - A GERDAU S.A., com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. João XXIII nº 6.777, Distrito Industrial de Santa Cruz, reger-se-á por este Estatuto e pela legislação aplicável às sociedades anônimas.

Art. 2º - A Companhia, que terá prazo de duração indeterminado, tem por objeto: a) a participação no capital de sociedades com atividades de indústria e comércio de produtos siderúrgicos e ou metalúrgicos, com usinas integradas ou não a portos, bem como em outras empresas e consórcios industriais, inclusive atividades de pesquisa, lavra, industrialização e comercialização de minérios, elaboração, execução e administração de projetos de florestamento e reflorestamento, bem como de comércio, exportação e importação de bens, de transformação de florestas em carvão vegetal, de transporte de bens de sua indústria e de atividades de operador portuário, de que trata a Lei nº 8.630, de 25.02.93; e b) a exploração da indústria e do comércio, inclusive por representação, importação e exportação, de aço, ferro e produtos correlatos.

Art. 3º - A Companhia poderá abrir e manter sucursais, filiais, agências e escritórios, no País e no exterior, bem como participar de outras sociedades.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL:

Art. 4º. O capital social é de R$ 15.666.547.445,00 (quinze bilhões, seiscentos e sessenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais), dividido em 505.600.573 (quinhentas e cinco milhões, seiscentas mil, quinhentas e setenta e três) ações ordinárias e 1.011.201.145 (um bilhão, onze milhões, duzentas e um mil, cento e quarenta e cinco) ações preferenciais, sem valor nominal.

§ 1º - O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações, inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas, com a observância do disposto no presente estatuto, até o limite autorizado de 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões) ações ordinárias e 3.000.000.000 (três bilhões) ações preferenciais.

§ 2º - Dentro do limite do capital autorizado, poderá o Conselho de Administração, com base em plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra de ações aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle.

§ 3º - Os aumentos de capital da Sociedade poderão compreender ações ordinárias ou preferenciais, ou somente de um tipo, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se, quanto às preferenciais, o limite máximo previsto em Lei.

§ 4º - O direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, excluído esse quando se tratar de emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou ainda, permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, hipóteses em que o Conselho de Administração assegurará aos acionistas prioridade de subscrição dos valores mobiliários, no prazo decadencial não inferior a 10 (dez) dias.

§ 5º - A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

§ 6º - As ações da sociedade, independentemente de espécie ou classe, participarão de forma idêntica nos lucros sociais e no direito de serem incluídas em eventual oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle. As ações preferenciais não terão direito de voto e não poderão ser resgatadas, tendo, além do direito antes mencionado, as seguintes preferências e vantagens:

a) Direito de participar proporcionalmente do dividendo obrigatório correspondente a, pelo menos,
30% (trinta por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do § 4º do artigo 19; e,

b) Preferência no reembolso do Capital, até o valor de sua participação ideal no capital social, por eventual liquidação da Sociedade, sendo, a seguir, reembolsadas as ações ordinárias até o valor de sua respectiva participação ideal no capital social; o saldo restante será distribuído em igualdade de condições entre as ações ordinárias e preferenciais.

§ 7º - As ações da Sociedade serão da forma escritural.

§ 8º - As ações serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, no Banco Itaú S.A, sem a emissão de certificados.

§ 9º - A Sociedade poderá cobrar o custo de transferência da propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

§ 10 - A Sociedade poderá suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, quinze dias, nem o total de noventa dias durante o ano, os serviços de transferência de ações.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO: SEÇÃO I - NORMAS GERAIS:

Art. 5º - A Administração da Companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria.

§ 1º - A investidura de cada um dos membros eleitos do Conselho de Administração ou da Diretoria far-se-á mediante termo lavrado em livro próprio, independentemente de caução.

§ 2º - A remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será fixada pela Assembléia Geral, podendo ser votada individual ou globalmente, cabendo ao Conselho de Administração, nesse último caso, deliberar sobre sua distribuição. A Assembléia poderá determinar que o Presidente e os membros do Conselho de Administração, que indicar, recebam remuneração até a que for fixada para o Diretor Presidente.

§ 3º - A posse de novos membros no Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal está condicionada à assinatura de 'Termo de Anuência dos Administradores', conforme as regras de governança corporativa do Nível I da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Art. 6º - O Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiado, composto de 3 (três) a 11 (onze) membros efetivos e até 11 (onze) membros suplentes, a critério da Assembléia Geral que os eleger, acionistas, com mandato de 1 (um) ano, facultada a reeleição.

§ 1º - A Assembléia Geral determinará, antes da eleição dos membros do Conselho de Administração, o número de membros efetivos e o número de membros suplentes a serem eleitos. Esses números podem não coincidir. Caso eleitos, os suplentes substituirão os efetivos na ordem estabelecida pela Assembléia que os eleger. O membro suplente, que exerça cumulativamente cargo de Diretor, ficará automaticamente impedido do exercício simultâneo desse cargo durante o período em que vier a substituir o membro efetivo se, pelo fato do exercício simultâneo, vier a ser excedido o limite legal da cumulação. Em caso de vacância e não havendo suplentes, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembléia Geral.

§ 2º - A Assembléia Geral designará, dentre os conselheiros eleitos, um Presidente e até quatro Vice-Presidentes, que substituirão o titular de acordo com a respectiva ordem de nomeação.

§ 3º - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que o exigirem os interesses sociais e pelo menos a cada seis meses, observada a antecedência mínima de 24 horas para a primeira convocação, salvo nas hipóteses de manifesta urgência, cabendo a iniciativa da convocação ao Presidente do Conselho ou a maioria dos seus membros.

§ 4º - As reuniões do Conselho de Administração considerar-se-ão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria de seus membros e em segunda convocação com qualquer número, sendo presididas pelo Presidente, na sua falta, por qualquer dos Vice-Presidentes e, na falta destes, por qualquer dos demais membros do Conselho de Administração. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, cabendo ao Presidente ou substituto o voto de qualidade, permitido a todos o voto antecipado por escrito. As deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio.

§ 5º - Além das atribuições decorrentes de outros preceitos do presente Estatuto ou da Lei, incumbe ao Conselho de Administração:

a) fixar a orientação geral dos negócios sociais;

b) zelar pela integridade, valores éticos e pelo atendimento das leis e normas reguladoras as quais a Companhia se submeta;

c) aprovar o planejamento estratégico, bem como o respectivo plano de execução da Companhia;

d) supervisionar o desenvolvimento da arquitetura de gerenciamento de risco;

e) aprovar os programas de expansão e de investimentos, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados;

f) aprovar o orçamento de capital e as decisões individuais de investimentos relevantes;

g) definir a política que orientará as relações com investidores e mercado de capitais;

h) estabelecer critérios para o controle do desempenho empresarial da Companhia;

i) eleger e destituir os Diretores da Companhia, dar-lhes substitutos em caso de vacância, fixar-lhes as atribuições e avaliar seus desempenhos;

j) estabelecer a remuneração individual dos administradores da Companhia, caso a Assembléia Geral tenha fixado montante global, e propor à Assembléia deliberar a participação dos mesmos nos lucros sociais, observado o que, a respeito, dispõem a lei e o presente estatuto;

k) aprovar alterações relevantes na estrutura organizacional da Companhia, necessárias ao suporte às estratégias definidas;

l) fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelos Diretores e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Companhia; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

m) deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral;

n) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;

o) escolher e destituir os auditores independentes;

p) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão;

q) autorizar a emissão de títulos de crédito para distribuição pública, inclusive debêntures, nos termos do art. 59, § 1º, da Lei nº 6.404 de 15.12.1976;

r) autorizar o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, bem como sua integração ao valor dos dividendos do exercício;

s) autorizar a participação em outras sociedades, bem assim, a formação de consórcios, "joint ventures" e alianças estratégicas, no País e no exterior;

t) fixar diretrizes a serem observadas pelos representantes da Companhia em quaisquer reuniões de grupo de controle e ou de quotistas ou Assembléias Gerais de empresas coligadas ou controladas, ou outras que envolvam consórcios, "joint ventures" ou alianças estratégicas de que a Companhia participe;

u) fixar periodicamente critérios de valor envolvido, tempo de duração, extensão de efeitos e outros, pelos quais determinados atos societários, inclusive empréstimos ativos ou passivos, só possam ser praticados por um ou mais dentre os membros da Diretoria, ou após sua prévia autorização ou do Comitê Executivo;

v) autorizar a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, estabelecer ainda, quando julgar conveniente, quais dentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado;

w) autorizar, enquanto não estabelecidos os critérios a que se refere a letra u supra, a tomada de empréstimos pela Companhia, bem como a concessão de empréstimos ou outros créditos, inclusive a funcionários e membros dos órgãos sociais;

x) fortalecer e zelar pela imagem institucional da Companhia;

y) deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinária não compreendido na competência privativa da Assembléia Geral.

§ 6º - O Conselho de Administração poderá atribuir a seu Presidente e ou a qualquer de seus Vice-Presidentes ou, ainda, qualquer de seus membros, que indicar, o acompanhamento sistemático dos negócios sociais, de modo a assegurar a consecução plena dos objetivos da Companhia e o cumprimento das decisões do próprio Conselho de Administração.

§ 7º - O Conselho poderá deliberar a criação de comitês específicos, a ele vinculados, a serem integrados por um ou mais dentre os seus membros, com ou sem a participação de Diretores, empregados da Companhia, ou terceiros contratados, com o fim de coordenar e ou orientar determinados processos ou operações sociais.

SEÇÃO III - DA DIRETORIA:

Art. 7º - A Diretoria se compõe de:

a) um Diretor Presidente;

b) um Diretor Geral de Operações;

c) dois a dez Diretores Vice-Presidentes; e,

d) um a vinte e cinco Diretores, sem designação especial.

§ 1º - Os Diretores, pessoas físicas residentes no País, Acionistas ou não, serão eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano.

§ 2º - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, nas ocasiões por ela determinadas e, extraordinariamente, sempre que necessário ou conveniente, por convocação do Diretor Presidente, do Diretor Geral de Operações ou qualquer dos Diretores Vice-Presidentes ou, ainda, por dois dentre seus membros.

§ 3º - As reuniões da Diretoria instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, em primeira convocação. As deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio.

§ 4º - Tanto para os fins do "quorum" de instalação quanto do "quorum" de deliberação, é admitido o voto escrito antecipado. O Presidente terá, nas reuniões, o voto de qualidade, além do seu próprio.

Art. 8º - Compete à Diretoria praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social e a responsabilidade pela adequada execução das deliberações dos órgãos sociais.

§ 1º - O Diretor Presidente presidirá o Comitê Executivo e será responsável pela condução geral dos negócios de acordo com os planos e programas aprovados pelo Conselho de Administração, devendo voltar-se ao direcionamento estratégico da Companhia, pelo acompanhamento de seus resultados e pelo reporte destes ao Conselho de Administração. Nessa função será o representante da Companhia frente aos diversos públicos e, nas responsabilidades de relacionamento e políticas institucionais, terá o apoio do Presidente do Conselho de Administração.

§ 2º - O Diretor Geral de Operações atuará em conjunto com o Diretor Presidente para o desenvolvimento e realização dos objetivos da Companhia e exercerá a coordenação operacional dos diversos negócios, buscando maximizar sinergias e resultados, substituindo, ainda, o Diretor Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Art. 9º - Os Diretores, sem prejuízo de suas funções individuais, agirão sob orientação do Comitê Executivo, órgão de deliberação colegiada, constituído pelo Diretor Presidente, pelo Diretor Geral de Operações e pelos Diretores Vice-Presidentes para tanto especificamente designados pelo Conselho de Administração.

§ 1º - Incumbe ao Comitê Executivo elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração:

a) o planejamento estratégico, da Companhia, e seu respectivo plano de execução, bem como seus programas de expansão e investimentos;

b) o portfólio de negócios da Companhia;

c) propostas de alterações relevantes na estrutura organizacional da Companhia, necessárias ao suporte às estratégias definidas pelo Conselho de Administração.

§ 2º - Incumbe, ainda, ao Comitê Executivo:

a) as diretrizes básicas da ação executiva dos Diretores, e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas;

b) fixar a estrutura administrativa da Companhia, obedecida a atribuição de funções dos Diretores;

c) definir e sistematizar os processos e operações, aprovar suas políticas, estratégias e diretrizes, avaliando o respectivo desempenho por seus titulares, o grau de excelência alcançado e as técnicas de gestão empregadas;

d) estabelecer as políticas e práticas de remuneração de recursos humanos, inclusive participação nos lucros ou resultados;

e) orientar e prover a capacitação e desenvolvimento profissional aos executivos estratégicos, bem como cuidar de seus planos de sucessão;

f) dar cumprimento às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração, submetendo-lhe os resultados obtidos;

g) submeter ao Conselho de Administração programas de expansão ou investimentos e responder pelos respectivos resultados;

h) autorizar a captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, no País ou no exterior, inclusive mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, obedecidas as disposições legais pertinentes e o que, a respeito, vier a ser estabelecido pelo Conselho de Administração;

i) autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou das comunidades de que participe a Companhia, inclusive doação de bens inservíveis, tendo em vista suas responsabilidades sociais;

j) acompanhar e controlar as atividades das empresas coligadas e controladas da Companhia;

k) instruir os representantes da Companhia nas reuniões de grupo de controle e de quotistas e nas Assembléias Gerais das empresas coligadas e controladas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

l) autorizar a abertura de sucursais, filiais, agências e escritórios;

m) promover o intercâmbio de experiências e máxima sinergia entre os processos e operações da Companhia;

n) disseminar os valores e a cultura da Companhia para todos os níveis funcionais;

o) zelar e responder pela imagem institucional da Companhia;

p) resolver os casos omissos, desde que não compreendidos na competência da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração.

§ 3º - O Comitê Executivo reunir-se-á, ordinariamente, nas ocasiões por ele determinadas e extraordinariamente, sempre que necessário ou conveniente, por convocação do Diretor Presidente, pelo Diretor Geral de Operações ou por dois dentre seus membros.

§ 4º - As reuniões do Comitê Executivo instalar-se-ão com a presença da maioria de seus membros, em primeira convocação.

§ 5º - Cada membro do Comitê terá direito, nas reuniões, a um voto, sendo que o Diretor Presidente terá o voto de qualidade, além do seu próprio.

§ 6º - As deliberações serão tomadas por maioria de votos e constarão de atas lavradas em livro próprio. Tanto para os fins do "quorum" de instalação quanto do "quorum" de deliberação, é admitido o voto escrito antecipado**.**

§ 7º - O Comitê Executivo encaminhará ao Conselho de Administração cópias das atas de suas reuniões e da Diretoria e prestará as informações que permitam avaliar o desempenho das atividades da Companhia.

§ 8º - Independentemente de sua participação no Comitê Executivo, cada membro do mesmo será responsável pela gestão dos processos e operações que lhe forem cometidos pelo Conselho de Administração.

§ 9º - Poderão participar do Comitê Executivo diretores de sociedades controladoras, controladas ou coligadas da Companhia que vierem a ser designados pelo Conselho de Administração, sendo-lhes vedado o exercício das prerrogativas do § 5º.

§ 10 - O Comitê Executivo poderá deliberar a criação de comitês auxiliares, a serem integrados por um ou mais dentre os seus membros e ou os demais Diretores, empregados da Companhia e terceiros contratados, para promover o intercâmbio de experiências e a máxima sinergia entre as operações da Companhia, ou com o fito de coordenar, orientar, facilitar ou apoiar determinados processos ou operações.

Art. 10 - Os Diretores, salvo casos excepcionais autorizados pelo Conselho de Administração (art.6º § 5º, v) ou pelo Comitê Executivo (art. 9º, §§ 3º, 5º, 6º e 7º), exercerão seus cargos com dedicação integral de tempo e não darão aval, fiança, nem de qualquer forma garantirão dívidas de terceiros.

Art. 11 - Compete aos Diretores representar a Companhia ativa e passivamente em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pelos órgãos sociais.

Art. 12 - Como regra geral e ressalvados os casos objeto dos parágrafos subseqüentes, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por 2 (dois) membros quaisquer da Diretoria, ou ainda, 1 (um) membro da Diretoria e 1 (um) procurador, ou 2 (dois) procuradores, no limite dos respectivos mandatos.

§ 1º - Os atos para cuja prática o presente Estatuto exija autorização prévia do Conselho de Administração ou do Comitê Executivo só poderão ser praticados uma vez preenchida tal condição preliminar.

§ 2º - A Companhia poderá ser representada por apenas 1 (um) membro da Diretoria ou 1 (um) procurador, quando se tratar de receber e dar quitação de valores que sejam devidos à Companhia, emitir e negociar, inclusive endossar e descontar, duplicatas relativas às suas vendas, bem como nos casos de correspondência que não crie obrigações para a Companhia e da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, IAPAS, FGTS e seus bancos arrecadadores, e outros de idêntica natureza.

§ 3º - O Conselho de Administração e o Comitê Executivo poderão autorizar a prática de atos que vinculem a Companhia, por apenas um dos Diretores ou um procurador, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador.

§ 4º - Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações terão de ser previamente aprovadas pelo Comitê Executivo, ou, então, outorgadas, em conjunto, por dois de seus membros ou por dois Diretores pelo Comitê designados;

b) quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho da Administração ou do Comitê Executivo, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização;

c) exceto nos casos de representação judicial ou similar, em que seja da essência do mandato o seu exercício até o encerramento da questão ou do processo, todas as demais procurações serão por prazo certo, não superior a um ano, e terão poderes limitados.

§ 5º - Serão nulos e não gerarão responsabilidades para a Companhia os atos praticados em desconformidade às regras dos parágrafos precedentes.

CAPÍTULO IV - DO CONSELHO FISCAL.

Art. 13 - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos, devendo um deles ser especialista em finanças, e de suplentes em igual número, acionistas ou não, sendo instalado e eleito em assembléia-geral.

§ 1º - Competem ao Conselho Fiscal as seguintes atribuições:

a) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

b) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléia-geral;

c) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia-geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;

d) por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembléia- geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;

e) convocar a assembléia-geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias;

f) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia;

g) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

h) exercer as atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam;

i) receber e apurar reclamações, denúncias ou irregularidades;

j) opinar sobre proposta de contratação ou destituição de auditor externo;

k) opinar sobre quaisquer serviços a serem prestados à Sociedade pelo auditor externo;

l) opinar sobre os trabalhos conduzidos pela auditoria externa;

m) auxiliar na solução de divergências entre administradores e auditores;

n) opinar sobre os controles internos da contabilidade e da auditoria.

§ 2º - O Conselho Fiscal funcionará em caráter permanente.

§ 3º - O Conselho Fiscal estabelecerá, por deliberação majoritária, o respectivo regimento interno.

CAPÍTULO V - DA ASSEMBLÉIA GERAL.

Art. 14 - A Assembléia Geral, convocada e instalada na forma da lei e deste capítulo, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia, e tomar as resoluções que julgar convenientes à defesa e ao desenvolvimento da Companhia.

Art. 15 - A Assembléia Geral será instalada por um Diretor, ou, na sua ausência, por um Acionista presente, sendo presidida e secretariada por Acionistas escolhidos na ocasião.

§ 1º - A Sociedade poderá exigir, em prazo fixado no anúncio de convocação, o depósito de comprovante de titularidade de ações, expedido pela instituição financeira depositária dos mesmos, assim como suspender, pelo mesmo período, os serviços de transferência e desdobramento de ações.

§ 2º - Ressalvados os casos para os quais a lei determine "quorum" qualificado, as deliberações da Assembléia serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Art. 16 - Dos trabalhos e das deliberações da Assembléia Geral serão lavradas atas em livro próprio, com os elementos, indicações, requisitos e assinaturas exigidas em lei.

Art. 17 - A Assembléia Geral será Ordinária ou Extraordinária conforme a matéria sobre a qual versar. A Assembléia Geral Ordinária e a Assembléia Geral Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, instrumentadas em ata única.

Art. 18 - A Assembléia Geral Ordinária deverá se realizar no prazo da lei e terá por objeto.

I. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras.

II. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;

III. eleger os membros do Conselho de Administração e, quando for o caso, do Conselho Fiscal;

IV. aprovar a correção da expressão monetária do Capital Social.

CAPÍTULO VI – DO EXERCÍCIO SOCIAL.

Art. 19 – O exercício social se inicia a 1º de janeiro e se encerra a 31 de dezembro de cada ano.

§ 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras:

I. patrimonial;

II. demonstração das mutações do patrimônio líquido;

III. demonstração do resultado do exercício;

IV. demonstração dos fluxos de caixa; e

V. demonstração do valor adicionado.

§ 2º - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembléia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei.

§ 3º - O Conselho de Administração poderá propor, e a Assembléia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, uma parcela de ao menos cinco por cento para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios:

a) sua constituição não prejudicará o direito dos Acionistas preferenciais de receber o dividendo mínimo a que fizerem jus, nem prejudicará o pagamento do dividendo obrigatório previsto no § 4º, infra;

b) seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar observará limite máximo igual ao valor do capital social da Companhia, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso;

c) a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: **(i)** na absorção de prejuízos, sempre que necessário; **(ii)** na distribuição de dividendos, a qualquer momento; **(iii)** nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; **(iv)** na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

§ 4º - Os Acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendo, um percentual do lucro líquido, obedecido ao mínimo obrigatório de 30% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes reajustes: **(i)** o acréscimo das seguintes importâncias: - resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; - resultantes da realização, no exercício, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar; - resultantes da realização, no exercício, do aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrado como reserva de reavaliação. **(ii)** o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências, da reserva de lucros a realizar e da reserva para incentivos fiscais.

§ 5º - Integram o dividendo obrigatório o dividendo preferencial e o pago à conta de reservas de lucros preexistentes ou com base em balanços semestrais ou intermediários, a menos que doutra forma estabelecido pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração.

§ 6º - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria fazem jus a uma participação no lucro da Companhia, a ser deliberada pela Assembléia, observados os limites de lei. É condição para o pagamento de tal participação a atribuição aos Acionistas do dividendo obrigatório a que se refere o § 4º, supra. Sempre que for levantado balanço semestral e com base nele forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual a 30% (trinta por cento) sobre o lucro líquido do período, calculado nos termos do referido § 4º, poderá ser paga, por deliberação do Conselho de Administração, aos administradores participação no lucro semestral, "ad referendum" da Assembléia Geral.

§ 7º - Sempre que o dividendo obrigatório for pago por conta de reservas de lucros preexistentes, parcela do lucro do exercício, equivalente ao dividendo pago, será apropriada à recomposição da reserva utilizada.

§ 8º - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de reservas de lucros preexistentes, ou à conta de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou intermediário.

§ 9º - A Assembléia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas constituídas em balanços semestrais ou intermediários.

§ 10 - Os dividendos não reclamados em três anos prescrevem em favor da Companhia.

§ 11 - As ações preferenciais adquirirão o direito de voto se a Sociedade, pelo prazo de 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o primeiro posterior pagamento de dividendos que a Sociedade vier a efetuar.

CAPÍTULO VII - DA LIQUIDAÇÃO.

Art. 20 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembléia Geral, cabendo a esta, em qualquer hipótese, estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, se deliberado o funcionamento no período de liquidação, fixando-lhes a remuneração.

ATAS DAS REUNIÕES DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA E DA METALÚRGICA GERDAU E ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA GERDAU BG, TODAS R REALIZADAS EM 22 DE MARÇO DE 2011, APROVANDO A OFERTA

[página intencionalmente deixada em branco]

GERDAU S.A.
CNPJ Nº 33.611.500/0001-19
NIRE nº 33.3.0003226.6
Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL REALIZADA NO ESCRITÓRIO DE PORTO ALEGRE, RS, NA AV. FARRAPOS, 1811, ÀS 18h00min DO DIA 22 DE MARÇO DE 2011.

1. A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração sendo que os Conselheiros AFFONSO CELSO PASTORE, ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE e OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, participaram por meio eletrônico, e, ainda, com a presença da totalidade dos membros do Conselho Fiscal, tendo-se verificado, portanto, quorum de instalação e aprovação.

2. A reunião foi presidida por Jorge Gerdau Johannpeter e secretariada por Expedito Luz.

3. O Conselho de Administração, nos termos do art. 6º, §3º, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, §1º, do Estatuto Social, deliberou, por unanimidade, e sem quaisquer reservas:

   (a) Aprovar, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, sem alteração da proporção atualmente existente entre as ações ordinárias e preferenciais atualmente emitidas, a emissão de (***i***) novas ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Ações Ordinárias"), e (***ii***) novas ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Ações Preferenciais" ou, quando referidas em conjunto e indistintamente com as Ações Ordinárias, "Ações"), para subscrição pública no âmbito (***x***) de uma oferta de distribuição pública de ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM nº. 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), incluindo esforços de colocação das Ações para investidores estrangeiros no exterior, com base em isenções de registro previstos na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), segundo o *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado ("*Securities Act*"), sendo nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com o Regulamento "S" editado pela SEC, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Oferta Brasileira"); e, simultaneamente, (***y***) de uma oferta de distribuição pública de Ações Preferenciais no exterior, sob a forma de *American Depositary Shares* ("ADSs"), representados por *American Depositary Receipts* ("ADRs"), registrada nos Estados Unidos da América de acordo com o *Securities Act*, respeitada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor ("Oferta Internacional" ou, quando referida em conjunto e indistintamente com a Oferta Brasileira, "Oferta Global"), representando, cada ADS, 1 (uma) Ação Preferencial;

   (b) Registrar que o preço de emissão das Ações Preferenciais poderá ser distinto do preço de emissão das Ações Ordinárias objeto da Oferta Global, na medida em que serão fixados através de procedimentos separados de *bookbuilding* (ou coleta de intenções de investimento com investidores institucionais) a serem conduzidos no Brasil e no exterior pelos coordenadores da Oferta Global junto a investidores institucionais;

   (c) Permitir a emissão, em quantidade adicional e nas mesmas condições e preços inicialmente ofertados, sem considerar as Ações Suplementares (conforme abaixo definidas), de até 20% das Ações de cada espécie inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, conforme disposto no §2º do art. 14 da Instrução CVM 400, incluindo Ações Preferenciais sob a forma de ADSs;

(d) Permitir a outorga de opção para distribuição de lote suplementar de ações, equivalente a até 15% das Ações de cada espécie inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Global, incluindo Ações Preferenciais sob a forma de ADS, a ser exercida, total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, conforme os termos e condições dos documentos relacionados à Oferta Global a serem negociados ("Ações Suplementares");

(e) Estabelecer que as Ações terão as mesmas características e conferirão a seus titulares os mesmos direitos previstos no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável às ações ordinárias e preferenciais, conforme o caso, de emissão da Companhia já existentes, participando em igualdade de condições com as mesmas ações dos dividendos e demais distribuições relativas às ações da Companhia que vierem a ser declarados a partir da data da liquidação física e financeira da Oferta Global;

(f) As Ações objeto da Oferta Global serão emitidas pela Companhia com prioridade de subscrição para os seus acionistas, nos termos do art. 4º, §4º, do Estatuto Social da Companhia ("Oferta Prioritária"), não sendo permitida a cessão dos direitos de prioridade na subscrição das Ações a terceiros, acionistas da Companhia ou não. As sobras das Ações não subscritas no âmbito da Oferta Prioritária serão destinadas à colocação no âmbito da Oferta Global;

(g) Aprovar a contratação, pela administração da Companhia, de instituições financeiras devidamente habilitadas para atuarem como coordenadores da Oferta Global; e

(h) Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações ora aprovadas, incluindo, exemplificativamente, a representação da Companhia perante (*i*) a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, (*ii*) a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, (*iii*) o Banco Central do Brasil e (*iv*) a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA; bem como praticar todos os demais atos e providências necessários à formalização, efetivação e administração das deliberações objeto desta reunião, ratificando-se, ainda, todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia com vistas à realização da Oferta Global.

4. Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal, tendo em vista o disposto no §2º, art. 166, da Lei nº 6.404/76, deliberou, por unanimidade dos presentes, e sem quaisquer reservas, opinar favoravelmente à realização da Oferta Global na forma proposta pelo Conselho de Administração da Companhia e, mais especificamente, ao aumento do capital social da Companhia que decorrerá de tal Oferta Global, expedindo o parecer respectivo que constitui anexo à ata que se refere à presente reunião.

5. Nada mais foi tratado.

Porto Alegre, 22 de março de 2011.

(Ass.) Membros do Conselho de Administração: Jorge Gerdau Johannpeter – Presidente. Germano Hugo Gerdau Johannpeter. Klaus Gerdau Johannpeter. Frederico Carlos Gerdau Johannpeter – Vice-Presidentes. André Bier Gerdau Johannpeter. Claudio Johannpeter – Conselheiros. Expedito Luz – Secretário-Geral. Membros do Conselho Fiscal: Egon Handel. Carlos Roberto Schroder. Maria das Graças Conceição Machado Costa.

Declaração

Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio e que as assinaturas mencionadas são autênticas.

Expedito Luz
Secretário

METALÚRGICA GERDAU S.A.
CNPJ Nº 92.690.783/0001-09
NIRE nº 43.3.0000150.4
Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA NA SEDE DA METALÚRGICA GERDAU S.A. ("COMPANHIA"), NA AV. FARRAPOS, 1811, PORTO ALEGRE-RS, ÀS 18h30min DO DIA 22 DE MARÇO DE 2011.

1. A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, sendo que os Conselheiros AFFONSO CELSO PASTORE, ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE, OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO e ANTONIO WALAS VODOPIVES, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, participaram por meio eletrônico, tendo-se verificado, portanto, quorum de instalação e aprovação.

2. A reunião foi presidida por Jorge Gerdau Johannpeter, e secretariada por Expedito Luz.

3. O Conselho de Administração, nos termos do art. 12, §4º, alíneas "(f)", "(s)", "(t)" e "(v)" do Estatuto Social da Companhia, deliberou, por unanimidade, e sem quaisquer reservas:

   (a) Aprovar a alienação, pela Companhia, de até 8.514.285 (oito milhões, quinhentas e quatorze mil, duzentas e oitenta e cinco) ações preferenciais, nominativas e escriturais da Gerdau S.A., companhia aberta com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. João XXIII nº 6.777, Distrito Industrial de Santa Cruz, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.611.500/0001-19 ("Ações Preferenciais" e "Gerdau", respectivamente), controlada pela Companhia, no âmbito de uma oferta de distribuição pública secundária a ser realizada pela Gerdau no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM nº. 400, de 29 de dezembro de 2003, incluindo esforços de colocação das referidas ações para investidores estrangeiros no exterior, com base em isenções de registro previstos na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), segundo o U.S. *Securities Act of 1933*, conforme alterado ("*Securities Act*"), sendo nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com o Regulamento "S" editado pela SEC, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Oferta Secundária");

   (b) Registrar que o preço de venda de cada Ação Preferencial será fixado através de *bookbuilding* (ou coleta de intenções de investimento com investidores institucionais) a ser conduzido no Brasil e no exterior pelos coordenadores da Oferta Global (cf. abaixo definido) junto a investidores institucionais;

   (c) Aprovar a subscrição de até 76.408.165 (setenta e seis milhões, quatrocentas e oito mil, cento e sessenta e cinco) ações ordinárias de emissão da Gerdau ("Ações Ordinárias") no âmbito de uma oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais a ser realizada pela Gerdau, conforme aprovado por seu Conselho de Administração em reunião realizada em 22.03.2011("Oferta Primária" e, em conjunto com a Oferta Secundária, "Oferta Global"), pelo preço de subscrição fixado através de *bookbuilding* (ou coleta de intenções de investimento com investidores institucionais) a ser conduzido no Brasil e no exterior pelos coordenadores da Oferta Global junto a investidores institucionais;

   (d) Aprovar a renúncia, pela Companhia, do direito de prioridade na subscrição das ações preferenciais de emissão da Gerdau no âmbito da Oferta Primária, a que teria direito nos termos do art. 4º, §4º do Estatuto Social da Gerdau;

(e) Aprovar e ratificar a contratação, pela Gerdau, de instituições financeiras devidamente habilitadas para atuarem no âmbito da Oferta Secundária, que compõe a Oferta Global, como coordenadores.

(f) Nos termos do art. 12, §4º, alínea "(t)" do Estatuto Social da Companhia, autorizar quaisquer dois representantes da Companhia a participar das Reuniões do Conselho de Administração de Gerdau que terão por objeto a deliberação da Oferta Global, votando favoravelmente a todas as propostas objeto das referidas reuniões.

(g) Delegar à Diretoria da Companhia poderes para aprovar a quantidade final de Ações Preferenciais a serem efetivamente alienadas pela Companhia, assim como a quantidade final de Ações Ordinárias a serem efetivamente subscritas pela mesma, uma vez tendo sido fixado o preço de venda e subscrição das ações através de *bookbuilding*. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações ora aprovadas.

4. Nada mais foi tratado.

Porto Alegre, 22 de março de 2011.

(Ass.) Jorge Gerdau Johannpeter – Presidente. Germano Hugo Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter, Frederico Carlos Gerdau Johannpeter – Vice-Presidentes. André Bier Gerdau Johannpeter, Claudio Johannpeter – Conselheiros. Expedito Luz – Secretário-Geral.

Declaração

Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio e que as assinaturas mencionadas são autênticas.

Expedito Luz
Secretário

GERDAU BG PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 00.183.938/0001-94
NIRE nº 43.3.0003377.5

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NA SEDE SOCIAL DA GERDAU BG PARTICIPAÇÕES S.A. ("COMPANHIA"), NA AV. FARRAPOS, 1811, PARTE, PORTO ALEGRE-RS, ÀS 18h15min DO DIA 22 DE MARÇO DE 2011.

1. Estavam presentes acionistas representando a totalidade do capital social, tornando a assembleia regular, independentemente da publicação dos editais de convocação, como preceitua o §4º do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976.

2. Os trabalhos foram abertos pelo Diretor Expedito Luz que, eleito para presidi-los, convidou a mim, Otávio Augusto Trois de Miranda, para Secretário.

3. Dando prosseguimento aos trabalhos, a Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade, deixando de votar os legalmente impedidos, deliberou tomar as seguintes resoluções:

"RESOLUÇÃO Nº 42/2011-AGE:

A Assembléia Geral Extraordinária de Gerdau BG Participações S.A. resolve aprovar a alienação, pela Companhia, de até 60.485.715 (sessenta milhões, quatrocentas e oitenta e cinco mil, setecentas e quinze) ações preferenciais, nominativas e escriturais da Gerdau S.A., companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. João XXIII nº 6.777, Distrito Industrial de Santa Cruz, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.611.500/0001-19 ("Ações Preferenciais" e "Gerdau", respectivamente), no âmbito de uma oferta de distribuição pública secundária a ser realizada pela Gerdau, no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM nº. 400, de 29 de dezembro de 2003, incluindo esforços de colocação das referidas ações para investidores estrangeiros no exterior, com base em isenções de registro previstos na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), segundo o U.S. *Securities Act of 1933*, conforme alterado ("*Securities Act*"), sendo nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com o Regulamento "S" editado pela SEC, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada, da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Oferta Secundária")."

"RESOLUÇÃO Nº 43/2011-AGE:

A Assembléia Geral Extraordinária de Gerdau BG Participações S.A. registra que o preço de venda de cada Ação Preferencial será fixado através de *bookbuilding* (ou coleta de intenções de investimento com investidores institucionais) a ser conduzido no Brasil e no exterior pelos coordenadores da Oferta Global (cf. abaixo definido) junto a investidores institucionais"

"RESOLUÇÃO Nº 44/2011-AGE:

A Assembléia Geral Extraordinária de Gerdau BG Participações S.A. resolve aprovar a subscrição de até 1.822.781 (um milhão, oitocentas e vinte e duas mil, setecentas e oitenta e uma) ações ordinárias de emissão da Gerdau ("Ações Ordinárias") no âmbito de uma oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais a ser realizada pela Gerdau, conforme aprovada por seu Conselho de Administração em Reunião realizada em 22/3/2011 ("Oferta Primária" e, em conjunto com a Oferta Secundária, "Oferta Global"). pelo preço de subscrição fixado através de *bookbuilding* (ou coleta de intenções de investimento com investidores institucionais) a ser conduzido no Brasil e no exterior pelos coordenadores da Oferta junto a investidores institucionais."

"RESOLUÇÃO Nº 45/2011-AGE:

A Assembléia Geral Extraordinária de Gerdau BG Participações S.A. resolve aprovar a renúncia, pela Companhia, do direito de prioridade na subscrição das ações preferenciais de emissão da Gerdau no âmbito da Oferta Primária, a que teria direito nos termos do art. 4º, §4º do Estatuto Social da Gerdau."

"RESOLUÇÃO Nº 46/2011-AGE:

A Assembléia Geral Extraordinária de Gerdau BG Participações S.A. resolve ratificar a contratação, pela Gerdau, de instituições financeiras devidamente habilitadas para atuarem no âmbito da Oferta Secundária, que compõe a Oferta Global, como coordenadores."

"RESOLUÇÃO Nº 47/2011-AGE:

A Assembléia Geral Extraordinária de Gerdau BG Participações S.A. resolve autorizar quaisquer dois representantes da Companhia a participar das Reuniões do Conselho de Administração de Gerdau que terão por objeto a deliberação da Oferta Global, votando favoravelmente a todas as propostas objeto das referidas reuniões."

"RESOLUÇÃO Nº 48/2011-AGE:

A Assembléia Geral Extraordinária de Gerdau BG Participações S.A. resolve delegar à Diretoria da Companhia poderes para aprovar a quantidade final de Ações Preferenciais a serem efetivamente alienadas pela Companhia, assim como a quantidade final de Ações Ordinárias a serem efetivamente subscritas pela mesma, uma vez tendo sido fixado o preço de venda e subscrição das ações através de *bookbuilding*. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações ora aprovadas."

4. Nada mais foi tratado.

Porto Alegre, 22 de março de 2011.

(Ass.) Expedito Luz – Presidente, Otávio Augusto Trois de Miranda – Secretário. Acionistas: Metalúrgica Gerdau S.A.; Grupo Gerdau Empreendimentos Ltda. p.p. Otávio Augusto Trois de Miranda.

Declaração

Declaramos que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio.

Expedito Luz
Presidente

Otávio Augusto Trois de Miranda
Secretário e Advogado
OAB/RS nº 23.728

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011, QUE APROVOU O PREÇO POR AÇÃO

[página intencionalmente deixada em branco]

GERDAU S.A.
CNPJ Nº 33.611.500/0001-19
NIRE nº 33.3.0003226.6
Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL, REALIZADA NO ESCRITÓRIO DE PORTO ALEGRE, RS, NA AV. FARRAPOS, 1811, ÀS 20h00min DO DIA 12 DE ABRIL DE 2011.

1. A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração sendo que os Conselheiros AFFONSO CELSO PASTORE, ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE e OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, participaram por meio eletrônico, e, ainda, com a participação da totalidade dos membros do Conselho Fiscal, sendo que a Conselheira Maria das Graças Conceição Machado Costa o fez por meio de teleconferência, nos termos do que dispõe o Regimento Interno deste Conselho Fiscal, tendo-se verificado, portanto, quorum de instalação e aprovação.

2. A reunião foi presidida por Jorge Gerdau Johannpeter e secretariada por Expedito Luz.

3. O Conselho de Administração, nos termos do art. 6º, §3º, e tendo em vista a autorização constante do art. 4º, §1º, do Estatuto Social, deliberou, por unanimidade, e sem quaisquer reservas:

(a) Aprovar, dentro do limite do capital autorizado, e sem alterar a proporção atualmente existente entre as ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, o aumento do capital social da Companhia em R$3.656.699.221,00, mediante a emissão, para subscrição pública, de 68.026.910 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Ações Ordinárias") e de 134.830.100 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Ações Preferenciais", ou, quando referidas em conjunto e indistintamente com as Ações Ordinárias, "Ações"), as quais deverão ser integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

(b) Fixar os preços de emissão das Ações em R$ 15,60 por Ação Ordinária e em R$19,25 por Ação Preferencial, totalizando um preço global de emissão de R$4.984.949.221,00, que serão integralmente destinados ao capital social. Os preços de emissão das Ações foram fixados após a conclusão do procedimento de *bookbuilding* (descrito abaixo) realizado pelos Coordenadores da Oferta Brasileira, conforme definido nos documentos definitivos da Oferta, no âmbito (*i*) da distribuição pública primária de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM nº 400, de 29.12.2003, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Oferta Brasileira") e, simultaneamente, (*ii*) da oferta de distribuição pública das Ações Preferenciais no exterior, sob a forma de *American Depositary Shares* ("ADS"), em uma oferta registrada nos Estados Unidos da América, de acordo com o *U.S. Securities Act of 1933*, tendo como parâmetro as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto a investidores institucionais durante o procedimento de *bookbuilding*, sendo que, especificamente no que se refere às Ações Preferenciais, foi também considerada a cotação dos ADS na *New York Stock Exchange* ("Oferta Internacional" ou, quando referida em conjunto com a Oferta Brasileira, "Oferta Global"). Nos termos do artigo 170, parágrafo 7º, da Lei das Sociedades por Ações, os Conselheiros reconheceram que a escolha do critério de preço de mercado das Ações de

emissão da Companhia para a determinação do preço de emissão das novas Ações é devidamente justificada, tendo em vista que as Ações serão colocadas por meio de uma oferta pública primária em que o valor de mercado das Ações a serem emitidas e subscritas é aferido com a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*), o qual reflete o valor pelo qual os investidores apresentam suas intenções de subscrição das Ações no contexto da Oferta Global, sendo, portanto, o critério mais apropriado para determinar o preço justo das Ações.

(c) Registrar que as Ações Ordinárias e as Ações Preferenciais ora emitidas terão as mesmas características e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos previstos no Estatuto Social da Companhia e pela legislação aplicável às ações ordinárias e preferenciais, conforme o caso, de emissão da Companhia já existentes, participando em igualdade de condições com as mesmas ações dos dividendos e demais distribuições que vierem a ser declarados a partir da data da liquidação física e financeira da Oferta Global.

(d) Ratificar a (***i***) concessão, nos termos do art. 4º, §4º, do Estatuto Social, de prioridade aos acionistas da Companhia na subscrição do aumento de capital supracitado, sendo certo, todavia, que referido direito será concedido em relação às ações de que o acionista era comprovadamente titular em 28/03/2011 e 05/04/2011, e (***ii***) a vedação a tais acionistas da cessão, sob qualquer forma, dos seus direitos de prioridade na subscrição das Ações.

4. O Conselho Fiscal, tendo em vista o disposto no §2º, art. 166, da Lei nº 6.404/76, deliberou, por unanimidade dos presentes, e sem quaisquer reservas, opinar favoravelmente ao aumento de capital ora proposto e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, expedindo o parecer respectivo que constitui anexo à ata que se refere à presente reunião.

5. Nada mais foi tratado.

Porto Alegre 12 de abril de 2011.

(Ass.) Membros do Conselho de Administração: Jorge Gerdau Johannpeter – Presidente. Germano Hugo Gerdau Johannpeter. Klaus Gerdau Johannpeter. Frederico Carlos Gerdau Johannpeter – Vice-Presidentes. André Bier Gerdau Johannpeter. Claudio Johannpeter – Conselheiros. Expedito Luz – Secretário-Geral. Membros do Conselho Fiscal: Egon Handel. Carlos Roberto Schroder. Maria das Graças Conceição Machado Costa.

Declaração:

Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio e que as assinaturas mencionadas são autênticas.

Expedito Luz
Secretário

GERDAU S.A.
CNPJ Nº 33.611.500/0001-19
NIRE nº 33.3.0003226.6
Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Gerdau S.A. ("Companhia"), no exercício da atribuição que lhe é conferida pelo parágrafo segundo do art. 166 da Lei nº 6.404/76, bem como pelas demais disposições legais e estatutárias, examinou a proposta do Conselho de Administração de aumento do capital social da Companhia em R$ 3.656.699.221,00 mediante a emissão, para subscrição pública, de 68.026.910 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, e de 134.830.100 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 15,60 e R$ 19,25 por ação, respectivamente, para integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, dentro do limite do capital autorizado, e sem alterar a proporção atualmente existente entre as ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados pelos membros do Conselho de Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram favoravelmente à aprovação das propostas supra-referidas, sendo que a Conselheira Maria das Graças Conceição Machado Costa o fez por meio de teleconferência, nos termos do que dispõe o Regimento Interno deste Conselho, autorizando que os demais Conselheiros assinem o documento em seu nome.

Porto Alegre, 12 de abril de 2011.

Egon Handel

Carlos Roberto Schroder

Maria das Graças Conceição Machado Costa

[página intencionalmente deixada em branco]

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 12 DE ABRIL DE 2011, PARA HOMOLOGAR O AUMENTO DE CAPITAL

[página intencionalmente deixada em branco]

GERDAU S.A.
Companhia Aberta
CNPJ Nº 33.611.500/0001-19
NIRE nº 33.3.0003226.6

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA NO ESCRITÓRIO DE PORTO ALEGRE, RS, NA AV. FARRAPOS, 1811, ÀS 20h15min DO DIA 12 DE ABRIL DE 2011.

1. A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração sendo que os Conselheiros AFFONSO CELSO PASTORE, ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE e OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, participaram por meio eletrônico, tendo-se verificado, portanto, quorum de instalação e aprovação.

2. A reunião foi presidida por Jorge Gerdau Johannpeter e secretariada por Expedito Luz.

3. O Conselho de Administração, nos termos do art. 6º, §3º, e considerando o quanto disposto no art. 4º, §1º, do Estatuto Social, por unanimidade, e sem quaisquer reservas, verificou a subscrição das 68.026.910 ações ordinárias e das 134.830.100 ações preferenciais emitidas pela Companhia no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações aprovada nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 22/03/2011 e na presente data, sendo que parte das ações preferenciais foram subscritas sob a forma de *American Depositary Shares – ADS*; e, consequentemente, homologou o novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$19.323.246.666,00, dividido em 573.627.483 ações ordinárias e 1.146.031.245 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

4. Nada mais foi tratado.

Porto Alegre, 12 de abril de 2011.

(Ass.) Jorge Gerdau Johannpeter – Presidente. Germano Hugo Gerdau Johannpeter. Klaus Gerdau Johannpeter. Frederico Carlos Gerdau Johannpeter – Vice-Presidentes. André Bier Gerdau Johannpeter. Claudio Johannpeter – Conselheiros. Expedito Luz – Secretário-Geral.

Declaração

Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio e que as assinaturas mencionadas são autênticas.

Expedito Luz
Secretário

[página intencionalmente deixada em branco]

ATAS (I) DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA METALÚRGICA GERDAU E (II) DA REUNIÃO DA DIRETORIA DA GERDAU BG, REALIZADAS EM 12 DE ABRIL DE 2011, QUE APROVARAM A QUANTIDADE FINAL DE AÇÕES PREFERENCIAIS A SEREM EFETIVAMENTE ALIENADAS E A QUANTIDADE FINAL DE AÇÕES ORDINÁRIAS A SEREM POR ELES SUBSCRITOS NO ÂMBITO DA DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA

[página intencionalmente deixada em branco]

GERDAU BG PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ Nº 00.183.938/0001-94
NIRE nº 43.3.0003377.5

ATA DA REUNIÃO DA DIRETORIA, REALIZADA NA SEDE SOCIAL DA GERDAU BG PARTICIPAÇÕES S.A. ("COMPANHIA"), NA AV. FARRAPOS, 1811, PARTE, PORTO ALEGRE-RS, ÀS 20h45min DO DIA 12 DE ABRIL DE 2011.

1. A reunião contou com a presença da totalidade dos membros da Diretoria.

2. A reunião foi presidida por Jorge Gerdau Johannpeter, e secretariada por _Expedito Luz.

3. A Diretoria, nos termos do que dispõe o Estatuto Social da Companhia e tendo em vista a autorização conferida nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2011, deliberou, por unanimidade dos presentes, e sem quaisquer reservas:

   (a) Aprovar a alienação, pela Companhia, de 60.485.715 ações preferenciais, nominativas e escriturais, de emissão de Gerdau S.A., companhia com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. João XXIII nº 6.777, Distrito Industrial de Santa Cruz, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.611.500/0001-19 ("Ações Preferenciais" e "Gerdau", respectivamente), por meio de oferta pública de distribuição secundária de ações realizada pela Gerdau ("Oferta Secundária"), tendo por base o preço de venda por Ação Preferencial alienada no âmbito da Oferta Secundária, correspondente a R$19,25, que foi fixado através de procedimento de *bookbuilding* (ou coleta de intenções de investimento com investidores institucionais), conduzido no Brasil e no exterior pelos coordenadores da Oferta Global (cf. abaixo definido) junto a investidores institucionais ("Coleta de Intenções de Investimento").

   (b) Aprovar a subscrição, pela Companhia, de 1.216.900 ações ordinárias, nominativas e escriturais, de emissão da Gerdau, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais realizada pela Gerdau *simultaneamente* à Oferta Secundária ("Oferta Primária" e, juntamente com a Oferta Secundária, "Oferta Global") pelo preço de emissão por ação de R$ 15,60, fixado através de Coleta de Intenções de Investimento.

4. Nada mais foi tratado.

Porto Alegre, 12 de abril de 2011.

(Ass.) Jorge Gerdau Johannpeter – Diretor Presidente. Germano Hugo Gerdau Johannpeter. Klaus Gerdau Johannpeter. Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - Diretores Vice Presidentes. Expedito Luz. Geraldo Toffanello. Harley Lorentz Scardoelli. Osvaldo Burgos Schirmer – Diretores.

Declaração:

Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio e que as assinaturas mencionadas são autênticas.

Expedito Luz

[página intencionalmente deixada em branco]

METALÚRGICA GERDAU S.A.
CNPJ Nº 92.690.783/0001-09
NIRE nº 43.3.0000150.4
Companhia Aberta

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, REALIZADA NA SEDE DA METALÚRGICA GERDAU S.A. ("COMPANHIA"), NA AV. FARRAPOS, 1811, PORTO ALEGRE-RS, ÀS 20h30min DO DIA 12 DE ABRIL DE 2011.

1. A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, sendo que os Conselheiros AFFONSO CELSO PASTORE, ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE, OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO e ANTONIO WALAS VODOPIVES, nos termos do Regimento Interno deste Conselho, participaram por meio eletrônico, tendo-se verificado, portanto, quorum de instalação e aprovação.

2. A reunião foi presidida por Jorge Gerdau Johannpeter, e secretariada por Expedito Luz.

3. O Conselho de Administração, nos termos do art. 12, §5º, alíneas "(f)", "(s)", e "(v)" do Estatuto Social da Companhia, deliberou, por unanimidade, e sem quaisquer reservas:

   (a) Aprovar a alienação, pela Companhia, de 8.514.285 ações preferenciais, nominativas e escriturais, de emissão de Gerdau S.A., companhia com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. João XXIII nº 6.777, Distrito Industrial de Santa Cruz, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.611.500/0001-19 ("Ações Preferenciais" e "Gerdau", respectivamente), por meio de oferta pública de distribuição secundária de ações realizada pela Gerdau ("Oferta Secundária"), tendo por base o preço de venda por Ação Preferencial alienada no âmbito da Oferta Secundária, correspondente a R$ 19,25, que foi fixado através de procedimento de *bookbuilding* (ou coleta de intenções de investimento com investidores institucionais) conduzido no Brasil e no exterior pelos coordenadores da Oferta Global (cf. abaixo definido) junto a investidores institucionais ("Coleta de Intenções de Investimento").

   (b) Aprovar a subscrição, pela Companhia, de 61.263.491 ações ordinárias, nominativas e escriturais, de emissão de Gerdau, no âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais realizada pela Gerdau simultaneamente à Oferta Secundária ("Oferta Primária" e, juntamente com a Oferta Secundária, "Oferta Global") pelo preço de emissão por ação de R$ 15,60, fixado através de Coleta de Intenções de Investimento.

3. Nada mais foi tratado.

Porto Alegre, _12 de abril de 2011.

(Ass.) Jorge Gerdau Johannpeter – Presidente. Germano Hugo Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter, Frederico Carlos Gerdau Johannpeter – Vice-Presidentes. André Bier Gerdau Johannpeter, Claudio Johannpeter – Conselheiros. Expedito Luz – Secretário-Geral.

Declaração

Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio e que as assinaturas mencionadas são autênticas.

Expedito Luz
Secretário

[página intencionalmente deixada em branco]

DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003, CONFORME ALTERADA

[página intencionalmente deixada em branco]

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

GERDAU S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.611.500/0001-19, com sede na Avenida João XXIII, 6.777, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (a "Companhia"), no âmbito da oferta de distribuição pública primária de ações ordinárias e preferenciais e de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Companhia (a "Oferta" e as "Ações", respectivamente) a ser realizada pela Companhia e pelos acionistas vendedores indicados no Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A. ("Prospecto Preliminar") e no Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A. ("Prospecto Definitivo"), cujo pedido de análise e registro foi feito à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400/03"), declarar o quanto segue:

(a) conforme disposto no *caput* do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03, a Companhia é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(c) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, em suas respectivas datas de publicação, informações relevantes e necessárias ao conhecimento pelos investidores, da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM nº 400/03.

Porto Alegre, 23 de março de 2011.

GERDAU S.A.

Nome: Osvaldo Burgos Schirmer
Cargo: Diretor Vice-Presidente

Nome: Expedito Luz
Cargo: Diretor Vice-Presidene

[página intencionalmente deixada em branco]

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

METALÚRGICA GERDAU S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.690.783/0001-09, com sede na Avenida Farrapos, 1.811 - Floresta, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de Acionista Vendedor (conforme definido abaixo) no âmbito da oferta de distribuição pública primária de ações ordinárias e preferenciais e de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Companhia (a "Companhia", a "Oferta" e as "Ações", respectivamente), a ser realizada pela Companhia e pelos acionistas vendedores indicados no Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A. ("Prospecto Preliminar") e no Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A. ("Prospecto Definitivo" e "Acionistas Vendedores", respectivamente), cujo pedido de análise e registro foi feito à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400/03"), declarar o quanto segue:

(a) conforme disposto no *caput* do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03, é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(c) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, em suas respectivas datas de publicação, informações relevantes e necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM nº 400/03.

Porto Alegre, 23 de março de 2011.

METALÚRGICA GERDAU S.A.
(ACIONISTA VENDEDOR)

Nome: Osvaldo Burgos Schirmer
Cargo: Diretor Vice-Presidente

Nome: Expedito Luz
Cargo: Diretor Vice-Presidente

[página intencionalmente deixada em branco]

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

GERDAU BG PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.183.938/0001-94, com sede na Avenida Farrapos, 1.811 - Floresta, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de Acionista Vendedor (conforme definido abaixo) no âmbito da oferta de distribuição pública primária de ações ordinárias e preferenciais e de distribuição secundária de ações preferenciais de emissão da Companhia (a "Companhia", a "Oferta" e as "Ações", respectivamente), a ser realizada pela Companhia e pelos acionistas vendedores indicados no Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A. ("Prospecto Preliminar") e no Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Gerdau S.A. ("Prospecto Definitivo" e "Acionistas Vendedores", respectivamente), cujo pedido de análise e registro foi feito à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400/03"), declarar o quanto segue:

(a) conforme disposto no *caput* do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03, é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(b) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas suas respectivas datas de publicação, informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(c) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, em suas respectivas datas de publicação, informações relevantes e necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM nº 400/03.

Porto Alegre, 23 de março de 2011.

GERDAU BG PARTICIPAÇÕES S.A.
(ACIONISTA VENDEDOR)

Nome: Osvaldo Burgos Schirmer
Cargo: Diretor

Nome: Expedito Luz
Cargo: Diretor

[página intencionalmente deixada em branco]

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

O **BANCO BTG PACTUAL S.A.**, instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 8º a 10º andares, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 30.306.294/0002-26, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") da distribuição pública primária de ações ordinárias e preferenciais de emissão da **GERDAU S.A.** ("Companhia") e distribuição pública secundária de ações preferenciais de emissão da Companhia e de titularidade da **METALÚRGICA GERDAU S.A.** ("Acionista Controlador") e da **GERDAU BG PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Gerdau BG" e em conjunto com o Acionista Controlador, "Acionistas Vendedores"), a ser realizada no âmbito de uma oferta global ("Oferta Global"), mediante a distribuição simultânea em mercado de balcão não organizado, de ações ordinárias e ações preferenciais no Brasil, com esforços de colocação no exterior, e de ações preferenciais no exterior, sob a forma de *American Depositary Shares*, representados por *American Depositary Receipts*, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO QUE:

(a) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta Global;

(b) para a realização da Oferta Global, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em 25 de fevereiro de 2011 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(c) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seu auditor independente, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA nº 12, de 7 de março de 2006, com relação ao Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais e Distribuição Pública Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;

(d) a Companhia e os Acionistas Vendedores disponibilizaram os documentos que consideraram relevantes para a Oferta Global;

(e) além dos documentos a que se refere o item (d) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores;

(f) conforme informações prestadas pela Companhia, a Companhia disponibilizou, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Global; e

(g) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus consultores legais.

O COORDENADOR LÍDER DECLARA QUE:

(i) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Global, das ações objeto da Oferta Global, da Companhia, suas atividades, situação econômico financeira, os riscos inerentes a sua atividade e outras informações relevantes;

(ii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Adicionalmente, declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:

(iii) as informações prestadas e a serem prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global; e

(iv) as informações prestadas ao mercado durante todo prazo de distribuição da Oferta Global, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Global.

São Paulo, 22 de março de 2011.

BANCO BTG PACTUAL S.A.

Nome: **Jonathan David Bisgaier**
Cargo: **Diretor Executivo**

Nome: **Guilherme da Costa Paes**
Cargo: **Diretor Executivo**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

[página intencionalmente deixada em branco]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2009, RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS NAQUELAS DATAS E RESPECTIVOS PARECERES DOS AUDITORES INDEPENDENTES

[página intencionalmente deixada em branco]

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS CONFORME AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

O exercício de 2009 caracterizou-se para a Gerdau como um ano de otimização operacional e financeira, com alinhamento de sua estrutura ao novo cenário global para o mercado do aço. A Companhia, durante o ano, reduziu seus custos fixos de produção em R$ 2 bilhões, seu capital de giro em R$ 5 bilhões e sua dívida líquida em R$ 8 bilhões.

Em 2009, a produção de aço bruto apresentou redução de 31,1%, passando de 19,6 milhões de toneladas, em 2008, para 13,5 milhões de toneladas. Gradualmente, a Companhia retomou a produção de aço bruto ao longo dos trimestres de 2009, apresentando um aumento de 50,5% no 4º trimestre comparado com a produção registrada no 1º trimestre.

No exercício de 2009, as vendas totalizaram 14,0 milhões de toneladas, uma queda de 26,8% em relação ao ano anterior. A Companhia observou ao longo de 2009 uma recuperação nos principais mercados onde atua, com destaque para as Operações de Negócios (ONs) Brasil e Aços Especiais. As vendas consolidadas no 4º trimestre de 2009 apresentaram alta de 19,9% em relação ao 1º trimestre do mesmo ano. Nesse período de comparação, as vendas da ON Aços Especiais aumentaram 42,4% e as da ON Brasil cresceram 28,9%.

Em 2009, a receita líquida consolidada, calculada pelas normas contábeis internacionais - International Financial Reporting Standards (IFRS) -, alcançou R$ 26,5 bilhões, 36,7% inferior ao valor obtido em 2008. Essa redução deve-se, principalmente, à queda de 26,8% no volume de vendas físicas e à valorização do real frente ao dólar norte-americano no período, afetando as receitas obtidas nas exportações da ON Brasil e nas outras Operações de Negócios quando traduzidas para o real. O lucro líquido consolidado alcançou R$ 1,0 bilhão no exercício. Excluindo-se os efeitos não-recorrentes ocorridos no exercício, o lucro líquido teria sido de R$ 1,9 bilhão.

No exercício, a Gerdau manteve sua política de remuneração aos acionistas, a qual consiste no pagamento mínimo de 30% do lucro líquido ajustado das suas companhias abertas. Foram deliberadas distribuições de R$ 362,2 milhões em dividendos sob a forma de juros sobre capital próprio aos acionistas da Gerdau S.A. e de R$ 172,8 milhões aos acionistas da Metalúrgica Gerdau S.A.

A Gerdau decidiu retomar seus investimentos, com um plano de R$ 9,5 bilhões para os próximos cinco anos, visando, principalmente, adicionar valor a seus produtos na cadeia do aço. Tais investimentos permitirão à Companhia atender a demanda gerada a partir dos grandes eventos futuros no Brasil, como "Minha Casa, Minha Vida", Copa do Mundo, Olimpíadas, PAC e Pré-Sal. Ademais, a Gerdau está aumentando seus investimentos na Índia, com a construção de um laminador de 300 mil toneladas anuais de capacidade.

Ao longo do exercício, a Companhia apresentou significativa redução da sua dívida líquida. Verificou-se uma redução de R$ 8 bilhões, mantendo seu *status* de *investment grade* junto às agências de avaliação de crédito. Ao longo de 2009, realizou, com sucesso, a renegociação dos seus *covenants* e uma emissão de US$ 1,25 bilhão em *bonds*, confirmando sua credibilidade junto ao mercado financeiro.

As ações de emissão da Gerdau foram destaque em 2009. As ações preferenciais (PN) da Gerdau S.A. apresentaram alta de 95,6% comparada com os 82,7% do Ibovespa no mesmo período. O maior volume financeiro negociado em 2009 com ações PN da Gerdau S.A. resultou na quinta maior liquidez da BM&FBOVESPA, com 3,8% de participação no índice Ibovespa, considerando a carteira válida para janeiro a abril de 2010.

Perfil

A Gerdau é o grupo siderúrgico líder na produção de aços longos nas Américas, com uma capacidade instalada superior a 20 milhões de toneladas de aço bruto. Iniciou sua trajetória de expansão há mais de um século, sendo um dos principais *players* no processo de consolidação do setor global do aço. Conta com colaboradores constantemente treinados e preparados para enfrentar novos desafios e mantém operações nas Américas, na Europa e na Ásia. É a maior recicladora de metais ferrosos da América Latina. Produz aços longos comuns e especiais e aços planos para os setores de construção civil, indústria, automotivo e agropecuário. Para alcançar níveis crescentes de rentabilidade, a Companhia integra sua cadeia de produção por intermédio de uma rede de usinas, centros de serviços, unidades de transformação e canais distribuidores, estrategicamente posicionados nos principais polos de consumo. Com presença no mercado de capitais há mais de 60 anos, possui cinco empresas de capital aberto - a Metalúrgica Gerdau S.A., a Gerdau S.A. e a Aços Villares S.A., no Brasil, a Gerdau Ameristeel Corporation, subsidiária na América do Norte, e a Empresa Siderúrgica del Peru S.A.A. - Siderperú, no Peru. Suas ações são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova York, Toronto, Madri e Lima, contando com mais de 140 mil acionistas. Em 2009, as ações da Gerdau movimentaram R$ 89,4 bilhões (US$ 44,7 bilhões) nas diversas bolsas de valores.

A Siderurgia Global em 2009

O ano de 2009 pode ser considerado como de recuperação para o mercado do aço. Essa recuperação ocorreu em diferentes ritmos em cada região do mundo. Conforme informações da Worldsteel Association, a produção mundial de aço bruto do último trimestre de 2009 apresentou alta de 23,8% em relação ao primeiro trimestre de 2009.

Em 2009, a produção mundial de aço bruto apresentou queda de 8,1% em relação a 2008 (queda de 21,1% desconsiderando a China). As quedas na produção apresentadas em todas as regiões do globo foram compensadas pela alta de 13,5% na produção da China. Com isso, a China passou a representar 46,6% da produção mundial de aço, comparado com 37,7% em 2008.

No Brasil, a produção de aço bruto apresentou alta de 61,0% na comparação do 4º trimestre com o 1º trimestre de 2009. No exercício, a produção de aço bruto apresentou queda de 21,4% em relação a 2008.

O período atual permanece como um grande desafio para a sustentabilidade das empresas em geral, afetando de forma semelhante as empresas siderúrgicas. Nesse contexto, a Gerdau apresenta uma grande vantagem competitiva em relação aos grupos siderúrgicos no mundo que operam com processos de produção integrada (minério de ferro), pois possui a maior parte de suas operações baseada no modelo de produção em *mini-mills*. Esse modelo, que opera fornos elétricos (operações com sucata), apresenta custos de produção que se ajustam com maior velocidade aos novos patamares de preços do aço e uma alta flexibilidade em suas taxas de utilização de capacidade, adequando-se rapidamente aos novos cenários de demanda que se apresentem. Além disso, a unidade de Ouro Branco-MG (usina integrada) já opera parcialmente verticalizada, utilizando aproximadamente 50% de minério próprio no seu processo produtivo.

IFRS

A Gerdau S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standards Board - IASB (conhecido como IFRS) e consubstanciado na Instrução CVM Nº 457, de 13 de julho de 2007.

Essa nova prática contábil, embora seja obrigatória às empresas brasileiras somente a partir do exercício findo em 2010, está em consonância com a Visão da Gerdau: ser uma empresa siderúrgica global. Considera também a importância e a necessidade de que as práticas contábeis da Companhia sejam convergentes com os padrões internacionais, como forma de aumentar a transparência e a confiabilidade das informações financeiras apresentadas.

Operações de Negócios (ONs)

As informações deste relatório são apresentadas conforme estabelecido na sua governança corporativa, a saber:

- Brasil (ON Brasil) - inclui as operações do Brasil, com exceção de aços especiais.
- América do Norte (ON América do Norte) - inclui todas as operações na América do Norte, exceto as do México e as de aços especiais.
- América Latina (ON América Latina) - inclui todas as operações na América Latina, com exceção do Brasil.
- Aços Especiais (ON Aços Especiais) - inclui as operações de aços especiais no Brasil, na Espanha e nos Estados Unidos.

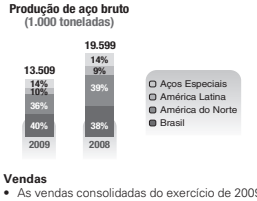
Produção

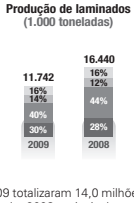
- Em 2009, a produção de aço bruto (placas, blocos e tarugos) das empresas Gerdau totalizou 13,5 milhões de toneladas, 31,1% inferior à do ano de 2008. Essa redução deve-se à otimização de produção da Companhia em todas as ONs, alinhada ao novo cenário de demanda.
- Na ON Brasil, foram produzidos 5,3 milhões de toneladas de aço bruto em 2009, 28,6% a menos do que em 2008. Em novembro de 2008, a Companhia decidiu pela paralisação do seu maior alto-forno na Unidade de Ouro Branco-MG, com capacidade de 3 milhões de toneladas por ano, retomando sua produção em julho de 2009. A ON América do Norte produziu 4,9 milhões de toneladas, 35,3% abaixo do volume registrado em 2008. As operações na América Latina produziram 1,3 milhão de toneladas, volume 19,8% menor que em 2008. Nesta região decidiu-se pela paralisação do alto-forno localizado no Peru, com retorno marcado para maio de 2010. Na ON Aços Especiais, a produção atingiu 1,9 milhão de toneladas em 2009, 33,1% inferior à de 2008, afetada, principalmente, pela menor produção na Espanha, que registrou queda de 54,6% no mesmo período.
- Gradualmente, em função de melhora dos mercados onde atua, a Companhia apresentou uma retomada na produção de aço bruto ao longo dos trimestres de 2009, registrando um aumento de 50,5% no 4º trimestre quando comparado com a produção do 1º trimestre de 2009. Essa recuperação teve como destaque a ON Brasil, com alta de 88,9%, e a ON Aços Especiais, com alta de 113,8%, principalmente nas suas unidades no Brasil.

Produção (1.000 toneladas)	Exercício de 2009	Exercício de 2008	Variação 2009/2008
Aço Bruto (placas, blocos e tarugos)			
Brasil	5.334	7.469	-28,6%
América do Norte	4.910	7.584	-35,3%
América Latina	1.347	1.680	-19,8%
Aços Especiais	1.918	2.866	-33,1%
Total	**13.509**	**19.599**	**-31,1%**
Laminados			
Brasil	3.571	4.651	-23,2%
América do Norte	4.635	7.211	-35,7%
América Latina	1.668	1.931	-13,6%
Aços Especiais	1.868	2.647	-29,4%
Total	**11.742**	**16.440**	**-28,6%**

Obs.: as informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e *joint ventures*.

- Em laminados, a produção atingiu 11,7 milhões de toneladas em 2009, 28,6% inferior à produção do exercício de 2008. Os efeitos da crise foram sentidos com maior intensidade na ON América do Norte se comparada com as demais ONs da Companhia.





Vendas

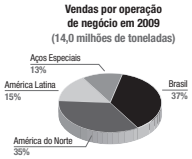
- As vendas consolidadas do exercício de 2009 totalizaram 14,0 milhões de toneladas, volume 26,8% inferior ao de 2008, principalmente pelas menores vendas da ON América do Norte (-35,4%), região mais afetada pela crise econômica mundial.

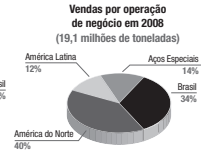
Vendas consolidadas[1] (1.000 toneladas)	Exercício de 2009	Exercício de 2008	Variação 2009/2008
Brasil	5.175	6.578	-21,3%
Mercado Interno	3.650	4.840	-24,6%
Exportações	1.525	1.738	-12,3%
América do Norte	4.935	7.641	-35,4%
América Latina	2.015	2.232	-9,7%
Aços Especiais	1.862	2.667	-30,2%
Total	**13.987**	**19.118**	**-26,8%**

[1] - Excluídas as vendas para empresas controladas.

Obs.: as informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e *joint ventures*.

- Na ON Brasil, as vendas apresentaram redução de 21,3% em 2009 quando comparadas com as do ano anterior. As vendas no mercado interno apresentaram uma queda mais acentuada, de 24,6% no mesmo período, influenciada pela baixa performance do 1º semestre de 2009. Ao longo do ano, ocorreu uma recuperação gradual da demanda no mercado doméstico, que pode ser comprovada pelo aumento de 51,3% nas vendas do 4º trimestre de 2009 em relação ao 1º trimestre do ano. Essa recuperação foi motivada, principalmente, pela maior demanda do setor de construção civil, com a retomada das obras dos lançamentos imobiliários anteriores à crise, combinada com a aceleração da construção dos lançamentos anunciados em 2009. O setor industrial também mostrou recuperação ao longo de 2009, pela retomada do mercado de veículos pesados e implementos agrícolas. Tais setores foram fortemente beneficiados pelos estímulos governamentais.
- Na ON América do Norte, apesar da forte redução nas vendas em 2009 quando comparadas com 2008, foi observada uma recuperação lenta e gradual na demanda. Essa recuperação pode ser constatada no aumento de 11,7% nas vendas do 4º trimestre em relação ao 1º trimestre de 2009. Apesar dos estímulos anunciados pelo governo, seus impactos não foram sentidos na demanda de aço em 2009.
- Na ON América Latina, operação menos afetada pela crise em termos de volumes vendidos, a redução em 2009 foi de somente 9,7% quando comparada com o ano anterior. As operações do Peru e México apresentaram vendas praticamente estáveis em 2009 se comparadas com 2008, enquanto que as operações da Colômbia e do Chile apresentaram reduções nas vendas no mesmo período de comparação.
- Na ON Aços Especiais, ocorreu uma redução de 30,2% nas vendas em 2009 quando comparadas com o ano de 2008, com diferentes impactos em cada país. A Espanha foi o país mais afetado, seguido pelas operações no Brasil. Nos Estados Unidos, as vendas permaneceram estáveis, considerando que as operações foram adquiridas em maio de 2008, portanto com bases de comparação diferentes.





Resultados

Receita líquida

- A receita líquida consolidada atingiu R$ 26,5 bilhões em 2009, 36,7% inferior à do exercício de 2008. Contribuíram para esse resultado a redução de 26,8% no volume de vendas e de 13,4% na receita líquida por tonelada vendida.
- A ON Brasil registrou uma redução de 28,4% na receita líquida de 2009 comparada com a de 2008, resultante da queda de 21,3% nas vendas e de 9,0% na receita líquida por tonelada vendida. Essa operação passou a representar 38,9% da receita líquida consolidada de 2009 contra 34,4% em 2008.
- A ON América do Norte, operação mais afetada pela crise, registrou uma redução de 44,8% na receita líquida em 2009 em relação à de 2008, resultante da queda de 35,4% no volume vendido e de 14,5% na receita líquida por tonelada.
- As ONs América Latina e Aços Especiais apresentaram quedas de 29,9% e de 40,2%, respectivamente, na receita líquida de 2009 quando comparada com a de 2008. A redução da ON América Latina teve como principal fator a queda de 22,3% na receita líquida por tonelada vendida e na ON Aços Especiais o principal fator foi a redução de 30,2% no volume de vendas.

Receita líquida (R$ milhões)	Exercício de 2009	Exercício de 2008	Variação 2009/2008
Brasil	10.332	14.433	-28,4%
Mercado Interno	8.862	11.688	-24,2%
Exportações	1.470	2.745	-46,4%
América do Norte	8.294	15.018	-44,8%
América Latina	3.137	4.473	-29,9%
Aços Especiais	4.777	7.984	-40,2%
Total	**26.540**	**41.908**	**-36,7%**

Obs.: as informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e *joint ventures*.

Custo das Vendas e Margem Bruta

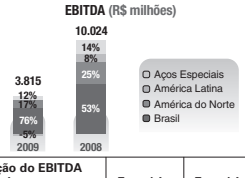
- O custo das vendas, em 2009, foi de R$ 22,1 bilhões, R$ 8,9 bilhões abaixo do valor registrado em 2008, reflexo do menor volume de vendas no período, de menores preços de insumos e do esforço de redução de custos realizado pela Companhia ao longo de 2009. Esse esforço pode ser constatado na participação dos custos fixos em relação aos custos totais de produção, que passou de 25,6%, no 1º trimestre de 2009, para 21,6%, no 4º trimestre do mesmo ano.
- O lucro bruto do exercício de 2009 foi de R$ 4,4 bilhões, apresentando uma redução de 59,3% em relação ao de 2008. Com a maior queda da receita líquida em comparação ao custo das vendas, a margem bruta consolidada reduziu-se de 26,0%, em 2008, para 16,7%, em 2009.
- Na ON Brasil, a margem bruta ficou em 32,4%, 9,3 pontos percentuais abaixo do ano anterior, afetada, principalmente, pelo menor volume de vendas. A ON América do Norte apresentou uma margem de 7,1%, 8,9 pontos percentuais inferior à do exercício de 2008, ocasionada pelas menores vendas físicas. Com isso, ambas as operações apresentaram menor diluição do custo fixo por tonelada vendida.
- Na ON América Latina, a margem bruta caiu de 21,3%, em 2008, para 2,8%, em 2009, principalmente pelos menores preços praticados no período, reflexo da alta exposição aos produtos importados. Na ON Aços Especiais, a margem bruta passou de 18,9%, em 2008, para 8,5%, em 2009, ocasionada, sobretudo, pela redução de 30,2% no volume vendido, com menor diluição dos custos fixos por tonelada vendida.

Despesas Operacionais

- As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram uma redução de 21,2% no ano de 2009 comparada com as de 2008, o equivalente a R$ 631,2 milhões. Tais despesas, que representavam 7,1% da receita líquida em 2008, passaram a representar 8,8% em 2009. Esse aumento relativo deve-se, principalmente, à menor diluição das despesas fixas embutidas nessas contas, em função da forte redução da receita líquida em 2009.

EBITDA

- Em 2009, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortizações e perdas pela não-recuperabilidade de ativos) somou R$ 3,8 bilhões, o que representa uma redução de 61,9% comparada à de 2008.
- A margem EBITDA atingiu 14,4% em 2009, contra 23,9% em 2008.
- A ON Brasil foi responsável por 75,7% do EBITDA gerado no exercício (52,6% em 2008). As demais ONs, que, em 2008, contribuíram com 47,4%, reduziram sua participação para 24,3% em 2009.



Composição do EBITDA consolidado (R$ milhões)	Exercício de 2009	Exercício de 2008	Variação 2009/2008
Lucro líquido	1.005	4.945	-79,7%
Provisão para IR e CS	27	948	-97,2%
Resultado financeiro líquido	(185)	2.235	-
Depreciação e amortizações	1.745	1.896	-8,0%
Perdas pela não-recuperabilidade de ativos	1.223	-	-
EBITDA	**3.815**	**10.024**	**-61,9%**

Obs.: o EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não é padronizado, não podendo, portanto, ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

EBITDA por operação de negócio (R$ milhões)	Exercício de 2009	Exercício de 2008	Variação 2009/2008
Brasil	2.887	5.272	-45,2%
América do Norte	640	2.491	-74,3%
América Latina	(165)	807	-
Aços Especiais	453	1.454	-68,8%
Total	**3.815**	**10.024**	**-61,9%**

Composição do EBITDA por operação de negócio (R$ milhões)	Exercício de 2009				
	Brasil	América do Norte	América Latina	Aços Especiais	Total
Lucro líquido	2.179	(236)	(324)	(614)	1.005
Provisão para IR e CS	697	(237)	(78)	(355)	27
Resultado financeiro líquido	(701)	340	16	160	(185)
Depreciação e amortizações	712	558	85	390	1.745
Perdas pela não-recuperabilidade de ativos	-	215	136	872	1.223
EBITDA exercício 2009	**2.887**	**640**	**(165)**	**453**	**3.815**

Resultado Financeiro

- Em 2009, o resultado financeiro foi positivo em R$ 184,6 milhões contra um resultado negativo de R$ 2,2 bilhões em 2008. O resultado financeiro de 2009 contempla um ganho de R$ 1,1 bilhão (R$ 700,2 milhões líquido de Imposto de Renda) pela valorização do real frente ao dólar norte-americano (+25,5%) na conversão de saldos de contas do ativo (contas a receber de exportações) e do passivo (principalmente dívidas em dólares contratadas pelas empresas no Brasil). Em 2008, esse efeito foi negativo em R$ 1,0 bilhão (R$ 683,5 milhões líquido de Imposto de Renda).

Equivalência Patrimonial

- O resultado da equivalência patrimonial sobre os investimentos em empresas não-consolidadas no período apresentou uma perda de R$ 109,0 milhões, reflexo da crise mundial, afetando os resultados dessas empresas.

Impairment (Perdas pela não-recuperabilidade de ativos)

- A Gerdau apresenta, desde o 3º trimestre de 2007, suas demonstrações financeiras em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo IASB (conhecido como IFRS). Esse padrão determina que sejam realizados testes de *impairment* sobre os ativos da Companhia, em função de revisão de perspectivas de geração de caixa e resultados futuros das operações de negócios da Companhia.
- Durante 2009, a Companhia monitorou os indicativos de deterioração de ativos e sempre que necessário realizou testes de *impairment*, os quais foram embasados nas perspectivas de um cenário econômico global, que demonstrou uma deterioração dos ativos das siderúrgicas em todo o mundo.
- Esses testes utilizam como metodologia o Fluxo de Caixa Descontado, no qual são assumidas premissas importantes como a taxa de desconto, taxa de crescimento, perpetuidade, capital de giro, plano de investimentos e expectativas de geração de caixa, que podem influenciar de forma significativa os resultados da Companhia.
- As perdas identificadas no ano de 2009 somaram R$ 1,2 bilhão, resultante, sobretudo, da redução das expectativas dos resultados operacionais das ONs América do Norte e Aços Especiais. Tais perdas foram classificadas da seguinte forma:

Perdas pela não-recuperabilidade de ativos por operação de negócio (R$ milhões)	Exercício de 2009				
	Brasil	América do Norte	América Latina	Aços Especiais	Total
Imobilizado	-	166	136	218	520
Ágio	-	-	-	202	202
Intangível	-	-	-	304	304
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	-	-	46	46
Outros	-	49	-	102	151
Total	**-**	**215**	**136**	**872**	**1.223**

Lucro Líquido

- No exercício de 2009, o lucro líquido consolidado foi de R$ 1,0 bilhão, 79,7% abaixo do valor obtido em 2008. A margem líquida foi de 3,8% no exercício. Excluindo-se o efeito do *impairment* mencionado anteriormente e demonstrado na tabela a seguir, o lucro líquido do exercício teria sido de R$ 1,9 bilhão.

Lucro líquido (R$ milhões)	Exercício de 2009	Exercício de 2008	Variação 2009/2008
Brasil	2.179	2.816	-22,6%
América do Norte	(236)	1.057	-
América Latina	(324)	454	-
Aços Especiais	(614)	618	-
Lucro líquido	**1.005**	**4.945**	**-79,7%**
Perdas pela não-recuperabilidade de ativos	1.223	-	-
Imposto de renda sobre perdas pela não-recuperabilidade de ativos	(337)	-	-
Lucro líquido sem efeitos não recorrentes	**1.891**	**4.945**	**-61,8%**

Investimentos

- No exercício de 2009, os investimentos desembolsados em ativo imobilizado somaram R$ 1,4 bilhão. Desse total, 59,6% foram direcionados para as unidades no Brasil e os demais 40,4% para as unidades em outros países.
- Dos investimentos realizados em ativo imobilizado destacam-se as seguintes aplicações:
  - Implantação do lingotamento contínuo de placas na Unidade de Ouro Branco-MG (Brasil);
  - Implantação da nova aciaria de Tocancipá (Colômbia);
  - Implantação do lingotamento de blocos na Sidenor (Espanha);
  - Ampliação da capacidade do laminador e da aciaria da Sidertul (México);
  - Projeto da nova área de finishing end em Wilton (EUA);
  - Modernização do forno de reaquecimento em Midlothian (EUA);
  - Aumento da velocidade do lingotamento contínuo na Aços Especiais Piratini (Brasil).
- Em linha com a política de manutenção de liquidez da Companhia, não foram realizadas aquisições em 2009.
- O plano de investimentos em ativo imobilizado para o período de 2010 a 2014 foi revisado e está estimado em R$ 9,5 bilhões, contemplando investimentos estratégicos e para manutenção.
  Aprovados e anunciados:
  - Instalação de um laminador de chapas grossas na unidade de Ouro Branco-MG;
  - Expansão do laminador de perfis estruturais na unidade de Ouro Branco-MG;
  - Retomada da atividade da mina de Várzea do Lopes-MG;
  - Instalação de um laminador na *Joint-Venture* na Índia;

  Em estudo:
  - Instalação de um laminador de fio-máquina na ON Brasil;
  - Aumento na capacidade de laminação na ON Aços Especiais;
  - Expansão das unidades de transformação (corte e dobra e ampliados).

Capital de giro

- O capital de giro (contas a receber de clientes, mais estoques, menos fornecedores) somou R$ 6,6 bilhões em dezembro de 2009, uma redução de R$ 4,6 bilhões em relação a dezembro de 2008, influenciada principalmente pela redução dos estoques.

Passivo financeiro

- A dívida bruta (empréstimos e financiamentos, mais debêntures) totalizava R$ 14,5 bilhões em 31 de dezembro de 2009, dos quais 9,3% eram de curto prazo (R$ 1,3 bilhão) e 90,7% de longo prazo (R$ 13,2 bilhões), com prazo médio de sete anos para o pagamento total da dívida. Cabe salientar que, desde o 1º trimestre de 2009, a dívida bruta tem sido constantemente reduzida, sendo que no ano a diminuição foi de R$ 8,7 bilhões. Essa redução ocorreu, principalmente, em virtude de amortizações realizadas no período, inclusive com antecipação de pagamentos e da variação cambial.
- Em 31 de dezembro, a dívida bruta era composta por 19,6% em reais, 37,6% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil e 42,8% em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior.
- O caixa (disponibilidades de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) totalizava R$ 4,8 bilhões em dezembro, 12,2% inferior ao montante de dezembro de 2008, principalmente pelo pré-pagamento de dívidas da Companhia. Desse caixa, 38,3% eram detidos pelas empresas Gerdau no exterior, principalmente em dólares norte-americanos.
- A dívida líquida (empréstimos e financiamentos, mais debêntures, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras), em 31 de dezembro de 2009, totalizava R$ 9,7 bilhões, representando 2,5 vezes o EBITDA gerado nos últimos 12 meses.

Endividamento (R$ milhões)	31/12/2009	31/12/2008
Curto prazo	**1.357**	**3.933**
Moeda nacional (Brasil)	843	892
Moeda estrangeira (Brasil)	197	1.103
Empresas no exterior	317	1.938
Longo prazo	**13.164**	**19.301**
Moeda nacional (Brasil)	2.002	2.625
Moeda estrangeira (Brasil)	5.268	6.886
Empresas no exterior	5.894	9.790
Dívida bruta	**14.521**	**23.234**
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	4.819	5.491
Dívida líquida	**9.702**	**17.743**

- O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2009, era de 7,6% para o montante denominado em reais, de 7,3% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 4,2% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior.
- Em junho de 2009, a Gerdau obteve aprovação da sua proposta para flexibilização temporária das cláusulas de performance (*covenants*) em seus contratos financeiros junto às instituições financeiras credoras. O acordo envolveu mais de 40 instituições financeiras e teve a aprovação unânime para o montante das dívidas sujeitas a essas cláusulas, que totalizavam R$ 8,6 bilhões (US$ 3,7 bilhões) em 31 de março de 2009. O acordo aprovado terá vigência até 30 de setembro de 2010, podendo ser revogado a qualquer momento pela Companhia. As novas condições são as seguintes:
  - de dívida bruta sobre EBITDA menor que 4,0 vezes, para dívida líquida sobre EBITDA menor que 5,0 vezes;
  - de EBITDA sobre despesas financeiras maior que 3,0 vezes, para EBITDA sobre despesas financeiras líquidas maior que 2,5 vezes e
  - limite máximo de dívida bruta de US$ 11,0 bilhões, o equivalente a R$ 25,5 bilhões em 31 de março de 2009.

- Os principais indicadores do endividamento das empresas Gerdau, no final de dezembro, eram os seguintes:

Indicadores	31/12/2009	31/12/2008
Dívida bruta/Capitalização total [1]	39,8%	48,1%
Dívida bruta/EBITDA [2]	3,8x	2,3x
Dívida líquida/EBITDA [2]	2,5x	1,8x

[1] - Capitalização total = Patrimônio líquido + Dívida bruta.
[2] - Acumulado dos últimos 12 meses.

- Em 31 de agosto de 2009, a subsidiária norte-americana Gerdau Ameristeel resgatou as *Senior Notes* com taxa anual de 10,375%, no montante de US$ 405 milhões (R$ 764 milhões) e com vencimento em 2011. O valor de resgate ficou em US$ 412,3 milhões (R$ 777,8 milhões), pagos inteiramente com caixa da Companhia.
- Em 18 de novembro de 2009, a Gerdau, por intermédio de sua subsidiária Gerdau Holdings Inc., realizou a emissão de US$ 1,25 bilhão (R$ 2,14 bilhões) em títulos de dívida com vencimento em 10 anos no mercado internacional, com cupom de 7% ao ano, com o objetivo de alongar o perfil da dívida, não representando aumento do nível de endividamento da Companhia.
- Em 30 de dezembro de 2009, a subsidiária Gerdau Ameristeel realizou o pré-pagamento de dívidas no montante de US$ 300 milhões (R$ 522 milhões) utilizando o caixa da Companhia.
- Em 31 de dezembro de 2009, o cronograma de amortização da dívida, incluindo as debêntures, era o seguinte:

Curto prazo	R$ milhões
1º trimestre de 2010	410
2º trimestre de 2010	375
3º trimestre de 2010	283
4º trimestre de 2010	289
Total	**1.357**

Longo prazo	R$ milhões
2011	793
2012	2.687
2013	2.620
2014	418
2015 e após	6.646
Total	**13.164**

Responsabilidade social e ambiental

- A Gerdau pauta o seu relacionamento com clientes, fornecedores, acionistas, colaboradores e comunidades pela seriedade e coerência - princípios que movem a Companhia há mais de 100 anos. Seguindo esta filosofia, investe continuamente no desenvolvimento de seus profissionais, na ampliação das vantagens competitivas de seus clientes, na geração de valor aos acionistas, na preservação do meio ambiente e na melhoria da qualidade de vida das comunidades onde atua.

Gestão ambiental

- Todas as unidades da Gerdau possuem um estruturado Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que avalia as atividades da Companhia desde a obtenção de matéria-prima até a entrega do produto final e a destinação dos coprodutos gerados durante o processo produtivo. Em 2009, a Gerdau investiu R$ 173,2 milhões em práticas de proteção ambiental.
- Atualmente, 41 plantas industriais da Gerdau no mundo possuem ISO 14001, sendo que a meta é certificar todas as plantas até 2012.
- Em 2009, as boas práticas de ecoeficiência da Companhia foram reconhecidas pelo Prêmio Mineiro de Gestão Ambiental, concedido à unidade de Ouro Branco-MG pela União Brasileira para a Qualidade (UBQ). A premiação busca estimular a adoção de práticas de gestão inovadoras voltadas para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.
- Sucata ferrosa: a Gerdau é a maior recicladora da América Latina, contribuindo com a preservação do meio ambiente e a diminuição da quantidade de material depositado em aterros e locais inadequados. Ao utilizar sucata em seu processo produtivo, a Gerdau também reduz o uso de energia necessária no processo de produção de aço e, consequentemente, as emissões de CO_2. Além disso, gera oportunidades de trabalho a milhares de pessoas por meio de uma extensa cadeia de coleta e processamento de sucata para reciclagem.
- Energia: a utilização de recursos renováveis e o aproveitamento de fontes alternativas constituem prioridade nos investimentos em geração de energia da Gerdau. Nesse sentido, destaca-se a construção de duas hidrelétricas no Estado de Goiás com capacidade total de 155 megawatts, as quais devem entrar em operação no ano de 2010. Além disso, a Gerdau otimiza o uso de energia por meio de atualizações periódicas de seus equipamentos e processos industriais, assim como no reaproveitamento de gases residuais.
- Ar: as usinas siderúrgicas da Gerdau possuem modernas tecnologias para proteger a atmosfera. O controle das emissões geradas durante o processo de produção do aço é feito por meio de equipamentos que captam as partículas sólidas, com elevada eficiência, transformando-as em coprodutos, que podem ser reaproveitados por outros segmentos da indústria.
- Água: 97,3% da água utilizada nos processos industriais foi reaproveitada pelas unidades da Gerdau, em 2009, o que representa uma referência mundial em proteção dos recursos hídricos no setor siderúrgico.
- Coprodutos: o reaproveitamento de coprodutos gerados no processo de produção de aço tem apresentado níveis consistentes ao longo dos últimos anos. Em 2009, o índice de reaproveitamento de coprodutos alcançou 78,5% da geração total. Esses materiais são, em geral, reutilizados pela própria indústria do aço ou por outros setores da economia. Os materiais não reaproveitados são armazenados e destinados de acordo com os requisitos do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da Gerdau e atendem rigorosamente à legislação vigente.
- Biodiversidade: a Gerdau mantém cinturões verdes em suas unidades industriais com objetivo de contribuir com a preservação da biodiversidade nos locais onde atua. Atualmente de um total de 19,3 mil hectares de propriedade da Companhia, 13,5 mil hectares são de matas nativas preservadas pela empresa, compostas por reservas legais, áreas de proteção permanente, reserva particular de patrimônio natural, entre outras.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Colaboradores

- Em 2009, em um momento de adequação das operações da Gerdau frente à nova realidade econômica mundial, o empenho dos colaboradores foi fundamental para enfrentar os desafios impostos pela crise.
- Mesmo diante de um cenário econômico complexo, o índice de favorabilidade da Pesquisa Opinião 2009 - que abrange todas as respostas positivas - manteve-se elevado, alcançando 71%, de acordo com a consultoria Hay Group. Frente ao ano anterior, apresentou diminuição de apenas um ponto percentual. O índice de satisfação geral, apesar de apresentar queda, também se manteve em patamar diferenciado, atingindo 79%. A pesquisa realizada teve uma adesão de 94% dos colaboradores.
- Ao longo de 2009, a Gerdau seguiu buscando capacitar seus profissionais e formar líderes globais. No ano, foram investidos R$ 16,2 milhões na capacitação dos colaboradores. No total, tais atividades envolveram 1,8 milhão de horas, o que corresponde, em média, a 41,5 horas de treinamento por profissional.

Segurança e saúde

- Na Gerdau, a meta em todas as unidades é zerar a taxa de acidentes. A Companhia acredita que nenhuma situação de emergência, produção ou resultados justifica a falta de segurança de seus colaboradores e prestadores de serviço. Por isso, todas as operações seguem o Sistema de Segurança Total da Gerdau, que reúne um rigoroso conjunto de práticas.
- Para a prevenção de acidentes, são realizados contínuos investimentos em treinamento, novos equipamentos e tecnologias, assim como no rigoroso mapeamento das atividades de risco. Em 2009, foram destinados R$ 39,9 milhões para a área de saúde e segurança, sendo que a taxa de freqüência de acidente com perda de tempo por milhão de horas trabalhadas (índice internacional que mede a ocorrência de acidentes no ambiente de trabalho), ficou em 2,9, valor inferior ao dado mais recente disponível sobre a média mundial do setor, 3,58 (fonte: World Steel Association).

Sociedade

- O Instituto Gerdau, responsável pelas políticas e diretrizes de responsabilidade social, desenvolve e coordena programas sociais e parcerias com entidades representativas da sociedade. Também sensibiliza, capacita e reconhece o trabalho voluntário de colaboradores da organização, tendo como princípio fomentar uma cultura de solidariedade e crescimento dos indivíduos. Sua atuação está focada nas seguintes áreas: educação formal; educação pela qualidade, produtividade e competitividade; educação pela cultura e o esporte; educação ambiental e mobilização solidária.
- Em 2009, o Instituto deu continuidade ao processo de internacionalização das práticas de responsabilidade social. Foram formados comitês locais do Instituto Gerdau na Argentina, no Chile, no Peru e no Uruguai. Os comitês são responsáveis pela gestão dos investimentos voltados para a melhoria da educação, a formação de empreendedores e a difusão da gestão pela qualidade total, entre outras ações, nas comunidades onde atuam. No ano de 2010, deverá ser concluída a implantação de comitês nos demais países da América Latina e as atividades também devem ter início na América do Norte.

Clientes

- A satisfação do cliente é prioridade absoluta para a Gerdau. Por isso, a Companhia trabalha continuamente para oferecer produtos e serviços com qualidade superior e inovadores, de forma a atender as necessidades específicas de seus clientes e contribuir para o aumento de sua competitividade no mercado.
- Ao longo de 2009, a Gerdau, mais uma vez, buscou adicionar valor aos negócios de seus clientes. Um exemplo disso foi a ampliação da oferta do serviço de corte e dobra de vergalhões e de produtos ampliados no Brasil, tais como treliças e telas. Ademais, a Gerdau também buscou ampliar o debate, com seus clientes, sobre as oportunidades de negócios com a realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016, decorrentes da modernização e da construção de estádios.
- Uma das maiores fornecedoras de aços longos especiais do mundo para a indústria automotiva, a Companhia intensificou, em 2009, o desenvolvimento de novos produtos e aplicações em centros de pesquisa no Brasil e na Espanha.

Acionistas

- A Gerdau iniciou seu relacionamento com o mercado de capitais há mais de 60 anos, quando as ações da companhia passaram a ser listadas na Bolsa de Valores de Porto Alegre. Desde então, vem continuamente aprimorando suas práticas nessa área, buscando, inclusive, antecipar-se às demandas dos acionistas e analistas do mercado de capitais. Sua atuação tem como base uma sólida estrutura de governança corporativa e pauta-se pelos princípios da transparência, da clareza e da agilidade.

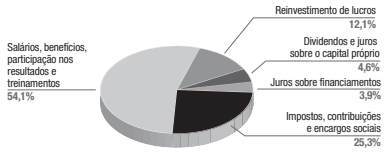
Fornecedores

- Em 2009, a Gerdau contou com sua ampla cadeia de fornecedores para adaptar sua estrutura de custos diante da menor demanda mundial por aço.
- No relacionamento com seus fornecedores, a Gerdau valoriza a preocupação com o respeito às pessoas e ao meio ambiente, exigindo o cumprimento rigoroso da legislação local. Para ampliar a conscientização das micro e pequenas empresas fornecedoras sobre o tema, são realizados encontros periódicos como parte do Projeto Sustentabilidade com Fornecedores.
- A Companhia possui processos modernos no desenvolvimento da relação comercial com seus fornecedores. Um exemplo é o Gerdau Global Procurement, sistema que padroniza e alinha os procedimentos de compras da Organização, o qual já envolve as unidades da Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. Em 2010, o sistema passará a ser utilizado também pelas plantas industriais na Espanha.

Valor adicionado

- Em 2009, as empresas Gerdau, em termos consolidados, geraram um valor adicionado de R$ 6,0 bilhões, 62,5% inferior ao de 2008. Esse valor é resultante das receitas de produtos e serviços, líquido de descontos concedidos, no montante de R$ 29,7 bilhões, deduzido dos custos de R$ 23,7 bilhões relativos a matérias-primas e bens de consumo, serviços de terceiros, depreciação e amortizações, equivalência patrimonial e receitas financeiras.

Distribuição do valor adicionado (R$ 6,0 bilhões)



- As operações no Brasil geraram um valor adicionado de R$ 4,8 bilhões no exercício, 54,1% inferior ao de 2008. Nas demais operações, tal valor atingiu R$ 1,2 bilhão, uma queda de 78,2% em relação ao ano anterior. Os negócios no Brasil contribuíram com 79,7% para o valor consolidado, enquanto os outros países adicionaram 20,3%.

Distribuição do valor adicionado	Brasil	Exterior
Impostos, contribuições e encargos sociais...	1.946	(435)
Salários, benefícios, participação nos resultados e treinamento.....	1.180	2.065
Reinvestimento de lucros.....	1.498	(771)
Dividendos e juros sobre o capital próprio.....	187	90
Juros sobre financiamentos	(36)	270
Total	**4.775**	**1.219**

Mercado de capitais e governança corporativa

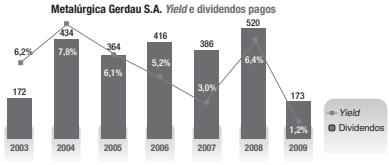
Liquidez e participação em bolsa

- A Gerdau, por meio de suas cinco empresas de capital aberto (Metalúrgica Gerdau S.A., Gerdau S.A. e Aços Villares S.A., no Brasil, Gerdau Ameristeel Corporation, nos EUA, e Empresa Siderúrgica del Peru S.A.A. - Siderperú, no Peru), oferece aos investidores diversas alternativas de investimento em bolsas de valores no Brasil e no exterior. Em 2009, a liquidez desses ativos se manteve alta, movimentando, no seu conjunto, R$ 89,4 bilhões (US$ 44,7 bilhões), 12,0% abaixo dos R$ 101,6 bilhões (US$ 55,4 bilhões) negociados em 2008 e 51,9% acima dos R$ 58,8 bilhões (US$ 30,2 bilhões) negociados em 2007.
- Os ADRs (GGB) representativos de ações preferenciais da Gerdau S.A. foram os títulos da Gerdau mais negociados em bolsa, responsáveis por R$ 38,8 bilhões (US$ 19,4 bilhões), ou 43,4% do total de recursos movimentados no ano de 2009. Os ADRs da Gerdau S.A. ficaram entre os 10 ativos mais líquidos de empresas brasileiras negociadas na Bolsa de Valores de Nova York durante o ano de 2009.
- As ações preferenciais da Gerdau S.A. (GGBR4), negociadas na BM&FBOVESPA, movimentaram R$ 33,9 bilhões (US$ 17,4 bilhões) no ano e ficaram em segundo lugar em termos de liquidez dos ativos das empresas Gerdau, representando 39,0% do volume financeiro movimentado em 2009. Suas ações integram diversos índices da bolsa brasileira e é a quinta ação mais líquida do Ibovespa, com uma participação de 3,8% dessa carteira válida para o período de janeiro a abril de 2010.
- Pelo quarto ano consecutivo, a Metalúrgica Gerdau S.A. e a Gerdau S.A. foram selecionadas para compor a carteira do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA. Participar desse índice reflete as melhores práticas de responsabilidade social e sustentabilidade empresarial, assim como colocam essas empresas no seleto grupo de integrantes de tão importante indicador do mercado de ações brasileiro.
- Além do ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial, as ações da Metalúrgica Gerdau S.A. e da Gerdau S.A. fazem parte ainda do IGC - Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada; do ITAG - Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado; do IBOVESPA - Índice BM&FBOVESPA; do IBrX 50 - Índice Brasil 50; e do INDX - Índice do Setor Industrial.

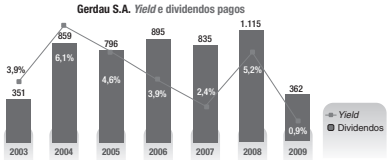
Dividendos

- A Metalúrgica Gerdau S.A. e a Gerdau S.A. possuem políticas de remuneração claras e alinhadas ao mercado, distribuindo, no mínimo, 30% do lucro líquido ajustado em cada ano, enquanto a lei vigente no Brasil exige um mínimo de 25%.
- No ano de 2009, a Metalúrgica Gerdau S.A. e a Gerdau S.A. deliberaram, respectivamente, R$ 172,8 milhões (R$ 0,425 por ação) e R$ 362,2 milhões (R$ 0,255 por ação) a título de dividendos sob a forma de juros sobre o capital próprio.
- Nos gráficos a seguir estão demonstrados os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio pagos relativamente ao lucro líquido de cada ano e o *dividend yield,* que é a relação entre os dividendos por ação e a cotação das ações no final de cada exercício.

Metalúrgica Gerdau S.A. *Yield* e dividendos pagos

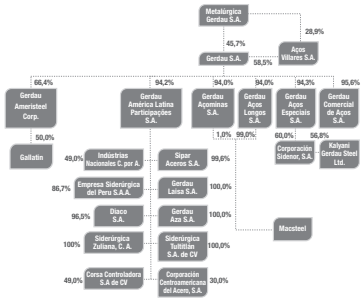


Gerdau S.A. *Yield* e dividendos pagos



Composição acionária

- Em dezembro de 2009, a estrutura societária da Gerdau era, de uma forma simplificada, a seguinte:



Transparência e equidade no relacionamento com investidores

- Desde 2002 os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias e preferenciais da Metalúrgica Gerdau S.A. e da Gerdau S.A. gozam do direito de *tag along,* que lhes garante o recebimento de 100% do valor pago aos controladores em eventual alienação do controle da Companhia. A Lei das Sociedades Anônimas no Brasil assegura o pagamento apenas aos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias o valor pago ao controlador limitado a 80%.
- Em dezembro de 2009, a Gerdau foi considerada a companhia mais transparente entre as 56 que compõem o Índice Ibovespa. A conclusão foi da primeira pesquisa sobre transparência realizada pelas Standard & Poor's, que analisou as informações públicas fornecidas pelas empresas até agosto de 2009 (relatórios anuais, *websites* e informações disponíveis na CVM e SEC). A Gerdau obteve um índice de 83,1%, contra uma média de 66,1% de todas as empresas do Ibovespa. A pesquisa também apontou que as empresas listadas também na Bolsa de Nova York são, em geral, mais transparentes do que aquelas listadas apenas na BM&FBOVESPA.
- A Gerdau foi uma das vencedoras do 13º "Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa - Troféu Transparência", referente às suas demonstrações contábeis de 2008. Foi a décima vez consecutiva que a Gerdau foi classificada entre as 10 empresas que apresentaram as melhores demonstrações financeiras. Concorrem empresas sediadas em todo o território nacional, selecionadas entre as 500 maiores e melhores empresas privadas nas áreas de comércio, indústria e serviços, exceto serviços financeiros, além das 50 maiores estatais.
- Com vistas a manter os analistas e investidores atualizados sobre os negócios da Companhia, são realizadas teleconferências trimestralmente, por ocasião da divulgação dos resultados. Nesses eventos, os resultados alcançados são apresentados e comentados, seguindo-se uma sessão de perguntas e respostas. Tais eventos contaram com 1.851 participantes via telefone e *internet* no ano de 2009.
- A equipe de Relações com Investidores recebeu 2.284 consultas de analistas no ano, entre telefonemas e *e-mails.*
- No ano de 2009, a Gerdau promoveu reuniões com Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC) nas cidades de Porto Alegre e de São Paulo, com transmissão simultânea via *Internet.* Tais eventos contaram com 212 participantes. Além destes eventos, foram realizadas, ainda, 121 reuniões individuais com investidores e analistas no Brasil, incluindo diversas visitas a diferentes plantas industriais da Gerdau. No exterior, foram realizadas 184 reuniões entre América do Norte e Europa, assim como apresentações para grupos de investidores.
- Para manter os analistas e investidores informados sobre o desempenho dos seus negócios, a Gerdau possui canais de comunicação permanentes e realiza visitas, participa de conferências e faz apresentações em diversos mercados financeiros no mundo. Também tem um *website* com informações específicas para os acionistas individuais e para os gestores de clubes, fundos e carteiras de investimentos. Os interessados podem obter informações e esclarecimentos sobre os negócios e o desempenho da Companhia por telefone (+55 51 3323.2703) e por *e-mail* (inform@gerdau.com.br) junto à equipe de Relações com Investidores.

Perspectivas

- Os pacotes de estímulos aprovados por vários países, ao longo de 2009, com o objetivo de incentivar o consumo e investimentos devem propiciar um crescimento na demanda global por aço em 2010, que é estimado em 9,2% pela Worldsteel Association.
- Para o Brasil, o IABr estima que o consumo de aço no país deverá crescer 21,6% em 2010, atingindo 22,9 milhões de toneladas. A Gerdau deverá se beneficiar de todos os eventos previstos para o Brasil, tais como o programa "Minha Casa, Minha Vida", PAC, Copa do Mundo, Olimpíadas e Pré-Sal. Para tais atividades, o IABr estima que serão necessários 8 milhões de toneladas de aço adicionais até 2016.
- A Gerdau, após ter realizado os ajustes internos necessários para adequar-se ao novo cenário econômico mundial, está preparada para atender plenamente o crescimento esperado da demanda nas diferentes regiões onde atua.
- Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, fornecedores, representantes, acionistas, instituições financeiras, órgãos governamentais e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Declaração da Diretoria

- Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução Nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2010
A ADMINISTRAÇÃO

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.091.944	2.026.609
Aplicações financeiras			
Títulos para negociação	5	2.619.418	2.759.486
Títulos disponíveis para venda	5	58.296	627.151
Contas a receber de clientes	6	2.585.709	3.683.933
Estoques	7	5.751.593	10.398.263
Créditos tributários	8	788.564	857.923
Pagamentos antecipados		66.761	89.262
Ganhos não realizados com derivativos	16	5.737	10.035
Outras contas a receber		196.664	322.878
		14.164.686	20.775.540
ATIVO NÃO-CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	5	49.690	77.563
Créditos tributários	8	484.434	521.441
Imposto de renda/contribuição social diferidos	9	1.347.036	1.766.355
Ganhos não realizados com derivativos	16	14.297	68.145
Pagamentos antecipados		99.097	129.368
Depósitos judiciais	18	324.678	258.620
Outras contas a receber		215.251	323.415
Gastos antecipados com plano de pensão	20	516.360	271.447
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	11	1.199.910	1.775.073
Outros investimentos	11	19.635	21.768
Ágios	12	8.424.341	11.294.102
Outros intangíveis	13	992.800	1.712.930
Imobilizado	10	16.731.101	20.054.747
		30.418.630	38.274.974
TOTAL DO ATIVO		44.583.316	59.050.514

PASSIVO

	Nota	2009	2008
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		1.705.058	2.855.419
Empréstimos e financiamentos	14	1.356.781	3.788.085
Debêntures	15	-	145.034
Impostos e contribuições sociais a recolher	17	675.681	517.272
Salários a pagar		354.518	551.941
Dividendos a pagar		365.811	7.820
Perdas não realizadas com derivativos	16	2.483	69.435
Provisão para passivos ambientais	21	9.835	17.759
Outras contas a pagar		348.354	522.672
		4.818.521	8.475.437
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	12.563.155	18.595.002
Debêntures	15	600.979	705.715
Imposto de renda/contribuição social diferidos	9	2.273.759	3.060.268
Perdas não realizadas com derivativos	16	90.377	314.267
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	18	447.171	467.076
Provisão para passivos ambientais	21	66.642	74.996
Benefícios a empregados	20	961.300	1.275.985
Obrigações por compra de ações	16-f	518.096	698.321
Outras contas a pagar		238.523	339.869
		17.760.002	25.531.499
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22		
Capital social		14.184.805	14.184.805
Ações em tesouraria		(124.685)	(122.820)
Reserva legal		200.205	144.062
Plano de opções de ações		9.018	1.426
Lucros acumulados		5.795.720	5.099.384
Outros resultados abrangentes		(1.557.590)	859.645
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		18.507.473	20.166.502
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES		3.497.320	4.877.076
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		22.004.793	25.043.578
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		44.583.316	59.050.514

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2009	2008
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	26.540.050	41.907.845
Custo das vendas	29	(22.107.346)	(31.018.946)
LUCRO BRUTO		4.432.704	10.888.899
Despesas com vendas	29	(627.816)	(688.640)
Despesas gerais e administrativas	29	(1.714.494)	(2.284.857)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	28	(1.222.897)	-
Outras receitas operacionais		190.157	205.676
Outras despesas operacionais		(101.810)	(116.064)
Resultado da equivalência patrimonial		(108.957)	122.808
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		846.887	8.127.822
Receitas financeiras	30	436.236	484.046
Despesas financeiras	30	(1.286.368)	(1.620.782)
Variação cambial, líquida	30	1.060.883	(1.035.576)
Perdas com derivativos, líquido	30	(26.178)	(62.396)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		1.031.460	5.893.114
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	9	(303.272)	(1.423.660)
Diferido	9	276.320	475.444
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		1.004.508	4.944.898
ATRIBUÍDO A:			
Participação dos acionistas controladores		1.121.966	3.940.505
Participação dos acionistas não-controladores		(117.458)	1.004.393
		1.004.508	4.944.898
Lucro básico por ação - ordinária e preferencial	23	0,79	2,83
Lucro diluído por ação - ordinária e preferencial	23	0,79	2,83

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

	2009		2008	
Lucro líquido apurado na demonstração consolidada dos resultados	1.004.508		4.944.898	
Ganhos (Perdas) atuariais líquidos não realizados com plano de pensão de benefício definido, bruto de impostos de R$ 6.565 e R$ (265.763), respectivamente	16.244		(694.623)	
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	(4.559.004)		3.470.982	
Ganhos (Perdas) não realizados em *hedge* de investimento líquido	893.700		(634.050)	
Coberturas de fluxo de caixa:				
Ganhos (Perdas) não realizados, brutos de impostos de R$ 69.745 e R$ (58.303), respectivamente	257.537		(213.488)	
Menos: ajustes de reclassificação para ganhos incluídos no resultado, bruto de impostos de R$ (16.188)	(55.729)	201.808	-	(213.488)
Ganhos (Perdas) não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda, brutos de impostos de R$ 5.929 e R$ (14.454), respectivamente		17.966		(43.799)
Imposto de renda relacionado aos componentes dos resultados abrangentes		(66.051)		338.520
Resultado abrangente para o período, líquido de impostos		(2.490.829)		7.168.440
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores		(1.295.269)		5.765.374
Participação dos acionistas não-controladores		(1.195.560)		1.403.066
		(2.490.829)		7.168.440

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2009	2008
Fluxo de caixa da atividade operacional			
Lucro líquido do exercício		1.004.508	4.944.898
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	29	1.745.319	1.896.076
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	29	1.222.897	-
Equivalência patrimonial	11	108.957	(122.808)
Variação cambial, líquida	30	(1.060.883)	1.035.576
Ganhos/Perdas com derivativos, líquido		26.178	62.396
Benefícios pós-emprego		33.995	130.976
Remuneração baseada em ações		22.380	7.545
Imposto de renda e contribuição social	9	26.952	948.216
Perda na alienação de imobilizado e investimento		116.989	72.782
Provisão para perda em aplicações financeiras disponíveis para venda		-	140.166
Provisão de créditos de liquidação duvidosa		57.971	25.613
Reversão de passivos tributários, cíveis e trabalhistas		(15.886)	(13.120)
Receita de juros de aplicações financeiras e outras receitas financeiras		(346.531)	(244.501)
Despesa de juros sobre dívidas financeiras	30	992.693	1.151.253
(Reversão) Provisão e ajuste ao valor de mercado		(160.522)	256.457
		3.775.017	10.291.525
Variação de ativos e passivos:			
Redução de contas a receber		1.449.678	1.065.076
Redução (Aumento) de estoques		3.766.059	(2.489.882)
Redução de contas a pagar		(1.731.878)	(2.215.810)
Aumento de outros ativos		(148.962)	(427.162)
Aumento de outros passivos		203.038	197.636
Distribuição de empresas de controle compartilhado		41.887	68.095
Aplicações financeiras de títulos para negociação		(1.283.438)	(6.739.256)
Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação		1.642.383	6.751.527
Caixa gerado pelas atividades operacionais		7.713.784	6.501.749
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		(1.026.893)	(970.986)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(336.299)	(1.895.419)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		6.350.592	3.635.344
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado		(1.377.776)	(2.745.207)
Recebimento pela venda de imobilizado, investimento e intangíveis		64.606	21.238
Adições de outros ativos intangíveis		-	(17.079)
Pagamentos na aquisição de empresas, líquido do caixa adquirido	3.6	(71.068)	(4.076.171)
Aplicações financeiras de títulos disponíveis para venda		(2.589.350)	(484.965)
Resgate de aplicações financeiras de títulos disponíveis para venda		2.853.762	426.671
Juros recebidos sobre aplicações financeiras		71.492	314.868
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.048.334)	(6.560.645)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital		-	2.885.058
Compras de ações em tesouraria		(12.919)	(50.259)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(328.691)	(1.649.936)
Pagamentos de custos de empréstimos e financiamentos		(37.989)	(3.821)
Empréstimos e financiamentos obtidos		4.089.424	5.117.617
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(8.469.908)	(4.963.991)
Financiamentos com empresas ligadas, líquido		(173.549)	1.265.290
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		(4.933.632)	2.599.958
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(303.291)	325.856
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		65.335	513
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.026.609	2.026.096
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.091.944	2.026.609

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos acionistas controladores												
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Plano de opções de ações	Lucros acumulados	Ganhos e perdas atuariais com plano de pensão de benefício definido	Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	Ganhos e perdas em *hedge* de investimento líquido	Ganhos e perdas em coberturas de fluxo de caixa	Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira	Total da participação dos controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01/01/2008	7.810.453	(106.667)	278.713	17.651	5.745.095	70.386	13.723	-	-	(1.049.333)	12.780.021	3.943.187	16.723.208
Alterações no Patrimônio Líquido em 2008													
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	3.940.505	(328.168)	(23.175)	(634.050)	(117.063)	2.927.325	5.765.374	1.403.066	7.168.440
Aumento de capital por emissão de ações	2.885.058	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.885.058	-	2.885.058
Aumento de capital por capitalização de reservas	3.489.294	-	(273.525)	-	(3.215.769)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com plano de opções de ações reconhecida no exercício.	-	-	-	7.545	-	-	-	-	-	-	7.545	-	7.545
Opções de ações exercidas durante o exercício	-	34.106	-	(23.770)	-	-	-	-	-	-	10.336	-	10.336
Dividendos/juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.240.902)	-	-	-	-	-	(1.240.902)	(271.481)	(1.512.383)
Destinações propostas à Assembleia Geral:	-	-	138.874	-	(138.874)	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos de acionistas não-controladores sobre alocação do valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.516)	(15.516)
Efeitos de acionistas não-controladores sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	9.329	-	-	-	-	-	9.329	(424.394)	(415.065)
Opções por compra de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	242.214	242.214
Ações em tesouraria	-	(50.259)	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.259)	-	(50.259)
Saldo em 31/12/2008	14.184.805	(122.820)	144.062	1.426	5.099.384	(257.782)	(9.452)	(634.050)	(117.063)	1.877.992	20.166.502	4.877.076	25.043.578
Alterações no Patrimônio Líquido em 2009													
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	1.121.966	40.107	11.404	893.700	94.916	(3.457.362)	(1.295.269)	(1.195.560)	(2.490.829)
Despesa com plano de opções de ações reconhecida no exercício.	-	-	-	10.001	-	-	-	-	-	-	10.001	-	10.001
Opções de ações exercidas durante o exercício	-	11.054	-	(2.409)	-	-	-	-	-	-	8.645	-	8.645
Ganho na venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	782	-	-	-	-	-	782	-	782
Dividendos/juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(419.066)	-	-	-	-	-	(419.066)	(186.237)	(605.303)
Destinações propostas à Assembleia Geral:	-	-	56.143	-	(56.143)	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de acionistas não-controladores sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	17.533	-	-	-	-	-	17.533	(31.363)	(13.830)
Efeito da aplicação do IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias	-	-	-	-	31.264	-	-	-	-	-	31.264	612	31.876
Opções por compra de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.792	32.792
Ações em tesouraria	-	(12.919)	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.919)	-	(12.919)
Saldo em 31/12/2009	14.184.805	(124.685)	200.205	9.018	5.795.720	(217.675)	1.952	259.650	(22.147)	(1.579.370)	18.507.473	3.497.320	22.004.793

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdau S.A. ("a Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, capital, empresa *holding* integrante do Grupo Gerdau, dedicado, principalmente, à produção e à comercialização de produtos siderúrgicos em geral, através de usinas localizadas no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos, Canadá, Espanha e Índia.

O Grupo Gerdau iniciou sua trajetória de expansão há mais de um século, e é um dos principais *players* no processo de consolidação do setor siderúrgico global. Tem uma capacidade instalada de cerca de 26,0 milhões de toneladas, e produz aços longos comuns e especiais e aços planos, tanto por meio do processo de produção em fornos elétricos, a partir de sucata e ferro-gusa adquiridos, em sua maior parte, na região de atuação de cada usina (conceito de *mini-mill*), como a partir de minério de ferro (em altos-fornos e via redução direta). Seus produtos atendem os setores de construção civil, indústria, automotivo e agropecuário. É o maior reciclador de sucata da América Latina e está entre os maiores do mundo.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Gerdau S.A. e empresas controladas (em conjunto, a "Companhia") foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23/02/2010.

2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Base de apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2009 e de 2008 foram preparadas de acordo com *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão demonstradas na nota 2.18. As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não-circulantes e instrumentos financeiros.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor em 31/12/2009.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Gerdau S.A..

b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

c) Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas, com exceção da localizada na Venezuela, incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;

ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e

iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

d) Hiperinflação na Venezuela

A partir de 2009, a Venezuela passou a ser considerada um país com hiperinflação e de acordo com a norma IAS 29 e IFRIC 7, as demonstrações financeiras da controlada localizada neste país estão sendo atualizadas de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela e que apresentou uma taxa acumulada de 90,2% desde a data de aquisição da controlada na Venezuela pela Companhia em junho de 2007 e de 40,3% em 2009.

Para fins de conversão dos saldos contábeis da controlada na Venezuela para a moeda de apresentação utilizada em suas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia aplicou os requisitos previstos na norma IAS 21, conforme abaixo:

i) os saldos ativos, passivos e as contas de resultado são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;

ii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

2.3 - Ativos financeiros

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

As aplicações financeiras mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo amortizado acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As aplicações financeiras para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

c) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 6.

d) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

2.4 - Estoques
Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos o custo estimado para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada.

2.5 - Imobilizado
São avaliados ao custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.
A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil.
Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas.
O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.
O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7).

2.6 - Outros ativos intangíveis
É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por certificados de redução de emissão de carbono e fundos de comércio, que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com clientes. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7).

2.7 - Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos
Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.
O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.
Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro.
Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*).
A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.
Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

2.8 - Investimentos
a) Investimentos em empresas controladas
A Companhia consolidou integralmente as Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A. e todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha, em substância, o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral.
A participação de terceiros no Patrimônio Líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".
Para as aquisições de empresas realizadas a partir de 01/01/2006, data da transição para o IFRS pela Companhia, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas não-controladores é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados.
Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até a data da sua alienação, respectivamente, quando aplicável.
As transações e saldos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas do Grupo Gerdau são igualmente eliminadas.
Sempre que necessário, são efetuados ajustes às Demonstrações Financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS e as práticas contábeis aplicadas pela Companhia.
b) Investimentos em empresas com controle compartilhado
Empresas com controle compartilhado e *joint ventures* são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data que o controle conjunto é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos e outras variações no Patrimônio Líquido destas empresas. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).
As perdas em empresas com controle compartilhado em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.
Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada em conjunto na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.
Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.
Os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.
c) Investimento em empresas associadas
Uma empresa associada é uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas que não detém controle ou controle conjunto sobre essas políticas.
Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas associadas são reconhecidas no balanço consolidado ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destas em contrapartida de ganhos ou perdas em ativos financeiros e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).
As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.
Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa associada na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.
Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma diminuição do valor dos investimentos.
Os ganhos e perdas em transações com empresas associadas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia na empresa associada, por contrapartida do valor do investimento nessa mesma associada.

2.9 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais
a) Classificação como dívida ou patrimônio
Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos
Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado.
São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subseqüentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
c) Instrumentos de patrimônio
Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

2.10 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido
A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as subsidiárias e associadas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.
Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

2.11 - Benefícios a empregados
A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritas nas notas 20 e 25.
Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.
O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses demográficas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.
Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido, conforme descrito na nota 20. A Companhia entende que o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Liquido representa uma melhor apresentação destas alterações no conjunto das Demonstrações Financeiras.

2.12 - Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes
São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.13 - Transações com partes relacionadas
Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

2.14 - Distribuição de dividendos
É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Gerdau S.A..
O estatuto social da Gerdau S.A. prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Gerdau S.A. registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.15 - Reconhecimento da receita de vendas
A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

2.16 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente
Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Custos ambientais que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registradas como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são descontados se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

2.17 - Contratos de arrendamento (*leasing*)
Os contratos de arrendamento são classificados como *leasing* financeiro quando os termos do *leasing* transferem substancialmente os riscos e recompensas da propriedade para o arrendatário. Todos os demais são classificados como *leasing* operacional. Pagamentos feitos em um contrato de *leasing* operacional são registrados no resultado em uma base linear durante o período do *leasing*.

2.18 - Uso de estimativas
Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado (nota 10), estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 18), determinações de provisões para imposto de renda (nota 9), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (nota 16), estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 20), e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas (nota 25). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.19 - Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas
Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações freqüentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:
a) Imposto de renda e contribuição social diferidos
O método do passivo (conforme o conceito descrito no IAS 12 - *liability method*) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.
Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Benefícios de pensão e pós-emprego

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que eles ocorrem e são registrados na demonstração dos resultados abrangentes.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;

ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;

iii) Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

c) Passivos ambientais

A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação de áreas impactadas. A Companhia possui uma equipe de profissionais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia estimativas significativas, e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra como passivo circulante e passivo não-circulante na conta "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações (nota 21).

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos *swaps* e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

e) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

f) Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos não cotados

A Companhia realizou instrumentos financeiros relativos a algumas das aquisições, que envolvem compromissos na aquisição de ações de acionistas não-controladores das empresas adquiridas, ou concedeu opções de venda a alguns acionistas não-controladores para venderem suas ações à Companhia. Esses instrumentos financeiros derivativos estão registrados no balanço patrimonial da Companhia na conta "Obrigações por compra de ações" (nota 16.f), e a determinação desse valor envolve uma série de estimativas que podem ter impacto significativo no resultado final do cálculo. A Companhia estima o valor de mercado das empresas cujas ações a Companhia tem compromisso de aquisição utilizando os critérios estabelecidos em cada contrato, os quais estão alinhados com as práticas observadas no mercado para valorização de instrumentos não cotados.

g) Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Durante os últimos anos, conforme descrito na nota 3, a Companhia realizou algumas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3, aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, a Companhia deve alocar o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação inclui estimativa de fluxo de caixa descontado ou taxas de desconto e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

h) Avaliação da relação de negócios para empresas adquiridas para fins de consolidação integral

A Companhia utiliza julgamentos para avaliar a relação de negócios quando da aquisição de empresas onde a Companhia não é detentora da maioria das ações com direito a voto. Para tanto é considerada a análise dos principais riscos e benefícios com o objetivo de avaliar se a Companhia é o beneficiário primário, ou seja, se a empresa adquirida é uma entidade de propósito especial (*Special Purpose Entity - SPE*), como definido pelo *SIC Interpretation 12* do IASB.

i) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, em dezembro.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados para unidades com ágio alocado e comparando o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. Em dezembro de 2009, a Companhia realizou testes de recuperabilidade de ágios para todos os seus segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo.

Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de novas perdas por recuperabilidade de ágios, bem como para outros ativos com vida útil indefinida.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A avaliação dos segmentos de negócio da Companhia baseada em fluxos de caixa projetados pode ser negativamente impactada se a recuperação mundial da economia acontecer em uma velocidade inferior a prevista, por ocasião da preparação das Demonstrações Financeiras para dezembro de 2009.

2.20 - Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 01/01/2009. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

Normas e interpretações de normas vigentes e/ou adotadas antecipadamente

IFRS 8 - Segmentos operacionais (*Operating segments*)

Em novembro de 2006, o IASB emitiu a norma IFRS 8, que especifica formas de divulgação de informações sobre seus segmentos operacionais nas informações financeiras anuais, e altera o IAS 34 "Informações Financeiras Interinas", requerendo que uma entidade reporte informações financeiras selecionadas sobre seus segmentos de operação em informações financeiras interinas. Este pronunciamento define segmento operacional como componentes de uma entidade sobre a qual informações financeiras segregadas são disponibilizadas e avaliadas pelo responsável pelo gerenciamento do negócio em suas decisões de como alocar recursos e avaliar sua performance. Este pronunciamento também define requerimentos para divulgações relacionadas a produtos e serviços, áreas geográficas, e principais clientes e é efetivo para exercícios anuais iniciados em/ou após 01/01/2009. A adoção desta norma resultou em um maior detalhamento das divulgações da Companhia.

IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes (*Customer loyalty programmes*)

Em junho de 2007, o IFRIC emitiu a Interpretação 13, a qual trata de programas de fidelidade utilizados por entidades para providenciar aos clientes incentivos para a compra de produtos e serviços. A entidade deve aplicar esta Interpretação para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/07/2008. A adoção destas normas não impactou as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (*Presentation of Financial Statements*)

Em setembro de 2007, o IASB alterou novamente a norma IAS 1, sendo esta alteração efetiva para exercícios anuais iniciados em/ou após 01/01/2009. A revisão desta norma trata principalmente da forma de divulgação dos dividendos e da apresentação da demonstração do resultado abrangente, além de abordar outros aspectos relacionados às Demonstrações Financeiras. Também passou a requerer dois anos de comparabilidade no balanço patrimonial quando ocorrer mudança de políticas contábeis ou alterações de valores previamente divulgados. A adoção desta norma resultou na divulgação da demonstração do resultado abrangente e demais aspectos de divulgação às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IFRS 2 - Pagamento baseado em ações *(Share-based payment)*

Em janeiro de 2008, o IASB emitiu alterações da norma IFRS 2 que tratam das definições de aquisições de direitos e prescrevem o tratamento contábil dos cancelamentos, sendo que as alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em/ou após 01/01/2009. A adoção desta norma não impactou as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Melhoria anual das IFRS de maio de 2008

Em maio de 2008, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 7, IAS 1, IAS 8, IAS 10, IAS 16, IAS 18, IAS 19, IAS 20, IAS 23, IAS 27, IAS 28, IAS 29, IAS 34, IAS 36, IAS 38, IAS 40 e IAS 41. As alterações são efetivas a partir de 01/01/2009. A adoção destas normas não impactou as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IFRIC 15 - Contratos para construção do setor imobiliário *(Agreements for the construction of real state)*

Em julho de 2008, o IFRIC emitiu a Interpretação 15, a qual trata das práticas contábeis para o reconhecimento de receitas de vendas de unidades imobiliárias por construtoras antes da conclusão do imóvel. A entidade deve aplicar esta Interpretação para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/01/2009. A adoção desta norma não impactou as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IFRS 7 *(Financial instruments: Disclosures)*

Em março de 2009, o IASB emitiu alterações na norma IFRS 7, a qual trata de novas divulgações sobre mensuração do valor justo e riscos de liquidez, além de permitir que as entidades não divulguem estas informações para o período comparativo no primeiro ano de adoção da norma, o que foi adotado pela Companhia. A entidade deve aplicar esta alteração para períodos iniciados em/ou após 01/01/2009. A adoção desta norma resultou em um maior detalhamento dos dados citados acima, conforme nota 16.h.

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Investimentos em Subsidiárias *(Consolidated and Separate Financial Statements)*

Em janeiro de 2008, o IASB emitiu uma versão revisada da norma IAS 27, sendo que as alterações são relacionadas principalmente a contabilização da participação de não controladores e a perda de controle em uma subsidiária. Estas alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em/ou após 01/07/2009. A Companhia entende que esta revisão da norma terá efeito para novas aquisições de subsidiárias, operações que resultem na perda de controle de subsidiárias e aborda divulgações relacionadas a natureza do relacionamento entre a controladora e suas subsidiárias.

IFRS 3 - Combinação de negócios *(Business Combinations)*

Em janeiro de 2008, o IASB emitiu uma versão revisada da norma IFRS 3, a qual trata do reconhecimento e mensuração nas Demonstrações Financeiras dos ativos adquiridos, passivos assumidos e participação de acionistas não-controladores, além do ágio originado em uma combinação de negócios e divulgações relacionadas ao assunto, sendo que as alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em/ou após 01/07/2009. A Companhia entende que esta revisão da norma terá efeito no tratamento contábil e divulgações apenas para novas aquisições de subsidiárias que ocorrerem a partir de 2010.

IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração *(Financial instruments: Recognition and measurement)*

Em julho de 2008, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39, a qual trata de itens elegíveis para *hedge*. A alteração é efetiva para exercícios anuais iniciados em/ou após 01/07/2009. A Companhia entende que esta revisão da norma não impactará suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 17 - Distribuição de ativos não caixa para os controladores *(Distributions of non-cash assets to owners)*

Em novembro de 2008, o IFRIC emitiu a Interpretação 17, a qual trata da distribuição de ativos não caixa para os controladores. A entidade deve aplicar esta Interpretação para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/07/2009, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impactará suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 18 - Transferência de ativos de clientes *(Transfers of Assets from Customers)*

Em janeiro de 2009, o IFRIC emitiu a Interpretação 18, a qual trata da transferência de ativos de clientes para a empresa. A entidade deve aplicar esta Interpretação prospectivamente para ativos de clientes recebidos de clientes em/ou após 01/07/2009, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impactará suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IAS 39 e IFRIC 9 *(Embedded Derivatives)*

Em março de 2009, o IASB emitiu alterações na norma IAS 39 e interpretação IFRIC 9, as quais tratam de aspectos relacionados ao reconhecimento de derivativos. A entidade deve aplicar esta alteração para exercícios anuais findos em/ou após 30/06/2009. A Companhia entende que as alterações desta norma e interpretação não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Melhoria anual das IFRS de abril de 2009

Em abril de 2009, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 2, IFRS 5, IFRS 8, IAS 1, IAS 7, IAS 17, IAS 18, IAS 36, IAS 38, IAS 39, IFRIC 9 e IFRIC 16. As alterações das normas IFRS 2 e IAS 38 e interpretações IFRIC 9 e IFRIC 16 são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2009. As demais alterações de normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2010. A Companhia entende que as alterações destas normas e interpretações não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRS 2 - Pagamento baseado em ações *(Share-based payment)*

Em junho de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 2, a qual trata de pagamentos baseados em ações com liquidação em caixa ou outros ativos, ou pela emissão de instrumentos patrimoniais. A alteração desta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2010. A Companhia entende que as alterações desta norma não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRS 1 - Isenções adicionais para entidades que adotam o IFRS pela primeira vez *(additional exemptions for first-time adopters)*

Em julho de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1, a qual trata de isenções adicionais que podem ser utilizadas por entidades que adotam o IFRS pela primeira vez. A alteração desta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2010. Em virtude da Companhia já ter adotado o IFRS, esta alteração da norma não impactará as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IAS 32 - Classificação de direitos de emissão: Alteração do IAS 32 (*IFRS classification of rights issues: Amendment to IAS 32)*

Em outubro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32, a qual trata de contratos que serão ou poderão ser liquidados através de instrumentos patrimoniais da entidade e estabelece que direitos, opções ou garantias para adquirir uma quantidade fixa de ações de uma entidade por um montante fixo em alguma moeda são instrumentos patrimoniais. A alteração desta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/02/2010. A Companhia entende que as alterações desta norma não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IAS 24 - Divulgação de partes relacionadas *(Related party disclosures)*

Em novembro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 24, a qual trata da divulgação de transação com partes relacionadas e relacionamentos entre controladoras e controladas. A alteração desta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A Companhia entende que as alterações desta norma não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

IFRS 9 - Instrumentos financeiros (*Financial instruments*)
Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição do IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação ao IAS 39.

IFRIC 19 - Liquidando passivos financeiros com instrumentos de patrimônio *(Extinguishing financial liabilities with equity instruments)*
Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu a interpretação 19, a qual trata da emissão de instrumentos patrimoniais por uma entidade para seu credor com o objetivo de liquidar passivos financeiros. Esta interpretação é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impactará as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 14 - Pagamentos antecipados de requerimento mínimos de provimento de fundos - Alterações no IFRIC 14 *(Prepayments of a minimum funding requirement - Amendments to IFRIC 14)*
Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu alterações na interpretação 14, a qual são aplicáveis em limitadas circunstâncias quando uma entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos e efetua um pagamento antecipado de contribuições para cobrir estes requerimentos. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A Companhia entende que as alterações desta interpretação não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRS 1 e IFRS 7 - Isenções limitadas de divulgações comparativas do IFRS 7 para entidades que adotam IFRS pela primeira vez *(Limited exemption from comparative IFRS 7 disclosures for first-time adopters)*
Em janeiro de 2010, o IASB emitiu alterações no IFRS 1 e IFRS 7, a qual abordam aspectos de divulgação de informações comparativas de instrumentos financeiros. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. A Companhia entende que as alterações desta interpretação não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem a Gerdau S.A. e suas subsidiárias.

3.1 - Empresas controladas

A lista a seguir apresenta as principais participações nas subsidiárias consolidadas, como segue:

		Percentual de participação			
		Capital total (*)		Capital votante	
Empresa Consolidada	**País**	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
Gerdau GTL Spain S.L.	Espanha	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. - Grupo Gerdau	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Steel North America Inc.	Canadá	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Ameristeel Corporation e subsidiárias (1)	EUA/Canadá	66,32	66,37	66,32	66,37
Gerdau Açominas S.A. e subsidiária (2)	Brasil	93,98	93,30	93,98	93,31
Gerdau Aços Longos S.A.	Brasil	93,96	93,30	93,97	93,31
Aços Villares S.A. (3)	Brasil	58,50	58,44	58,50	58,44
Gerdau Steel Inc.	Canadá	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Holdings Inc. e subsidiárias (4)	EUA	100,00	100,00	100,00	100,00
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa (5)	Brasil	95,20	94,15	95,20	94,15
Corporación Sidenor S.A. e subsidiárias (6)	Espanha	60,00	60,00	60,00	60,00
Gerdau América Latina Participações S.A.	Brasil	94,22	89,35	94,22	89,36
Axol S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Chile Inversiones Ltda. e subsidiárias (7)	Chile	100,00	99,99	100,00	99,99
Gerdau Aços Especiais S.A.	Brasil	94,35	93,30	94,35	93,31
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company e subsidiárias (8)	Hungria	98,75	98,75	98,75	98,75
Gerdau Comercial de Aços S.A.	Brasil	95,58	93,30	95,59	93,31
Aramac S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00
GTL Equity Investments Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00	100,00
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú	Peru	86,66	83,28	86,66	83,28
Diaco S.A. e subsidiárias (9)	Colômbia	98,76	98,72	98,76	98,72
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e subsidiárias (10)	México	100,00	100,00	100,00	100,00
Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	Brasil	97,03	97,06	99,63	99,73
Itaguaí Com. Imp. e Exp. Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Laisa S.A.	Uruguai	100,00	99,90	100,00	99,90
Sipar Gerdau Inversiones S.A. e subsidiárias (11)	Argentina	92,75	92,75	92,75	92,75
Siderúrgica del Pacífico S.A.	Colômbia	98,29	98,24	98,29	98,24
Cleary Holdings Corp.	Colômbia	50,90	50,90	50,90	50,90
Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C.A.	Venezuela	100,00	100,00	100,00	100,00
GTL Financial Corp.	Holanda	100,00	100,00	100,00	100,00
GTL Trade Finance Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00	100,00

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada..
(1) Subsidiárias: Gerdau USA Inc., Gerdau Ameristeel US Inc., Gerdau Ameristeel Perth Amboy Inc., Sheffield Steel Corporation, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., Pacific Coast Steel e Chaparral Steel Company.
(2) Subsidiária: Gerdau Açominas Overseas Ltd..
(3) Em dezembro/2009 a Gerdau S.A. adquiriu a participação na Aços Villares S.A., até então detida pela controlada Corporación Sidenor S.A..
(4) Subsidiárias: Gerdau US Financing Inc. e Gerdau MacSteel Inc..
(5) Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo banco JP Morgan.
(6) Subsidiárias: Corporación Sidenor S.A. y Cia., Sidenor Industrial S.L., Sidenor y Cia., Sociedad Colectiva, Sidenor I+D S.A., Forjanor S.L., Sidenor Calibrados S.L..
(7) Subsidiárias: Indústria del Acero S.A., Industrias del Acero Internacional S.A., Gerdau Aza S.A., Distribuidora Matco S.A., Aceros Cox Comercial S.A., Salomon Sack S.A., Matco Instalaciones Ltda., Trefilados Gerdau Aza S.A., Cerney Holdings Ltd. e Indac Colômbia S.A..
(8) Subsidiária: LuxFin Participation S.L. e Bogey Holding Company Spain S.L..
(9) Subsidiárias: Ferrer Ind. Corporation e Laminados Andinos S.A..
(10) Subsidiárias: Siderúrgica Tultitlán, S.A. de C.V., Ferrotultitlán, S.A. de C.V., Arrendadora Valle de México, S.A. de C.V. e GTL Servicios Administrativos México, S.A. de C.V..
(11) Subsidiárias: Sipar Aceros S.A. e Siderco S.A..
Como resultado da operação da opção de venda descrita na nota 16.f, a Companhia reconhece o percentual de 100% como investimento na Corporación Sidenor, ao invés de 60% descrito no quadro acima.

3.2 - Empresas com controle compartilhado

A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas com controle compartilhado:

		Percentual de participação			
		Capital total (*)		Capital votante	
Entidades com controle compartilhado	**País**	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
Gallatin Steel Company	EUA	50,00	50,00	50,00	50,00
Bradley Steel Processors	Canadá	50,00	50,00	50,00	50,00
MRM Guide Rail	Canadá	50,00	50,00	50,00	50,00
Estructurales Corsa, S.A.P.I. de C.V.	México	50,00	50,00	50,00	50,00
Kalyani Gerdau Steel Ltd.	Índia	56,81	45,17	56,81	45,17

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da empresa com controle compartilhado.
A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Kalyani Gerdau Steel Ltd., apesar de ter mais de 50% do capital total desta empresa, devido ao contrato de controle compartilhado que estabelece direitos de gestão conjunta do negócio com o outro sócio.
As informações financeiras condensadas das empresas com controle compartilhado Gallatin Steel Company, Bradley Steel Processors, MRM Guide Rail, Estructurales Corsa, S.A.P.I. de C.V. e Kalyani Gerdau Steel Ltd. avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas abaixo, de forma consolidada:

	Empresas com controle compartilhado	
	2009	**2008**
Ativo		
Circulante	437.172	566.235
Não-circulante	611.402	462.633
Total do ativo	1.048.574	1.028.868
Passivo		
Circulante	122.623	95.953
Não-circulante	263.964	10.085
Patrimônio Líquido ajustado	661.987	922.830
Total do passivo e Patrimônio Líquido	1.048.574	1.028.868

	2009	**2008**
Demonstração do resultado		
Receita líquida de vendas	1.290.526	2.202.182
Custo das vendas	(1.235.139)	(2.106.349)
Lucro bruto	55.387	95.833
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(40.423)	(25.270)
Outras despesas/receitas operacionais	(136.630)	110.343
(Prejuízo) Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos	(121.666)	180.906
Resultado financeiro	(46.146)	21.103
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos	(167.812)	202.009
Provisão para imposto de renda e contribuição social	22.866	(4.689)
(Prejuízo) Lucro líquido	(144.946)	197.320

3.3 - Empresas associadas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas associadas:

		Percentual de participação			
		Capital total (*)		Capital votante	
Empresas associadas	**País**	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82	51,82	51,82
Armacero Industrial y Comercial S.A.	Chile	50,00	50,00	50,00	50,00
Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias (1)	Rep. Dominicana	49,00	49,00	49,00	49,00
Corsa Controladora, S.A. de C.V. (2)	México	49,00	49,00	49,00	49,00
Corporación Centroamericana del Acero S.A. (3)	Guatemala	30,00	30,00	30,00	30,00

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da associada.
(1) Subsidiárias: Industrias Nacionales C. por A. (Rep. Dominicana), Steelchem Trading Corp., NC Trading e Industrias Nacionales C. x A., S.A. (Costa Rica).
(2) Subsidiárias: Júpiter Direccional S.A. de C.V., Aceros Ticomán, S.A. de C.V., Centro Técnico Joist, S.A. de C.V., Aceros Corsa, S.A. de C.V., Aceros Ticoregios, S.A. de C.V..
(3) Subsidiárias: Aceros de Guatemala S.A., Indeta S.A., Siderúrgica de Guatemala S.A..
A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. apesar de ter mais de 50% do capital total da associada, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da associada.
As informações financeiras condensadas das empresas associadas Dona Francisca Energética S.A., Armacero Industrial y Comercial S.A., Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias, Corsa Controladora, S.A. de C.V. e Corporación Centroamericana Del Acero S.A., avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

	Empresas associadas	
	2009	**2008**
Ativo		
Circulante	753.774	1.639.421
Não-circulante	824.911	931.951
Total do ativo	1.578.685	2.571.372
Passivo		
Circulante	313.747	822.579
Não-circulante	276.585	362.723
Patrimônio Líquido ajustado	988.353	1.386.070
Total do passivo e Patrimônio Líquido	1.578.685	2.571.372

	2009	**2008**
Demonstração do resultado		
Receita líquida de vendas	1.469.715	1.923.267
Custo das vendas	(1.376.853)	(1.535.852)
Lucro bruto	92.862	387.415
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(92.608)	(109.526)
Outras despesas/receitas operacionais	(9.363)	83.007
(Prejuízo) Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos	(9.109)	360.896
Resultado financeiro	(35.194)	(38.939)
(Prejuízo) Lucro antes dos impostos	(44.303)	321.957
Imposto de renda e contribuição social	(9.597)	(41.173)
(Prejuízo) Lucro líquido	(53.900)	280.784

3.4 - Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade com controle compartilhado, ou associada, na respectiva data de aquisição.
O ágio relativo a investimentos em empresas situadas no exterior encontra-se registrado na moeda funcional da empresa adquirida, sendo convertido para reais (moeda de apresentação da Companhia) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registradas na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira", no Patrimônio Líquido, após a data de transição para o IFRS.
O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial" e "Ágio". O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.
Em situações de venda de uma subsidiária, entidade com controle compartilhado, ou associada, o ágio é incluído na determinação dos ganhos e perdas.

3.5 - Aquisições de empresas

a) Maco Metalúrgica Ltda.
Em 06/01/2009, a Companhia, através de sua subsidiária Gerdau Aços Longos S.A., assinou o contrato para adquirir 100% da Maco Metalúrgica Ltda., no montante de R$ 4,2 milhões. A Maco Metalúrgica Ltda. desenvolve, dentre outras, as atividades de produzir e comercializar fios trefilados de aço e malhas de aço eletro soldadas.
O valor do prejuízo líquido desta entidade considerado na demonstração do resultado consolidado monta a R$ 14 e corresponde ao período após a aquisição.
A aquisição foi concluída em 04/06/2009 e a tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição:

	Valor dos livros	**Ajustes da aquisição**	**Valor justo na aquisição**
Ativos (Passivos) líquidos adquiridos			
Ativos circulantes	246	-	246
Ativos não-circulantes	190	-	190
Ágio	-	3.919	3.919
Imobilizado	130	-	130
Passivos circulantes	(285)	-	(285)
	281	3.919	4.200
Preço total de compra considerado			4.200

b) Gerdau América Latina Participações S.A.
Em 23/12/2009, a Companhia, através de sua controladora Gerdau S.A., adquiriu uma participação adicional de 4,87% em sua subsidiária Gerdau América Latina Participações S.A., pelo montante de R$ 66,9 milhões. Em virtude da aquisição adicional de participação, a Companhia passou a deter 94,22% desta empresa.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

3.6 - Preço total de compra considerado referente às aquisições no exercício

Empresas/participações adquiridas	2009	2008
Maco Metalúrgica Ltda.	4.200	-
Gerdau América Latina Participações S.A.	66.868	-
Trefilados Bonati S.A.	-	12.307
Diaco S.A.	-	188.693
Century Steel, Inc.	-	369.899
Cleary Holdings Corp.	-	119.350
Corsa Controladora, S.A. de C.V.	-	186.284
Estructurales Corsa S.A.P.I. de C.V.	-	71.423
Kalyani Gerdau Steel Ltd.	-	84.091
Corporación Centroamericana del Acero S.A.	-	303.696
Gerdau MacSteel Inc.	-	2.434.062
Distribuidora y Comercializadora de Aceros Regionales Limitada	-	8.578
Rectificadora del Vallés	-	81.000
Vicente Gabilondo e Hijos, S.A.	-	35.000
Hearon Steel Co.	-	22.179
K.e.r.s.p.e. Empreendimentos e Participações Ltda.	-	92.174
Caños Córdoba S.R.L.	-	14.596
Metro Recycling Co.	-	73.522
Sand Springs Metal Processors	-	37.049
LuxFin Participation	-	673.591
Total considerado como pago	71.068	4.807.494
Menos: Caixa e equivalentes de empresas adquiridas	-	(731.323)
	71.068	4.076.171

3.7 - Aquisições durante o exercício findo em 31/12/2008 para o qual a contabilização no respectivo exercício tenha sido determinada preliminarmente e tenha sido ajustada subsequentemente

a) Corsa Controladora, S.A. de C.V.

Em fevereiro de 2009, a Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos e passivos da Corsa Controladora, S.A. de C.V. alocando parte do ágio no valor de R$ 0,7 milhão para a conta de investimento.

Este investimento está registrado pelo método da equivalência patrimonial, portanto, a alocação do valor justo dos ativos e passivos da empresa adquirida não é consolidada e tem efeito somente através de uma reclassificação do ágio originalmente reconhecido. Adicionalmente, o valor oriundo da amortização da alocação do valor justo efetuado estará sendo reconhecido no resultado da Companhia na conta de "Resultado da equivalência patrimonial".

Com a aquisição, a Companhia registrou um montante de ágio devido aos seguintes fatores:

- a parceria fortalece a presença do Grupo Gerdau no terceiro maior mercado consumidor de aço das Américas e permite a continuidade da nossa trajetória de consolidadores do setor siderúrgico mundial,
- a rápida consolidação que vem ocorrendo na indústria global de aço tem resultado em um aumento significativo nos preços das aquisições,
- a Companhia acredita que estará apta a integrar com sucesso as operações da Corsa Controladora, S.A. de C.V. e com isso realizará sinergias associadas com a aquisição.

b) Gerdau MacSteel Inc.

Em março de 2009, a Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos e passivos da Gerdau MacSteel Inc., alocando parte do ágio no valor de R$ 1,7 milhão.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos da compra da Gerdau MacSteel Inc., na data da aquisição:

	Valor dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (Passivos) líquidos adquiridos			
Ativos circulantes	750.404	132.543	882.947
Ágio	11.072	1.582.835	1.593.907
Imobilizado	397.986	455.291	853.277
Intangíveis	33.042	315.249	348.291
Ativos não-circulantes	50.400	(1.047)	49.353
Passivos circulantes	(588.272)	(313.105)	(901.377)
Passivos não-circulantes	(95.272)	(297.064)	(392.336)
	559.360	1.874.702	2.434.062
Preço total de compra considerado			2.434.062

Com a aquisição, a Companhia registrou um montante de ágio devido aos seguintes fatores:

- a rápida consolidação que vem ocorrendo na indústria global de aço tem resultado em um aumento significativo nos preços das aquisições,
- o Grupo Gerdau fortalece sua posição como um fornecedor global de aços especiais (SBQ),
- a aquisição da MacSteel irá abrir novas oportunidades de crescimento em aços longos especiais nos Estados Unidos da América, um dos maiores e mais tradicionais mercados de indústria automobilística do mundo. A MacSteel produz SBQ e cerca de 80% da sua produção é para a indústria automotiva,
- a Companhia acredita que estará apta a integrar com sucesso as operações da MacSteel e com isso realizará sinergias associadas com a aquisição.

c) Kalyani Gerdau Steel Ltd. (SJK Steel Plant Limited)

Em março de 2009, a Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos e passivos da Kalyani Gerdau Steel Ltd. e reconheceu um ágio no valor de R$ 35,0 milhões.

Este investimento está registrado pelo método da equivalência patrimonial, portanto, a alocação do valor justo dos ativos e passivos da empresa adquirida não é consolidada e tem efeito somente através de uma reclassificação do ágio originalmente reconhecido.

d) Caños Córdoba S.R.L.

Em outubro de 2009, a Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos e passivos da Caños Córdoba S.R.L. alocando parte do ágio no valor de R$ 2,8 milhões.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos da compra da Caños Córdoba S.R.L., na data da aquisição:

	Valor dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (Passivos) líquidos adquiridos			
Ativos circulantes	12.497	-	12.497
Ágio	-	5.432	5.432
Imobilizado	1.841	4.342	6.183
Passivos circulantes	(7.997)	-	(7.997)
Imposto de renda diferido	-	(1.519)	(1.519)
	6.341	8.255	14.596
Preço total de compra considerado			14.596

Com a aquisição, a Companhia registrou um montante de ágio devido aos seguintes fatores:

- a rápida consolidação que vem ocorrendo na indústria global de aço tem resultado em um aumento significativo nos preços das aquisições,
- a Companhia acredita que estará apta a integrar com sucesso as operações da Caños Córdoba S.R.L. e com isso realizará sinergias associadas com a aquisição.

e) K.e.r.s.p.e. Empreendimentos e Participações Ltda.

Em dezembro de 2009, a Companhia concluiu a avaliação do valor justo dos ativos e passivos da K.e.r.s.p.e. Empreendimentos e Participações Ltda. alocando o ágio no valor de R$ 91,6 milhões.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos da compra da K.e.r.s.p.e. Empreendimentos e Participações Ltda., na data da aquisição:

	Valor dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (Passivos) líquidos adquiridos			
Ativos circulantes	1	-	1
Imobilizado	610	-	610
Outros intangíveis	-	143.182	143.182
Imposto de renda diferido	-	(48.682)	(48.682)
Deságio reconhecido no resultado	-	(2.937)	(2.937)
	611	91.563	92.174
Preço total de compra considerado			92.174

4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2009	2008
Caixa	52.158	131.415
Bancos e aplicações de liquidez imediata	2.039.786	1.895.194
Caixa e equivalentes de caixa	2.091.944	2.026.609

5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Títulos para negociação

Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Em 31/12/2009 a Companhia mantinha R$ 2.619.418 (R$ 2.759.486 em 31/12/2008) em títulos para negociação.

Títulos disponíveis para venda

Em 31/12/2009 a Companhia mantinha R$ 58.296 (R$ 627.151 em 31/12/2008) em títulos disponíveis para venda no ativo circulante e R$ 49.690 (R$ 77.563 em 31/12/2008) no ativo não-circulante, líquidos de provisão para perdas.

Gerdau Ameristeel

A subsidiária Gerdau Ameristeel investe o excesso de caixa em aplicações de curto prazo categorizados como disponíveis para venda, os quais são registrados a valor de mercado. Em 31/12/2009 haviam R$ 43.530 aplicados nesses títulos.

Em anos anteriores, a subsidiária Gerdau Ameristeel investiu excesso de caixa em obrigações de dívida com taxa de juros variáveis e classificados como grau de investimento, conhecidos como *Auction Rate Securities*, os quais são caracterizados como títulos disponíveis para venda. Em 31/12/2009, a Gerdau Ameristeel mantinha R$ 49.690 em investimentos desta natureza. Durante os últimos meses, estes títulos não puderam ser vendidos pois as ordens de vendas superaram as ordens de compras. Como resultado deste evento, a Gerdau Ameristeel não tem condições de liquidar estas aplicações até que um futuro leilão tenha sucesso, o emissor decida resgatar os títulos ou os títulos atinjam seu prazo de resgate. Embora a Gerdau Ameristeel tenha a intenção de liquidar estes investimentos quando o mercado retorne a ter liquidez, a Gerdau Ameristeel reclassificou estes investimentos do ativo circulante para o ativo não-circulante. Devido a falta de transações similares no mercado para a mensuração do valor deste investimento, a Gerdau Ameristeel utiliza métodos de avaliação que incluem fluxos de caixa projetados e transações similares. Como resultado desta análise e de outros fatores de redução da recuperabilidade de ativos, a Gerdau Ameristeel registrou uma perda na conta de "Despesas financeiras" de US$ 1 milhão (R$ 2,0 milhões em 31/12/2009) ao longo de 2009. Estes títulos serão analisados a cada trimestre a fim de que novas possíveis deteriorações sejam registradas e também para garantir uma correta classificação no balanço patrimonial. Durante o exercício findo em 31/12/2009 a subsidiária Gerdau Ameristeel registrou um ganho de US$ 4,0 milhões (R$ 8,0 milhões) na venda de títulos *Auction Rate Securities*.

Outros títulos disponíveis para venda

Em 31/12/2009, outros títulos disponíveis para venda totalizavam R$ 14.766, os quais estão registrados pelo valor justo e correspondem substancialmente a títulos e valores mobiliários detidos pela Gerdau Steel North America Inc. (*Money Market Funds*), no valor de US$ 4,9 milhões (R$ 8.533). Estes investimentos são avaliados por cotações de mercado e a intenção da Companhia não é manter estes títulos como investimentos permanentes.

6 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2009	2008
Contas a receber de clientes - no Brasil	1.100.911	865.935
Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil	108.187	224.881
Contas a receber de clientes - controladas no exterior	1.457.111	2.665.437
(-) Provisão para risco de crédito	(80.500)	(72.320)
	2.585.709	3.683.933

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito.

O risco de crédito do contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. A provisão para risco de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2009	2008
Valores a vencer	2.172.081	2.655.793
Vencidos:		
Até 30 dias	260.856	398.956
Entre 31 e 60 dias	64.678	358.252
Entre 61 e 90 dias	38.225	136.526
Entre 91 e 180 dias	32.991	170.920
Entre 181 e 360 dias	58.929	23.374
Acima de 360 dias	38.449	12.432
(-) Provisão para risco de crédito	(80.500)	(72.320)
	2.585.709	3.683.933

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2008	(51.156)
Créditos provisionados no exercício	(25.912)
Créditos recuperados no exercício	299
Créditos baixados definitivamente da posição	12.420
Variação cambial	(7.323)
Saldo em 31/12/2008	(72.320)
Créditos provisionados no exercício	(58.181)
Créditos recuperados no exercício	210
Créditos baixados definitivamente da posição	40.962
Variação cambial	8.829
Saldo em 31/12/2009	(80.500)

7 - ESTOQUES

	2009	2008
Produtos prontos	1.975.003	3.196.529
Produtos em elaboração	1.258.384	2.456.781
Matérias-primas	1.213.984	2.629.945
Materiais de almoxarifado	1.058.746	1.715.362
Adiantamento a fornecedores	214.467	206.323
Importações em andamento	181.330	547.754
(-) Provisão p/ajuste ao valor de mercado	(150.321)	(354.431)
	5.751.593	10.398.263

Os saldos da provisão para ajuste ao valor de mercado são principalmente relacionados a uma redução no custo ou ajuste de mercado relacionados aos impactos em certas matérias-primas adquiridas pela Companhia e que tiveram um declínio nos preços de vendas dos produtos prontos. Como resultado de valores mais elevados em matérias-primas mais custos estimados de conclusão da produção, em um montante superior ao preço de venda menos custos estimados de vendas, a Companhia reconheceu ajustes ao valor líquido de realização, conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 01/01/2008	(40.867)
Reversão de provisão	33.393
Constituição de provisão	(289.850)
Ganhos/perdas na conversão	(57.107)
Saldo em 31/12/2008	(354.431)
Reversão de provisão	196.981
Constituição de provisão	(36.459)
Ganhos/perdas na conversão	43.588
Saldo em 31/12/2009	(150.321)

Os estoques estão segurados para incêndio e extravasamento. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvidos.

Durante os exercícios findos em 31/12/2009 e 31/12/2008 foram reconhecidos os montantes de R$ 22.107.346 e R$ 31.018.946, respectivamente, como custo das vendas e de fretes. Em 31/12/2009 o custo das vendas inclui os valores de R$ 196.981 referente a estoques baixados permanentemente e R$ 36.459 referente a constituição de provisão para ajuste a valor de mercado.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

8 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2009	2008
Circulante		
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	151.264	201.270
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	101.780	92.664
PIS - Programa de Integração Social	14.692	17.507
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	34.343	36.801
Imposto de Renda	377.451	284.069
IVA - Imposto sobre Valor Agregado	64.666	193.571
Outros	44.368	32.041
	788.564	857.923
Não-circulante		
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	100.488	149.140
PIS - Programa de Integração Social	3.740	21.738
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	17.209	93.077
Imposto de Renda e outros	362.997	257.486
	484.434	521.441
	1.272.998	1.379.364

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	2009	2008
2010	-	192.440
2011	108.430	116.024
2012	81.021	113.776
2013	84.110	19.840
2014 em diante	210.873	79.361
	484.434	521.441

9 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CS) no resultado:

	2009 Total	2008 Total
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, após as participações estatutárias	1.031.460	5.893.114
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(350.697)	(2.003.659)
Ajustes dos impostos referente:		
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	11.325	170.755
- equivalência patrimonial	(37.045)	41.755
- juros sobre o capital próprio	44.099	282.453
- incentivos fiscais	96.921	108.448
- ágio dedutível fiscalmente contabilizado nos livros societários	188.708	287.723
- outras diferenças permanentes (líquidas)	19.737	164.309
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(26.952)	(948.216)
Corrente	(303.272)	(1.423.660)
Diferido	276.320	475.444

As diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos incluídos nos registros contábeis, preparados de acordo com o IFRS, foram reconhecidas como diferenças temporárias para fins de contabilização dos impostos diferidos em contrapartida da despesa (ou receita) no resultado.

As controladas da Companhia no Brasil usufruíram R$ 44.772 em 31/12/2009 (R$ 46.810 em 31/12/2008) de incentivos fiscais de dedução do imposto de renda relativo à inovação tecnológica, fundos dos direitos da criança e do adolescente, PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador e operações de caráter cultural e artístico. As unidades da controlada Gerdau Aços Longos S.A., instaladas na região nordeste do Brasil, são beneficiárias, até 2013, de incentivos fiscais de redução de 75% do imposto de renda, calculados sobre o lucro da exploração daqueles estabelecimentos, sendo que estes representaram R$ 52.149 em 31/12/2009 (R$ 61.638 em 31/12/2008). Os respectivos incentivos fiscais foram registrados, retificando, diretamente, as contas de imposto de renda na demonstração do resultado.

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Saldo em 01/01/2008	Aquisições de empresas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2008
Ativo não-circulante					
Prejuízos fiscais	133.923	-	243.787	203.685	581.395
Base negativa de contribuição social	19.123	-	9.282	-	28.405
Provisão para contingências	128.962	-	(6.513)	-	122.449
Benefícios a empregados	262.336	-	(23.336)	231.893	470.893
Outras diferenças temporárias	322.361	-	129.345	(40.521)	411.185
Ágio amortizado	17.171	-	40.597	-	57.768
Imobilizado	-	-	(6.920)	-	(6.920)
Provisão para perdas	130.253	-	(29.073)	-	101.180
Total ativo não-circulante	1.014.129	-	357.169	395.057	1.766.355

	Saldo em 01/01/2008	Aquisições de empresas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2008
Passivo não-circulante					
Alocação de ativos a valor justo	1.865.789	278.004	(397.940)	514.068	2.259.921
Deságio amortizado	67.726	-	4.866	-	72.592
Benefícios a empregados	171.531	-	(141.162)	61.702	92.071
Outras diferenças temporárias	241.094	80.363	415.961	(101.734)	635.684
Total passivo não-circulante	2.346.140	358.367	(118.275)	474.036	3.060.268
Total líquido	(1.332.011)	(358.367)	475.444	(78.979)	(1.293.913)
Efeito no resultado do exercício			475.444		

	Saldo em 31/12/2008	Aquisições de empresas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2009
Ativo não-circulante					
Prejuízos fiscais	581.395	-	211.785	(122.278)	670.902
Base negativa de contribuição social	28.405	-	9.258	-	37.663
Provisão para contingências	122.449	-	1.865	13.382	137.696
Benefícios a empregados	470.893	-	11.045	(243.197)	238.741
Outras diferenças temporárias	411.185	-	(4.920)	(306.206)	100.059
Ágio amortizado	57.768	-	(65)	(19.344)	38.359
Imobilizado	(6.920)	-	6.920	-	-
Provisão para perdas	101.180	-	15.787	6.649	123.616
Total ativo não-circulante	1.766.355	-	251.675	(670.994)	1.347.036

	Saldo em 31/12/2008	Aquisições de empresas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2009
Passivo não-circulante					
Alocação de ativos a valor justo	2.259.921	49.798	(46.865)	(573.843)	1.689.011
Deságio amortizado	72.592	-	50.915	(27.119)	96.388
Benefícios a empregados	92.071	-	26.429	52.133	170.633
Outras diferenças temporárias	635.684	-	(55.124)	(262.833)	317.727
Total passivo não-circulante	3.060.268	49.798	(24.645)	(811.662)	2.273.759
Total líquido	(1.293.913)	(49.798)	276.320	140.668	(926.723)
Efeito no resultado do exercício			276.320		

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente contingências fiscais, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social:

	Ativo 2009	Ativo 2008
2009	-	383.110
2010	258.074	226.680
2011	185.249	226.072
2012	190.869	587.838
2013	195.864	85.664
2014 em diante	516.980	256.991
	1.347.036	1.766.355

	Passivo 2009	Passivo 2008
2009	-	286.503
2010	96.070	267.877
2011	114.326	263.776
2012	111.717	527.551
2013	111.972	428.640
2014 em diante	1.839.674	1.285.921
	2.273.759	3.060.268

d) Ativos fiscais:

Em 31/12/2009, a Companhia possui um total de prejuízos fiscais decorrente das suas operações no Brasil de R$ 340.248 de imposto de renda (R$ 253.828 em 31/12/2008) e R$ 418.285 de base negativa de contribuição social (R$ 315.378 em 31/12/2008), representando um ativo fiscal diferido de R$ 122.708 (R$ 91.841 em 31/12/2008). A Companhia acredita que os valores serão realizados baseados na combinação de lucros tributáveis futuros. Além destes ativos fiscais diferidos, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R$ 26.496 (R$ 50.762 em 31/12/2008), devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em subsidiárias. Não obstante, estes prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não têm uma data final para expirar.

Em 31/12/2009, a controlada Gerdau Ameristeel possuía prejuízos fiscais não oriundos de perdas de capital no montante de aproximadamente R$ 246.348 para fins fiscais canadenses (R$ 70.110 em 31/12/2008), que expiram entre 2013 e 2029. Esta controlada também tem prejuízos operacionais líquidos de aproximadamente R$ 730.524 para fins fiscais norte-americanos (R$ 762.563 em 31/12/2008), que expiram entre 2010 e 2029. A Companhia acredita que os valores para fins fiscais canadenses e norte-americanos serão realizados antes de sua expiração.

10 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado bruto	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos eletrônicos de dados	Florestamento/ reflorestamento	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 01/01/2008	4.732.794	14.698.041	177.263	132.192	553.411	410.527	2.372.356	23.076.584
Adições	248.630	785.247	36.392	47.157	48.540	108.167	1.864.911	3.139.044
Transferências	158.411	1.509.145	6.489	(2.134)	38.759	301	(1.731.492)	(20.521)
Alienações	(26.055)	(197.195)	(2.506)	(3.549)	(2.185)	(16.835)	(28.611)	(276.936)
Aquisições/alienações de empresas e alocações do valor justo	193.529	922.442	5.251	-	-	-	18.559	1.139.781
Efeito do câmbio	525.834	1.606.036	35.433	24.489	11.365	-	174.114	2.377.271
Saldo em 31/12/2008	5.833.143	19.323.716	258.322	198.155	649.890	502.160	2.669.837	29.435.223
Adições	26.225	277.498	13.887	4.202	74.238	51.940	929.786	1.377.776
Transferências	(45.676)	1.923.006	(9.951)	(33.225)	(27.132)	(17.384)	(1.808.993)	(19.355)
Alienações	(30.606)	(751.663)	(17.042)	(22.763)	(119.229)	(73.774)	(82.878)	(1.097.955)
Baixa pela não recuperabilidade	(73.138)	(497.488)	(61)	(3.880)	(1.914)	-	(17.599)	(594.080)
Aquisições/alienações de empresas	-	3.189	-	-	-	-	-	3.189
Efeito do câmbio	(289.136)	(1.139.241)	(37.309)	(26.339)	178.771	-	(89.076)	(1.402.330)
Saldo em 31/12/2009	5.420.812	19.139.017	207.846	116.150	754.624	462.942	1.601.077	27.702.468
Depreciação acumulada								
Saldo em 01/01/2008	(1.416.797)	(5.245.274)	(104.531)	(67.928)	(337.047)	(77.063)	-	(7.248.640)
Depreciação, amortização e exaustão	(193.828)	(1.298.641)	(21.176)	(26.611)	(70.635)	(13.277)	(4)	(1.624.172)
Transferências	(17)	720	1	191	-	-	-	895
Alienações	5.092	129.158	1.052	2.396	2.172	-	-	139.870
Efeito do câmbio	(55.728)	(545.866)	(19.434)	(12.232)	(15.169)	-	-	(648.429)
Saldo em 31/12/2008	(1.661.278)	(6.959.903)	(144.088)	(104.184)	(420.679)	(90.340)	(4)	(9.380.476)
Depreciação, amortização e exaustão	(35.525)	(1.442.492)	(9.736)	(11.130)	(42.382)	(21.599)	(361)	(1.563.225)
Transferências	204	(3.536)	1.299	537	1.551	17.691	(143)	17.603
Alienações	7.963	724.797	16.876	18.937	117.855	68.137	-	954.565
Baixa pela não recuperabilidade	3.529	67.513	-	1.574	1.447	-	-	74.063
Efeito do câmbio	(187.900)	(888.589)	21.518	11.109	(30.920)	(34)	919	(1.073.897)
Saldo em 31/12/2009	(1.873.007)	(8.502.210)	(114.131)	(83.157)	(373.128)	(26.145)	411	(10.971.367)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2008	4.171.865	12.363.813	114.234	93.971	229.211	411.820	2.669.833	20.054.747
Saldo em 31/12/2009	3.547.805	10.636.807	93.715	32.993	381.496	436.797	1.601.488	16.731.101

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Prédios e construções	20 a 33 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 a 6 anos
Florestamento/reflorestamento	Plano de corte

b) Valores segurados - os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvidos. As usinas das controladas na América do Norte, Espanha e América Latina, exceto Brasil, e as controladas Gerdau Açominas S.A. e Aços Villares S.A. também possuem cobertura para lucros cessantes.
c) Capitalização de juros e encargos financeiros - durante o exercício de 2009, foram apropriados encargos financeiros no montante de R$ 78.535 (R$ 120.010 em 31/12/2008).
d) Valores oferecidos em garantia - foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R$ 218.833 em 31/12/2009 (R$ 2.341.749 em 31/12/2008).
e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado - a Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de imobilizado conforme apresentado na nota 28.
f) Método de depreciação - conforme estabelecido no IAS 16, a Companhia revisou em 2009 o método de depreciação de seu imobilizado, ajustando o método de depreciação linear pelo nível de utilização de certos ativos, basicamente máquinas e equipamentos, em virtude do aumento na vida útil desses ativos devido ao menor nível de utilização. A alteração do método de depreciação deve ser tratada como uma mudança de estimativa de acordo com o IAS 16 e, portanto, tem seus efeitos reconhecidos de forma prospectiva de acordo com o estabelecido no IAS 8. A depreciação em 2009 foi reduzida em R$ 337.240 (R$ 222.813, líquidos de imposto de renda).

11 - INVESTIMENTOS

a) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

	Dona Francisca Energética S.A.		Armacero Ind. Com. Ltda.	*Joint Ventures* América do Norte	Grupo Multisteel Business Holdings Corp.		Corsa Controladora S.A. de C.V.		Estructurales Corsa S.A.P.I. de C.V.	Corporación Centro Americana del Acero, S.A.		Kalyani Gerdau Steel	Outros	Total
	Investimento	Ágio	Investimento	Investimento	Investimento	Ágio	Investimento	Ágio	Investimento	Investimento	Ágio	Investimento	Investimento	
Saldo em 01/01/2008	74.586	17.074	6.120	286.157	152.703	76.472	-	-	-	-	-	-	15.130	628.242
Equivalência patrimonial	9.904	-	8.492	34.832	56.432	-	33.813	-	9.948	6.421	-	(37.459)	425	122.808
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	1.326	253.453	42.225	15.123	20.324	36.097	(2.291)	56.364	93.533	7.467	-	523.621
Dividendos	-	-	-	(183.582)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(183.582)
Aquisição/alienação de investimento	-	-	-	-	-	892	52.250	134.034	80.479	103.978	199.718	127.254	(14.621)	683.984
Reclassificação do valor justo	-	-	-	-	41.602	(41.602)	-	-	-	63.243	(63.243)	-	-	-
Saldo em 31/12/2008	84.490	17.074	15.938	390.860	292.962	50.885	106.387	170.131	88.136	230.006	230.008	97.262	934	1.775.073
Equivalência patrimonial	5.966	-	1.192	(15.579)	(56.347)	-	13.076	-	(4.639)	(15.121)	-	(37.505)	-	(108.957)
Ajustes de avaliação patrimonial	2.154	-	(1.323)	(95.592)	(74.128)	(8.319)	(2.933)	(30.454)	(25.409)	(81.550)	(58.680)	2.393	122	(373.719)
Dividendos	-	-	-	(20.931)	(2.721)	-	(17.963)	-	-	(4.780)	-	-	-	(46.395)
Baixa pela não recuperabilidade de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(46.092)	-	(46.092)
Saldo em 31/12/2009	92.610	17.074	15.807	258.758	159.766	42.566	98.567	139.677	58.088	128.555	171.328	16.058	1.056	1.199.910

b) Outros investimentos

	MRS Logística S.A.	Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	Outros	Total
	Investimento	Investimento	Investimento	
Saldo em 01/01/2008	4.772	13.851	-	18.623
Aquisição/alienação de investimento	-	(13.851)	16.996	3.145
Saldo em 31/12/2008	4.772	-	16.996	21.768
Aquisição/alienação de investimento	-	-	(2.133)	(2.133)
Saldo em 31/12/2009	4.772	-	14.863	19.635

A recuperabilidade dos investimentos é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade. Considerando o atual cenário de crise a Companhia realizou testes de recuperação de investimentos, com base em projeções de fluxo de caixa descontados que levaram em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo.
Os resultados da avaliação da recuperabilidade dos investimentos são apresentados na nota 28.

12 - ÁGIOS

A movimentação dos ágios da Companhia e suas Controladas segue abaixo:

	2009	2008
Saldo inicial	11.294.102	6.043.396
(+) Ganhos/perdas na conversão	(2.591.426)	2.529.320
(+) Adições	26.111	2.775.351
(-) Baixas/Não recuperabilidade de ativos	(304.446)	(53.965)
Saldo final	8.424.341	11.294.102

A composição do ágio por segmento é a seguinte:

	2009	2008
Brasil	376.322	464.699
Aços Especiais	1.933.685	2.807.117
América Latina	682.998	756.041
América do Norte	5.431.336	7.266.245
	8.424.341	11.294.102

Avaliação da recuperação do ágio
Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre investimentos, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, principalmente múltiplos de EBITDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado.
A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado. Considerando o atual cenário de crise a Companhia realizou testes de recuperação de ágio para os seus segmentos de negócio, que representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração, com base em projeções de fluxo de caixa descontados que levaram em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo.
Os resultados da avaliação da recuperação do ágio são apresentados na nota 28.

13 - OUTROS INTANGÍVEIS

Os outros intangíveis referem-se, substancialmente, ao fundo de comércio decorrente da aquisição de empresas:

	Brasil	Aços Especiais	Aços Especiais	América do Norte	Outros	Total
	Relacionamento com fornecedores	Cert. redução emissão carbono	Relacionamento com clientes	Relacionamento com clientes		
Saldo em 01/01/2008	-	6.564	-	1.057.069	10.082	1.073.715
Variação cambial	-	3.154	156.466	316.553	468	476.641
Aquisição	-	25.843	366.280	38.673	26.285	457.081
Baixa	-	(12.709)	(24.896)	(5.239)	(17.756)	(60.600)
Amortização	-	-	(42.073)	(188.854)	(2.980)	(233.907)
Saldo em 31/12/2008	-	22.852	455.777	1.218.202	16.099	1.712.930
Variação cambial	-	(4.548)	(78.592)	(289.661)	(1.298)	(374.099)
Aquisição	143.182	-	-	-	12.500	155.682
Baixa	-	-	(270.544)	-	-	(270.544)
Amortização	(28.637)	(10.561)	(59.470)	(129.362)	(3.139)	(231.169)
Saldo em 31/12/2009	114.545	7.743	47.171	799.179	24.162	992.800
Vida útil média estimada	5 a 20 anos	Indeterminado	15 anos	5 anos	5 anos	

A amortização dos outros intangíveis é efetuada ao longo da vida útil média estimada e tem como contrapartida a conta de custo das vendas. A aquisição de 2009 do segmento Brasil refere-se substancialmente a alocação detalhada na nota 3.7.e. Os resultados da avaliação da recuperação dos outros intangíveis são apresentados na nota 28.

14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Encargos anuais (*)	2009	2008
Financiamentos de curto prazo denominados em reais			
Capital de giro	6,86%	130.830	50.643
Financiamento de investimento	8,72%	259.722	-
Financiamentos de curto prazo denominados em moeda estrangeira			
Capital de giro (US$)	3,64%	124.894	942.366
Capital de giro (€)	3,13%	93.247	444.409
Capital de giro (Clp$)	1,78%	18.404	103.690
Capital de giro (Cop$)	9,56%	92.738	304.264
Capital de giro (PA$)	13,94%	472	77.132
Capital de giro (Mxn$)	5,82%	7.276	-
Financiamento de imobilizado e outros (US$)	2,70%	7.614	7.308
		735.197	1.929.812
Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo		621.584	1.858.273
Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante		1.356.781	3.788.085
Financiamentos de longo prazo denominados em reais			
Capital de giro	2,77%	103.604	84.289
Financiamento de imobilizado	8,05%	1.749.301	1.866.491
Financiamento de investimento		-	663.984
Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira			
Capital de giro (US$)	7,97%	1.141.440	568.491
Capital de giro (€)	3,13%	149.126	1.117.699
Capital de giro (Mxn$)	5,82%	12.041	-
Capital de giro (Cop$)	9,56%	300.440	210.258
Obrigações ao portador (*Bond* Perpétuo e *Senior Notes*) (US$)	10,14%	1.046.780	2.341.672
Ten Years Bonds (US$)	7,14%	4.840.778	3.554.918
Term Loan Facility (US$)	2,80%	2.942.628	6.076.200
Adiantamentos de exportações (US$)	4,90%	514.015	701.324
Financiamento de investimento (US$)	3,64%	81.488	934.800
Financiamento de imobilizado e outros (US$)	6,92%	303.098	2.333.149
		13.184.739	20.453.275
Menos: parcela circulante		(621.584)	(1.858.273)
Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante		12.563.155	18.595.002
Total financiamentos		13.919.936	22.383.087

(*) Custo médio ponderado efetivo de juros em 31/12/2009.

Os empréstimos e financiamentos denominados em reais são indexados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juros definida trimestralmente pelo Governo Federal, utilizada para correção de empréstimos de longo prazo concedidos pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ou pelo IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado: índice de inflação brasileiro, apurado pela Fundação Getúlio Vargas).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

	2009	2008
Real (R$)	2.243.457	2.665.407
Dólar Norte-Americano (US$)	11.002.735	17.460.228
Euro (€)	242.373	1.562.108
Peso Colombiano (Cop$)	393.178	514.522
Peso Argentino (PA$)	472	77.132
Peso Chileno (Clp$)	18.404	103.690
Peso Mexicano (Mxn$)	19.317	-
	13.919.936	22.383.087

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	2009	2008
2010	-	2.312.351
2011	677.664	4.134.453
2012	2.650.655	4.240.816
2013	2.305.967	1.758.753
2014 em diante	6.928.869	6.148.629
	12.563.155	18.595.002

a) *Ten Years Bonds*
***Bond* 2020**
Em 18/11/2009, a subsidiária Gerdau Holdings Inc. concluiu operação financeira de emissão de *bonds* no valor total de US$ 1,25 bilhão e vencimento final em 20/01/2020. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A.. Em 31/12/2009, o saldo de principal nesta operação era de US$ 1,25 bilhão (R$ 2.176.500 em 31/12/2009).
***Bond* 2017**
Em 22/10/2007, a subsidiária GTL Trade Finance Inc. concluiu operação financeira de emissão de *bonds* no valor total de US$ 1 bilhão com posterior reabertura para adicionais US$ 500 milhões, totalizando dívida de US$ 1,5 bilhão e vencimento final em 20/10/2017. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A.. Em 31/12/2009, o saldo de principal nesta operação era de US$ 1,5 bilhão (R$ 2.611.800 em 31/12/2009).
b) *Bond* Perpétuo
Em 15/09/2005, a Gerdau S.A. concluiu operação financeira de emissão de *bonds* no valor total de US$ 600 milhões e sem vencimento final. A partir de 15/09/2010 a Gerdau S.A. passa a ter o direito de exercer recompra dos títulos. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A.. Em 31/12/2009, o saldo de principal nesta operação era de US$ 600 milhões (R$ 1.044.720 em 31/12/2009).
c) *Term Loan Facility*
Em 10/09/2007, as subsidiárias Gerdau Ameristeel US Inc. e GNA Partners, concluiram operação financeira para financiamento de aquisição no valor total de US$ 2,75 bilhões e vencimento final em 14/09/2013. As seguintes

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A., Gerdau Ameristeel Corporation, Gerdau Açominas Overseas Limited. Em 31/12/2009, o saldo de principal nesta operação era de US$ 1,69 bilhão (R$ 2.942.628 em 31/12/2009).

d) Garantias

Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor, na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas, era de R$ 134.730, foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária. Para certos financiamentos as garantias são avais dos controladores, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 0,7% a.a., calculada sobre o montante avalizado.

e) *Covenants*

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida.

No segundo trimestre de 2009 a Administração da Companhia, tendo por base projeções que consideravam a crise econômica global e seu impacto no mercado siderúrgico, concluiu que havia a possibilidade de que a Companhia pudesse vir a descumprir temporariamente alguns dos *covenants* financeiros em determinados contratos de dívida, e que este descumprimento possivelmente, caso viesse a ocorrer, se daria no final do terceiro ou do quarto trimestres de 2009.

Assim, numa atitude pro-ativa, a Companhia iniciou trabalhos sobre uma proposta de restabelecimento temporário dos *covenants* financeiros (*covenant reset*) e, durante o segundo trimestre de 2009, apresentou esta proposta aos credores envolvidos em contratos de dívidas sujeitos a *covenants* financeiros. Em 22/06/2009, a Companhia obteve aprovação por 100% dos credores envolvidos, o que representou um universo de 43 instituições financeiras e um volume de US$ 3,7 bilhões do endividamento total da Companhia.

O *covenant reset* entraria em vigor caso houvesse quebra de algum dos *covenants* originais, o que de fato ocorreu em 30/09/2009.

Seguem abaixo breves descrições tanto dos *covenants* financeiros originalmente requeridos nos contratos de dívida como também dos *covenants* temporários oriundos do *covenant reset*.

Todos os *covenants* descritos abaixo são calculados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS da Gerdau S.A., exceto o item IV, que se refere à Demonstração Financeira Consolidada da Metalúrgica Gerdau S.A..

I) *Consolidated Interest Coverage Ratio* (nível de cobertura da despesa financeira) - mede a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização). O índice contratual indica que o EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 3 vezes a despesa financeira do mesmo período. Em 31/12/2009 este índice era de 2,7 vezes;

II) *Consolidated Leverage Ratio* (nível de cobertura da dívida) - mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização). O índice contratual indica que o nível de endividamento bruto não pode ultrapassar 4 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Em 31/12/2009 este índice era de 3,8 vezes;

III) *Required Minimum Net Worth* (Patrimônio Líquido mínimo requerido) - mede o Patrimônio Líquido mínimo requerido em contratos financeiros. O índice contratual indica que o Patrimônio Líquido deve ser superior a R$ 3.759.200; e

IV) *Current Ratio* (índice de liquidez corrente) - mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo. O índice contratual indica que a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante deve ser superior a 0,8 vezes. Em 31/12/2009 este índice era de 3 vezes.

Devido ao não cumprimento do *covenant* financeiro descrito no item I acima, entrou em vigor, a partir de 30/09/2009, a estrutura de *covenant reset*, válida até 30/09/2010, onde os *covenants* descritos nos itens I e II acima são temporariamente substituídos pelos *covenants* descritos abaixo:

a) *Consolidated Interest Coverage Ratio* (nível de cobertura da despesa financeira) - o índice contratual indica que o EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 2,5 vezes a despesa financeira líquida (Despesa Financeira menos Receita Financeira) do mesmo período. Em 31/12/2009 este índice era de 4,0 vezes;

b) *Consolidated Leverage Ratio* (nível de cobertura da dívida) - o índice contratual indica que o nível de endividamento líquido (endividamento bruto menos disponibilidades e aplicações financeiras) não pode ultrapassar 5 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Em 31/12/2009 este índice era de 2,25 vezes;

c) Limite máximo de Endividamento Bruto de US$ 11,0 bilhões. Em 31/12/2009, o endividamento era de US$ 8,3 bilhões.

A penalidade prevista em contrato em caso do não cumprimento dos *covenants* financeiros é a possibilidade de declaração de inadimplência pelos credores e o vencimento antecipado dos contratos de dívida da Companhia.

f) Linhas de crédito

Em junho de 2009, o Grupo Gerdau (Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Aços Villares S.A.) obteve uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R$ 1.500.025 para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos serão disponibilizados à medida que as controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros contratada foi TJLP + 2,21% a.a.. Os contratos são garantidos pelo aval e por *covenants* financeiros da Metalúrgica Gerdau S.A.. Essa linha de crédito não estava sendo utilizada em 31/12/2009.

Em 27/05/2008, a Gerdau Aços Longos S.A. obteve uma aprovação junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante total de R$ 543.413 para financiamento da construção do Complexo Energético Caçú/Barra dos Coqueiros, com carência de 6 meses após início das atividades, até outubro de 2010. Em 31/12/2009, R$ 402.087 dessa linha haviam sido utilizados. A amortização ocorrerá no período de novembro de 2010 a outubro de 2024, a uma taxa de juros contratada de TJLP + 1,46% a.a..

As controladas da América do Norte possuem linha de crédito no valor de US$ 650 milhões (R$ 1.131.780 em 31/12/2009), com vencimento em dezembro de 2012. Os estoques e contas a receber das controladas foram dados em garantia a essa linha. Essa linha de crédito não estava sendo utilizada em 31/12/2009.

Em maio de 2008, a controlada Gerdau MacSteel Inc. obteve uma linha de crédito junto a um consórcio de bancos liderados pelo Citibank N.A., no valor total de US$ 100 milhões (R$ 174.120 em 31/12/2009) por um prazo de 3 anos, a título de crédito rotativo. Em 31/12/2009, a linha não estava em utilização. A taxa de juros contratada foi *Libor* + 1,25% a.a.. Empresas do Grupo Gerdau são as garantidoras desse empréstimo.

15 - DEBÊNTURES

Emissão	Assembleia Geral	Quantidade em 31/12/2009 Emitida	Em carteira	Vencimento	Encargos anuais	2009	2008
3ª - A e B	27/05/1982	144.000	55.956	01/06/2011	CDI	115.844	141.406
7ª	14/07/1982	68.400	58.649	01/07/2012	CDI	33.838	35.729
8ª	11/11/1982	179.964	50.342	02/05/2013	CDI	313.986	298.186
9ª	10/06/1983	125.640	50.164	01/09/2014	CDI	42.380	13.800
11ª - A e B	29/06/1990	150.000	73.090	01/06/2020	CDI	94.931	87.222
						600.979	576.343
Aços Villares S.A.	01/09/2005	28.500	-	01/09/2010	104,5% CDI	-	274.406
Total Consolidado						600.979	850.749
Parcela de curto prazo						-	145.034
Parcela de longo prazo						600.979	705.715

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	2009	2008
2010	-	129.372
2011	115.844	141.406
2012	33.838	35.729
2013	313.986	298.186
Após 2013	137.311	101.022
	600.979	705.715

Debêntures emitidas pela Gerdau S.A.

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). A taxa nominal média anual de juros foi de 9,88% e 12,48% em 31/12/2009 e 31/12/2008, respectivamente.

Debêntures emitidas pela Aços Villares S.A.

As debêntures da Aços Villares S.A. são na forma nominativa escritural, em série única, da espécie quirografária e não são conversíveis em ações. Foram emitidas e colocadas no mercado 28.500 debêntures, no valor nominal unitário de R$ 10, totalizando R$ 285.000, com prazo de 5 anos e vencimento em 01/09/2010.

Em 01/12/2009 a subsidiária Aços Villares S.A. exerceu o direito de resgate antecipado da totalidade das debêntures em circulação.

16 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Gerdau S.A. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, financiamentos importação, financiamentos pré-pagamento, financiamento de nota s bancárias, bônus perpétuos e encargos, *Ten Years Bonds*, Financiamentos outros, debêntures, partes relacionadas, ganhos não realizados com derivativos, perdas não realizadas com derivativos, outras contas a receber, outras contas a pagar e opções por compra de ações. Estas operações têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e contra variações de taxas de juros, sem fins especulativos.

A Companhia utiliza instrumentos de *hedge*, de acordo com a metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), e estes estão contabilizados pelos seus valores de mercado.

b) Valor de mercado - o valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados, está demonstrado a seguir:

	2009		2008	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	2.091.944	2.091.944	2.026.609	2.026.609
Aplicações financeiras	2.727.404	2.727.404	3.464.200	3.464.200
Contas a receber de clientes	2.585.709	2.585.709	3.683.933	3.683.933
Fornecedores	1.705.058	1.705.058	2.855.419	2.855.419
Financiamentos importação	1.222.211	1.222.211	2.328.138	2.328.138
Financiamentos pré-pagamento	511.316	511.316	345.840	345.840
Financiamentos de notas bancárias (*Senior Notes*)	-	-	939.472	928.691
Bônus perpétuos e encargos	1.044.720	1.069.271	1.404.965	1.182.195
Ten Years Bonds	4.840.778	5.047.889	3.554.918	3.155.583
Outros financiamentos	6.300.911	6.300.911	13.809.754	13.809.754
Debêntures	600.979	600.979	850.749	850.749
Partes relacionadas (ativo)	50.718	50.718	59.092	59.092
Partes relacionadas (passivo)	2.386	2.386	660	660
Ganhos não realizados com derivativos	20.034	20.034	78.180	78.180
Perdas não realizadas com derivativos	92.860	92.860	383.702	383.702
Outras contas a receber	361.197	361.197	587.201	587.201
Outras contas a pagar	584.491	584.491	861.881	861.881
Plano de incentivo de longo prazo	-	48.914	-	37.785
Obrigações por compra de ações	518.096	518.096	698.321	698.321

O valor de mercado dos títulos *Ten Years Bonds* e Bônus Perpétuos (*Perpetual Bonds*) são baseados em cotações no mercado secundário destes títulos.

Os demais instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de preço das *commodities*: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que as controladas da Companhia vendem ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de operar num mercado de *commodities*, as controladas da Companhia poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais. Para minimizar esse risco, as controladas da Companhia monitoram permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos ou ativos (aplicações) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas ou contratando *hedges*, de taxas variáveis (como a *Libor* e o CDI) para fixas, com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar, ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente irá ser afetado por um movimento da moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originado por exportações e dos investimentos no exterior que se constituem, em termos econômicos, em *hedge* natural, a Companhia avalia a contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de *swaps*, caso a Companhia tenha mais passivos em dólar do que ativos.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade de as controladas da Companhia não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as controladas da Companhia adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas e *benchmarks*. Nos últimos 6 anos, a metodologia BSC (*Balance Scorecard*) foi utilizada para a elaboração de mapas estratégicos com objetivos e indicadores dos principais processos. Os indicadores chave (KPI - *Key Perfomance Indicators*) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Total/EBITDA, Índice de Cobertura de Juros e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. A Dívida Total é formada pelos Empréstimos e financiamentos (nota 14) e pelas Debêntures (nota 15). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado.

A empresa busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo:

WACC	entre 10%-13% a.a.
Dívida Bruta/EBITDA	entre 2x e 3x
Índice de Cobertura de Juros	maior que 5x
Relação Dívida/Patrimônio Líquido	entre 40%-60% e 60%-40%

Estes indicadores chave são usados para os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados nas notas 14 e 15, respectivamente.

A seguir são apresentados os vencimentos dos passivos financeiros:

Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	2009 Mais de 5 anos
Obrigações de longo prazo	13.184.739	621.584	3.328.319	2.684.222	6.550.614
Debêntures	600.979	-	463.668	42.380	94.931
Opção de compra de participação remanescente da PCS	56.483	-	56.483	-	-
Opção de compra e venda de participação remanescente na Sipar	12.014	-	-	-	12.014
Opção de venda concedida ao Grupo Santander e Corporación Sidenor	449.599	-	449.599	-	-
	14.303.814	621.584	4.298.069	2.726.602	6.657.559

Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	2008 Mais de 5 anos
Obrigações de longo prazo	20.453.275	1.858.273	6.446.804	5.999.569	6.148.629
Debêntures	850.749	145.034	270.778	333.914	101.023
Opção de compra de participação remanescente da PCS	145.025	-	145.025	-	-
Opção de venda concedida ao Grupo Santander e Corporación Sidenor	553.296	-	553.296	-	-
	22.002.345	2.003.307	7.415.903	6.333.483	6.249.652

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

Premissa	Variação	Impacto no resultado
Variações na moeda estrangeira	5%	199.427
Variações nas taxas de juros	0,10%	66.858
Variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas	1%	109.895
Swaps de taxas de juros	0,10%	9.040
Swaps de moedas e dos NDF's (*Non Deliverable Forwards*)	5%	2.960

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (*Foreign currency sensitivity analysis*): a Companhia possui exposição de variações em moeda estrangeira, principalmente nos empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes empréstimos e financiamentos em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio monta, em 31/12/2009, a R$ 199.427 (R$ 325.140 em 31/12/2008). A Companhia acredita que a valorização do dólar frente ao Real para o ano de 2010 será de 3,25%.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*): a Companhia possui exposição a riscos de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos e debêntures. A análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,10% sobre estes empréstimos e financiamentos e debêntures em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros monta, em 31/12/2009, R$ 66.858 (R$ 87.564 em 31/12/2008). Em função das fortes reduções de juros internacionais, como a *Libor*, que ocorreram no mundo todo em virtude da crise, a Companhia acredita que, no longo prazo, as curvas de juros podem voltar a subir com o reaquecimento econômico.

Análise de sensibilidade das variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção: a Companhia possui exposição de variações no preço das mercadorias. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço das mercadorias vendidas e das matérias-primas e demais insumos monta, em 31/12/2009, R$ 109.895 (R$ 187.800 em 31/12/2008). A Companhia e suas subsidiárias não possuem *hedge* de *commodities*.

Análise de sensibilidade dos *swaps* de taxas de juros: a companhia possui exposição a *swaps* de taxa de juros para alguns de seus empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,10% na curva de juros (*Libor*) e os seus impactos na marcação a mercado dos *swaps*. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros monta, aproximadamente, US$ 5,19 milhões (R$ 9.040 em 31/12/2009) que representa um aumento ou redução deste valor, nas marcações a mercado desses *swaps*. As contrapartidas destes efeitos seriam registradas no resultado e na demonstração dos resultados abrangentes, nos montantes de R$ 2.075 e de R$ 6.965, respectivamente.

Análise de sensibilidade dos *swaps* de moedas e dos NDF's (*Non Deliverable Forwards*): a Companhia possui exposição a *swaps* de moedas (*cross currency swaps*) e NDF's para alguns de seus ativos e passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e essas moedas, e o seu efeito na marcação a mercado desses derivativos. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio monta, aproximadamente, US$ 1,7 milhão (R$ 2.960 em 31/12/2009), o que representa um aumento ou redução deste valor, nas marcações a mercado desses *swaps*. As contrapartidas destes efeitos seriam registradas na demonstração dos resultados abrangentes.

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

31/12/2009 Ativos	Emprés-timos e recebíveis	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no resultado	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no Patrimônio Líquido	Disponíveis para venda	Total
Aplicações financeiras	-	2.619.418	49.690	58.296	2.727.404
Ganhos não realizados com derivativos	-	20.034	-	-	20.034
Contas a receber de clientes	2.585.709	-	-	-	2.585.709
Partes relacionadas	50.718	-	-	-	50.718
Outras contas a receber	361.197	-	-	-	361.197
Caixa e equivalentes de caixa	2.091.944	-	-	-	2.091.944
Total	5.089.568	2.639.452	49.690	58.296	7.837.006

Passivos	Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no resultado	Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no Patrimônio Líquido	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Fornecedores	-	-	1.705.058	1.705.058
Financiamentos importação	-	-	1.222.211	1.222.211
Financiamentos pré-pagamento	-	-	511.316	511.316
Ten Years Bonds	-	-	4.840.778	4.840.778
Bônus perpétuos e encargos	-	-	1.044.720	1.044.720
Financiamentos outros	-	-	6.300.911	6.300.911
Debêntures	-	-	600.979	600.979
Partes relacionadas	-	-	2.386	2.386
Outras contas a pagar	-	-	584.491	584.491
Obrigações por compra de ações	518.096	-	-	518.096
Perdas não realizadas com derivativos	81.180	11.680	-	92.860
Total	599.276	11.680	16.812.850	17.423.806

31/12/2008 Ativos	Empréstimos e recebíveis	Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no resultado	Disponíveis para venda	Total
Aplicações financeiras	-	2.837.049	627.151	3.464.200
Ganhos não realizados com derivativos	-	78.180	-	78.180
Contas a receber de clientes	3.683.933	-	-	3.683.933
Partes relacionadas	59.092	-	-	59.092
Outras contas a receber	587.201	-	-	587.201
Caixa e equivalentes de caixa	2.026.609	-	-	2.026.609
Total	6.356.835	2.915.229	627.151	9.899.215

Passivos	Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no resultado	Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidas no Patrimônio Líquido	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Total
Fornecedores	-	-	2.855.419	2.855.419
Financiamentos importação	-	-	2.328.138	2.328.138
Financiamentos pré-pagamento	-	-	345.840	345.840
Financiamentos de nota s bancárias *(Senior Notes)*	-	-	939.472	939.472
Notas perpétuas	-	-	1.404.965	1.404.965
Financiamentos outros	-	-	17.364.672	17.364.672
Debêntures	-	-	850.749	850.749
Partes relacionadas	-	-	660	660
Outras contas a pagar	-	-	954.636	954.636
Obrigações por compra de ações	698.321	-	-	698.321
Perdas não realizadas com derivativos	170.214	213.488	-	383.702
Total	868.535	213.488	27.044.551	28.126.574

Com exceção de um instrumento classificado como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge)*, cuja efetividade possa ser mensurada e que tem sua perda e/ou ganhos não realizados classificados diretamente no Patrimônio Líquido, todos os instrumentos financeiros derivativos são *swaps* de taxas de juros e NDF's (*Non Deliverable Forward*). Estes instrumentos foram registrados a valor justo, sendo as perdas e/ou ganhos realizados e não realizados apresentados na conta "Perdas com derivativos, líquido" na demonstração consolidada de resultados.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: a Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento de risco é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre no final dos contratos quando o derivativo é encerrado. O monitoramento do impacto destas transações (MTM) é analisado mensalmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Por política interna, não são mantidas captações em moedas nas quais não exista uma correspondente geração de caixa.

Política de uso de derivativos: conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou um passivo descoberto, nunca alavancando a posição.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos.

Política de apuração do valor justo: O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo, trazidas a valor presente, na data de apuração. Os métodos e premissas levam em conta a interpolação de curvas, como no caso da *Libor*, e de acordo com cada mercado onde a empresa está exposta. Os *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*.

Os valores são apurados com base em modelos e cotações disponíveis no mercado, que levam em conta condições de mercado presentes ou futuras, sendo valores brutos, anteriores à incidência de impostos.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros, (tanto em *Libor* de dólar, como em outras moedas); *swap* de moeda; e também NDF's (*Non Deliverable Forwards*).

Contratos futuros de dólar - NDF's (*Non Deliverable Forwards*): a controlada Aços Villares S.A. possui venda de NDF's (*Non Deliverable Forwards*), qualificados como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com valor nocional de US$ 89,1 milhões, o equivalente a R$ 155.141 em 31/12/2009, pelo qual assume a média da PTAX do mês anterior ao de vencimento e o banco assume uma cotação fixa do dólar norte-americano para a data do vencimento. O montante está distribuído em tranches para cobrir receitas oriundas de exportações de cilindros, sendo que a última vencerá em 01/01/2011. O valor justo deste contrato, que representa o montante de liquidação se o contrato fosse finalizado em 31/12/2009, é um ganho líquido de R$ 6.181. A respectiva contrapartida foi registrada em conta específica do Patrimônio Líquido no montante de R$ 31.931 (líquido de impostos). A contraparte desta operação é com os bancos Banco Itaú S.A., UBS Pactual e Unibanco S.A.

A controlada Diaco S.A. liquidou o NDF's (*Non Deliverable Forwards*), com vencimento em 06/04/2009, que tinha o objetivo de proteger-se da variação cambial do dólar americano para a moeda local, relativamente à compra de sucata e outros insumos utilizados no processo siderúrgico. O reflexo deste NDF no resultado do exercício foi um ganho de R$ 3.180 e foi registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido".

A controlada Siderurgica del Perú S.A.A. - Siderperú liquidou o NDF's (*Non Deliverable Forwards*), com vencimento em 17/07/2009. Esta operação foi feita em função da exposição cambial existente a partir de um financiamento em dólares com o Banco Continental. O reflexo deste NDF no resultado do exercício foi uma perda de R$ 913 e foi registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido".

A controlada Gerdau Aza S.A. liquidou NDF's (*Non Deliverable Forwards*), com vencimento em 02/10/2009. Este NDF foi contratado com o objetivo de proteger-se da variação cambial do dólar americano para a moeda local, que poderia impactar a receita de suas exportações e assim prejudicar a margem. O reflexo deste NDF no resultado do exercício foi uma perda de R$ 921 e foi registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido". A contraparte desta operação era com o Banco CorpBanca e Security.

A controlada Salomon Sack S.A. liquidou o NDF's (*Non Deliverable Forwards*), com vencimento em 21/09/2009. Este NDF foi contratado com o objetivo de proteger-se da variação cambial do dólar americano para a moeda local, relativamente à compra de produtos acabados utilizados no processo siderúrgico (Tarugo). O reflexo deste NDF no resultado do exercício foi um ganho de R$ 130 e foi registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido".

A controlada Cleary Holdings contratou venda de NDF's (*Non Deliverable Forwards*), qualificados como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com valor nocional de US$ 14,17 milhões, o equivalente a R$ 24.683 em 31/12/2009. Esta operação foi feita para eliminar a exposição cambial que possui em contratos de venda de carvão no mercado externo, que estão em dólar americano. Como seu custo é em peso colombiano, a operação foi feita visando eliminar essa exposição. O montante está distribuído em tranches, sendo que a última vencerá em 05/02/2010. O valor justo deste contrato, que representa o montante de liquidação se o contrato fosse finalizado em 31/12/2009, é uma perda líquida de R$ 584. A respectiva contrapartida foi registrada em conta específica do Patrimônio Líquido. A contraparte desta operação é com o Banco de Bogotá.

Contratos de *swap*

***Swap* de taxas de juros**

A controlada Aços Villares S.A. possui *swaps* no valor de US$ 39,18 milhões (R$ 68.220 em 31/12/2009), nos quais os encargos financeiros pactuados em contratos de pré-pagamento de exportação, equivalentes à taxa *Libor* acrescida de um percentual de juros, são trocados por taxas de juros pré-fixadas. O valor justo deste contrato, que representa o montante de liquidação se os contratos fossem finalizados em 31/12/2009, é uma perda líquida de R$ 2.476. A contraparte desta operação é com o banco Unibanco e ABN Amro Bank.

A controlada Gerdau Açominas S.A. liquidou antecipadamente, em 18/12/2009, *swaps* de taxas de juros nos quais ela recebia uma taxa de juros variável baseada na *Libor* e pagava uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos. Esses *swaps* foram contratados para eliminar o risco de variação das taxas de juros (*Libor*), já que a Companhia tinha dívidas em dólar em taxas flutuantes, no mesmo valor que o *swap*, dívidas estas que também foram liquidadas. O montante de liquidação deste contrato foi uma perda de R$ 10.344. O reflexo deste *swap* no resultado do exercício foi um ganho de R$ 2.450, registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido". As contrapartes desta operação eram com os bancos JP Morgan e Citibank.

A Companhia, através da controlada GTL Equity Investments Corp., possui um *swap* de cupom cambial versus *Libor,* junto ao Banco JP Morgan, com vencimentos entre 21/09/2010 e 21/12/2011. Os valores nominais destes contratos somados eram de US$ 300 milhões, equivalentes a R$ 522.360 em 31/12/2009. Essa operação foi feita, visando aproveitar a diferença entre a taxa de juros interna (cupom cambial) e a taxa de juros externa (*Libor*). Com isso a Companhia aumenta a sua exposição ao risco Brasil, porém este risco é inerente ao seu negócio. O valor justo destes contratos, que representa o montante de liquidação se os contratos fossem finalizados em 31/12/2009, é uma perda de R$ 16.068 e um ganho de R$ 13.853, gerando uma perda líquida de R$ 2.215.

A Companhia, também através da controlada GTL Equity Investments Corp., possui um *swap* de taxa de juros, junto ao Banco Calyon, com vencimento em 15/08/2012. O valor nominal deste contrato é de US$ 7,5 milhões, equivalentes a R$ 13.059 em 31/12/2009. Essa operação foi feita, visando minimizar o risco de variação das taxas de juros (*Libor*), já que a Companhia tomou dívida em dólar em taxas flutuantes. O valor justo destes contratos, que representa o montante de liquidação se os contratos fossem finalizados em 31/12/2009, é uma perda líquida de R$ 680.

A controlada Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú possui *swap* de taxas de juros nos quais ela recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* e paga uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos. Este contrato tem um valor nominal de US$ 64,29 milhões, o equivalente a R$ 111.942 em 31/12/2009 e data de vencimento em 30/04/2014. Esse *swap* foi contratado para minimizar o risco de variação das taxas de juros (*Libor*), já que a Companhia tomou dívida em dólar em taxas flutuantes, num valor superior ao do *swap*. O valor justo deste contrato, que representa o montante de liquidação se o contrato fosse finalizado em 31/12/2009, é uma perda líquida de R$ 5.818. A contraparte desta operação é com o Banco Bilbao Vizcaya - BBVA.

A controlada Gerdau Ameristeel Corp. possui *swaps* de taxas de juros, qualificados como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), visando reduzir sua exposição à variação da *Libor* do *Term Loan Facility*. Em função do *Term Loan Facility* ter sido contratado em taxas de *Libor* flutuantes, a Companhia optou por trocar por taxas fixas, melhorando a previsibilidade do fluxo de caixa, além de eliminar o risco de flutuação da *Libor*. Os contratos têm um valor nominal de US$ 1 bilhão, o equivalente a R$ 1.741.200 em 31/12/2009. As taxas de juros fixadas para estes *swaps* estão entre 3,3005% e 3,7070% e têm vencimentos entre março de 2012 e setembro de 2013. Se adicionado ao *spread* sobre a *Libor* relativo à tranche B do *Term Loan Facility*, a taxa de juros nestes *swaps* estariam entre 4,5505% e 4,9570%. O valor de mercado (valor justo) destes *swaps*, que representam o montante de liquidação se o contrato fosse encerrado em 31/12/2009, é uma perda líquida de R$ 65.856, que gera um efeito líquido de tributos de R$ 38.281 em conta específica do Patrimônio Líquido. A contraparte desta operação é com os bancos ABN Amro Bank, HSBC e JP Morgan.

A controlada Gerdau MacSteel liquidou antecipadamente *swaps* de taxas de juros, que tinha como objetivo trocar seu passivo de *Libor* flutuante para *Libor* fixa, e visava reduzir sua exposição à variação da *Libor* do *Term Loan Facility*, financiamento este que também foi liquidado. Em função do *Term Loan Facility* ter sido contratado em taxas de *Libor* flutuantes, a Companhia optou por trocar por taxas fixas, melhorando a previsibilidade do fluxo de caixa, além de eliminar o risco de flutuação da *Libor*. O montante de liquidação deste contrato foi uma perda de R$ 19.052 e foi registrado no resultado do exercício na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido". As contrapartes desta operação eram com os bancos Standard Chartered, Calyon e Banco de Tokyo.

Cross Currency Swap

A controlada Gerdau Açominas S.A. liquidou antecipadamente, em 18/12/2009, um cupom *swap* na qual ela recebia uma taxa de juros variável baseada na *Libor* japonesa em yenes japoneses e pagava uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos. Essa operação tinha por objetivo proteger a variação cambial do *fee* pago na operação já que este custo estava em yenes japoneses. O montante de liquidação deste contrato foi um ganho de R$ 1.574. O reflexo deste *swap* no resultado do exercício foi uma perda de R$ 2.579, registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido". A contraparte desta operação é com o Banco Citibank.

A controlada Gerdau Açominas S.A. liquidou antecipadamente, em 18/12/2009, *swap* na qual recebia uma taxa de juros variável baseada na *Libor* japonesa em yenes japoneses e pagava uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos. Esse *swap* foi contratado em função da Companhia possuir uma dívida em yene, dívida esta que também foi liquidada. Como pela sua política não é permitido contratar dívidas em moedas onde a Companhia não gera receita, foi necessária a contratação deste *swap*. O montante de liquidação deste contrato foi um ganho de R$ 43.013. O reflexo deste *swap* no resultado do exercício foi uma perda de R$ 21.993, registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido". A contraparte desta operação era com o Banco Citibank.

Margens de garantia

A Companhia possui contratos de instrumentos financeiros derivativos que prevêem a possibilidade de constituição de depósito e/ou margem de garantia quando o valor da marcação a mercado destes instrumentos exceder os limites previstos em cada contrato. Em 31/12/2009, os contratos acima não exigiam nenhum depósito/margem de garantia.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Os instrumentos derivativos podem ser resumidos e categorizados da seguinte forma:

			Valor de referência		Valor reconhecido no resultado		Valor reconhecido no Patrimônio Líquido		Valor justo a receber		Valor justo a pagar	
Contratos de proteção patrimonial	**Posição**		**2009**	**2008**	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
Contratos futuros (Forward)												
Aços Villares S.A.			US$ 89,1 milhões	US$ 188,8 milhões	(21.950)	(53.228)	31.931	(44.390)	6.181	-	-	(109.466)
Diaco S.A.			-	US$ 15,4 milhões	3.180	15.275	-	-	-	2.720	-	-
Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú			-	US$ 6,29 milhões	(913)	114	-	-	-	110	-	-
Gerdau Aza S.A.			-	US$ 3,1 milhões	(921)	(201)	-	-	-	7.205	-	(7.406)
Salomon Sack			-	-	130	-	-	-	-	-	-	-
Cleary Holdings			US$ 14,17 milhões	-	(50)	-	(584)	-	-	-	(584)	-
					(20.524)	(38.040)	31.347	(44.390)	6.181	10.035	(584)	(116.872)
Contratos *swap*												
***Swap* de taxas de juros**												
Aços Villares S.A.	ponta ativa	Libor 6M + 1,94%	US$ 39,18 milhões	US$ 59 milhões	(5.671)	1.766	-	-	-	-	(2.476)	(4.010)
	ponta passiva	6,95%										
Gerdau Açominas S.A.	ponta ativa		-	US$ 208,5 milhões	2.450	(19.116)	-	-	-	-	-	(22.906)
	ponta passiva											
Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú	ponta ativa	Libor 6M + 0,90%	US$ 64,29 milhões	US$ 75 milhões	(5.818)	(13.568)	-	-	-	-	(7.196)	(13.134)
	ponta passiva	5,50%										
Gerdau Ameristeel Corp.	ponta ativa	Libor 6M + 1,37%	US$ 1 bilhão	US$ 1 bilhão	-	(5.747)	(38.281)	(87.467)	-	-	(65.856)	(147.243)
	ponta passiva	3,48%										
Gerdau MacSteel Holdings Inc.	ponta ativa	Libor 6M	-	US$ 400 milhões	(19.052)	-	-	(23.328)	-	-	-	(40.009)
	ponta passiva	3,59%										
GTL Equity Investments Corp.	ponta ativa	Libor 6M	US$ 75 milhões	-	(874)	-	-	-	-	-	(680)	-
	ponta passiva	3,48%										
GTL Equity Investments Corp.	ponta ativa	4,51% a.a.	US$ 300 milhões	US$ 300 milhões	47.883	(39.528)	-	-	13.853	-	(16.068)	(39.528)
	ponta passiva	3,51% a.a.										
					18.918	(76.193)	(38.281)	(110.795)	13.853	-	(92.276)	(266.830)
Cross currency swap												
Gerdau Açominas S.A.	ponta ativa		-	US$ 224,5 milhões	(2.579)	5.403	-	-	-	4.417	-	-
	ponta passiva											
Gerdau Açominas S.A.	ponta ativa		-	US$ 250,3 milhões	(21.993)	46.434	-	-	-	63.728	-	-
	ponta passiva											
					(24.572)	51.837	-	-	-	68.145	-	-
					(26.178)	(62.396)	(6.934)	(155.185)	20.034	78.180	(92.860)	(383.702)

Os efeitos do valor justo foram assim classificados no Balanço Patrimonial:

	2009	2008
Ganhos não realizados com derivativos		
Ativo circulante	5.737	10.035
Ativo não-circulante	14.297	68.145
	20.034	78.180
Perdas não realizadas com derivativos		
Passivo circulante	(2.483)	(69.435)
Passivo não-circulante	(90.377)	(314.267)
	(92.860)	(383.702)
Efeito líquido	(72.826)	(305.522)

f) Obrigações por compra de ações

Em 10/01/2006, a Companhia concluiu a aquisição de 40% da Corporación Sidenor S.A. ("Sidenor"), uma produtora de aços espanhola com operações na Espanha e no Brasil. O Grupo Santander, conglomerado financeiro espanhol, comprou 40% da Sidenor. O preço de aquisição de 100% da Sidenor consiste de uma parcela fixa de € 443.820 mil mais uma parcela variável contingente, a ser paga apenas pela Companhia. O preço fixo pago pela Companhia em 10/01/2006 por sua participação de 40% na Sidenor foi de € 165.828 mil (R$ 432.577). O Grupo Santander possui uma opção de vender a sua participação na Sidenor para a Companhia após 5 anos da compra, a um preço fixo com juros calculados utilizando uma taxa fixa de juros, tendo a Sidenor o direito de preferência de adquirir estas ações, podendo ainda, a qualquer momento durante o prazo de vigência da opção de venda, requerer que o Grupo Santander exerça esta opção de forma antecipada. Ademais, a Companhia consentiu em garantir ao Grupo Santander um montante acordado (igual ao preço fixo da opção de venda mencionada acima mais juros incorridos utilizando a mesma taxa fixa de juros), a qualquer momento, por 6 anos após o exercício da opção, caso o Grupo Santander não tenha vendido as ações até essa data. Neste caso, se requerido pelo Grupo Santander o pagamento da garantia, a Companhia passa a ter o direito de adquirir as ações da Sidenor ou indicar um terceiro para a aquisição e o valor recebido pela venda das ações e dividendos pagos pela Sidenor ao Grupo Santander deverão ser reembolsados à Companhia. A obrigação potencial da Companhia de comprar do Grupo Santander a participação de 40% na Sidenor foi registrada como um passivo não-circulante na conta "Obrigações por compra de ações". Como resultado do reconhecimento desta obrigação potencial, a Companhia reconhece desde a data de aquisição uma participação adicional de 40% na Sidenor como seu investimento. Em 31/12/2009, esta obrigação potencial totaliza R$ 449.599 (R$ 553.296 em 31/12/2008).

A Gerdau Ameristeel possui a opção de compra dos 16% de participação remanescente da PCS, a qual pode ser exercida após 5 anos da data da aquisição da primeira participação ocorrida em 01/11/2006. Adicionalmente, os acionistas não-controladores também tem a opção de vender os 16% de participação remanescente da PCS para a Gerdau Ameristeel, pelo preço estabelecido e também após 5 anos da data da transação. O preço estabelecido foi definido como sendo a média de EBITDAs dos 5 últimos exercícios encerrados antes do exercício da opção, multiplicados proporcionalmente por 5 nos dois primeiros exercícios e 6,75 nos últimos três exercícios. Se a Gerdau Ameristeel não executar a opção de compra, então os acionistas não-controladores possuem o direito de executar a opção de venda de sua participação remanescente para a Gerdau Ameristeel. Sendo dada a execução da opção de compra/venda, a outra parte tem a obrigação de vender/comprar a participação remanescente. Conforme estabelecido pela norma IAS 32 (Apresentação dos instrumentos financeiros), a Companhia efetuou a reclassificação do valor de exercício da *put option* (opção de venda) da conta "Participações dos acionistas não-controladores" para o passivo não-circulante, na conta "Obrigações por compra de ações". Ao término do prazo estabelecido na opção de venda e compra e não ocorrendo o exercício desta por nenhuma das partes envolvidas, a reclassificação será revertida e o montante da participação detida pelos não-controladores da PCS, na data das Demonstrações Financeiras, passará a ser novamente reconhecida na conta "Participações dos acionistas não-controladores". Em 31/12/2009 o valor reconhecido como obrigação potencial monta R$ 56.483 (R$ 145.025 em 31/12/2008).

A Companhia possuiu uma opção de compra de 7,25% da Sipar Gerdau Inversiones S.A. e os acionistas não-controladores desta empresa também tem a opção de vender os 7,25% de participação remanescente para a Companhia. A opção pode ser exercida pela Companhia ou pelos minoritários a partir de 2010, devendo tal participação ser obrigatoriamente adquirida até 2015. O contrato estabelece um valor de US$ 6,9 milhões (R$ 12.014 em 31/12/2009), ajustado pela variação no nível de vendas em até 10% para mais ou para menos do valor até o exercício da opção.

g) *Hedge* de investimento líquido (*Net investment hedge*)

Baseado na Interpretação 16 do IFRIC, emitida em julho de 2008, e consubstanciado na norma IAS 39, a Companhia em 30/09/2008 optou por designar como *hedge* de parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior as operações de *Ten Years Bonds* no valor de US$ 1,5 bilhão, as quais foram efetuadas com o propósito de prover parte dos recursos para a aquisição da Chaparral Steel Company e Gerdau MacSteel Inc.. Com base na norma e na interpretação citadas acima, a Companhia demonstrou a alta efetividade do *hedge* a partir da contratação de dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente em conta de Patrimônio Líquido a partir de 01/10/2008.

O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia nas subsidiárias acima citadas contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este objetivo é consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia.

A Companhia efetuou o teste de efetividade retrospectiva e prospectiva em 31/12/2009, em conformidade com a norma IAS 39, e demonstrou a alta efetividade do *hedge* de investimento líquido. Como resultado desta operação, a Companhia reconheceu na demonstração dos resultados abrangentes no exercício de 2009, um ganho não realizado no montante de R$ 893.700 (perda de R$ 634.050 no exercício de 2008).

h) Mensuração do valor justo

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31/12/2009, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e instrumentos derivativos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31/12/2009, são os seguintes:

		Mensuração ao valor justo			
	2009	**Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)**	**Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)**	**Registros não observáveis (Nível 3)**
Ativo circulante				
Aplicações financeiras				
Títulos para negociação	2.619.418	2.471.136	148.282	-
Disponíveis para venda	58.296	14.766	43.530	-
Derivativos	5.737	-	5.737	-
Ativo não-circulante				
Aplicações financeiras				
Disponíveis para venda	49.690	-	-	49.690
Derivativos	14.297	-	14.297	-
Passivo circulante				
Derivativos	2.483	-	2.483	-
Passivo não-circulante				
Derivativos	90.377	-	90.377	-
Obrigações por compra de ações				
Sidenor	449.599	-	-	449.599
PCS	56.483	-	-	56.483
Sipar	12.014	-	-	12.014
	3.358.394	2.485.902	304.706	567.786

Movimento dos registros não observáveis (Nível 3):

	Ativos
Saldo em 31/12/2008	77.563
(-) Juros e outras obrigações contratuais	(8.098)
(-) Ganhos e perdas na conversão	(6.028)
(-) Venda de investimentos	(13.747)
Saldo em 31/12/2009	49.690
	Passivos
Saldo em 31/12/2008	698.321
(-) Juros e outras obrigações contratuais	(49.067)
(-) Ganhos e perdas na conversão	(143.172)
(+) Adições de obrigações por compra de ações	12.014
Saldo em 31/12/2009	518.096
	567.786

17 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2009	2008
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	124.759	73.209
Encargos sociais sobre folha de pagamento	89.171	121.036
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	70.251	37.938
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	28.143	34.833
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	5.197	3.033
PIS - Programa de Integração Social	6.108	7.449
Imposto de Renda e Contribuição Social retidos na fonte	76.983	47.506
Impostos parcelados	176.374	19.265
Imposto sobre valor agregado	23.578	29.749
Outros	75.117	143.254
	675.681	517.272

18 - PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas em 31/12/2009.

Os saldos das provisões são os seguintes:

I) Provisões

		2009	2008
a) Provisões Tributárias			
ICMS - Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços	(a.1)	55.448	33.300
CSLL - Contribuição Social s/Lucro Líquido	(a.2)	53.259	42.445
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(a.3)	-	16.832
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	(a.4)	35.698	43.842
ECE - Encargo de Capacidade Emergencial	(a.5)	33.996	33.996
RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária	(a.5)	21.895	21.802
II - Imposto de Importação/IPI - Imposto s/Produtos Industrializados (*drawback*)	(a.6)	921	122.175
PIS - Programa de Integração Social/COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	(a.7)	78.950	-
Outras provisões tributárias	(a.8)	15.483	14.927
		295.650	329.319
b) Provisões Trabalhistas	(b.1)	141.507	124.479
c) Provisões Cíveis	(c.1)	10.014	13.278
		447.171	467.076

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

a) Provisões tributárias

a.1) Discussões relativas ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em sua maioria no tocante a direito de crédito, estando a maior parte dos processos em andamento perante a Secretaria da Fazenda dos Estados e Justiça Estadual.

a.2) Contribuição Social sobre o Lucro: Os valores provisionados referem-se, substancialmente, a discussões relativas à constitucionalidade e base de cálculo da referida contribuição.

a.3) Baixa de provisão relativa ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ.

a.4) Discussões relativas a contribuições previdenciárias, em sua maior parte Execuções Fiscais e Ações Anulatórias em trâmite perante a Justiça Federal de Primeira e Segunda Instâncias. A redução do valor decorre da adesão ao parcelamento de que trata a Lei Nº 11.941/2009.

a.5) Encargo de Capacidade Emergencial - ECE e Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, encargos tarifários exigidos nas contas de energia elétrica de suas unidades industriais. O STF declarou a constitucionalidade do ECE, razão pela qual a contingência será baixada na medida em que os processos sejam encerrados, com a consequente conversão em renda dos depósitos. Relativamente à RTE, entende a Companhia que o encargo tem natureza jurídica de tributo, e, como tal, é incompatível com o Sistema Tributário Nacional, motivo pelo qual sua constitucionalidade está sendo discutida judicialmente, estando os processos em curso perante a Justiça Federal e Tribunais Regionais e Superiores. A Companhia, durante a vigência dos encargos tarifários, depositou judicialmente o valor integral dos encargos discutidos.

a.6) A provisão destina-se a cobrir exigências da Receita Federal relativas a Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados e respectivos acréscimos legais. A redução do valor decorre da adesão ao parcelamento de que trata a Lei Nº 11.941/2009 e MP Nº 470/2009. O valor remanescente refere-se a discussões quanto ao direito de crédito do imposto.

a.7) Constituição de provisão relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

a.8) A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

b) Provisões trabalhistas

b.1) A Companhia e suas controladas também são parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas-extras, insalubridade e periculosidade, entre outros.

c) Provisões cíveis

c.1) A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, de natureza cível, que representavam, em 31/12/2009, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões.

II) Passivos contingentes não provisionados

a) Contingências tributárias

a.1) A Companhia é ré em execução fiscal promovida pelo Estado de Minas Gerais para exigir-lhe supostos créditos de ICMS, decorrentes, principalmente, de vendas de mercadorias a empresas comerciais exportadoras. O valor atualizado do processo perfaz o total de R$ 54.807. A Companhia não constituiu provisão de contingência em relação a tal processo por considerar indevido o tributo objeto da execução, uma vez que as saídas de mercadoria para fins de exportação estão imunes à tributação do ICMS.

a.2) A Companhia é ré em execuções fiscais nas quais lhe são exigidos créditos de ICMS sobre a exportação de produtos industrializados semi-elaborados. O valor total das demandas perfaz atualmente R$ 37.503. A Companhia não constituiu provisão de contingência por considerar indevido o tributo, ao entendimento de que seus produtos não se enquadram na definição de produtos industrializados semi-elaborados.

a.3) A Companhia e suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. possuem outras discussões que tratam de ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R$ 167.179. Não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda não provável, pelos consultores legais.

a.4) A Companhia e suas controladas, Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A., são partes em demandas que tratam de outros tributos. O valor total das discussões importa hoje em R$ 36.632. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda não provável, pelos consultores legais.

a.5) A Companhia migrou do Parcelamento Alternativo ao REFIS para o Parcelamento previsto na Lei Nº 11.941/2009. A consolidação dos valores será efetuada em momento posterior, nos termos da legislação pertinente.

b) Contingências cíveis

b.1) Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo, alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento.

Em maio de 2004, foi proposta, por Gerdau S.A., ação judicial com a finalidade de anular o processo administrativo em comento, ação esta fundamentada em irregularidades formais observadas na sua instrução.

O CADE, independentemente do pedido formulado pela Gerdau de produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel, julgou, em 23/09/2005, o mérito do processo administrativo e, por maioria, condenou a Companhia, e os outros produtores de aços longos, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos.

Enfatiza-se que, apesar da decisão do CADE, a ação judicial proposta pela Gerdau S.A. tem seu curso normal e, no presente momento, aguarda-se seu julgamento em primeira instância. Caso sejam reconhecidas as nulidades processuais alegadas pela Gerdau S.A., a decisão do CADE pode vir a ser anulada.

Ademais, para reversão dos termos da decisão proferida pelo CADE, a Gerdau, em 26/07/2006, recorreu ao Poder Judiciário, mediante a propositura de nova ação ordinária que, além de ratificar os termos da primeira demanda, também aponta irregularidades apuradas no trâmite do processo administrativo. A Gerdau logrou êxito, em 30/08/2006, na obtenção de tutela antecipada para suspender os efeitos da decisão do CADE até decisão final a ser proferida pelo Juízo, mediante a garantia de carta de fiança bancária correspondente a 7% sobre o faturamento bruto apurado em 1999, excluídos impostos (R$ 245.070).

Cumpre informar que em momento anterior à decisão do CADE, o Ministério Público Federal de Minas Gerais ajuizou uma Ação Civil Pública, baseada na já mencionada opinião emitida pela SDE e, sem trazer nenhum elemento novo, alega o envolvimento da Companhia em atividades que ferem a legislação antitruste. A Gerdau apresentou sua contestação em 22/07/2005.

A Companhia nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e entende, com base nas informações disponíveis, incluindo opiniões de seus consultores legais, que o processo administrativo está eivado de irregularidades, algumas delas, inclusive, impossíveis de serem sanadas. No que diz respeito ao mérito, a Gerdau está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada e, nesse sentido, respalda suas convicções na posição de renomados técnicos e, sendo assim, julga possível a reversão de sua condenação.

b.2) Ação movida por Sul América Seguradora contra a Gerdau Açominas S.A. e terceiro, tendo por objeto consignação judicial de R$ 34.383, para quitação de indenização de sinistro. Alegou a seguradora dúvida a quem pagar e resistência da Companhia em receber e quitar. Nas contestações foram refutadas as dúvidas e demonstrada a insuficiência do valor consignado. Este foi levantado em dezembro de 2004 e a ação prossegue para se apurar o valor efetivamente devido.

A expectativa da Companhia, com base na opinião dos seus consultores legais, é de perda remota e de que a sentença irá declarar o valor devido dentro do apontado na contestação. A Gerdau Açominas S.A. ajuizara, anteriormente à ação acima, ação de cobrança da quantia reconhecida como devida pela seguradora, tendo, também, expectativa de êxito.

As ações decorrem do acidente ocorrido em 23/03/2002 com os regeneradores do alto-forno, que resultou em perda de produção, danos materiais e lucros cessantes. Em 2002 pleiteou-se uma indenização aproximada de R$ 110 milhões, com base nos custos incorridos durante parte do período de paralisação do equipamento e gastos imediatos incorridos para recuperá-lo provisoriamente. Posteriormente, novos valores foram acrescidos à discussão, como consta na contestação da Companhia, embora ainda não contabilizados. Está-se atualmente com as perícias de engenharia e contábil em andamento.

A Administração acredita que não seja provável a possibilidade de que eventuais perdas decorrentes de outras contingências venham a afetar o resultado das operações ou a posição financeira consolidada da Companhia.

III) Ativos contingentes não contabilizados

a) Contingências tributárias

a.1) A Companhia entende como possível a realização de determinados ativos contingentes. Entre esses, destaca-se precatório expedido em 1999, bem como respectivo precatório complementar, expedido em 2007, cujos valores perfazem o total de R$ 92.606. Os precatórios decorrem de Ação Ordinária proposta contra o Estado do Rio de Janeiro por descumprimento do Contrato de Mútuo de Execução Periódica em dinheiro celebrado no âmbito do Programa Especial de Desenvolvimento Industrial - PRODI. Em face da inadimplência do Estado do Rio de Janeiro, não há expectativa de realização no ano de 2009 e seguintes, razão pela qual o crédito não está reconhecido em suas demonstrações contábeis.

a.2) A Companhia possuía a expectativa de recuperar créditos-prêmio de IPI. Tendo em vista o julgamento do STF, ocorrido em 2009, não existe mais a possibilidade de recuperação deste crédito.

A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	2009	2008
Saldo no início do exercício	467.076	489.103
(+) Valores provisionados contra o resultado	112.203	105.035
(-) Reversão de valores contra o resultado	(128.243)	(144.037)
(+) Efeito do câmbio sobre provisões em moeda estrangeira	(3.865)	4.034
(+) Aquisições de empresas	-	12.941
Saldo no final do exercício	447.171	467.076

IV) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2009	2008
Tributários	297.332	227.484
Trabalhistas	26.167	27.984
Cíveis	1.179	3.152
	324.678	258.620

19 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

	2009	2008
Mútuos ativos		
Empresas com controle compartilhado		
Joint ventures América do Norte	-	2.724
Empresas associadas		
Armacero Ind. Com. Ltda.	3.618	5.030
Outros		
Fundação Gerdau	46.894	51.261
Outros	206	77
	50.718	59.092
Mútuos passivos		
Controladores		
Metalúrgica Gerdau S.A.	(822)	-
Empresas associadas		
Armacero Ind. Com. Ltda.	(599)	(636)
Outros		
Fundação Gerdau	(952)	-
Outros	(13)	(24)
	(2.386)	(660)
	48.332	58.432
Empréstimos e adiantamentos a diretores	323	304
Receitas (despesas) financeiras líquidas	28.356	(47.512)

b) Operações comerciais

	Títulos para negociação		Receitas (despesas)	
	2009	2008	2009	2008
Empresas controladas				
Banco Gerdau S.A. - CDB	-	55.173	1.480	10.787
Controladores				
Indac - Ind. Adm. e Comércio S.A. (*)	-	-	(22.108)	(15.785)

(*) Garantias por avais de financiamentos.

c) Avais concedidos

A Companhia é avalista da controlada Gerdau Açominas S.A. em contratos de financiamentos, nos montantes R$ 1.222.211 em 31/12/2009.

A Companhia é garantidora da controlada Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú em empréstimo sindicalizado, no montante de até US$ 150 milhões (R$ 261.800 em 31/12/2009). A Companhia também é garantidora da mesma controlada em contrato de abertura de linha de crédito de até US$ 70 milhões (R$ 121.884 em 31/12/2009).

A Companhia é garantidora da associada Industrias Nacionales C. por A. em contrato com o Banco BNP Paribas para financiar obra civil e equipamentos auxiliares no valor de US$ 25 milhões (R$ 43.530 em 31/12/2009).

A Companhia é avalista da associada Dona Francisca Energética S.A., em contratos de financiamento, no valor total de R$ 46.805 em 31/12/2009, pela quota parte correspondente de 51,82% em garantia solidária.

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A., Gerdau Açominas Overseas Ltd. e Gerdau Ameristeel Corporation prestam aval solidário para a subsidiária GNA Partners em contrato de financiamento no valor atual de US$ 1,69 bilhão (R$ 2.942.628 em 31/12/2009).

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a GTL Trade Finance Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (*Ten Years Bonds*) no montante de até US$ 1,5 bilhão (R$ 2.611.800 em 31/12/2009).

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a Gerdau MacSteel Inc. referente ao financiamento denominado "*Revolving Credit Agreement*", no montante atual de até US$ 100 milhões (R$ 174.120 em 31/12/2009).

A Companhia presta garantia referente a obrigações a serem assumidas pela empresa Diaco S.A., em financiamento junto ao banco BBVA Colômbia, no valor de COP$ 71,6 bilhões (R$ 60.942 em 31/12/2009).

A Companhia presta garantia referente a financiamentos e abertura de carta de crédito para aquisição de equipamentos pela empresa Estructurales Corsa, S.A.Pl. de C.V. no valor atual de US$ 104 milhões (R$ 181.536 em 31/12/2009).

A Companhia presta garantia para sua subsidiária Gerdau Aços Especiais S.A., em contrato de compra e venda de energia elétrica no valor US$ 928 mil em seu primeiro ano equivalente a R$ 1.615, em 31/12/2009.

A Companhia presta garantia para sua controlada Gerdau Açominas S.A. com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor total de US$ 200 milhões (R$ 348.240 em 31/12/2009).

A Companhia é garantidora da controlada Gerdau Açominas S.A. em contrato de financiamento junto ao Banco Bradesco S.A. no valor de US$ 150 milhões (R$ 261.180 em 31/12/2009).

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a empresa Gerdau Holding Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (*Ten Years Bonds*) no montante de US$ 1,25 bilhão, equivalente a R$ 2.176.500 em 31/12/2009.

d) Condições de preços e encargos

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados pela variação mensal do CDI, cuja variação acumulada em 31/12/2009 foi de 9,8768% (12,3798% em 31/12/2008). Os contratos com empresas no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes e em condições de mercado.

e) Remuneração da Administração

A Gerdau S.A. pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R$ 62.667 em 2009 (R$ 68.692 em 2008).

Em 2009, as contribuições da Gerdau S.A. para os planos de pensão, relativas aos seus administradores, totalizaram R$ 509 para o Plano de benefício definido e R$ 275 para o Plano de contribuição definido (R$ 89 e R$ 266 em 2008 respectivamente).

A outorga de opção de compra de ações para seus administradores observa a seguinte distribuição:

											Número de ações acumulado
Início do período de carência:	abr/03	abr/03	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/07	dez/08	
Exerce a partir de:	jan/08	jan/06	jan/09	jan/10	jan/08	jan/11	jan/12	jan/13	jan/13	jan/14	
Exerce até:	dez/12	dez/12	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/17	dez/18	
Preço de exercício por ação (R$):	2,65	2,65	6,78	10,58	10,58	12,86	17,50	26,19	26,19	14,91	
Totais (para conselheiros e diretores):	1.818.924	2.565.907	679.834	587.140	274.700	1.157.970	882.674	655.914	20.600	1.260.331	9.903.994
Opções Exercidas:	1.818.924	2.565.907	27.917	-	37.061	-	-	-	-	-	4.449.809

f) Administração de fundos de investimentos

Até 04/09/2009, a Companhia mantinha títulos e valores mobiliários negociáveis em fundos de investimentos administrados pela Gerval D.T.V.M. Ltda.. Hoje estes fundos são administrados por terceiros. Tais títulos e valores mobiliários negociáveis abrangem depósitos a prazo e debêntures emitidas pelos principais bancos brasileiros, bem como Letras do Tesouro Nacional emitidas pelo Governo Federal brasileiro.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

20 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2009:

	2009	2008
Ativo atuarial com plano de pensão - benefício definido	476.701	209.312
Ativo atuarial com plano de pensão - contribuição definida	39.659	62.135
Total do ativo	516.360	271.447
Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido	433.522	617.567
Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego	243.156	302.401
Passivo com benefício de aposentadoria e desligamento	284.622	356.017
Total do passivo	961.300	1.275.985

a) Plano de pensão com benefício definido - pós-emprego

A Companhia e outras empresas subsidiárias no Grupo, no Brasil, co-patrocinam planos de pensão de benefício definido, que cobrem substancialmente todos os seus colaboradores ("Plano Açominas" e "Plano Gerdau").

O Plano Açominas é administrado pela Fundação Açominas de Seguridade Social - Aços, entidade fechada de previdência complementar, e proporciona complementação de benefícios previdenciários aos empregados e aposentados da Unidade Ouro Branco da Gerdau Açominas S.A.. Os ativos do Plano Açominas consistem, principalmente, de investimentos em certificados de depósito bancário, títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários e imóveis.

O Plano Gerdau é administrado pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, e proporciona complementação de benefícios previdenciários aos empregados e aposentados da Companhia e das subsidiárias no Brasil. Os ativos do Plano Gerdau consistem de investimentos em certificados de depósito bancário, títulos públicos federais e títulos e valores mobiliários.

Adicionalmente, as subsidiárias canadenses e americanas da Companhia patrocinam planos de benefício definido ("Plano Canadense" e "Plano Americano") conjuntamente, planos norte-americanos, cobrindo substancialmente todos os seus colaboradores, e proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria aos empregados da Gerdau Ameristeel Corporation e suas subsidiárias e Gerdau MacSteel. Os ativos dos Planos consistem de investimentos, principalmente, em títulos e valores mobiliários.

Planos brasileiros

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	2009	2008
Custo do serviço corrente	47.807	40.448
Custo dos juros	122.140	103.952
Retorno esperado dos ativos do plano	(219.615)	(194.660)
Contribuição esperada dos empregados	(11.359)	(10.508)
Benefício líquido com plano de pensão	(61.027)	(60.768)

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

	2009	2008
Valor presente da obrigação de benefício definido	(1.267.644)	(1.153.712)
Valor justo dos ativos do plano	2.308.824	1.837.694
Saldo ativo	1.041.180	683.982
Ativo total líquido	1.041.180	683.982
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(568.965)	(455.436)
Ativo líquido	472.215	228.546
Ativo reconhecido	472.215	228.546

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	2009	2008
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	1.153.712	1.014.603
Custo do serviço	47.807	40.448
Custo de juros	122.140	103.952
Pagamento de benefícios	(42.775)	(30.158)
(Ganho) perda atuarial na obrigação	(12.725)	25.106
Outros	(515)	(239)
Obrigação de benefício no final do exercício	1.267.644	1.153.712
	2009	**2008**
Variação nos ativos do plano		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.837.694	1.701.896
Retorno esperado dos ativos do plano	333.268	194.660
Contribuições dos patrocinadores	15.460	25.789
Contribuições dos participantes	3.360	11.107
Pagamentos de benefícios	(42.775)	(30.158)
Ganho (perda) atuarial nos ativos	162.458	(65.071)
Outros	(641)	(529)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	2.308.824	1.837.694

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no Patrimônio Líquido são as seguintes:

Ganhos e perdas reconhecidas no Patrimônio Líquido	2009	2008
(Ganho) perda atuarial nos ativos do plano	(162.458)	65.071
(Ganho) perda atuarial na obrigação	(12.725)	25.106
Perda (ganho) atuarial nas contribuições dos empregados	7.999	(599)
(Ganho) perda atuarial reconhecida no Patrimônio Líquido	(167.184)	89.578

O histórico dos ganhos e perdas atuariais é o seguinte:

	2009	2008	2007	2006
Valor presente da obrigação de benefício definido	(1.267.644)	(1.153.712)	(1.014.603)	(899.508)
Valor justo dos ativos do plano	2.308.824	1.837.694	1.701.896	1.416.097
Superávit	1.041.180	683.982	687.293	516.589
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	(12.725)	25.106	14.836	36.411
Ajustes de experiência nos ativos do plano	(162.458)	65.071	(112.188)	(82.258)

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que ocorrem e são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

A meta de alocação prevista para 2010 está demonstrada abaixo:

	Plano Gerdau	Plano Açominas
Renda Fixa	65,5%	85,2%
Renda Variável	34,5%	12,7%
Imóveis	-	0,3%
Financiamentos	-	1,8%
Total	100%	100%

A estratégia de investimento do Plano Gerdau é baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Tal cenário considera um risco Brasil mais baixo, crescimento econômico moderado, níveis estáveis de inflação e de taxas de câmbio, e taxas de juros moderadas. A composição de ativos planejada é em investimentos de renda fixa e variável. A alocação prevista para renda fixa varia entre 55% e 100% e a alocação prevista para renda variável varia de 0% a 45%.

O Plano Açominas visa atingir o retorno esperado do investimento no curto e longo prazo, através da melhor relação de risco/retorno esperado. As metas de alocação pela política de investimentos são: a alocação em renda fixa entre 70% e 100%, a alocação para renda variável de 0% a 25%, a alocação em imóveis de 0% a 5% e a alocação em empréstimos de 1% a 5%.

Planos norte-americanos

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	2009	2008
Custo do serviço corrente	54.839	64.615
Custo dos juros	83.360	89.727
Retorno esperado dos ativos do plano	(66.026)	(93.327)
Custo do serviço passado	1.350	-
Ganhos sobre redução ("*Curtailment*")	(45.581)	-
Custo líquido com plano de pensão	27.942	61.015

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

	2009	2008
Valor presente da obrigação de benefício definido	(1.472.773)	(1.625.859)
Valor justo dos ativos do plano	1.043.737	1.023.045
Passivo total líquido	(429.036)	(602.814)
Ativo reconhecido	4.486	7.370
Passivo reconhecido	(433.522)	(610.184)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	2009	2008
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	1.625.859	1.174.212
Aquisição de empresas	-	179.159
Custo do serviço	54.839	64.615
Custo de juros	83.360	89.727
Pagamento de benefícios	(58.507)	(67.106)
Alterações no plano	(448)	914
Redução das perdas	(45.580)	(4.896)
Perda (ganho) atuarial na obrigação	195.775	(40.482)
Variação cambial	(382.525)	229.716
Obrigação de benefício no final do exercício	1.472.773	1.625.859
	2009	**2008**
Variação nos ativos do plano		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.023.045	942.416
Aquisição de empresas	-	158.633
Retorno esperado dos ativos do plano	66.026	95.614
Contribuições dos patrocinadores	122.270	116.356
Pagamentos de benefícios	(49.355)	(67.106)
Alterações no plano	1.797	-
Ganho (perda) atuarial nos ativos	74.924	(392.123)
Variação cambial	(194.970)	169.255
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.043.737	1.023.045

O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o seguinte:

	2009	2008	2007	2006
Valor presente da obrigação de benefício definido	(1.472.773)	(1.625.859)	(1.174.212)	(1.262.617)
Valor justo dos ativos do plano	1.043.737	1.023.045	942.416	983.029
Déficit	(429.036)	(602.814)	(231.796)	(279.588)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	195.775	(40.482)	(64.799)	30.396
Ajustes de experiência nos ativos do plano	74.924	(392.123)	(46.971)	53.719

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no Patrimônio Líquido são as seguintes:

	2009	2008
(Ganho) perda atuarial dos ativos do plano	(74.924)	392.123
Perda (ganho) atuarial na obrigação	195.775	(40.482)
Redução de perda	-	(1.220)
Perda atuarial reconhecida no Patrimônio Líquido	120.851	350.421

A Gerdau Ameristeel possui um Comitê de Investimentos que define a política de investimentos relacionada com os planos de benefício definido. O objetivo primário de investimento é garantir a segurança dos benefícios que foram provisionados nos planos, oferecendo uma adequada variedade de ativos separada e independente da Gerdau Ameristeel Corporation. Para atingir esse objetivo, o fundo deve investir de modo a manter as salvaguardas e diversidade às quais um prudente investidor de fundo de pensão normalmente iria aderir. Gerdau Ameristeel contrata consultores especializados que orientam e suportam as decisões e recomendações do Comitê de Investimentos.

A política de diversidade de recursos considera a diversificação e os objetivos de investimento, bem como a liquidez requerida. Para isso, a meta de alocação varia entre 70% em ações e 30% em títulos da dívida. A política também expressa que irá realocar os ativos do plano quando uma classe de ativos atingir a alocação mínima ou máxima, e que o balanço será feito durante um razoável período de tempo.

A alocação dos ativos do plano em 31/12/2009 está demonstrada abaixo:

Ações	62,0%
Títulos da dívida	35,7%
Imóveis	0,2%
Outros	2,1%
	100%

A seguir apresentamos um resumo das premissas adotadas para cálculo e contabilização do componente de benefício definido dos planos em 2009 e 2008, respectivamente, tanto para a Companhia quanto para o consolidado:

	2009		
	Plano Gerdau	Plano Açominas	Planos Americanos
Taxa média de desconto	10,77%	10,77%	5,75% - 6,25%
Taxa de aumento da remuneração	8,68%	7,11%	3,50% - 4,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,11%	10,46%	7,50% - 8,50%
Tábua de mortalidade	AT-2000 *Basic, por sexo*	AT-2000 *Basic, por sexo*	RP-2000CH
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 *Basic, por sexo*	AT-2000 *Basic, por sexo*	Taxas por idade
Taxa de rotatividade	Baseada no serviço e no nível salarial	Nula	Baseada na idade e/ou no serviço

	2008		
	Plano Gerdau	Plano Açominas	Planos Americanos
Taxa média de desconto	10,77%	10,77%	6,25% - 7,25%
Taxa de aumento da remuneração	8,68%	7,11%	3,50% - 4,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos	12,12%	11,63%	7,00% - 8,00%
Tábua de mortalidade	AT-2000 *Basic, por sexo*	AT-2000 *Basic, por sexo*	RP-2000CH
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 *Basic, por sexo*	AT-2000 *Basic, por sexo*	1994 *Uninsured Pensioners Mortality Table*
Taxa de rotatividade	Baseada no serviço e no nível salarial	Nula	Baseada na idade e/ou no serviço

b) Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego

A Companhia e suas controladas no Brasil mantém um plano de contribuições definidas para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos seus empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R$ 8.269 em 2009 (R$ 7.004 em 2008). Este plano de benefícios possui um superávit atuarial formado pela parcela não integrante do saldo de conta dos participantes que perderam o vínculo empregatício com a empregadora antes da eligibilidade a um benefício pelo plano, que poderá ser utilizado para compensar contribuições futuras das patrocinadoras. Em 2009, o direito contabilizado como ativo referente a este plano de pensão - contribuição definida montava a R$ 39.659 (R$ 62.135 em 2008).

A controlada no exterior Gerdau Ameristeel Corporation possui plano de contribuição definida, cujas contribuições correspondem a 50% do valor pago pelos colaboradores, limitado a 4% do salário. O total do custo nesta modalidade foi de R$ 23.771 em 2009 (R$ 29.903 em 2008).

c) Plano de benefício de saúde - pós-emprego

O Plano americano prevê, além do plano de pensão, benefícios de saúde específicos para colaboradores aposentados, desde que se aposentem após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço. A subsidiária americana tem o direito de modificar ou eliminar esses benefícios e as contribuições são baseadas em montantes determinados atuarialmente.

Os componentes do custo periódico líquido para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

	2009	2008
Custo do serviço corrente	4.100	5.117
Custo dos juros	13.576	11.802
Custo do serviço passado	-	105
Ganhos sobre redução ("*Curtailment*")	(14.312)	-
Custo líquido com plano de pensão	3.364	17.024

A tabela a seguir mostra o *status* do fundo para o benefício de saúde pós-emprego:

	2009	2008
Valor presente da obrigação de benefício definido	(243.156)	(281.290)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	1.040
Passivo total líquido	(243.156)	(280.250)

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	2009	2008
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	281.290	218.046
Aquisição de empresas	-	15.501
Custo do serviço	4.100	5.117
Custo de juros	13.576	11.802
Contribuições dos participantes	2.648	-
Pagamento de benefícios	(11.474)	(10.711)
Redução das perdas	(14.311)	-
Perda (ganho) atuarial na obrigação	30.089	(16.796)
Variação cambial	(62.762)	58.331
Obrigação de benefício no final do exercício	243.156	281.290

	2009	2008
Variação nos ativos do plano		
Contribuições dos patrocinadores	11.474	10.711
Pagamentos de benefícios	(11.474)	(10.711)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-

O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o seguinte:

	2009	2008	2007	2006
Valor presente da obrigação de benefício definido	(243.156)	(281.290)	(218.046)	(236.579)
Déficit	(243.156)	(281.290)	(218.046)	(236.579)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano	30.089	(16.796)	2.007	938

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas no Patrimônio Líquido são as seguintes:

Ganhos e perdas reconhecidas no Patrimônio Líquido

	2009	2008
Perda (ganho) atuarial na obrigação	30.089	(16.796)
Perda (ganho) atuarial reconhecido no Patrimônio Líquido	30.089	(16.796)

As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	Planos americanos	
	2009	2008
Taxa média de desconto	5,75% - 6,25%	6,25% - 7,25%
Tratamento de saúde - taxa assumida próximo ano	8,50% - 9,00%	9,00% - 9,70%
Tratamento de saúde - taxa assumida de declínio do custo a alcançar nos anos de 2016 a 2018 (em 2009) e de 2014 a 2016 (em 2008)	5,00% - 5,50%	5,00% - 5,50%

d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento

A Companhia estima que o saldo a pagar, por conta de indenizações para os executivos no momento de sua aposentadoria ou desligamento é de R$ 284.622 em 31/12/2009 (R$ 356.017 em 31/12/2008).

Os valores referem-se, substancialmente, ao *Plan Social* mantido pela Corporación Sidenor e suas subsidiárias e foi aprovado pelos representantes dos colaboradores. O Plano permite o aumento da produtividade por meio da redução de postos de trabalho, possibilitada através de um plano de investimentos em melhorias tecnológicas.

O Plano também tem por objetivo promover a renovação da força de trabalho através da contratação de colaboradores mais jovens, na medida em que ocorra a aposentadoria dos colaboradores mais antigos.

Os benefícios deste plano visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, ajuda de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores.

21 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas, que montam a R$ 76.477 em 31/12/2009 (R$ 9.835 no passivo circulante e R$ 66.642 no passivo não-circulante), sendo R$ 25.863 para as subsidiárias brasileiras (R$ 28.896 em 31/12/2008) e R$ 50.614 para as subsidiárias no exterior (R$ 63.859 em 31/12/2008). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA GERDAU S.A.

a) Capital social - o Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 1.500.000.000 ações ordinárias e 3.000.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

Em 31/12/2009 e 31/12/2008, estão subscritas e integralizadas 496.586.494 ações ordinárias e 934.793.732 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R$ 14.184.805. A composição acionária está assim representada:

	Composição acionária											
	2009						2008					
Acionistas	**Ord.**	**%**	**Pref.**	**%**	**Total**	**%**	**Ord.**	**%**	**Pref.**	**%**	**Total**	**%**
Metalúrgica Gerdau S.A.	378.218.185	76,2	271.353.662	29,0	649.571.847	45,4	378.263.757	76,2	271.353.662	29,0	649.617.419	45,4
Investidores institucionais brasileiros	20.810.696	4,2	136.854.752	14,6	157.665.448	11,0	17.205.645	3,5	147.132.331	15,7	164.337.976	11,5
Investidores institucionais estrangeiros	24.749.272	5,0	328.887.708	35,2	353.636.980	24,7	25.757.428	5,2	309.427.863	33,1	335.185.291	23,4
Outros acionistas	71.110.803	14,3	188.613.613	20,2	259.724.416	18,1	73.662.126	14,8	197.605.475	21,2	271.267.601	18,9
Ações em tesouraria	1.697.538	0,3	9.083.997	1,0	10.781.535	0,8	1.697.538	0,3	9.274.401	1,0	10.971.939	0,8
	496.586.494	100,0	934.793.732	100,0	1.431.380.226	100,0	496.586.494	100,0	934.793.732	100,0	1.431.380.226	100,0

A Companhia é controlada indiretamente pela empresa Cindac Empreendimentos e Participações S.A..

As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias, na distribuição de lucros.

b) Ações em tesouraria - a movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	2009				2008			
	Ações ordinárias	R$	Ações preferenciais	R$	Ações ordinárias	R$	Ações preferenciais	R$
Saldo inicial	1.697.538	557	9.274.401	122.263	-	-	9.925.047	106.667
Recompras	-	-	500.000	11.071	1.697.538	557	2.000.000	49.702
Exercício de opção de compra de ações (nota 25)	-	-	(690.404)	(9.206)	-	-	(2.650.646)	(34.106)
Saldo final	1.697.538	557	9.083.997	124.128	1.697.538	557	9.274.401	122.263

Em 27/08/2009 o Conselho de Administração autorizou o programa de recompra de 500.000 ações preferenciais para atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia. O custo médio de aquisição dessas ações foi de R$ 22,14.

Em 31/12/2009 a Companhia mantinha em tesouraria 9.083.997 ações preferenciais pelo valor de R$ 124.128. Estas ações serão mantidas em tesouraria para posterior cancelamento ou utilizadas para atender ao "Programa de Incentivo de Longo Prazo" da Companhia. Durante o ano de 2009, foram utilizadas 690.404 ações para atendimento dos exercícios de opções de ações, com perdas de R$ 2.408 registrados em reserva de investimento e capital de giro. O custo médio de aquisição dessas ações é de R$ 13,33, sendo o menor valor adquirido R$ 2,65 e o maior valor adquirido R$ 26,19.

c) Reserva legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

d) Plano de opções de ações - é composta pela despesa com plano de opções de ações reconhecida e pelas opções de ações exercidas.

e) Lucros acumulados - é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

f) Outras reservas - é composta pelos ganhos e perdas atuariais com plano de pensão de benefício definido, ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizados em *hedge* de investimento líquido, ganhos e perdas não realizados em coberturas de fluxo de caixa e ganhos e perdas não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda.

g) Dividendos e juros sobre capital próprio - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação deste valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado. O benefício fiscal referente ao imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício foi de R$ 123.164.

O montante de juros sobre o capital próprio e dividendos creditados no exercício foi de R$ 362.247 conforme está demonstrado a seguir:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício (*)	1.122.860	2.881.243
Constituição da reserva legal	(56.143)	(144.062)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(93.428)	(178.984)
Lucro líquido ajustado	973.289	2.558.197

					Proventos no exercício	
Período	**Natureza**	**R$/ação**	**Crédito**	**Pagamento**	**2009**	**2008**
1º trimestre	Juros	-	-	-	-	291.154
2º trimestre	Dividendos	-	-	-	-	511.333
3º trimestre	Juros	0,075	16/11/2009	26/11/2009	106.539	-
3º trimestre	Dividendos	-	-	-	-	255.671
4º trimestre	Juros	0,18	28/12/2009	12/03/2010	255.708	-
4º trimestre	Dividendos	-	-	-	-	56.816
Juros sobre o capital próprio e dividendos					362.247	1.114.974
Crédito por ação (R$)					0,25	0,79
Ações em circulação (mil)					1.420.599	1.420.408

(*) Lucro líquido do exercício da controladora Gerdau S.A. apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Vide nota 31.

O lucro remanescente do exercício foi destinado à constituição de reserva estatutária para investimentos e capital de giro na forma do estatuto social.

23 - LUCRO POR AÇÃO (EPS)

Conforme requerido pelo IAS 33, *Earnings per Share*, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Básico

	2009			2008		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)			(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		
Numerador básico						
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	390.864	731.102	1.121.966	1.375.415	2.565.090	3.940.505
Denominador básico						
Média ponderada de ações deduzindo a média das ações em tesouraria	494.888.956	925.676.955		485.403.980	905.257.476	
Lucro por ação (em R$) - Básico	0,79	0,79		2,83	2,83	

Diluído

	2009	2008
Numerador diluído		
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias e preferenciais		
Lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais	731.102	2.565.090
Mais:		
Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de opções de ações da Gerdau	786	2.909
	731.888	2.567.999
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	390.864	1.375.415
Menos:		
Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de opções de ações da Gerdau	(786)	(2.909)
	390.078	1.372.506
Denominador diluído		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	494.888.956	485.403.980
Ações preferenciais		
Média ponderada das ações preferenciais	925.676.955	905.257.476
Potencial incremento nas ações preferenciais em função do plano de opções de ações	2.864.129	2.948.008
Total	928.541.084	908.205.484
Lucro por ação (em R$) - Diluído (ações ordinárias e preferenciais)	0,79	2,83

24 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	2009	2008
Receita bruta de vendas	30.124.727	46.724.857
Impostos incidentes sobre vendas	(3.031.102)	(4.116.386)
Descontos	(553.575)	(700.626)
Receita líquida de vendas	26.540.050	41.907.845

25 - PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

I) Gerdau S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária da Gerdau S.A. de 30/04/2003 decidiu, com base em plano previamente aprovado e dentro do limite do capital autorizado, outorgar opção de compra de ações preferenciais aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, aprovando a criação do referido plano, que consubstancia nova forma de remuneração de executivos estratégicos da Companhia, instituindo o "Programa de Incentivo de Longo Prazo". As opções devem ser exercidas em um prazo máximo de cinco anos após a carência.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

a) Resumo da movimentação do plano:

Ano da outorga	Preço de exercício - R$	Prazo de carência	Preço médio de mercado acumulado	Quantidade de ações: Saldo inicial em 31/12/2008	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Saldo final em 31/12/2009
2003	2,65	5 anos	20,64	62.106	-	-	(62.106)	-
2004	6,78	5 anos	20,64	1.349.859	-	-	(243.130)	1.106.729
2005	10,58	3 anos	20,64	470.263	-	(6.870)	(38.307)	425.086
2005	10,58	5 anos	20,64	1.155.565	-	-	(48.297)	1.107.268
2006	12,86	5 anos	20,64	1.839.817	-	(7.097)	(150.104)	1.682.616
2007	17,50	5 anos	20,64	1.455.728	-	(12.079)	(106.889)	1.336.760
2008	26,19	5 anos	20,64	1.180.300	-	(13.477)	(38.013)	1.128.810
2009	14,91	5 anos	20,64	-	2.285.238	(35.529)	(3.593)	2.246.116
				7.513.638	2.285.238	(75.052)	(690.439)	9.033.385

Ano da outorga	Preço de exercício - R$	Prazo de carência	Preço médio de mercado acumulado	Quantidade de ações: Saldo inicial em 31/12/2007	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Saldo final em 31/12/2008
2003	2,65	5 anos	26,49	2.356.866	-	(47)	(2.294.713)	62.106
2004	6,78	5 anos	26,49	1.414.594	-	(39.694)	(25.041)	1.349.859
2005	10,58	3 anos	26,49	837.612	-	(11.596)	(355.753)	470.263
2005	10,58	5 anos	26,49	1.215.248	-	(41.732)	(17.951)	1.155.565
2006	12,86	5 anos	26,49	1.894.160	-	(33.723)	(20.620)	1.839.817
2007	17,50	5 anos	26,49	1.531.098	-	(66.782)	(8.588)	1.455.728
2008	26,19	5 anos	26,49	-	1.202.974	(19.621)	(3.053)	1.180.300
				9.249.578	1.202.974	(213.195)	(2.725.719)	7.513.638

A Companhia possui, em 31/12/2009, um total de 9.083.997 ações preferenciais em tesouraria. Essas ações poderão ser utilizadas para atendimento deste plano. As opções exercidas antes do prazo final de carência foram decorrentes de aposentadoria e/ou morte.

b) Posição do plano em 31/12/2009:

	2004	2005	2006	2007	2008	Outorga 2009	Média
Total de opções de compra de ações outorgadas	1.106.729	1.532.354	1.682.616	1.336.760	1.128.810	2.246.116	
Preço de exercício - R$	6,78	10,58	12,86	17,50	26,19	14,91	14,59
Valor justo das opções na data da outorga - R$ por opção (*)	1,92	1,11	4,33	7,64	10,55	6,98	5,41
Prazo médio de exercício da opção na data da outorga (anos)	5,00	5,00	5,00	4,90	4,89	4,87	4,94

(*) Calculado considerando o modelo *Black-Scholes*.

c) Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos com remuneração de empregados:

A Companhia reconhece o custo com remuneração dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas aos empregados, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga. A subsidiária utiliza o modelo de *Black-Scholes* para precificação do valor justo das opções. Para determinar este valor justo, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

	Outorga 2009	Outorga 2008	Outorga 2007	Outorga 2006	Outorga 2005	Outorga 2004
Dividend yield	4,13%	2,81%	4,32%	9,99%	7,90%	7,03%
Volatilidade do preço da ação	57,81%	37,77%	38,72%	41,51%	39,00%	43,31%
Taxa de retorno livre de risco	12,32%	14,04%	12,40%	12,80%	8,38%	8,38%
Período esperado até o vencimento	4,9 anos	4,9 anos	4,9 anos	4,9 anos	4,7 anos	4,9 anos

A Companhia efetua a liquidação deste plano de benefício entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados.

II) Gerdau Ameristeel Corporation - ("Gerdau Ameristeel")

A subsidiária efetua a liquidação deste plano de benefício entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados.

A Gerdau Ameristeel Corporation e suas subsidiárias possuem planos de incentivos de longo prazo, que foram criados para premiar os colaboradores com bônus baseados no atingimento de metas relacionadas ao retorno do capital investido. Os bônus serão outorgados ao final do ano em dinheiro, direitos de apreciação de ações (*SAR's*) e/ou em opções. O pagamento da porção do bônus em dinheiro será feito em forma de ações (*phantom stock*). O número de ações será determinado pela divisão do valor do bônus em dinheiro, pelo valor de mercado da ação ordinária na data da outorga, com base no preço médio de negociação das ações ordinárias na Bolsa de Valores de Nova Iorque. *Phantom Stock* e *SAR's* são exercíveis a razão de 25% em cada um dos primeiros quatro aniversários da data de outorga. As *Phantom Stock* serão pagas em dinheiro, quando exercidas. O número de opções outorgadas aos participantes é determinado dividindo a parcela não paga em dinheiro do bônus pelo valor de mercado da ação ordinária na data da outorga. O valor das opções é determinado pelo Comitê de Recursos Humanos da Alta Administração, e é baseado no modelo *Black-Scholes* ou outro método. As opções poderão ser exercidas a razão de 25% ao ano, durante 4 anos a partir da data da outorga e prescrevem após 10 anos. O número máximo de opções que serão outorgadas com base neste plano é de 6.000.000.

Um prêmio de, aproximadamente, US$ 10,6 milhões (equivalentes a R$ 18.457 em 31/12/2009) foi outorgado para os colaboradores em 2008 e foi emitido 40% em *SAR's*, 30% em opções e 30% em *phantom stock*. Em 05/03/2009, foram emitidas 2.002.116 opções sob este plano. Um prêmio de, aproximadamente, US$ 8,3 milhões (equivalentes a R$ 14.452 em 31/12/2009) foi outorgado para os colaboradores em 2007. Em 28/02/2008, foram emitidas 379.564 opções sob este plano. Estes prêmios vêm sendo provisionados de acordo com o prazo de pagamento estabelecido pelo plano.

O valor justo das opções de compras de ações na data de concessão em 31/12/2009 e 31/12/2008, foi de US$ 1,59 milhão (equivalente a R$ 2.769 em 31/12/2009) e US$ 6,02 milhões (equivalente a R$ 10.482 em 31/12/2009), respectivamente.

A seguir apresentamos um resumo dos planos da Gerdau Ameristeel:

	2009			2008		
	Número de ações	Preço médio de exercício US$	Preço médio de exercício R$	Número de ações	Preço médio de exercício US$	Preço médio de exercício R$
Disponíveis no início do ano	1.307.036	9,13	15,90	1.287.669	5,92	13,84
Opções outorgadas	2.002.116	3,48	6,06	379.564	15,86	37,06
Opções exercidas	(108.590)	1,98	3,45	(324.847)	3,67	8,58
Opções canceladas	(372.064)	6,18	10,76	(23.350)	11,57	27,04
Opções expiradas	-	-	-	(12.000)	21,89	51,16
Disponíveis no final do ano	2.828.498	5,79	10,08	1.307.036	9,13	21,34
Ações exercíveis	665.320			583.464		

A tabela a seguir resume as informações sobre as opções de compra de ações da Gerdau Ameristeel disponíveis em 31/12/2009:

Preço de exercício	Quantidade disponível	Prazo médio de carência	Preço médio de exercício US$	Preço médio de exercício R$	Número exercível em 31/12/2009
US$ 1,38 a US$ 3,48 (R$ 2,40 a R$ 6,06)	2.072.775	8,0	3,22	5,61	334.429
US$ 9,50 a US$ 10,90 (R$ 16,54 a R$ 18,98)	428.140	6,9	10,53	18,33	242.495
US$ 15,86 (R$ 27,62)	327.583	8,2	15,86	27,62	88.396
	2.828.498				665.320

A subsidiária Gerdau Ameristeel utiliza o método *Black-Scholes* de precificação do valor justo das opções e direitos de apreciação de ações, reconhecendo o custo com remuneração de ações à medida que os serviços são prestados. A subsidiária utilizou as seguintes premissas econômicas para reconhecimento do valor justo destes instrumentos:

	2009	2008
Dividend yield	3,10%	3,08%
Volatilidade do preço da ação	62,95%	49,10%
Taxa de retorno livre de risco	1,99%	3,01%
Período esperado até o vencimento	6,25 anos	6,25 anos

Durante os períodos findos em 31/12/2009 e 31/12/2008 os custos relativos aos planos de incentivos de longo prazo, para as opções outorgadas, foram US$ 1,2 milhão (R$ 2.089 em 31/12/2009) e US$ 0,9 milhão (R$ 1.567 em 31/12/2009), respectivamente. Em 31/12/2009, o custo com planos de incentivos de longo prazo, ainda não reconhecidos, relativos a outorgas ainda no prazo de carência, era de, aproximadamente, US$ 2,3 milhões (R$ 4.005 em 31/12/2009) e o período médio de reconhecimento destes custos era de 2,2 anos.

III) Gerdau MacSteel Inc. ("Gerdau MacSteel")

A Gerdau MacSteel Inc. e suas subsidiárias possuem planos de incentivos de longo prazo, que foram criados para premiar os colaboradores com bônus baseados no atingimento de metas relacionadas ao retorno do capital investido. Os bônus serão outorgados ao final do ano em dinheiro ou direitos de apreciação de ações (SAR's). O pagamento da porção do bônus em dinheiro será feita em forma de ações (*phantom stock*). O número de ações será determinado pela divisão do valor do bônus em dinheiro pelo valor de mercado dos ADR's da Gerdau S.A. na data da outorga, com base no preço médio de negociação das ações ordinárias na Bolsa de Valores de Nova Iorque. *Phantom Stock* e SAR's são exercíveis a razão de 25% em cada um dos primeiros quatro aniversários da data de outorga. As *Phantom Stock* serão pagas em dinheiro, quando exercidas. Um prêmio de, aproximadamente, US$ 0,7 milhão (R$ 1.219 em 31/12/2009) foi outorgado para os colaboradores em 2009 e foi emitido 80% em SAR's e 20% em *phantom stock*.

A subsidiária Gerdau MacSteel utiliza o método *Black-Scholes* de precificação do valor justo dos direitos de apreciação de ações, reconhecendo o custo com remuneração de ações à medida que os serviços são prestados. A subsidiária utilizou as seguintes premissas econômicas para reconhecimento do valor justo destes instrumentos:

Dividend Yield	1,79%
Volatilidade do preço da ação	70,99%
Taxa de retorno livre de risco	2,868%
Período esperado até o vencimento	5,43 anos

Em 31/12/2009, o custo com planos de incentivos de longo prazo, ainda não reconhecidos, relativos a outorgas ainda no prazo de carência, era de, aproximadamente, US$ 2,8 milhões (R$ 4.875 em 31/12/2009) e o período médio de reconhecimento destes custos era de 5,43 anos.

26 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Comitê Executivo Gerdau, que é composto pela maioria dos executivos seniores da Companhia, é responsável pelo gerenciamento do negócio.

A Companhia adotou o IFRS 8, a partir de 01/01/2009, em substituição ao IAS 14 que vinha sendo adotado até o exercício de 2008.

A partir do 2º trimestre de 2009, o Conselho de Administração aprovou a proposta do Comitê Executivo Gerdau quanto à nova governança da Companhia, que estabeleceu uma nova segmentação de negócios, que passou a ser a seguinte: Operação Brasil (inclui as operações do Brasil, com exceção de Aços Especiais), Operação América do Norte (inclui todas as operações na América do Norte, exceto as do México e as de aços especiais (MacSteel)), Operação América Latina (inclui todas as operações na América Latina, com exceção do Brasil) e Operação Aços Especiais (inclui as operações de aços especiais no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos).

Para fins de comparação, as informações de 31/12/2008 foram modificadas com respeito à informação originalmente apresentada, de maneira a considerar o mesmo critério estabelecido pelo IFRS 8 e a nova segmentação de negócios estabelecida pelo Comitê Executivo Gerdau.

	Operação Brasil		Operação América do Norte		Operação América Latina		Operação Aços Especiais		Eliminações e ajustes		Consolidado	
Segmentos de negócio	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Receita líquida de vendas	10.596.318	15.474.610	8.293.434	15.017.548	3.137.088	4.473.356	4.777.119	7.983.915	(263.909)	(1.041.584)	26.540.050	41.907.845
Custo das vendas	(7.349.957)	(9.564.007)	(7.703.052)	(12.608.084)	(3.049.107)	(3.518.451)	(4.372.658)	(6.475.545)	367.428	1.147.141	(22.107.346)	(31.018.946)
Lucro bruto	3.246.361	5.910.603	590.382	2.409.464	87.981	954.905	404.461	1.508.370	103.519	105.557	4.432.704	10.888.899
Despesas com vendas	(380.842)	(460.042)	(50.392)	(46.662)	(86.581)	(106.343)	(109.860)	(75.486)	(141)	(107)	(627.816)	(688.640)
Despesas gerais e administrativas	(754.915)	(1.055.365)	(435.418)	(482.137)	(183.591)	(266.140)	(273.916)	(355.489)	(66.654)	(125.726)	(1.714.494)	(2.284.857)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(214.372)	-	(136.491)	-	(872.034)	-	-	-	(1.222.897)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(12.882)	21.834	(7.641)	(19.969)	(6.200)	(17.140)	80.199	21.231	34.871	83.656	88.347	89.612
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	(15.578)	38.233	(61.840)	128.676	(37.506)	(46.397)	5.967	2.296	(108.957)	122.808
(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	2.097.722	4.417.030	(133.019)	1.898.929	(386.722)	693.958	(808.656)	1.052.229	77.562	65.676	846.887	8.127.822
Receitas financeiras	126.568	187.743	69.544	51.009	44.400	14.875	91.085	160.465	104.639	69.954	436.236	484.046
Despesas financeiras	(356.344)	(462.421)	(333.479)	(432.082)	(99.924)	(186.431)	(244.995)	(242.744)	(251.626)	(297.104)	(1.286.368)	(1.620.782)
Variação cambial, líquida	1.236.743	(1.623.574)	(76.573)	41.880	44.293	(21.690)	40.416	(85.239)	(183.996)	653.047	1.060.883	(1.035.576)
Ganhos (perdas) com derivativos, líquido	(22.122)	34.550	-	(5.746)	(4.393)	(1.569)	(46.673)	(51.571)	47.010	(38.060)	(26.178)	(62.396)
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	3.082.567	2.553.328	(473.527)	1.553.990	(402.346)	499.143	(968.823)	833.140	(206.411)	453.513	1.031.460	5.893.114
Imposto de renda e contribuição social	(770.960)	(617.847)	237.467	(496.744)	77.800	(44.594)	355.282	(215.610)	73.459	426.579	(26.952)	(948.216)
(Prejuízo) lucro líquido do período	2.311.607	1.935.481	(236.060)	1.057.246	(324.546)	454.549	(613.541)	617.530	(132.952)	880.092	1.004.508	4.944.898
Informações suplementares:												
Receita líquida de vendas entre segmentos	1.749.444	3.958.745	92.107	137.498	44.634	22.277	130.564	156.159	253.205	845.445	2.269.954	5.120.124
Depreciação/amortização	736.880	821.196	558.108	592.047	85.316	112.777	389.841	401.818	(24.826)	(31.762)	1.745.319	1.896.076
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	-	258.758	390.861	814.356	1.184.364	17.112	98.267	109.684	101.581	1.199.910	1.775.073
Ativos totais	13.513.608	13.914.090	12.604.937	20.461.185	4.649.374	6.743.450	10.599.300	11.926.723	3.216.097	6.005.066	44.583.316	59.050.514
Passivos totais	5.565.052	7.638.430	5.702.922	11.119.763	1.459.259	2.769.515	5.792.095	6.607.351	4.059.195	5.871.877	22.578.523	34.006.936

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Os principais produtos por segmento de negócio são:
Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e trefilados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina e perfis estruturais.
Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.
Operação América Latina: vergalhões, barras e trefilados.
Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina.
A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis a Companhia no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.
A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados, é a seguinte:

	Brasil		América Latina [1]		América do Norte [2]		Europa		Área geográfica Consolidado	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Receita líquida de vendas	12.436.068	17.722.933	3.137.088	4.473.356	9.465.451	16.646.108	1.501.443	3.065.448	26.540.050	41.907.845
Ativos totais	20.346.433	22.835.815	4.649.374	6.743.450	16.874.656	25.175.757	2.712.853	4.295.492	44.583.316	59.050.514

[1] Não inclui as operações do Brasil.
[2] Não inclui as operações do México.
A abertura da receita por produtos não é apresentada em virtude de tal informação não ser mantida pela Companhia em uma base consolidada, a qual tem esta informação apenas em volumes.

27 - SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	Abrangência	2009	2008
Patrimônio	Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos, explosão, quebra de máquina e extravasamento (derrame de material em estado de fusão).	24.711.721	26.573.642
Lucro Cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas	3.471.625	8.209.529
Responsabilidade Civil	Operações industriais	24.353	11.685

28 - PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

A recuperabilidade do ágio e outros ativos de vida longa são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade. A Companhia realiza testes de recuperação de ágio e outros ativos de vida longa, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo.
Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utilizou o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções foram atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.
A Companhia, com base nos fatores abaixo, concluiu pela realização do teste de recuperabilidade de ágio e outros ativos de vida longa durante o segundo trimestre de 2009:
• Mercado siderúrgico global;
• Nível de demanda dos produtos da Companhia;
• Cenário de recuperação da economia mundial.

28.1. Teste de recuperabilidade do ágio

O teste de recuperabilidade do ágio alocado aos segmentos de negócio é efetuado anualmente em dezembro, sendo antecipado se eventos ou circunstâncias indiquem na necessidade.
A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. A alocação dos ágios por segmento é apresentada na nota 12.
No segundo trimestre de 2009, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos segmentos Aços Especiais e América do Norte, em virtude do impacto que estes segmentos tiveram pela crise econômica. As análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R$ 201.657 para o segmento de Aços Especiais no segundo trimestre de 2009. O segmento América do Norte não apresentou perda pela não recuperabilidade de ágio no segundo trimestre.
O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2009 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. A taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a. para os segmentos Brasil, América Latina e Aços Especiais e 2% a.a. para o segmento América do Norte.
As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto utilizadas foram 12,5% a.a. para o segmento América do Norte, 13,3% a.a. para o segmento Aços Especiais, 13,5% a.a. para o segmento América Latina e 13,8% a.a. para o segmento Brasil.
Os testes realizados para todos os segmentos em dezembro não apresentaram novas perdas pela não recuperabilidade de ágio.
Considerando o valor recuperável verificado através dos fluxos de caixa descontados, o mesmo excedeu o valor contábil em R$ 1.208,7 milhões para o segmento de negócio América do Norte, R$ 1.791,7 milhões para o segmento de negócio Aços Especiais, R$ 778,1 milhões para o segmento de negócio América Latina e R$ 9.142,6 milhões para o segmento de negócio Brasil.
Dado o impacto potencial nos fluxos de caixas das variáveis de taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade a mudanças nessas variáveis. Um acréscimo de 0,5% na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valores recuperáveis que excederiam o valor contábil em R$ 712,6 milhões para o segmento América do Norte, R$ 1.381,9 milhões para o segmento Aços Especiais, R$ 505,5 milhões para o segmento América Latina e R$ 8.085,6 milhões para o segmento Brasil. Por sua vez, um decréscimo de 0,5% da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valores recuperáveis que excederiam o valor contábil em R$ 897,9 milhões para o segmento América do Norte, R$ 1.532,8 milhões para o segmento Aços Especiais, R$ 604,5 milhões para o segmento América Latina e R$ 8.495,0 milhões para o segmento Brasil. Em ambos os cenários alternativos, não se verificaria perda pela não recuperabilidade de Ágio em 31/12/2009.
Cabe destacar que eventos ou mudanças significativas no panorama podem levar a perdas significativas por recuperabilidade de ágio. Como principais riscos podemos destacar uma eventual deterioração do mercado siderúrgico, queda significativa na demanda dos setores automotivos e de construção, paralisação de atividades de plantas industriais da Companhia ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento.

28.2. Teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa

No segundo trimestre de 2009, os testes realizados identificaram uma perda pela não recuperabilidade de imobilizado nos segmentos de Aços Especiais no montante de R$ 218.391, América Latina no montante de R$ 136.491 e América do Norte no montante de R$ 71.538, totalizando R$ 426.420. No terceiro trimestre de 2009, os testes identificaram uma perda de R$ 93.596 no segmento América do Norte. Adicionalmente, a Companhia reconheceu outros custos relacionados ao fechamento das unidades, tais como custo de desligamento de funcionários, plano de pensão, etc, no montante de R$ 101.469 no segundo trimestre e de R$ 49.238 no terceiro trimestre. Nenhuma perda relacionada ao imobilizado foi identificada nos demais trimestres de 2009.
A Companhia também realizou testes de recuperabilidade de outros ativos intangíveis no segundo trimestre em virtude da redução no valor de relacionamento com clientes devido a fraca demanda oriunda das dificuldades econômicas da indústria automotiva e como resultado reconheceu no segundo trimestre uma perda pela não recuperabilidade no segmento de aços especiais de outros ativos intangíveis no montante de R$ 304.425. Nenhuma perda relacionada a outros ativos intangíveis foi identificada nos demais trimestres de 2009.
No segundo trimestre de 2009, a Companhia reconheceu uma perda pela não recuperabilidade de investimentos avaliados pela equivalência patrimonial referente ao segmento de Aços Especiais, no montante de R$ 46.092. Nenhuma perda relacionada aos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial foi identificada nos demais trimestres de 2009.
Durante o terceiro e quarto trimestres de 2009, os segmentos de negócio Aços Especiais e América do Norte tiveram melhorias em seus principais indicadores, entretanto, apesar destas circunstâncias indicarem uma melhoria no cenário, incertezas futuras no mercado ainda permanecem. Portanto, a Companhia acredita que os cenários utilizados nos testes de recuperabilidade de dezembro são a sua melhor estimativa para os resultados e geração de caixa futuros para cada um dos seus segmentos de negócio. A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2010, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas.

29 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	2009	2008
Depreciação e amortização	(1.745.319)	(1.896.076)
Despesas com pessoal	(3.614.853)	(4.230.848)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(15.518.869)	(23.127.829)
Fretes	(1.183.220)	(1.764.193)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(1.222.897)	-
Outras despesas	(2.299.048)	(2.883.885)
	(25.584.206)	(33.902.831)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(22.107.346)	(31.018.946)
Despesas com vendas	(627.816)	(688.640)
Despesas gerais e administrativas	(1.714.494)	(2.284.857)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(1.222.897)	-
Outras receitas operacionais	190.157	205.676
Outras despesas operacionais	(101.810)	(116.064)
	(25.584.206)	(33.902.831)

30 - RESULTADO FINANCEIRO

Os montantes registrados como "Receitas Financeiras" incluem: rendimento de aplicações financeiras no montante de R$ 254.292 (R$ 244.501 em 2008) e juros recebidos e outras receitas financeiras no montante de R$ 181.944 (R$ 239.545 em 2008).
Os montantes registrados como "Despesas Financeiras" incluem: Juros sobre a dívida no montante de R$ 992.693 (R$ 1.151.253 em 2008) e variações monetárias e outras despesas financeiras no montante de R$ 293.675 (R$ 469.529 em 2008).
Os montantes registrados como "Variação cambial, líquida" incluem principalmente variação cambial de clientes de exportação, fornecedores de importação e dívidas contraídas em moedas estrangeiras. A variação cambial, líquida totaliza uma receita de R$ 1.060.883 em 2009 (despesa de R$ 1.035.576 em 2008).
Os ganhos e perdas com derivativos, líquido incluem as receitas e despesas oriundas da flutuação no valor dos derivativos. Em 2009, os ganhos e perdas com derivativos, líquido totalizam uma despesa de R$ 26.178 (despesa de R$ 62.396 em 2008).

31 - INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA GERDAU S.A. (NÃO REQUERIDA PELO IFRS)

Em atendimento à Instrução CVM Nº 457/07, de 13/07/2007, apresentamos a reconciliação do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido da controladora Gerdau S.A., apurados de acordo com a legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e Patrimônio Líquido e Lucro Líquido consolidado apurado segundo as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS:

	2009	2008
Patrimônio Líquido da controladora em BRGAAP (Incluindo Lei Nº 11.638/07)	16.602.986	17.959.606
Ajustes em IFRS		
Ajuste de juros capitalizados s/imobilizado, líquido de impostos	56.800	68.054
Ajuste de benefícios a empregados, líquido de impostos	139.867	(29.892)
Ajuste de efeitos de amortização de ágios e alocação do valor justo	772.311	1.261.592
Ajuste de opção de compra e/ou venda de ações, líquido de impostos	915.177	836.815
Ajuste de dividendos não deliberados	-	56.816
Outros ajustes, líquido de impostos	20.332	13.511
	1.904.487	2.206.896
Patrimônio Líquido da controladora em IFRS	18.507.473	20.166.502
Participações dos acionistas não-controladores em IFRS	3.497.320	4.877.076
Patrimônio Líquido incluindo acionistas não-controladores em IFRS	22.004.793	25.043.578
Lucro Líquido da controladora em BRGAAP (incluindo Lei Nº 11.638/07)	1.122.860	2.881.243
Ajustes em IFRS		
Ajuste de juros capitalizados s/imobilizado, líquido de impostos	(11.785)	(11.695)
Ajuste de benefícios a empregados, líquido de impostos	73.195	70.466
Ajustes de efeitos de amortização de alocação do valor justo	(186.673)	822.430
Ajuste de opção de compra e/ou venda de ações, líquido de impostos	118.526	190.583
Outros ajustes, líquido de impostos	5.843	(12.522)
	(894)	1.059.262
Lucro Líquido da controladora em IFRS	1.121.966	3.940.505
Participações dos acionistas não-controladores em IFRS	(117.458)	1.004.393
Lucro Líquido incluindo acionistas não-controladores em IFRS	1.004.508	4.944.898

32 - EVENTOS SUBSEQUENTES

I) Em 08/01/2010, a Venezuela anunciou uma desvalorização da moeda do país. Em 31/12/2009, a cotação do Real em relação ao Bolívar Forte era R$ 0,8119 = Bs.F 1,00. Na data 04/02/2010, a cotação era R$ 0,4363 = Bs.F 1,00, registrando uma desvalorização do Bolívar Forte de aproximadamente 46,3% em relação a 31/12/2009. O impacto aproximado referente a desvalorização do Bolívar Forte é uma redução no Patrimônio Líquido da Companhia de R$ 118,7 milhões.
II) Em 25/01/2010, o Conselho de Administração deliberou autorizar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão. As aquisições serão realizadas utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros existentes, observando o limite de até 1.200.000 de ações preferenciais, visando atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Gerdau S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais consolidados da Gerdau S.A. e Controladas ("Companhia"), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Gerdau S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado consolidado de suas operações, o resultado abrangente consolidado, as mutações consolidadas de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa consolidados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.
4. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das práticas contábeis de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As informações relacionadas à natureza e ao efeito dessas diferenças estão apresentadas na nota Explicativa 31 às demonstrações financeiras consolidadas.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2010.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC Nº 2SP 011.609/O-8/F/RJ

Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC Nº 1SP 088.438/O-9/S/RJ

Deloitte.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Gerdau S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis consolidadas da Gerdau S.A. e Controladas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, elaboradas de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB.
Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, datado de 23 de fevereiro de 2010, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Administração no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2010.

Carlos Roberto Schröder | **Egon Handel** | **Maria das Graças Conceição Machado Costa**

INFORMAÇÕES NÃO REQUERIDAS PELO IFRS

BALANÇO SOCIAL - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

A Gerdau investe continuamente no desenvolvimento de seus colaboradores, em tecnologias de proteção ambiental e em projetos sociais voltados para as comunidades onde está inserida. Além disso, realiza inúmeras iniciativas para adicionar valor aos negócios de seus clientes, ampliando suas vantagens competitivas.

Informações detalhadas sobre as práticas de responsabilidade social e ambiental da Gerdau podem ser encontradas no Relatório de Administração presente nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas e no quadro abaixo:

QUADRO DE INDICADORES - GERDAU S.A.
(Valores expressos em milhares de reais)

	CONSOLIDADO BRASIL						CONSOLIDADO TOTAL					
DESCRIÇÃO	**Exercício**			**Exercício**			**Exercício**			**Exercício**		
BASE DE CÁLCULO	**2009**			**2008**			**2009**			**2008**		
Receita líquida (RL)	12.436.068			17.722.933			26.540.050			41.907.845		
Resultado operacional (RO)	2.453.805			5.301.775			846.887			8.127.822		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.043.020			1.198.683			2.737.639			3.202.189		
	2009			**2008**			**2009**			**2008**		
INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**Valor**	**% sobre RL**	**% sobre FPB**	**Valor**	**% sobre RL**	**% sobre FPB**	**Valor**	**% sobre RL**	**% sobre FPB**	**Valor**	**% sobre RL**	**% sobre FPB**
Alimentação	35.950	0,29	3,45	53.163	0,30	4,44	45.168	0,17	1,65	62.016	0,15	1,94
Encargos sociais compulsórios	306.369	2,47	29,37	316.434	1,78	26,39	379.927	1,42	13,87	364.626	0,87	11,38
Previdência privada	17.811	0,14	1,71	38.550	0,22	3,22	127.712	0,48	4,66	94.410	0,23	2,95
Saúde	83.764	0,67	8,03	80.923	0,46	6,75	288.114	1,09	10,52	230.659	0,55	7,20
Segurança e saúde no trabalho	14.648	0,12	1,40	25.659	0,14	2,14	39.869	0,15	1,46	56.609	0,14	1,77
Educação, treinamento e capacitação	8.765	0,07	0,84	32.474	0,18	2,71	15.803	0,06	0,58	47.645	0,11	1,49
Participação nos resultados	154.465	1,24	14,81	219.547	1,24	18,32	381.349	1,44	13,93	470.006	1,12	14,68
Transporte	40.768	0,33	3,91	50.958	0,29	4,25	50.806	0,19	1,86	59.257	0,14	1,85
Outros benefícios	6.627	0,05	0,64	21.216	0,12	1,77	65.615	0,25	2,40	110.689	0,26	3,46
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	669.167	5,38	64,16	838.924	4,73	69,99	1.394.363	5,25	50,93	1.495.917	3,57	46,72
	2009			**2008**			**2009**			**2008**		
INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**% sobre Valor**	**% sobre RL**	**RO**	**% sobre Valor**	**% sobre RL**	**RO**	**% sobre Valor**	**% sobre RL**	**RO**	**% sobre Valor**	**% sobre RL**	**RO**
Tributos	1.612.731	12,97	65,72	3.340.785	18,85	63,01	942.157	3,55	111,25	4.009.985	9,57	49,34
Contribuições para a sociedade	39.669	0,32	1,62	101.063	0,57	1,91	42.307	0,16	5,00	103.342	0,25	1,27
Educação	8.269	0,08	0,34	24.040	0,14	0,45	9.183	0,03	1,08	24.557	0,06	0,30
Cultura	14.215	0,12	0,58	33.955	0,20	0,65	14.215	0,06	1,69	34.069	0,08	0,41
Saúde	448	0,00	0,02	2.848	0,02	0,05	1.723	0,01	0,20	2.858	0,01	0,04
Esporte e lazer	1.774	0,01	0,07	3.751	0,02	0,07	1.774	0,01	0,21	3.831	0,01	0,05
Combate à fome e segurança alimentar	1.299	0,01	0,05	2.227	0,01	0,04	1.299	0,00	0,15	2.420	0,01	0,03
Empreendedorismo	1.737	0,01	0,07	1.884	0,01	0,04	1.737	0,01	0,21	1.892	0,00	0,02
Qualidade	3.100	0,02	0,13	21.660	0,12	0,41	3.100	0,01	0,37	21.692	0,05	0,27
Voluntariado	229	0,00	0,01	820	0,00	0,02	229	0,00	0,03	820	0,00	0,01
Pesquisa	381	0,00	0,02	2.212	0,01	0,04	381	0,00	0,04	2.212	0,01	0,03
Outros investimentos	8.217	0,07	0,33	7.666	0,04	0,14	8.666	0,03	1,02	8.991	0,02	0,11
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	1.652.400	13,29	67,34	3.441.848	19,42	64,92	984.464	3,71	116,24	4.113.327	9,82	50,61
	2009			**2008**			**2009**			**2008**		
INDICADORES AMBIENTAIS	**% sobre Valor**	**% sobre RL**	**RO**	**% sobre Valor**	**% sobre RL**	**RO**	**% sobre Valor**	**% sobre RL**	**RO**	**% sobre Valor**	**% sobre RL**	**RO**
Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa	63.275	0,51	2,58	125.527	0,71	2,37	173.214	0,65	20,45	201.010	0,48	2,47
Investimentos em programas e/ou projetos externos	446	0,00	0,02	1.910	0,01	0,03	583	0,00	0,07	2.567	0,01	0,03
TOTAL - INDICADORES AMBIENTAIS	63.721	0,51	2,60	127.437	0,72	2,40	173.797	0,65	20,52	203.577	0,49	2,50

INFORMAÇÕES SOBRE CIDADANIA EMPRESARIAL

	2009			**Metas 2010**		
Número total de acidentes de trabalho	355			180		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	(X) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não são considerados	(X) são sugeridos	( ) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado) - Não Auditadas

	Brasil				Exterior				Total			
	2009	%	2008	%	2009	%	2008	%	2009	%	2008	%
ENTRADAS												
Receita de produtos, serviços e outros [1]	15.353.698		21.547.140		14.350.630		24.654.237		29.704.328		46.201.377	
SAÍDAS												
Matérias-primas e bens de consumo	(8.817.682)		(10.047.274)		(10.270.443)		(17.700.061)		(19.088.125)		(27.747.335)	
Serviços de terceiros	(948.187)		(601.857)		(1.024.014)		(583.485)		(1.972.201)		(1.185.342)	
Perda pela não recuperabilidade de ativos	-		-		(1.222.897)		-		(1.222.897)		-	
VALOR ADICIONADO BRUTO	5.587.829		10.898.009		1.833.276		6.370.691		7.421.105		17.268.700	
(-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	(875.856)		(960.478)		(869.463)		(935.599)		(1.745.319)		(1.896.077)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	4.711.973		9.937.531		963.813		5.435.092		5.675.786		15.372.623	
VALOR ADICIONADO DECORRENTE DE TRANSFERÊNCIAS												
Equivalência patrimonial	5.966		63.694		(114.923)		59.114		(108.957)		122.808	
Receitas financeiras	58.477		391.297		377.759		92.749		436.236		484.046	
Receitas de aluguel	(952)		2.024		(8.072)		(5.498)		(9.024)		(3.474)	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.775.464	100%	10.394.546	100%	1.218.577	100%	5.581.457	100%	5.994.041	100%	15.976.003	100%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO												
Governos	1.945.871	40,7%	3.657.217	35,2%	(435.864)	-35,9%	903.345	16,3%	1.510.007	25,3%	4.560.562	28,4%
Impostos e contribuições federais	1.134.771	23,7%	2.256.858	21,7%	(757.229)	-62,1%	584.347	10,6%	377.542	6,3%	2.841.205	17,6%
Contribuições sociais federais sobre folha de pagamento	333.140	7,0%	316.434	3,1%	234.710	19,1%	234.146	4,2%	567.850	9,5%	550.580	3,4%
Impostos e contribuições estaduais	447.454	9,4%	1.031.659	9,9%	120	0,0%	95	0,0%	447.574	7,5%	1.031.754	6,5%
Impostos e contribuições municipais	30.506	0,6%	52.266	0,5%	86.535	7,1%	84.757	1,5%	117.041	2,0%	137.023	0,9%
Colaboradores	1.179.889	24,7%	1.416.372	13,5%	2.065.220	169,5%	2.335.416	41,9%	3.245.109	54,2%	3.751.788	23,6%
Salários	862.436	18,0%	971.176	9,3%	1.478.513	121,4%	1.753.462	31,4%	2.340.949	39,1%	2.724.638	17,2%
Benefícios	127.968	2,7%	185.213	1,8%	363.700	29,8%	316.738	5,7%	491.668	8,2%	501.951	3,1%
Treinamento	8.902	0,2%	32.474	0,3%	6.901	0,6%	15.171	0,3%	15.803	0,3%	47.645	0,3%
Participação nos resultados	180.583	3,8%	227.509	2,1%	216.106	17,7%	250.045	4,5%	396.689	6,6%	477.554	3,0%
Financiadores [2]	(35.794)	-0,7%	1.980.786	19,1%	270.211	22,2%	737.968	13,1%	234.417	3,8%	2.718.754	17,0%
Acionistas	186.755	3,9%	1.240.406	12,0%	90.286	7,5%	159.120	2,8%	277.041	4,6%	1.399.526	8,8%
Reinvestimento de lucros	1.498.743	31,4%	2.099.765	20,2%	(771.276)	-63,3%	1.445.608	25,9%	727.467	12,1%	3.545.373	22,2%
TOTAL	4.775.464		10.394.546		1.218.577		5.581.457		5.994.041		15.976.003	

[1] Inclui descontos concedidos e outras receitas operacionais.
[2] Inclui variações cambiais e monetárias.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
JORGE GERDAU JOHANNPETER

Vice-Presidentes
GERMANO HUGO GERDAU JOHANNPETER
KLAUS GERDAU JOHANNPETER
FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER

Conselheiros
ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER
CLAUDIO JOHANNPETER
AFFONSO CELSO PASTORE
ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE
OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO

Secretário-Geral
EXPEDITO LUZ

DIRETORIA E MEMBROS DO COMITÊ EXECUTIVO

Diretor Presidente
ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

Diretor Geral de Operações
CLAUDIO JOHANNPETER

Diretores Vice-Presidentes
ALFREDO HUALLEM
EXPEDITO LUZ
MANOEL VITOR DE MENDONÇA FILHO
MÁRCIO PINTO RAMOS
MÁRIO LONGHI FILHO
OSVALDO BURGOS SCHIRMER
PAULO FERNANDO BINS DE VASCONCELLOS

CLEMIR ÜHLEIN
Contador CRC RS 044845/O-8/S/RJ
CPF nº 424.614.210-72

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Carlos Gomes, 403
11° e 12° andares
90480-003 - Porto Alegre - RS
Brasil

Tel.: +55 (51) 3327-8800
Fax.: +55 (51) 3328-3031
www.deloitte.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Administradores da
Gerdau S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais consolidados da Gerdau S.A. e Controladas ("Companhia"), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Gerdau S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado consolidado de suas operações, o resultado abrangente consolidado, as mutações consolidadas de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa consolidados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

4. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das práticas contábeis de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As informações relacionadas à natureza e ao efeito dessas diferenças estão apresentadas na Nota Explicativa 31 às demonstrações financeiras consolidadas.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2010.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2SP 011.609/O-8/F/RJ

Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC nº. 1SP 088.438/O-9/S/RJ

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro.

Membro da
Deloitte Touche Tohmatsu

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA PARA OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2010, RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS NAQUELAS DATAS E RESPECTIVOS PARECERES DOS AUDITORES INDEPENDENTES

[página intencionalmente deixada em branco]

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

No exercício de 2010, os resultados da Gerdau refletiram toda a otimização operacional e financeira realizada ao longo de 2009, mesmo com os desafios apresentados no período, principalmente relacionados aos custos de matérias-primas e ao lento crescimento dos mercados desenvolvidos. Os principais indicadores operacionais da Companhia apresentaram crescimento, com destaque para o aumento de 24% no volume de vendas, atingindo 17,4 milhões de toneladas e o aumento de 36% no EBITDA, totalizando R$ 5,2 bilhões, influenciados pela performance positiva da operação de negócio Aços Especiais e pelo mercado interno da operação de negócio Brasil.

A produção de aço bruto apresentou crescimento de 32%, passando de 13,5 milhões de toneladas, em 2009, para 17,9 milhões de toneladas, em 2010. Todas as operações de negócios apresentaram crescimento, com destaque para Aços Especiais.

No exercício de 2010, as vendas totalizaram 17,4 milhões de toneladas, um aumento de 24% em relação ao ano anterior, beneficiando-se do bom momento vivido pelo setor automotivo global e pelos setores de construção civil e indústria no Brasil.

Em 2010, a receita líquida consolidada alcançou R$ 31,4 bilhões, 18% superior ao valor obtido em 2009, em função dos melhores volumes de vendas.

O melhor resultado operacional proporcionou um crescimento no lucro líquido consolidado, alcançando R$ 2,5 bilhões no exercício comparado com R$ 1,0 bilhão em 2009.

No exercício, a Gerdau manteve sua política de remuneração aos acionistas, a qual consiste no pagamento mínimo de 30% do lucro líquido ajustado das suas companhias abertas. Foram deliberados pagamentos de R$ 630 milhões em dividendos e juros sobre capital próprio aos acionistas da Gerdau S.A e de R$ 264 milhões aos acionistas da Metalúrgica Gerdau S.A.

Do plano de investimentos anunciado no início do exercício para o período de 2010-2014, foi realizado R$ 1,3 bilhão, com destaque para o projeto dos laminadores de planos - chapas grossas e bobinas a quente – na Unidade de Ouro Branco-MG.

Ao longo do exercício, a Companhia simplificou sua estrutura societária por meio da aquisição de participações minoritárias na Gerdau Ameristeel e incorporação da Aços Villares pela Gerdau S.A. Com essas operações, Gerdau Ameristeel e Aços Villares deixaram de ter suas ações negociadas em bolsas de valores.

Em 2010, os melhores resultados operacionais alcançados pela Companhia refletiram-se positivamente no seu principal indicador de endividamento. Esse indicador, qual seja dívida bruta/EBITDA, apresentou uma redução de 3,8 vezes, em dezembro de 2009, para 2,8 vezes, em dezembro de 2010, mantendo o *status* de *investment grade* da Companhia junto às agências de avaliação de crédito.

Perfil

A Gerdau é líder na produção de aços longos nas Américas e uma das maiores fornecedoras de aços longos especiais no mundo. Possui mais de 40 mil colaboradores e presença industrial em 14 países, com operações nas Américas, na Europa e na Ásia, as quais somam uma capacidade instalada superior a 25 milhões de toneladas de aço. É a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço. Com cerca de 140 mil acionistas, a Gerdau está listada nas bolsas de valores de São Paulo, Nova York e Madri.

Mercado de Aço Global

Produção do Mercado de Aço (1.000 toneladas)	Exercício de 2010	Exercício de 2009	Variação 2010/2009
Aço Bruto			
Brasil	32,8	26,5	24%
América do Norte (exceto México)	93,6	67,5	39%
América Latina (exceto Brasil)	29,2	26,2	11%
China	626,7	573,6	9%
Outros	631,3	535,6	18%
Total	**1.413,6**	**1.229,4**	**15%**

Fonte: worldsteel

A produção mundial de aço apresentou aumento em 2010 quando comparada com à de 2009 (vide quadro acima), estabelecendo um novo recorde. Dentre as principais regiões onde a Gerdau atua, destaca-se a recuperação na produção da América do Norte, que, no ano anterior, apresentou um nível muito baixo de utilização de capacidade. A China permanece como importante *player* no mercado internacional, representando 44% da produção global. Excluindo a China, a produção global apresentou crescimento de 20% no período.

A World Steel Association, em sua última publicação, apresentou melhores perspectivas para o consumo aparente mundial de aço, com crescimento de 5% para 2011, em virtude da continuidade do forte crescimento na maioria das economias dos países em desenvolvimento e da melhora na expectativa de recuperação das economias desenvolvidas, tendo como base os pacotes de estímulos governamentais e formação de estoques. O consumo de aço na América Latina deve crescer 9% em 2011. Essa região está sendo beneficiada pela recuperação nos preços das commodities, que são a base da sua economia, pelas exportações e pela entrada de capital estrangeiro. Nos Estados Unidos deve haver um crescimento do consumo de aço de 9% em 2011, auxiliado pelo movimento de reposição de estoques e recuperação na indústria. Na Índia, esse consumo deve crescer 14% em 2011, podendo se tornar o terceiro maior país em consumo de aço, após China e Estados Unidos. A confirmação desse cenário global, combinada com maiores preços de matérias-primas poderá suportar maiores preços internacionais em 2011, conforme já pode ser observado no início deste ano.

Padrão Contábil

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Gerdau S.A. são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, conforme Instrução CVM nº 485 de 1º de setembro de 2010.

Operações de Negócios (ONs) da Gerdau

As informações deste relatório são apresentadas conforme estabelecido na governança corporativa da Gerdau, a saber:

- Brasil (ON Brasil) – inclui as operações no Brasil, com exceção de aços especiais
- América do Norte (ON América do Norte) – inclui todas as operações na América do Norte, exceto as do México e as de aços especiais
- América Latina (ON América Latina) – inclui todas as operações na América Latina, com exceção do Brasil
- Aços Especiais (ON Aços Especiais) – inclui as operações de aços especiais no Brasil, na Espanha, nos EUA e na Índia.

Desempenho da Gerdau em 2010

Produção

Produção (1.000 toneladas)	Exercício de 2010	Exercício de 2009	Variação 2010/2009
Aço Bruto (placas, blocos e tarugos)			
Brasil	6.953	5.334	30%
América do Norte	6.209	4.910	26%
América Latina	1.488	1.347	10%
Aços Especiais	3.202	1.918	67%
Total	**17.852**	**13.509**	**32%**
Laminados			
Brasil	4.166	3.571	17%
América do Norte	5.760	4.635	24%
América Latina	1.879	1.668	13%
Aços Especiais	2.977	1.868	59%
Total	**14.782**	**11.742**	**26%**

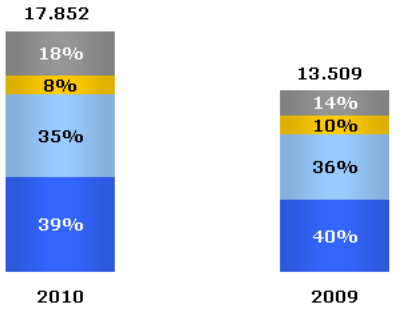
Obs.: As informações acima não contemplam dados das empresas associadas e com controle compartilhado.

- Em 2010, a produção de aço bruto da Gerdau foi superior à do ano de 2009 (vide quadro acima) em decorrência da recuperação da demanda em todos os mercados em que a Companhia atua.

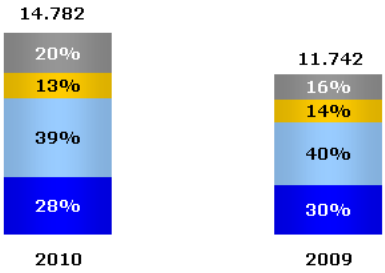
- A ON Brasil apresentou o maior crescimento absoluto de produção de aço bruto em função do baixo nível de atividade registrado em 2009, principalmente na Unidade de Ouro Branco-MG. A ON América do Norte também foi beneficiada por uma recuperação gradual do mercado interno norte-americano. Na ON Aços Especiais, observou-se uma forte recuperação da produção em todas as regiões, impulsionada, principalmente, pelo bom desempenho do setor automotivo. As operações na América Latina, por sua vez, apresentaram crescimento um pouco menor, uma vez que suas vendas foram menos impactadas pela crise em 2009.

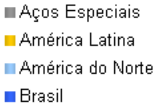
- Em laminados, a produção acompanhou o crescimento de aço bruto verificado no período, exceto pela ON Brasil, onde ocorreu o retorno do alto-forno da unidade de Ouro Branco-MG, direcionado para produção de semi-acabados.

Produção de Aço Bruto
(1.000 toneladas)



Produção de Laminados
(1.000 toneladas)





Vendas

Vendas Consolidadas [1] (1.000 toneladas)	Exercício de 2010	Exercício de 2009	Variação 2010/2009
Brasil	6.646	5.175	28%
Mercado Interno	4.717	3.650	29%
Exportações	1.929	1.525	26%
América do Norte	5.742	4.935	16%
América Latina [2]	2.211	2.015	10%
Aços Especiais	2.764	1.862	48%
Total	**17.363**	**13.987**	**24%**

1 - Excluídas as vendas para empresas controladas.

2 - Não considera volumes de coque vendidos.

Obs.: As informações acima não contemplam dados das empresas associadas e com controle compartilhado.

- As vendas consolidadas do exercício de 2010 apresentaram crescimento em todas as operações de negócios (vide quadro acima), principalmente as que possuem maior exposição ao mercado brasileiro e ao setor automotivo.

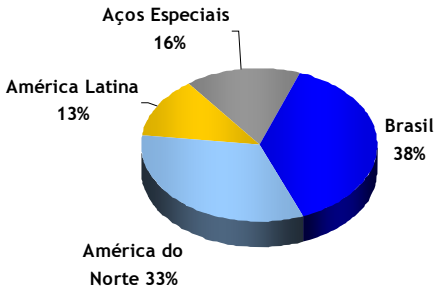
- Na ON Brasil, a indústria representou importante papel para a recuperação da demanda, impulsionada pelo crescimento de 21% na produção de bens de capital em 2010, de acordo com o IBGE. A construção civil seguiu com um bom ritmo de demanda no mercado brasileiro, o que pode ser constatado pela estimativa de crescimento de 11% do PIB da Construção Civil para 2010, de acordo com o Sinduscon.

- Na ON América do Norte, a indústria também foi a principal responsável pela recuperação dos volumes vendidos. O ISM – *Institute for Supply Management*, principal indicador de produção industrial norteamericano, atingiu 58,5 em dezembro de 2010, sendo que acima de 50 representa crescimento. Os negócios de infraestrutura e não residencial seguiram com demanda fraca e estável.

- Em menor escala, a ON América Latina apresentou crescimento nos volumes de vendas, principalmente em suas operações na Argentina e no México, países com crescimentos de PIB de 2010 estimados em 9% e 5%, respectivamente.

- Na ON Aços Especiais, destacaram-se as operações localizadas no Brasil e nos Estados Unidos, beneficiadas pela forte recuperação do setor automotivo, com a produção de veículos apresentando crescimento de 14% e 36%, respectivamente.

Vendas por operação de negócio em 2010
(17,4 milhões de toneladas)



Vendas por operação de negócio em 2009
(14,0 milhões de toneladas)

Resultado Operacional por Operação de Negócio

Receita Líquida

Receita líquida (R$ milhões)	Exercício de 2010	Exercício de 2009	Variação 2010/2009
Brasil	12.459	10.332	21%
Mercado Interno	10.441	8.862	18%
Exportações	2.018	1.470	37%
América do Norte	8.836	8.294	7%
América Latina [1]	3.487	3.137	11%
Aços Especiais	6.611	4.777	38%
Total	**31.393**	**26.540**	**18%**

Obs.: As informações acima não contemplam dados das empresas associadas e com controle compartilhado.

1 - Inclui receita de venda de coque.

- Em 2010, a receita líquida **consolidada** cresceu em relação a 2009 (vide quadro acima) em virtude dos maiores volumes vendidos, mesmo com a queda na receita líquida por tonelada vendida.

- Em valores absolutos, a **ON Brasil** foi o destaque para o crescimento da receita líquida do exercício, resultado do aumento nos volumes vendidos, principalmente no mercado interno. A **ON Aços Especiais** também apresentou significativo crescimento na receita líquida, com evidência para os volumes vendidos nas suas operações no Brasil e nos Estados Unidos. As demais operações de negócios seguiram o mesmo comportamento, porém em escala menor.

Custo das Vendas e Margem Bruta

Receita, custo e margem		Exercício de 2010	Exercício de 2009	Variação 2010/2009
Brasil	Receita líquida (R$ milhões)	12.459	10.332	21%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(9.542)	(7.149)	33%
	Lucro bruto (R$ milhões)	2.917	3.183	-8%
	Margem bruta (%)	*23%*	*31%*	
América do Norte	Receita líquida (R$ milhões)	8.836	8.294	7%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(7.998)	(7.703)	4%
	Lucro bruto (R$ milhões)	838	591	42%
	Margem bruta (%)	*9%*	*7%*	
América Latina	Receita líquida (R$ milhões)	3.487	3.137	11%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(3.021)	(3.070)	-2%
	Lucro bruto (R$ milhões)	466	67	596%
	Margem bruta (%)	*13%*	*2%*	
Aços Especiais	Receita líquida (R$ milhões)	6.611	4.777	38%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(5.312)	(4.384)	21%
	Lucro bruto (R$ milhões)	1.299	393	231%
	Margem bruta (%)	*20%*	*8%*	
Consolidado	**Receita líquida (R$ milhões)**	**31.393**	**26.540**	**18%**
	Custo das vendas (R$ milhões)	**(25.873)**	**(22.306)**	**16%**
	Lucro bruto (R$ milhões)	**5.520**	**4.234**	**30%**
	Margem bruta (%)	***18%***	***16%***	

Obs.: As informações acima não contemplam dados das empresas associadas e com controle compartilhado.

- Em termos **consolidados**, o aumento do custo das vendas em 2010 em comparação com 2009 (vide quadro acima) foi resultado do maior volume vendido no período e dos maiores preços das principais matérias-primas. Entretanto, o

aumento do custo das vendas foi inferior ao crescimento da receita líquida em virtude da maior diluição dos custos fixos, o que se refletiu na melhora da margem bruta, principalmente nas **ONs Aços Especiais** e **América Latina**.

- Na **ON Brasil**, mesmo com a diluição dos custos fixos pelos maiores volumes vendidos em 2010, o descompasso entre os aumentos dos preços das matérias-primas e o repasse nos preços de produtos de aço resultou em uma redução na margem bruta em relação a 2009.

Despesas Operacionais

DVGA (R$ milhões)	Exercício de 2010	Exercício de 2009	Variação 2010/2009
Despesas com vendas	552	430	28%
Despesas gerais e administrativas	1.806	1.714	5%
Total	2.358	2.144	10%
Receita líquida	31.393	26.540	18%
% sobre receita líquida	**8%**	**8%**	

Obs.: As informações acima não contemplam dados das empresas asssociadas e com controle compartilhado.

- A participação das despesas com vendas, gerais e administrativas em relação à receita líquida manteve-se estável nos períodos comparados.

Equivalência Patrimonial

- As empresas associadas e com controle compartilhado, cujos resultados são avaliados por equivalência patrimonial, comercializaram 1,1 milhão de toneladas de aço em 2010 considerando-se suas respectivas participações acionárias, 20% acima do volume de 2009, resultando em uma receita líquida de vendas de R$ 1,4 bilhão.

- Com base na performance obtida por essas empresas, a equivalência patrimonial foi positiva em R$ 39 milhões em 2010, comparada a um valor negativo de R$ 109 milhões em 2009.

EBITDA

Composição do EBITDA consolidado (R$ milhões)	Exercício de 2010	Exercício de 2009	Variação 2010/2009
Lucro líquido	2.457	1.005	144%
Resultado financeiro líquido	685	(185)	-
Provisão para IR e CS	502	27	1759%
Depreciação e amortizações	1.893	1.745	8%
Reversão/perdas pela não recuperabilidade de ativos	(336)	1.072	-
Custos de reestruturação	-	151	-
EBITDA	**5.201**	**3.815**	**36%**
Margem EBITDA	**17%**	**14%**	

Obs.: O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não é padronizado, não podendo, portanto, ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

Conciliação do EBITDA consolidado (R$ milhões)	Exercício de 2010	Exercício de 2009
EBITDA [1]	5.201	3.815
Depreciação e amortizações	(1.893)	(1.745)
Reversão/perdas pela não recuperabilidade de ativos	336	(1.072)
Custos de reestruturação	337	(151)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS [2]	**3.644**	**847**

[1] Medição não contábil adotada pela Companhia

[2] Medição contábil divulgada na Demonstração dos Resultados consolidados

- O EBITDA **consolidado**, considerado também como a geração de caixa operacional, apresentou crescimento no ano de 2010 em relação ao de 2009 (vide quadros acima), tal como a margem EBITDA. Esses aumentos são explicados pelo crescimento do lucro bruto e pela melhora dos resultados das empresas associadas e com controle compartilhado.

EBITDA por Operação de Negócio		Exercício de 2010	Exercício de 2009	Variação 2010/2009
Brasil	EBITDA (R$ milhões)	2.709	2.887	-6%
	Margem EBITDA (%)	*22%*	*28%*	
América do Norte	EBITDA (R$ milhões)	789	640	23%
	Margem EBITDA (%)	*9%*	*8%*	
América Latina	EBITDA (R$ milhões)	419	(165)	-
	Margem EBITDA (%)	*12%*	*-5%*	
Aços Especiais	EBITDA (R$ milhões)	1.284	453	183%
	Margem EBITDA (%)	*19%*	*9%*	
Consolidado	**EBITDA (R$ milhões)**	**5.201**	**3.815**	**36%**
	Margem EBITDA (%)	***17%***	***14%***	

- Na **ON Brasil**, que representou 52% do EBITDA consolidado do período, a menor receita líquida por tonelada vendida e os maiores custos foram os responsáveis pela redução na margem EBITDA. Nas **ONs Aços Especiais** e **América Latina**, que contribuíram com 25% e 8%, respectivamente, para o EBITDA do ano, o aumento do custo das vendas em nível inferior ao crescimento da receita líquida teve como reflexo a melhora da margem EBITDA. Na **ON América do Norte**, a margem EBITDA se manteve praticamente estável.

Reversão/perdas pela não recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação

Reversão/perdas pela não recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação por Operação de Negócio (R$ milhões)	Exercício de 2010		Exercício de 2009			
	Aços Especiais	Total	América do Norte	América Latina	Aços Especiais	Total
Imobilizado	120	120	(166)	(136)	(218)	(520)
Ágio	-	-	-	-	(202)	(202)
Intangível	216	216	-	-	(304)	(304)
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	(46)	(46)
Outros	-	-	(49)	-	(102)	(151)
Total	**336**	**336**	**(215)**	**(136)**	**(872)**	**(1.223)**

- De acordo com o padrão contábil internacional estabelecido pelo *International Accounting Standards Board* – IASB (conhecido como *International Financial Reporting Standards* – IFRS), a Empresa realiza testes de *Impairment* sobre seus ativos em função de revisão de perspectivas de geração de caixa e resultados futuros das operações de negócios.

- Em 2010, devido às melhores condições de mercado observadas na ON Aços Especiais, principalmente nos Estados Unidos, os testes de *Impairment* sobre os ativos identificaram ganhos líquidos de R$ 336 milhões no período (R$ 289 milhões após imposto de renda) compostos pelos seguintes efeitos: nos Estados Unidos, houve uma reversão de perdas pela não recuperabilidade de ativos intangíveis no valor de R$ 216 milhões e de imobilizado no montante de R$ 188 milhões; na Espanha, a falta de expectativa da retomada de suas operações resultou em uma perda pela não recuperabilidade de ativos de imobilizado em uma de suas unidades no valor de R$ 68 milhões.

Resultado Financeiro

Resultado financeiro (R$ milhões)	Exercício de 2010	Exercício de 2009	Variação 2010/2009
Receitas financeiras	296	436	-32%
Despesas financeiras	(1.098)	(1.286)	-15%
Variação cambial, líquida	104	1.061	-90%
Ganhos (perdas) com derivativos, líquido	13	(26)	-
Resultado financeiro	**(685)**	**185**	**-**

Obs.: As informações acima não contemplam dados das empresas associadas e com controle compartilhado.

- A menor variação cambial no período (+4,3% em 2010 contra +25,5% em 2009) foi a principal responsável pelo resultado financeiro negativo no período, contra um resultado financeiro positivo obtido no ano anterior. Esse efeito é resultado da conversão para real dos saldos das contas do ativo (contas a receber de exportações) e do passivo (principalmente dívidas em dólares contratadas pelas empresas no Brasil) no final de cada exercício.

- Cabe ressaltar que, do total de US$ 3,5 bilhões de dívidas em moeda estrangeira contratadas pelas empresas no Brasil, em 31 de dezembro de 2010, US$ 2,7 bilhões estava atrelado a aquisições de empresas no exterior, cuja variação cambial foi registrada diretamente no patrimônio líquido, conforme normas do IFRS. Os demais US$ 0,8 bilhão tiveram sua variação cambial transitada pelo resultado.

Lucro Líquido

Lucro líquido (R$ milhões)	Exercício de 2010	Exercício de 2009	Variação 2010/2009
Lucro antes dos impostos	2.959	1.032	187%
Imposto de renda e contribuição social	(502)	(27)	1759%
Lucro líquido do exercício	**2.457**	**1.005**	**144%**

- No exercício de 2010, o lucro líquido consolidado apresentou crescimento em relação ao de 2009, principalmente, pelo melhor resultado operacional e por efeitos não recorrentes (Reversão/perdas pela não recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação). Desconsiderando-se esses efeitos, líquidos de imposto de renda, em ambos os exercícios, o lucro líquido consolidado teria crescido 15%.

Investimentos

- Em 2010, os investimentos em ativo imobilizado somaram R$ 1,3 bilhão. Desse total, 72% foram direcionados para as unidades no Brasil e os demais 28% para as unidades em outros países.

- O plano de investimentos em ativo imobilizado para o período de 2011 a 2015 está estimado em R$ 10,8 bilhões, e contempla investimentos estratégicos e para manutenção, conforme tabela a seguir:

Plano de Investimentos - Principais Projetos	Localização	Capacidade adicional de laminação (1.000 t)	Início operação
ON Brasil			
Ampliação do laminador de perfis estruturais em Ouro Branco-MG	Brasil	160	2011
Laminadores de planos (chapas grossas e bobina a quente) em Ouro Branco-MG	Brasil	1.900	2012
Aumento de capacidade em mineração para 7 milhões de toneladas	Brasil	-	2012
Laminador de fio-máquina e vergalhões em Santa Cruz-RJ[1]	Brasil	600	2012
Unidades de corte e dobra e produtos de aço prontos para o uso	Brasil	-	2012
ON América do Norte			
Forno de reaquecimento em Calvert City	EUA		2012
ON América Latina			
Instalação portuária (para embarque de carvão e coque)	Colômbia	-	2012
ON Aços Especiais			
Novo lingotamento contínuo com aumento da capacidade da aciaria	EUA	200	2012
Laminador de aços especiais e vergalhões, sinterização e geração de energia[2]	Índia	300	2012
Laminador de aços especiais	Brasil	500	2012

1 Para atender esse laminador, a Gerdau reativará sua aciaria de 600 mil toneladas de capacidade de aço bruto localizada em Santa Cruz-RJ

2 Por se tratar de uma *Joint Venture* a capacidade não será considerada no consolidado.

- Estão ainda no plano da Companhia os seguintes investimentos:
  - Brasil: Capacidade de laminação adicional de 500 mil toneladas em Santa Cruz-RJ
  - Peru: Expansão e modernização da usina localizada no Peru, assim como o aprimoramento das tecnologias de proteção ambiental nessa unidade
  - Estados Unidos: Sistema de despoeiramento de aciaria na Tamco.

- Em 12 de agosto de 2010, a Gerdau S.A. adquiriu uma participação adicional de 49,1% do capital total da Cleary Holdings Corp., controladora de unidades de produção de coque metalúrgico e de reservas de carvão coqueificável na Colômbia. O valor envolvido na aquisição dessa participação adicional foi de US$ 57 milhões (R$ 100 milhões), passando a Gerdau a deter 100% dessa empresa.

- Em 21 de outubro de 2010, a Gerdau S.A. por meio de sua subsidiária integral, a Gerdau Ameristeel, concluiu a aquisição da TAMCO, uma empresa da Califórnia, nos EUA. Essa empresa é uma "*mini mill*" que produz vergalhões, além de uma das maiores produtoras desse produto na costa oeste dos Estados Unidos, com uma capacidade anual de aproximadamente 500 mil toneladas. O preço de aquisição foi de US$ 166 milhões (R$ 283 milhões).

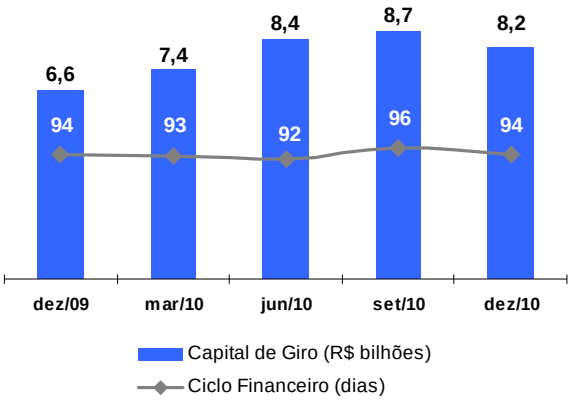
Simplificação da Estrutura Societária

- Em 30 de agosto de 2010, a Gerdau S.A. concluiu a operação de aquisição da totalidade das ações ordinárias da Gerdau Ameristeel, emitidas e em circulação, de que ainda não era detentora, direta ou indiretamente, pelo valor de U$ 11,00 por ação, em dinheiro, totalizando US$ 1,6 bilhão (R$ 2,8 bilhões). Com esta operação foi também cancelado o registro de negociação da Gerdau Ameristeel nas bolsas de Nova York e Toronto.

- Em 30 de dezembro de 2010, os acionistas da Gerdau S.A. e da Aços Villares S.A. aprovaram a incorporação da Aços Villares S.A. pela Gerdau S.A. A operação foi realizada por meio de troca de ações, em que os acionistas de Aços Villares S.A. receberam uma ação da Gerdau S.A. por cada lote de vinte e quatro ações possuídas. O crédito das novas ações foi realizado em 10 de fevereiro de 2011. Com essa operação a Aços Villares S.A. deixou de ter suas ações negociadas em bolsa de valores. A Gerdau S.A., após a emissão de novas ações pela incorporação, passou a ter seu capital social representado por 505.600.573 ações ordinárias e 1.011.201.145 ações preferenciais.

Capital de Giro e Ciclo Financeiro

Capital de Giro e Ciclo Financeiro



- O ciclo financeiro (capital de giro dividido pela receita líquida diária do trimestre), em dezembro de 2010, não apresentou variação em relação a dezembro de 2009, com aumentos proporcionais na receita líquida e no capital de giro. Esse aumento no capital de giro é devido ao maior nível de atividade ocorrido no exercício de 2010.

Passivo financeiro

Endividamento (R$ milhões)	**31.12.2010**	**31.12.2009**
Curto prazo	**1.693**	**1.357**
Moeda nacional (Brasil)	703	843
Moeda estrangeira (Brasil)	169	197
Empresas no exterior	821	317
Longo prazo	**12.977**	**13.164**
Moeda nacional (Brasil)	2.623	2.002
Moeda estrangeira (Brasil)	5.656	5.268
Empresas no exterior	4.698	5.894
Dívida bruta	**14.670**	**14.521**
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	2.204	4.819
Dívida líquida	**12.466**	**9.702**

- A dívida líquida (dívida bruta menos caixa), em 31 de dezembro de 2010, totalizava R$ 12,5 bilhões.

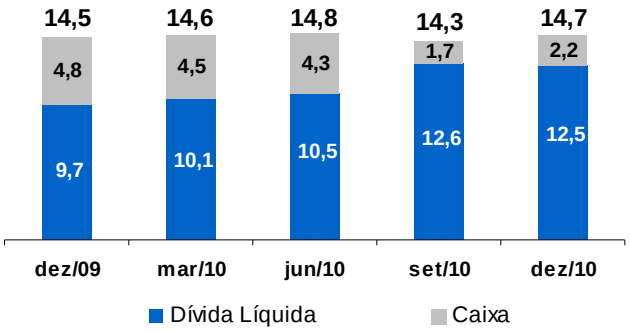
- O caixa (disponibilidades de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) totalizava R$ 2,2 bilhões em 31 de dezembro de 2010. Desse caixa, 39% eram detidos pelas empresas Gerdau no exterior, principalmente em dólares norte-americanos.

- A dívida bruta (empréstimos e financiamentos, mais debêntures) totalizava R$ 14,7 bilhões em 31 de dezembro de 2010, dos quais 12% eram de curto prazo e 88% de longo prazo.

- No final do ano de 2010, a dívida bruta era composta por 23% em reais, 40% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil e 37% em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior.

- O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2010, era de 8,0% para o montante denominado em reais, de 5,7% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 4,2% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior.

Dívida bruta
(R$ bilhões)



- O cronograma de pagamento da dívida, incluindo as debêntures, era o seguinte em 31 de dezembro:

Curto Prazo	R$ milhões
1º trimestre de 2011	777
2º trimestre de 2011	463
3º trimestre de 2011	166
4º trimestre de 2011	287
Total	**1.693**
Longo Prazo	**R$ milhões**
2012	1.619
2013	3.051
2014	800
2015 e após	7.507
Total	**12.977**

- Os principais indicadores de dívida da Gerdau, no final de dezembro, apresentaram melhora em relação a dezembro de 2009 em virtude da manutenção do nível de endividamento e da maior geração de caixa operacional nos últimos 12 meses (EBITDA).

Indicadores	31.12.2010	31.12.2009
Dívida bruta / Capitalização total [1]	42%	40%
Dívida líquida / Capitalização total [2]	38%	31%
Dívida bruta / EBITDA [3]	2,8x	3,8x
Dívida líquida / EBITDA [3]	2,4x	2,5x
EBITDA [3] / Despesas financeiras [3]	4,6x	2,7x
EBITDA [3] / Despesas financeiras líquidas [3]	6,2x	4,0x

1 - Capitalização total = patrimônio líquido + dívida bruta
2 - Capitalização total = patrimônio líquido + dívida líquida
3 - Acumulado dos últimos 12 meses

- Cabe mencionar que em 01 de outubro de 2010, a Gerdau concluiu a emissão de um *bond* de 10 anos, no montante de US$ 1,25 bilhão, com cupom de 5,75% ao ano, por meio de sua subsidiária Gerdau Trade Inc. Os recursos obtidos com essa emissão foram utilizados, na sua maior parte, para o pré-pagamento de *bond* perpétuo da Gerdau S.A. e *term loan* da Gerdau Ameristeel, além do pagamento da aquisição da Tamco, nos Estados Unidos.

Responsabilidade Social e Ambiental

- Há 110 anos, a Gerdau vem construindo uma história de superação de desafios, baseada em valores sólidos, eficiência nos negócios e transparência na gestão. Ao longo desse período, tem pautado o seu relacionamento com clientes,

colaboradores, acionistas, fornecedores e comunidades pela integridade, respeito, coerência entre discurso e prática e busca de ganhos mútuos.

- Esses princípios, compartilhados por mais de 40 mil colaboradores em 14 países, direcionam a empresa para atender seus clientes de modo diferenciado, oferecendo soluções em aço inovadoras e competitivas. Além disso, a Gerdau busca gerar valor aos seus acionistas no longo prazo e promover o desenvolvimento dos seus fornecedores e comunidades onde está inserida.

- Os bons resultados da organização conquistados em mais de um século de atuação são fruto do esforço e da dedicação de seus colaboradores. A Gerdau valoriza suas equipes, reconhece os desempenhos diferenciados e prioriza a segurança total no ambiente de trabalho. A meta da organização é atingir o zero acidentes em todas as suas unidades. No exercício de 2010, investiu R$ 49,1 milhões em saúde e segurança, desde a capacitação dos seus colaboradores nessa área até o desenvolvimento de novas tecnologias e equipamentos para a prevenção de acidentes.

- Para projetos de responsabilidade social, a empresa direcionou R$ 57,4 milhões em 2010. Ao longo do ano, a organização intensificou ações relacionadas ao desenvolvimento de sua cadeia de negócio e realizou inúmeras iniciativas na área de educação e de mobilização solidária. Para a Gerdau, a educação é um conceito abrangente e tem como foco o ensino formal, a qualidade e empreendedorismo, o meio ambiente e a inclusão pela cultura e pelo esporte.

- A proteção do meio ambiente também é uma prática diária na Gerdau. A companhia possui um rigoroso Sistema de Gestão Ambiental que monitora todo o ciclo de produção, desde a obtenção da matéria-prima até a entrega dos produtos aos seus clientes e a destinação final dos coprodutos gerados durante o processo produtivo. Em 2010, a empresa investiu R$ 137,7 milhões em práticas e tecnologias de proteção ambiental.

- Além disso, a Gerdau é a maior recicladora da América Latina e aproveita anualmente milhões de toneladas de sucata ferrosa. Cerca de 75% do aço produzido pela empresa é a partir de sucata, o que reduz o uso de energia e as emissões de CO2. Ademais, o processo de coleta e processamento da sucata resulta na geração de emprego e renda para centenas de famílias.

Valor Adicionado

- Em 2010, as empresas Gerdau, em termos consolidados, geraram um valor adicionado de R$ 9,3 bilhões, 56% superior ao de 2009. Esse valor é resultante das receitas de produtos e serviços, líquido de descontos concedidos, no montante de R$ 35,2 bilhões, deduzido dos custos de R$ 25,9 bilhões relativos a matérias-primas e bens de consumo, serviços de terceiros, depreciação e amortizações, equivalência patrimonial, receitas financeiras e outros.

Distribuição do Valor Adicionado
(R$ 9,3 bilhões)

- As operações no Brasil geraram um valor adicionado de R$ 5,6 bilhões no exercício, 19% superior ao de 2009. Nas demais operações, tal valor atingiu R$ 3,7 bilhões, um aumento de 201% em relação ao ano anterior. Os negócios no Brasil contribuíram com 60% para o valor consolidado, enquanto os outros países adicionaram 40%.

Distribuição do valor adicionado	Brasil	Exterior
Impostos, contribuições e encargos sociais	1.739	513
Salários, benefícios, participação nos resultados e treinamento	1.713	2.004
Reinvestimento de lucros	1.175	518
Dividendos e juros sobre o capital próprio	687	77
Juros sobre financiamentos	345	556
Total	**5.659**	**3.668**

Mercado de Capitais e Governança Corporativa

Liquidez e participação em bolsa [1]

- A Gerdau, por meio de suas três empresas de capital aberto (Metalúrgica Gerdau S.A., Gerdau S.A., no Brasil, e Empresa Siderúrgica del Peru S.A.A. – Siderperú, no Peru), oferece aos investidores diversas alternativas de investimento em bolsas de valores no Brasil e no exterior. Em 2010, a liquidez desses ativos se manteve alta, movimentando, no seu conjunto, R$ 96,8 bilhões (US$ 55,0 bilhões), 8% acima dos R$ 89,4 bilhões (US$ 44,7 bilhões) negociados em 2009.

- Os ADRs (GGB) representativos de ações preferenciais da Gerdau S.A. foram os títulos da Gerdau mais negociados em bolsa, responsáveis por R$ 42,5 bilhões (US$ 24,1 bilhões), ou 43,9% do total de recursos movimentados no ano de 2010. Os ADRs da Gerdau S.A. ficaram entre os 10 ativos mais líquidos de empresas brasileiras negociados na Bolsa de Valores de Nova York durante o ano de 2010.

- As ações preferenciais da Gerdau S.A. (GGBR4), negociadas na BM&FBOVESPA, movimentaram R$ 33,5 bilhões (US$ 19,0 bilhões) no ano e ficaram em segundo lugar em termos de liquidez dos ativos das empresas Gerdau, representando 34,6% do volume financeiro movimentado em 2010. Suas ações integram diversos índices da bolsa brasileira e é a sexta ação mais líquida do Ibovespa, com uma participação de 3,0% dessa carteira válida para o período de janeiro a abril de 2011.

[1] Todos os dados mencionados neste item incluem informações da Gerdau Ameristeel Corp. (NYSE e Toronto) e Aços Villares S.A. (BM&FBovespa) enquanto eram listadas em bolsas de valores.

- Pelo quinto ano consecutivo, a Metalúrgica Gerdau S.A. e a Gerdau S.A. foram selecionadas para compor a carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA. Participar desse índice reflete as melhores práticas de responsabilidade social e sustentabilidade empresarial, assim como colocam essas empresas no seleto grupo de integrantes de tão importante indicador do mercado de ações brasileiro.

- Além do ISE, as ações da Metalúrgica Gerdau S.A. e da Gerdau S.A. fazem parte ainda do IGC - Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada; do ITAG - Índice de Ações com Tag Along Diferenciado; do IBOVESPA - Índice BM&FBOVESPA; do IBrX 50 - Índice Brasil 50; e do INDX - Índice do Setor Industrial.

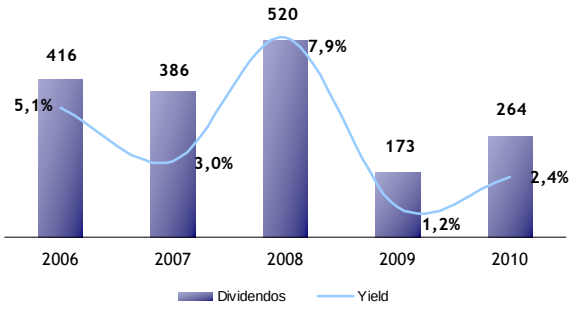
Dividendos

- A Metalúrgica Gerdau S.A. e a Gerdau S.A. possuem políticas de remuneração claras e alinhadas ao mercado, distribuindo, no mínimo, 30% do lucro líquido ajustado em cada ano, enquanto a lei vigente no Brasil exige um mínimo de 25%.

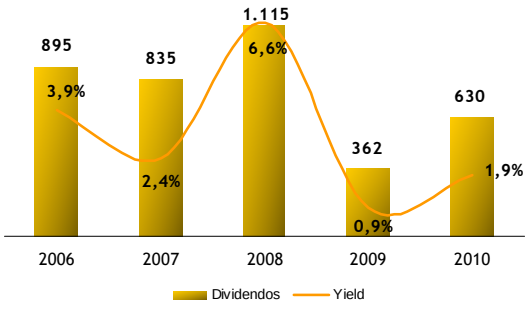
- No ano de 2010, a Metalúrgica Gerdau S.A. e a Gerdau S.A. deliberaram, respectivamente, R$ 264 milhões (R$ 0,65 por ação) e R$ 630 milhões (R$ 0,44 por ação) na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio.

- Nos gráficos a seguir estão demonstrados os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio deliberados relativamente ao lucro líquido de cada ano e o *dividend yield*, que é a relação entre os dividendos por ação e a cotação das ações no final de cada exercício.

Metalúrgica Gerdau S.A.
Yield e Dividendos deliberados



Gerdau S.A.
Yield e Dividendos deliberados

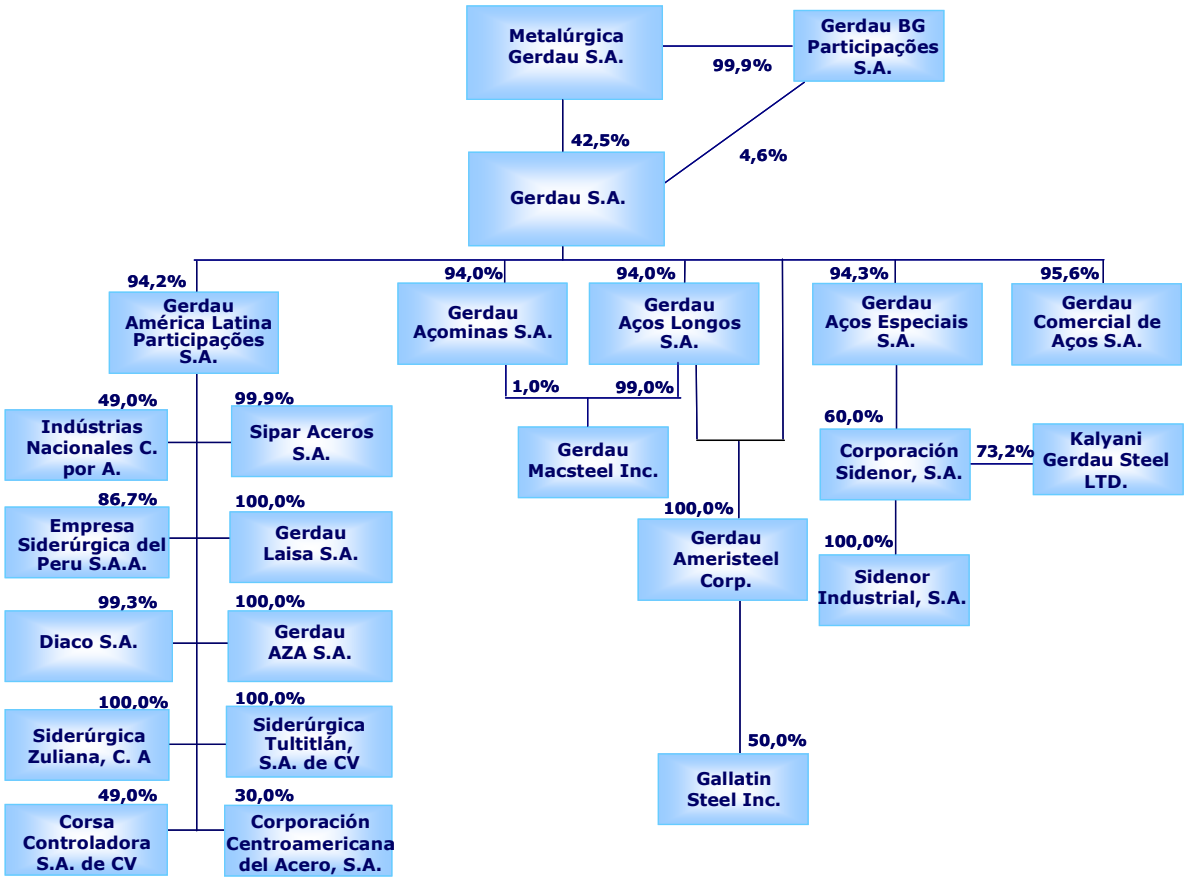


Recompra de Ações

- Em fevereiro de 2011, a Gerdau S.A., com o objetivo de atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, realizou um programa de recompra de 3.100.000 ações preferenciais, representando, aproximadamente, 0,43% das ações preferenciais em circulação. O custo médio dessa aquisição foi de R$ 22,65 por ação.

Composição acionária

- Em dezembro de 2010, a estrutura societária da Gerdau era, de uma forma simplificada, a seguinte:



Transparência e equidade no relacionamento com investidores

- Desde 2002 os acionistas minoritários detentores de ações ordinárias e preferenciais da Metalúrgica Gerdau S.A e da Gerdau S.A. gozam do direito de tag along, que lhes garante o recebimento de 100% do valor pago aos controladores em eventual alienação do controle da companhia. A Lei das Sociedades Anônimas no Brasil assegura o pagamento apenas aos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias o valor pago ao controlador limitado a 80%.

- A Gerdau foi a vencedora do 14º "Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa - Troféu Transparência", referente às suas demonstrações contábeis de 2009. Foi a 11ª vez consecutiva que a Gerdau foi classificada entre as dez empresas que apresentaram as melhores demonstrações financeiras e a terceira vez que recebeu o prêmio principal. Concorrem empresas sediadas em todo o território nacional, selecionadas entre as 500 maiores e melhores empresas privadas nas áreas de comércio, indústria e serviços, exceto serviços financeiros, além das 50 maiores estatais.

- Com vistas a manter os analistas e investidores atualizados sobre os negócios da Companhia, são realizadas teleconferências trimestralmente, por ocasião da divulgação dos resultados. Nesses eventos, os resultados alcançados são apresentados e comentados, seguindo-se uma sessão de perguntas e respostas. Tais eventos contaram com 1.743 participantes via telefone e Internet no ano de 2010.

- A equipe de Relações com Investidores recebeu 1.583 consultas de analistas no ano, entre telefonemas e e-mails.

- No ano de 2010, a Gerdau promoveu reuniões com Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC) nas cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo. Dentre essas cidades, São Paulo contou com 36 participantes em sua transmissão simultânea via Internet, através de webcast, enquanto que no Rio de Janeiro foi exibida em nosso site via vídeo, contabilizando 16 participantes. Além destes eventos, foram realizadas, ainda, 197 reuniões individuais com investidores e analistas no Brasil, incluindo diversas visitas a diferentes plantas industriais

da Gerdau. No exterior, realizaram-se 284 reuniões entre América do Norte e Europa, assim como apresentações para grupos de investidores.

- Para manter os analistas e investidores informados sobre o desempenho dos seus negócios, a Gerdau possui canais de comunicação permanentes, realiza visitas em suas unidades, participa de conferências e faz apresentações em diversos mercados financeiros no mundo. Também tem um website com informações específicas para os acionistas individuais e para os gestores de clubes, fundos e carteiras de investimentos. Os interessados podem obter informações e esclarecimentos sobre os negócios e o desempenho da Companhia por telefone (+55 51 3323.2703) e por e-mail (inform@gerdau.com.br) junto à equipe de Relações com Investidores.

Agradecimento

- Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, fornecedores, representantes, acionistas, instituições financeiras, órgãos governamentais e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Declaração da Diretoria

- Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução nº 480/09, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2011.

A ADMINISTRAÇÃO

GERDAU S.A. e empresas controladas
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.061.034	2.091.944
Aplicações financeiras em títulos para negociação	5	1.105.902	2.619.418
Aplicações financeiras em títulos disponíveis para venda	5	9.559	58.296
Contas a receber de clientes	6	3.153.027	2.585.709
Estoques	7	6.797.785	5.751.593
Créditos tributários	8	586.056	788.564
Ganhos não realizados com derivativos	16	783	5.737
Outras contas a receber		231.798	263.425
		12.945.944	14.164.686
ATIVO NÃO-CIRCULANTE			
Aplicações financeiras em títulos disponíveis para venda	5	26.797	49.690
Créditos tributários	8	401.222	484.434
Imposto de renda/contribuição social diferidos	9	1.579.011	1.347.036
Ganhos não realizados com derivativos	16	5.529	14.297
Depósitos judiciais	18	493.502	324.678
Outras contas a receber		212.180	314.348
Gastos antecipados com plano de pensão	20	437.072	516.360
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	11	1.264.520	1.199.910
Outros investimentos	11	19.002	19.635
Ágios	12	8.158.098	8.424.341
Outros intangíveis	13	1.176.823	992.800
Imobilizado	10	16.171.560	16.731.101
		29.945.316	30.418.630
TOTAL DO ATIVO		42.891.260	44.583.316

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

GERDAU S.A. e empresas controladas
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2010	2009
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		1.783.274	1.705.058
Empréstimos e financiamentos	14	1.577.968	1.356.781
Debêntures	15	115.069	-
Impostos e contribuições sociais a recolher	17	524.967	675.681
Salários a pagar		475.237	354.518
Dividendos a pagar	22	90.289	365.811
Perdas não realizadas com derivativos	16	-	2.483
Provisão para passivos ambientais	21	29.191	9.835
Outras contas a pagar		425.905	348.354
		5.021.900	4.818.521
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	12.360.056	12.563.155
Debêntures	15	616.902	600.979
Imposto de renda/contribuição social diferidos	9	2.270.849	2.273.759
Perdas não realizadas com derivativos	16	92.476	90.377
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	18	645.375	447.171
Provisão para passivos ambientais	21	42.902	66.642
Beneficios a empregados	20	834.471	961.300
Obrigações por compra de ações	16-f	516.706	518.096
Outras contas a pagar		342.008	238.523
		17.721.745	17.760.002
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22		
Capital social		15.651.352	14.184.805
Ações em tesouraria		(161.405)	(124.685)
Outras reservas		366.602	66.658
Reserva de lucros		5.497.895	5.720.610
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.884.002)	(1.339.915)
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		19.470.442	18.507.473
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES		677.173	3.497.320
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		20.147.615	22.004.793
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		42.891.260	44.583.316

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

GERDAU S.A. e empresas controladas
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2010	2009
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	24	31.393.209	26.540.050
Custo das vendas	29	(25.873.476)	(22.305.550)
LUCRO BRUTO		5.519.733	4.234.500
Despesas com vendas	29	(551.547)	(429.612)
Despesas gerais e administrativas	29	(1.805.914)	(1.714.494)
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos	28	336.346	(1.072.190)
Custos de reestruturação	29	-	(150.707)
Outras receitas operacionais		207.320	190.157
Outras despesas operacionais		(100.840)	(101.810)
Resultado da equivalência patrimonial		39.454	(108.957)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		3.644.552	846.887
Receitas financeiras	30	295.563	436.236
Despesas financeiras	30	(1.097.633)	(1.286.368)
Variação cambial, líquida	30	104.364	1.060.883
Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido	30	12.392	(26.178)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		2.959.238	1.031.460
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	9	(642.306)	(303.272)
Diferido	9	140.447	276.320
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.457.379	1.004.508
ATRIBUÍDO A:			
Participação dos acionistas controladores		2.142.488	1.121.966
Participação dos acionistas não-controladores		314.891	(117.458)
		2.457.379	1.004.508
Lucro básico por ação - ordinária e preferencial	23	1,50	0,79
Lucro diluído por ação - ordinária e preferencial	23	1,50	0,79

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

GERDAU S.A. e empresas controladas
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES CONSOLIDADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

		2010		2009
Lucro líquido apurado na demonstração consolidada dos resultados		2.457.379		1.004.508
(Perdas) Ganhos atuariais líquidos não realizados com plano de pensão de benefício definido, bruto de impostos de R$ (81.813) e R$ 6.565, respectivamente		(259.637)		16.244
Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira		(631.196)		(4.559.004)
Ganhos não realizados em hedge de investimento líquido		130.750		893.700
Coberturas de fluxo de caixa:				
(Perdas) Ganhos não realizados, brutos de impostos de R$ (24.545) e R$ 69.745, respectivamente	(75.532)		257.537	
Menos: ajustes de reclassificação para ganhos incluídos no resultado, bruto de impostos de R$ 13.226 e R$ (16.188), respectivamente	47.217	(28.315)	(55.729)	201.808
Ganhos não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda, brutos de impostos de R$ 392 e R$ 5.929, respectivamente		1.153		17.966
Imposto de renda relacionado aos componentes dos resultados abrangentes		92.740		(66.051)
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos		1.762.874		(2.490.829)
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores		1.427.440		(1.295.269)
Participação dos acionistas não-controladores		335.434		(1.195.560)
		1.762.874		(2.490.829)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

GERDAU S.A. e empresas controladas
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos acionistas controladores											Total da participação dos controladores	Participação dos acionistas não-controladores	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial						
	Capital social	Ações em tesouraria	Outras reservas	Legal	Incentivos Fiscais	Investimentos e capital de Giro	Lucros Acumulados	Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	Ganhos e perdas em hedge de Investimento líquido	Ganhos e perdas em coberturas de fluxo de caixa	Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira			
Saldo em 01/01/2009	14.184.805	(122.820)	1.426	144.062	178.984	4.662.618	-	(9.452)	(634.050)	(117.063)	1.877.992	20.166.502	4.877.076	25.043.578
Alterações no Patrimônio Líquido em 2009														
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.121.966	-	-	-	-	1.121.966	(117.458)	1.004.508
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	40.107	-	-	-	-	11.404	893.700	94.916	(3.457.362)	(2.417.235)	(1.078.102)	(3.495.337)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	40.107	-	-	-	1.121.966	11.404	893.700	94.916	(3.457.362)	(1.295.269)	(1.195.560)	(2.490.829)
Despesa com plano de opções de ações reconhecida no exercício	-	-	10.001	-	-	-	-	-	-	-	-	10.001	-	10.001
Opções de ações exercidas durante o exercício	-	11.054	(2.409)	-	-	-	-	-	-	-	-	8.645	-	8.645
Ganho na venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	782	-	-	-	-	782	-	782
Efeitos de acionistas não-controladores sobre entidades consolidadas	-	-	17.533	-	-	-	-	-	-	-	-	17.533	(31.363)	(13.830)
Efeito da aplicação do IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias	-	-	-	-	-	-	31.264	-	-	-	-	31.264	612	31.876
Outros efeitos da adoção dos CPCs	-	-	-	-	-	(25.667)	25.667	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/juros sobre o capital próprio complementares de 2008	-	-	-	-	-	-	(56.819)	-	-	-	-	(56.819)	-	(56.819)
Ações em tesouraria	-	(12.919)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.919)	-	(12.919)
Opções por compra de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32.792	32.792
Destinações propostas à Assembléia Geral														
Reserva legal	-	-	-	56.143	-	-	(56.143)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	93.428	-	(93.428)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	611.042	(611.042)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(362.247)	-	-	-	-	(362.247)	(186.237)	(548.484)
Saldo em 31/12/2009	14.184.805	(124.685)	66.658	200.205	272.412	5.247.993	-	1.952	259.650	(22.147)	(1.579.370)	18.507.473	3.497.320	22.004.793
Alterações no Patrimônio Líquido em 2010														
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.142.488	-	-	-	-	2.142.488	314.891	2.457.379
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	(170.961)	-	-	-	-	754	130.750	(11.586)	(664.005)	(715.048)	20.543	(694.505)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	(170.961)	-	-	-	2.142.488	754	130.750	(11.586)	(664.005)	1.427.440	335.434	1.762.874
Aumento de capital	1.466.547	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.466.547	-	1.466.547
Efeitos de aumento de participação em controladas (nota 3.5)	-	-	-	-	-	(1.734.517)	-	-	-	-	-	(1.734.517)	(3.084.172)	(4.818.689)
Ágio na emissão de ações	-	-	443.173	-	-	-	-	-	-	-	-	443.173	-	443.173
Despesa com plano de opções de ações reconhecida no exercício	-	-	15.667	-	-	-	-	-	-	-	-	15.667	-	15.667
Perda na venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(994)	-	-	-	-	-	(994)	-	(994)
Opções de ações exercidas durante o exercício	-	22.527	(1.985)	-	-	-	-	-	-	-	-	20.542	-	20.542
Efeito de acionistas não-controladores sobre entidades consolidadas	-	-	14.050	-	-	-	-	-	-	-	-	14.050	41.996	56.046
Opções por compra de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.964	20.964
Ações em tesouraria	-	(59.247)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.247)	-	(59.247)
Destinações propostas à Assembléia Geral														
Reserva legal	-	-	-	107.124	-	-	(107.124)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	113.914	-	(113.914)	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para investimento e capital de giro	-	-	-	-	-	1.291.758	(1.291.758)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(629.692)	-	-	-	-	(629.692)	(134.369)	(764.061)
Saldo em 31/12/2010	15.651.352	(161.405)	366.602	307.329	386.326	4.804.240	-	2.706	390.400	(33.733)	(2.243.375)	19.470.442	677.173	20.147.615

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas

GERDAU S.A. e empresas controladas
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2010	2009
Fluxo de caixa da atividade operacional			
Lucro líquido do exercício		2.457.379	1.004.508
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	29	1.893.074	1.745.319
(Reversão) Perdas pela não recuperabilidade de ativos	29	(336.346)	1.072.190
Custos de reestruturação	29	-	150.707
Equivalência patrimonial	11	(39.454)	108.957
Variação cambial, líquida	30	(104.364)	(1.060.883)
(Ganhos) Perdas com derivativos, líquido		(12.392)	26.178
Benefícios pós-emprego	20	82.611	33.995
Remuneração baseada em ações		18.629	22.380
Imposto de renda e contribuição social	9	501.859	26.952
(Ganho) Perda na alienação de imobilizado e investimento		(20.532)	116.989
Provisão de créditos de liquidação duvidosa		16.018	57.971
Provisão (Reversão) de passivos tributários, cíveis e trabalhistas		199.092	(15.886)
Receita de juros de aplicações financeiras e outras receitas financeiras		(174.622)	(346.531)
Despesa de juros sobre dívidas financeiras	30	919.594	992.693
Provisão ajuste ao valor de mercado de estoques	7	50.526	36.459
Reversão ajuste ao valor de mercado de estoques	7	(50.634)	(196.981)
		5.400.438	3.775.017
Variação de ativos e passivos:			
(Aumento) Redução de contas a receber		(660.891)	1.449.678
(Aumento) Redução de estoques		(1.160.419)	3.766.059
Aumento (Redução) de fornecedores		110.358	(1.731.878)
(Aumento) Redução de outros ativos		176.403	(148.962)
Aumento (Redução) de outros passivos		(168.962)	203.038
Distribuição de empresas de controle compartilhado		68.647	41.887
Aplicações financeiras de títulos para negociação		(712.204)	(1.283.438)
Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação		2.423.597	1.642.383
Caixa gerado pelas atividades operacionais		5.476.967	7.713.784
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos		(796.799)	(1.026.893)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(541.048)	(336.299)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		4.139.120	6.350.592
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado	10	(1.288.769)	(1.377.776)
Recebimento pela venda de imobilizado, investimento e íntangíveis		19.269	64.606
Adições de outros ativos intangíveis	13	(94.598)	-
Pagamentos na aquisição de empresas	3.6	(283.110)	(71.068)
Aplicações financeiras de títulos disponíveis para venda		(1.371.835)	(2.589.350)
Resgate de aplicações financeiras de títulos disponíveis para venda		1.415.981	2.925.254
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.603.062)	(1.048.334)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Compras de ações em tesouraria		(38.705)	(12.919)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(1.018.488)	(328.691)
Pagamentos de custos de empréstimos e financiamentos		(4.562)	(37.989)
Pagamentos na aquisição de controle adicional de empresa	3.6	(2.908.969)	-
Empréstimos e financiamentos obtidos		3.885.937	4.089.424
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(3.453.158)	(8.469.908)
Financiamentos com empresas ligadas, líquido		39.344	(173.549)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(3.498.601)	(4.933.632)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		(68.367)	(303.291)
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(1.030.910)	65.335
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.091.944	2.026.609
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		1.061.034	2.091.944

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTA 1 -INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, capital, empresa integrante do Grupo Gerdau, dedicado, principalmente, à produção e à comercialização de produtos siderúrgicos em geral, através de usinas localizadas no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos, Canadá, Espanha e Índia. O Grupo Gerdau iniciou sua trajetória de expansão há mais de um século, sendo um dos principais *players* no processo de consolidação do setor siderúrgico global. Produz aços longos comuns e especiais e aços planos, principalmente por meio do processo de produção em fornos elétricos, a partir de sucata e ferro-gusa adquiridos, em sua maior parte, na região de atuação de cada usina (conceito de *mini-mill*), bem como produzindo aço a partir de minério de ferro (em altos-fornos e via redução direta). Seus produtos atendem os setores de construção civil, indústria, automotivo e agropecuário.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Gerdau S.A. e empresas controladas (em conjunto, a "Companhia") foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 01/03/2011.

NOTA 2 -RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 – Base de apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2010 e de 2009 foram preparadas de acordo com *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e estão aderentes as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, estão demonstradas na nota 2.18. As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros e florestamento/reflorestamento do ativo imobilizado, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Demonstrações Financeiras da controladora foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31/12/2010.

2.2 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Gerdau S.A..

b) Transações e saldos

Para fins das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa da Companhia são convertidos para reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio das datas das transações. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio Líquido, sendo atribuídas as participações não controladoras conforme apropriado.

Quando há baixa de uma operação no exterior (baixa integral da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida ou uma controlada em conjunto que possuem operações no exterior, ou perda de influência significativa sobre uma coligada que possui uma operação no exterior), o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no Patrimônio Líquido do Grupo é reclassificado para o resultado do exercício.

c) Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas, com exceção da localizada na Venezuela, incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação, conforme abaixo:

i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das Demonstrações Financeiras Consolidadas;

ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; e

iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

d) Hiperinflação na Venezuela

A partir de 2009, a Venezuela passou a ser considerada um país com hiperinflação e de acordo com a norma IAS 29 e IFRIC 7, as Demonstrações Financeiras da controlada localizada neste país estão sendo atualizadas de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Venezuela e que apresentou uma taxa acumulada de 142,3% desde a data de aquisição da controlada na Venezuela pela Companhia em junho de 2007 e de 52,0% em 2010. Os efeitos da atualização pela taxa de inflação em 2010 foram apresentados na Demonstração dos resultados consolidados.

Para fins de conversão dos saldos contábeis da controlada na Venezuela para a moeda de apresentação utilizada em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia aplicou os requisitos previstos na norma IAS 21, onde os saldos ativos, passivos e as contas de resultado são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das

Demonstrações Financeiras Consolidadas, tendo as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio, reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira".

2.3 – Ativos financeiros

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas nas seguintes categorias: títulos mantidos até o vencimento, títulos disponíveis para venda e títulos para negociação ao valor justo reconhecido com contrapartida no resultado (títulos para negociação). A classificação depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido. Quando o propósito da aquisição do investimento é a aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, estes são classificados como títulos para negociação; quando a intenção é efetuar aplicação de recursos para manter as aplicações até o vencimento, estes são classificados como títulos mantidos até o vencimento, desde que a Administração tenha a intenção e possua condições financeiras de manter a aplicação financeira até seu vencimento. Quando a intenção, no momento de efetuar a aplicação, não é nenhuma das anteriores, tais aplicações são classificadas como títulos disponíveis para venda.

Quando aplicável, os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido, exceto pelos títulos para negociação, os quais são registrados pelo valor justo com contrapartida no resultado.

As aplicações financeiras mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo amortizado acrescido por juros, correção monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, incorridos até a data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As aplicações financeiras para negociação são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, assim como as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

As aplicações financeiras disponíveis para venda são mensuradas pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo, com a exceção de perdas do valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes quando incorridas. Os ganhos e perdas acumulados registrados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

c) Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Informações referentes à abertura do contas a receber em valores a vencer e vencidos, além da provisão para risco de crédito estão demonstradas na nota 6.

d) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos

tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.4 – Estoques

Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 7.

2.5 – Imobilizado

Conforme determinado pela Deliberação CVM n° 619/09, que aprova a adoção do ICPC 10, a Companhia utilizou o custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados, como custo atribuído (*Deemed Cost*) em virtude de não haver diferença substancial entre o valor contábil ao valor justo dos ativos imobilizados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em formação os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. Ativos de florestamento/reflorestamento são mensurados pelo valor justo na data das Demonstrações Financeiras de acordo com o IAS 41.

A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil.

Custos subseqüentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidas diretamente no resultado quando incorridas.

O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7).

2.6 – Outros ativos intangíveis

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por certificados de redução de emissão de carbono e fundos de comércio, que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com clientes. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.7).

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo

intangível. O intangível do relacionamento com clientes e fornecedores é amortizado com base em um método acelerado que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos clientes e fornecedores adquiridos.. Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

2.7 – Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de provisão constituídas

Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 28.2

2.8 – Investimentos

a) Investimentos em empresas controladas

A Companhia consolidou integralmente as Demonstrações Financeiras da Gerdau S.A. e todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembléia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha, em substância, o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

A participação de terceiros no Patrimônio Líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

Para as aquisições de empresas realizadas a partir de 01/01/2006, data da transição para o IFRS pela Companhia, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas não-controladores é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até a data da sua alienação, respectivamente, quando aplicável. As

transações e saldos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas do Grupo Gerdau são igualmente eliminadas.

Sempre que necessário, são efetuados ajustes às Demonstrações Financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS e as práticas contábeis aplicadas pela Companhia.

b) Investimentos em empresas com controle compartilhado

Empresas com controle compartilhado e *joint ventures* são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Os investimentos em empresas com controle compartilhado são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial, desde a data que o controle conjunto é adquirido, conforme autorização para a utilização deste método concedida pela Comissão de Valores Mobiliários. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas com controle compartilhado são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos e outras variações no Patrimônio Líquido destas empresas. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

As perdas em empresas com controle compartilhado em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa controlada em conjunto na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento financeiro e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas com controle compartilhado são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia, por contrapartida do valor do investimento financeiro nessa mesma empresa com controle compartilhado.

c) Investimento em empresas associadas

Uma empresa associada é uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas que não detém controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras sobre empresas associadas são reconhecidas no balanço consolidado ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destas em contrapartida de ganhos ou perdas em ativos financeiros e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (*impairment*).

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento efetuado nessas entidades, não são reconhecidas, exceto quando a Companhia tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre o valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da empresa associada na respectiva data de aquisição do investimento é registrado como ágio. O ágio é adicionado ao valor do respectivo investimento e a sua recuperação é analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos

identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma diminuição do valor dos investimentos.

Os ganhos e perdas em transações com empresas associadas são eliminados, proporcionalmente à participação da Companhia na empresa associada, por contrapartida do valor do investimento nessa mesma associada.

2.9 – Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

a) Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado.

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Instrumentos de patrimônio

Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

d) Instrumentos financeiros derivativos e hedge

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um *hedge* de fluxo de caixa ou um *hedge* de investimento líquido são registrados na demonstração de resultados abrangentes.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do *hedge* quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de *hedge* é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido na demonstração do resultado abrangente, é imediatamente reportada na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como hedge são reconhecidos na linha de despesa financeira ou receita financeira, conforme o caso, na Demonstração do resultado.

Diferenças cambiais decorrentes da reconversão de um passivo financeiro designado como *hedge* de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas na demonstração dos resultados abrangentes, na medida em que a cobertura seja eficaz. Na medida em que o *hedge* é ineficaz, essas diferenças são reconhecidas na demonstração do resultado.

Os pagamentos potenciais em caixa relacionados a opções de venda emitidas pela Companhia sobre ações de suas subsidiárias são registradas na linha “Obrigações por compra de ações”. O montante que pode se tornar liquidável no exercício da opção é inicialmente reconhecido ao valor justo e subsequentemente ajustado de maneira a atualizar o passivo até a data que se torne exercível. Os efeitos da atualização das opções de vendas são registrados na linha de

despesa financeira na Demonstração do resultado. No evento da opção expirar sem ser exercida, o passivo é baixado com o correspondente ajuste no Patrimônio Líquido.

2.10 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as subsidiárias e associadas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

2.11 – Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento.

A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritas nas notas 20 e 25.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses demográficas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas diretamente Na Demonstração dos resultados abrangentes, conforme descrito na nota 20. A Companhia entende que o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais nos resultados abrangentes representa uma melhor apresentação destas alterações no conjunto das Demonstrações Financeiras.

2.12 – Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.13 – Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

2.14 – Distribuição de dividendos

É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Gerdau S.A.. O estatuto social da Gerdau S.A. prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Gerdau S.A. registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.15 – Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsibilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

2.16 – Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registradas como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Custos ambientais que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registradas como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a natureza e extensão da restauração

restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente a uma taxa de 7% ao ano se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

2.17 – Contratos de arrendamento (*leasing*)

Os contratos de arrendamento são classificados como *leasing* financeiro quando os termos do *leasing* transferem substancialmente os riscos e recompensas da propriedade para o arrendatário. Todos os demais são classificados como *leasing* operacional. Pagamentos feitos em um contrato de *leasing* operacional são registrados no resultado em uma base linear durante o período do *leasing.*

2.18 – Uso de estimativas

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado (nota 10), estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 18), determinações de provisões para imposto de renda (nota 9), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (nota 16), estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 20), e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas (nota 25). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.19 – Combinações de negócios

O tratamento contábil para aquisições de negócios a partir de 01/01/2010 foi alterado, se comparado aos anos anteriores, em função da emissão pelo IASB de versões revisadas do IAS 27 e IFRS 3. Estas mudanças estão principalmente relacionadas à contabilização de participações de não controladores, perda de controle de uma subsidiária e aumento ou redução de participação em subsidiária, sem mudança de controle. As normas revisadas resultaram em alterações nas políticas contábeis da Companhia relativas a aumentos ou reduções de participação em suas subsidiárias. A adoção desta alteração na política contábil afetou a contabilização de mudanças em nossas participações societárias, a partir de 01/01/2010, sem impacto nas aquisições de negócios realizadas até 31/12/2009.

a) Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

b) Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

As aquisições de controladas e de negócios são contabilizadas pelo método de compra. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos pelos seus valores justos na data da aquisição. A participação dos acionistas não-controladores na adquirida é inicialmente medido na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos. Gastos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

De acordo com a versão anterior da norma, o preço contingente era reconhecido na data de aquisição apenas se o pagamento era provável e podia ser mensurado com confiabilidade; quaisquer ajustes posteriores no preço contingente eram reconhecidos contra o ágio. Nos termos da norma revisada, o preço contingente é medido pelo valor justo na data da aquisição; ajustes posteriores são reconhecidos contra o ágio apenas na medida em que eles surgem de uma melhor informação sobre o valor justo na data da aquisição, e que ocorrem dentro do "período de alocação" (um máximo de 12 meses a contar da data de aquisição). Todos os outros ajustes subsequentes são reconhecidos no resultado.

c) Aumentos/reduções na participação de não-controladores

Em anos anteriores, na ausência de requerimentos específicos em IFRS, aumentos de participações em subsidiárias eram tratados da mesma forma que aquisições, com o ágio sendo reconhecido conforme apropriado.

O impacto da redução de participação em subsidiárias que não envolve perda de controle (sendo a diferença entre o preço recebido e o montante da parcela dos ativos líquidos baixados/alienados) era reconhecido no resultado. De acordo com a norma revisada, todos os aumentos ou reduções nessas participações são registrados no patrimônio líquido, sem impacto no ágio ou no resultado.

Aquisições subsequentes, após a Companhia obter o controle, são tratadas como aquisições de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição subseqüente e o valor líquido da parcela adicional proporcional da Companhia é registrada no patrimônio líquido.

d) Perda de controle de uma subsidiária

Quando o controle de uma subsidiária é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a revisão da norma requer que a Companhia reverta todos ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na subsidiária é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subseqüentes para a participação remanescente pelo IAS 28, IAS 31 ou IAS 39.

2.20 – Provisão para reestruturações

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

2.21 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22 – Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto: (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações freqüentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito no IAS 12 - *liability method*) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável com base em lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Benefícios de pensão e pós-emprego

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que eles ocorrem e são registrados na demonstração dos resultados abrangentes.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;
ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
iii) Ganhos e perdas referentes a redução (curtailment) e liquidação (settlement) nos planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a redução ou liquidação ocorre e são embasados em avaliação atuarial feita por atuários independentes.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de

saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

c) Passivos ambientais

A Companhia registra provisão ajustada a valor presente para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação de áreas impactadas. A Companhia possui uma equipe de profissionais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia estimativas significativas, e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra como passivo circulante e passivo não-circulante na conta "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações (nota 21).

d) Valorização de Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos *swaps* e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

e) Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

f) Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos não cotados

A Companhia contratou instrumentos financeiros relativos a algumas das aquisições, que envolvem compromissos na aquisição de ações de acionistas não-controladores das empresas adquiridas, ou concedeu opções de venda a alguns acionistas não-controladores para venderem suas ações à Companhia. Esses instrumentos financeiros derivativos estão registrados no balanço patrimonial da Companhia na conta "Obrigações por compra de ações" (nota 16.f), e a determinação desse valor envolve uma série de estimativas que podem ter impacto significativo no resultado final do cálculo. A Companhia estima o valor de mercado das empresas cujas ações a Companhia tem compromisso de aquisição

utilizando os critérios estabelecidos em cada contrato, os quais estão alinhados com as práticas observadas no mercado para valorização de instrumentos não cotados.

g) Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Durante os últimos anos, conforme descrito na nota 3, a Companhia realizou algumas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3, aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, a Companhia deve alocar o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação inclui estimativa de fluxo de caixa descontado ou taxas de desconto e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

h) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, em dezembro.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados para unidades com ágio alocado e comparando o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. Em dezembro de 2010, a Companhia realizou testes de recuperabilidade de ágios para todos os seus segmentos operacionais, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as

seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo.

Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ágios, bem como para outros ativos com vida útil indefinida.

O ágio que forma parte de um investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado não é reconhecido separadamente e não é testado quanto a perdas pela não recuperabilidade separadamente. Em vez disso, a quantia total registrada do investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado é testada quanto a perdas pela não recuperabilidade como um único ativo, comparando a sua quantia recuperável (o mais elevado do valor de uso e o valor justo menos os custos de vendas) com o montante total registrado. Uma perda pela não recuperabilidade registrada nessas circunstâncias não é atribuída a nenhum ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento na associada ou entidade conjuntamente controlada. Assim, qualquer reversão dessa perda por *impairment* é reconhecida na medida em que a quantia recuperável do investimento aumente subsequentemente.

O ágio originado a partir de combinações de negócios tem a sua recuperabilidade avaliada anualmente, sendo antecipada se os eventos ou circunstâncias indicarem a necessidade de antecipação do teste, e utiliza práticas de mercado geralmente aceitas, incluindo fluxo de caixa descontado e compara o valor de livros com o valor recuperável dos ativos. A reversão das perdas pela não recuperabilidade anteriormente contabilizadas no ágio originado da combinação de negócios não é permitido. Em dezembro de cada ano, a empresa realiza testes de não recuperabilidade de todos os seus segmentos operacionais, que representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela administração.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A determinação do valor justo dos segmentos de negócio da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação mundial da economia acontecer em uma velocidade inferior a prevista por ocasião da preparação das Demonstrações Financeiras para dezembro de 2010.

2.23 – Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o período iniciado em 01/01/2010. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações:

Normas e interpretações de normas vigentes e/ou adotadas antecipadamente

IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Investimentos em Subsidiárias *(Consolidated and Separate Financial Statements)*

Em janeiro de 2008, o IASB emitiu uma versão revisada da norma IAS 27, sendo que as alterações são relacionadas principalmente a contabilização da participação de não controladores e a perda de controle em uma subsidiária. Estas alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em/ou após 01/07/2009. A norma revisada resultou em alterações nas políticas contábeis da Companhia referentes a aumentos ou reduções de participações em suas controladas. Em anos anteriores, na ausência de requerimentos específicos no IFRS, aumentos de participações em controladas eram tratados da mesma maneira como aquisições de novas controladas, com o ágio ou deságio sendo reconhecido conforme apropriado. O impacto da redução de participação em controladas que não resultava em perda de controle (sendo a diferença entre o preço recebido e o montante da participação nos ativos líquidos baixados ou alienados) era reconhecido no resultado do período. Segundo o IAS 27 (2008), todo aumento ou redução em tais participações é reconhecido no Patrimônio Líquido e não impacta o ágio ou o resultado. Quando o controle de uma subsidiária é perdido, como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a norma revisada requer que a Companhia passe a não mais consolidar os ativos, passivos e participações de não controladores. Qualquer participação ainda detida na antiga controlada é reconhecida pelo seu valor justo na data em que o controle for perdido. Este valor justo é refletido no cálculo do ganho e perda na baixa, atribuída ao controlador e se torna o montante inicial das contabilizações subseqüentes para a participação detida segundo as normas IAS 28, IAS 31 ou IAS 39. A adoção desta alteração afetou a contabilização de mudanças nas participações detidas em períodos contábeis iniciados em 01/01/2010, onde os impactos foram determinados com base nas transações ocorridas.

IFRS 3 – Combinação de negócios *(Business Combinations)*

Em janeiro de 2008, o IASB emitiu uma versão revisada da norma IFRS 3, a qual trata do reconhecimento e mensuração nas Demonstrações Financeiras dos ativos adquiridos, passivos assumidos e participação de acionistas não-controladores, além do ágio originado em uma combinação de negócios e divulgações relacionadas ao assunto, sendo que as alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em/ou após 01/07/2009. A adoção desta alteração afetou a contabilização de combinações de negócios ocorridas em períodos contábeis iniciados em 01/01/2010, onde os impactos foram determinados com base nas transações ocorridas.

IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração *(Financial Instruments: Recognition and Measurement)*

Em julho de 2008, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 39, a qual trata de itens elegíveis para *hedge*. A alteração é efetiva para exercícios anuais iniciados em/ou após 01/07/2009. A revisão da norma não impactou as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IAS 39 e IFRIC 9 *(Embedded Derivatives)*

Em março de 2009, o IASB emitiu alterações na norma IAS 39 e interpretação IFRIC 9, as quais tratam de aspectos relacionados ao reconhecimento de derivativos. A entidade deve aplicar esta alteração para exercícios anuais findos em/ou após 30/06/2009. As alterações desta norma e interpretação não impactaram as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Melhoria anual das IFRS de abril de 2009

Em abril de 2009, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 2, IFRS 5, IFRS 8, IAS 1, IAS 7, IAS 17, IAS 18, IAS 36, IAS 38, IAS 39, IFRIC 9 e IFRIC 16. As alterações das normas IFRS 2 e IAS 38 e interpretações IFRIC 9 e IFRIC 16 são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2009. As demais alterações de normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2010. As alterações destas normas e interpretações não impactaram as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IFRS 2 – Pagamento baseado em ações *(Share-based Payment)*

Em junho de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 2, a qual trata de pagamentos baseados em ações com liquidação em caixa ou outros ativos, ou pela emissão de instrumentos patrimoniais. A alteração desta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2010. As alterações desta norma não impactaram as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IFRS 1 – Isenções adicionais para entidades que adotam o IFRS pela primeira vez *(Additional Exemptions for First-time adopters)*

Em julho de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1, a qual trata de isenções adicionais que podem ser utilizadas por entidades que adotam o IFRS pela primeira vez. A alteração desta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2010. Em virtude da Companhia já ter adotado o IFRS, esta alteração da norma não impactou as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IAS 32 – Classificação de direitos de emissão: Alteração do IAS 32 *(IFRS Classification of Rights Issues: Amendment to IAS 32)*

Em outubro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 32, a qual trata de contratos que serão ou poderão ser liquidados através de instrumentos patrimoniais da entidade e estabelece que direitos, opções ou garantias para adquirir uma quantidade fixa de ações de uma entidade por um montante fixo em alguma moeda são instrumentos patrimoniais. A alteração desta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/02/2010. As alterações desta norma não deverão impactar as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IFRIC 17 – Distribuição de Ativos não caixa para os controladores *(Distributions of Non-cash Assets to Owners)*

Em novembro de 2008, o IFRIC emitiu a Interpretação 17, a qual trata da distribuição de ativos não caixa para os controladores. A entidade deve aplicar esta Interpretação para exercícios anuais iniciando em/ou após 01/07/2009, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção desta Interpretação não impactou as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

IFRIC 18 – Transferência de Ativos de Clientes *(Transfers of Assets from Customers)*

Em janeiro de 2009, o IFRIC emitiu a Interpretação 18, a qual trata da transferência de ativos de clientes para a empresa. A entidade deve aplicar esta Interpretação prospectivamente para ativos de clientes recebidos de clientes em/ou após 01/07/2009, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção desta Interpretação não impactou as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

IFRS 1 e IFRS 7 – Isenções limitadas de divulgações comparativas do IFRS 7 para entidades que adotam IFRS pela primeira vez *(Limited Exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters)*

Em janeiro de 2010, o IASB emitiu alterações no IFRS 1 e IFRS 7, as quais abordam aspectos de divulgação de informações comparativas de instrumentos financeiros. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. A Companhia entende que as alterações desta interpretação não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros *(Financial Instruments)*

Em novembro de 2009, o IASB emitiu a norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração, ao longo de três fases. Esta norma representa a primeira parte da fase 1 de substituição do IAS 39 e aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação ao IAS 39.

IFRIC 19 – Liquidando passivos financeiros com instrumentos de patrimônio *(Extinguishing Financial Liabilities with Equity Instruments)*

Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu a interpretação 19, a qual trata da emissão de instrumentos patrimoniais por uma entidade para seu credor com o objetivo de liquidar passivos financeiros. Esta interpretação é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. A Companhia entende que a adoção desta Interpretação não impactará as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRIC 14 – Pagamentos antecipados de requerimento mínimos de provimento de fundos – Alterações no IFRIC 14 *(Prepayments of a Minimum Funding Requirement – Amendments to IFRIC 14)*

Em novembro de 2009, o IFRIC emitiu alterações na interpretação 14, a qual são aplicáveis em limitadas circunstâncias quando uma entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos e efetua um pagamento antecipado de contribuições para cobrir estes requerimentos. Estas alterações são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A Companhia entende que as alterações desta interpretação não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IAS 24 – Divulgação de partes relacionadas *(Related Party Disclosures)*

Em novembro de 2009, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 24, a qual trata da divulgação de transação com partes relacionadas e relacionamentos entre controladoras e controladas. A alteração desta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A Companhia entende que as alterações desta norma não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Melhoria anual das IFRS de maio de 2010

Em maio de 2010, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. A alteração da norma IFRS 3 é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2010. As demais alterações de normas são efetivas para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2011. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações de normas em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRS 7 – Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros *(Disclosures – Transfers of Financial Assets)*

Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 7. Esta alteração tem o objetivo de adicionar divulgações que permitam ao usuário das Demonstrações Financeiras avaliar o risco de exposição relativo a transferência de ativos financeiros e os efeitos destes riscos sobre a posição financeira da entidade. A alteração da norma IFRS 7 é fetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2011. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros *(Financial Instruments)*

Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 9. A alteração da norma IFRS 9, adicionou os requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2013. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação desta norma e eventuais diferenças em relação ao IAS 39.

IFRS 1 – Hiperinflação severa e remoção de datas fixas para empresas que adotarem o IFRS pela primeira vez *(Severe Hyperinflation and Removal of Fixed Dates for First-time Adopters)*

Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 1. A alteração da norma IFRS 1 aborda orientações para adotantes do IFRS pela primeira vez que estejam localizados em países de economia hiperinflacionária e também remove datas fixas com o objetivo de evitar o processamento de operações ocorridas antes da data de transição para o IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/07/2011. A Companhia entende que as alterações desta interpretação não impactarão suas Demonstrações Financeiras Consolidadas em virtude da mesma já ter adotado o IFRS 1.

IAS 12 – Imposto de renda diferido: Recuperação de ativos relacionados *(Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets)*

Em dezembro de 2010, o IASB emitiu uma revisão da norma IAS 12. A alteração da norma IAS 12 aborda aspectos relacionados a determinação da maneira esperada de recuperação de imposto de renda diferido ativo e passivo quando a propriedade de investimento é mensurada através do modelo de valor justo do IAS 40. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2012. A Companhia está avaliando o impacto da adoção desta alteração em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

NOTA 3 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem a Gerdau S.A. e suas subsidiárias.

3.1 – Empresas controladas

A lista a seguir apresenta as principais participações nas subsidiárias consolidadas, como segue:

		Percentual de participação			
Empresa consolidada	**País**	**Capital total (*)**		**Capital votante**	
		2010	**2009**	**2010**	**2009**
Gerdau GTL Spain S.L.	Espanha	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. - Grupo Gerdau	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Steel North America Inc.	Canadá	100,00	66,32	100,00	66,32
Gerdau Ameristeel Corporation e subsidiárias (1)	EUA/Canadá	100,00	66,32	100,00	66,32
Gerdau Açominas S.A. e subsidiária (2)	Brasil	93,98	93,98	93,99	93,98
Gerdau Aços Longos S.A.	Brasil	93,96	93,96	93,97	93,97
Maco Holdings Ltda. (3)	Brasil	-	100,00	-	100,00
Gerdau Steel Inc.	Canadá	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Holdings Inc. e subsidiárias (4)	EUA	100,00	100,00	100,00	100,00
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa (5)	Brasil	75,88	95,20	75,88	95,20
Corporación Sidenor S.A. e subsidiárias (6)	Espanha	60,00	60,00	60,00	60,00
Gerdau América Latina Participações S.A.	Brasil	94,22	94,22	94,22	94,22
Axol S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Chile Inversiones Ltda. e subsidiárias (7)	Chile	99,99	100,00	99,99	100,00
Gerdau Aços Especiais S.A.	Brasil	94,35	94,35	94,36	94,35
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company e subsidiárias (8)	Hungria	98,84	98,75	98,84	98,75
Gerdau Comercial de Aços S.A.	Brasil	95,58	95,58	95,59	95,59
Aramac S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00
GTL Equity Investments Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00	100,00
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú	Peru	86,66	86,66	86,66	86,66
Diaco S.A. e subsidiária (9)	Colômbia	99,36	99,34	99,36	99,34
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e subsidiárias (10)	México	100,00	100,00	100,00	100,00
Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	Brasil	97,06	97,06	99,73	99,73
Itaguaí Com. Imp. e Exp. Ltda.	Brasil	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Laisa S.A.	Uruguai	100,00	100,00	100,00	100,00
Sipar Gerdau Inversiones S.A. e subsidiárias (11)	Argentina	92,75	92,75	92,75	92,75
Siderúrgica del Pacífico S.A.	Colômbia	98,32	98,29	98,32	98,29
Cleary Holdings Corp.	Colômbia	100,00	50,90	100,00	50,90
Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C. A.	Venezuela	100,00	100,00	100,00	100,00
GTL Financial Corp. (13)	Holanda	-	100,00	-	100,00
GTL Trade Finance Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00	100,00	100,00
Gerdau Trade Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-	100,00	-
Gerdau Trade II Inc.	Ilhas Cayman	100,00	-	100,00	-
Aços Villares S.A. (12)	Brasil	-	58,50	-	58,50

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.
(1) Subsidiárias: Gerdau Ameristeel US Inc., GNA Partners, Pacific Coast Steel Inc, Gerdau Ameristeel Perth Amboy Inc., Sheffield Steel Corporation, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., TAMCO Steel, Chaparral Steel Company.
(2) Subsidiária: Gerdau Açominas Overseas Ltd..
(3) A subsidiária Maco Holdings Ltda. passou a ser apresentada como associada, conforme descrito na nota 3.3
(4) Subsidiárias: Gerdau US Financing Inc. e Gerdau MacSteel Inc..
(5) Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco J. P. Morgan S.A..
(6)Subsidiárias: Sidenor Industrial S.L., Sidenor y Cia, Sociedad Colectiva, Sidenor I+D S.A., Forjanor S.L., Corporación Sidenor S.A. y Cia, Sidenor Calibrados S.L..
(7) Subsidiárias: Aza Participaciones S.A., Industrias del Acero Internacional S.A., Gerdau Aza S.A., Distribuidora Matco S.A., Aceros Cox Comercial S.A., Salomon Sack S.A., Matco Instalaciones Ltda e Trefilados Bonati S.A., Cerney Holdings Ltd., Indac Colômbia S.A..
(8) Subsidiária: LuxFin Participation S.L. e Bogey Holding Company Spain S.L..
(9) Subsidiária: Ferrer Ind. Corporation e Laminados Andinos S.A..
(10) Subsidiárias: Siderúrgica Tultitlán, S.A.de C.V., Sidertul S.A. de C.V., Arrendadora Valle de México, S.A. de C.V. e GTL Servicios Administrativos México, S.A. de C.V..
(11) Subsidiárias: Sipar Aceros S.A. e Siderco S.A..
(12) A subsidiária Aços Villares S.A. foi incorporada pela Gerdau S.A., conforme descrito na nota 3.5.d,
(13) A subsidiária GTL Financial Corp. foi baixada no ano de 2010.

Como resultado da operação da opção de venda descrita na nota 16.f, a Companhia reconhece o percentual de 100% como investimento na Corporación Sidenor, ao invés de 60% descrito no quadro acima.

3.2 – Empresas com controle compartilhado

A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas com controle compartilhado.

		Percentual de participação			
Entidades com controle compartilhado	**País**	**Capital total (*)**		**Capital votante**	
		2010	**2009**	**2010**	**2009**
Gallatin Steel Company	EUA	50,00	50,00	50,00	50,00
Bradley Steel Processors	Canadá	50,00	50,00	50,00	50,00
MRM Guide Rail	Canadá	50,00	50,00	50,00	50,00
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	México	50,00	50,00	50,00	50,00
Kalyani Gerdau Steel Ltd.	Índia	73,22	56,81	73,22	56,81

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da empresa com controle compartilhado.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Kalyani Gerdau Steel Ltd., apesar de ter mais de 50% do capital total desta empresa, devido ao contrato de controle compartilhado que estabelece direitos de gestão conjunta do negócio com o outro sócio.

As informações financeiras das empresas com controle compartilhado Gallatin Steel Company, Bradley Steel Processors, MRM Guide Rail, Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V. e Kalyani Gerdau Steel Ltd. avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas abaixo, de forma combinada:

	Empresas com controle compartilhado	
	2010	**2009**
Ativo		
Circulante	468.419	435.775
Não-circulante	566.490	612.138
Total do ativo	1.034.909	1.047.913
Passivo		
Circulante	155.930	121.986
Não-circulante	295.497	263.939
Patrimônio Líquido combinado	583.482	661.988
Total do passivo e Patrimônio Líquido	1.034.909	1.047.913
Participação da Companhia nos ativos líquidos das empresas com controle compartilhado	300.547	332.904

	2010	2009
Demonstração do resultado		
Receita líquida de vendas	1.813.014	1.288.714
Custo das vendas	(1.662.143)	(1.230.352)
Lucro bruto	150.871	58.362
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(29.722)	(36.596)
Outras despesas/receitas operacionais	(80.641)	(88.115)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos impostos	40.508	(66.349)
Resultado financeiro	(25.180)	(87.276)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	15.328	(153.625)
Imposto de renda e contribuição social	497	22.315
Lucro (Prejuízo) líquido	15.825	(131.310)
Participação da Companhia no lucro (prejuizo) líquido das empresas com controle compartilhado	(13.921)	(57.723)

3.3 – Empresas associadas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas associadas.

		Percentual de participação			
Empresas associadas	**País**	**Capital total (*)**		**Capital votante**	
		2010	**2009**	**2010**	**2009**
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82	51,82	51,82
Armacero Industrial y Comercial S.A.	Chile	50,00	50,00	50,00	50,00
Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias (1)	Rep. Dominicana	49,00	49,00	49,00	49,00
Corsa Controladora, S.A. de C.V. e subsidiárias (2)	México	49,00	49,00	49,00	49,00
Corporación Centroamericana del Acero S.A. e subsidiárias (3)	Guatemala	30,00	30,00	30,00	30,00
Maco Holdings Ltda.	Brasil	47,86	-	47,86	-

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da associada.
(1) Subsidiárias: Industrias Nacionales C. por A. (Rep. Dominicana), Steelchem Trading Corp. , NC Trading e Industrias Nacionales C. x A., S.A. (Costa Rica).
(2) Subsidiárias: Júpiter Direccional S.A. de C.V., Aceros Ticomán, S.A. de C.V., Centro Técnico Joist, S.A. de C.V., Aceros Corsa, S.A. de C.V., Aceros Ticoregios, S.A. de C.V..
(3) Subsidiárias: Aceros de Guatemala S.A., Indeta S.A., Siderúrgica de Guatemala S.A..

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. apesar de ter mais de 50% do capital total da associada, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da associada.

Em 2010, a Companhia passou a tratar o investimento na sociedade Maco Holdings Ltda (atual denominação da Maco Metalúrgica Ltda), como empresa associada, em decorrência de reorganização realizada em dita sociedade e do não exercício de direito de subscrição no aumento de capital deliberado em dezembro de 2010.

As informações financeiras das empresas associadas Dona Francisca Energética S.A., Armacero Industrial y Comercial S.A., Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias, Corsa Controladora, S.A. de C.V. e subsidiárias, Corporación Centroamericana Del Acero S.A. e subsidiárias e Maco Holdings Ltda., avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

	Empresas associadas	
	2010	**2009**
Ativo		
Circulante	885.246	755.305
Não-circulante	1.175.116	891.900
Total do ativo	2.060.362	1.647.205
Passivo		
Circulante	427.446	307.855
Não-circulante	341.746	351.006
Patrimônio Líquido ajustado	1.291.170	988.344
Total do passivo e Patrimônio Líquido	2.060.362	1.647.205
Participação da Companhia nos ativos líquidos das empresas associadas	603.892	495.305

	2010	**2009**
Demonstração do resultado		
Receita líquida de vendas	1.409.468	1.463.761
Custo das vendas	(1.213.825)	(1.388.946)
Lucro bruto	195.643	74.815
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(81.199)	(101.101)
Outras despesas/receitas operacionais	4.578	(1.112)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos impostos	119.022	(27.398)
Resultado financeiro	(14.157)	(37.675)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	104.865	(65.073)
Imposto de renda e contribuição social	(32.498)	(11.232)
Lucro (Prejuízo) líquido	72.367	(76.305)
Participação da Companhia no lucro (prejuizo) líquido das empresas associadas	53.375	(51.234)

3.4 – Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, entidade com controle compartilhado, ou associada, na respectiva data de aquisição.

O ágio relativo a investimentos em empresas situadas no exterior encontra-se registrado na moeda funcional da empresa adquirida, sendo convertido para reais (moeda de apresentação da Companhia) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registradas na conta "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira", no Patrimônio Líquido, após a data de transição para o IFRS.

O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial" e "Ágio". O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.

Em situações de venda de uma subsidiária, entidade com controle compartilhado, ou associada, o ágio é incluído na determinação dos ganhos e perdas.

3.5 – Aquisições de participações adicionais em empresas controladas e combinações de negócios

a) Cleary Holdings Corp

Em 12/08/2010, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 49,1% no capital da controlada Cleary Holdings Corp., controladora de unidades de produção de coque metalúrgico e de reservas de carvão coqueificável na Colômbia, passando a deter a totalidade das ações da empresa. O valor total da operação foi US$ 57,0 milhões (R$ 100,1 milhões na data de aquisição da participação) e como resultado da operação em conformidade com a norma IAS 27, a Companhia reconheceu no seu Patrimônio Líquido, na linha de Efeitos de aumento de participação em controladas, o montante de R$ 26,1 milhões, o qual é referente a diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, a Companhia reconheceu o montante de R$ 70,6 milhões, na linha de Ágios, referente a parcela de preço contingente da aquisição do controle em 21/02/2008, devido a tal parcela ter passado a se caracterizar como provável.

b) Gerdau Ameristeel Corporation

Em 30/08/2010, a Companhia adquiriu todas as ações ordinárias da sua controlada Gerdau Ameristeel Corporation, emitidas e em circulação, de que ainda não era detentora, direta ou indiretamente, pelo valor de US$ 11,00 por ação, em dinheiro. O valor total da operação foi US$ 1.598,6 milhões (R$ 2.808,9 milhões na data de aquisição). Em conformidade com a norma IAS 27, as mudanças na participação societária de uma controladora em uma subsidiária que não resultem em perda do controle são contabilizadas como transações patrimoniais. Qualquer diferença entre o valor da participação adquirida de não controladores e o valor justo da contrapartida paga será reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido e atribuída aos acionistas controladores. Dessa forma,, como resultado da operação a Companhia reconheceu no seu Patrimônio Líquido, na linha de Efeitos de aumento de participação em controladas, o montante de R$ 431,2 milhões, referente a diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos.

c) Tamco

Em 21/10/2010, a Companhia, através de sua subsidiária Gerdau Ameristeel, adquiriu 100% das ações da Tamco, uma "*mini-mill*" que produz vergalhões e é uma das maiores produtoras na costa oeste dos EUA. Localizada em Rancho Cucamonga no estado da Califórnia, a Tamco é a única produtora de aços longos na Califórnia e atende principalmente os mercados da Califórnia, Arizona e Nevada.

A Companhia registrou ágio nesta aquisição devido aos seguintes fatores:

- A aquisição resultou em uma expansão da presença geográfica da Companhia no oeste dos Estados Unidos,
- A Companhia acredita que terá sucesso na integração das operações do negócio e terá sinergias associadas com a aquisição.

O total do preço de compra considerado para a aquisição da Tamco foi US$ 166,4 milhões (R$ 283,1 milhões na data da aquisição), mais a assunção de certos passivos, e foi alocado para os ativos adquiridos e passivos assumidos com base nas estimativas de seus respectivos valores justos. A tabela a seguir resume o valor justo preliminar dos ativos adquiridos e passivos assumidos para a Tamco na data da aquisição:

	Valor dos livros	Ajustes da aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos			
Ativos circulantes	75.649	(7.045)	68.604
Imobilizado	69.216	103.751	172.967
Ativos Intangíveis	11.365	19.226	30.591
Ágio	-	90.363	90.363
Outros ativos não-circulantes	558	29	587
Passivos circulantes	(17.589)	(521)	(18.110)
Passivos não-circulantes	(18.142)	(43.750)	(61.892)
	121.057	162.053	283.110
Preço total de compra considerado			283.110

Os recebíveis brutos adquiridos pela Companhia foram equivalentes a R$ 14,3 milhões. Não há ajustes significativos ao valor justo dos recebíveis e fluxos de caixa esperados oriundos do recebimento destes.

A aquisição dos intangíveis e ágio não são dedutíveis para fins fiscais, entretanto, o registro da aquisição requer o reconhecimento de imposto de renda passivo diferido sobre os valores ajustados relacionados aos ativos intangíveis que serão reconhecidos como benefício fiscal nos períodos futuros a medida que os ativos sejam amortizados.

Os montantes reconhecidos como receitas, atribuíveis a Tamco, incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia desde a data de aquisição desta subsidiária não são relevantes. A Tamco desde a data de aquisição até 31/12/2010 gerou um prejuízo de R$ 2,8 milhões. Adicionalmente, os montantes de receitas e lucro líquido que seriam gerados pela Tamco para todo o exercício de 2010, caso a entidade tivesse sido adquirida no início do exercício, também não seriam significativos.

d) Aços Villares S.A.

Em 30/12/2010, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 41,5% no capital da controlada Aços Villares S.A., sendo 28,91% através da incorporação da empresa Prontofer Serviços de Construção Ltda (Prontofer) e 12,59% adquirido de terceiros, através da incorporação da empresa Aços Villares S.A., passando a deter a totalidade das ações da empresa. O valor total da operação foi R$ 1.909,7 milhões e a aquisição foi feita mediante a emissão de ações da Gerdau S.A. na proporção de uma ação da Gerdau S.A. para cada 24 ações da Aços Villares e uma ação da Gerdau S.A. para cada 22,247601 quotas da Prontofer, conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária. Como resultado da operação em conformidade com a norma IAS 27, a Companhia reconheceu no seu Patrimônio Líquido, na linha de Efeitos de aumento de participação em controladas, o montante de R$ 1.277,2 milhões, o qual é referente a diferença entre o valor de aquisição e os ativos líquidos adquiridos..

3.6 – Preço total de compra considerado referente às aquisições no exercício

Empresas / participações adquiridas	2010	2009
Aquisição de controle		
Maco Metalúrgica Ltda.	-	4.200
Tamco	283.110	-
	283.110	4.200
Aquisição de participação adicional em empresas controladas		
Gerdau América Latina Participações S.A.	-	66.868
Cleary Holdings Corp.	100.100	-
Gerdau Ameristeel	2.808.869	-
	2.908.969	66.868
Aquisição de participação adicional com emissão de ações		
Prontofer Serviços e Construção Ltda.	1.322.075	
Aços Villares S.A.	587.645	-
	1.909.720	-
Total considerado como pago	5.101.799	71.068

A Companhia não teve outros custos de aquisição materiais em adição ao valor pago.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2010	2009
Caixa	4.105	52.158
Bancos e aplicações de liquidez imediata	1.056.929	2.039.786
Caixa e equivalentes de caixa	1.061.034	2.091.944

A Companhia não possui montantes significativos de caixa ou equivalentes de caixa restritos para os exercícios apresentados.

A Companhia teve em 2010 transações que não afetaram o caixa no valor de R$ 1.322.075 e R$ 587.645, referentes a aquisição de participação adicional da Prontofer Serviços de Construção Ltda. e Aços Villares S.A., respectivamente, com emissão de ações, conforme descrito na nota 3.5.d.

NOTA 5 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Títulos para negociação

Aplicações financeiras em títulos para negociação são registradas ao valor justo e incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Em 31/12/2010 a Companhia mantinha R$ 1.105.902 (R$ 2.619.418 em 31/12/2009) em títulos para negociação.

Títulos disponíveis para venda

Em 31/12/2010 a Companhia mantinha R$ 9.559 (R$ 58.296 em 31/12/2009) em títulos disponíveis para venda no ativo circulante e R$ 26.797 (R$ 49.690 em 31/12/2009) no ativo não-circulante, líquidos de provisão para perdas. Estas aplicações são registradas ao valor justo.

NOTA 6 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2010	2009
Contas a receber de clientes - no Brasil	1.046.962	1.100.911
Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil	312.870	108.187
Contas a receber de clientes - controladas no exterior	1.860.458	1.457.111
(-) Provisão para risco de crédito	(67.263)	(80.500)
	3.153.027	2.585.709

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito.

O risco de crédito do contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanentemente o seu saldo devedor. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2010	2009
Valores a vencer	2.658.628	2.172.081
Vencidos:		
Até 30 dias	354.980	260.856
Entre 31 e 60 dias	52.432	64.678
Entre 61 e 90 dias	15.379	38.225
Entre 91 e 180 dias	28.277	32.991
Entre 181 e 360 dias	39.850	58.929
Acima de 360 dias	70.744	38.449
(-) Provisão para risco de crédito	(67.263)	(80.500)
	3.153.027	2.585.709

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2009	(72.320)
Créditos provisionados no exercício	(58.180)
Créditos recuperados no exercício	210
Créditos baixados definitivamente da posição	40.961
Variação cambial	8.829
Saldo em 31/12/2009	(80.500)
Créditos provisionados no exercício	(20.906)
Créditos recuperados no exercício	4.887
Créditos baixados definitivamente da posição	26.753
Variação cambial	2.503
Saldo em 31/12/2010	(67.263)

NOTA 7 – ESTOQUES

	2010	2009
Produtos prontos	2.455.459	1.975.003
Produtos em elaboração	1.418.347	1.258.384
Matérias-primas	1.639.393	1.213.984
Materiais de almoxarifado	1.037.672	1.058.746
Adiantamento a fornecedores	104.262	214.467
Importações em andamento	295.040	181.330
(-) Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	(152.388)	(150.321)
	6.797.785	5.751.593

Os saldos da provisão para ajuste ao valor de mercado são principalmente relacionados a uma redução no custo ou ajuste de mercado relacionados aos impactos em certas matérias primas adquiridas pela Companhia e que tiveram um declínio nos preços de vendas dos produtos prontos. Como resultado de valores mais elevados em matérias primas mais custos estimados de conclusão da produção, em um montante superior ao preço de venda menos custos estimados de vendas, a Companhia reconheceu ajustes ao valor líquido de realização, conforme demonstrado abaixo:

Saldo em 01/01/2009	(354.431)
Reversão ajuste ao valor de mercado de estoques	196.981
Provisão ajuste ao valor de mercado de estoques	(36.459)
Ganhos/perdas na conversão	43.588
Saldo em 31/12/2009	(150.321)
Reversão ajuste ao valor de mercado de estoques	50.634
Provisão ajuste ao valor de mercado de estoques	(50.526)
Ganhos/perdas na conversão	3.781
Aquisições de empresas	(5.956)
Saldo em 31/12/2010	(152.388)

Os estoques estão segurados para incêndio e extravasamento. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvidos.

Durante os períodos de doze meses findos em 31/12/2010 e 31/12/2009 foram reconhecidos os montantes de R$ 25.873.476 e R$ 22.305.550, respectivamente, como custo das vendas e de fretes. Em 31/12/2010 o custo das vendas inclui o valor de R$ 50.634 referente a reversão de provisão para ajuste ao valor de mercado dos estoques e R$ 50.526 referente à constituição de provisão para ajuste a valor de mercado.

Os montantes de reversão de provisão identificados acima foram feitos com contrapartida na conta de custo das vendas e foram originados, substancialmente, pela recuperação dos preços de mercado.

NOTA 8 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2010	2009
Circulante		
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	153.808	151.264
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	59.903	101.780
PIS - Programa de Integração Social	10.800	14.692
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	53.202	34.343
Imposto de Renda e Contribuição Social Retidos na Fonte	168.897	377.451
IVA - Imposto sobre Valor Agregado e outros	139.446	109.034
	586.056	788.564
Não-circulante		
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	77.440	100.488
PIS - Programa de Integração Social	368	3.740
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.678	17.209
Imposto de Renda e Contribuição Social retidos na Fonte e outros	321.736	362.997
	401.222	484.434
	987.278	1.272.998

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	2010	2009
2011	-	108.430
2012	106.109	81.021
2013	85.382	84.110
2014	17.067	55.256
2015 em diante	192.664	155.616
	401.222	484.434

NOTA 9 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IR) e da contribuição social (CS) no resultado:

	2010	2009
	Total	Total
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.959.238	1.031.460
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(1.006.141)	(350.696)
Ajustes dos impostos referente:		-
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	6.622	11.325
- equivalência patrimonial	13.414	(37.045)
- juros sobre o capital próprio	132.780	44.099
- incentivos fiscais	65.686	96.921
- ágio dedutível fiscalmente contabilizado nos livros societários	291.484	188.708
- outras diferenças permanentes (líquidas)	(5.704)	19.736
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(501.859)	(26.952)
Corrente	(642.306)	(303.272)
Diferido	140.447	276.320

A reconciliação acima apresentada considera o efeito do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado aplicando-se a alíquota nominal vigente no Brasil de 34%. Os efeitos da diferença de alíquotas do Brasil para os vários países onde a Companhia tem empresas são apresentado na linha "Diferenças de alíquotas em empresas do exterior".

As controladas da Companhia no Brasil usufruíram R$ 41.855 em 31/12/2010 (R$ 44.772 em 31/12/2009) de incentivos fiscais de dedução do imposto de renda relativo à inovação tecnológica, fundos dos direitos da criança e do adolescente, PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador e operações de caráter cultural e artístico. As unidades da controlada Gerdau Aços Longos S.A., instaladas na região nordeste do Brasil, são beneficiárias, até 2013, de incentivos fiscais de redução de 75% do imposto de renda, calculados sobre o lucro da exploração daqueles estabelecimentos, sendo que estes representaram R$ 23.831 em 31/12/2010 (R$ 52.149 em 31/12/2009). Os respectivos incentivos fiscais foram registrados, retificando, diretamente, as contas de imposto de renda na demonstração do resultado.

Em 31/12/2010, a Companhia possui um total de prejuízos fiscais decorrente das suas operações no Brasil de R$ 607.370 de imposto de renda (R$ 340.248 em 31/12/2009) e um total de base negativa de contribuição social de R$ 849.446 (R$ 418.285 em 31/12/2009), representando um ativo fiscal diferido de R$ 228.293 (R$ 122.708 em 31/12/2009). A Companhia acredita que os valores serão realizados baseados na expectativa de lucros tributáveis futuros. Além destes ativos fiscais diferidos, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R$ 68.048 (R$ 26.496 em 31/12/2009), devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em subsidiárias. Não obstante, estes prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não têm uma data final para expirar.

Em 31/12/2010, a controlada Gerdau Ameristeel possui um ativo fiscal diferido oriundo de prejuízos fiscais decorrente das suas operações no Canadá de R$ 113.272 de imposto de renda (R$ 63.287 em 31/12/2009). A controlada acredita que os valores serão realizados baseados na expectativa de lucros tributáveis futuros, e historicamente a controlada tem gerado lucros tributários suficientes para a utilização destes ativos.

Em 31/12/2010, a controlada Gerdau Ameristeel possuía R$ 151.551 (R$ 139.973 em 31/12/2009) de prejuízos fiscais sobre perdas de capital cujos ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos nos Balanços Patrimoniais Consolidados. Essas perdas se referem primariamente a baixa de investimentos de longo prazo da controlada e atualmente não tem uma data final para expirar, exceto por um montante de R$ 55.424 incluído no balanço patrimonial em 31/12/2010 que expira em 2015. A controlada possuía várias perdas fiscais estaduais totalizando R$ 205.982 (R$ 237.669 em 31/12/2009), as quais não foram reconhecidas no balanço da Companhia, expiram em várias datas entres 2011 e 2030. A controlada também tinha R$ 63.119 (R$ 57.494 em 31/12/2009) de créditos fiscais estaduais que não foram reconhecidas nos balanços patrimoniais consolidados da controlada. Estes créditos expiram em várias datas entre 2015 e 2018, com exceção de uma parcela de R$ 12.968 (R$ 11.840 em 31/12/2009), a qual não tem uma data final para expirar.

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Saldo em 01/01/2009	Aquisições de empresas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2009
Ativo não-circulante					
Prejuízos fiscais	581.395	-	211.785	(122.278)	670.902
Base negativa de contribuição social	28.405	-	9.258	-	37.663
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	122.449	-	1.865	13.382	137.696
Benefícios a empregados	470.893	-	11.045	(243.197)	238.741
Outras diferenças temporárias	411.185	-	(4.920)	(344.966)	61.299
Ágio amortizado	57.768	-	(65)	19.416	77.119
Imobilizado	(6.920)	-	6.920	-	-
Provisão para perdas	101.180	-	15.787	6.649	123.616
Total ativo não-circulante	1.766.355	-	251.675	(670.994)	1.347.036

	Saldo em 01/01/2009	Aquisições de empresas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2009
Passivo não-circulante					
Alocação de ativos a valor justo	2.259.921	49.798	(46.865)	(573.843)	1.689.011
Deságio amortizado	72.592	-	50.915	(27.119)	96.388
Benefícios a empregados	92.071	-	26.429	52.133	170.633
Outras diferenças temporárias	635.684		(55.124)	(262.833)	317.727
Total passivo não-circulante	3.060.268	49.798	(24.645)	(811.662)	2.273.759
Total líquido	(1.293.913)	(49.798)	276.320	140.668	(926.723)
Efeito no resultado do exercício			276.320		

	Saldo em 31/12/2009	Aquisições de empresas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2010
Ativo não-circulante					
Prejuízos fiscais	670.902	-	140.570	10.340	821.812
Base negativa de contribuição social	37.663	-	38.786	-	76.449
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	137.696	-	51.199	4.581	193.476
Benefícios a empregados	238.741	-	6.072	(87.045)	157.768
Outras diferenças temporárias	61.299	4.562	(9.846)	114.762	170.777
Ágio amortizado	77.119	-	(2.971)	(1.669)	72.479
Provisão para perdas	123.616	-	(6.367)	(30.999)	86.250
Total ativo não-circulante	1.347.036	4.562	217.443	9.970	1.579.011

	Saldo em 31/12/2009	Aquisições de empresas	Reconhecido no resultado	Reconhecido nos resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2010
Passivo não-circulante					
Alocação de ativos a valor justo	1.689.011	44.764	61.190	(77.884)	1.717.081
Deságio amortizado	96.388	-	(23.796)	-	72.592
Benefícios a empregados	170.633	-	20.967	(47.584)	144.016
Outras diferenças temporárias	317.727	-	18.635	798	337.160
Total passivo não-circulante	2.273.759	44.764	76.996	(124.670)	2.270.849
Total líquido	(926.723)	(40.202)	140.447	134.640	(691.838)
Efeito no resultado do exercício			140.447		

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente contingências fiscais, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social:

	Ativo	
	2010	2009
2010		258.074
2011	373.210	185.249
2012	229.942	190.869
2013	190.350	195.864
2014	183.873	199.512
2015 em diante	601.636	317.468
	1.579.011	1.347.036

	Passivo	
	2010	**2009**
2010		96.070
2011	82.752	114.326
2012	96.267	111.717
2013	96.478	111.972
2014	96.023	111.717
2015 em diante	1.899.330	1.727.957
	2.270.849	2.273.759

NOTA 10 – IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado bruto	**Terrenos, prédios e construções**	**Máquinas, equipamentos e instalações**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Equipamentos eletrônicos de dados**	**Florestamento / reflorestamento**	**Imobilizações em andamento**	**Total**
Saldo em 01/01/2009	5.833.143	19.323.716	258.322	198.155	649.890	502.160	2.669.837	29.435.223
Adições	26.225	277.498	13.887	4.202	74.238	51.940	929.786	1.377.776
Transferências	(45.676)	1.942.361	(9.951)	(33.225)	(27.132)	(17.384)	(1.808.993)	-
Baixas	(30.606)	(771.018)	(17.042)	(22.763)	(119.229)	(73.774)	(82.878)	(1.117.310)
Baixa pela não recuperabilidade (nota 28.2)	(73.138)	(497.488)	(61)	(3.880)	(1.914)	-	(17.599)	(594.080)
Aquisições/alienações de empresas	-	3.189	-	-	-	-	-	3.189
Ganhos/perdas na conversão	(289.136)	(1.139.241)	(37.309)	(26.339)	178.771	-	(89.076)	(1.402.330)
Saldo em 31/12/2009	5.420.812	19.139.017	207.846	116.150	754.624	462.942	1.601.077	27.702.468
Adições	89.107	49.189	6.432	4.133	7.974	108.628	1.023.306	1.288.769
Transferências	519.280	718.598	1.595	12.397	22.457	-	(1.274.327)	-
Baixas	(24.874)	(127.586)	(1.709)	(18.291)	(3.455)	(58.915)	(9.051)	(243.881)
Baixa pela não recuperabilidade (nota 28.2)	-	(168.449)	-	-	-	-	-	(168.449)
Reversão pela não recuperabilidade (nota 28.2)	33.911	154.910	44	-	-	-	-	188.865
Aquisições/alienações de empresas	35.800	109.436	-	-	-	-	27.862	173.098
Ganhos/perdas na conversão	(91.688)	(512.149)	2.618	1.836	(14.849)	-	3.320	(610.912)
Saldo em 31/12/2010	5.982.348	19.362.966	216.826	116.225	766.751	512.655	1.372.187	28.329.958

Depreciação acumulada e Impairment	**Terrenos, prédios e construções**	**Máquinas, equipamentos e instalações**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Equipamento eletrônico de dados**	**Florestamento / reflorestamento**	**Imobilizações em andamento**	**Total**
Saldo em 01/01/2009	(1.661.278)	(6.959.903)	(144.088)	(104.184)	(420.679)	(90.340)	(4)	(9.380.476)
Depreciação, amortização e exaustão	(35.525)	(1.442.492)	(9.736)	(11.130)	(42.382)	(21.599)	(361)	(1.563.225)
Transferências	204	(21.139)	1.299	537	1.551	17.691	(143)	-
Baixas	7.963	742.400	16.876	18.937	117.855	68.137	-	972.168
Baixa pela não recuperabilidade (nota 28.2)	3.529	67.513	-	1.574	1.447	-	-	74.063
Ganhos/perdas na conversão	(187.900)	(888.589)	21.518	11.109	(30.920)	(34)	919	(1.073.897)
Saldo em 31/12/2009	(1.873.007)	(8.502.210)	(114.131)	(83.157)	(373.128)	(26.145)	411	(10.971.367)
Depreciação, amortização e exaustão	(232.659)	(1.376.603)	(18.003)	(15.093)	(55.448)	(16.681)	-	(1.714.487)
Transferências	3.867	(984)	(19)	(3.115)	251	-	-	-
Baixas	4.806	80.693	754	12.197	3.663	16.887	-	119.000
Baixa pela não recuperabilidade (nota 28.2)	-	100.440	-	-	-	-	-	100.440
Ganhos/perdas na conversão	83.568	219.397	(1.697)	857	5.891	-	-	308.016
Saldo em 31/12/2010	(2.013.425)	(9.479.267)	(133.096)	(88.311)	(418.771)	(25.939)	411	(12.158.398)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2009	3.547.805	10.636.807	93.715	32.993	381.496	436.797	1.601.488	16.731.101
Saldo em 31/12/2010	3.968.923	9.883.699	83.730	27.914	347.980	486.716	1.372.598	16.171.560

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Prédios e construções	20 a 33 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	5 a 10 anos
Veículos	3 a 5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 a 6 anos
Florestamento/reflorestamento	Plano de corte

b) Valores segurados - os ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. A Companhia e as usinas das controladas na América do Norte, Espanha e América Latina, exceto Brasil, e a controlada Gerdau Açominas S.A. também possuem cobertura para lucros cessantes.

c) Capitalização de juros e encargos financeiros - durante o exercício de 2010 foram apropriados encargos financeiros no montante de R$ 48.246 (R$ 78.535 em 31/12/2009).

d) Valores oferecidos em garantia - foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R$ 129.202 em 31/12/2010 (R$ 218.833 em 31/12/2009).

e) Perdas/Reversões pela não recuperabilidade de imobilizado - A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de imobilizado conforme apresentado na nota 28. Em 31/12/2010, o valor remanescente de ativos imobilizado objeto de perdas pela não recuperabilidade totaliza R$ 34.622 para terrenos, prédios e construções e R$ 13.089 para máquinas, equipamentos e instalações.

NOTA 11 – INVESTIMENTOS

a) Investimentos avaliados por equivalência patrimonial

	Dona Francisca Energética S.A.		Armacero Ind. Com. Ltda.	Joint Ventures América do Norte	Grupo Multisteel Business Holdings Corp.		Corsa Controladora S.A. de C.V.		Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Corporación Centroamericana del Acero, S.A.		Kalyani Gerdau Steel Ltd.	Maco Holdings Ltda.	Outros	Total
	Investimento	Ágio	Investimento	Investimento	Investimento	Ágio	Investimento	Ágio	Investimento	Investimento	Ágio	Investimento	Investimento	Investimento	
Saldo em 01/01/2009	84.490	17.074	15.938	390.860	292.962	50.885	106.387	170.131	88.136	230.006	230.008	97.262	-	934	1.775.073
Equivalência	5.966	-	1.192	(15.579)	(56.347)	-	13.076	-	(4.639)	(15.121)	-	(37.505)	-	-	(108.957)
Ajustes de avaliação patrimonial	2.154	-	(1.323)	(95.592)	(74.128)	(8.319)	(2.933)	(30.454)	(25.409)	(81.550)	(58.680)	2.393	-	122	(373.719)
Baixa pela não recuperabilidade de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(46.092)	-	-	(46.092)
Dividendos/juros sobre capital próprio	-	-	-	(20.931)	(2.721)	-	(17.963)	-	-	(4.780)	-	-	-	-	(46.395)
Saldo em 31/12/2009	92.610	17.074	15.807	258.758	159.766	42.566	98.567	139.677	58.088	128.555	171.328	16.058	-	1.056	1.199.910
Equivalência	12.765	-	1.773	829	15.075	-	7.385	-	(1.657)	(6.672)	-	(13.093)	23.049	-	39.454
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	333	1.844	(8.236)	(3.454)	1.226	1.009	769	7	(9.409)	(1.813)	-	-	(17.724)
Aquisição/alienação de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	234	234
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.552	74.737	-	99.289
Dividendos/juros sobre capital próprio	(5.182)	-	-	(43.788)	441	-	(8.279)	-	-	165	-	-	-	-	(56.643)
Saldo em 31/12/2010	100.193	17.074	17.913	217.643	167.046	39.112	98.899	140.686	57.200	122.055	161.919	25.704	97.786	1.290	1.264.520

b) Outros investimentos

	MRS Logística S.A.	Outros	Total
	Investimento	Investimento	
Saldo em 01/01/2009	4.772	16.996	21.768
Aquisição/alienação de investimento	-	(2.133)	(2.133)
Saldo em 31/12/2009	4.772	14.863	19.635
Aquisição/alienação de investimento	-	(633)	(633)
Saldo em 31/12/2010	4.772	14.230	19.002

Os resultados da avaliação da recuperabilidade dos investimentos são apresentados na nota 28.

NOTA 12 – ÁGIOS

As alterações no ágio são as seguintes:

	Montante bruto do ágio	Perdas acumuladas pela não recuperabilidade ativos	Ágio após as perdas pela não recuperabilidade de ativos
Saldo em 01/01/2009	11.333.021	(38.919)	11.294.102
(+/-) Ganhos/perdas na conversão	(2.632.029)	29.377	(2.602.652)
(+) Adições	26.111	-	26.111
(-) Ajustes de alocação do preço de compra	(91.563)	-	(91.563)
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(201.657)	(201.657)
Saldo em 31/12/2009	8.635.540	(211.199)	8.424.341
(+/-) Ganhos/perdas na conversão	(443.075)	15.888	(427.187)
(+) Adições	160.944	-	160.944
Saldo em 31/12/2010	8.353.409	(195.311)	8.158.098

A composição do ágio por segmento é a seguinte:

	2010	2009
Brasil	372.402	376.322
Aços Especiais	1.800.754	1.933.685
América Latina	696.110	682.998
América do Norte	5.288.832	5.431.336
	8.158.098	8.424.341

Avaliação da recuperação do ágio

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade do ágio sobre investimentos, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado.

A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado. Para o exercício findo em 31/12/2010, a Companhia realizou testes de recuperação de ágio para os seus segmentos de negócio, que representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração, com base em projeções de fluxo de caixa descontados que levaram em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo.

Os resultados da avaliação da recuperação do ágio são apresentados na nota 28.

NOTA 13 – OUTROS INTANGÍVEIS

Os outros intangíveis referem-se, substancialmente, ao fundo de comércio decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de *software*:

	Relacionamento com fornecedores	Desenvolvimento de *software*	Cert. redução emissão carbono	Relacionamento com clientes	Outros	Total
Saldo em 01/01/2009	-	-	22.852	1.679.101	10.977	1.712.930
Variação cambial	-	-	(4.548)	(369.298)	(253)	(374.099)
Aquisição por combinação de negócios	155.682	-	-	-	-	155.682
Perdas pela não recuperabilidade	-	-	-	(270.544)	-	(270.544)
Amortização	(28.637)	-	(10.561)	(190.495)	(1.476)	(231.169)
Saldo em 31/12/2009	127.045	-	7.743	848.764	9.248	992.800
Variação cambial	-	-	(2.430)	(30.526)	129	(32.827)
Aquisição	-	82.701	11.897	-	-	94.598
Aquisição por combinação de negócios	-	-	-	30.591	-	30.591
Reversão de perdas pela não recuperabilidade	-	-	-	216.191	-	216.191
Baixas	-	-	(4.925)	-	-	(4.925)
Amortização	(8.129)	-	-	(110.558)	(918)	(119.605)
Saldo em 31/12/2010	118.916	82.701	12.285	954.462	8.459	1.176.823
Vida útil média estimada	5 a 20 anos	7 anos	Indeterminado	5 a 20 anos	5 anos	

A composição dos outros intangíveis por segmento é a seguinte:

	2010	2009
Brasil	190.228	130.706
Aços Especiais	272.455	60.501
América do Norte	714.140	801.593
	1.176.823	992.800

A amortização dos outros intangíveis é efetuada ao longo da vida útil média estimada e tem como contrapartida a conta de custo das vendas. As aquisições de 2010 referem-se substancialmente ao projeto de desenvolvimento de *software* com aplicação na gestão do negócio e a alocação detalhada na nota 3.5.c. Os resultados da avaliação da recuperação dos outros intangíveis são apresentados na nota 28.

NOTA 14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Encargos anuais (*)	2010	2009
Financiamentos de curto prazo denominados em reais			
Capital de giro	6,09%	151.379	130.830
Financiamento de investimento	10,85%	5.729	259.722
Financiamentos de curto prazo denominados em moeda estrangeira			
Capital de giro (US$)	1,93%	502.393	124.894
Capital de giro (€)	3,30%	100.635	93.247
Capital de giro (Clp$)	1,95%	24.373	18.404
Capital de giro (Cop$)	6,82%	79.775	92.738
Capital de giro (PA$)	9,78%	35.377	472
Capital de giro (Mxn$)	7,45%	46.314	7.276
Financiamento de imobilizado e outros (US$)	4,34%	5.930	7.614
		951.905	735.197
Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo		626.063	621.584
Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante		1.577.968	1.356.781
Financiamentos de longo prazo denominados em reais			
Capital de giro	6,33%	939.286	103.604
Financiamento de imobilizado	7,90%	1.497.509	1.749.301
Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira			
Capital de giro (US$)	2,96%	1.062.624	1.141.440
Capital de giro (€)	3,30%	82.761	149.126
Capital de giro (Mxn$)	7,45%	4.872	12.041
Capital de giro (Cop$)	6,82%	206.638	300.440
Obrigações ao portador (*Bond* Perpétuo) (US$)		-	1.046.780
Ten Years Bonds (US$)	6,71%	6.709.187	4.840.778
Term Loan Facility (US$)	1,68%	2.073.264	2.942.628
Adiantamentos de exportações (US$)	5,91%	130.138	514.015
Financiamento de investimento (US$)	4,34%	38.323	81.488
Financiamento de imobilizado e outros (US$)	3,59%	241.517	303.098
		12.986.119	13.184.739
Menos: parcela circulante		(626.063)	(621.584)
Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante		12.360.056	12.563.155
Total financiamentos		13.938.024	13.919.936

(*) Custo médio ponderado efetivo de juros em 31/12/2010.

Os empréstimos e financiamentos denominados em reais são indexados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juros definida trimestralmente pelo Governo Federal, utilizada para correção de empréstimos de longo prazo concedidos pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), ou pelo IGP-M (Índice Geral de

Preços – Mercado: índice de inflação brasileiro, apurado pela Fundação Getúlio Vargas) ou pelo CDI (Certificados de Depósitos Interbancários).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

	2010	2009
Real (R$)	2.593.903	2.243.457
Dólar Norte-Americano (US$)	10.763.376	11.002.735
Euro (€)	183.396	242.373
Peso Colombiano (Cop$)	286.413	393.178
Peso Argentino (PA$)	35.377	472
Peso Chileno (Clp$)	24.373	18.404
Peso Mexicano (Mxn$)	51.186	19.317
	13.938.024	13.919.936

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	2010	2009
2011	-	677.664
2012	1.547.697	2.650.655
2013	2.589.530	2.305.967
2014	787.169	378.255
2015 em diante	7.435.660	6.550.614
	12.360.056	12.563.155

a) Ten Years Bonds

***Bond* 2021**
Em 01/10/2010, a subsidiária Gerdau Trade Inc. concluiu operação financeira de emissão de *bonds* no valor total de US$ 1,25 bilhão e vencimento final em 30/01/2021. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A.. Em 31/12/2010, o saldo de principal nesta operação era de R$ 2.082.750. Parte dos recursos desta emissão foram utilizados para liquidação antecipada das obrigações ao portador *(Bond Perpétuo)*, no valor de US$ 600 milhões (R$ 1.031 milhões na data do resgate). Estas obrigações foram captadas em 15/09/2005 e não tinham vencimento final, sendo que a partir de 22/09/2010, a Gerdau passou a ter o direito de exercer a recompra dos títulos.

***Bond* 2020**
Em 18/11/2009, a subsidiária Gerdau Holdings Inc. concluiu operação financeira de emissão de *bonds* no valor total de US$ 1,25 bilhão e vencimento final em 20/01/2020. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A.. Em 31/12/2010, o saldo de principal nesta operação era de US$ 1,25 bilhão (R$ 2.082.750 em 31/12/2010).

***Bond* 2017**
Em 22/10/2007, a subsidiária GTL Trade Finance Inc. concluiu operação financeira de emissão de *bonds* no valor total de US$ 1 bilhão com posterior reabertura para adicionais US$ 500 milhões, totalizando dívida de US$ 1,5 bilhão e vencimento final em 20/10/2017. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A.. Em 31/12/2010, o saldo de principal nesta operação era de US$ 1,5 bilhão (R$ 2.499.300 em 31/12/2010).

b) Term Loan Facility
Em 10/09/2007, as subsidiárias Gerdau Ameristeel US Inc. e GNA Partners, concluiram operação financeira para financiamento de aquisição no valor total de US$ 2,75 bilhões e vencimento final em 14/09/2013. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A., Gerdau Ameristeel Corporation, Gerdau Açominas Overseas Limited. Em 31/12/2010, o saldo de principal nesta operação era de US$ 1,26 bilhão (R$ 2.103.578 em 31/12/2010).

c) Garantias

Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor, na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas, era de R$ 85.134, foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária. Para certos financiamentos as garantias são avais dos controladores, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 0,95% a.a., calculada sobre o montante avalizado.

d) *Covenants*
Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida.

No segundo trimestre de 2009 a Administração da Companhia, tendo por base projeções que consideravam a crise econômica global e seu impacto no mercado siderúrgico, concluiu que havia a possibilidade de que a Companhia pudesse vir a descumprir temporariamente alguns dos *covenants* financeiros em determinados contratos de dívida, e que este descumprimento possivelmente, caso viesse a ocorrer, se daria no final do terceiro ou do quarto trimestres de 2009.

Assim, numa atitude pró-ativa, a Companhia iniciou trabalhos sobre uma proposta de restabelecimento temporário dos *covenants* financeiros (*covenant reset*) e, durante o segundo trimestre de 2009, apresentou esta proposta aos credores envolvidos em contratos de dívidas sujeitos a *covenants* financeiros. Em 22/06/2009, a Companhia obteve aprovação por 100% dos credores envolvidos, o que representou um universo de 43 instituições financeiras e um volume de US$ 3,7 bilhões do endividamento total da Companhia.

O *covenant reset* entraria em vigor caso houvesse quebra de algum dos *covenants* originais, o que de fato ocorreu em 30/09/2009. Tal estrutura permaneceu ativa até 30/09/2010, quando não se fez mais necessária.

Seguem abaixo breves descrições dos *covenants* financeiros requeridos nos contratos de dívida.

Todos os *covenants* descritos abaixo são calculados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS da Gerdau S.A., exceto o item IV, que se refere à Demonstração Financeira Consolidada da Metalúrgica Gerdau S.A..

I) *Consolidated Interest Coverage Ratio* (nível de cobertura da despesa financeira) – mede a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA conforme definido no contrato com os bancos (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização, reversão/perdas pela não recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação). O índice contratual indica que o EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 3 vezes a despesa financeira do mesmo período. Em 31/12/2010 este índice era de 4,6 vezes;

II) *Consolidated Leverage Ratio* (nível de cobertura da dívida) – mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA conforme definido no contrato com os bancos. O índice contratual indica que o nível de endividamento bruto não pode ultrapassar 4 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Em 31/12/2010 este índice era de 2,8 vezes;

III) *Required Minimum Net Worth* (Patrimônio Líquido mínimo requerido) – mede o Patrimônio Líquido mínimo requerido em contratos financeiros. O índice contratual indica que o Patrimônio Líquido deve ser superior a R$ 3.795.200. Em 31/12/2010 o Patrimônio Líquido era R$ 20.147.615; e

IV) *Current Ratio* (índice de liquidez corrente) – mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo. O índice contratual indica que a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante deve ser superior a 0,8 vezes. Em 31/12/2010 este índice era de 2,6 vezes.

A penalidade prevista em contrato em caso do não cumprimento dos *covenants* financeiros é a possibilidade de declaração de inadimplência pelos credores e o vencimento antecipado dos contratos de dívida da Companhia.

e) Linhas de crédito e contas garantidas
Em junho de 2009, as empresas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e, a então Aços Villares SA. obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R$ 1.500.025 para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos serão disponibilizados à medida que as controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de

realização. A taxa de juros contratada foi TJLP + 2,21% a.a.. Os contratos são garantidos pelo aval e por *covenants* financeiros da Metalúrgica Gerdau S.A.. Essa linha de crédito não estava sendo utilizada em 31/12/2010.

Em 27/05/2008, a Gerdau Aços Longos S.A. obteve uma aprovação junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante total de R$ 543.413 para financiamento da construção do Complexo Energético Caçú / Barra dos Coqueiros, com carência de 6 meses após início das atividades, até outubro de 2010. Em 31/12/2010, R$ 499.836 dessa linha haviam sido utilizados. A amortização ocorrerá no período de novembro de 2010 a outubro de 2024, a uma taxa de juros contratada de TJLP + 1,46% a.a..

As controladas da América do Norte possuem linha de crédito no valor de US$ 650 milhões (R$ 1.083.030 em 31/12/2010), com vencimento em dezembro de 2012. Os estoques e contas a receber das controladas foram dados em garantia a essa linha. Em 31/12/2010, a linha não estava em utilização.

Em maio de 2008, a controlada Gerdau MacSteel Inc. obteve uma linha de crédito junto a um consórcio de bancos liderados pelo Citibank N.A., no valor total de US$ 100 milhões (R$ 166.620 em 31/12/2010) por um prazo de 3 anos, a título de crédito rotativo. Em 31/12/2010, a linha não estava em utilização. A taxa de juros contratada foi *Libor* + 1,25% a.a... As seguintes empresas são garantidoras deste empréstimo: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A.

NOTA 15 – DEBÊNTURES

	Assembléia	Quantidade em 31/12/2010					
Emissão	**Geral**	**Emitida**	**Em carteira**	**Vencimento**	**Encargos anuais**	**2010**	**2009**
3ª - A e B	27/05/1982	144.000	97.187	01/06/2011	CDI	115.069	115.844
7ª	14/07/1982	68.400	45.349	01/07/2012	CDI	40.717	33.838
8ª	11/11/1982	179.964	5.548	02/05/2013	CDI	463.656	313.986
9ª	10/06/1983	125.640	35.816	01/09/2014	CDI	14.452	42.380
11ª - A e B	29/06/1990	150.000	124.573	01/06/2020	CDI	98.077	94.931
Total Consolidado						731.971	600.979
Parcela do Circulante						115.069	-
Parcela do Não-circulante						616.902	600.979

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	2010	**2009**
2011	-	115.844
2012	40.717	33.838
2013	463.656	313.986
2014	14.452	42.380
2015 em diante	98.077	94.931
	616.902	600.979

Debêntures emitidas pela Gerdau S.A.
As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). A taxa nominal média anual de juros foi de 9,75% e 9,88% em 31/12/2010 e 31/12/2009, respectivamente.

NOTA 16 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Gerdau S.A. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, bônus perpétuos e encargos, *Ten Years Bonds*, *Term Loan Facility*, financiamentos outros, debêntures, ganhos não realizados com derivativos, perdas não realizadas com derivativos, outras contas a receber, outras contas a pagar e opções por compra de ações. Estas operações têm por

objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e contra variações de taxas de juros, sem fins especulativos.

A Companhia utiliza instrumentos derivativos e não derivativos como o *hedge* de determinadas operações e, aplica a metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para algumas dessas transações.

b) Valor de mercado - o valor de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	2010		2009	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	1.061.034	1.061.034	2.091.944	2.091.944
Aplicações financeiras	1.142.258	1.142.258	2.727.404	2.727.404
Contas a receber de clientes	3.153.027	3.153.027	2.585.709	2.585.709
Fornecedores	1.783.274	1.783.274	1.705.058	1.705.058
Bônus perpétuos	-	-	1.044.720	1.069.271
Ten Years Bonds	6.709.187	7.167.676	4.840.778	5.047.889
Term Loan Facility	2.073.264	2.073.264	2.942.628	2.942.628
Financiamentos outros	5.155.573	5.155.573	5.091.810	5.091.810
Debêntures	731.971	731.971	600.979	600.979
Ganhos não realizados com derivativos	6.312	6.312	20.034	20.034
Perdas não realizadas com derivativos	92.476	92.476	92.860	92.860
Outras contas a receber	443.978	443.978	577.773	577.773
Outras contas a pagar	767.913	767.913	586.877	586.877
Obrigações por compra de ações	516.706	516.706	518.096	518.096

O valor de mercado dos títulos *Ten Years Bonds* e Bônus perpétuos (*Perpetual bonds*) são baseados em cotações no mercado secundário destes títulos.

Os demais instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de preço das *commodities*: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que as controladas da Companhia vendem ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de operar num mercado de *commodities*, as controladas da Companhia poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais. Para minimizar esse risco, as controladas da Companhia monitoram permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos ou ativos (aplicações) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas ou contratando *hedge*s, de taxas variáveis (como a *Libor* e o CDI) para fixas, com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar ou outras moedas, ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente irá ser afetado por um movimento da moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originado por exportações e dos investimentos no exterior que se constituem, em termos econômicos, em *hedge* natural, a Companhia avalia a contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de *swaps*, caso a Companhia tenha mais passivos em dólar do que ativos.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade de as controladas da Companhia não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as controladas da Companhia adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas e *benchmarks*. Nos últimos anos, a metodologia BSC (*Balance Scorecard*) foi utilizada para a elaboração de mapas estratégicos com objetivos e indicadores dos principais processos. Os indicadores chave (KPI – *Key Perfomance Indicators*) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Total/EBITDA ajustado, Índice de Cobertura de Juros e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. A Dívida Total é formada pelos Empréstimos e financiamentos (nota 14) e pelas Debêntures (nota 15). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado.

A empresa busca manter-se dentro dos parâmetros abaixo:

WACC	entre 10%-13% a.a.
Dívida Bruta/EBITDA	entre 2x e 3x
Índice de Cobertura de Juros	maior que 5x
Relação Dívida/Patrimônio Líquido	entre 40%-60% e 60%-40%

Estes indicadores chave são usados para os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados nas notas 14 e 15, respectivamente.

A seguir são apresentados os vencimentos dos passivos financeiros:

					2010
Obrigações contratuais	**Total**	**Menos de 1 ano**	**1-3 anos**	**4-5 anos**	**Mais de 5 anos**
Obrigações de longo prazo	12.986.119	626.063	4.137.227	790.504	7.432.325
Debêntures	731.971	115.069	504.373	14.452	98.077
Opção de compra de participação remanescente da PCS	40.341	40.341	-	-	-
Opção de compra e venda de participação remanescente na Sipar	11.497	-	-	11.497	-
Opção de venda concedida ao Grupo Santander e Corporación Sidenor	464.868	-	-	464.868	-
	14.234.796	**781.473**	**4.641.600**	**1.281.321**	**7.530.402**

					2009
Obrigações contratuais	**Total**	**Menos de 1 ano**	**1-3 anos**	**4-5 anos**	**Mais de 5 anos**
Obrigações de longo prazo	13.184.739	621.584	3.328.319	2.684.222	6.550.614
Debêntures	600.979	-	463.668	42.380	94.931
Opção de compra de participação remanescente da PCS	56.483	-	56.483	-	-
Opção de compra e venda de participação remanescente na Sipar	12.014	-	-	-	12.014
Opção de venda concedida ao Grupo Santander e Corporación Sidenor	449.599	-	449.599	-	-
	14.303.814	**621.584**	**4.298.069**	**2.726.602**	**6.657.559**

Análises de sensibilidade:

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

	Impacto no resultado e na Demonstração dos Resultados Abrangentes	
Premissa	Variação	2010
Variações na moeda estrangeira	5%	88.535
Variações nas taxas de juros	0,1%	77.516
Variações no preço dos produtos vendidos	1%	313.932
Variações no preço das mercadorias e no preço das matérias-primas	1%	182.126
Swaps de taxas de juros	0,1%	3.347
Swaps de moedas e dos NDF's (*Non Deliverable Forwards*):	5%	3.941

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (*Foreign currency sensitivity analysis*): a Companhia possui exposição de variações em moeda estrangeira, principalmente nos empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes empréstimos e financiamentos em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Em 31/12/2010, a Companhia está principalmente exposta a variações entre o Real e o Dólar, em virtude de suas controladas localizadas fora do Brasil terem empréstimos tomados principalmente na mesma moeda das suas moedas funcionais. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio monta, em 31/12/2010, a R$ 88.535 (R$ 199.427 em 31/12/2009) e representa uma receita se ocorrer uma apreciação do Real frente ao dólar ou uma despesa no caso de uma depreciação do Real frente ao dólar. A Companhia acredita que a valorização do dólar frente ao Real para o ano de 2011 será de 2%.

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*): a Companhia possui exposição a riscos de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos e debêntures. A análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,1% sobre estes empréstimos e financiamentos e debêntures em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros monta, em 31/12/2010, R$ 77.516 (R$ 66.858 em 31/12/2009) e impactaria a conta de despesas financeiras na Demonstração do Resultado Consolidado. As taxas de juros específicas que a Companhia está exposta, as quais são relacionadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures, são apresentadas nas notas 14 e 15, e são principalmente compostas por *Libor* e CDI – Certificado de Depósito Interbancário. Em função das fortes reduções de juros internacionais, como a *Libor*, que ocorreram no mundo todo em virtude da crise, a Companhia acredita que, no longo prazo, as curvas de juros podem voltar a subir com o reaquecimento econômico.

Análise de sensibilidade das variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção: a Companhia possui exposição de variações no preço das mercadorias. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de *commodities*. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos totaliza R$ 313.932 em 31/12/2010 (R$ 265.401 em 31/12/2009) e matérias primas e demais insumos montam R$ (182.126) em 31/12/2010 (R$ (155.506) em 31/12/2009). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias primas seriam registrados nas linhas de Vendas líquidas e Custo das Vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada do Resultado. A Companhia não espera estar mais vulnerável a mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias primas.

Análise de sensibilidade dos *swaps* de taxas de juros: a Companhia possui exposição a *swaps* de taxa de juros para alguns de seus empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,1% na curva de juros (*Libor*) e os seus impactos na marcação a mercado dos *swaps*. Um aumento de 0,1% na taxa de juros representa uma receita de R$ 3.347 (R$ 9.040 em 31/12/2009) e uma redução de 0,1% na taxa de juros representa uma despesa de R$ 3.347 (R$ 9.040 em 31/12/2009). Estes *swaps* foram contratados para eliminar as variações de taxa variável para fixa (passivo). Em 31/12/2010, estes efeitos seriam reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados e na demonstração consolidada dos resultados abrangentes, nos montantes de R$ 311 e de R$ 3.036, respectivamente (R$ 2.075 e R$ 6.965 em 31/12/2009). Estes efeitos de alterações nos *hedge* de fluxos de caixa são registrados na demonstração consolidada dos resultados abrangentes e subsequentemente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na liquidação da operação.

Análise de sensibilidade dos *swaps* de moedas e dos Contratos futuros de dólar: a Companhia possui exposição a *swaps* de moedas (*cross currency swaps*) e a Contratos futuros de dólar para alguns de seus ativos e passivos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre do dólar frente ao peso colombiano e ao real, e os seus efeitos na marcação a mercado desses derivativos. Um aumento de 5% do dólar frente a estas moedas representa uma despesa de R$ 3.941 (R$ 2.960 em 31/12/2009), e uma redução de 5% do dólar frente a estas moedas representa uma receita de R$ 3.941 (R$ 2.960 em 31/12/2009). Estes Contratos futuros de dólar foram contratados para cobertura da posição ativa (Exportação). Estes efeitos seriam registrados na demonstração consolidada dos resultados abrangentes e subsequentemente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na liquidação da operação.

Conforme determinado pela Instrução CVM Nº 475/08, segue quadro demonstrativo de análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo:

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Contratos futuros de dólar	Variação na taxa de câmbio	3.941	19.707	39.415
Contratos *swap* *Swap* de taxa de juros	Queda *Libor* 6 Meses	3.347	8.901	17.736
Cenário			25%	50%

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

2010 **Ativos**	**Empréstimos e recebíveis**	**Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado**	**Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido**	**Total**
Aplicações financeiras	-	1.105.902	36.356	1.142.258
Ganhos não realizados com derivativos	-	6.312	-	6.312
Contas a receber de clientes	3.153.027	-	-	3.153.027
Outras contas a receber	443.978	-	-	443.978
Caixa e equivalentes de caixa	1.061.034	-	-	1.061.034
Total	4.658.039	1.112.214	36.356	5.806.609

Passivos	**Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado**	**Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido**	**Outros passivos financeiros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	-	-	1.783.274	1.783.274
Ten Years Bonds	-	-	6.709.187	6.709.187
Term Loan Facility	-	-	2.073.264	2.073.264
Financiamentos outros	-	-	5.155.573	5.155.573
Debêntures	-	-	731.971	731.971
Outras contas a pagar	-	-	767.913	767.913
Obrigações por compra de ações	516.706	-	-	516.706
Perdas não realizadas com derivativos	59.273	33.203	-	92.476
Total	575.979	33.203	17.221.182	17.830.364

2009 **Ativos**	**Empréstimos e recebíveis**	**Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado**	**Ativos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido**	**Total**
Aplicações financeiras	-	2.619.418	107.986	2.727.404
Ganhos não realizados com derivativos	-	20.034	-	20.034
Contas a receber de clientes	2.585.709	-	-	2.585.709
Outras contas a receber	577.773	-	-	577.773
Caixa e equivalentes de caixa	2.091.944	-	-	2.091.944
Total	5.255.426	2.639.452	107.986	8.002.864

Passivos	**Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no resultado**	**Passivos a valor de mercado com ganhos e perdas reconhecidos no Patrimônio Líquido**	**Outros passivos financeiros ao custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	-	-	1.705.058	1.705.058
Ten Years Bonds	-	-	4.840.778	4.840.778
Term Loan Facility	-	-	2.942.628	2.942.628
Bônus perpétuos e encargos	-	-	1.044.720	1.044.720
Financiamentos outros	-	-	5.091.810	5.091.810
Debêntures	-	-	600.979	600.979
Outras contas a pagar	-	-	586.877	586.877
Obrigações por compra de ações	518.096	-	-	518.096
Perdas não realizadas com derivativos	81.180	11.680	-	92.860
Total	599.276	11.680	16.812.850	17.423.806

Com exceção de um instrumento classificado como *hedge* de fluxo de caixa (c*ash flow hedge)*, cuja efetividade possa ser mensurada e que tem sua perda e/ou ganhos não realizados classificados diretamente em Outros Resultados Abrangentes, todos os instrumentos financeiros derivativos são *swaps* de taxas de juros e Contratos futuros de dólar. Estes instrumentos foram registrados a valor justo, sendo as perdas e/ou ganhos realizados e não realizados apresentados na conta "Perdas com derivativos, líquido" na demonstração consolidada de resultados.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento de risco é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre no final dos contratos quando o derivativo é encerrado. O monitoramento do impacto destas transações (MTM) é analisado mensalmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Por política interna, não são mantidas captações em moedas nas quais não exista uma correspondente geração de caixa.

Política de uso de derivativos: conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela

está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou um passivo descoberto, nunca alavancando a posição.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos.

Política de apuração do valor justo: O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo, trazidas a valor presente, na data de apuração. Os métodos e premissas levam em conta a interpolação de curvas, como no caso da *Libor*, e de acordo com cada mercado onde a empresa está exposta. Os *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*.

Os valores são apurados com base em modelos e cotações disponíveis no mercado, que levam em conta condições de mercado presentes ou futuras, sendo valores brutos, anteriores à incidência de impostos.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros, (tanto em *Libor* de dólar, como em outras moedas); *swap* de moeda e também Contratos futuros de dólar.

Contratos futuros de dólar

A então controlada Aços Villares S.A. liquidou antecipadamente, em 01/12/2010 (anterior a sua incorporação) os NDF's (*Non Deliverable Forwards*), qualificados como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), pelo qual assumia a média da PTAX do mês anterior ao de vencimento e o banco assumia uma cotação fixa do dólar norte-americano para a data do vencimento. Em 31/12/2010, o reflexo no resultado do exercício foi um ganho de R$ 10.755, registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido". A contraparte desta operação era com os bancos Banco Itaú S.A., UBS Pactual e Unibanco S.A..

A controlada Cleary Holdings liquidou o NDF (*Non Deliverable Forwards*), qualificado como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com vencimento em 05/02/2010. Esta operação visava eliminar a exposição cambial em contratos de venda de carvão no mercado externo, que estavam em dólar americano. Em 31/12/2010, o reflexo deste NDF no resultado do período foi uma perda de R$ 143 e foi registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido". A contraparte desta operação foi com o Banco de Bogotá.

A controlada Cleary Holdings contratou venda de NDF's (*Non Deliverable Forwards*), qualificados *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com *notional* de US$ 20.000 (R$ 33.324 em 31/12/2010) e US$ 17.500 (R$ 29.159 em 31/12/2010), com vencimentos em 04/02/2011 e 04/03/2011, respectivamente. Estes NDF's foram contratados com o objetivo de proteger-se da variação cambial do dólar americano para a moeda local, que pode impactar a receita de suas exportações e assim prejudicar a margem. O valor justo destes contratos, representa um ganho líquido de R$ 383 e R$ 128, respectivamente. A contraparte desta operação é com o Banco de Bogotá.

A controlada Diaco S.A. contratou *Forwards*, qualificados *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), com *notional* de US$ 5.070 (R$ 8.448 em 31/12/2010) e US$ 5.040 (R$ 8.398 em 31/12/2010), com vencimentos em 07/04/2011 e 07/10/2011, respectivamente. Estas operações foram feitas em função da exposição cambial existente a partir de financiamento em dólares com o Banco Davivienda. O valor justo destes contratos, representa um ganho líquido de R$ 206 e R$ 66, respectivamente. A contraparte desta operação é com o Banco Davivienda.

Os testes prospectivos e retrospectivos dos instrumentos financeiros acima não identificaram nenhum valor de inefetividade.

Contratos de *Swap*

***Swap* de taxas de juros**

A então controlada Aços Villares S.A. liquidou antecipadamente, em 03/12/2010, *swaps* de taxas de juros, nos quais os encargos financeiros pactuados em contratos de pré-pagamento de exportação, equivalentes à taxa *Libor* acrescida de um percentual de juros, eram trocados por taxas de juros pré-fixadas. Em 31/12/2010, o reflexo no resultado do exercício foi uma perda de R$ 501, registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido". A contraparte desta operação era com o banco Unibanco e ABN Amro Bank.

A Companhia, através da controlada GTL Equity Investments Corp., possui um *swap* de cupom cambial versus *Libor*, junto ao Banco JP Morgan, com vencimentos entre 21/12/2010 e 21/12/2011. Os valores nominais destes contratos somados eram de US$ 100.000 (R$ 166.620 em 31/12/2010). Essa operação foi feita, visando aproveitar a diferença entre a taxa de juros interna (cupom cambial) e a taxa de juros externa (*Libor*). Com isso a Companhia aumenta a sua exposição ao risco Brasil, porém este risco é inerente ao seu negócio. O valor justo destes contratos em 31/12/2010 é uma perda de R$ 7.072 e um ganho de R$ 5.529, gerando uma perda líquida de R$ 1.543.

A Companhia, também através da controlada GTL Equity Investments Corp., liquidou antecipadamente o *swap* de taxa de juros, junto ao Banco Calyon, com vencimento em 15/08/2012. Essa operação foi feita, visando minimizar o risco de variação das taxas de juros (*Libor*), já que a Companhia tomou dívida em dólar em taxas flutuantes. Em 31/12/2010, o reflexo deste *swap* no resultado do período foi uma perda de R$ 193 e foi registrado na conta "Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido".

A controlada Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú possui *swap* de taxas de juros nos quais ela recebe uma taxa de juros variável baseada na *Libor* e paga uma taxa de juros fixa em dólares norte-americanos. Este contrato tem um valor nominal de US$ 50.000 (R$ 83.310 em 31/12/2010) e data de vencimento em 03/04/2014. Esse *swap* foi contratado para minimizar o risco de variação das taxas de juros (*Libor*), já que a Companhia tomou dívida em dólar em taxas flutuantes, num valor superior ao do *swap*. O valor justo deste contrato em 31/12/2010 é uma perda líquida de R$ 6.064. A contraparte desta operação é com o Banco Bilbao Vizcaya – BBVA.

A controlada Gerdau Ameristeel Corp. possui *swaps* de taxas de juros, qualificados como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*), visando reduzir sua exposição à variação da *Libor* do *Term Loan Facility*. Em função do *Term Loan Facility* ter sido contratado em taxas de *Libor* flutuantes, a Companhia optou por trocar por taxas fixas, melhorando a previsibilidade do fluxo de caixa, além de eliminar o risco de flutuação da *Libor*. Os contratos têm um valor nominal de US$ 1.000.000 (R$ 1.666.200 em 31/12/2010). As taxas de juros fixadas para estes *swaps* estão entre 3,3005% e 3,7070% e têm vencimentos entre março de 2012 e setembro de 2013. Se adicionado ao *spread* sobre a *Libor* relativo à tranche B do *Term Loan Facility*, a taxa de juros nestes *swaps* estariam entre 4,5505% e 4,9570%. O valor justo destes *swaps* em 31/12/2010 é uma perda líquida de R$ 79.340, que gera um efeito líquido de tributos de R$ 33.203 em conta específica do Patrimônio Líquido. A contraparte desta operação é com os bancos ABN Amro Bank, HSBC e JP Morgan.

Margens de Garantia

A Companhia possui contratos de instrumentos financeiros derivativos que prevêem a possibilidade de constituição de depósito e/ou margem de garantia quando o valor da marcação a mercado destes instrumentos exceder os limites previstos em cada contrato. Em 31/12/2010, os contratos acima não exigiam nenhum depósito/margem de garantia.

Os instrumentos derivativos podem ser resumidos e categorizados da seguinte forma:

					Valor reconhecido						Valor justo	
			Valor de referência		No resultado		No Patrimônio Líquido		Valor a receber		Valor a pagar	
Contratos de Proteção Patrimonial	**Posição**		**2010**	**2009**	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
Contratos futuros (*Forward*)												
Aços Villares S.A.			-	US$ 89,1 milhões	10.755	(21.950)	-	31.931	-	6.181	-	-
Diaco S.A			-	-	-	3.180	-	-	-	-	-	-
Diaco S.A			US$ 5,07 milhões	-	209	-	-	-	206	-	-	-
Diaco S.A			US$ 5,04 milhões	-	66	-	-	-	66	-	-	-
Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú			-	-	-	(913)	-	-	-	-	-	-
Gerdau Aza S.A.			-	-	-	(921)	-	-	-	-	-	-
Salomon Sack			-	-	-	130	-	-	-	-	-	-
Cleary Holdings			-	US$ 14,17 milhões	(143)	(50)	-	(584)	-	-	-	(584)
Cleary Holdings			US$ 20,0 milhões	-	383	-	-	-	383	-	-	-
Cleary Holdings			US$ 17,5 milhões	-	128	-	-	-	128	-	-	-
					11.398	(20.524)	-	31.347	783	6.181	-	(584)
Contratos *swap*												
Swap de taxas de juros												
Aços Villares S.A.	ponta ativa	Libor 6M + 1,94%	-	US$ 39,18 milhões	(501)	(5.671)	-	-	-	-	-	(2.476)
	ponta passiva	6,95%										
Gerdau Açominas S.A.			-	-	-	2.450	-	-	-	-	-	-
Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú	ponta ativa	Libor 6M + 0,90%	US$ 50,0 milhões	US$ 64,29 milhões	(2.795)	(5.818)	-	-	-	-	(6.064)	(7.196)
	ponta passiva	5,50%										
Gerdau Ameristeel Corp.	ponta ativa	Libor 6M + 1,37%	US$ 1 bilhão	US$ 1 bilhão	-	-	(33.203)	(38.281)	-	-	(79.340)	(65.856)
	ponta passiva	3,48%										
Gerdau MacSteel Holdings Inc.	ponta ativa	Libor 6M	-	-	-	(19.052)	-	-	-	-	-	-
	ponta passiva	3,59%										
GTL Equity Investments Corp.	ponta ativa	Libor 6M	-	US$ 7,5 milhões	(193)	(874)	-	-	-	-	-	(680)
	ponta passiva	3,48%										
GTL Equity Investments Corp.	ponta ativa	4,51% a.a.	US$ 100 milhões	US$ 300 milhões	4.483	47.883	-	-	5.529	13.853	(7.072)	(16.068)
	ponta passiva	3,51% a.a.										
					994	18.918	(33.203)	(38.281)	5.529	13.853	(92.476)	(92.276)
Cross currency swap												
Gerdau Açominas S.A.			-	-	-	(2.579)	-	-	-	-	-	-
Gerdau Açominas S.A.			-	-	-	(21.993)	-	-	-	-	-	-
					-	(24.572)	-	-	-	-	-	-
					12.392	(26.178)	(33.203)	(6.934)	6.312	20.034	(92.476)	(92.860)

Os efeitos do valor justo foram assim classificados no Balanço Patrimonial:

	2010	**2009**
Ganhos não realizados com derivativos		
Ativo circulante	783	5.737
Ativo não-circulante	5.529	14.297
	6.312	20.034
Perdas não realizadas com derivativos		
Passivo circulante	-	(2.483)
Passivo não-circulante	(92.476)	(90.377)
	(92.476)	(92.860)
Efeito líquido	(86.164)	(72.826)

f) Obrigações por compra de ações

Em 10/01/2006, a Companhia concluiu a aquisição de 40% da Corporación Sidenor S.A. (“Sidenor”), uma produtora de aços espanhola com operações na Espanha e no Brasil. O Grupo Santander, conglomerado financeiro espanhol, comprou 40% da Sidenor. O preço de aquisição de 100% da Sidenor consiste de uma parcela fixa de € 443.820 mais uma parcela variável contingente, a ser paga apenas pela Companhia. O preço fixo pago pela Companhia em 10/01/2006 por sua participação de 40% na Sidenor foi de € 165.828 (R$ 432.577). O Grupo Santander possui uma opção de vender a sua participação na Sidenor para a Companhia após 5 anos da compra, a um preço fixo com juros calculados utilizando uma taxa fixa de juros, tendo a Sidenor o direito de preferência de adquirir estas ações, podendo ainda, a qualquer momento durante o prazo de vigência da opção de venda, requerer que o Grupo Santander exerça esta opção de forma antecipada. Em 23/12/2010, o Grupo Santander e a Companhia renovaram a opção de venda da participação na Sidenor e o vencimento da opção passou a ser 10/01/2014, podendo ser exercido antecipadamente em janeiro de cada ano a partir de 2012. O valor da opção passou a ser € 208.648 (R$ 464.868 em 31/12/2010), atualizado por uma taxa fixa de juros. A obrigação potencial da Companhia de comprar do Grupo Santander a participação de 40% na Sidenor foi registrada como um passivo não-circulante na conta “Obrigações por compra de ações”. Como resultado do reconhecimento desta obrigação potencial, a Companhia reconhece desde a data de aquisição uma participação adicional de 40% na Sidenor como seu investimento. Em 31/12/2010, esta obrigação potencial totaliza R$ 464.868 (R$ 449.599 em 31/12/2009).

A Gerdau Ameristeel possui a opção de compra dos 16% de participação remanescente da PCS, a qual pode ser exercida após 5 anos da data da aquisição da primeira participação ocorrida em 01/11/2006. Adicionalmente, os acionistas não-controladores também tem a opção de vender os 16% de participação remanescente da PCS para a Gerdau Ameristeel, pelo preço estabelecido e também após 5 anos da data da transação. O preço estabelecido foi definido como sendo a média de EBITDAs dos 5 últimos exercícios encerrados antes do exercício da opção, multiplicados proporcionalmente

multiplicados proporcionalmente por 5 nos dois primeiros exercícios e 6,75 nos últimos três exercícios. Se a Gerdau Ameristeel não executar a opção de compra, então os acionistas não-controladores possuem o direito de executar a opção de venda de sua participação remanescente para a Gerdau Ameristeel. Sendo dada a execução da opção de compra/venda, a outra parte tem a obrigação de vender/comprar a participação remanescente. Conforme estabelecido pela norma IAS 32 (Apresentação dos instrumentos financeiros), a Companhia efetuou a reclassificação do valor de exercício da *put option* (opção de venda) da conta "Participações dos acionistas não-controladores" para o passivo não-circulante, na conta "Obrigações por compra de ações". Ao término do prazo estabelecido na opção de venda e compra e não ocorrendo o exercício desta por nenhuma das partes envolvidas, a reclassificação será revertida e o montante da participação detida pelos não-controladores da PCS, na data das Demonstrações Financeiras, passará a ser novamente reconhecida na conta "Participações dos acionistas não-controladores". Em 31/12/2010 o valor reconhecido como obrigação potencial monta R$ 40.341 (R$ 56.483 em 31/12/2009).

A Companhia possui uma opção de compra de 7,25% da Sipar Gerdau Inversiones S.A. e os acionistas não-controladores desta empresa também tem a opção de vender os 7,25% de participação remanescente para a Companhia. A opção pode ser exercida pela Companhia ou pelos acionistas não-controladores a partir de 2010, devendo tal participação ser obrigatoriamente adquirida até 2015. O contrato estabelece um valor de US$ 6.900, equivalentes a R$ 11.497, em 31/12/2010 (R$ 12.014 em 31/12/2009), ajustado pela variação no nível de vendas em até 10% para mais ou para menos do valor até o exercício da opção.

g) *Hedge* de investimento líquido (*Net investment hedge*)

Baseado na Interpretação 16 do IFRIC, emitida em julho de 2008, e consubstanciado na norma IAS 39, a Companhia em 30/09/2008 optou por designar como *hedge* de parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior as operações de *Ten Years Bonds*, detidos pela controlada GTL Trade Finance Inc., no valor de US$ 1.500.000 e pela controlada Gerdau Trade Inc., no valor de US$ 1.250.000, as quais foram efetuadas com o propósito de prover parte dos recursos para a aquisição destes investimentos no exterior. Com base na norma e na interpretação citadas acima, a Companhia demonstrou a alta efetividade do *hedge* a partir da contratação de dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente em conta de Patrimônio Líquido a partir de 01/10/2008.

O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia nas subsidiárias acima citadas contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este objetivo é consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia.

A Companhia efetuou o teste de efetividade retrospectivo e prospectivo em 31/12/2010, em conformidade com a norma IAS 39, e demonstrou a alta efetividade do *hedge* de investimento líquido. Como resultado desta operação, a Companhia reconheceu na demonstração dos resultados abrangentes em 31/12/2010 um ganho não realizado no montante de R$ 130.750 (ganho de R$ 893.700 em 31/12/2009).

h) Mensuração do valor justo:

O IFRS 7 define o valor justo como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de saída) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes do mercado na data de mensuração. O IFRS 7 também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. O IFRS descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser

corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31/12/2010, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e instrumentos derivativos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos do IFRS 7 em 31/12/2010, são os seguintes:

		Mensuração ao valor justo		
	2010	**Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)**	**Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)**	**Registros não observáveis (Nível 3)**
Ativo circulante				
Aplicações financeiras				
Títulos para negociação	1.105.902	724.902	381.000	-
Disponíveis para venda	9.559	9.559	-	-
Derivativos	783	-	783	-
Ativo não-circulante				
Aplicações financeiras				
Disponíveis para venda	26.797	-	-	26.797
Derivativos	5.529	-	5.529	-
	1.148.570	734.461	387.312	26.797
Passivo não-circulante				
Derivativos	92.476	-	92.476	-
Obrigações por compra de ações				
Sidenor	464.868	-	-	464.868
PCS	40.341	-	-	40.341
Sipar	11.497	-	-	11.497
	609.182	-	92.476	516.706
	1.757.752	734.461	479.788	543.503

		Mensuração ao valor justo		
	2009	**Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)**	**Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares (Nível 2)**	**Registros não observáveis (Nível 3)**
Ativo circulante				
Aplicações financeiras				
Títulos para negociação	2.619.418	2.471.136	148.282	-
Disponíveis para venda	58.296	14.766	43.530	-
Derivativos	5.737	-	5.737	-
Ativo não-circulante				
Aplicações financeiras				
Disponíveis para venda	49.690	-	-	49.690
Derivativos	14.297	-	14.297	-
	2.747.438	2.485.902	211.846	49.690
Passivo circulante				
Derivativos	2.483	-	2.483	-
Passivo não-circulante				
Derivativos	90.377	-	90.377	-
Obrigações por compra de ações				
Sidenor	449.599	-	-	449.599
PCS	56.483	-	-	56.483
Sipar	12.014	-	-	12.014
	610.956	-	92.860	518.096
	3.358.394	2.485.902	304.706	567.786

Movimento dos registros não observáveis (Nível 3):

	Ativos
Saldo em 31/12/2009	49.690
(-) Juros e outras obrigações contratuais	(9.896)
(-) Ganhos e perdas na conversão	(2.140)
(-) Venda de investimentos	(10.857)
Saldo em 31/12/2010	26.797

	Passivos
Saldo em 31/12/2009	518.096
(-) Juros e outras obrigações contratuais	54.022
(-) Ganhos e perdas na conversão	(55.412)
Saldo em 31/12/2010	516.706
	543.503

	Ativos
Saldo em 31/12/2008	77.563
(-) Juros e outras obrigações contratuais	(8.098)
(-) Ganhos e perdas na conversão	(6.028)
(-) Venda de investimentos	(13.747)
Saldo em 31/12/2009	49.690

	Passivos
Saldo em 31/12/2008	698.321
(-) Juros e outras obrigações contratuais	(49.067)
(-) Ganhos e perdas na conversão	(143.172)
(+) Adições de obrigações por compra de ações	12.014
Saldo em 31/12/2009	518.096
	567.786

NOTA 17 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2010	2009
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	57.376	124.759
Encargos sociais sobre folha de pagamento	130.369	89.171
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	79.831	70.251
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	14.404	28.143
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	4.010	5.197
PIS - Programa de Integração Social	2.842	6.108
Imposto de Renda e Contribuição Social retidos na fonte	36.090	76.983
Impostos parcelados	107.441	176.374
Imposto sobre valor agregado e outros	92.604	98.695
	524.967	675.681

NOTA 18 – PROVISÃO PARA PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira, resultados operacionais e liquidez da Companhia e suas controladas em 31/12/2010.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Não existe expectativa de que os impactos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas sejam em montantes superiores aos das provisões reconhecidas e demonstradas abaixo. Os saldos das contingências são os seguintes:

I) Provisões

		2010	2009
a) Provisões tributárias			
ICMS - Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços	(a.1)	48.946	55.448
CSLL - Contribuição Social s/ Lucro Líquido	(a.2)	64.179	53.259
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(a.3)	699	-
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	(a.4)	20.531	35.698
ECE - Encargo de Capacidade Emergencial	(a.5)	33.832	33.996
RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária	(a.5)	22.026	21.895
II - Imposto de Importação/IPI - Imposto s/Produtos Industrializados (*drawback)*	(a.6)	1.070	921
PIS - Programa de Integração Social/COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	(a.7)	268.383	78.950
Outras provisões tributárias	(a.8)	13.213	15.483
		472.879	295.650
b) Provisões trabalhistas	(b)	160.026	141.507
c) Provisões cíveis	(c)	12.470	10.014
		645.375	447.171

a) Provisões tributárias

a.1) Discussões relativas ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em sua maioria no tocante a direito de crédito, estando a maior parte dos processos em andamento perante a Secretaria da Fazenda dos Estados e Justiça Estadual.

a.2) Contribuição Social sobre o Lucro. Os valores provisionados referem-se, substancialmente, a discussões relativas à constitucionalidade e base de cálculo da referida contribuição.

a.3) Discussão relativa ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, em discussão na esfera administrativa.

a.4) Discussões relativas a contribuições previdenciárias.

a.5) Encargo de Capacidade Emergencial - ECE e Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, encargos tarifários exigidos nas contas de energia elétrica de suas unidades industriais. O STF declarou a constitucionalidade do ECE, razão pela qual a contingência será baixada na medida em que os processos sejam encerrados, com a conseqüente conversão em renda dos depósitos. Relativamente à RTE, entende a Companhia que o encargo tem natureza jurídica de tributo, e, como tal, é incompatível com o Sistema Tributário Nacional, motivo pelo qual sua constitucionalidade está sendo discutida judicialmente, estando os processos em curso perante a Justiça Federal e Tribunais Regionais e Superiores. O valor do encargo discutido é objeto de depósito judicial integral.

a.6) Provisão relativa a discussões quanto ao direito de crédito do imposto.

a.7) Provisão relativa a compensações de créditos de PIS, discussões quanto à incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas e exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Com relação aos dois últimos temas, a Companhia vem depositando judicialmente os valores envolvidos.

a.8) A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

b) Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, insalubridade, periculosidade, indenização por acidentes do trabalho e doença ocupacional, entre outros.

c) Provisões cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, de natureza cível, que representavam, em 31/12/2010, o montante indicado como provisão cível referente a essas questões.

A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	2010	2009
Saldo no início do exercício	447.171	467.076
(+) Valores provisionados contra o resultado	382.507	112.203
(-) Reversão de valores contra o resultado	(183.415)	(128.243)
(+) Efeito do câmbio sobre provisões em moeda estrangeira	(888)	(3.865)
Saldo no final do exercício	645.375	447.171

II) Passivos contingentes não provisionados

a) Contingências tributárias

a.1) A Companhia é ré em execução fiscal promovida pelo Estado de Minas Gerais para exigir-lhe supostos créditos de ICMS, decorrentes, principalmente, de vendas de mercadorias a empresas comerciais exportadoras. O valor atualizado do processo perfaz o total de R$ 56.227. A Companhia não constituiu provisão de contingência em relação a tal

processo por considerar indevido o tributo objeto da execução, uma vez que as saídas de mercadoria para fins de exportação estão imunes à tributação do ICMS.

a.2) A Companhia é parte em demandas nas quais lhe são exigidos créditos de ICMS sobre a exportação de produtos industrializados semi-elaborados. O valor total das demandas perfaz atualmente R$ 111.497. A Companhia não constituiu provisão de contingência por considerar indevido o tributo, ao entendimento de que seus produtos não se enquadram na definição de produtos industrializados semi-elaborados e também por terem sido consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.

a.3) A Companhia e suas controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A., possuem outras discussões que tratam de ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R$ 117.893. Não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.

a.4) A controlada da Companhia, Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda., possui discussão que trata de IRPJ e CSLL, no valor atualizado de R$ 232.414, referente a lucros no exterior. Não foi constituída provisão de contingência relativa a esta demanda, uma vez que sua probabilidade de perda é classificada como possível, mas não provável, pelos consultores legais.

a.5) A Companhia e suas controladas, Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A., são partes em demandas que tratam de outros tributos. O valor total das discussões importa hoje em R$ 96.968. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, mas não provável, pelos consultores legais.

b) Contingências cíveis

b.1) Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo, alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento.

Em maio de 2004, foi proposta, por Gerdau S.A., ação judicial com a finalidade de anular o processo administrativo em comento, ação esta fundamentada em irregularidades formais observadas na sua instrução.

O CADE, independentemente do pedido formulado pela Gerdau de produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel, julgou, em 23/09/2005, o mérito do processo administrativo e, por maioria, condenou a Companhia, e os outros produtores de aços longos, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos.

Enfatiza-se que, apesar da decisão do CADE, a ação judicial proposta pela Gerdau S.A. tem seu curso normal e, no presente momento, aguarda-se seu julgamento em primeira instância. Caso sejam reconhecidas as nulidades processuais alegadas pela Gerdau S.A., a decisão do CADE pode vir a ser anulada.

Ademais, para reversão dos termos da decisão proferida pelo CADE, a Gerdau, em 26/07/2006, recorreu ao Poder Judiciário, mediante a propositura de nova ação ordinária que, além de ratificar os termos da primeira demanda, também aponta irregularidades apuradas no trâmite do processo administrativo. A Gerdau logrou êxito, em 30/08/2006, na obtenção de tutela antecipada para suspender os efeitos da decisão do CADE até decisão final a ser proferida pelo Juízo, mediante a garantia de carta de fiança bancária correspondente a 7% sobre o faturamento bruto apurado em 1999, excluídos impostos (R$ 245.070).

Cumpre informar que em momento anterior à decisão do CADE, o Ministério Público Federal de Minas Gerais ajuizou uma
Ação Civil Pública, baseada na já mencionada opinião emitida pela SDE e, sem trazer nenhum elemento novo, alega o envolvimento da Companhia em atividades que ferem a legislação antitruste. A Gerdau apresentou sua contestação em 22/07/2005.

A Companhia nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e entende, com base nas informações disponíveis, incluindo opiniões de seus consultores legais, que o processo administrativo está eivado de irregularidades, algumas delas, inclusive, impossíveis de serem sanadas. No que diz respeito ao mérito, a Gerdau está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada e, nesse sentido, respalda suas convicções na posição de renomados técnicos e, sendo assim, julga possível a reversão de sua condenação.

b.2) Ação movida por Sul América Seguradora contra a Gerdau Açominas S.A. e terceiro, tendo por objeto consignação judicial de R$ 34.383, para quitação de indenização de sinistro. Alegou a seguradora dúvida a quem pagar e resistência da Companhia em receber e quitar. Nas contestações foram refutadas as dúvidas e demonstrada a insuficiência do valor consignado. Este foi levantado em dezembro de 2004 e a ação prossegue para se apurar o valor efetivamente devido.

A expectativa da Companhia, com base na opinião dos seus consultores legais, é de perda remota e de que a sentença irá declarar o valor devido dentro do apontado na contestação. A Gerdau Açominas S.A. ajuizara, anteriormente à ação acima, ação de cobrança da quantia reconhecida como devida pela seguradora, tendo, também, expectativa de êxito.

As ações decorrem do acidente ocorrido em 23/03/2002 com os regeneradores do alto-forno, que resultou em perda de produção, danos materiais e lucros cessantes. Em 2002 pleiteou-se uma indenização aproximada de R$ 110 milhões, com base nos custos incorridos durante parte do período de paralisação do equipamento e gastos imediatos incorridos para recuperá-lo provisoriamente. Posteriormente, novos valores foram acrescidos à discussão, como consta na contestação da Companhia, embora ainda não contabilizados. Está-se atualmente com as perícias de engenharia e contábil em andamento.

A Administração acredita que não seja provável a possibilidade de que eventuais perdas decorrentes de outras contingências venham a afetar o resultado das operações ou a posição financeira consolidada da Companhia.

III) Ativos contingentes

A Companhia detinha precatórios decorrentes de Ação Ordinária proposta contra o Estado do Rio de Janeiro por descumprimento de Contrato de Mútuo de Execução Periódica em dinheiro, celebrado no âmbito do Programa Especial de Desenvolvimento Industrial – PRODI. Em razão da inexistência de expectativa quanto ao recebimento dos valores, estes não vinham sendo reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

Com a edição da Lei Estadual Nº 5.647/2010/RJ, a Companhia utilizou parte dos precatórios para quitação de tributos próprios e o consequente encerramento de litígios no valor total de R$ 7.392; cedeu uma parcela do crédito, no valor de R$ 9.010, para empresas controladas, e outra parcela, no montante líquido de R$ 87.064, para terceiros, utilizando assim a totalidade dos saldos.

Em setembro de 2010, a Procuradoria Geral do Estado do RJ homologou as mencionadas compensações e cessões, o que determinou o reconhecimento contábil do valor líquido de R$ 103.466, sendo R$ 42.847 na rubrica Outras Receitas Operacionais e R$ 59.571 no Resultado Financeiro Líquido.

IV) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2010	2009
Tributários	458.458	297.332
Trabalhistas	31.631	26.167
Outros	3.413	1.179
	493.502	324.678

NOTA 19 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

	2010	2009
Mútuos ativos		
Empresas associadas		
Armacero Ind. Com. Ltda.	154	3.019
Outros		
Fundação Gerdau	23.214	45.942
Outros	127	193
	23.495	49.154
Mútuos passivos		
Controladores		
Metalúrgica Gerdau S.A.	(710)	(822)
Outros		
Outros	(12)	-
	(722)	(822)
	22.773	48.332
Receitas (despesas) financeiras líquidas	145	658

b) Operações financeiras

	Receitas (Despesas)	
	2010	2009
Controladores		
Banco Gerdau S.A. - CDB	-	1.480
Indac - Ind. Adm. e Comércio S.A. (*)	(24.717)	(22.108)

(*) Garantias por avais de financiamentos.

c) Avais concedidos

A Companhia é avalista da controlada Gerdau Açominas S.A. em contratos de financiamentos, no montante de R$ 1.178.341 em 31/12/2010.

A Companhia é garantidora da controlada Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. - Siderperú em empréstimo sindicalizado, no limite aprovado de até US$ 150.000 (R$ 249.930 em 31/12/2010), sendo que, em 31/12/2010, o valor utilizado era de US$ 9 (R$ 15) . A Companhia também é garantidora da mesma controlada em contrato de abertura de linha de crédito de US$ 70.000 (R$ 116.634 em 31/12/2010).

A Companhia é garantidora da associada Industrias Nacionales C. por A. em contrato com o Banco BNP Paribas para financiar obra civil e equipamentos auxiliares no valor de US$ 25.000 (R$ 41.655 em 31/12/2010). A Companhia também é garantidora da mesma associada em contrato com o Banco BNP Paribas para financiar 85% dos equipamentos principais no limite de até US$ 34.935 (R$ 58.209 em 31/12/2010), sendo que, em 31/12/2010, o valor utilizado era de US$ 32.878 (R$ 54.781).

A Companhia é avalista da associada Dona Francisca Energética S.A., em contratos de financiamento, no valor total atual de R$ 30.795 em 31/12/2010, pela quota parte correspondente de 51,82% em garantia solidária.

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A., Gerdau Açominas Overseas Ltd. e Gerdau Ameristeel Corporation prestam aval solidário para a subsidiária GNA Partners em contrato de financiamento no valor atual de US$ 1.690.000 (R$ 2.815.878 em 31/12/2010).

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a GTL Trade Finance Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (*Ten Years Bonds*) no montante de US$ 1.500.000 (R$ 2.499.300 em 31/12/2010).

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a Gerdau MacSteel Inc. referente a financiamento denominado "*Revolving Credit Agreement*", no montante atual de US$ 100.046 (R$ 166.697 em 31/12/2010).

A Companhia presta garantia referente a obrigações a serem assumidas pela empresa Diaco S.A., em financiamento junto ao banco BBVA Colômbia, no valor de COP$ 61.500.000, equivalentes a US$ 35.000 (R$ 58.317 em 31/12/2010).

A Companhia presta garantia para sua subsidiária Gerdau Aços Especiais S.A., em contrato de compra e venda de energia elétrica no valor atual de R$ 1.604 em 31/12/2010.

A Companhia e as controladas Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A. prestam aval solidário a empresa Gerdau Holding Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (*Ten Years Bonds*) no montante de US$ 1.250.000 (R$ 2.082.750 em 31/12/2010).

A Companhia presta garantia para controlada Gerdau Trade Inc. referente à emissão de bônus com vencimento em 10 anos (*Ten Years Bonds*), no valor de US$ 1.250.000 (R$ 2.082.750 em 31/12/2010).

A Companhia presta garantia referente linha de capital de giro para associada Gerdau Corsa SAPI de C.V., com o banco BBVA, no valor de US$ 44.500 (R$ 74.146 em 31/12/2010).

d) Condições de preços e encargos

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados pela variação mensal do CDI, cuja variação acumulada em 31/12/2010 foi de 9,75% (9,88% em 31/12/2009). Os contratos com empresas no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável.

e) Remuneração da Administração

A Companhia pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R$ 42.302 em 31/12/2010 (R$ 62.667 em 31/12/2009).
Em 31/12/2010, as contribuições da Companhia para os planos de pensão, relativas aos seus administradores, totalizaram R$ 415 – Plano de benefício definido e R$ 379 – Plano de contribuição definida (R$ 509 e R$ 275 em 31/12/2009, respectivamente).

Para os administradores, a outorga de opção de compra de ações observa a seguinte distribuição:

									Número de ações acumulado
Início do período de carência	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	
Exerce a partir de	jan/09	jan/10	jan/08	jan/11	jan/12	jan/13	jan/14	jan/15	
Exerce até	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	
Preço de exercício por ação (R$)	6,78	10,58	10,58	12,86	17,50	26,19	14,91	29,12	
Totais (para conselheiros e diretores)	659.970	570.183	266.221	1.142.605	870.045	667.738	1.243.974	677.079	6.097.815
Opções Exercidas	27.534	25.951	28.582	-	-	-	-	-	82.067
Opções Anuladas	-	-	-	7.076	5.512	13.651	11.091	5.935	43.265

f) Administração de fundos de investimentos

Até 04/09/2009, a Companhia mantinha títulos e valores mobiliários negociáveis em fundos de investimentos administrados pela Gerval D.T.V.M. Ltda.. Hoje estes fundos são administrados por terceiros. Tais títulos e valores mobiliários negociáveis abrangem depósitos a prazo e debêntures emitidas pelos principais bancos brasileiros, bem como Letras do Tesouro Nacional emitidas pelo Governo Federal brasileiro.

NOTA 20 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2010:

	2010	2009
Ativo atuarial com plano de pensão - benefício definido	-	476.701
Ativo atuarial com plano de pensão - contribuição definida	437.072	39.659
Total do ativo	437.072	516.360
Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido	382.857	433.522
Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego	272.302	243.156
Passivo com benefício de aposentadoria e desligamento	179.312	284.622
Total do passivo	834.471	961.300

a) Plano de pensão com benefício definido – pós emprego

A Companhia co-patrocina plano de pensão de benefício definido, que cobre, substancialmente, todos os seus colaboradores no Brasil ("Plano Gerdau" e "Plano Açominas"), conjuntamente, planos brasileiros, os quais são administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar, e proporcionam complementação de benefícios previdenciários aos empregados e aposentados da Companhia e de suas subsidiárias no Brasil. Os ativos dos Planos consistem, principalmente, de investimentos em certificados de depósito bancário, títulos públicos federais e títulos e valores mobiliários. O Plano Açominas é um plano totalmente coberto pelas contribuições da entidade e dos seus empregados e o Plano Gerdau é um plano totalmente coberto pelas contribuições da entidade

Em 14/10/2010 a Companhia, através da Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, aprovou na Previc (orgão regulador da previdencia complementar no Brasil) o saldamento dos planos de pensão de beneficio definido ("Plano Gerdau" e "Plano Açominas"), sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldado. Todos os participantes destes planos, em fase de extinção, poderão: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo Plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). O novo plano de contribuição definida foi desenvolvido após análise dos melhores planos de previdência no Brasil, do perfil e das necessidades mais freqüentes dos colaboradores, com objetivo de oferecer um plano alinhado às melhores práticas do mercado.

Adicionalmente, as subsidiárias canadenses e americanas da Companhia patrocinam planos de benefício definido ("Plano Canadense" e "Plano Americano") conjuntamente, Planos norte-americanos, cobrindo substancialmente todos os seus colaboradores, e proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria aos empregados da Gerdau Ameristeel Corporation e suas subsidiárias e Gerdau MacSteel. Os ativos dos Planos consistem de investimentos, principalmente, em títulos e valores mobiliários.

As premissas adotadas para os planos de pensão podem ter um efeito significativo sobre os montantes divulgados para estes planos. Em virtude do processo de migração e encerramento dos planos de pensão brasileiros, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto e taxa de retorno esperada dos ativos para estes planos, sendo apresentados abaixo os possíveis efeitos de mudanças para os planos norte-americanos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1%
Taxa de desconto	(5.001)	5.876
Taxa de retorno esperada dos ativos	(9.420)	9.420

O saldo acumulado reconhecido nos resultados abrangentes para os benefícios a empregados apresentados a seguir é R$ (759.458) (R$ (499.821) em 31/12/2009).

Planos brasileiros

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	35.570	47.807
Custo dos juros	133.099	122.140
Retorno esperado dos ativos do plano	(251.919)	(219.615)
Reduções	(252.473)	-
Liquidações	301.065	-
Contribuição esperada dos empregados	-	(11.359)
Benefício líquido com plano de pensão	(34.658)	(61.027)

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

	2010	2009
Total das obrigações	(100.360)	(1.267.644)
Valor justo dos ativos do plano	867.737	2.308.824
Saldo ativo	767.377	1.041.180
Ativo total líquido	767.377	1.041.180
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(767.377)	(568.965)
Ativo líquido	-	472.215
Ativo reconhecido	-	472.215

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	2010	2009
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	1.267.644	1.153.712
Custo do serviço	35.570	47.807
Custo de juros	133.099	122.140
Perda (Ganho) atuarial	(67.570)	(12.725)
Pagamento de benefícios	(44.956)	(42.775)
Reduções	(252.473)	-
Liquidações	(970.954)	-
Outros	-	(515)
Obrigação de benefício no final do exercício	100.360	1.267.644

	2010	2009
Variação nos ativos do plano		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	2.308.824	1.837.694
Retorno dos ativos do plano	251.919	333.268
Contribuições dos patrocinadores	-	15.460
Contribuições dos participantes	207	3.360
Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	(23.691)	162.458
Pagamentos de benefícios	(44.956)	(42.775)
Liquidações	(1.187.651)	-
Transferência para o plano de contribuição definida	(436.915)	-
Outros	-	(641)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	867.737	2.308.824

O valor justo dos ativos do plano incluem ações da Companhia no montante de R$ 28.884 (R$ 88.933 em 31/12/2009) e ações da sua controladora Metalúrgica Gerdau S.A. no montante de R$ 64.888 (R$ 89.433 em 31/12/2009).

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidos na Demonstração dos Resultados Abrangentes são os seguintes:

	2010	2009
(Ganho) perda atuarial nos ativos do plano	23.691	(162.458)
(Ganho) perda atuarial na obrigação	(67.570)	(12.725)
Perda (ganho) atuarial nas contribuições dos empregados	(207)	7.999
Efeito de restrição reconhecido nos resultados abrangentes	198.412	-
(Ganho) perda atuarial reconhecido nos resultados abrangentes	154.326	(167.184)

O histórico dos ganhos e perdas atuariais é o seguinte:

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor presente da obrigação de benefício definido	(100.360)	(1.267.644)	(1.153.712)	(1.014.603)	(899.508)
Valor justo dos ativos do plano	867.737	2.308.824	1.837.694	1.701.896	1.416.097
Superávit	767.377	1.041.180	683.982	687.293	516.589
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	(67.570)	(12.725)	25.106	14.836	36.411
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	23.691	(162.458)	65.071	(112.188)	(82.258)

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que ocorrem e são registrados diretamente nos Resultados Abrangentes.

A alocação dos ativos do plano está demonstrada abaixo:

	2010	
	Plano Gerdau	Plano Açominas
Renda Fixa	72,4%	83,7%
Renda Variável	27,4%	13,8%
Investimentos Estruturados	0,2%	0,2%
Imóveis	-	0,3%
Financiamentos	-	2,0%
Total	100%	100%

	2009	
	Plano Gerdau	Plano Açominas
Renda Fixa	65,5%	85,2%
Renda Variável	34,5%	12,7%
Imóveis	-	0,3%
Financiamentos	-	1,8%
Total	100%	100%

A estratégia de investimento do Plano Gerdau e Plano Açominas é baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Tal cenário considera um risco Brasil mais baixo, crescimento econômico moderado, níveis estáveis de inflação e de taxas de câmbio, e taxas de juros moderadas.

Planos norte-americanos

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	41.879	54.839
Custo dos juros	83.278	83.360
Retorno esperado dos ativos do plano	(81.369)	(66.026)
Custo do serviço passado	13.455	1.350
Ganhos sobre redução ("Curtailment")	-	(45.581)
Custo líquido com plano de pensão	57.243	27.942

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefício definido	(1.627.430)	(1.472.773)
Valor justo dos ativos do plano	1.253.595	1.043.737
Ajuste IFRIC 14	(9.022)	-
Passivo total líquido	(382.857)	(429.036)
Ativo reconhecido	-	4.486
Passivo reconhecido	(382.857)	(433.522)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	2010	2009
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	1.472.773	1.625.859
Custo do serviço	41.879	54.839
Custo de juros	83.278	83.360
Pagamento de benefícios	(66.615)	(58.507)
Alterações no plano	11.460	(448)
Redução das perdas	-	(45.580)
Perda (ganho) atuarial na obrigação	123.378	195.775
Variação cambial	(38.723)	(382.525)
Obrigação de benefício no final do exercício	1.627.430	1.472.773

	2010	2009
Variação nos ativos do plano		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.043.737	1.023.045
Retorno esperado dos ativos do plano	81.369	66.026
Contribuições dos patrocinadores	137.272	122.270
Pagamentos de benefícios	(56.939)	(49.355)
Alterações no plano	1.995	1.797
Ganho (perda) atuarial nos ativos	47.237	74.924
Variação cambial	(1.076)	(194.970)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.253.595	1.043.737

O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o seguinte:

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor presente da obrigação de benefício definido	(1.627.430)	(1.472.773)	(1.625.859)	(1.174.212)	(1.262.617)
Valor justo dos ativos do plano	1.253.595	1.043.737	1.023.045	942.416	983.029
Valor justo dos ativos do plano	(9.022)	-	-	-	-
Déficit	(382.857)	(429.036)	(602.814)	(231.796)	(279.588)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	123.378	195.775	(40.482)	(64.799)	30.396
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	(47.237)	(74.924)	392.123	(46.971)	53.719

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidos na Demonstração dos resultados abrangentes são os seguintes:

	2010	2009
(Ganho) perda atuarial dos ativos do plano	(47.237)	(74.924)
Perda (ganho) atuarial na obrigação	123.378	195.775
Perda atuarial reconhecida nos Resultados Abrangentes	76.141	120.851

A Gerdau Ameristeel possui um Comitê de Investimentos que define a política de investimentos relacionada com os planos de benefício definido. O objetivo primário de investimento é garantir a segurança dos benefícios que foram provisionados nos planos, oferecendo uma adequada variedade de ativos separada e independente da Gerdau Ameristeel Corporation. Para atingir esse objetivo, o fundo deve investir de modo a manter as salvaguardas e diversidade às quais um prudente investidor de fundo de pensão normalmente iria aderir. Gerdau Ameristeel contrata consultores especializados que orientam e suportam as decisões e recomendações do Comitê de Investimentos.

A política de diversidade de recursos considera a diversificação e os objetivos de investimento, bem como a liquidez requerida. Para isso, a meta de alocação varia entre 60% em ações e 40% em títulos da dívida. A política também expressa que irá realocar os ativos do plano quando uma classe de ativos atingir a alocação mínima ou máxima, e que o balanço será feito durante um razoável período de tempo.

A alocação dos ativos do plano está demonstrada abaixo:

	2010	2009
Ações	62,3%	62,0%
Títulos da Dívida	35,6%	35,7%
Imóveis	0,2%	0,2%
Outros	1,9%	2,1%
	100,0%	100,0%

A seguir apresentamos um resumo das premissas adotadas para cálculo e contabilização do componente de benefício definido dos planos em 2010 e 2009, respectivamente, tanto para a Companhia quanto para o consolidado:

	2010		
	Plano Gerdau	Plano Açominas	Planos Americanos
Taxa média de desconto	10,25%	10,25%	5,25%
Taxa de aumento da remuneração	8,68%	7,11%	3,25% - 4,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos	12,08%	11,27%	7,00% - 8,50%
Tábua de mortalidade	AT-2000 por sexo	AT-2000 por sexo	RP-2000CH
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000, por sexo	AT-2000, por sexo	Taxas por idade
Taxa de rotatividade	Baseada no serviço e no nível salarial	Nula	Baseada na idade e/ou no serviço

	2009		
	Plano Gerdau	Plano Açominas	Planos Americanos
Taxa média de desconto	10,77%	10,77%	5,75% - 6,25%
Taxa de aumento da remuneração	8,68%	7,11%	3,50% - 4,25%
Taxa de retorno esperado dos ativos	11,11%	10,46%	7,50% - 8,50%
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic, por sexo	AT-2000 Basic, por sexo	RP-2000CH
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 Basic, por sexo	AT-2000 Basic, por sexo	Taxas por idade
Taxa de rotatividade	Baseada no serviço e no nível salarial	Nula	Baseada na idade e/ou no serviço

A taxa de retorno esperada dos ativos é utilizada para determinar o aumento dos ativos dos planos de benefícios relativos aos investimentos esperados no ano seguinte. A taxa real de retorno dos investimentos é selecionada levando-se em consideração a alocação das classes de ativos garantidores dos benefícios e as expectativas de rentabilidade de cada uma dessas categorias de investimento. Essa taxa é revista anualmente e são incorporadas eventuais mudanças nos

cenários econômicos de médio e longo prazo.

b) Plano de pensão com contribuição definida – pós-emprego

A Companhia e suas controladas no Brasil mantém um plano de contribuição definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos seus empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R$ 12.048 em 2010 (R$ 8.269 em 2009). Este plano de benefícios possui um superávit atuarial formado pela parcela não integrante do saldo de conta dos participantes que perderam o vínculo empregatício com a empregadora antes da eligibilidade a um benefício pelo plano, que poderá ser utilizado para compensar contribuições futuras das patrocinadoras, mais a parcela de superávit oriunda do saldamento do plano de benefício definido conforme descrito na letra "a". Em 2010, o direito contabilizado como ativo referente a este plano de pensão – contribuição definida montava a R$ 437.072 (R$ 39.659 em 2009).

A subsidiária Gerdau Ameristeel Corporation também possui um plano nesta modalidade, cujo custo foi de R$ 31.155 em 2010 (R$ 23.771 em 2009).

c) Plano de benefício de saúde – pós-emprego

O Plano americano prevê, além do plano de pensão, benefícios de saúde específicos para colaboradores aposentados, desde que se aposentem após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço. A subsidiária americana tem o direito de modificar ou eliminar esses benefícios e as contribuições são baseadas em montantes determinados atuarialmente. Estes planos não tem fundo constituído.

Os componentes do custo periódico líquido para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

	2010	2009
Custo do serviço corrente	2.906	4.100
Custo dos juros	13.917	13.576
Ganhos sobre redução ("Curtailment")	-	(14.312)
Custo líquido com plano de saúde	16.823	3.364

A tabela a seguir mostra o *status* do fundo para o benefício de saúde pós-emprego:

	2010	2009
Valor presente da obrigação de benefício definido	(272.302)	(243.156)
Passivo total líquido	(272.302)	(243.156)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

	2010	2009
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	243.156	281.290
Custo do serviço	2.906	4.100
Custo de juros	13.917	13.576
Contribuições dos participantes	2.601	2.648
Pagamento de benefícios	(13.210)	(11.474)
Redução das perdas	-	(14.311)
Subsídio Médico	332	-
Perda (ganho) atuarial na obrigação	29.170	30.089
Variação cambial	(6.570)	(62.762)
Obrigação de benefício no final do exercício	272.302	243.156

	2010	2009
Variação nos ativos do plano		
Contribuições dos patrocinadores	13.210	11.474
Pagamentos de benefícios	(13.210)	(11.474)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	-	-

O histórico dos ganhos e perdas atuariais do plano é o seguinte:

	2010	2009	2008	2007	2006
Valor presente da obrigação de benefício definido	(272.302)	(243.156)	(281.290)	(218.046)	(236.579)
Déficit	(272.302)	(243.156)	(281.290)	(218.046)	(236.579)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	29.170	30.089	(16.796)	2.007	938

Os ganhos e perdas atuariais reconhecidas na Demonstração dos resultados abrangentes são as seguintes:

	2010	2009
Perda (ganho) atuarial na obrigação	29.170	30.089
Perda (ganho) atuarial reconhecido no Patrimônio Líquido	29.170	30.089

As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	2010	2009
Taxa média de desconto	5,25%	5,75% - 6,25%
Tratamento de saúde - taxa assumida próximo ano	8,00%	8,20% - 8,70%
Tratamento de saúde - taxa assumida de declínio de custo a alcançar nos anos de 2016 a 2019 (em 2010) e de 2016 a 2017 (em 2009)	5,00% - 5,50%	5,00% - 5,50%

As premissas adotadas para os benefícios de saúde pós-emprego tem um efeito significativo sobre os montantes divulgados para os planos de benefícios de saúde pós-emprego. A mudança de um ponto percentual sobre as taxas de benefícios de saúde pós-emprego assumidas teriam os seguintes efeitos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1%
Efeito sobre o total do custo do serviço e custo de juros	2.219	(1.681)
Efeito sobre as obrigações do plano de benefício	36.320	(29.823)

d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento

A Companhia estima que o saldo a pagar, por conta de indenizações para os executivos no momento de sua aposentadoria ou desligamento e outros benefícios é de R$ 179.312 em 31/12/2010 (R$ 284.622 em 31/12/2009).

Os valores referem-se, substancialmente, ao *Plan Social* mantido pela Corporación Sidenor e suas subsidiárias e foi aprovado pelos representantes dos colaboradores. O Plano permite o aumento da produtividade por meio da redução de postos de trabalho, possibilitada através de um plano de investimentos em melhorias tecnológicas.

O Plano também tem por objetivo promover a renovação da força de trabalho através da contratação de colaboradores mais jovens, na medida em que ocorra a aposentadoria dos colaboradores mais antigos.

Os benefícios deste plano visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, ajuda de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores.

NOTA 21 – PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas, que montam a R$ 72.093 em 31/12/2010 (R$ 76.477 em 31/12/2009) (R$ 29.191 e R$ 9.835 no passivo circulante em 31/12/2010 e 31/12/2009, respectivamente, e R$ 42.902 e R$ 66.642 no passivo não-circulante em 31/12/2010 e 31/12/2009, respectivamente), sendo R$ 20.974 para as subsidiárias brasileiras (R$ 25.863 em 31/12/2009) e R$ 51.119 para as subsidiárias no exterior (R$ 50.614 em 31/12/2009). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

NOTA 22 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - o Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 1.500.000.000 ações ordinárias e 3.000.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

A reconciliação do número de ações ordinárias e preferenciais, em circulação, no início e no fim dos períodos é apresentada a seguir:

	2010		2009	
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Ordinárias**	**Preferenciais**
Saldo no início do período	494.888.956	925.709.735	494.888.956	925.519.331
Aquisições de ações para tesouraria	-	(1.700.000)	-	(500.000)
Emissões de ações	9.014.079	76.407.413	-	-
Exercício de opção de compra de ações	-	495.683	-	690.404
Saldo no fim do período	503.903.035	1.000.912.831	494.888.956	925.709.735

Em dezembro de 2010, a Companhia emitiu 9.014.079 ações ordinárias e 76.407.413 ações preferências as quais foram integralmente subscritas pelos acionistas de Prontofer Serviços de Contruções Ltda. e Aços Villares S.A.. Com a conclusão dessa emissão, o capital social aumentou R$ 1.466.547.

Em 31/12/2010, estão subscritas e integralizadas 505.600.573 ações ordinárias e 1.011.201.145 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R$ 15.651.353. Em 31/12/2009, estavam subscritas e integralizadas 496.586.494 ações ordinárias e 934.793.732 ações preferenciais, totalizando o capital social realizado em R$ 14.184.805 A composição acionária está assim representada:

													Composição acionária
					2010								2009
Acionistas	**Ord.**	**%**	**Pref.**	**%**	**Total**	**%**	**Ord.**	**%**	**Pref.**	**%**	**Total**	**%**
Metalúrgica Gerdau S.A. e subsidiárias	387.232.264	76,6	321.839.377	31,8	709.071.641	46,7	378.218.185	76,2	271.353.662	29,0	649.571.847	45,4
Investidores institucionais brasileiros	26.904.285	5,3	131.324.132	13,0	158.228.417	10,4	20.810.696	4,2	136.854.752	14,6	157.665.448	11,0
Investidores institucionais estrangeiros	16.323.426	3,3	334.866.881	33,1	351.190.307	23,1	24.749.272	5,0	328.887.708	35,2	353.636.980	24,7
Outros acionistas	73.443.060	14,5	212.882.441	21,1	286.325.501	19,0	71.110.803	14,3	188.613.613	20,2	259.724.416	18,1
Ações em tesouraria	1.697.538	0,3	10.288.314	1,0	11.985.852	0,8	1.697.538	0,3	9.083.997	1,0	10.781.535	0,8
	505.600.573	100,0	1.011.201.145	100,0	1.516.801.718	100,0	496.586.494	100,0	934.793.732	100,0	1.431.380.226	100,0

As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias, na distribuição de lucros.

b) Ações em tesouraria

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	2010				2009			
	Ordinárias	R$	Preferenciais	R$	Ordinárias	R$	Preferenciais	R$
Saldo inicial	1.697.538	557	9.083.997	124.128	1.697.538	557	9.274.401	122.263
Recompras	-	-	1.700.000	44.620	-	-	500.000	11.071
Exercício de opção de compra de ações (nota 25)	-	-	(495.683)	(7.900)	-	-	(690.404)	(9.206)
Saldo final	1.697.538	557	10.288.314	160.848	1.697.538	557	9.083.997	124.128

Em 31/12/2010, a Companhia mantinha em tesouraria 10.288.314 ações preferenciais pelo valor de R$ 160.848. Estas ações serão mantidas em tesouraria para posterior cancelamento ou utilizadas para atender ao "Programa de Incentivo de Longo Prazo" da Companhia. Durante o ano de 2010, foram utilizadas 495.683 ações para atendimento dos exercícios de opções de ações, com perdas de R$ 1.985 registrados em reserva de investimento e capital de giro. O custo médio de aquisição dessas ações é de R$ 15,65, sendo o menor valor adquirido R$ 6,78 e o maior valor adquirido R$ 26,19.

c) Reservas de lucros

I) Legal - pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.

II) Incentivos fiscais - pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos.

III) Investimentos e Capital de Giro - é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Outras reservas - é composto pela despesa com plano de opções de ações reconhecida e pelas opções de ações exercidas, efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas e Ágio na emissão de ações.

e) Ajustes de avaliação patrimonial - são compostas pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizados em *hedge* de investimento líquido, ganhos e perdas não realizados em coberturas de fluxo de caixa e ganhos e perdas não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Dividendos e juros sobre o capital próprio - os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei Nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação deste valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado. O benefício fiscal referente ao imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício foi de R$ 115.843.

O montante de juros sobre o capital próprio e dividendos creditados no exercício foi de R$ 629.692 conforme está demonstrado a seguir:

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	2.142.488	1.121.966
Constituição da reserva legal	(107.124)	(56.143)
Constituição da reserva de incentivos	(113.914)	(93.428)
Lucro líquido ajustado	1.921.450	972.395

						Proventos no exercício	
Período	**Natureza**	**R$ /ação**	**Ações em circulação (mil)**	**Crédito**	**Pagamento**	**2010**	**2009**
1º trimestre	Juros	0,12	1.419.146	17/05/2010	27/05/2010	170.297	-
2º trimestre	Dividendos	0,14	1.419.205	16/08/2010	26/08/2010	198.689	-
3º trimestre	Juros	0,12	1.420.134	16/11/2010	26/11/2010	170.417	106.539
4º trimestre	Dividendos	0,06	1.504.816	14/03/2011	24/03/2011	90.289	255.708
Juros sobre o capital próprio e dividendos						629.692	362.247
Crédito por ação (R$)						0,44	0,25

O lucro remanescente do exercício foi destinado à constituição de reserva estatutária para investimentos e capital de giro na forma do estatuto social.

g) Mudança de participação em controlada – Durante o exercício findo em 31/12/2010, a Companhia, através de suas subsidiárias, adquiriu participações em empresas controladas e como resultado destas operações reconheceu no seu Patrimônio Líquido o montante de R$ 1.977.558 (R$ 1.734.517 atribuído a participação dos acionistas controladores e R$ 243.041 atribuído a participação dos acionistas não controladores), o qual é referente a diferença entre o valor pago e os ativos líquidos adquiridos.

NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO (EPS)

Conforme requerido pelo IAS Nº 33, *Earnings per Share* (Lucro por ação), as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Básico

	2010			2009		
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)			(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		
Numerador básico						
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	743.897	1.398.591	2.142.488	390.864	731.102	1.121.966
Denominador básico						
Média ponderada de ações deduzindo a média das ações em tesouraria.	494.888.956	930.434.530		494.888.956	925.676.955	
Lucro por ação (em R$) – Básico	1,50	1,50		0,79	0,79	

Diluído

	2010	2009
Numerador diluído		
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias e preferenciais		
Lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais	1.398.591	731.102
Mais:		
Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de opções de ações da Gerdau.	1.141	786
	1.399.732	731.888
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	743.897	390.864
Menos:		
Ajuste ao lucro líquido do exercício disponível para as ações preferenciais considerando o potencial incremento nas ações preferenciais, como resultado do plano de opções de ações da Gerdau.	(1.141)	(786)
	742.756	390.078
Denominador diluído		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	494.888.956	494.888.956
Ações preferenciais		
Média ponderada das ações preferenciais	930.434.530	925.676.955
Potencial incremento nas ações preferenciais em função do plano de opções de ações	2.188.845	2.864.129
Total	932.623.375	928.541.084
Lucro por ação (em R$) – Diluído (ações ordinárias e preferenciais)	1,50	0,79

A Companhia não tem instrumentos que não foram incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos.

NOTA 24 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

	2010	2009
Receita bruta de vendas	35.666.379	30.124.727
Impostos incidentes sobre vendas	(3.630.036)	(3.031.102)
Descontos	(643.134)	(553.575)
Receita líquida de vendas	31.393.209	26.540.050

NOTA 25 – PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

I) Gerdau S.A.

A Assembléia Geral Extraordinária da Gerdau S.A. de 30/04/2003 decidiu, com base em plano previamente aprovado e dentro do limite do capital autorizado, outorgar opção de compra de ações preferenciais aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, aprovando a criação do referido plano, que consubstancia nova forma de remuneração de executivos estratégicos da Companhia, instituindo o "Programa de Incentivo de Longo Prazo". As opções devem ser exercidas em um prazo máximo de cinco anos após a carência.

a) Resumo da movimentação do plano:

								Quantidade de ações
Ano da outorga	Preço de exercício - R$	Prazo de carência	Preço médio de mercado acumulado	Saldo incial em 31/12/2009	Outorgadas	Expiradas	Exercidas	Saldo final em 31/12/2010
2004	6,78	5 anos	25,02	1.106.729	-	(4.702)	(113.445)	988.582
2005	10,58	3 anos	25,02	426.401	-	(3.315)	(35.970)	387.116
2005	10,58	5 anos	25,02	1.107.268	-	(3.926)	(170.661)	932.681
2006	12,86	5 anos	25,02	1.682.616	-	(25.562)	(32.433)	1.624.621
2007	17,50	5 anos	25,02	1.336.760	-	(22.836)	(33.625)	1.280.299
2008	26,19	5 anos	25,02	1.128.810	-	(42.553)	(3.237)	1.083.020
2009	14,91	5 anos	25,02	2.246.116	-	(46.531)	(30.549)	2.169.036
2010	29,12	5 anos	25,02	-	1.208.576	(23.590)	-	1.184.986
				9.034.700	1.208.576	(173.015)	(419.920)	9.650.341

								Quantidade de ações
Ano da outorga	Preço de exercício - R$	Prazo de carência	Preço médio de mercado acumulado	Saldo incial em 31/12/2008	Outorgadas	Expiradas	Exercidas	Saldo final em 31/12/2009
2003	2,65	5 anos	20,64	62.106	-	-	(62.106)	-
2004	6,78	5 anos	20,64	1.349.859	-	-	(243.130)	1.106.729
2005	10,58	3 anos	20,64	470.263	-	(5.555)	(38.307)	426.401
2005	10,58	5 anos	20,64	1.155.565	-	-	(48.297)	1.107.268
2006	12,86	5 anos	20,64	1.839.817	-	(7.097)	(150.104)	1.682.616
2007	17,50	5 anos	20,64	1.455.728	-	(12.079)	(106.889)	1.336.760
2008	26,19	5 anos	20,64	1.180.300	-	(13.477)	(38.013)	1.128.810
2009	14,91	5 anos	20,64	-	2.285.238	(35.529)	(3.593)	2.246.116
				7.513.638	2.285.238	(73.737)	(690.439)	9.034.700

A Companhia possui, em 31/12/2010, um total de 10.288.314 ações preferenciais em tesouraria. Essas ações poderão ser utilizadas para atendimento deste plano. As opções exercidas antes do prazo final de carência foram decorrentes de aposentadoria ou morte.

b) Posição do plano em 31/12/2010:

							Outorga	
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Média
Total de opções de compra de ações outorgadas	988.582	1.319.797	1.624.621	1.280.299	1.083.020	2.169.036	1.184.986	
Preço de exercício - R$	6,78	10,58	12,86	17,50	26,19	14,91	29,12	16,49
Valor justo das opções na data da outorga - R$ por opção (*)	1,92	1,11	4,33	7,64	10,55	6,98	13,07	6,45
Prazo médio de exercício da opção na data da outorga (anos)	5,00	5,00	5,00	4,90	4,89	4,87	4,86	4,93

(*) Calculado considerando o modelo *Black-Scholes*.

O percentual de diluição de participação a que, eventualmente, estão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício de todas as opções é de aproximadamente 0,8%.

O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado foi de R$ 13.730 em 31/12/2010 (R$ 10.001 em 31/12/2009).

c) Premissas econômicas utilizadas para reconhecimento dos custos com remuneração de empregados:

A Companhia reconhece o custo com remuneração dos empregados com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo das mesmas na data da outorga. A Companhia utiliza o modelo de *Black-Scholes* para precificação do valor justo das opções. Para determinar este valor justo, a Companhia utilizou as seguintes premissas econômicas:

	Outorga 2010	Outorga 2009	Outorga 2008	Outorga 2007	Outorga 2006	Outorga 2005	Outorga 2004
Dividend yield	2,08%	4,13%	2,81%	4,32%	9,99%	7,90%	7,03%
Volatilidade do preço da ação	57,95%	57,81%	37,77%	38,72%	41,51%	39,00%	43,31%
Taxa de retorno livre de risco	12,73%	12,32%	14,04%	12,40%	12,80%	8,38%	8,38%
Período esperado até o vencimento	4,9 anos	4,9 anos	4,9 anos	4,9 anos	4,9 anos	4,7 anos	4,9 anos

A Companhia efetua a liquidação deste plano de benefício entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados.

II) Gerdau Ameristeel Corporation – ("Gerdau Ameristeel")

Em fevereiro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a adoção do Plano "Equity Incentive Plan" (o "EIP"). Os bônus distribuídos pelo EIP podem assumir a forma de opções de ações (SAR's), direitos de ações futuras ("DSU's"), unidades de ações restritas (RSU's), unidades de *performance* de ações ("PSU's"), ações restritas e/ou outras bonificações baseadas em ações. Exceto para as opções de ações, que devem ser liquidadas em ações ordinárias, as bonificações podem ser liquidadas em dinheiro ou em ações ordinárias assim como a Companhia determinou no momento da outorga.

Para a parte de qualquer bônus que será pago em opções ou SAR's, o preço de exercício das opções ou SAR's não será inferior ao valor justo de mercado de uma ação ordinária na data da bonificação. O prazo de carência de todos os prêmios (incluindo RSU's, DSU's e PSU's) é determinado pela Companhia no momento da outorga. Opções e SAR's têm um prazo máximo de 10 anos.

Em 12/03/2010, um bônus de aproximadamente US$ 11,8 milhões de dólares (R$ 20,81 milhões) foi concedido aos participantes do EIP em razão da *performance*. A Companhia emitiu 1.728.689 SAR's, 277.621 RSU's e 396.602 PSU's no âmbito deste plano. Este bônus é provisionado ao longo dos prazos de carência.

Juntamente com a proposta de adoção do EIP, a Companhia encerrou os planos de incentivo de longo prazo existentes, e nenhuma outra bonificação será concedida nesses planos. Todas as bonificações pendentes destes planos continuarão pendentes até que sejam exercidas, canceladas ou expiradas. Em 31/12/2010, havia 2.577.470 SAR's, 1.397.701 "*stock options*" e 428.489 "*phantom shares*" pendentes nesses planos. Este bônus é provisionado ao longo dos prazos de carência.

Em 2008, um bônus no valor de cerca de US$ 10,6 milhões (R$24,54 milhões) foi ganho pelos participantes em conformidade com o plano de incentivo de longo prazo e foi concedido sob a forma de: 40% de SARs, 30% em opções e 30% em "*phantom stock*". Em março de 2009, a Companhia emitiu 2.002.116 opções, como parte deste prêmio.

Em 30/08/2010, a Gerdau S.A. adquiriu indiretamente a totalidade das ações ordinárias da Companhia não já detidas, direta ou indiretamente. Em conexão com a aquisição, todas as opções em circulação, SARs, PSUs, RSUs e Phantom Stocks foram convertidas em prêmios em relação aos American Depositary Receipt da Gerdau SA ("ADR's"), que representa o direito de receber ações preferenciais da Gerdau S.A.. A conversão foi feita com base no valor relativo de uma ação ordinária da Companhia para um ADR na data do fechamento do acordo, a fim de manter um valor equivalente intrínseco da sentença no momento da troca. Um fator de conversão foi aplicado de 0,7993 (o "fator de conversão"), igual ao preço de fechamento definitivo de uma ação ordinária da Companhia na New York Stock Exchange ("NYSE"), dividido pelo preço de fechamento de uma ADR na NYSE em 27/08/2010, o último dia de negociação para as ações ordinárias da Companhia.

Todos os montantes (por exemplo, exercícios, cancelamentos, média ponderada do valor justo, o justo valor, etc.), divulgada nesta nota a respeito do "Equity Incentive Plan" com base a informações anteriores a 30/08/2010 (a "data de modificação") estão em uma base de pré-conversão em relação às ações ordinárias da Companhia. Todas as quantias divulgadas relacionadas com o Plano, após a data de modificação, estão em uma base de pós-conversão em relação às ADR's.

Modificações dos prêmios em opções liquidadas em ações são reconhecidas se os efeitos das modificações aumentarem o valor justo total dos mesmos, ou que tenham algum outro benefício para o empregado. O valor justo incremental concedido é a diferença entre o valor justo do prêmio de ação modificado e aquele do prêmio original, ambos estimados na data da modificação. Se a modificação ocorrer durante o período de aquisição, o valor justo incremental concedido é reconhecido por serviços recebidos durante o período de carência restante, enquanto o valor justo original da data de subvenção do prêmio continua a ser reconhecido em conformidade com o período original de carência. Se a modificação ocorrer após a data de carência, o valor justo incremental concedido é reconhecido imediatamente. O valor justo na data da modificação para todos os prêmios em opções liquidadas em ações da Companhia foi menor que o valor justo do prêmio original na data da modificação. Como tal, nenhum custo incremental foi reconhecido pela Companhia. A modificação não impactou a classificação da Companhia das outorgas de prêmios em ações e em dinheiro.

Phantom Shares

Phantom Shares dão ao titular a oportunidade de receber o pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ARS's da Companhia. O prazo de carência das *Phantom Shares* é de 25% por ano em um período de 4 anos, e os titulares recebem pagamento pelas ações vencidas na data de aniversário da outorga. Os titulares das *Phantom Shares* não possuem direito de voto, mas acumulam unidades adicionais com base em dividendos pagos pela Gerdau S.A. em suas ADR's em cada data de pagamento de dividendos, as quais são reinvestidas como *Phantom Shares* adicionais. As despesas relacionadas às *Phantom Shares* são reconhecidas durante o prazo de carência com base no número de ações próximas do período de carência e àquelas que continuam em circulação no final do período de reporte. Na data da outorga, o valor justo de uma *Phantom Shares* é igual ao valor justo das ações de referência. O valor justo das Phantom Shares é reavaliado a cada emissão das demonstrações financeiras.

***Share Appreciation Rights* (SARs)**

SAR's dão ao titular a oportunidade de receber tanto ADR's ou pagamento em dinheiro igual ao valor justo de mercado das ADR's da Companhia, menos o preço de exercício. O preço de exercício é estabelecido pelo preço de fechamento das ações de referência na data da outorga. O prazo de carência das SAR's é de um período de 4 a 5 anos e expiram dez anos após a data da outorga. A despesa com este plano é reconhecida com base no valor justo dos prêmios ainda sob carência e que permanecem pendentes no final do período reportado. O modelo *Black-Scholes* de precificação de opções é usado para calcular uma estimativa do valor justo. A Companhia pode liquidar as SAR's em ações ou em dinheiro. Para as SAR's liquidadas em ações, a contabilização do valor justo é estimada apenas na data da outorga. Para as SAR's liquidadas em dinheiro, a contabilização do valor justo é mensurada novamente a cada período reportado.

O valor justo na data da concessão das SAR's, de possível liquidação em ações ou em dinheiro, concedidas durante o exercício findo em 31/12/2010 foi de US$ 3,72 (R$ 6,2) e as principais premissas utilizadas no modelo de precificação *Black-Scholes* foram os seguintes:

	2010
Dividend yield	2,77%
Volatilidade do preço da ação	60,99%
Taxa de retorno livre de risco	2,81%
Período esperado até o vencimento	6,51 anos

Para SARs de liquidação em ações, que foram modificadas durante o exercício findo em 31/12/2010, o valor justo na data de modificação foi de US$ 6,40 (R$ 10,66). As principais premissas usadas no modelo de precificação *Black-Scholes* foram os seguintes:

	2010
Dividend yield	2,95%
Volatilidade do preço da ação	53,63%
Taxa de retorno livre de risco	1,77%
Período esperado até o vencimento	6,04 anos

O modelo de precificação de ações *Black-Scholes* foi desenvolvido para utilização na estimativa do valor justo das opções negociadas, que não têm restrições de resgate. O modelo requer o uso de premissas subjetivas. A volatilidade esperada se baseou na volatilidade histórica das ações da Companhia, bem como outras empresas que operam em ramos de atividades similares. A expectativa de vida (em anos) foi determinada utilizando dados históricos para estimar padrões de exercício das SAR's. O *dividend yield* esperado era baseado no histórico de taxas de dividendos anualizadas. A taxa de juros livre de risco foi baseada na taxa dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos proporcional ao prazo esperado das SAR's concedidas.

***Restricted Share Units* (RSUs)**

RSUs dão ao detentor o direito a receber um determinado número de ADRs após um determinado prazo de carência. Conforme determinação da Companhia, a carência das RSU's é de um período de cinco anos. Os titulares de RSU's não têm direito a votar, mas acumulam unidades adicionais com base em dividendos pagos pela Gerdau S.A. em suas ADR's em cada data de pagamento de dividendos, que são reinvestidos como RSU's adicionais. A despesa relacionada às

RSU's é reconhecida durante o prazo de carência com base no valor justo das RSU's na data da outorga e no número de unidades que se esperam que sejam concedidos. O valor justo de uma RSU é igual ao valor justo das ações de referência, na data da outorga. O valor justo da média ponderada de RSU's outorgadas foi de US$ 7,89 (R$ 13,15) concedidos durante o exercício findo em 31/12/2010.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, todas as RSUs foram convertidas em prêmios em relação às ADR's (com base no fator de conversão), que resultou em um valor médio justo na data de modificação de US$ 9,87 (R$ 16,45).

Performance Share Units (PSUs)

PSU's dão ao detentor o direito de receber uma ADR's para cada unidade após o prazo de carência, conforme determinação da Companhia. Os titulares de PSU's acumulam unidades adicionais com base em dividendos pagos pela Gerdau S.A. em suas ADR's em cada data de pagamento de dividendos, que são reinvestidos como PSU's adicionais. O percentual de PSU's inicialmente outorgados e que se realizam dependem da *performance* da Companhia no período em relação a metas de performance pré-estabelecidas. A despesa relacionada a cada PSU foi reconhecida durante o período de execução com base no valor justo das PSU's na data da outorga e no número de unidades previstas para a carência. O valor justo de cada PSU é igual ao valor justo das ações de referência, na data da outorga. O valor justo da média ponderada de PSU's outorgadas foi de US$ 7,89 (R$ 13,15) concedidos durante o exercício findo em 31/12/2010.

Durante o exercício findo em 31/12/2010, todas as PSUs foram convertidas em prêmios em relação as ADR's (com base no fator de conversão) que resultou em um valor médio justo na data de modificação de US$ 9,87 (R$ 16,45).

Stock Options

As *stock options* tem um período de carência de quatro anos. O prazo máximo de uma opção é de 10 anos a contar da data da outorga. O preço de exercício das opções é baseado no valor justo das ações de referência.

Não houve opções de ações concedidas ao abrigo do EIP, durante o exercício findo em 31/12/2010. Na data da outorga, o valor justo das opções outorgadas no âmbito dos planos de incentivo de longo prazo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi de US$ 1,59 (R$ 2,77). O valor justo de cada opção outorgada é estimado na data da outorga usando o modelo *Black-Scholes* de precificação de opções com as seguintes premissas de média ponderada utilizada para outorgas com base na tabela abaixo.

	2009
Dividend yield	3,10%
Volatilidade do preço da ação	62,95%
Taxa de retorno livre de risco	1,99%
Período esperado até o vencimento	6,25 anos

Durante o exercício findo em 31/12/2010, todas as opções de ações da Companhia foram convertidas em prêmios em relação às ADR's (com base no fator de conversão). A Companhia reavaliou os prêmios originais na data de modificação e também o valor justo dos novos prêmios na data de modificação. Ambos os valores foram obtidos utilizando o modelo *Black-Scholes* de precificação de opções. O valor justo na data de modificação dos prêmios foi menor do que o valor original dos prêmios na mesma data. Desta maneira, nenhum custo incremental foi reconhecido pela Companhia.

A seguir apresentamos um resumo das *stock options*:

	2010			2009		
	Número de ações	Preço médio de exercício		Número de ações	Preço médio de exercício	
		US$	R$		US$	R$
Disponíveis no início do ano	2.828.498	5,79	9,65	1.307.036	9,13	15,90
Opções outorgadas	-	-	-	2.002.116	3,48	6,06
Opções exercidas [(a)]	(299.589)	3,09	5,15	(108.590)	1,98	3,45
Opções canceladas	(355.194)	5,11	8,51	(372.064)	6,18	10,76
Em circulação no final do período	(2.173.715)	10,99	18,31			
Disponíveis no final do ano	-	-	-	2.828.498	5,79	10,08
Ações exercíveis	-			665.320		

a) O preço médio ponderado das ações foi computado baseados na data de exercício.

O resumo das *stock options* após a data de modificação é a que segue:

	2010		
	Número de ações	Preço médio de exercício	
		US$	R$
Disponíveis no início do ano	-	-	-
Opções substituídas (referenciado em Gerdau S.A. ADRs)	1.737.318	7,86	13,10
Opções outorgadas	-	-	-
Opções exercidas [(b)]	(96.727)	4,11	6,85
Opções canceladas	-	-	-
Disponíveis no final do ano	1.640.591	8,08	13,46
Opções exercíveis	712.272	10,15	16,91

b) O preço médio ponderado das ações foi computado baseados na data de exercício.

A tabela a seguir resume as informações a respeito das opções mantidas em 31/12/2010:

Preço de exercício	Quantidade disponível	Prazo médio de carência	Preço médio de exercício		Número exercível em 31/12/2010
			US$	R$	
US$ 1,73 a US$ 4,35 (R$ 2,88 a R$ 7,25)	1.077.203	7,1	4,02	6,70	320.030
US$ 11,89 (R$ 19,81)	338.966	5,9	13,19	21,98	276.589
US$ 19,84 (R$ 33,06)	224.422	7,2	19,84	33,06	115.653
	1.640.591				712.272

Durante os exercícios findos em 31/12/2010 e de 2009, os custos reconhecidos pela Companhia para os prêmios em opções liquidadas em ações foram de US$ 2,7 milhões (R$ 4,5 milhões) e US$ 1,0 milhão (R$ 1,74 milhões), respectivamente. A Companhia registrou uma reversão de despesas no montante de US$ 9.3 milhões (R$ 15,5 milhões) e US$ 5,5 milhões (R$ 9,58 milhões), respectivamente referentes a prêmios em opções liquidados em dinheiro para os anos de 2010 e 2009.

III) Gerdau MacSteel Inc. ("Gerdau MacSteel")

A Gerdau Mactseel Inc. e suas subsidiárias possuem planos de incentivos de longo prazo, que foram criados para premiar os colaboradores com bônus baseados no atingimento de metas relacionadas ao retorno do capital investido. Os bônus serão outorgados ao final do ano em dinheiro ou direitos de apreciação de ações (SAR´s). O pagamento da porção do bônus em dinheiro será feita em forma de ações (*Phantom Stock*). O número de ações será determinado pela divisão do valor do bônus em dinheiro pelo valor de mercado dos ADR's da Gerdau S.A. na data da outorga, com base no preço médio de negociação das ações ordinárias na Bolsa de Valores de Nova Iorque. *Phantom Stock* e SAR´s são exercíveis a razão de 25% em cada um dos primeiros quatro aniversários da data de outorga. As *Phantom Stock* serão pagas em dinheiro, quando exercidas. Um prêmio de, aproximadamente, US$ 1,1 milhão (R$ 1,83 milhão) foi outorgado para os colaboradores em 2010, sendo 44% em SAR's, 37% em *Performance Shares* e 19% em *Restrict Shares*. Em 2009 um prêmio de, aproximadamente US$ 0,7 milhão (R$ 1,22 milhão) foi outorgado para os colaboradores e foi emitido 80% em SAR's e 20% em *Phantom Stock*.

A subsidiária Gerdau MacSteel utiliza o método *Black-Scholes* de precificação do valor justo dos direitos de apreciação de ações, reconhecendo o custo com remuneração de ações à medida que os serviços são prestados. A subsidiária utilizou as seguintes premissas econômicas para reconhecimento do valor justo destes instrumentos:

Restricted Shares

Dividend Yield	2,56%
Volatilidade do preço da ação	53,25%
Taxa de retorno livre de risco	1%
Periodo esperado ate o vencimento	3 anos

SARS e *Performance Shares*

Dividend Yield	2,56%
Volatilidade do preço da ação	53,25%
Taxa de retorno livre de risco	1,608%
Periodo esperado ate o vencimento	4 anos

Em 31/12/2010, o custo com planos de incentivos de longo prazo, ainda não reconhecidos, relativos a outorgas ainda no prazo de carência, era de, aproximadamente, US$ 1,9 milhões (R$ 3,17 milhões) e o período médio de reconhecimento destes custos era de 5 anos.

NOTA 26 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O Comitê Executivo Gerdau, que é composto pela maioria dos executivos seniores da Companhia, é responsável pelo gerenciamento do negócio.

Os segmentos da Companhia são os seguintes: Operação Brasil (inclui as operações do Brasil, com exceção de Aços Especiais), Operação América do Norte (inclui todas as operações na América do Norte, exceto as do México e as de aços especiais (MacSteel), Operação América Latina (inclui todas as operações na América Latina, com exceção do Brasil) e Operação Aços Especiais (inclui as operações de aços especiais no Brasil, na Europa, nos Estados Unidos e na Índia).

	Operação Brasil		Operação América do Norte		Operação América Latina		Operação Aços Especiais		Eliminações e ajustes		Segmentos de negócio Consolidado	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receita líquida de vendas	13.013.351	10.596.318	8.835.777	8.293.434	3.487.531	3.137.088	6.610.887	4.777.119	(554.337)	(263.909)	31.393.209	26.540.050
Custo das vendas	(10.179.791)	(7.516.373)	(7.997.509)	(7.703.052)	(3.021.612)	(3.069.705)	(5.312.148)	(4.383.848)	637.584	367.428	(25.873.476)	(22.305.550)
Lucro bruto	2.833.560	3.079.945	838.268	590.382	465.919	67.383	1.298.739	393.271	83.247	103.519	5.519.733	4.234.500
Despesas com vendas	(288.448)	(214.426)	(83.971)	(50.392)	(76.270)	(65.983)	(102.839)	(98.670)	(19)	(141)	(551.547)	(429.612)
Despesas gerais e administrativas	(855.921)	(754.915)	(435.400)	(435.418)	(161.599)	(183.591)	(250.046)	(273.916)	(102.948)	(66.654)	(1.805.914)	(1.714.494)
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos	-	-	-	(165.134)	-	(136.491)	336.346	(770.565)	-	-	336.346	(1.072.190)
Custos de reestruturação	-	-	-	(49.238)	-	-	-	(101.469)	-	-	-	(150.707)
Outras receitas (despesas) operacionais	(3.083)	(12.882)	1.880	(7.641)	38.639	(6.200)	(22.003)	80.199	91.047	34.871	106.480	88.347
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	31.450	(15.578)	15.624	(61.840)	(20.368)	(37.506)	12.748	5.967	39.454	(108.957)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	1.686.108	2.097.722	352.227	(133.019)	282.313	(386.722)	1.239.829	(808.656)	84.075	77.562	3.644.552	846.887
Receitas financeiras	168.903	126.568	(3.970)	69.544	36.172	44.400	229.348	91.085	(134.890)	104.639	295.563	436.236
Despesas financeiras	(382.927)	(356.344)	(256.627)	(333.479)	(70.538)	(99.924)	(226.223)	(244.995)	(161.318)	(251.626)	(1.097.633)	(1.286.368)
Variação cambial, líquida	130.959	1.236.743	29.669	(76.573)	20.565	44.293	(7.979)	40.416	(68.850)	(183.996)	104.364	1.060.883
Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido	-	(22.122)	-	-	(2.152)	(4.393)	10.253	(46.673)	4.291	47.010	12.392	(26.178)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	1.603.043	3.082.567	121.299	(473.527)	266.360	(402.346)	1.245.228	(968.823)	(276.692)	(206.411)	2.959.238	1.031.460
Imposto de renda e contribuição social	(418.482)	(770.960)	26.288	237.467	(40.722)	77.800	(359.086)	355.282	290.143	73.459	(501.859)	(26.952)
Lucro (Prejuízo) líquido do período	1.184.561	2.311.607	147.587	(236.060)	225.638	(324.546)	886.142	(613.541)	13.451	(132.952)	2.457.379	1.004.508
Informações suplementares:												
Receita líquida de vendas entre segmentos	1.882.903	1.749.444	135.791	92.107	-	44.634	242.683	130.564	385.897	253.205	2.647.274	2.269.954
Depreciação/amortização	946.413	736.880	436.488	558.108	136.433	85.316	381.289	389.841	(7.549)	(24.826)	1.893.074	1.745.319
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	-	217.641	258.758	804.832	814.356	26.993	17.112	215.053	109.684	1.264.520	1.199.910
Ativos totais	13.830.985	13.513.608	12.718.294	13.673.637	5.931.001	5.461.071	9.964.761	10.599.300	446.219	1.335.700	42.891.260	44.583.316
Passivos totais	5.157.551	5.565.052	6.346.213	6.771.622	2.882.484	2.270.956	5.380.224	5.792.095	2.886.884	2.178.798	22.653.356	22.578.523

Os principais produtos por segmento de negócio são:
Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e trefilados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina e perfis estruturais.
Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.
Operação América Latina: vergalhões, barras e trefilados.
Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina.

A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis a Companhia no contexto das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados é a seguinte:

	Brasil		América Latina [1]		América do Norte [2]		Europa/Ásia		Área geográfica Consolidado	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receita líquida de vendas	15.039.852	12.436.068	3.487.531	3.137.088	11.126.942	9.465.451	1.738.884	1.501.443	31.393.209	26.540.050
Ativos totais	17.999.525	18.466.036	5.931.001	5.461.071	16.754.876	17.943.356	2.205.858	2.712.853	42.891.260	44.583.316

[1] Não inclui as operações do Brasil.
[2] Não inclui as operações do México.

A norma IFRS estabelece que a Companhia deve divulgar a receita por produto a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a administração não considera que a informação seja útil na tomada de decisões, pois implicaria em agregar vendas para diferentes mercados e com diferentes moedas, sujeitas a efeitos na variação da taxa de câmbio. Padrões de consumo de aço e dinâmica dos preços de cada produto ou grupo de produtos nos diferentes países e em mercados diferentes dentro desses países são muito pouco correlacionados, portanto, a informação seria de pouca utilidade e não serviria para se tirar conclusões sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produtos não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que o custo para se obter a receita por produto seria excessivo em relação aos benefícios da informação, a Companhia não apresenta a abertura da receita por produto.

NOTA 27 – SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	Abrangência	2010	2009
Patrimônio	Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos elétricos, explosão, quebra de máquina e extravasamento (derrame de material em estado de fusão).	24.170.655	24.711.721
Lucro Cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas	5.370.143	3.471.625
Responsabilidade Civil	Operações industriais	206.672	216.686

NOTA 28 – PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

A recuperabilidade do ágio e outros ativos de vida longa são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade. A Companhia realiza testes de recuperação de ágio e outros ativos de vida longa, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo.

Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utilizou o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções foram atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

A Companhia, com base nos fatores abaixo, concluiu pela realização do teste de recuperabilidade de ágio e outros ativos de vida longa durante o quarto trimestre de 2010:

- Mercado siderúrgico global;
- Nível de demanda dos produtos da Companhia;
- Cenário de recuperação da economia mundial.

28.1 Teste de recuperabilidade do ágio

O teste de recuperabilidade do ágio alocado aos segmentos de negócio é efetuado anualmente em dezembro, sendo antecipado se eventos ou circunstâncias indiquem na necessidade.

A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. A alocação dos ágios por segmento é apresentada na nota 12.

No segundo trimestre de 2009, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos segmentos Aços Especiais e América do Norte, em virtude do impacto que estes segmentos tiveram pela crise econômica. As análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R$ 201.657 para o segmento de Aços Especiais no segundo trimestre de 2009. O segmento América do Norte não apresentou perda pela não recuperabilidade de ágio no segundo trimestre. Os testes realizados para todos os segmentos em dezembro de 2009 não apresentaram novas perdas pela não recuperabilidade de ágio.

Em dezembro de 2010, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos e os testes efetuados não identificaram perdas pela não recuperabilidade do ágio no exercício.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2010 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. A taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a para os segmentos Brasil, América Latina, Aços Especiais e América do Norte.

As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto utilizadas foram 11,25% a.a para o segmento América do Norte (12,50% em dezembro de 2009), 12,50% a.a para o segmento Aços Especiais (13,30% em dezembro de 2009), 12,75% a.a para o segmento América Latina (13,50% em dezembro de 2009) e 13,00% a.a para o segmento Brasil (13,80% em dezembro de 2009).

Considerando o valor recuperável verificado através dos fluxos de caixa descontados, o mesmo excedeu o valor contábil em R$ 2.126,7 milhões para o segmento de negócio América do Norte (R$ 1.208,7 milhões em dezembro de 2009), R$ 2.738,7 milhões para o segmento de negócio Aços Especiais (R$ 1.791,7 milhões em dezembro de 2009), R$ 113,3 milhões para o segmento de negócio América Latina (R$ 778,1 milhões em dezembro de 2009) e R$ 4.877,7 milhões para o segmento de negócio Brasil (R$ 9.142,6 milhões em dezembro de 2009).

Dado o impacto potencial nos fluxos de caixas das variáveis de taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade a mudanças nessas variáveis. Um acréscimo de 0,5% na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valores recuperáveis que excederiam o valor contábil em R$ 1.378,5 milhões para o segmento América do Norte (R$ 712,6 milhões em dezembro de 2009), R$ 2.293,2 milhões para o segmento Aços Especiais (R$ 1.381,9 milhões em dezembro de 2009), R$ 3.659,1 milhões para o segmento Brasil (R$ 8.085,6 milhões em dezembro de 2009) e um valor recuperável inferior ao valor contábil para o segmento América Latina em R$ 182,8 milhões (valor recuperável superior ao valor contábil em R$ 505,5 milhões em dezembro de 2009). Por sua vez, um decréscimo de 0,5% da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valores recuperáveis que excederiam o valor contábil em R$ 1.646,3 milhões para o segmento América do Norte (R$ 897,9 milhões em dezembro de 2009), R$ 2.444,2 milhões para o segmento Aços Especiais (R$ 1.532,8 milhões em dezembro de 2009) e R$ 4.072,9 milhões para o segmento Brasil (R$ 8.495,0 milhões em dezembro de 2009) e um valor recuperável inferior para o segmento América Latina em R$ 74,9 milhões (valor recuperável superior ao valor contábil em R$ 604,5 milhões em dezembro de 2009).

Cabe destacar que eventos ou mudanças significativas no panorama podem levar a perdas significativas por recuperabilidade de ágio. Como principal risco pode destacar uma eventual deterioração do mercado siderúrgico, queda significativa na demanda dos setores automotivos e de construção, paralisação de atividades de plantas industriais da Companhia ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento.

28.2 Teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa

No segundo trimestre de 2009, os testes realizados identificaram uma perda pela não recuperabilidade de imobilizado nos segmentos de Aços Especiais no montante de R$ 218.391, América Latina no montante de R$ 136.491 e América do Norte no montante de R$ 71.538, totalizando R$ 426.420. No terceiro trimestre de 2009, os testes identificaram uma perda de R$ 93.596 no segmento América do Norte. Adicionalmente, a Companhia reconheceu outros custos relacionados ao fechamento das unidades, tais como custo de desligamento de funcionários, plano de pensão, etc, no montante de R$ 101.469 no segundo trimestre e de R$ 49.238 no terceiro trimestre. Nenhuma perda relacionada ao imobilizado foi identificada nos demais trimestres de 2009.

A Companhia também realizou testes de recuperabilidade de outros ativos intangíveis no segundo trimestre de 2009 em virtude da redução no valor de relacionamento com clientes devido a fraca demanda oriunda das dificuldades econômicas da indústria automotiva e como resultado reconheceu no segundo trimestre de 2009 uma perda pela não recuperabilidade no segmento de aços especiais de outros ativos intangíveis no montante de R$ 304.425. Nenhuma perda relacionada a outros ativos intangíveis foi identificada nos demais trimestres de 2009.

No segundo trimestre de 2009, a Companhia reconheceu uma perda pela não recuperabilidade de investimentos avaliados pela equivalência patrimonial referente ao segmento de Aços Especiais, no montante de R$ 46.092. Nenhuma perda relacionada aos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial foi identificada nos demais trimestres de 2009.

Durante o terceiro e quarto trimestres de 2009, os segmentos de negócio Aços Especiais e América do Norte tiveram melhorias em seus principais indicadores, sendo que os testes realizados para todos os segmentos em dezembro de 2009 não apresentaram novas perdas pela não recuperabilidade de outros ativos de vida longa.

No quarto trimestre de 2010, em virtude da paralisação das atividades em uma de suas plantas e principalmente pela falta de expectativa de retomada de suas operações nesta unidade, os testes realizados identificaram perda pela não recuperabilidade para os ativos de imobilizado de uma unidade do segmento de Aços Especiais no montante de R$ 68.008.

Adicionalmente, a Companhia também no segmento de Aços Especiais reverteu perdas pela não recuperabilidade de ativo imobilizado, em virtude da retomada de processo produtivo em uma unidade, a qual teve perdas pela não recuperabilidade reconhecidas em 2009, no valor de R$ 218.391. O valor recuperável do ativo imobilizado foi estabelecido com base no valor em uso, a uma taxa de desconto utilizada no teste de recuperabilidade de 12,50% (13,30% em dezembro de 2009), resultando no montante de R$ 188.163. A contrapartida das perdas e reversão de

perdas reconhecidas no imobilizado afetaram a linha de "Reversão (Perda) pela não recuperabilidade de ativos" na demonstração dos resultados consolidados.

No quarto trimestre de 2010, a Companhia também no segmento de Aços Especiais reverteu perdas pela não recuperabilidade de Outros Ativos Intangíveis, em virtude do reestabelecimento do valor de relacionamento com clientes devido a retomada da demanda oriunda da indústria automotiva, a qual teve perdas pela não recuperabilidade reconhecidas em 2009, no valor de R$ 304.425. Os testes de recuperabilidade de Outros Ativos Intangíveis identificaram a necessidade de reversão deste *impairment* no montante de R$ 216.191, a qual está embasada na recuperação da sua carteira de clientes relacionados à indústria automotiva. O valor recuperável de outros ativos intangíveis é o seu valor em uso e a taxa de desconto utilizada no teste de recuperabilidade foi 12,50% (13,30% em dezembro de 2009). A contrapartida da reversão de perdas reconhecidas em outros ativos intangíveis afetou a linha de "Reversão (Perda) pela não recuperabilidade de ativos" na demonstração dos resultados consolidados.

Apesar das circunstâncias consideradas no teste indicarem uma melhora no contexto econômico e siderúrgico, incertezas futuras no mercado ainda permanecem. Portanto, a Companhia acredita que os cenários utilizados nos testes de recuperabilidade de dezembro são a sua melhor estimativa para os resultados e geração de caixa futuros para cada um dos seus segmentos de negócio. A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2011, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas.

NOTA 29 – DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado Consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado Consolidado por natureza:

	2010	2009
Depreciação e amortização	(1.893.074)	(1.745.319)
Despesas com pessoal	(4.221.780)	(3.614.853)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(18.246.980)	(15.518.869)
Fretes	(1.560.456)	(1.183.220)
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos	336.346	(1.072.190)
Custos de reestruturação	-	(150.707)
Outras despesas	(2.202.167)	(2.299.048)
	(27.788.111)	(25.584.206)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(25.873.476)	(22.305.550)
Despesas com vendas	(551.547)	(429.612)
Despesas gerais e administrativas	(1.805.914)	(1.714.494)
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos	336.346	(1.072.190)
Custos de reestruturação	-	(150.707)
Outras receitas operacionais	207.320	190.157
Outras despesas operacionais	(100.840)	(101.810)
	(27.788.111)	(25.584.206)

NOTA 30 – RESULTADO FINANCEIRO

Os montantes registrados como "Receitas Financeiras" incluem: rendimento de aplicações financeiras no montante de R$ 174.622 (R$ 254.292 em 2009) e juros recebidos e outras receitas financeiras no montante de R$ 120.941 (R$ 181.944 em 2009).

Os montantes registrados como "Despesas Financeiras" incluem: Juros sobre a dívida no montante de R$ 919.594 (R$ 992.693 em 2009) e variações monetárias e outras despesas financeiras no montante de R$ 178.039 (R$ 293.675 em 2009).

Os montantes registrados como "Variação cambial, líquida" incluem principalmente variação cambial de clientes de exportação, fornecedores de importação e dívidas contraídas em moedas estrangeiras. A variação cambial, líquida totaliza uma receita de R$ 104.364 em 2010 (receita de R$ 1.060.883 em 2009).

Os ganhos e perdas com derivativos, líquido incluem as receitas e despesas oriundas da flutuação no valor dos derivativos. Em 2010, os ganhos e perdas com derivativos, líquido totalizam uma receita de R$ 12.392 (despesa de R$ 26.178 em 2009).

NOTA 31 – INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA GERDAU S.A. (NÃO REQUERIDA PELO IFRS)

Em atendimento à Instrução CVM Nº 457/07, de 13/07/2007, apresentamos a reconciliação do Patrimônio Líquido e do lucro líquido da controladora Gerdau S.A., apurados de acordo com a legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), e o Patrimônio Líquido e lucro líquido consolidado apurado segundo as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS. Conforme descrito na nota 2.1, com a adoção do CPC, as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) passaram a ser plenamente convergentes à norma contábil internacional, e dessa forma, não existe nenhuma diferença entre o Patrimônio Líquido e lucro líquido apresentados entre BRGAAP e IFRS.

	2010	2009
Patrimônio Líquido da controladora em BRGAAP (Incluindo a adoção dos CPCs)	19.470.442	18.507.473
Patrimônio Líquido da controladora em IFRS	19.470.442	18.507.473
Participações dos acionistas não-controladores em IFRS	677.173	3.497.320
Patrimônio Líquido incluindo acionistas não-controladores em IFRS	20.147.615	22.004.793

	2010	2009
Lucro Líquido da controladora em BRGAAP (Incluindo a adoção dos CPCs)	2.142.488	1.121.966
Lucro Líquido da controladora em IFRS	2.142.488	1.121.966
Participações dos acionistas não-controladores em IFRS	314.891	(117.458)
Lucro Líquido incluindo acionistas não-controladores em IFRS	2.457.379	1.004.508

NOTA 32 – EVENTOS SUBSEQUENTES

I) Em 02/02/2011, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão com o objetivo de atender exclusivamente ao Programa de Incentivo de Longo Prazo, bem como aos compromissos decorrentes de outorgas de opções de ações de emissão de Gerdau Ameristeel Corp., utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros existentes. Em 04/02/2011 a aquisição de ações foi concluída com 3.100.000 ações preferenciais adquiridas, no montante de R$ 70.153.

II) Em 10/02/2011, a Companhia efetuou o crédito das ações de Gerdau S.A. atribuídas em substituição aos direitos de acionistas de Prontofer e Villares na proporção de uma ação ordinária ou preferencial de emissão de Gerdau S.A. para cada 22,247601 quotas de Prontofer e uma ação preferencial de emissão de Gerdau S.A. para cada 24 ações ordinárias de emissão de Villares. S.A..

. **********

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Carlos Gomes, 403
11º e 12º andares
90480-003 - Porto Alegre - RS
Brasil

Tel.: +55 (51) 3327-8800
Fax.: +55 (51) 3328-3031
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Gerdau S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Gerdau S.A. e suas controladas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras cons olidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro.

Membro da
Deloitte Touche

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Gerdau S.A. e Controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota 2.1, a Companhia elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentadas separadamente dessas demonstrações financeiras consolidadas, sobre as quais emitimos relatório dos auditores independentes, não contendo qualquer modificação, com data de 1º de março de 2011.

Informação suplementar – demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e apresentadas como demonstração financeira obrigatória conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 1º de março de 2011.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2SP 011.609/O-8/F/RJ

Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC nº. 1SP 088.438/O-9/S/RJ

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Gerdau S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração e as demonstrações contábeis consolidadas da Gerdau S.A. e Controladas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, elaboradas de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Com base nos exames efetuados, bem como nas informações e esclarecimentos recebidos da administração no decorrer do exercício e considerando, ainda, o relatório, sem ressalvas, da DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, datado de 1º de março de 2010, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Porto Alegre, 1º de março de 2011.

Carlos Roberto Schröder Egon Handel Maria das Graças Conceição Machado Costa

BALANÇO SOCIAL

A Gerdau investe continuamente no desenvolvimento de seus colaboradores, em tecnologias de proteção ambiental e em projetos sociais voltados para as comunidades onde está inserida. Além disso, realiza inúmeras iniciativas para adicionar valor aos negócios de seus clientes, ampliando suas vantagens competitivas.

Informações detalhadas sobre as práticas de responsabilidade social e ambiental da Gerdau podem ser encontradas no Relatório de Administração presente nestas Demonstrações Financeiras Consolidadas e no quadro abaixo:

QUADRO DE INDICADORES - GERDAU S.A.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto indicadores do corpo funcional)

	CONSOLIDADO BRASIL						CONSOLIDADO TOTAL					
DESCRIÇÃO	**EXERCÍCIO**			**EXERCÍCIO**			**EXERCÍCIO**			**EXERCÍCIO**		
BASE DE CÁLCULO	**2010**			**2009**			**2010**			**2009**		
Receíta líquida (RL)	15.039.852			12.436.068			31.393.209			26.540.050		
Resultado operacional (RO)	2.627.004			2.453.805			3.644.552			846.887		
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.462.450			1.043.020			3.146.514			2.737.639		
INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	**2010**			**2009**			**2010**			**2009**		
	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre FPB (1.3)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre FPB (1.3)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre FPB (1.3)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre FPB (1.3)
Alimentação	46.956	0,31	3,21	35.950	0,29	3,45	52.348	0,17	1,66	45.168	0,17	1,65
Encargos sociais compulsórios	384.092	2,55	26,25	306.369	2,46	29,37	398.223	1,27	12,66	379.927	1,42	13,87
Previdência privada	58.005	0,39	3,97	57.530	0,46	5,52	147.862	0,47	4,70	127.712	0,48	4,66
Saúde	110.441	0,73	7,55	83.764	0,67	8,03	265.790	0,85	8,45	288.114	1,09	10,52
Segurança e saúde no trabalho	26.634	0,18	1,82	14.648	0,12	1,40	49.121	0,16	1,56	39.869	0,15	1,46
Educação, treinamento e capacitação	14.312	0,10	0,98	8.765	0,07	0,84	21.150	0,07	0,67	15.803	0,06	0,58
Participação nos resultados	271.413	1,80	18,56	154.465	1,24	14,81	511.277	1,63	16,25	381.349	1,44	13,93
Transporte	48.053	0,32	3,29	40.768	0,33	3,91	52.012	0,17	1,65	50.806	0,19	1,86
Outros benefícios	19.205	0,13	1,31	6.627	0,05	0,64	74.021	0,24	2,35	65.615	0,25	2,40
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	979.111	6,51	66,95	708.886	5,69	67,97	1.571.804	5,03	49,96	1.394.363	5,25	50,93
INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	**2010**			**2009**			**2010**			**2009**		
	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)
Tributos	1.332.494	8,86	50,72	1.612.731	12,97	65,72	1.621.509	5,17	44,49	942.157	3,55	111,25
Contribuições para a sociedade	52.985	0,35	2,04	39.669	0,32	1,62	57.412	0,17	1,58	42.307	0,16	5,00
Educação	13.746	0,09	0,52	8.269	0,08	0,34	14.076	0,04	0,39	9.183	0,03	1,08
Cultura	18.204	0,12	0,69	14.215	0,12	0,58	18.274	0,06	0,50	14.215	0,06	1,69
Saúde	5.133	0,03	0,20	448	0,00	0,02	5.466	0,02	0,15	1.723	0,01	0,20
Esporte e lazer	1.454	0,01	0,06	1.774	0,01	0,07	1.636	0,01	0,04	1.774	0,01	0,21
Combate à fome e segurança alimentar	1.203	0,01	0,05	1.299	0,01	0,05	1.205	0,00	0,03	1.299	0,00	0,15
Empreendedorismo	3.610	0,02	0,14	1.737	0,01	0,07	3.619	0,01	0,10	1.737	0,01	0,21
Qualidade	4.304	0,03	0,16	3.100	0,02	0,13	4.304	0,01	0,12	3.100	0,01	0,37
Voluntariado	376	0,00	0,01	229	0,00	0,01	554	0,00	0,02	229	0,00	0,03
Pesquisa	756	0,01	0,03	381	0,00	0,02	756	0,00	0,02	381	0,00	0,04
Outros investimentos	4.199	0,03	0,16	8.217	0,07	0,33	7.522	0,02	0,21	8.666	0,03	1,02
TOTAL - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	1.385.479	9,20	52,76	1.652.400	13,29	67,34	1.678.921	5,34	46,07	984.464	3,71	116,24
INDICADORES AMBIENTAIS	**2010**			**2009**			**2010**			**2009**		
	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)	Valor	% sobre RL (1.1)	% sobre RO (1.2)
Investimentos relacionados com a produção/operação da Empresa	56.994	0,38	2,17	63.275	0,51	2,58	137.693	0,44	3,78	173.214	0,65	20,45
Investimentos em programas e/ou projetos externos	1.287	0,01	0,05	446	0,00	0,02	1.351	0,00	0,04	583	0,00	0,07
TOTAL - INDICADORES AMBIENTAIS	58.281	0,39	2,22	63.721	0,51	2,60	139.044	0,44	3,82	173.797	0,65	20,52

INFORMAÇÕES SOBRE CIDADANIA EMPRESARIAL	**2010**			**Metas 2011**		
Número total de acidentes de trabalho	317			163		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerencias	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerencias	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerencias	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerencias	( ) todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerencias	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerencias	(X) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerencias	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerencias	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	(X) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não são considerados	(X) são sugeridos	( ) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva	( ) não se envolve	( ) apóia	(X) organiza e incentiva

GERDAU S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
INFORMAÇÕES NÃO REQUERIDAS PELO IFRS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

GERDAU S.A.

	Brasil				Exterior				Total			
	2010	**%**	**2009**	**%**	**2010**	**%**	**2009**	**%**	**2010**	**%**	**2009**	**%**
ENTRADAS												
Receita de produtos, serviços e outros [1]	18.747.502		15.353.698		16.451.492		14.350.630		35.198.994		29.704.328	
SAÍDAS												
Matérias-primas e bens de consumo	(10.754.793)		(8.817.682)		(11.377.129)		(10.270.443)		(22.131.922)		(19.088.125)	
Serviços de terceiros	(1.371.323)		(948.187)		(1.161.683)		(1.024.014)		(2.533.006)		(1.972.201)	
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos	-		-		336.346		(1.072.190)		336.346		(1.072.190)	
Custos de reestruturação	-		-		-		(150.707)		-		(150.707)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	**6.621.386**		**5.587.829**		**4.249.026**		**1.833.276**		**10.870.412**		**7.421.105**	
(-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	(1.149.261)		(875.856)		(743.813)		(869.463)		(1.893.074)		(1.745.319)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	**5.472.125**		**4.711.973**		**3.505.213**		**963.813**		**8.977.338**		**5.675.786**	
VALOR ADICIONADO DECORRENTE DE TRANSFERÊNCIAS												
Equivalência patrimonial	57.987		5.966		(18.533)		(114.923)		39.454		(108.957)	
Receitas financeiras	125.782		58.477		169.781		377.759		295.563		436.236	
Receitas de aluguel	3.270		(952)		11.218		(8.072)		14.488		(9.024)	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**5.659.164**	**100%**	**4.775.464**	**100%**	**3.667.679**	**100%**	**1.218.577**	**100%**	**9.326.843**	**100%**	**5.994.041**	**100%**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO												
Governos	1.739.424	30,7%	1.945.871	40,7%	513.077	13,9%	(435.864)	-35,7%	2.252.501	24,3%	1.510.007	25,1%
Impostos e contribuições federais	724.599	12,8%	1.134.771	23,7%	205.950	5,6%	(757.229)	-62,0%	930.549	10,0%	377.542	6,2%
Contribuições sociais federais sobre folha de pagamento	406.930	7,2%	333.140	7,0%	224.062	6,1%	234.710	19,3%	630.992	6,8%	567.850	9,5%
Impostos e contribuições estaduais	525.256	9,3%	447.454	9,4%	375	0,0%	120	0,0%	525.631	5,6%	447.574	7,5%
Impostos e contribuições municipais	82.639	1,5%	30.506	0,6%	82.690	2,3%	86.535	7,1%	165.329	1,8%	117.041	2,0%
Colaboradores	1.712.779	30,3%	1.179.889	24,6%	2.003.595	54,6%	2.065.220	169,6%	3.716.374	39,8%	3.245.109	54,2%
Salários	1.155.988	20,4%	862.436	18,1%	1.430.349	39,0%	1.478.513	121,3%	2.586.337	27,7%	2.340.949	39,1%
Benefícios	235.185	4,2%	127.968	2,7%	312.589	8,5%	363.700	29,8%	547.774	5,9%	491.668	8,2%
Treinamento	15.144	0,3%	8.902	0,2%	6.942	0,2%	6.901	0,6%	22.086	0,2%	15.803	0,3%
Participação nos resultados	306.462	5,4%	180.583	3,7%	253.715	6,9%	216.106	17,7%	560.177	6,0%	396.689	6,6%
Financiadores [2]	344.692	6,1%	(35.794)	-0,7%	555.897	15,2%	270.211	22,1%	900.589	9,6%	234.417	3,9%
Acionistas	687.249	12,1%	515.017	10,9%	76.812	2,2%	90.286	7,3%	764.061	8,2%	605.303	10,1%
Reinvestimento de lucros	1.175.020	20,8%	1.170.481	24,5%	518.298	14,1%	(771.276)	-63,3%	1.693.318	18,2%	399.205	6,7%
TOTAL	**5.659.164**		**4.775.464**		**3.667.679**		**1.218.577**		**9.326.843**		**5.994.041**	

(1) Inclui descontos concedidos e outras receitas operacionais

(2) Inclui variações cambiais e monetárias.

As notas explicativas da Administração são parte integrande das Demonstrações Financeiras

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
JORGE GERDAU JOHANNPETER

Vice-Presidentes
GERMANO HUGO GERDAU JOHANNPETER
KLAUS GERDAU JOHANNPETER
FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER

Conselheiros
ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER
CLAUDIO JOHANNPETER
AFFONSO CELSO PASTORE
ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE
OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO

Secretário-Geral
EXPEDITO LUZ

DIRETORIA E MEMBROS DO COMITÊ EXECUTIVO

Diretor Presidente
ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

Diretor Geral de Operações
CLAUDIO JOHANNPETER

Diretores Vice-Presidentes
ALFREDO HUALLEM
EXPEDITO LUZ
MANOEL VITOR DE MENDONÇA FILHO
MÁRIO LONGHI FILHO
OSVALDO BURGOS SCHIRMER
PAULO FERNANDO BINS DE VASCONCELLOS

Contador
CLEMIR ÜHLEIN
CRC RS 044845/O-8/S/RJ
CPF nº 424.614.210-72

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

[página intencionalmente deixada em branco]

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Data Base: 31.12.2010

Identificação	Gerdau S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 33.611.500/0001-19 e com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJA sob o NIRE 33.300.032.266, registrada como companhia aberta perante a CVM sob o nº 3.980 ("Companhia" ou "Emissor").
Sede	A sede social da Companhia está localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida João XXIII, 6.777 – Distrito Industrial de Santa Cruz, CEP 23.565- 235.
Diretoria de Relações com Investidores	A diretoria de relações com investidores da Companhia está localizada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Farrapos, 1811 - Floresta, CEP 90.220-005. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Osvaldo Burgos Schirmer. O telefone do departamento de relações com investidores da Companhia é 55 51 3323-2703, o fax é 55 51 3323–2281 e o e-mail é inform@gerdau.com.br
Auditores Independentes da Companhia	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
Banco Escriturador	Itaú Corretora de Valores S.A.
Títulos e Valores Mobiliários emitidos	As ações da Companhia estão listadas na BM&FBOVESPA (GGBR3 e GGBR4), na Bolsa de Valores de Nova Iorque (GGB) e na Bolsa de Valores de Madri - LATIBEX (XGGB).
Jornais nos quais a Companhia divulga as informações	As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas nos jornais "Valor Econômico", "Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro" e "Jornal do Commercio do Rio de Janeiro".
Site na Internet	www.gerdau.com
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos acionistas da Gerdau é efetuado em qualquer agência do Banco Itaú S.A., através do telefone +55 11 5029-7780, *e-mail* investfone@itau.com.br ou diretamente com a área de Relações com Investidores da Companhia através dos telefones +55 51 3323-2211 ou 0800 702 2001 e *e-mail* acionistas@gerdau.com.br
Data da última atualização deste formulário	3 de abril de 2011

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

GERDAU S.A.

1. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS RESPONSÁVEIS PELO CONTEÚDO DO FORMULÁRIO

1.1. DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE E DO DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES, ATESTANDO QUE:

Eu, **André Bier Gerdau Johannpeter**, Diretor Presidente da Gerdau S.A., declaro que: **(a)** revisei o formulário de referência da Companhia com data-base de 31.12.2010; **(b)** todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480/2009, em especial aos artigos 14 a 19; e **(c)** o conjunto de informações contido no formulário de referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Gerdau S.A., dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

Eu, **Osvaldo Burgos Schirmer**, Diretor de Relações com Investidores da Gerdau S.A., declaro que: **(a)** revisei o formulário de referência da Companhia com data-base de 31.12.2010; **(b)** todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480/2009, em especial aos artigos 14 a 19; e **(c)** o conjunto de informações contido no formulário de referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Gerdau S.A., dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários emitidos pela Companhia.

2. AUDITORES

2.1. EM RELAÇÃO AOS AUDITORES INDEPENDENTES, INDICAR:

	Exercício de 2011	Exercício de 2010	Exercício de 2009	Exercício de 2008
A. Nome empresarial	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
B. Nome das pessoas responsáveis, CPF e dados para contato	Nome: Roberto Wagner Promenzio CPF: 633.231.338-20 Telefone: (51) 3327-8800 E-mail: rpromenzio@deloitte.com	Nome: Roberto Wagner Promenzio CPF: 633.231.338-20 Telefone: (51) 3327-8800 E-mail: rpromenzio@deloitte.com	Nome: Roberto Wagner Promenzio CPF: 633.231.338-20 Telefone: (51) 3327-8800 E-mail: rpromenzio@deloitte.com	Nome: Roberto Wagner Promenzio CPF: 633.231.338-20 Telefone: (51) 3327-8800 E-mail: rpromenzio@deloitte.com
C. Data de contratação dos serviços	19.03.2007	19.03.2007	19.03.2007	19.03.2007
D. Descrição dos serviços contratados	Auditoria geral das demonstrações contábeis.	Auditoria geral das demonstrações contábeis. A prestação de serviço na Gerdau S.A. (Empresa) refere-se unicamente a auditoria externa e que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não prestou serviços não relacionados a auditoria externa. Adicionalmente, informamos que, em termos consolidados, a auditoria externa também realizou serviços relacionados ao cumprimento de requisitos tributários às subsidiárias da Companhia na América Latina.	Auditoria geral das demonstrações contábeis. A prestação de serviço na Gerdau S.A. (Empresa) refere-se unicamente a auditoria externa e que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não prestou serviços não relacionados a auditoria externa. Adicionalmente, informamos que, em termos consolidados, a auditoria externa também realizou trabalhos relacionados à auditoria em processos de aquisições (*due diligence*) e serviços relacionados ao cumprimento de requisitos tributários às subsidiárias da Companhia na Europa e América do Norte.	Auditoria geral das demonstrações contábeis. A prestação de serviço na Gerdau S.A. (Empresa) refere-se unicamente a auditoria externa e que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não prestou serviços não relacionados a auditoria externa. Adicionalmente, informamos que, em termos consolidados, a auditoria externa também realizou trabalhos relacionados à auditoria em processos de aquisições (*due diligence*) e serviços relacionados ao cumprimento de requisitos tributários às subsidiárias da Companhia na Europa e América do Norte.
E. Eventual substituição do auditor, informando:	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
i. Justificativa da substituição	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável
ii. Eventuais razões apresentadas pelo auditor em discordância da justificativa do emissor para sua substituição, conforme regulamentação da CVM especifica a respeito da matéria.	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável	Não Aplicável

2.2. INFORMAR MONTANTE TOTAL DE REMUNERAÇÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, DISCRIMINANDO OS HONORÁRIOS RELATIVOS A SERVIÇOS DE AUDITORIA E OS RELATIVOS A QUAISQUER OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS:

	Exercício de 2010
Honorários de auditoria - R$ milhares	8.999
Honorários relacionados à auditoria - R$ milhares	117
Outros honorários - R$ milhares	209
Total	**9.325**

Os honorários de auditoria referem-se a serviços profissionais prestados na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Gerdau, revisões trimestrais das demonstrações financeiras consolidadas da Gerdau, auditorias societárias e revisões interinas de certas subsidiárias, conforme requerido pela legislação apropriada.

Honorários relacionados à auditoria referem-se a serviços de consultoria sobre padrões e transações contábeis.

Os outros honorários correspondem a serviços relacionados ao cumprimento de requisitos tributários às subsidiárias da Companhia na América Latina.

2.3. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não há outras informações relevantes a divulgar em relação a este tópico.

3. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

3.1.COM BASE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS OU, QUANDO O EMISSOR ESTIVER OBRIGADO A DIVULGAR INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS, COM BASE NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS, ELABORAR TABELA INFORMANDO:

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e estão aderentes as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Informações Financeiras Selecionadas Consolidadas	Exercício de 2010	Exercício de 2009	Exercício de 2008
A. Patrimônio líquido - R$ milhares	20.147.615	22.004.793	25.043.578
B. Ativo total - R$ milhares	42.891.260	44.583.316	59.050.514
C. Receita líquida - R$ milhares	31.393.209	26.540.050	41.907.845
D. Resultado bruto - R$ milhares	5.519.733	4.234.500	10.888.899
E. Resultado líquido - R$ milhares	2.457.379	1.004.508	4.944.898
F. Número de ações, ex-tesouraria	1.504.815.866	1.420.598.691	1.420.408.287
G. Valor patrimonial da ação - R$	13,39	13,03	14,20
H. Resultado líquido por ação - R$	1,72	0,71	3,56

I. Outras informações contábeis selecionadas: Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.2. CASO O EMISSOR TENHA DIVULGADO, NO DECORRER DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, OU DESEJE DIVULGAR NESTE FORMULÁRIO MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS, COMO LAJIDA (LUCRO ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO) OU LAJIR (LUCRO ANTES DE JUROS E IMPOSTO DE RENDA), O EMISSOR DEVE:

A. Informar o valor das medições não contábeis:

A Companhia divulga ao mercado o EBITDA ajustado (lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciações, amortizações, reversão (perdas) pela não recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação).

O EBITDA ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou IFRS, e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA ajustado não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA ajustado pode não ser comparável com as definições de EBITDA ajustado utilizadas por outras companhias.

Em razão de nosso cálculo do EBITDA ajustado não considerar o imposto de renda e a contribuição social, as receitas (despesas) financeiras, a depreciação e a amortização, o EBITDA ajustado funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social, flutuações das taxas de juros, dos níveis de depreciação e amortização e perdas pela não recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação.

Consequentemente, acreditamos que o EBITDA ajustado funciona como uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA ajustado permite um melhor entendimento não apenas do nosso desempenho financeiro, mas também da nossa capacidade de

pagamento dos juros e principal da nossa dívida e para contrair mais dívidas para financiar os nossos dispêndios de capital e o nosso capital de giro.

Uma vez que o EBITDA ajustado não considera certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que poderiam, por sua vez, afetar significativamente os nossos lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da nossa rentabilidade.

Composição do EBITDA ajustado (R$ milhões)	Exercício de 2010	Exercício de 2009	Exercício de 2008
Lucro líquido do exercício	2.457	1.005	4.945
Resultado financeiro líquido	685	(185)	2.235
Provisão para Imposto de renda e contribuição social	502	27	948
Depreciações e amortizações	1.893	1.745	1.896
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos	(336)	1.072	-
Custos de reestruturação	-	151	-
EBITDA Ajustado	**5.201**	**3.815**	**10.024**

B. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

A Companhia entende que a tabela apresentada no item 3.2 letra a (Composição do EBITDA Ajustado) contempla a conciliação desta medida não contábil com o lucro líquido divulgado nas demonstrações financeiras auditadas.

C. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

A dinâmica dos negócios e a necessidade de maior agilidade dos gestores na tomada de decisão passaram a exigir outras medidas além das contábeis tradicionais, que pudessem fornecer informações sobre o desempenho da Companhia aos analistas, investidores e outros públicos interessados. Na busca por tais medidas, que ajudariam na identificação de pontos fracos e prejudiciais à eficiência e eficácia empresarial, um conjunto de indicadores financeiros não-tradicionais foi desenvolvido, merecendo destaque o EBITDA ajustado, que se propõe a medir a eficiência do empreendimento, via demonstração do potencial de geração de caixa derivado de ativos genuinamente operacionais desconsiderando a estrutura de ativos e passivos e os efeitos fiscais.

A exemplo de outras Companhias de capital aberto, a Companhia tem divulgado o EBITDA ajustado como um indicador complementar aos tradicionais, visto tratar-se de uma medida globalizada, largamente aceita e utilizada mundialmente que, apesar de suas limitações, dá uma idéia do montante dos recursos efetivamente gerados pela atividade fim do negócio e se os mesmos são suficientes para investir, pagar os juros sobre capital de terceiros e as obrigações com o governo e remunerar os acionistas.

A Companhia entende, também, que este indicador por si só não fornece todas as informações necessárias à avaliação do desempenho do negócio, e o mesmo deve ser analisado em conjunto com outros, contábeis ou não, considerando não só o seu valor absoluto, mas também sua evolução e correlação com outras cifras das demonstrações financeiras.

3.3. IDENTIFICAR E COMENTAR QUALQUER EVENTO SUBSEQUENTE ÀS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL QUE AS ALTERE SUBSTANCIALMENTE:

Em 02/02/2011, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão com o objetivo de atender exclusivamente ao Programa de Incentivo de Longo Prazo, bem como aos compromissos decorrentes de outorgas de opções de ações de emissão de Gerdau Ameristeel Corp., utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros existentes. Em 04/02/2011 a aquisição de ações foi concluída com 3.100.000 ações preferenciais adquiridas, no montante de R$ 70.153.

Em 10/02/2011, a Companhia efetuou o crédito das ações de Gerdau S.A. atribuídas em substituição aos direitos de acionistas de Prontofer e Villares na proporção de uma ação ordinária ou preferencial de emissão de Gerdau S.A. para cada 22,247601 quotas de Prontofer e uma ação preferencial de emissão de Gerdau S.A. para cada 24 ações ordinárias de emissão de Villares S.A..

Em 03/03/2011, a Companhia informou em atendimento ao disposto na Instrução CVM Nº 358 de 01/01/2002, que seus recursos minerais medidos, indicados e inferidos somam, atualmente, 2,9 bilhões de toneladas de minério de ferro, dos quais 24% são medidos, 9% são indicados e 67% inferidos, contra 1,8 bilhão de toneladas divulgado anteriormente. Esta elevação se deve (i) às novas avaliações de volumes e teor de ferro dos recursos minerais realizadas recentemente; e (ii) à aquisição adicional de áreas de terra.

Diante disso, o Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 1º de março de 2011, à luz das perspectivas do mercado internacional de commodities, particularmente minério de ferro, determinou à Diretoria que aprofundasse estudos para explorar alternativas para monetizar parte desses recursos, avaliando as diversas opções estratégicas.

Uma vez concluídos os estudos, novo Fato Relevante será divulgado ao mercado, não havendo, contudo, como assegurar a sua efetivação nem o momento em que isto poderá ocorrer.

Em 02/03/2011, a Companhia em conjunto com o Governador do Rio de Janeiro anunciaram investimentos de R$ 2,47 bilhões na expansão da produção de aço e laminados em sua usina Cosigua, localizada no Distrito Industrial de Santa Cruz. Na unidade, a capacidade de produção de aço crescerá 50%, chegando a 1,8 milhão de toneladas por ano. Além disso, será instalado um novo laminador de fio-máquina e vergalhões, com capacidade instalada de 1,1 milhão de toneladas por ano, a ser implantado em duas etapas. Os investimentos, que seguem os mais rigorosos padrões de proteção ambiental, também envolvem a implantação de toda a infraestrutura necessária para a expansão da unidade industrial.

3.4. DESCREVER A POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, INDICANDO:

A. Regras sobre retenção de lucros:

Nos termos do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor, e a Assembléia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, uma parcela de ao menos cinco por cento para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios: sua constituição não prejudicará o direito dos Acionistas preferenciais de receber o dividendo mínimo a que fizerem jus, nem prejudicará o pagamento do dividendo obrigatório previsto; seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar observará limite máximo igual ao valor do capital social da Companhia, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso; a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado: (i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário; (ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento; (iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei; (iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

B. Regras sobre distribuição de dividendos:

Conforme seu estatuto social, os Acionistas da Companhia terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendo, um percentual do lucro líquido, obedecido o mínimo obrigatório de 30% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes reajustes:

(i) o acréscimo das seguintes importâncias:

- resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;

- resultantes da realização, no exercício, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar;

- resultantes da realização, no exercício, do aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrado como reserva de reavaliação.

(ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências, da reserva de lucros a realizar e da reserva para incentivos fiscais.

C. Periodicidade das distribuições de dividendos:

A Companhia realiza distribuições de dividendos anuais, com possibilidade de antecipações trimestrais.

D. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:

Não aplicável

3.5. EM FORMA DE TABELA, INDICAR, PARA CADA UM DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS:

Itens	Exercício de 2010	Exercício de 2009	Exercício de 2008
A - Lucro líquido ajustado para fins de dividendos - (em R$ milhões) [1]	**1.921**	**973**	**2.558**
B - Dividendo distribuído - (em R$ milhões)	**630**	**362**	**1.115**
Dividendo	289	-	824
Juros Sobre Capital Próprio	341	362	291
C - Percentual de dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	**32,8%**	**37,2%**	**43,6%**
D - Dividendo distribuído por classe e espécie de ações (R$ por ação)			
Dividendo - ON / PN	0,20	-	0,58
Juros Sobre Capital Próprio - ON / PN	0,24	0,25	0,21
E - Data de pagamento do dividendo			
1º trimestre	27.05.2010	-	03.06.2008
2º trimestre	26.08.2010	-	27.08.2008
3º trimestre	26.11.2010	26.11.2009	26.11.2008
4º trimestre	24.03.2011	12.03.2010	12.03.2009
F - Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	**11,0%**	**6,1%**	**16,0%**
G - Lucro líquido retido - (em R$ milhões)	**221**	**150**	**323**
H - Data da aprovação da retenção	**26.04.2011**	**28.04.2010**	**30.04.2009**

[1] Composição do Lucro Líquido ajustado (em R$ milhões):

Lucro líquido do exercício	2.142	1.122	2.881
Constituição da reserva legal	(107)	(56)	(144)
Constituição da reserva de incentivos	(114)	(93)	(179)
Lucro líquido ajustado	1.921	973	2.558

3.6. INFORMAR SE, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, FORAM DECLARADOS DIVIDENDOS A CONTA DE LUCROS RETIDOS OU RESERVAS CONSTITUÍDAS EM EXERCÍCIOS SOCIAIS ANTERIORES:

Nos três últimos exercícios sociais não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7. EM FORMA DE TABELA, DESCREVER O NÍVEL DE ENDIVIDAMENTO DO EMISSOR, INDICANDO:

Nível de endividamento	Exercício de 2010	Exercício de 2009	Exercício de 2008
A. Montante total de dívida, de qualquer natureza - R$ milhares	**22.743.645**	**22.578.523**	**34.006.936**
B. Índice de endividamento (passivo circulante mais o não-circulante, dividido pelo patrimônio líquido)	**112,9%**	**102,6%**	**135,8%**
C. Outro índice de endividamento			
c.1 Dívida bruta/Capitalização total (1)	42,1%	39,8%	48,1%
c.2 Dívida líquida/Capitalização total (2)	38,2%	30,6%	41,5%
c.3 Dívida bruta/EBITDA Ajustado (3) (*)	2,8x	3,8x	2,3x
c.4 Dívida líquida/EBITDA Ajustado (3) (*)	2,4x	2,5x	1,8x
c.5 EBITDA Ajustado(3) / Despesas financeiras (3) (**)	4,6x	2,7x	8,7x
c.6 EBITDA Ajustado(3) / Despesas financeiras líquidas (3) (**)	6,2x	4,0x	9,0x
c.7 *Current ratio* (índice de liquidez corrente) (4)	2,6x	2,5x	5,0x

(1) Capitalização total = Patrimônio Líquido + Dívida bruta.

(2) Capitalização total = Patrimônio Líquido + Dívida líquida.

(3) Acumulado dos últimos 12 meses.

(4) Indica a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

(*) O indicador da dívida total pelo EBITDA ajustado é calculado em conformidade com os covenants de nossos financiamentos em aberto mais significativos e que contenham cláusulas financeiras, o qual pode não ser comparável com indicadores de outras empresas.

(**) O indicador do EBITDA ajustado pela despesa financeira é calculado em conformidade com os covenants de nossos financiamentos em aberto mais significativos e que contenham cláusulas financeiras, o qual pode não ser comparável com indicadores de outras empresas. Nestes cálculos são incluídos na composição das despesas financeiras os juros capitalizados do período.

i. métodos utilizados para calcular os índices

Montante total da dívida: total do passivo circulante e passivo não-circulante.

Dívida bruta: é composto pelo saldo de empréstimos e financiamentos e debêntures no final de cada exercício.

EBITDA ajustado: o EBITDA ajustado é calculado utilizando-se o lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortizações, reversão (perdas) pela não-recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação.

Dívida líquida: dívida bruta deduzidos os saldos do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Despesa Financeira: representa o custo do dinheiro emprestado, numa base consolidada incluindo (sem duplicidade): (a) taxas (incluindo taxas contratuais e de prêmios de seguro relacionadas ao contrato), (b) os pagamentos líquidos em acordos de hedge, (c) a parcela de juros de todas as obrigações de pagamentos diferido, (d) todas as taxas e encargos devidos com relação a cartas de crédito ou de desempenho ou outros títulos de dívida, (e) todos os juros vencidos ou capitalizados, e (f) qualquer amortização de desconto da dívida, sendo que estas despesas financeiras não devem incluir as despesas relacionadas as perdas cambiais, incluindo as perdas cambiais de empréstimos e ajustes de conversão de moeda estrangeira ou correção monetária.

Despesa Financeira Líquida: refere-se à despesa financeira deduzida das receitas financeiras (receitas financeiras de aplicações financeiras, acrescido de juros recebidos de clientes e, excluindo os ganhos cambiais).

Dívida bruta, dívida líquida e EBITDA ajustado não são medidas contábeis reconhecidas de acordo com o IFRS e não podem ser tomados em consideração isoladamente. Outras companhias podem calcular estes índices de forma diferente e, portanto, sua apresentação pode não ser comparável com os indicadores de outras companhias.

ii. o motivo pelo qual entende que esse índice é apropriado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento do emissor

A Companhia entende que estes índices são apropriados para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento uma vez que permitem relacionar os níveis de endividamento bruto e líquido da Companhia à sua capacidade de geração de caixa, medida sobre os últimos 12 meses.

Adicionalmente, os índices de Dívida bruta/EBITDA ajustado, EBITDA ajustado/Despesas financeiras e *Current ratio* referem-se aos *Covenants* dos principais contratos de dívida da Companhia e suas controladas.

3.8. EM FORMA DE TABELA, SEPARANDO POR DÍVIDAS COM GARANTIA REAL, DÍVIDAS COM GARANTIA FLUTUANTE E DÍVIDAS QUIROGRAFÁRIAS, INDICAR O MONTANTE DE OBRIGAÇÕES DO EMISSOR DE ACORDO COM O PRAZO DE VENCIMENTO:

Dívida (R$ milhares)	Total	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos	Superior a 3 ano e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos
Dívidas com garantia real	85.134	14.871	42.928	-	27.335
Dívidas com garantia flutuante	-	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Dívidas quirografárias	22.658.511	5.007.028	10.145.080	3.335	7.503.068
Total [1]	22.743.645				

[1] Contempla o somatório do passivo circulante e do passivo não circulante constantes nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2010.

Em garantia dos financiamentos contratados na modalidade FINAME/BNDES, cujo saldo devedor, na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas, era de R$ 85,1 milhões, foram oferecidos os bens objeto destes, em alienação fiduciária, motivo pelo qual são considerados como dívida com garantia real. Para certos financiamentos as garantias são avais dos controladores, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 0,95% ao ano, calculada sobre o montante avalizado.

3.9. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não há outras informações relevantes a divulgar em relação a este tópico.

4. FATORES DE RISCO

4.1. DESCREVER FATORES DE RISCO QUE POSSAM INFLUENCIAR A DECISÃO DE INVESTIMENTO, EM ESPECIAL, AQUELES RELACIONADOS:

A. Ao emissor:

A Companhia poderá não integrar com sucesso seus negócios, sua administração, operações ou produtos, ou mesmo não concretizar nenhum dos benefícios previstos em futuras aquisições.

Ao longo dos anos, a Companhia expandiu sua presença, principalmente por meio de aquisições nos mercados da América do Norte e América Latina. A integração dos negócios e oportunidades originados nas unidades recentemente adquiridas àqueles que podem ser adquiridos no futuro pela Companhia pode envolver riscos. A Companhia talvez não consiga integrar com sucesso os negócios, a administração, as operações, produtos e serviços adquiridos no futuro às suas atuais operações. O desvio da atenção da administração dos negócios já existentes e possíveis problemas associados à integração das novas operações poderão ter um impacto sobre as receitas e resultados das operações. A integração das aquisições poderá resultar em despesas adicionais, com possível redução de lucratividade. A Companhia poderá não administrar com êxito esses riscos ou outros problemas associados às aquisições passadas e futuras.

A Companhia avalia, em bases anuais, a recuperabilidade do ágio sobre os investimentos e utiliza práticas usuais de mercado, incluindo fluxo de caixa descontado para as operações de negócio que possuem ágio. Uma retração no mercado de aço poderia afetar negativamente a expectativa de resultados da Companhia, o que exigiria o registro de despesa em sua demonstração de resultados quanto à redução do ágio.

A Companhia pode não conseguir reduzir sua alavancagem financeira, o que aumentaria seu custo de capital, afetando negativamente sua condição financeira ou resultados operacionais.

Em 2007, as agências internacionais de classificação de risco Fitch Ratings e Standard & Poor's classificaram a Companhia como *investiment grade*, o que a deu acesso a financiamentos com taxas mais baixas. Devido às aquisições da Companhia nos últimos anos, sua relação dívida total/EBITDA alcançou o máximo normalmente aceito pelas agências para uma empresa de *investiment grade*. No primeiro semestre de 2009, a Standard & Poor's colocou a Gerdau na listagem CreditWatch com implicações negativas, refletindo as expectativas da agência de classificação em relação à deterioração no fluxo de caixa e métrica de crédito da Companhia no desafiador cenário atual. Levando-se em consideração a melhora que vem ocorrendo nas condições do mercado desde o seu nível baixo de dezembro de 2008 e janeiro de 2009, a Standard & Poor's acreditou na capacidade da Companhia de fortalecer sua métrica de crédito no segundo semestre de 2009 e reiterou seu *investiment grade.* A gradual recuperação na geração de caixa operacional da Companhia e os esforços para reduzir seu nível de endividamento em 2010, ajudaram a Companhia a manter a sua avaliação de risco. Se a Companhia apresentar redução em sua geração de caixa operacional ou aumento de seu endividamento, talvez venha a perder sua classificação de *investiment grade,* o que poderia elevar seu custo de capital e, consequentemente, afetar negativamente sua condição financeira e o resultado de suas operações.

O nível de endividamento da Companhia pode afetar negativamente sua capacidade de levantar capital adicional para financiar as operações, limitar sua capacidade de resposta às mudanças na economia ou na indústria e impedir o cumprimento de suas obrigações nos contratos de dívida.

O grau de alavancagem da Companhia pode ter consequências importantes, inclusive:

- Limitar a capacidade de obter financiamento adicional para capital de giro, dispêndios de capital, desenvolvimento de produtos, requisitos do serviço da dívida, aquisições e outras finalidades gerais e corporativas;

- Limitar a capacidade de declarar dividendos sobre as ações ordinárias de emissão da Companhia;

- Uma parte dos fluxos de caixa das operações deve ser alocada ao pagamento de juros sobre dívidas existentes, não ficando disponível para outros fins, incluindo operações, dispêndios de capital e futuras oportunidades de negócio;

- Aumento nas taxas de juros de determinados empréstimos da Companhia, incluindo-se sua linha de crédito, bem como a linha de crédito garantida sênior, que possuem taxas variáveis e estão sujeitos a aumentos nas taxas de juros;

- Limitar a capacidade da Companhia de ajustar-se a mudanças nas condições do mercado, colocando-a em desvantagem em relação a seus concorrentes menos endividados;

- Maior vulnerabilidade durante uma piora das condições econômicas gerais; e

- Possíveis ajustes no nível de recursos financeiros disponível para dispêndios de capital.

- O descumprimento dos *covenants* financeiros constantes em parte dos contratos de dívida da Companhia, o que poderia levar os credores a declarar inadimplência e o vencimento antecipado de contratos de dívida no valor de R$ 10,6 bilhões em 31/12/2010.

De acordo com seu endividamento atual, a Companhia pode contrair dívidas adicionais sob certas circunstâncias, o que poderia aumentar os riscos descritos acima.

Falhas inesperadas nos equipamentos podem gerar redução ou paralisação da produção.

A Companhia opera várias usinas de aço em diferentes locais. Entretanto, as interrupções na capacidade de produção nos principais locais da Companhia aumentariam os custos de produção, reduzindo as vendas e os ganhos durante o período afetado. Além das falhas periódicas nos equipamentos, as instalações da Companhia também estão sujeitas ao risco de prejuízos catastróficos resultantes de eventos inesperados, como incêndios, explosões, ou condições climáticas severas. Os processos de manufatura da

Companhia dependem de equipamentos cruciais para a produção de aço, como seus fornos elétricos a arco, lingotamentos contínuos, fornos de reaquecimento a gás, usinas de laminação e equipamento elétrico, incluindo transformadores de alta potência, e esses equipamentos podem, ocasionalmente, ficarem ociosos como resultado de falhas imprevisíveis. A Companhia tem experimentado períodos de paralisações ou produção reduzida nas usinas como resultado dessas falhas nos equipamentos, o que poderá também ocorrer no futuro. Interrupções inesperadas da capacidade de produção podem afetar negativamente a produtividade e os resultados operacionais da Companhia. Além disso, qualquer interrupção da capacidade de produção pode exigir da Companhia gastos adicionais para solucionar o problema, o que reduziria a quantidade de caixa disponível para as operações. O seguro contratado pela Companhia pode não cobrir as perdas. Além do mais, longas interrupções do negócio podem prejudicar a reputação da Companhia e levar à perda de clientes, o que pode ter um impacto negativo relevante no negócio, nos resultados das operações, fluxos de caixa e situação financeira da Companhia.

B. A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle:

O acionista controlador da Companhia possui grande experiência em administrar os negócios da Companhia e seus interesses podem ser conflitantes com os da Companhia.

O controlador da Companhia possui a maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia com direito a voto, assim sendo, possui poderes para, dentre outras coisas, eleger a maioria dos conselheiros da administração e aprovar matérias deliberadas nas reuniões do Conselho de Administração e assembléias de acionistas. Por possuir tais poderes, o acionista controlador pode tomar decisões conflitantes com os interesses da Companhia e demais acionistas.

C. A seus acionistas:

A Companhia não identifica riscos relacionados aos seus acionistas minoritários. Contudo, caso a Companhia deseje fazer um aumento de capital através de emissão de valores mobiliários, seus acionistas serão convocados e caso optem por não participar da capitalização, ou caso subscrevam ações em percentual inferior àquele por eles detido, isto acarretará em uma diluição da participação dos atuais acionistas minoritários na composição do capital social da Companhia.

D. A suas controladas e coligadas:

Por meio de suas subsidiárias e coligadas, a Companhia também participa de outras atividades relacionadas à produção e venda de produtos siderúrgicos, incluindo projetos de reflorestamento; geração de energia elétrica; produção de carvão coqueificável, minério de ferro e ferro-gusa; e unidades próprias de serviços e de transformação. Por deter o controle da gestão nessas empresas, os interesses da Companhia poderão ser conflitantes aos interesses destas controladas e coligadas, o que pode ocasionar, inclusive, novos direcionamentos estratégicos para estes negócios.

E. A seus fornecedores:

Aumentos nos preços ou redução na oferta de sucata de aço podem afetar negativamente os custos de produção e as margens operacionais.

A sucata de aço é o principal insumo metálico para as *mini-mills* (usinas semi-integradas) da Companhia, usinas estas que correspondiam a 74,6% da capacidade total de aço bruto em 2010. Apesar de os preços internacionais da sucata de aço serem determinados essencialmente pelos preços da sucata nos Estados Unidos, principal exportador mundial, os preços da sucata no mercado brasileiro são estabelecidos pela oferta e demanda internas. O preço da sucata de aço no Brasil varia de região para região e reflete a demanda e os custos de transporte. Se os preços dos produtos de aço acabado não acompanharem os aumentos de preço da sucata de aço, os lucros e as margens da Companhia poderão ser reduzidos. Um aumento nos preços da sucata de aço ou a escassez na oferta de aço para as unidades da Companhia afetariam os custos de produção e potencialmente reduziriam suas receitas e margens operacionais.

Aumentos nos preços de minério de ferro e carvão ou redução de sua oferta podem afetar negativamente as operações da Companhia.

Quando os preços das matérias-primas que a Companhia utiliza para produzir aço em suas unidades integradas aumentam, especialmente o minério de ferro e o carvão coqueificável, os custos de produção de suas unidades integradas também se elevam. A Companhia utiliza minério de ferro para produzir ferro-gusa líquido em sua unidade de Ouro Branco e nas unidades Gerdau Barão de Cocais e Gerdau Divinópolis, no estado de Minas Gerais, bem como na Siderperú, no Peru. O minério de ferro também é utilizado para produzir ferro esponja na unidade Gerdau Usiba, no estado da Bahia.

A unidade de Ouro Branco é a maior usina da Companhia no Brasil, e seu principal insumo metálico para a produção de aço é o minério de ferro. Em 2010, essa unidade representou 49,4% da capacidade de aço bruto da Operação de Negócio Brasil. A escassez de minério de ferro no mercado nacional poderia afetar negativamente a capacidade de produção de aço de suas unidades no Brasil, e o aumento dos preços deste minério poderia reduzir as margens de lucro.

A Companhia possui minas de minério de ferro que totalizam recursos de 2,9 bilhões de toneladas no Brasil, dos quais 24% são medidos, 9% são indicados e 67% inferidos. Para minimizar a exposição à volatilidade dos preços de minério de ferro, a Companhia está investindo na ampliação da capacidade produtiva destas minas, que passará a atender 100% da necessidade de minério de ferro da Unidade de Ouro Branco até 2012.

Todo o carvão coqueificável consumido nas unidades brasileiras da Companhia é importado devido à baixa qualidade do carvão do Brasil. O carvão coqueificável é o mais importante insumo energético da usina de Ouro Branco e é usado na unidade de coqueificação. Apesar dessa usina não ser dependente do suprimento de coque, a retração na oferta de carvão coqueificável poderia afetar negativamente a operação integrada nessa unidade, pois a usina de Ouro Branco precisa desse insumo para a produção de sua unidade de coqueificação. Todo o carvão coqueificável usado na unidade de Ouro Branco é importado do Canadá, Estados Unidos, Austrália e Colômbia. Uma escassez deste carvão no mercado internacional afetaria negativamente a capacidade de produção de aço da usina de Ouro Branco, e a elevação de seu preço poderia reduzir as margens de lucro. A Companhia não tem contratos de longo prazo para o suprimento de algumas das matérias-primas que utiliza.

As operações da Companhia consomem muita energia elétrica e a escassez ou os preços altos de energia podem ter um efeito adverso nos resultados da Companhia.

A produção de aço é um processo que consome muita energia elétrica, principalmente nas aciarias que utilizam fornos elétricos a arco. A energia elétrica é um componente significativo do custo dessas unidades, da mesma forma que o gás natural, embora em menor escala. A eletricidade não pode ser substituída por outra fonte de energia nas usinas da Companhia, e o seu racionamento ou interrupções de fornecimento, como ocorreu no Brasil em 2001, podem afetar negativamente a produção dessas unidades.

O gás natural é usado nos fornos de reaquecimento nas usinas de laminação da Companhia. No caso de escassez no abastecimento de gás natural, a Companhia poderia, em alguns casos, usar óleo combustível como fonte de energia. Entretanto, essas medidas poderiam aumentar os custos de produção, com consequente redução das margens operacionais.

F. A seus clientes:

A inadimplência por parte dos clientes ou o não recebimento, por parte da Companhia, de créditos detidos junto a instituições financeiras e gerados por operações de investimento financeiro podem afetar negativamente as receitas da Companhia.

Esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

G. Aos setores da economia nos quais o emissor atue:

Crises globais e desacelerações econômicas subsequentes podem afetar adversamente a demanda global e levar a uma redução do comércio internacional. Em consequência, as condições financeiras e os resultados operacionais da Companhia podem ser afetados negativamente.

A história tem mostrado muitas crises econômicas e financeiras mundiais em recentes décadas, como a última crise que começou em 2008. Essa crise foi causada pelo aumento dramático da inadimplência em financiamentos imobiliários de alto risco e execuções nos Estados Unidos, com graves consequências para bancos e mercados financeiros do mundo inteiro. Mercados desenvolvidos, como América do Norte e Europa, estão passando por uma forte recessão devido ao colapso dos financiamentos imobiliários e à escassez global de crédito. Com base no padrão observado desde 2008, a demanda por produtos de aço sofreu uma redução em 2009, mas vem, desde 2010, apresentando gradual recuperação, principalmente nas economias em desenvolvimento. Se a Companhia não conseguir se manter competitiva nesses mercados em mutação, nossos lucros, margens e receitas podem ser impactados negativamente. Essa retração econômica e as turbulências da economia global sem precedentes tiveram um impacto negativo nos mercados consumidores, afetando o ambiente de negócios das empresas quanto aos seguintes itens:

- Redução nos preços internacionais de aço;
- Queda dos volumes internacionais de aço negociados;
- Crise nos setores automotivo e de infraestrutura; e
- Falta de liquidez, principalmente na economia norte-americana.

Historicamente, a indústria do aço tem se mostrado altamente cíclica e muito afetada pelas condições econômicas em geral, tais como a capacidade de produção mundial e as flutuações nas importações/exportações de aço e respectivas tarifas aduaneiras. Depois de um período contínuo de crescimento entre 2004 e 2008, a queda acentuada na demanda resultante da crise econômica global de 2008-2009 uma vez mais demonstrou a vulnerabilidade do mercado de aço à volatilidade dos preços internacionais de aço e matérias-primas. O último trimestre de 2008 e o primeiro semestre de 2009 caracterizaram-se por uma forte queda na demanda, já que os consumidores esgotaram os estoques existentes em vez de adquirir novos estoques. O mercado de aço começou uma recuperação gradual no segundo semestre de 2009, em sincronia com a atividade econômica global, mesmo que em diferentes níveis ao redor do mundo. Como conseqüência desta recuperação, em 2010, a produção mundial de aço estabeleceu novo recorde, atingindo 1,4 bilhão de toneladas, segundo o Worldsteel.

Em 2011, a demanda por produtos de aço continua mostrando uma gradual melhora a cada mês. Não há garantia de que essa melhora seguirá ocorrendo no decorrer de 2011. Um declínio nessa tendência pode impactar negativamente os resultados da Companhia.

Condições políticas e econômicas no Brasil e políticas governamentais para a economia e outras áreas podem afetar negativamente a demanda por produtos da Companhia, bem como sua receita líquida e desempenho financeiro geral.

A economia brasileira tem sofrido frequentes e, por vezes, extensas intervenções do governo brasileiro. O governo alterou várias vezes as políticas monetária, tributária, de crédito e de tarifação para interferir no curso da economia brasileira. Suas ações para controlar a inflação e implementar outras políticas, muitas vezes incluíram aumentos nas taxas de juros, controles de preços e salários, desvalorizações da moeda, congelamento de depósitos bancários, controles sobre o capital e restrições às importações.

Os resultados operacionais e as condições financeiras da Companhia podem ser afetados negativamente pelos seguintes fatores e pelas consequentes reações do governo aos mesmos:

- Controles e flutuações das taxas de câmbio;
- Taxas de juros;
- Inflação;
- Políticas tributárias;
- Escassez ou falta de energia elétrica;
- Liquidez dos mercados internos e estrangeiros de crédito e de capital; e

- Outros desdobramentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto a possíveis mudanças pelo governo brasileiro das políticas e regulamentações que afetam esses ou outros fatores pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade dos mercados de valores mobiliários no Brasil e dos títulos de emissores brasileiros em outros países. Esses e outros desdobramentos da economia brasileira e políticas governamentais poderão afetar negativamente a Companhia e seus negócios.

A inflação e as ações do governo para combatê-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e afetar negativamente os negócios da Companhia.

O Brasil já passou por períodos de alta inflação no passado. Desde a implantação do Plano Real em 1994, a inflação anual, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), diminuiu significativamente. A inflação medida pelo IPCA era de 3,1% em 2006, 4,5% em 2007, 5,9% em 2008, 4,3% em 2009 e 5,9% em 2010. Se o Brasil sofresse altos níveis de inflação novamente, poderia haver desaceleração da taxa de crescimento econômico do país, o que levaria a uma menor demanda pelos produtos da Companhia no Brasil. Provavelmente, a inflação também aumentaria alguns dos custos e despesas da Companhia que talvez não pudessem ser repassados aos consumidores, levando à redução de suas margens de lucro e receita líquida. Além disso, a alta inflação geralmente conduz a taxas de juros internas mais altas, o que poderia levar ao aumento do custo da dívida da Companhia expressa em reais. A inflação também pode prejudicar o acesso a mercados de capitais, o que poderia impactar negativamente a capacidade da Companhia de refinanciar suas dívidas. Pressões inflacionárias também podem levar à adoção de políticas governamentais de combate à inflação, com possíveis impactos adversos para os negócios da Companhia.

Variações cambiais entre o dólar americano e as diversas moedas dos países onde a Gerdau opera podem aumentar o custo do serviço da dívida da Companhia em moeda estrangeira, afetando negativamente seu desempenho financeiro geral.

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações entre o real, moeda em que a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras, e as diversas moedas dos países onde opera.

Por exemplo, a Operação de Negócio América do Norte apura seus resultados em dólares norte-americanos. Portanto, a variação das taxas de câmbio entre o real e o dólar norte-americano poderia afetar o resultado de suas operações. O mesmo ocorre com todas as unidades com sede fora do Brasil, em relação à taxa de câmbio da respectiva moeda local e o real.

Em relação dólar norte-americano, o real desvalorizou 31,9% em 2008. Em 31 de dezembro de 2009, a taxa de câmbio era de US$ 1,00 por R$ 1,74, o que causou uma valorização de 25,5% em comparação com 31 de dezembro de 2008. No final de 2010, a valorização foi de 4,3%.

A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano também poderia levar a novas pressões inflacionárias no Brasil, ao causar uma elevação geral no preço de serviços e produtos importados exigindo que o governo adote medidas recessivas para conter a demanda. Além disso, a desvalorização do real poderia enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil.

A dívida contratada pela Companhia em moeda estrangeira, principalmente em dólares norte-americanos, totalizava R$ 11,3 bilhões em 31 de dezembro de 2010, representando 77,3% de sua dívida bruta consolidada. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía R$ 868 milhões em disponibilidades e investimentos de curto prazo em moedas estrangeiras. Uma desvalorização significativa do real frente ao dólar norte-americano ou outras moedas poderia reduzir a capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras expressas em moeda estrangeira, principalmente porque uma parte significativa de sua receita líquida é expressa em reais.

A receita e as margens de exportação também são afetadas pelas flutuações na taxa de câmbio do dólar norte-americano e de outras moedas locais, em relação ao real, de países onde a Companhia produz. Os custos de produção da Companhia são denominados em moeda local, mas as vendas de exportação são

expressas em dólares norte-americanos. Quando o real se valoriza frente ao dólar, as receitas de exportações se reduzem quando convertidas para a moeda brasileira.

A demanda por aço é cíclica, e uma redução nos preços atuais do aço no mercado mundial poderia afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

A indústria do aço é altamente cíclica. Consequentemente, a Companhia fica exposta a grandes alterações de demanda por produtos de aço, o que, por sua vez, causa variações nos preços da maioria de seus produtos, eventualmente reduzindo o preço de seus estoques. Além disso, a demanda por produtos de aço, e portanto, a situação financeira e os resultados operacionais das empresas do setor de aço, inclusive a própria Companhia, são geralmente afetados pelas mudanças macroeconômicas na economia mundial e nas economias internas dos países produtores de aço, inclusive pelas tendências gerais dos setores de aço, construção e automotivo. Desde 2003, a demanda por produtos de aço em países em desenvolvimento (especialmente a China), a força do euro em relação ao dólar norte-americano e o crescimento econômico mundial têm contribuído para que se estabeleça um novo nível de preços altos para os produtos de aço da Companhia. Entretanto, esses preços relativamente altos podem não se manter, devido especialmente à expansão mundial da capacidade instalada ou a um novo nível de demanda. No 2º semestre de 2008, e principalmente no início de 2009, as economias norteamericana e europeia apresentaram crescimento mais lento, o que afetou muitos outros países. Desde o final de 2009 e ao longo do ano de 2010, a demanda mundial de aço e os preços vêm mostrando melhora se comparados à situação supra mencionada e a Companhia acredita que essa tendência continuará ao longo de 2011. Uma queda relevante na demanda por aço ou nas exportações por países sem condições de consumir sua produção, como aconteceu em 2008, pode ter um forte impacto adverso nas operações e perspectivas da Companhia.

Importações mais baratas de outros países no Brasil podem afetar negativamente os negócios da Companhia.

As importações de aço no Brasil forçaram a redução dos preços do aço no final de 2010 afetando negativamente as vendas e as margens de lucro no quarto trimestre. A concorrência dos produtores estrangeiros é uma ameaça e pode aumentar em função do prêmio do preço doméstico em relação ao preço internacional e da fraca demanda dos tradicionais mercados consumidores de produtos destes países exportadores para o Brasil. Quaisquer alterações nos fatores mencionados acima, bem como nas tarifas aduaneiras ou medidas protecionistas podem resultar em um maior nível de importações no Brasil, resultando em pressões nos preços domésticos que poderiam afetar negativamente os negócios da Companhia. No início de 2011, em função da alta nos preços internacionais, o prêmio do preço doméstico em relação ao internacional foi reduzido, evitando a entrada de produtos longos importados, bem como permitiu uma recuperação dos preços no mercado doméstico que vinham pressionados por maiores custos de matéria-prima. A Companhia acredita que as medidas adotadas no final de 2010 diminuirão a exposição a este risco.

Novos entrantes no mercado podem afetar a competitividade da Companhia.

Desde 2009, vem sendo anunciadas intenções de instalação de novas capacidades de produção de aço no Brasil. Se concretizadas, poderão ocasionar uma possível perda de participação de mercado, redução de preços e escassez de matéria prima com consequente aumento nos seus preços.

Nossas estimativas de recursos minerais são baseadas somente em estudos internos e podem ser substancialmente diferentes dos recursos que podemos realmente recuperar.

Nossos recursos de mineração referem-se às quantidades de minérios e minerais com base em estudos internos e ainda não foram certificados por um consultor externo. Há várias incertezas inerentes na estimativa das quantidades dos recursos, incluindo muitos fatores fora do nosso controle. A engenharia de reservas envolve a estimativa de depósitos de minerais que não podem ser mensurados de forma exata, e a exatidão de qualquer estimativa de reserva é uma função da qualidade dos dados disponíveis e interpretação e julgamento geológico e de engenharia. Além disso, as estimativas de diferentes engenheiros podem variar. Consequentemente, não é possível garantir que o valor indicado de recursos minerais medidos, indicados ou inferidos serão recuperados ou que eles possam ser recuperados a taxas comercialmente viáveis.

Um aumento na capacidade da China de produzir aço ou uma desaceleração de seu consumo de aço poderia causar um efeito adverso relevante nos preços de aço no mercado doméstico e global, resultando em um aumento das importações de aço no mercado brasileiro.

Um fator significativo no aumento mundial do preço do aço nos últimos anos tem sido o crescimento acentuado do consumo de aço na China, que muitas vezes ultrapassa a capacidade de fabricação daquele país para produzir aço em quantidade suficiente para suprir suas próprias necessidades. Muitas vezes, isso tem feito da China um importador líquido de produtos de aço, bem como um importador líquido de matérias-primas e suprimentos necessários ao processo de manufatura do aço. Uma redução na taxa de crescimento econômico da China com a consequente diminuição do consumo de aço, juntamente com a expansão da capacidade de produção de aço nesse país, poderia enfraquecer muito a demanda pelo aço e reduzir seu preço tanto no mercado interno quanto globalmente. Além do mais, muitos produtores de aço na Ásia e Europa, que antes enviavam sua produção para a China, podem embarcar seus produtos de aço para outros mercados mundiais, o que poderia causar uma erosão importante das margens pela redução dos preços.

H. À regulação dos setores em que o emissor atue:

Medidas restritivas impostas por países importadores para conter o comércio de produtos de aço podem afetar os negócios da Companhia, aumentando o custo de seus produtos ou reduzindo sua capacidade de exportação.

A Companhia é um produtor de aço, abastecendo o mercado interno brasileiro e vários mercados no exterior. Suas exportações enfrentam a concorrência de outros produtores de aço e as restrições impostas pelos países importadores na forma de cotas, impostos sobre mercadorias, tarifas ou aumentos nas taxas de importação. Qualquer desses fatores pode aumentar os custos dos produtos e torná-los menos competitivos ou impedir que a Companhia os venda nesses mercados. Não há garantia de que os países importadores não irão impor cotas, impostos sobre mercadorias, ou tarifas, nem de que não aumentarão as taxas de importação.

Custos relacionados ao cumprimento de regulamentações ambientais podem aumentar se os requisitos se tornarem mais severos, o que poderia afetar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

As unidades industriais e demais atividades da Companhia devem cumprir uma série de leis e regulamentos federais, estaduais e municipais em relação ao meio ambiente e à operação das usinas em todos os países em que opera. Esses regulamentos incluem procedimentos de, controle de emissões no ar, descargas de água residual e manuseio e descarte de lixo sólido e perigoso.

Ainda, a legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador.

O descumprimento das leis e regulamentos ambientais pode resultar em sanções administrativas ou criminais, ordens de fechamento, além da obrigação de reparar os eventuais danos causados a terceiros e ao meio ambiente como, por exemplo, através da remediação de eventual contaminação . Se as leis vigentes e futuras se tornarem mais rígidas, os gastos com ativos fixos e os custos para cumprimento da legislação poderão crescer e afetar negativamente a situação financeira da Companhia. Além disso, futuras aquisições poderão sujeitar a Companhia a gastos e custos adicionais para o cumprimento da legislação ambiental.

Leis e regulamentos que buscam reduzir os gases de efeito estufa e outras emissões no ar podem ser promulgados no futuro, podendo ter um impacto significativo adverso nos resultados das operações, fluxos de caixa e situação financeira da Companhia.

Um dos possíveis efeitos do crescimento das exigências relacionadas à redução da emissão de CO2 é o aumento em custos, principalmente pela demanda de energia renovável e a implementação de novas tecnologias na cadeia produtiva. Por outro lado, estima-se um crescimento na demanda por produtos que resultem em menores emissões e a tendência no setor de aço é de demanda por produtos feitos através de processos com reduzida emissão de gases que afetem o efeito estufa. Neste cenário a Operação de Negócio Brasil recebeu o selo ecológico Falcão Bauer para seus produtos de construção civil. Essa certificação garante que a Companhia segue as práticas de sustentabilidade ambiental na fabricação de seus produtos. Além disso, a Gerdau investiu no aumento do consumo de biocombustíveis sólidos como fonte de energia na produção de ferro gusa. Ao mesmo tempo, a Companhia tem aumentado seus esforços no controle e gerenciamento dos estoques de CO2, incluindo o uso de diferentes tecnologias.

O Decreto nº 7.390/2010, publicado em dezembro/2010 regulamentou a Política Nacional sobre Mudança do Clima, prevendo a elaboração de planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas para o setor do aço, visando à consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono. Tais planos setoriais serão elaborados até 15 de dezembro de 2011 por empresas do setor, juntamente com o governo, e conterão metas de redução de emissões em 2020, incluindo metas gradativas com intervalo máximo de três anos, o que poderá demandar investimento relevante pela Companhia.

A Companhia prevê que as operações nos países onde atua serão afetadas no futuro por iniciativas federais, estaduais e das províncias relacionadas à mudança climática, que visam lidar com a questão dos gases de efeito estufa (GEEs) e outras emissões no ar. Os governos das províncias do Canadá, por exemplo, estão implementando medidas legislativas, algumas já vigentes e outras que deverão entrar em vigor brevemente. Provavelmente, um dos efeitos desse crescente conjunto de requisitos legais será o aumento no custo da energia. Alguns governos estaduais nos Estados Unidos, incluindo a Califórnia e as crescentes coalizões de estados do oeste, nordeste e do meio Atlântico, também estão tomando medidas ativas para possibilitar uma redução nas emissões de GEEs, e o governo federal daquele país está se mobilizando na mesma direção. Em particular, vários itens de legislação federal para limitar as emissões desses gases foram apresentados ao Congresso dos EUA, alguns dos quais poderão virar lei no futuro. Além disso, a Agência de Defesa do Meio Ambiente dos EUA (EPA) emitiu seu parecer de que as concentrações atmosféricas atuais e projetadas de certos GEEs ameaçam a saúde e o bem-estar públicos, o que poderia servir como fundamento para uma posterior ação da EPA. O governo federal canadense está monitorando esses desdobramentos nos Estados Unidos bem de perto, e indicou sua intenção de trabalhar em conjunto com os EUA em futuras iniciativas para redução de GEEs e geração de energia renovável. Como os pormenores desse regime legislativo que está surgindo ainda não estão muito bem definidos no Canadá e Estados Unidos, seu resultado poderá ter um impacto negativo relevante nos resultados das operações, fluxos de caixa e situação financeira da Companhia.

Demissões de funcionários ou paralisações trabalhistas podem gerar custos ou afetar a operação da Companhia de maneira negativa no futuro.

Parte dos empregados da Companhia são representados por sindicatos de trabalhadores de acordo com a legislação local e as condições do contrato de trabalho são reguladas por acordos ou convênios coletivos de trabalho que estão sujeitos a negociações periódicas. Greves ou paralisações trabalhistas ocorreram no passado e podem voltar a ocorrer devido a negociações de novos acordos trabalhistas ou em outros períodos por outras razões, incluindo-se o risco de demissões durante um período de recessão que poderia gerar custos rescisórios. Além disso, a Companhia também pode ser negativamente afetada por paralisações trabalhistas envolvendo partes não relacionadas que podem nos fornecer bens ou serviços. As greves e outras paralisações trabalhistas de qualquer de nossas operações poderiam afetar a operação das unidades, bem como o tempo de conclusão e o custo de nossos projetos de capital.

I. Aos países estrangeiros onde o emissor atue:

Desdobramentos em outros mercados emergentes ou nos Estados Unidos podem afetar negativamente o mercado de capitais do Brasil.

Questões políticas, econômicas e sociais, especialmente em países da América Latina e em outros países emergentes ou nos Estados Unidos, podem ter um efeito negativo no valor de mercado da Companhia. As condições nesses países são em geral consideravelmente diferentes das encontradas no Brasil, mas as reações dos investidores a fatos nesses países podem afetar o mercado de capitais brasileiro e diminuir o interesse de investidores por títulos de emissores brasileiros. O Brasil passou por períodos com

uma saída de dólares norte-americanos significativa, e as companhias brasileiras encontraram custos mais elevados de financiamento no Brasil e no exterior, além de dificuldades em acessar os mercados de capitais internacionais. Quaisquer alterações nos fatores mencionados acima pode fazer com que o valor de mercado das empresas brasileiras seja afetado negativamente, situação esta já experimentada em anos anteriores.

Importações mais baratas de outros países na América do Norte e América Latina podem afetar negativamente os negócios da Companhia.

As importações de aço na América do Norte e América Latina têm forçado a redução dos preços do aço nos últimos anos, afetando negativamente as vendas e as margens de lucro. A concorrência dos produtores estrangeiros de aço é forte e pode aumentar devido ao incremento de sua capacidade instalada, à desvalorização do dólar norte-americano e à redução da demanda doméstica por aço em outros mercados, com esses fatores levando a níveis mais altos de importações de aço na América do Norte e América Latina a preços mais baixos. No passado, o governo dos Estados Unidos adotou medidas protecionistas temporárias para regular a importação de aço por meio de cotas e tarifas. Alguns países da América Latina adotaram medidas semelhantes. Estas medidas protecionistas podem não ser adotadas e, apesar dos esforços para regular o comércio, importações com preços injustos poderão entrar nos mercados da América do Norte e América Latina futuramente, resultando em pressões nos preços que poderiam afetar negativamente os negócios da Companhia.

4.2. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS RISCOS ACIMA MENCIONADOS, CASO RELEVANTES, COMENTAR SOBRE EVENTUAIS EXPECTATIVAS DE REDUÇÃO OU AUMENTO NA EXPOSIÇÃO DO EMISSOR A TAIS RISCOS:

A Companhia monitora sistematicamente cada um dos riscos mencionados no item 4.1. que estão relacionados ao seu negócio. Até este momento e de acordo com as expectativas da Companhia, não há significativo aumento ou redução na exposição a tais riscos que não tenham sido mencionados no item 4.1.

4.3. DESCREVER OS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE, DISCRIMINANDO ENTRE TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E OUTROS: (I) QUE NÃO ESTEJAM SOB SIGILO, E (II) QUE SEJAM RELEVANTES PARA OS NEGÓCIOS DO EMISSOR OU DE SUAS CONTROLADAS, INDICANDO:

Todos os processos da Companhia passam por avaliação de risco. Há constituição de provisões com relação aos valores, ou parcela deles, considerados como de perda provável. O encerramento desfavorável de diversos processos com valores relevantes e avaliados como de perda possível ou remota e, por isso, sem provisão constituída, poderá impactar negativamente nos resultados da empresa. Todavia, considerando a média histórica anual de encerramento de processos a Companhia não acredita que uma decisão desfavorável isolada possa causar impacto negativo relevante a sua situação financeira.

4.3.1) Cíveis

1) Ação de consignação em pagamento n. 024030576789

A. Juízo:

10ª Vara Cível da Comarca de – Belo Horizonte/MG.

B. Instância:

1ª Instância.

C. Data de instauração:

04/08/2003 (distribuição).

D. Partes no processo:

Autora: Sul América Companhia Nacional de Seguros S.A.; Réus: Gerdau Açominas S.A. e Westdeustsche Landesbank Girozentrale.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

Ação movida por Sul América Seguradora contra a Gerdau Açominas S.A. e terceiro, tendo por objeto consignação judicial de R$ 34.383 mil, para quitação de indenização de sinistro. Em contestação pede-se seja determinado o pagamento do valor faltante à época, de US$ 166.071.112,97, deduzido o valor recebido (US$ 20.000.000,00) a título de adiantamento no curso da regulação (processo de apuração do valor devido) e o valor consignado.

F. Principais fatos:

A ação decorre de acidente ocorrido em 23/02/2002 com os regeneradores do alto-forno, que resultou em perda de produção, danos materiais e lucros cessantes. Inicialmente pleiteou-se uma indenização de US$ 85.692.551,47, com base nos custos incorridos durante parte do período de paralisação do equipamento e gastos imediatos incorridos para recuperá-lo provisoriamente. Durante o processo de regulação (processo que apura o valor a ser indenizado), houve o adiantamento de US$ 20 milhões, recebidos pela Gerdau Açominas. No final do processo de regulação, a Seguradora reconheceu a indenização de apenas US$ 31.597.457,35 (dos quais seriam deduzidos os US$ 20 milhões adiantados) e condicionou o pagamento do valor faltante (cerca de US$ 11,5 milhões) à quitação geral pelo acidente, o que foi recusado pela Açominas.

Em função disto, a Açominas ajuizou ação de cobrança desta quantia incontroversa. Concomitantemente, a Sul América Seguradora moveu ação contra a Gerdau Açominas S.A. e terceiro (Banco), consignado o valor indenizatório que entende devido pelo sinistro, que corresponderia em Reais a R$ 35.102.024,16. Alegou dúvida a quem pagar e resistência da Companhia em receber e quitar. O valor consignado já foi levantado. Nas contestações foram refutadas as dúvidas e demonstrada a insuficiência do valor consignado. O pedido é o de que seja determinado que a autora deposite o valor faltante, de US$ 166.071.112,97, deduzido o valor recebido a título de adiantamento no curso da regulação (US$ 20.000.000,00) e o valor consignado, ou a determinação pelo juízo de qual o valor efetivamente devido. Atualmente está sendo produzida prova pericial contábil de engenharia. A expectativa é de êxito nas ações.

G. Chance de perda:

Remota.

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Pequeno, pois a ação visa à indenização de perdas já realizadas pela Companhia.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há.

4.3.2) Tributários e Previdenciários

Constam do presente item somente os processos com valor superior a R$13,7 milhões, o que representa 0,068% do Patrimônio Líquido da Companhia (R$20.148 milhões) e cuja probabilidade de perda foi classificada pelos advogados responsáveis como possível ou provável.

1) Auto de Infração nº 0100016018395

A. Juízo:

Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais - MG.

B. Instância:

1ª Instância

C. Data de instauração:

11/05/2009 (distribuição).

D. Partes no processo:

Autora: Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais; Ré: Gerdau Açominas S.A.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 38.811.797,30 (em 31/12/2010)

F. Principais fatos:

Em 11/05/2009 o Fisco Estadual constituiu crédito tributário relativo a ICMS supostamente não recolhido ou recolhido a menor, nos períodos de agosto de 2005 a dezembro de 2007, em decorrência da tomada de créditos do imposto pago nas aquisições de diversos bens adquiridos para integrar seu ativo imobilizado, sob a alegação de serem alheios às atividades da empresa. Em 10/06/2009 o lançamento foi impugnado onde se sustenta, principalmente, que tais bens são utilizados em seu processo produtivo e, por isso, foram contabilizados como ativo imobilizado, na forma do art. 20, § 5º, I, da Lei Complementar nº 87/96, seja de forma direta (utensílios de escritórios, móveis, equipamentos e outros), seja através de investimentos implementados no período de 2000 a 2007, para a montagem ou construção de máquinas, equipamentos ou instalações utilizadas em seu processo produtivo (imobilização em andamento). Atualmente a impugnação aguarda apreciação pelo Conselho de Contribuintes.

G. Chance de perda:

Provável, com relação à parcela provisionada.

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Não haverá impacto significativo, uma vez que, em havendo evolução jurisprudencial desfavorável, constituiremos provisões complementares.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

R$ 14.257.072,68 (em 31/12/2010), relativo à parcela avaliada como perda provável.

2) Notificação de Lançamento nº 355131609

A. Juízo:

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

B. Instância:

2ª Instância

C. Data de instauração:

21/01/2005 (distribuição).

D. Partes no processo:

Autora: Secretaria da Receita Federal Previdenciária; Ré: Gerdau Açominas S.A.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 25.073.917,80 (em 31/12/2010)

F. Principais fatos:

Em 21/01/2005 recebemos a Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) lavrada por Fiscais do INSS para a cobrança do adicional do Seguro Acidente de Trabalho, destinado à aposentadoria especial, ao argumento de que a empresa (em diversos pontos – riscos ambientais, químicos e outros) teria deixado de tomar as medidas necessárias para tornar salubre o seu ambiente de trabalho. Em fevereiro/2005, a empresa apresentou Impugnação demonstrando, em síntese, que houve equívoco por parte dos Fiscais, quanto às medidas tomadas pela empresa, especialmente porque, em face do estudo de cada agente nocivo indicado pela Fiscalização, a empresa fornece, treina, orienta e fiscaliza o uso correto e adequado de EPIs, neutralizando, com isso, os riscos a que estariam expostos seus empregados. Em julho/2005 a Impugnação foi julgada improcedente.. Em 29/07/2005 apresentamos Recurso Voluntário que se encontra pendente de julgamento no Conselho de Contribuintes. Para a interposição do recurso, fizemos depósito administrativo do correspondente a 30% do valor atualizado do crédito tributário, o que representou, naquela oportunidade, o montante de R$ 5.694.780,10.

G. Chance de perda:

Provável, com relação à parcela provisionada.

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Não haverá impacto significativo, uma vez que, em havendo evolução jurisprudencial desfavorável, constituiremos provisões complementares.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

R$ 3.264.337,51 (em 31/12/2010), relativo à parcela avaliada como perda provável.

3) Notificação Fiscal de Lançamento nº 370273990

A. Juízo:

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

B. Instância:

2ª Instância

C. Data de instauração:

08/05/2007 (distribuição).

D. Partes no processo:

Autora: Secretaria da Receita Federal Previdenciária; Ré: Gerdau Açominas S.A.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 16.566.210,41. (em 31/12/2010)

F. Principais fatos:

Trata-se de notificação fiscal de lançamento (NFLD) recebida em abril/2007 para a cobrança do adicional de contribuição social destinada à aposentadoria especial, nos moldes da Lei nº 8.213/91. A fiscalização entendeu não haver o gerenciamento necessário do ambiente de trabalho de forma a controlar e eliminar os agentes nocivos à saúde e a integridade física dos trabalhadores, condição fundamental para afastar a cobrança do adicional mencionado. O lançamento foi impugnado em maio/2007 onde se alega, em síntese, a insubsistência da NFLD já que não comprovada a existência de resultados que possam comprometer a qualidade da gestão ambiental, tampouco contestados os dados técnicos e medições fornecidas. Argumentou-se, ainda, que, em todos os casos, a empresa fornece, treina, orienta e fiscaliza o uso correto e adequado de EPIs, neutralizando, com isso, os riscos a que estariam expostos seus empregados. Em janeiro/2009 o lançamento foi confirmado, tendo a empresa apresentado Recurso Voluntário, que se encontra pendente de julgamento no Conselho de Contribuintes.

G. Chance de perda:

Provável, com relação à parcela provisionada.

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Não haverá impacto significativo, uma vez que, em havendo evolução jurisprudencial desfavorável, constituiremos provisões complementares.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

R$ 1.764.074,04 (em 31/12/2010), relativo à parcela avaliada como perda provável.

4) Auto de Infração nº 1473230032067

A. Juízo:

Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia

B. Instância:

1ª Instância

C. Data de instauração:

04/12/2006 (distribuição).

D. Partes no processo:

Autora: Fazenda Pública Estadual; Ré: Gerdau Aços Longos S.A.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 18.324.088,89 (em 31/12/2010)

F. Principais fatos:

Trata-se de lançamento constituído em 20/10/2006, no qual o Fisco glosa créditos de ICMS decorrentes das aquisições de produtos intermediários e bens de uso e consumo. Em 23/11/2006 foi

formalizada impugnação. Em 30/01/2007 o julgamento foi convertido em diligência, pela 3ª Junta de Julgamento Fiscal do CONSEF, em razão de divergências de classificação das mercadorias. Em 21/09/2007, o julgamento foi novamente convertido em diligência pela 5ª Junta de Julgamento Fiscal do CONSEF em razão de divergências ainda não solucionadas de forma eficaz na primeira diligência. O resultado da diligência realizada aponta para redução de 85% da autuação em razão do acolhimento da classificação técnica pela autuada. Considerando o resultado da diligência a empresa recolheu R$ 880.784,77 relativamente à parcela não reconhecida na mesma e, para isso, se valeu da anistia instituída pela Lei 11.908/10. Atualmente aguarda-se o julgamento dos recursos de ofício e voluntário. A parcela provisionada diz respeito aos itens reconhecidos na diligência, cujo acolhimento depende da decisão do CONSEF.

G. Chance de perda:

Provável, com relação à parcela provisionada.

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Não haverá impacto significativo, uma vez que, em havendo evolução jurisprudencial desfavorável, constituiremos provisões complementares.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

R$ 18.186.563,98 (em 31/12/2010).

5) Execução Fiscal nº 0054020078777

A. Juízo:

Vara Estadual Cível da Comarca de Barão de Cocais - MG

B. Instância:

1ª Instância

C. Data de instauração:

01/11/2002 (distribuição).

D. Partes no processo:

Autora: Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais; Ré: Gerdau S.A.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 56.227.000,00 (em 31/12/2010)

F. Principais fatos:

Trata-se de execução fiscal na qual se cobra valores relativos ao ICMS supostamente devido sobre as saídas de mercadorias para empresa comercial exportadora, no período de junho/90 a maio/91. Em 24/10/2003 a companhia opôs Embargos à Execução alegando que tais operações, por envolverem mercadorias destinadas à exportação, estão amparadas pela imunidade prevista no art. 155, inciso X, alínea "a", da Constituição Federal e não se subordinam à qualquer condição. Atualmente, os Embargos aguardam julgamento.

G. Chance de perda:

Possível

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Não haverá impacto significativo, uma vez que, em havendo evolução jurisprudencial desfavorável, constituiremos provisões.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há.

6) Auto de Infração nº 16643.000276/2010-42

A. Juízo:

Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Porto Alegre - RS

B. Instância:

1ª Instância

C. Data de instauração:

26/11/2010 (distribuição).

D. Partes no processo:

Autora: Receita Federal do Brasil; Ré: Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. – Grupo Gerdau

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 232.414.000,00. (em 31/12/2010)

F. Principais fatos:

Trata-se de Auto de Infração que visa à cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e de CSLL sobre os lucros de sociedades controladas diretas e indiretas com sede no exterior, em relação ao período de 01/01/2005 a 31/12/2005, com fundamento no art. 74 da Medida Provisória 2.158-35/01. A empresa protocolou impugnação em 26/11/2010, na qual alega, em síntese, (i) a inconstitucionalidade do art. 74 da Medida Provisória 2.158-35/01, (ii) a ilegalidade da desconsideração da personalidade jurídica da Gerdau GTL Spain (controlada indireta na Espanha), (iii) a prevalência do acordo para evitar dupla tributação entre Brasil e Espanha sobre atos expedidos pelas autoridades administrativas e (iv) a falta de liquidez aos créditos tributários lançados a título de IRPJ e CSLL sobre os lucros da Companhia e das empresas investidas da Gerdau GTL Spain. A impugnação ainda aguarda julgamento.

G. Chance de perda:

Possível

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Não haverá impacto significativo, uma vez que, em havendo evolução jurisprudencial desfavorável, constituiremos provisões.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há

7) Auto de Infração nº 3030464865717

A. Juízo:

Secretaria da Fazenda de Goiânia - GO

B. Instância:

2ª Instância

C. Data de instauração:

07/04/2008 (distribuição).

D. Partes no processo:

Autora: Fazenda Estadual de Goiás; Ré: Gerdau Comercial de Aços S.A.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 19.356.566,58 (em 31/12/2010)

F. Principais fatos:

Trata-se de Auto de infração lavrado para exigir diferenças de ICMS sob a alegação de utilização de base de cálculo inferior a exigida nas operações posteriores ao ingresso das mercadorias no Estado de Goiás. Em 25/04/08 a empresa impugnou alegando a nulidade do lançamento em face das inúmeras inconsistências contidas no levantamento fiscal e da falta de comprovação da infração. A impugnação foi julgada parcialmente procedente. Em 09/03/2009 foi formalizado recurso voluntário, cujo julgamento, em 10/10/2008, foi convertido em diligência para refazer os levantamentos e realizar eventuais retificações.

G. Chance de perda:

Possível

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Não haverá impacto significativo, uma vez que, em havendo evolução jurisprudencial desfavorável, constituiremos provisões.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há.

8) Execução Fiscal nº 127/2002

A. Juízo:

Anexo Fiscal de Mogi das Cruzes - SP

B. Instância:

1ª Instância

C. Data de instauração:

14/12/2001 (distribuição).

D. Partes no processo:

Autora: Fazenda Estadual de São Paulo; Ré: Aços Villares S.A., sociedade incorporada pela Companhia em 30/12/2010.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 35.765.367,53 (em 31/12/2010)

F. Principais fatos:

Trata-se de exigência de ICMS nas saídas de produtos semi-elaborados destinados ao exterior. Em 30/09/2005 formalizamos Embargos à Execução demonstrando que os produtos exportados são industrializados e, por isso, alcançados pela imunidade contida no art. 155, § 2º, inciso X, alínea 'a' da Constituição Federal. O processo aguarda despacho judicial acerca do laudo pericial apresentado.

G. Chance de perda:

Possível

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Não haverá impacto significativo, uma vez que, em havendo evolução jurisprudencial desfavorável, constituiremos provisões.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há.

9) Execução Fiscal nº 1844/1998

A. Juízo:

Serviço Anexo das Fazendas de São Caetano do Sul - SP

B. Instância:

2ª Instância

C. Data de instauração:

04/08/1998 (distribuição).

D. Partes no processo:

Autora: Fazenda Estadual de São Paulo; Ré: Villares Metals S.A.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 35.868.196,00 (em 31/12/2010)

F. Principais fatos:

Trata-se de exigência de ICMS nas saídas de produtos semi-elaborados destinados ao exterior. Em 04/08/1998 formalizamos Embargos à Execução demonstrando que os produtos exportados são industrializados e, por isso, alcançados pela imunidade contida no art. 155, § 2º, inciso X, alínea 'a' da Constituição Federal. Julgados improcedentes os embargos, em 10/10/2002 foi interposta apelação que foi improvida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Em 11/09/2006 foram interpostos Recursos Extraordinário e Especial. Em 08/02/2008 houve remessa do Recurso Especial ao Superior Tribunal de

Justiça. Em 29/10/2008 foi publicada decisão da Segunda Turma do STJ que deu provimento ao o Recurso Especial para declarar a nulidade do acórdão proferido nos Embargos de Declaração, determinando a remessa dos autos ao Tribunal de origem para manifestação acerca da matéria tratada nos referidos Embargos de Declaração. Em virtude desta decisão a Fazenda, em 10/11/2008, apresentou Agravo Regimental. Ao qual foi negado provimento em 10/02/2011. Os autos devem retornar ao TJ/SP para apreciar os embargos de declaração da empresa.

G. Chance de perda:

Possível

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Não haverá impacto significativo, uma vez que, em havendo evolução jurisprudencial desfavorável, constituiremos provisões.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há.

10) Mandado de Segurança nº 2002.51.01.02346-58

A. Juízo:

14ª Vara Federal no Rio de Janeiro - RJ

B. Instância:

2ª Instância

C. Data de instauração:

28/11/2002 (distribuição).

D. Partes no processo:

Gerdau S.A. e Armafer Serviços de Construção Ltda. x Presidente da LIGHT Serviços de Eletricidade S.A., União Federal, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 17.327.660,44. (em 31/12/2010)

F. **Principais fatos:**

Encargo de Capacidade Emergencial - A sentença extinguiu o feito sem julgamento do mérito. A apelação das empresas foi desprovida. Em razão do julgamento no Recurso Extraordinário nº 576.189 (leading case), as empresas decidiram por não recorrer dessa decisão e liberar o levantamento dos depósitos em favor da Light.

G. Chance de perda:

Provável

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Pequena, pois os valores depositados serão convertidos em renda da Light.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

R$ 17.327.660,44(em 31/12/2010)

11) Mandado de Segurança nº 200251010234646

A. Juízo:

7ª Vara Federal no Rio de Janeiro - RJ

B. Instância:

2ª Instância

C. Data de instauração:

28/11/2002 (distribuição).

D. Partes no processo:

Gerdau S.A. e Armafer Serviços de Construção Ltda. x Presidente da LIGHT Serviços de Eletricidade S.A., União Federal, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL,

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 17.805.089,90. (em 31/12/2010)

F. **Principais fatos:**

Recomposição Tarifária Extraordinária - No processo principal, a sentença denegou a segurança, mas manteve a realização do depósito judicial até o trânsito em julgado. Interposta apelação pela empresa, à qual foi negado provimento. Contra esse acórdão, a empresa interpôs recursos especial e extraordinário, que aguardam julgamento.

G. Chance de perda:

Provável

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Pequena, pois os valores depositados serão convertidos em renda da Light.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

R$ 17.805.089,90 (em 31/12/2010)

12) Auto de Infração nº 3.100.397-7

A. Juízo:

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

B. Instância:

2ª Instância

C. Data de instauração:

20/08/2009.

D. Partes no processo:

Autora: Secretaria da Fazenda do Estado; Ré: Aços Villares S.A., sociedade incorporada pela Companhia em 30/12/2010.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 17.757.443,70 (em 31/12/2010)

F. Principais fatos:

Trata-se de exigência de ICMS formalizada em razão de utilização indevida de crédito e de erro na classificação fiscal de mercadoria. Em 18/09/2009 o lançamento foi impugnado para demonstrar que a classificação fiscal utilizada é a correta, pois os produtos são de aço carbono e não de outras ligas como pretende o Fisco e que a tomada de créditos relativa às devoluções não trouxe prejuízos ao Estado, pois as mercadorias foram re-faturadas para os mesmos destinatários, com o devido destaque do ICMS. Decisão de 18/08/2010 manteve parte do lançamento. Em 27/09/2010 foi interposto Recurso Ordinário que, em decisão de 14/02/2011, foi julgado improcedente. Em 03/03/2011 apresentamos Recurso Especial, o qual se encontra pendente de julgamento.

G. Chance de perda:

Possível

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Não haverá impacto significativo, uma vez que, em havendo evolução jurisprudencial desfavorável, constituiremos provisões.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há.

13) Auto de Infração nº 10680006760/2007-57

A. Juízo:

Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

B. Instância:

2ª Instância

C. Data de instauração:

30/05/2007.

D. Partes no processo:

Autora: Secretaria da Receita Federal do Brasil; Ré: Gerdau Açominas S.A.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 20.537.438,33. (31/12/2010)

F. **Principais fatos:**

Trata-se de auto de infração onde é exigido IPI sob alegação de: (i) enquadramento de alguns perfis numa classificação fiscal à qual a legislação tributa com alíquota zero, e, de acordo com o entendimento do Fisco, haveria uma classificação mais específica que tributa com alíquota de 10%; (ii) creditamento do IPI sobre a aquisição de insumos isentos; (iii) creditamento de IPI referente a matérias-primas e produtos intermediários utilizados no processo produtivo; e (iv) creditamento presumido do IPI, para fins de ressarcimento de PIS e COFINS, relativamente a matérias-primas e produtos intermediários utilizados no processo produtivo. Em 29/06/2007 formalizamos Impugnação. Em 03/01/2011 recebemos acórdão da Delegacia de Julgamento que deu provimento parcial à impugnação e, assim, excluir a parcela referente à classificação fiscal dos perfis. Em 31/01/2011 apresentamos Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o qual se encontra pendente de julgamento.

G. Chance de perda:

Provável, relativamente à parcela provisionada.

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Não haverá impacto significativo, uma vez que, em havendo evolução jurisprudencial desfavorável, constituiremos provisões complementares.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

R$ 1.069.829,29 (Em 31/12/2010), relativo à parcela avaliada como de perda provável.

14) Ação Ordinária nº 200251010087017

A. Juízo:

6ª Vara Federal do Rio de Janeiro

B. Instância:

1ª Instância

C. Data de instauração:

29/05/2002.

D. Partes no processo:

Autora: Gerdau S.A.; Ré: Instituto Nacional de Seguridade Social

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 15.292.000,00 (31/12/2010)

F. **Principais fatos:**

Trata-se de ação judicial que objetiva a anulação de notificações fiscais de lançamento de débito (NFLDs) lavradas contra a companhia, em 2001, para exigir o recolhimento de contribuições devidas por 31 empresas prestadoras de serviços contratados pela Companhia, calculadas com base em 40% dos preços dos serviços prestados por 31 empresas, com fundamento no instituto da solidariedade. Foram considerados fatos geradores ocorridos a partir de 1993 – Em 29/05/2002, após esgotar o contencioso administrativo, entramos com Ação Anulatória de Débito, com depósito do montante integral demonstrando, em suma, a

decadência, a falta de comprovação da existência de dívidas, inexistência de responsabilidade solidária e requerendo perícia contábil. Em 05/06/2002 foi deferida a antecipação parcial da tutela, para emitir certidão negativa de débitos (CND). Em 08/07/2008 foi proferida sentença, julgando procedente em parte o pedido, apenas para excluir os débitos cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31/12/1995. Em 04/09/2008 entramos com apelação, que ainda não foi julgada.

G. Chance de perda:

Possível

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Não haverá impacto significativo, uma vez que, em havendo perda do processo os valores depositados serão convertidos em renda do INSS.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há.

15) Execução Fiscal nº 223970006522

A. Juízo:

1ª Vara Estadual da Fazenda Pública de Divinópolis - MG

B. Instância:

1ª Instância

C. Data de instauração:

02/06/1997 (distribuição).

D. Partes no processo:

Autora: Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais; Ré: Gerdau S.A.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

Valor da causa: R$ 31.027.000,00 (31/12/2010)

F. Principais fatos:

Trata-se de exigência de ICMS nas saídas de produtos semi-elaborados destinados ao exterior. Em 30/09/2005 formalizamos Embargos à Execução demonstrando que os produtos exportados são industrializados e, por isso, alcançados pela imunidade contida no art. 155, § 2º, inciso X, alínea 'a' da Constituição. Em 20/05/1998 a empresa opôs Embargos à Execução que ainda pendem de julgamento.

G. Chance de perda:

Possível

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Não haverá impacto significativo, uma vez que, em havendo evolução jurisprudencial desfavorável, constituiremos provisões.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há.

4.3.3) Outros

1) Ação declaratória de nulidade nº 2003.34.00.019038-3

A. Juízo:

13ª Vara Federal – Brasília/DF.

B. Instância:

1ª Instância

C. Data de instauração:

10/06/2003 (distribuição).

D. Partes no processo:

Gerdau S.A. (Autora) e União Federal e Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Réus).

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

Multa correspondente a 7% sobre o faturamento apurado em 1999, excluídos os impostos (o que equivale a aproximadamente R$ 345.940.781,32, em valor atualizado até dezembro de 2010), bem como publicação do extrato da decisão condenatória do CADE em jornal de grande circulação.

F. Principais fatos:

Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento. Em maio de 2004, foi proposta, por Gerdau S.A., ação judicial (ora informada) com a finalidade de anular o processo administrativo em comento, ação esta fundamentada em irregularidades formais observadas na sua instrução. O CADE, independentemente do pedido formulado pela Gerdau de produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel, julgou, em 23/09/2005, o mérito do processo administrativo e, por maioria, condenou a Companhia, e os outros produtores de aços longos, ao pagamento de multa. A Companhia nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e entende, com base nas informações disponíveis, incluindo opiniões de seus consultores legais, que o processo administrativo está eivado de irregularidades, algumas delas, inclusive, impossíveis de serem sanadas. No que diz respeito ao mérito, a Gerdau está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada e, nesse sentido, respalda suas convicções na posição de renomados técnicos e, sendo assim, julga possível a reversão de sua condenação. A mesma causa de pedir resultou no processo 2921-42.20009.4.01.3400, conexo ao ora analisado e em curso também na mesma 13ª. Vara Federal. Pleiteia o Ministério Público autor a aplicação de penalidade também calculada sobre o faturamento da empresa e baseada nos mesmos fatos acima comentados. A pretensão do autor à obtenção de medida liminar foi rejeitada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª. Região, sob o fundamento de que para a cessação da alegada prática anticoncorrencial, cuja existência a empresa nega, “bastariam a lei e a decisão do CADE” objeto de contestação, tendo a liminar pretendida objeto semelhante, e estando baseada, segundo a decisão “nas mesmas provas que o Juízo processante das ações 2006.34.00.021315-5 e 2006.34.00.020329-1 entendeu frágeis, em razão de alegados vícios no procedimento de sua produção” .

G. Chance de perda:

Possível

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Em caso de perda, a Companhia deverá fazer frente à penalidade imposta pela autoridade.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há.

2) Ação declaratória de nulidade nº 2006.34.00.023178-0

A. Juízo:

13ª Vara Federal – Brasília/DF

B. Instância:

1ª Instância

C. Data de instauração:

31/07/2006 (distribuição)

D. Partes no processo:

Gerdau S.A. (Autora) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE (Réu)

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

Multa correspondente a 7% sobre o faturamento apurado em 1999, (o que equivale a aproximadamente R$ 345.940.781,32, em valor atualizado até dezembro de 2010), bem como publicação do extrato da decisão condenatória do CADE em jornal de grande circulação.

F. Principais fatos:

Para reversão dos termos da decisão proferida pelo CADE (conforme acima mencionado), a Gerdau S.A., recorreu ao Poder Judiciário, mediante a propositura de nova ação ordinária que, além de ratificar os termos da primeira demanda, também aponta irregularidades apuradas no trâmite do processo administrativo. A Gerdau logrou êxito, em 30/08/2006, na obtenção de tutela antecipada para suspender os efeitos da decisão do CADE até decisão final a ser proferida pelo Juízo, mediante a garantia de carta de fiança bancária correspondente ao valor da multa.

G. Se a chance de perda é:

Possível.

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Em caso de perda, a Companhia deverá fazer frente à penalidade imposta pela autoridade.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há.

4.4. DESCREVER OS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS, QUE NÃO ESTEJAM SOB SIGILO, EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE E CUJAS PARTES CONTRÁRIAS SEJAM ADMINISTRADORES OU EX-ADMINISTRADORES, CONTROLADORES

OU EX-CONTROLADORES OU INVESTIDORES DO EMISSOR OU DE SUAS CONTROLADAS, INFORMANDO:

Em relação a sua controlada, Aços Villares S.A. sociedade incorporada, em 30/12/2010, pela Companhia:

4.4.1) Ação ordinária de cobrança n. 03004245-5

A. Juízo:

4ª Vara Cível de Santo Amaro - SP

B. Instância:

3ª Instância

C. Data de instauração:

30/01/2003 (distribuição).

D. Partes no processo:

Autora: Elisa Villares Lens Cesar; Ré: Aços Villares S.A., sociedade incorporada pela Companhia em 30/12/2010.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 92.728,95 (data-base: 30/01/2003)

F. Principais fatos:

A autora pede que a ré seja condenada a restabelecer e manter o pagamento da renda mensal vitalícia (RMV) instituída pelas empresas do Grupo Villares. A sentença julgou improcedente o pedido em razão da nulidade do instrumento que teria criado a RMV, revogando a tutela antecipada concedida. Foi negado provimento à apelação da autora e seus embargos de declaração foram rejeitados. A autora, então, interpôs recurso especial e extraordinário. O recurso especial foi admitido, e contra a decisão que negou seguimento ao recurso extraordinário foi interposto agravo de instrumento. O recurso especial não foi conhecido, e os embargos de declaração que a autora opôs contra essa decisão foram rejeitados. Contra essa decisão foi interposto novo recurso extraordinário que teve seu seguimento denegado. O agravo de instrumento interposto contra essa decisão denegatória foi convertido em recurso extraordinário, ainda pendente de julgamento.

G. Se a chance de perda é:

Remota

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Pequeno, em razão do baixo valor econômico envolvido.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há provisão.

4.4.2) Ação monitória n. 583.00.2008.102667-8

A. Juízo:

2ª Vara Cível Central da Comarca de São Paulo - SP

B. Instância:

2ª Instância

C. Data de instauração:

10/01/2008 (distribuição).

D. Partes no processo:

Autora: Aços Villares S.A., sociedade incorporada pela Companhia em 30/12/2010;

Réus: Acesita S.A., Elisa Villares Lens Cesar, Coinvest Companhia de Investimentos, Paulo Diederichsen Villares, Perlita Agrícola e Pecuária S.A., Remida Empreendimentos Comerciais Ltda., Vilrama Empreendimentos Participações Ltda., Maravi Empreendimentos Comerciais Ltda. e Mario Ramos Villares.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 1.975.833,52 (data-base: 10/01/2008)

F. Principais fatos:

O processo visa à cobrança de prejuízos incorridos pela Aços Villares S.A., decorrentes de fatos e operações relacionados à Aços Villares S.A. em período anterior ao investimento de Sidenor Internacional S.I nessa sociedade e de responsabilidade dos ex-acionistas controladores. A dívida havida com a Ucar Produtos de Carbono S.A. (cuja atual denominação é GRAFTEC BRASIL LTDA.), em razão de fornecimentos não pagos e não informados no balanço, na época do respectivo Acordo de Investimentos, foi paga por Aços Villares S.A., conforme acordo firmado com a Ucar Produtos de Carbono S.A. A Aços Villares S.A notificou, então, aos ex-acionistas controladores para que os mesmos efetuassem o reembolso dos valores relativos à referida dívida, mas os ex-acionistas controladores se negaram ao pagamento, alegando que não haviam sido envolvidos no acordo entre a Aços Villares S.A. e a Ucar Produtos de Carbono S.A. com vistas à quitação da dívida. O juízo de primeira instância extinguiu o processo sem julgamento de mérito, com base no entendimento de que a ação monitória não seria a via adequada, em razão da matéria discutida, ou seja, a interpretação de contrato e suas cláusulas, eis que nessa via não há a possibilidade de ampla produção de provas, nem a garantia do contraditório às partes litigantes. A via correta, portanto, seria a de uma ação de cobrança. A Aços Villares S.A. apelou da decisão, tendo o recurso sido recebido no duplo efeito e incluído em pauta para julgamento.

G. Se a chance de perda é:

Possível

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Pequeno, pois o processo visa à indenização de perdas já realizadas pela Companhia.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há provisão.

4.4.3) Ação monitória n. 583.00.2008.164748-7

A. Juízo:

38ª Vara Cível Central da Comarca de São Paulo - SP

B. Instância:

1ª Instância

C. Data de instauração:

30/06/2008 (distribuição).

D. Partes no processo:

Autora: Aços Villares S.A., sociedade incorporada pela Companhia em 30/12/2010;

Réus: Acesita S.A., Elisa Villares Lens Cesar, Coinvest Companhia de Investimentos, Paulo Diederichsen Villares, Perlita Agrícola e Pecuária S.A., Remida Empreendimentos Comerciais Ltda., Vilrama Empreendimentos Participações Ltda., Maravi Empreendimentos Comerciais Ltda. e Mario Ramos Villares.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 1.545.082,75 (data-base: 30/06/2008)

F. Principais fatos:

O processo visa à cobrança de prejuízos incorridos pela Aços Villares S.A., decorrentes de fatos e operações relacionados à Aços Villares S.A. em período anterior ao investimento de Sidenor Internacional S.I nessa sociedade e de responsabilidade dos ex-acionistas controladores. A dívida havida com a Petrobras S.A., em razão de fornecimentos não pagos e não informados no balanço, na época do Acordo de Investimentos, foi paga por Aços Villares S.A., conforme acordo firmado com a Petrobras S.A.. A Aços Villares S.A notificou, então, aos ex-acionistas controladores para que os mesmos efetuassem o reembolso dos valores relativos à referida dívida, mas os ex-acionistas controladores se negaram ao pagamento, alegando que não haviam sido envolvidos no acordo entre a Aços Villares S.A. e a Petrobras S.A. com vistas à quitação da dívida. Aguardando citação de todas as partes.

G. Se a chance de perda é:

Possível

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Pequeno, pois o processo visa à indenização de perdas já realizadas pela Companhia.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há provisão.

4.4.4) Reclamação Trabalhista nº 00331200706902004

A. Juízo:

69ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP

B. Instância:

Tribunal Superior do Trabalho

C. Data de instauração:

23/02/2007 (distribuição)

D. Partes no processo:

Reclamante: Humberto Hardman Parreiras Henriques

Reclamada: Aços Villares S.A.

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 363.933,06 (em 25/02/2011)

F. Principais fatos:

São remotas as chances de êxito de reforma da decisão que condenou Aços Villares S.A. no pagamento do benefício denominado Pensão Mensal Vitalícia. Neste momento o processo esta pendente de julgamento do Agravo interposto por Aços Villares S.A..

G. Se a chance de perda é:

Provável

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

O impacto na Companhia é pequeno, tendo em vista o valor envolvido no processo. O impacto financeiro. para a Aços Villares S.A. é pequeno, já que esta foi incorporada pela Companhia e o objeto da condenação é o pagamento de uma pensão mensal vitalícia, cujo valor não implicará em impacto financeiro significativo e imediato para a Aços Villares.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

R$ 340.275,20

4.4.5) Reclamação Trabalhista nº 01492200604102009

A. Juízo:

41ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP

B. Instância:

Tribunal Superior do Trabalho

C. Data de instauração:

18/07/2006 (distribuição)

D. Partes no processo:

Reclamante Paulo Diederichsen Villares e Reclamada Aços Villares S/A

E. Valores, bens ou direitos envolvidos:

R$ 2.534.815,28 (em 25/02/2011)

F. Principais fatos:

Os pedidos formulados pelo Reclamante foram julgados improcedentes. Contra essa decisão foram opostos embargos de declaração, que foram rejeitados. Contra essa decisão o Reclamante apresentou recurso ordinário, ao qual foi dado provimento parcial, para afastar as condenação ao pagamento da multa de 1% sobre o valor da causa, por oposição de embargos declaratórios procrastinatórios. O Reclamante opôs embargos de declaração contra o acórdão,que deu parcial provimento ao seu recurso ordinário, os

quais foram rejeitados. Contra essa decisão, o Reclamante apresentou recurso de revista, o qual esta aguardando julgamento pelo Tribunal Superior do Trabalho.

G. Se a chance de perda é:

Remota

H. Análise do impacto em caso de perda do processo:

O impacto financeiro para a Companhia é pequeno, tendo em vista o valor envolvido no processo. O impacto financeiro para a Aços Villares S.A. é pequeno, considerando que esta foi incorporada pela Companhia.

I. Valor provisionado, se houver provisão:

Não há provisão.

4.5. EM RELAÇÃO AOS PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE E QUE NÃO TENHAM SIDO DIVULGADOS NOS ITENS 4.3 E 4.4 ACIMA, ANALISAR O IMPACTO EM CASO DE PERDA E INFORMAR OS VALORES ENVOLVIDOS:

A. Valores, bens ou direitos envolvidos:

Procedimento arbitral de natureza sigilosa, envolvendo possível contingência passiva para a Companhia de R$ 22.378.116,13 e possível contingência ativa para a Companhia de R$ 21.526.899,13 (valores como data-base 03/2011).

B. Análise do impacto em caso de perda do processo:

Impacto econômico médio. A depender do desfecho do processo a Companhia terá que pagar o valor ao qual for condenada ou terá direito de receber a quantia que pleiteou, ou ao menos parte dela, no limite dos valores apontados acima.

4.6. DESCREVER OS PROCESSOS JUDICIAIS, ADMINISTRATIVOS OU ARBITRAIS REPETITIVOS OU CONEXOS, BASEADOS EM FATOS E CAUSAS JURÍDICAS SEMELHANTES, QUE NÃO ESTEJAM SOB SIGILO E QUE EM CONJUNTO SEJAM RELEVANTES, EM QUE O EMISSOR OU SUAS CONTROLADAS SEJAM PARTE, DISCRIMINANDO ENTRE TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E OUTROS, E INDICANDO:

A. Valores envolvidos:

B. Valor provisionado, se houver:

C. Prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência:

Exceto pelos processos de natureza tributária abaixo descritos, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes**.**

A Companhia e suas controladas ajuizaram diversas ações judiciais contra a União Federal questionando a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em algumas ações houve (i) por determinado período, recolhimento a menor de PIS e COFINS em razão da não inclusão do ICMS nas respectivas bases de cálculo e/ou (ii) depósito das quantias envolvidas. A probabilidade de perda estimada

pelos advogados responsáveis é provável. Em razão da semelhança do objeto de tais processos, abaixo descrevemos em conjunto os processos mais relevantes para a Companhia e suas controladas.

Processos: (i) 2009.51.01.012235-8; (ii) 2009.71.00.013508-9; (iii) 2009.71.00.013507-7 e (iv) 2009.38.00.01600-10	
a. Juízo	(i) 26ª Vara Federal do Rio de Janeiro – RJ; (ii) e (iii) 1ª Vara Federal Tributária de Porto Alegre – RS; (iv) 22ª Vara Federal de Belo Horizonte – MG;
b. Instância	1ª Instância
c. Partes no processo	Gerdau Aços Longos S.A.; Gerdau Comercial de Aços S.A.; Gerdau Aços Especiais S.A.; Gerdau Açominas S.A. (Autores) e União Federal (Réu)
d. Valores envolvidos (em 31/12/2010	Respectivamente: (i) R$ 164.284.084,59; (ii) R$ 41.693.243,74; (iii) R$ 25.553.832,91 e (iv) R$ 1.461.868,89);
e. A chance de perda é:	Provável
f. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pequena, pois se houver perda do processo os valores provisionados serão pagos com a conversão dos depósitos em renda da União.
g. Valor provisionado (em 31/12/2010)	Respectivamente: R$164.284.084,59; R$ 41.693.243,74; R$ 25.553.832,91 e R$ 1.461.868,89

A Companhia e suas controladas propuseram diversas ações judiciais, com pedido de liminar, contra a União Federal argüindo a inconstitucionalidade da cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre receitas provenientes de exportação, em decorrência da imunidade introduzida pela Emenda Constitucional nº 33/2001. Em alguns casos houve (i) por determinado período, o não recolhimento da CSLL sobre as receitas de exportação e/ou (ii) depósito das quantias relativas à CSLL incidente sobre as receitas de exportação. Em agosto de 2010, em função da decisão do STF a respeito da constitucionalidade da cobrança da CSLL sobre as receitas de exportação, os valores passaram a ser normalmente recolhidos, cessando a realização dos depósitos judiciais. A probabilidade de perda envolvida nesses casos é estimada pelos advogados responsáveis como provável e em razão de todos envolverem o mesmo objeto, abaixo destacamos em conjunto, os processos mais relevantes para a Companhia e suas controladas.

Processos: (i) 2008.38.00.018961-1; (ii) 2008.61.00.021544-2 e (iii) 2008.51.01.011547-7	
a. Juízo	(i) 3ª Vara Federal – Belo Horizonte - MG; (ii) 23ª Vara da Justiça Federal de São Paulo – SP e (iii) 12ª Vara Federal no Rio de Janeiro - RJ
b. Instância	2ª Instância
c. Partes no processo	Gerdau Açominas S.A.; Aços Villares (incorporada pela Gerdau S.A. em dezembro de 2010) S.A; Gerdau Aços Longos S.A (Autores) e União Federal (Réu)
d. Valores envolvidos (em 31/12/20100.	Respectivamente: (i) R$24.560.480,38; (ii) R$8.889.045,41 e (iii) R$ 29.384.208,33
e. A chance de perda é:	Provável
f. Análise do impacto	Pequena, pois no enceramento dos processos os valores

em caso de perda do processo	provisionados deverão serão pagos com a conversão dos depósitos em renda da União.
g. Valor provisionado (em 31/12/2010)	Respectivamente: R$24.560.480,38; R$ 8.889.045,41 e R$ 29.384.208,33.

A Receita Federal do Brasil lavrou contra a Companhia e algumas de suas controladas, autos de infração para exigir-lhes IRPJ e CSLL sob a alegação de formação e aproveitamento fiscal indevido de ágio interno na reestruturação societária havida em 2005 e, como decorrência, glosou a dedutibilidade do referido ágio da base de cálculo dos referidos tributos. A Companhia demonstra em suas defesas (i) a ilegalidade da norma que limita o conteúdo da lei que permite o aproveitamento do ágio a qualquer pessoa jurídica que absorver o patrimônio de outra em virtude de incorporação, fusão ou cisão, (ii) que o ágio foi gerado em decorrência da efetiva valoração das ações, com substrato econômico reconhecido ao longo da reorganização societária, conforme comprovado por laudo técnico (iii) que houve subscrição e integralização de capital de terceiros (iv) que registros contábeis e efeitos fiscais estão plenamente conforme a lei, eficaz e vigente à época em que ocorreram. A probabilidade de perda envolvida nesses casos é estimada pelos advogados responsáveis como remota, abaixo destacamos em conjunto esses processos:

Processos Administrativos nºs: (i) 11080.723701/2010-74; (ii) 11080.723702/2010-79 (iii) 10680.724392/2010-28; e (iv) 16682.720271/2011-54	
a. Juízo	Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Porto Alegre – RS
b. Instância	1ª Instância
c. Partes no processo	(i) Gerdau Aços Especiais S.A.; (ii) Gerdau Comercial de Aços S.A.; (iii)Gerdau Açominas S.A.; e (iv) Gerdau Aços Longos S.A. (Rés) e DRF de Porto Alegre (Autora)
d. Valores envolvidos	Respectivamente: (i) R$182.437.061,20; (ii) R$114.469.845,90; (iii) R$)722.284.526,75 (em 31/12/2010) e (iv) R$1.534.501.063,63. (em 11/03/2011)
e. A chance de perda é:	Remota
f. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não haverá impacto significativo, uma vez que, em havendo evolução jurisprudencial desfavorável serão constituídas as devidas provisões.
g. Valor provisionado	Não há.

4.7. DESCREVER OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES NÃO ABRANGIDAS PELOS ITENS ANTERIORES:

REFIS IV

Em 30/11/2009 a Companhia e algumas de suas controladas aderiram ao parcelamento de débitos junto à Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Lei nº 11.941/09. A Companhia optou pela desistência de determinados processos e pagamento de débitos fiscais no montante de R$ 132.100 mil, líquido dos benefícios de redução de multas e juros permitidos pela lei. Do montante total, R$ 36.930 mil serão liquidados pela utilização de prejuízos fiscais e R$ 95.170 mil através de pagamento em até 29 parcelas. O parcelamento encontra-se ainda pendente de consolidação por parte da Receita Federal do Brasil. Em 31/12/10, o montante do saldo devedor é de R$ 100.404 mil[1].

Além disto, não há outras contingências relevantes para mencionar neste item.

4.8. EM RELAÇÃO ÀS REGRAS DO PAÍS DE ORIGEM DO EMISSOR ESTRANGEIRO E ÀS REGRAS DO PAÍS NO QUAL OS VALORES MOBILIÁRIOS DO EMISSOR ESTRANGEIRO ESTÃO CUSTODIADOS, SE DIFERENTE DO PAÍS DE ORIGEM, IDENTIFICAR:

A. Restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos:

B. Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários:

C. Hipóteses de cancelamento de registro:

D. Outras questões do interesse dos investidores:

A Companhia não é um emissor estrangeiro e seus valores mobiliários estão custodiados no Brasil.

5. RISCOS DE MERCADO

5.1. DESCREVER, QUANTITATIVA E QUALITATIVAMENTE, OS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO, INCLUSIVE EM RELAÇÃO A RISCOS CAMBIAIS E A TAXAS DE JUROS:

Risco de preço das *commodities*: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que as controladas da Companhia vendem ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de operar num mercado de *commodities*, as controladas da Companhia poderão ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais. Para minimizar esse risco, as controladas da Companhia monitoram permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos totaliza R$ 313.932 em 31/12/2010 (R$ 265.401 em 31/12/2009) e matérias primas e demais insumos montam R$ (182.126) em 31/12/2010 (R$ (155.506) em 31/12/2009). O impacto no preço dos produtos vendidos e matérias primas seriam registrados nas linhas de Vendas líquidas e Custo das Vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada do Resultado. A Companhia não espera estar mais vulnerável a mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias primas.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos ou ativos (aplicações) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas ou contratando *hedge*s, de taxas variáveis (como a *Libor* e o CDI) para fixas, com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado. A análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 0,10 nominais sobre estes empréstimos e financiamentos e debêntures em aberto na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de juros monta, em 31/12/2010, R$ 77.516 (R$ 66.858 em 31/12/2009).

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar, ficando assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente irá ser afetado por um movimento da moeda estrangeira. Portanto, além das contas a receber originado por exportações e dos investimentos no exterior que se constituem, em termos econômicos, em *hedge* natural, a Companhia avalia a contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de *swaps*, caso a Companhia tenha mais passivos em dólar do que ativos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e as moedas estrangeiras sobre estes empréstimos e financiamentos em aberto na data das Demonstrações Financeiras

Consolidadas. O impacto calculado considerando esta variação na taxa de câmbio monta, em 31/12/2010, a R$ 88.535 (R$ 199.427 em 31/12/2009).

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade de as controladas da Companhia não receberem valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, as controladas da Companhia adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecimento de um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê de Crédito.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido, lucros acumulados e reservas de lucros), baseada em políticas internas e *benchmarks*. Nos últimos 6 anos, a metodologia *BSC* (*Balance Scorecard*) foi utilizada para a elaboração de mapas estratégicos com objetivos e indicadores dos principais processos. Os indicadores chave (*KPI – Key Perfomance Indicators*) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: *WACC* (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Total/*EBITDA*, Índice de Cobertura de Juros e Relação Dívida/Patrimônio Líquido. A Dívida Total é formada pelos Empréstimos e financiamentos e pelas Debêntures. A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu *ROCE* (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo.

5.2. DESCREVER A POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO ADOTADA PELO EMISSOR, SEUS OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS, INDICANDO:

A. Riscos para os quais se busca proteção:

Risco de Taxa de juros, risco de taxa de cambio e risco de commodities.

B. Estratégia de proteção patrimonial (hedge):

A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento de risco é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre no final dos contratos quando o derivativo é encerrado. O monitoramento do impacto destas transações (marcação a mercado) é analisado mensalmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutido e validado. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

Por política interna, não são mantidas captações em moedas nas quais não exista uma correspondente geração de caixa.

C. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*):

As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros, (tanto em *Libor* de dólar, como em outras moedas); swap de moeda; e também *NDF's* (*Non Deliverable Forwards*). As commodities, quando hedgeadas, são feitas por meio de *hedges* físicos onde a compra do insumo é feito por meio de preços fixos para entregas futuras.

D. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos:

Exposição cambial: Para monitorar a exposição cambial das unidades do grupo utiliza-se um índice que relaciona a quantidade de ativos e passivos em dólares norte-americanos. O índice é obtido dividindo o total de ativos pelo total de passivos em dólares norte-americanos. É aconselhável que este índice fique entre 0,90 e 1,10.;

Exposição a juros: proporção máxima de 70%/30% entre juros fixos e flutuantes; *Value at risk.*

E. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos:

Não se aplica.

F. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos:

São realizadas reuniões trimestrais do Comitê de Gestão de Risco, que é composto pela gerencia e diretoria financeira. Nestas reuniões são discutidos todos os riscos financeiros que são geridos pela empresa, a posição dos derivativos em aberto além de eventuais novas operações de hedge.

G. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada:

Todos os derivativos novos devem ser apresentados ao conselho executivo, através de um *template* de derivativos, que contemplam todos os motivos pela qual a operação está sendo proposta. Uma vez a operação sendo efetivada, são realizados testes e controles sistemáticos, como Marcação a mercado, analise de sensibilidade, testes retrospectivo e prospectivo (caso haja *Hedge Accounting)*.

5.3. INFORMAR SE, EM RELAÇÃO AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, HOUVE ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO A QUE O EMISSOR ESTÁ EXPOSTO OU NA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS ADOTADA:

Não houve alterações significativas.

5.4. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não há informações relevantes adicionais.

6. HISTÓRICO DO EMISSOR

6.1. COM RELAÇÃO À CONSTITUIÇÃO DO EMISSOR, INFORMAR:

A. Data:

A Companhia atual é o produto de uma série de aquisições corporativas, fusões e outras transações realizadas a partir de 1901, conforme brevemente mencionado no item 6.3 abaixo. Todavia, a pessoa jurídica que hoje é representada pela Gerdau S.A. foi constituída em 20 de novembro de 1961.

B. Forma:

A Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto qualificada como EGEM – Emissor com Grande Exposição ao Mercado, nos termos do artigo 34 da Instrução CVM nº 480/09.

C. País de constituição:

A Gerdau S.A. foi constituída no Brasil.

6.2. INFORMAR PRAZO DE DURAÇÃO, SE HOUVER:

Indeterminado.

6.3. BREVE HISTÓRICO DO EMISSOR:

A Companhia atual é o produto de uma série de aquisições corporativas, fusões e outras transações realizadas a partir de 1901. A Companhia iniciou suas operações em 1901 com a fábrica de pregos Pontas de Paris, sediada em Porto Alegre e controlada pela família Gerdau, a qual ainda é a acionista controladora indireta da Companhia. Em 1969, a Pontas de Paris teve sua denominação alterada para Metalúrgica Gerdau S.A., a qual é hoje a *holding* controlada pela família Gerdau por meio de *holdings* intermediárias as quais, por sua vez, controlam o que é hoje a Gerdau S.A.

De 1901 a 1969, a fábrica de pregos Pontas de Paris cresceu e expandiu seus negócios para uma variedade de outros serviços e produtos de aço e relacionados ao aço. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, num esforço para expandir suas atividades e aumentar seu acesso a matérias-primas, a Gerdau adquiriu a Siderúrgica Riograndense S.A., uma produtora de aço também localizada em Porto Alegre. Em fevereiro de 1948, a Gerdau iniciou suas operações siderúrgicas, antecipando o consagrado modelo de mini-mill caracterizado pela produção de aço em fornos elétricos a arco utilizando sucata de aço como principal matéria-prima. Na época, a Companhia adotou uma estratégia de comercialização regional para garantir custos operacionais mais competitivos. Em 1957, a Companhia instalou uma segunda unidade no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Sapucaia do Sul, e em 1962, o crescimento consistente da produção de pregos levou à construção de uma fábrica maior e mais moderna na cidade de Passo Fundo, também no estado do Rio Grande do Sul.

Em 1967, a expansão da Companhia chegou ao estado brasileiro de São Paulo, com a compra da Fábrica de Arames São Judas Tadeu, produtora de pregos e arames, que posteriormente teve a sua denominação alterada para Comercial Gerdau e, finalmente, tornou-se o canal de distribuição brasileiro da Companhia para produtos de aço. Em junho de 1969, a Gerdau expandiu-se em direção ao nordeste do país, iniciando a produção de aços longos por meio da Siderúrgica Açonorte no estado de Pernambuco. Em dezembro de 1971, a Gerdau assumiu o controle da Siderúrgica Guaíra, uma produtora de aços longos no estado do Paraná, na região sul do Brasil. A Companhia também criou uma nova empresa, a Seiva S.A. Florestas e Indústrias, para produzir madeira serrada de forma sustentável para as indústrias de móveis, celulose e aço. Em 1979, a Companhia assumiu o controle da Companhia Siderúrgica da Guanabara - Cosigua no Rio de Janeiro, que em 1996 passou a ser denominada Gerdau S.A. e é, atualmente, operadora da maior usina semi-integrada ou mini-mill da América Latina. Desde então, por meio de uma série de aquisições e novas operações (as principais estão indicadas no item 6.5 deste Formulário de Referência), a Gerdau S.A. expandiu sua presença nacional, possuindo hoje 15 usinas siderúrgicas no Brasil.

O processo de internacionalização do Grupo teve início em 1980 com a aquisição da Gerdau Laisa S.A., a única produtora de aços longos do Uruguai, continuando em 1989, com a aquisição da companhia canadense Gerdau Ameristeel Cambridge, uma produtora de aços longos laminados localizada em Cambridge, Ontário. Em 1992, a Gerdau assumiu o controle da Gerdau AZA S.A., uma produtora de aços brutos e de aços longos laminados no Chile. Com o passar dos anos, a Gerdau ampliou sua presença no mercado internacional por meio da aquisição de uma participação minoritária em uma laminadora na Argentina; uma participação majoritária na Diaco S.A., na Colômbia; e, principalmente, de participações adicionais na América do Norte, por meio da aquisição da Gerdau Ameristeel MRM Special Sections, uma produtora de seções especiais, como guias para elevadores e vigas super leves, e da antiga Ameristeel Corp., uma produtora de aços longos laminados comuns. Em outubro de 2002, por meio de uma série de transações, a Companhia uniu seus ativos de produção de aço da América do Norte aos da empresa canadense Co-Steel, uma produtora de aços longos, para criar a Gerdau Ameristeel, atualmente a segunda maior produtora de aços longos da América do Norte, em termos de volume de produção de aço. A Gerdau Ameristeel possui diversas operações no Canadá e nos Estados Unidos, incluindo uma participação de 50%

na joint venture Gallatin Steel, uma fabricante de aços planos, também operando 19 unidades siderúrgicas, 49 unidades de corte de dobra e 12 unidades de transformação.

Em setembro de 2005, a Gerdau assinou um acordo para a aquisição de 35,98% das ações da Sipar Aceros S.A., uma laminadora de aços longos localizada na Província de Santa Fé, Argentina. Essa participação, somada aos 38,46% já detidos pela Gerdau, representa 74,44% do capital social da Sipar Aceros S.A. No final do terceiro trimestre de 2005, a Gerdau concluiu a aquisição de uma participação de 57,1% na Diaco S.A., a maior produtora de vergalhões da Colômbia. Em janeiro de 2008, a Companhia adquiriu outros 40,2%, pelo valor de US$ 107,2 milhões (R$ 188,7 milhões, na data de aquisição).

Em janeiro de 2006, a Gerdau concluiu, por meio de sua subsidiária Gerdau Hungria *Holdings* Limited Liability Company, a aquisição de 40% do capital social da Corporación Sidenor S.A., pelo valor de US$ 219,2 milhões (R$ 493,2 milhões na data da aquisição), a maior produtora de aços longos especiais, fabricante de peças forjadas e unidade de fundição da Espanha, e um dos maiores fabricantes de peças forjadas pelo processo de estampa naquele país. Em dezembro de 2008, a Gerdau Hungria *Holding* Limited Liability Company adquiriu, por US$ 288,0 milhões (R$ 674,0 milhões na data da aquisição), participação na LuxFin Participation S. L., sociedade controladora da Bogey *Holding* Company Spain S.L. que, por sua vez, é titular de uma participação de 20% na Corporación Sidenor. Em face desta aquisição, a Gerdau tornou-se a acionista majoritária (60%) da Corporación Sidenor. Em dezembro de 2006, a Gerdau anunciou que sua subsidiária espanhola Corporación Sidenor, S.A., concluiu a aquisição de todas as ações em circulação emitidas pela GSB Acero, S.A., subsidiária da CIE Automotive pelo valor de US$ 143,0 milhões (R$ 313,8 milhões na data da aquisição). A GSB Acero produz aços especiais e está localizada em Guipúzcoa, na Espanha.

Em março de 2006, os ativos de duas unidades industriais foram adquiridos nos Estados Unidos. A primeira foi a Callaway Building Products, em Knoxville, no estado do Tennessee, uma fornecedora de vergalhões fabricados, para a indústria da construção civil. A segunda foi a Fargo Iron and Metal Company, localizada em Fargo, no estado de Dakota do Norte, uma unidade de estocagem e processamento de sucata e de prestação de serviços para indústrias de fabricação e construção civil.

Em junho de 2006, a Gerdau adquiriu a Sheffield Steel Corporation, localizada em Sand Springs, no estado de Oklahoma, nos Estados Unidos, pelo valor de US$ 103,0 milhões (R$ 224,5 milhões na data da aquisição). A Sheffield é uma usina mini-mill que produz aços longos comuns, especificamente vergalhões e barras de reforço para concreto. A empresa possui uma aciaria e uma laminadora em Sand Springs, no estado de Oklahoma, uma laminadora em Joliet, no estado de Illinois, e três unidades de transformação em Kansas City e Sand Springs.

No mesmo mês, a Gerdau S.A. venceu o leilão para aquisição de 50% mais uma ação do capital social da Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A. (Siderperú), localizada na cidade de Chimbote, no Peru, pelo valor de US$ 60,6 milhões. Em novembro de 2006, a Gerdau também venceu o leilão para aquisição de 324.327.847 ações emitidas pela Siderperú, que representam 32,84% do capital social total, pelo valor de US$ 40,5 milhões, totalizando US$ 101,1 milhões (R$ 219,8 milhões na data da aquisição). Com essa aquisição, aliada à participação adquirida no início daquele ano, a Companhia passou a deter uma participação de 83,27% no capital social da Siderperú. A Siderperú opera um alto-forno, uma unidade de redução direta, uma aciaria com dois fornos elétricos a arco e dois conversores LD e três usinas de laminação.

Em novembro de 2006, a Companhia, via sua subsidiária Gerdau Ameristeel Corporation, concluiu a aquisição de uma participação majoritária de 55% na Pacific Coast Steel (PCS), pelo valor de US$ 104,0 milhões (R$ 227,4 milhões na data da aquisição). A companhia opera fábricas de vergalhões em San Diego, San Bernardino, Fairfield e Napa, na Califórnia. Além disso, em abril de 2008, a Gerdau aumentou sua participação na PCS para 84%, ao custo de US$ 82,0 milhões (R$ 138,4 milhões na data da aquisição). A aquisição da PCS expandiu as operações da Companhia para a costa oeste dos Estados Unidos, adicionando a capacidade para colocação de vergalhões.

Em março de 2007, a Gerdau adquiriu a Siderúrgica Tultitlán, uma mini-mill, localizada na Cidade do México, que produz vergalhões e perfis. O valor pago nessa aquisição foi de US$ 259,0 milhões (R$ 536,0 milhões na data da aquisição).

Em maio de 2007, a Gerdau adquiriu uma participação de 30,45% na Multisteel Business *Holdings* Corp., uma *holding* das Indústrias Nacionales, C. por A. ("INCA"), uma companhia localizada em Santo Domingo, na República Dominicana. A INCA é uma produtora de produtos laminados. Essa parceria permitiu à Companhia acessar o mercado caribenho. A aquisição teve um custo total de US$ 42,9 milhões (R$ 82,0 milhões). Em julho de 2007, a Companhia adquiriu uma participação adicional de 18,55% na Multisteel Business *Holdings* Corp., resultando em uma participação de 49%. O custo total dessa segunda aquisição foi de US$ 72,0 milhões (R$ 135,2 milhões na data da aquisição).

Em junho de 2007, a Gerdau adquiriu 100% do capital social da Siderúrgica Zuliana C.A., uma companhia venezuelana que opera uma usina siderúrgica na cidade de Ojeda, na Venezuela. O custo total da aquisição foi de US$ 92,5 milhões (R$ 176,2 milhões na data da aquisição).

No mesmo mês, a Gerdau e o grupo indiano Kalyani iniciaram um acordo para estabelecer uma *joint venture* para um investimento em Tadipatri, na Índia. Essa *joint venture* incluiu uma participação de aproximadamente 45% na Kalyani Gerdau Steel Inc., uma produtora de aço com dois conversores LD, uma unidade de lingotamento contínuo, além de unidades para a produção de ferro-gusa. O contrato prevê o controle compartilhado, e o valor de compra totalizou US$ 73,0 milhões (R$ 127,3 milhões na data da aquisição). Em maio de 2008, a Gerdau anunciou a conclusão do negócio.

Em setembro de 2007, a Gerdau Ameristeel concluiu a aquisição da Chaparral Steel Company, aumentando a carteira de produtos da Companhia e incluindo uma linha abrangente de produtos de aços estruturais. A Chaparral opera duas usinas, uma localizada em Midlothian, Texas, e a outra localizada em Dinwiddie County, Virgínia. O custo total das aquisições foi de US$ 4,2 bilhões (R$ 7,8 bilhões na data da aquisição), além da assunção de alguns passivos.

Em outubro de 2007, a Gerdau Ameristeel adquiriu 100% da Enco Materials Inc., uma empresa líder no mercado de materiais de construção, sediada em Nashville, Tennessee. A Enco Materials Inc. possui oito unidades localizadas nos estados de Arkansas, Tennessee e Geórgia. O valor de compra para essa aquisição foi de US$ 46 milhões (R$ 84,9 milhões na data da aquisição) em dinheiro, além da assunção de certos passivos da empresa adquirida.

No mesmo mês, a Gerdau assinou uma carta de intenção para a aquisição de uma participação de 49% no capital social da *holding* Corsa Controladora, S.A. de C.V., sediada na Cidade do México. A *holding* é detentora de 100% do capital social da Aceros Corsa, S.A. de C.V. e controla, também, duas distribuidoras de produtos siderúrgicos. A Aceros Corsa, localizada na cidade de Tlalnepantla, na região metropolitana da Cidade do México, é uma usina semi-integrada ou mini-mill responsável pela produção de aços longos (perfis comerciais leves). O valor da aquisição foi de US$ 110,7 milhões (R$ 186,3 milhões na data da aquisição). Em fevereiro de 2008, a Companhia anunciou a conclusão da aquisição do negócio.

Em novembro de 2007, a Gerdau celebrou um contrato definitivo para a aquisição da operação siderúrgica da Quanex Corporation, a MacSteel. A MacSteel é a segunda maior produtora de barras especiais (SBQ) nos Estados Unidos, e opera três usinas semi-integradas ou mini-mills localizadas em Jackson, Michigan; Monroe, Michigan; e Fort Smith, Arkansas. A Companhia também opera seis unidades de transformação nos estados de Michigan (duas), Ohio, Indiana (duas) e Wisconsin. O contrato não inclui a Building Products of Quanex, que é uma operação não relacionada ao mercado de aço. O valor desembolsado nesta transação foi US$ 1,47 bilhão (R$ 2,43 bilhões na data da aquisição), além da assunção de dívida e alguns passivos. A Gerdau concluiu essa aquisição em abril de 2008.

As aquisições realizadas nos últimos três exercícios e no exercício atual estão disponíveis no item 8.3 deste formulário.

6.4. DATA DE REGISTRO NA CVM OU INDICAÇÃO DE QUE O REGISTRO ESTÁ SENDO REQUERIDO:

A Gerdau S.A. foi registrada na CVM em 3 de setembro de 1980 pelo código 3980.

6.5. DESCREVER OS PRINCIPAIS EVENTOS SOCIETÁRIOS, TAIS COMO INCORPORAÇÕES, FUSÕES, CISÕES, INCORPORAÇÕES DE AÇÕES, ALIENAÇÕES E AQUISIÇÕES DE CONTROLE SOCIETÁRIO, AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES DE ATIVOS IMPORTANTES, PELOS QUAIS TENHAM PASSADO O EMISSOR OU QUALQUER DE SUAS CONTROLADAS OU COLIGADAS, INDICANDO:

A. Evento:

B. Principais condições do negócio:

C. Sociedades envolvidas:

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima para os exercícios de 2008, 2009, 2010 e corrente:

Evento	Principais Condições do Negócio			Sociedades Envolvidas
	Participação Adquirida	Valor pago (R$ milhões)	Data Operação	
Aquisição adicional Diaco S.A.	40,2%	189	Jan/08	Gerdau GTL Spain, S.L.
Aquisição Corsa Controladora, S.A. de C.V.	49,0%	258	Fev/08	Gerdau S.A.
Aquisição MacSteel	100,0%	2.434	Abr/08	Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A.
Aquisição Corporación Centroamericana del Acero S.A.	30,0%	304	Abr/08	Gerdau S.A.
Aquisição adicional Pacific Coast Steel e Re-Bars Inc.	29,0%	138	Abr/08	Gerdau Ameristeel Corp.
Aquisição Century Steel, Inc.	100,0%	370	Abr/08	Pacific Coast Steel
Aquisição SJK Steel Plant Limited	45,2%	84	Mai/08	Corporación Sidenor, S.A. y Cia.
Aquisição Cleary Holdings Corp	50,9%	119	Jul/08	Gedau S.A.
Aquisição adicional da Corporación Sidenor, S.A.	20,0%	674	Dez/08	Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company e LuxFin Participation
Aquisição Adicional Cleary Holdings Corp	49,1%	100	Ago/10	Gerdau S.A.
Aquisição Adicional Gerdau Ameristeel Corp	33,7%	2.809	Ago/10	Gerdau S.A.
Aquisição Tamco	100,0%	283	Out/10	Gerdau Ameristeel Corp
Aquisição adicional na Aços Villares S.A.	41,5%	1.910	Dez/10	Gerdau S.A. e Prontofer Serv. de Construção Ltda.
Incorporação Prontofer Serviços de Construção Ltda.	-	-	30/12/2010	Gerdau S.A.
Incorporação Aços Villares S.A.	-	-	30/12/2010	Gerdau S.A.

Em complemento às condições do negócio (letra “b”), no tocante às operações de aquisição de controle compartilhado, temos as seguintes considerações:

- **Aquisição Kalyani Gerdau Steel, Inc.**

Há acordo regulando o direito de voto, com a previsão de quóruns especiais para aprovação de eventos fundamentais, nos quais são necessários a unanimidade de aprovação, tais como, dissolução ou liquidação da companhia, mudança no objeto social, participação em outras sociedades, a aprovação das demonstrações contábeis, plano de investimentos, política de dividendos, política de recursos humanos, etc.

- **Aquisição Corsa Controladora, S.A., de C.V.**

Há acordo regulando o direito de voto, com a previsão de quóruns especiais para aprovação de eventos fundamentais, nos quais são necessários a unanimidade de aprovação, tais como, dissolução ou liquidação da companhia, mudança no objeto social, participação em outras sociedades, a aprovação das demonstrações contábeis, plano de investimentos, política de dividendos, política de recursos humanos, etc.

- **Aquisição Corporación Centroamericana del Acero, S.A.**

Há acordo regulando o direito de voto, com a previsão de quóruns especiais para aprovação de eventos fundamentais, nos quais são necessários a unanimidade de aprovação, tais como, dissolução ou liquidação da companhia, mudança no objeto social, participação em outras sociedades, a aprovação das demonstrações contábeis, plano de investimentos, política de dividendos, política de recursos humanos, etc.

- **Aquisição Adicional Cleary Holdings Corp**

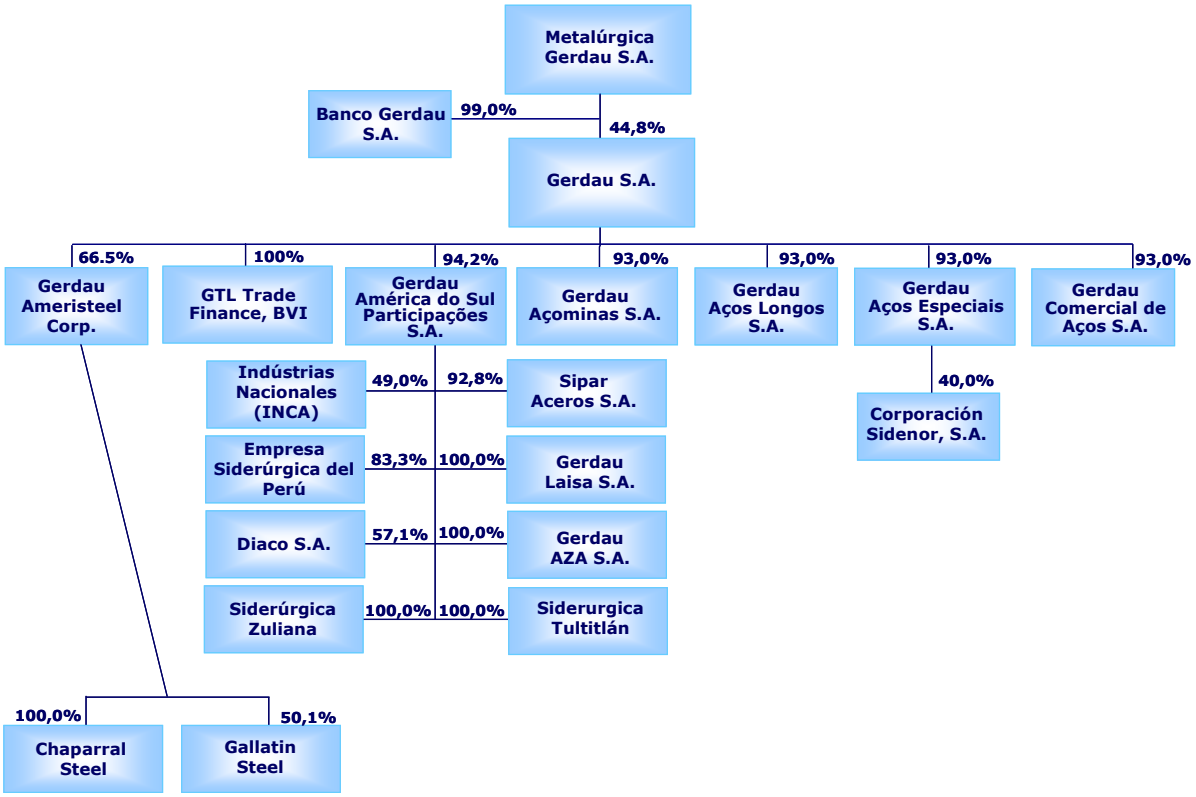
Havia acordo regulando o direito de voto, com a previsão de quóruns especiais para a aprovação de determinadas matérias, mas tal acordo foi resolvido com a aquisição da participação adicional ocorrida em 12 de agosto de 2010.

D. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor:

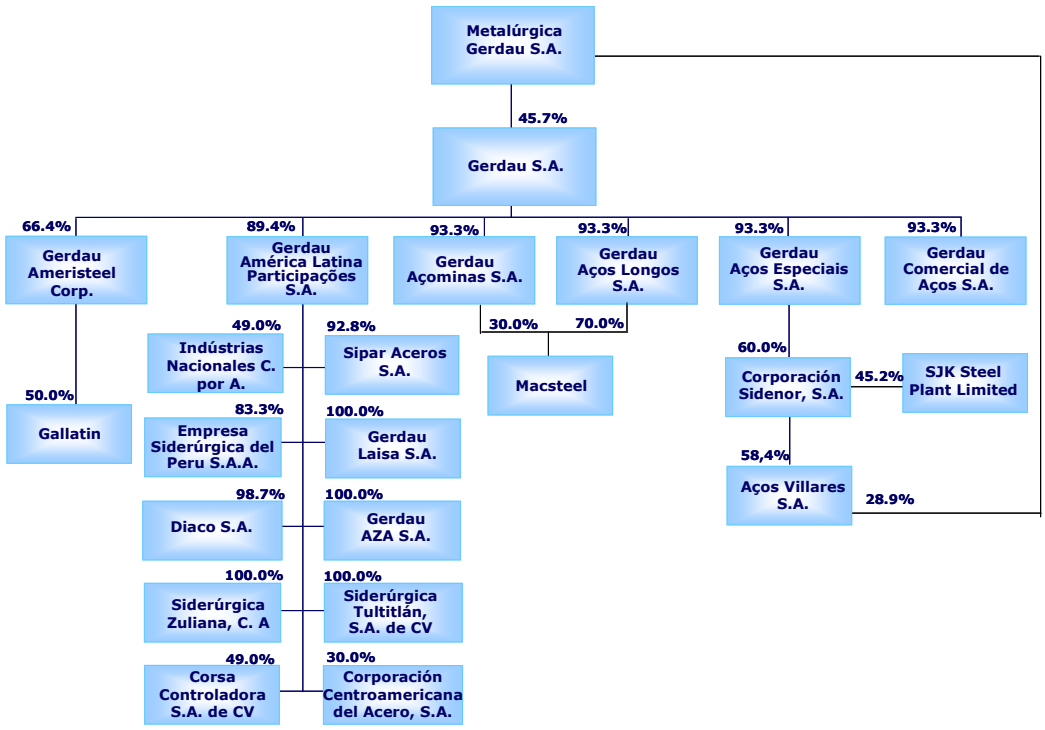
Não há alteração na participação do controlador, acionistas ou dos administradores no quadro acionário da Companhia em decorrência das aquisições relacionadas no item 6.5.

E. Quadro societário antes e depois da operação:

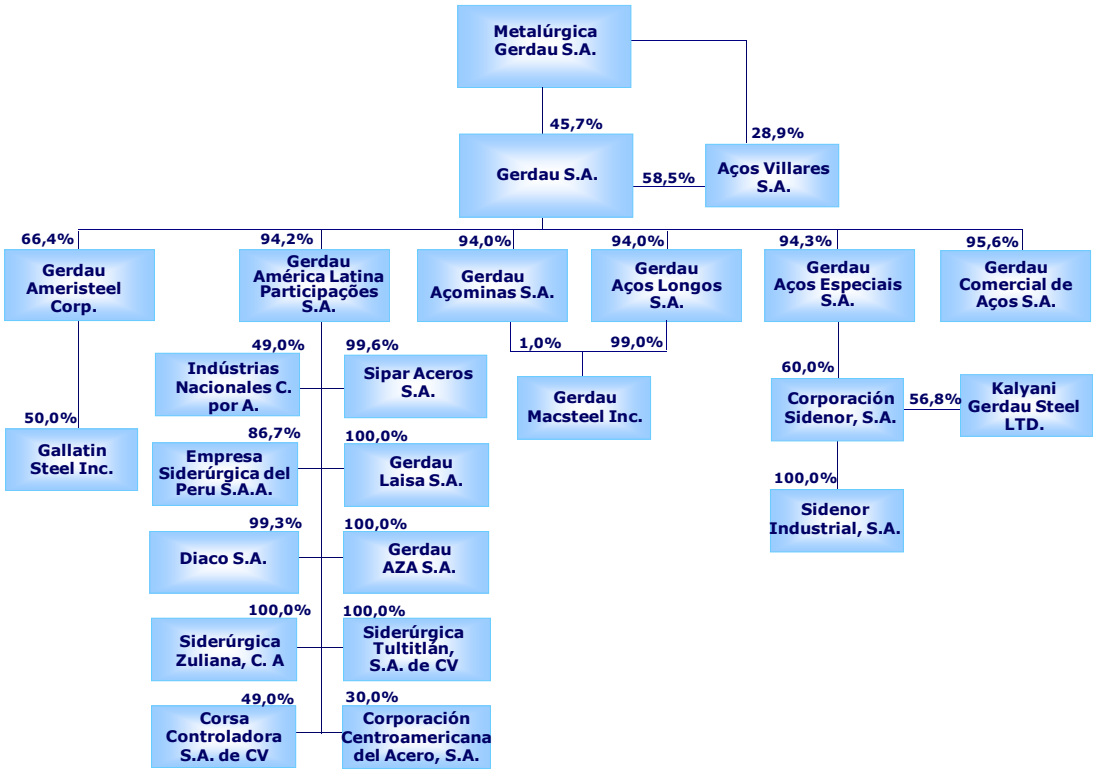
Estrutura Societária Simplificada – Dezembro de 2007



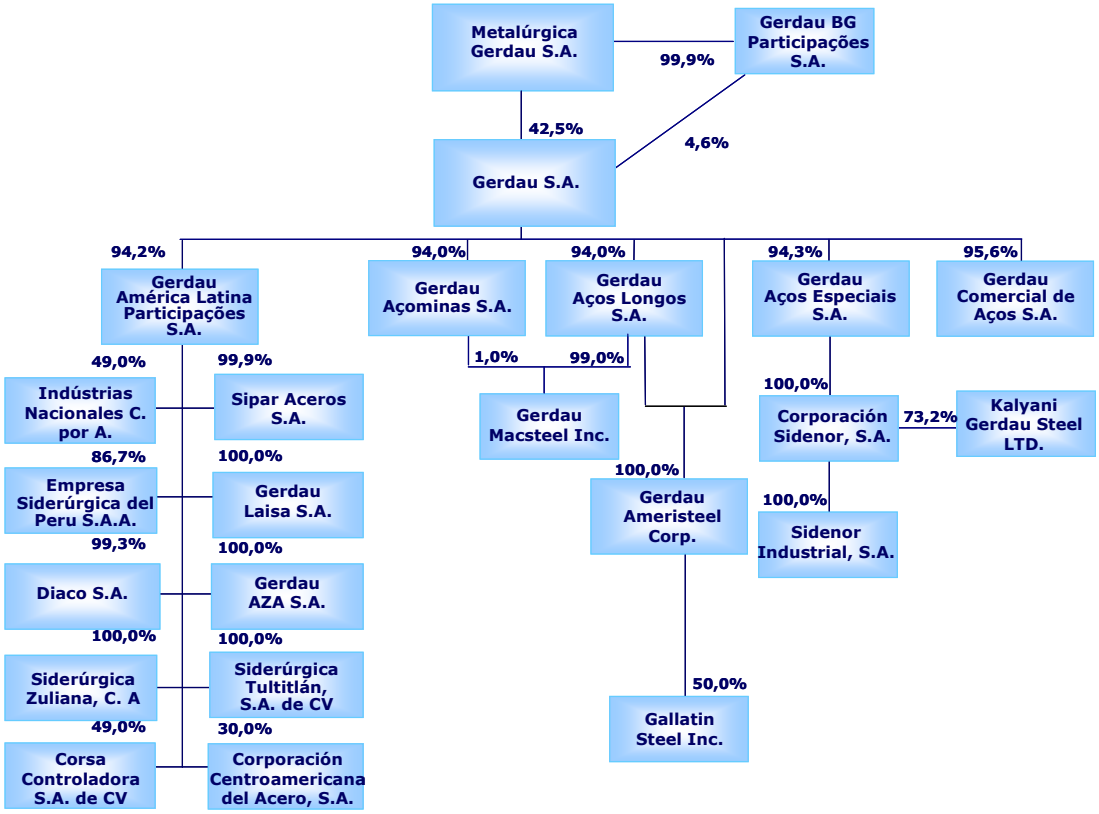
Estrutura Societária Simplificada – Dezembro de 2008



Estrutura Societária Simplificada – Dezembro de 2009



Estrutura Societária Simplificada – Dezembro de 2010



6.6. INDICAR SE HOUVE PEDIDO DE FALÊNCIA, DESDE QUE FUNDADO EM VALOR RELEVANTE, OU DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL DO EMISSOR, E O ESTADO ATUAL DE TAIS PEDIDOS:

Não houve pedido de falência.

6.7. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

7. ATIVIDADES DO EMISSOR:

7.1. DESCREVER SUMARIAMENTE AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS:

A Gerdau S.A. é uma empresa integrante do Grupo Gerdau, dedicado, principalmente, à produção e à comercialização de produtos siderúrgicos em geral, através, de usinas localizadas na Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Guatemala, Índia, México, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

A Gerdau é líder na produção de aços longos nas Américas e uma das maiores fornecedoras de aços longos especiais no mundo. Possui mais de 40 mil colaboradores e presença industrial em 14 países, com operações nas Américas, na Europa e na Ásia, as quais somam uma capacidade instalada superior a 25 milhões de toneladas de aço. É a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço. Com cerca de 140 mil acionistas, a Gerdau está listada nas bolsas de valores de São Paulo, Nova York e Madri. Para alcançar níveis crescentes de rentabilidade, a Companhia integra sua cadeia de produção por intermédio de uma rede de usinas, centros de serviços,

unidades de transformação e canais distribuidores, estrategicamente posicionados nos principais pólos de consumo.

A Gerdau administra seus negócios conforme estabelecido em sua governança corporativa, a saber:

• Brasil (Operação de Negócio Brasil) – inclui as operações no Brasil, com exceção de aços especiais

• América do Norte (Operação de Negócio América do Norte) – inclui todas as operações na América do Norte, exceto as do México e as de aços especiais

• América Latina (Operação de Negócio América Latina) – inclui todas as operações na América Latina, com exceção do Brasil

• Aços Especiais (Operação de Negócio Aços Especiais) – inclui as operações de aços especiais no Brasil, na Espanha, nos EUA e na Índia.

De acordo com o IABr - Instituto Aço Brasil, a Gerdau é a maior produtora de aços longos laminados do Brasil. A Gerdau detém uma participação significativa nos mercados siderúrgicos de quase todos os países onde opera, tendo sido classificada pela World Steel Association como a 13º maior produtora de aço do mundo com base em sua produção consolidada de aço bruto de 2009.

A Gerdau opera usinas siderúrgicas que produzem aço por meio de redução direta de minério de ferro (DRI), altos-fornos, e fornos elétricos a arco (EAF). No Brasil, a Companhia opera três usinas siderúrgicas com altos-fornos, incluindo sua maior usina, a unidade Ouro Branco, uma usina siderúrgica integrada localizada no estado de Minas Gerais. A Companhia possui atualmente 60 unidades produtoras de aço em todo o mundo, incluindo empresas com controle compartilhado e associadas. As empresas com controle compartilhado incluem uma unidade localizada nos Estados Unidos para produção de aços laminados planos, e outra unidade na Índia. As companhias coligadas são Aceros Corsa, no México; Corporación Centroamericana del Acero, na Guatemala; e INCA, na República Dominicana.

Em 31 de dezembro de 2010, a capacidade total instalada consolidada, excluindo os investimentos da Companhia em empresas associadas e com controle compartilhado, não consolidadas, correspondia a cerca de 26 milhões de toneladas de aços brutos e 22 milhões de toneladas de aços laminados.

A Gerdau oferece uma grande variedade de produtos siderúrgicos, os quais são fabricados de acordo com uma ampla variedade de especificações dos clientes. Seu mix de produtos inclui aço bruto (placas, blocos e tarugos), vendidos a usinas de laminação; produtos acabados para a indústria da construção, como fios e barras estruturais; produtos acabados para a indústria, como barras de aço laminado comercial e arame; e produtos para a agricultura, como estacas, arame liso e arame farpado. A Gerdau também produz itens de aços especiais utilizando tecnologia avançada e, normalmente, com certo grau de personalização para a fabricação de ferramentas e maquinários, correntes, trancas e molas, principalmente para a indústria automotiva e mecânica.

Uma parcela significativa e crescente dos ativos de produção de aço da Gerdau está localizada fora do Brasil, em especial nos Estados Unidos e Canadá, assim como na América Latina e na Europa. A Companhia começou sua expansão na América do Norte em 1989, quando a consolidação do mercado mundial de aço teve início efetivamente. A Companhia atualmente opera 19 unidades de produção de aço nos Estados Unidos e Canadá por meio de sua principal companhia, a Gerdau Ameristeel, e acredita ser uma das líderes de mercado na América do Norte em termos de produção de alguns produtos de aços longos, como fios, barras de aço laminado comercial, produtos extrusados e vigas mestras.

A estratégia de operação da Companhia baseia-se na aquisição ou construção de usinas siderúrgicas localizadas nas proximidades de seus clientes e das fontes de matérias-primas necessárias para a produção de aço, como sucata metálica, ferro-gusa e minério de ferro. Por essa razão, historicamente, a maior parte de sua produção tem sido direcionada para abastecer os mercados locais onde possui operações de produção. No entanto, a Companhia também exporta uma parcela relevante de sua produção para outros países.

Por meio de suas subsidiárias e coligadas, a Companhia também participa de outras atividades relacionadas à produção e venda de produtos siderúrgicos, incluindo projetos de reflorestamento; geração de energia elétrica; produção de carvão coqueificável, minério de ferro e ferro-gusa; e unidades próprias de serviços (fab shops) e de transformação.

7.2. EM RELAÇÃO A CADA SEGMENTO OPERACIONAL QUE TENHA SIDO DIVULGADO NAS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO SOCIAL OU, QUANDO HOUVER, NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS, INDICAR AS SEGUINTES INFORMAÇÕES:

A. Produtos e serviços comercializados:

A Companhia fornece a seus clientes uma ampla variedade de produtos dentre cinco principais linhas de produtos:

Aço Bruto (Tarugos, Blocos e Placas)

O aço bruto (tarugos, blocos e placas) possui um valor agregado relativamente baixo em comparação com outros produtos siderúrgicos. Tarugos são barras de seções quadradas de aços longos que servem como insumos para a produção de fio-máquina, vergalhões e barras. Eles constituem o principal produto da unidade Ouro Branco da Companhia. Os blocos são usados para a fabricação de produtos como molas, peças forjadas, formas estruturais pesadas e tubos sem emendas. As placas são usadas na indústria siderúrgica para a laminação de uma ampla gama de aços laminados planos. As placas são usadas principalmente para a produção de bobinas laminadas quentes e frias, placas pesadas e perfis.

Os produtos de aço bruto podem ser produzidos por meio de lingotamento contínuo ou do processo convencional. No processo convencional, o aço líquido é derramado nas formas dos lingotes para laminação. Os lingotes quentes são enviados à usina de laminação primária para serem aquecidos em poços de imersão e então laminados para produzir itens de aço bruto. Apesar desse processo convencional não ser amplamente utilizado no Brasil, ele ainda é empregado na unidade Ouro Branco da Companhia. O uso de um sistema de fundição convencional pode representar uma vantagem competitiva, uma vez que a Companhia acredita ser uma das únicas fabricantes de tarugos e blocos do Brasil, o que levou a Companhia a conquistar clientes cativos desses produtos no Brasil, e também no exterior.

Produtos de Aços Longos Comuns

Os produtos de aços longos comuns representam uma grande parcela da produção da Companhia. Os principais produtos de aços longos laminados da Companhia incluem vergalhões, barras e perfis, que são usados principalmente pelas indústrias da construção civil e manufatura.

Produtos Trefilados

Produtos trefilados incluem arame liso e farpado, arame galvanizado, cercas, tela metálica de reforço para concreto, pregos e grampos. Esses produtos não são exportados e normalmente são vendidos às indústrias de manufatura, construção civil e agricultura.

Produtos de Aços Especiais

Aços especiais, ou aços de alta liga, requerem avançados processos de fabricação e normalmente envolvem certo grau de customização. A Companhia produz aços especiais e aços inoxidáveis usados em ferramentas e maquinários, correntes, trancas, pregos de linha e bobinas de aços especiais em suas unidades Aços Villares e Piratini no Brasil, na Corporación Sidenor, na Espanha, e nas unidades da MacSteel nos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, a Gerdau Ameristeel produz seções especiais como lâminas de motoniveladoras, barras reduzidas (smelter bars), vigas I super leves, guias para elevadores e outros produtos, feitos sob encomenda para os clientes da Companhia, os quais são principalmente fabricantes.

Por meio de sua joint venture Kalyani Gerdau Steel Inc., localizada na Índia, também fornece aços a seus clientes. Esta é uma joint venture criada na Índia, com o Kalyani Group, na qual a Gerdau detém uma participação de 73,2%.

Produtos Planos

A unidade Ouro Branco da Companhia produz placas, que são laminadas para gerar produtos planos como bobinas de aço quentes e frias, placas pesadas e perfis. Além disso, a subsidiária de distribuição da Companhia, a Comercial Gerdau, revende produtos de aços planos fabricados por outros produtores brasileiros de aço, agregando mais valor por meio do processamento adicional em seus quatro centros de serviço para aços.

Por meio de sua joint venture Gallatin, localizada em Kentucky, a Gerdau Ameristeel também fornece aços planos aos seus clientes. A Gallatin é uma joint venture com a ArcelorMittal, uma empresa canadense líder na produção de aços planos, e possui uma capacidade nominal instalada de 1,4 milhão de toneladas de aços planos por ano. Os dois sócios da joint venture possuem uma participação de 50,0% cada.

B. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor:

C. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor:

A tabela abaixo contempla um resumo de todos os itens solicitados acima:

	Brasil			América do Norte			América Latina			Aços Especiais		
Produtos	Vergalhão, barras, fio máquina, trefilados, pregos, tarugos, placas, blocos e perfis estruturais.			Barras, canais estruturais médios, vigas, fio máquina de qualidade industrial, *special bar quality* (SBQ), perfis estruturais, vergalhões, trilhos, fio máquina e seções especiais.			Vergalhões, barras, fio máquina, pregos, arames, telas, *special bar quality* (SBQ), placas, cantoneiras e barras chatas.			Barras chatas, perfis especiais, arames, fio máquina, barras laminadas a frio, cilindros, barras redondas, barras forjadas, partes forjadas e fundidas.		
Ano	**2008**	**2009**	**2010**	**2008**	**2009**	**2010**	**2008**	**2009**	**2010**	**2008**	**2009**	**2010**
Receita Líquida (R$ milhões)	14.433,1	10.332,4	12.459,1	15.017,4	8.293,4	8.835,8	4.473,3	3.137,1	3.487,5	7.983,9	4.777,2	6.610,9
% em relação à Receita Líquida Consolidada	34,4%	32,9%	39,7%	35,8%	26,4%	28,1%	10,7%	10,0%	11,1%	19,1%	15,2%	21,1%
Lucro Líquido (R$ milhões)	2.815,6	2.178,7	1.198,0	1.057,2	(236,1)	147,6	454,5	(324,5)	225,6	617,5	(613,6)	886,1
% em relação ao Lucro Líquido Consolidado	56,9%	88,7%	48,8%	21,4%	-9,6%	6,0%	9,2%	-13,2%	9,2%	12,5%	-25,0%	36,1%

Obs.: Com vistas a simplificar a análise comparativa da ON Brasil, os valores desta operação contemplam as eliminações e ajustes dos valores consolidados, descritos na Nota Explicativa 26 de informações por segmento.

7.3. EM RELAÇÃO AOS PRODUTOS E SERVIÇOS QUE CORRESPONDAM AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS DIVULGADOS NO ITEM 7.2, DESCREVER:

A. Características do processo de produção:

No Brasil, a Companhia tem um processo de produção descentralizado, por meio de mini-mills (usinas semi-integradas) e unidades integradas. Para produzir produtos de aço fora do Brasil a Gerdau utiliza basicamente o modelo de mini-mill.

Processo semi-integrado (usinas semi-integradas ou mini-mills)

A Companhia opera 49 *mini-mills* em todo o mundo (excluindo as *joint ventures* e as companhias coligadas). As mini-mills são equipadas principalmente com fornos elétricos a arco que podem fundir sucata de aço e produzir produtos de aço conforme as especificações fornecidas por seus clientes. Após carregar o forno com uma mistura pré-ajustada de matéria-prima (sucata, ferro-gusa e ferro esponja), aplica-se energia elétrica de acordo com o perfil de fundição controlado por computador. Em geral, o processo de produção da Gerdau em mini-mills consiste nas seguintes etapas: obtenção de matérias primas, fundição, lingotamento, laminação e trefilaria. A diferença básica entre esse processo e o processo de produção integrada descrito abaixo está na primeira etapa do processamento, ou seja, o processo de fabricação do aço. As mini-mills são unidades menores que as unidades integradas, e a Companhia considera que elas têm certas vantagens sobre as usinas integradas, incluindo:

- Custos de capital mais baixos;

- Riscos operacionais mais baixos devido à descentralização do capital e capacidade instalada em uma única unidade de produção;

- Proximidade de unidades de produção a fontes de matéria-prima;
- Proximidade aos mercados locais e maior facilidade para ajustar os níveis de produção; e
- Estrutura gerencial mais efetiva devido à simplicidade relativa do processo de produção.

Processo integrado

A Gerdau opera cinco usinas integradas, quatro delas localizadas no Brasil e uma no Peru. A usina de Ouro Branco é a maior unidade integrada que a Companhia opera. Apesar de produzir aço em alto-forno, essa usina tem algumas das vantagens de uma mini-mill, pois está muito próxima a seus fornecedores principais e aos portos a partir dos quais a Companhia exporta a maior parte de sua produção.

O processo de fabricação de aço da Companhia em unidades integradas consiste em quatro processos básicos: preparação de matéria-prima, produção de ferro-gusa, produção de aço e produção de aço bruto (tarugos, blocos e placas). Na etapa inicial da fabricação de ferro, sínter (uma mistura de minério de ferro e calcário), coque e outras matérias primas são consumidos no alto-forno para a produção de ferro-gusa. O coque age como combustível e agente redutor nesse processo. Os altos-fornos da Companhia possuem uma capacidade anual instalada total de 5,9 milhões de toneladas de ferro-gusa líquido.

Esse ferro-gusa produzido é transportado de trem para a unidade de dessulfurização para reduzir o conteúdo de enxofre no aço. Após esse processo, o ferro-gusa com baixo teor de enxofre é transformado em aço por meio de conversores de oxigênio do tipo LD. O processo de fabricação de aço LD utiliza ferro-gusa líquido para produzir aço soprando oxigênio sobre a carga metálica dentro dos conversores. O processo não exige nenhuma fonte externa de energia, uma vez que é totalmente suprido pelas reações químicas que ocorrem entre o oxigênio e as impurezas do ferro-gusa líquido. O processo de fabricação de aço LD é atualmente o mais usado no mundo.

Algumas usinas refinam ainda mais a produção dos conversores de LD com fornos panela. O aço líquido é então colocado em formas e solidifica-se na forma de lingotes. As formas são retiradas e os lingotes são transportados de trem para os poços de imersão, onde são aquecidos a uma temperatura de laminação uniforme. Os lingotes aquecidos são laminados na laminadora primária para produzir placas e blocos, alguns dos quais são laminados nas laminadoras secundárias para produzir blocos e tarugos. Nesse ponto do processo, a Companhia vende uma parte do produto a outras indústrias onde o processo de laminação deve acontecer a fim de preparar o aço para seu uso final ou realiza o processo de laminação sozinha, transformando o produto em perfis estruturais ou fio-máquina.

B. Características do processo de distribuição:

A Companhia vende seus produtos por meio de distribuidores independentes, venda direta da usina e via sua rede de varejo denominada Comercial Gerdau.

Os custos de transporte são um componente relevante na maioria dos negócios de usinagem de aço e representam um elemento importante para a manutenção de preços competitivos no mercado de exportação. A maioria das usinas da Companhia está estrategicamente distribuída em diversas regiões geográficas. A Companhia acredita que a proximidade de suas usinas a fontes de matérias primas e mercados consumidores importantes proporciona-lhe uma vantagem competitiva na prestação de serviços a seus clientes e na obtenção de matérias primas a preços competitivos. Isto representa uma importante vantagem competitiva na logística de suprimentos e distribuição.

Com o objetivo de reduzir os custos de logística, a Companhia também utiliza diferentes meios de transporte (rodoviário, ferroviário e marítimo) para o recebimento de insumos, bem como para a entrega de produtos aos clientes ou portos de destino. De fato, a Companhia desenvolveu relacionamentos de longo prazo com companhias de logística especializadas na entrega de insumos e produtos siderúrgicos.

No Brasil, a Gerdau possui uma participação equivalente a 1,3% na MRS Logística, empresa ferroviária do Brasil, que opera a ferrovia entre os principais centros econômicos do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esta participação proporciona o uso garantido e eficiente deste meio para o transporte de matérias primas (sucata e ferro-gusa) bem como de produtos finais. Na América do Norte, a

Companhia detém um grande número de vagões próprios com o mesmo propósito. A contabilização deste investimento foi efetuada ao custo patrimonial.

A Gerdau utiliza cerca de 20 portos para a entrega de produtos a partir de toda a costa brasileira. A maioria das exportações é embarcada a partir do terminal privado de Praia Mole, na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo, no qual a Gerdau detém uma participação. Além disso, esse é o porto marítimo brasileiro mais eficiente e produtivo para a movimentação de produtos siderúrgicos, com mais de 20 anos de experiência no negócio. A Gerdau também possui portos próprios especializados na entrega de minério de ferro para suprimento de suas unidades siderúrgicas do estado da Bahia e do Peru.

C. Características dos mercados de atuação, em especial:

i. Participação em cada um dos mercados

O mercado siderúrgico está dividido entre fabricantes de produtos de aços longos, produtos de aços planos e de aços especiais.

O mercado mais importante da Gerdau é o mercado de aços longos, onde a Companhia atende aos seguintes segmentos de clientes: (i) construção civil, para a qual fornece vergalhões, barras, pregos e telas; (ii) manufatura, para a qual fornece produtos para maquinários e equipamentos agrícolas, ferramentas e outros produtos industriais; e (iii) outros mercados, para os quais fornece arames e postes para instalações agrícolas e projetos de reflorestamento. Na América do Norte, a Companhia também fornece seções especiais, incluindo guias para elevadores e vigas super leves. A Companhia também fornece a seus clientes produtos de maior valor agregado a partir de unidades de corte e dobra de vergalhões.

A Gerdau atua no mercado de aços planos por meio da Unidade Ouro Branco, que produz placas utilizadas como matéria-prima do processo de laminação de produtos planos como bobinas de aço laminadas a quente e frio e chapas grossas. Além disso, a subsidiária de distribuição da Companhia, a Comercial Gerdau, revende produtos de aços planos fabricados por outros produtores brasileiros de aço, agregando mais valor por meio do processamento adicional em seus quatro centros de serviço especializados em aço plano. Por meio de sua joint venture Gallatin, a Gerdau Ameristeel também fornece aços planos a seus clientes. A Gallatin é uma joint venture estabelecida com a ArcelorMittal, uma empresa líder na produção de aços planos, e possui uma capacidade anual nominal instalada de 1,4 milhão de toneladas de aços planos.

A Companhia produz aços especiais e aços inoxidáveis utilizados em ferramentas e maquinários, correntes, trancas, pregos de linha, bobinas de aços especiais, lâminas de moto niveladoras, barras reduzidas (*smelter bars*), vigas I super leves, guias para elevadores e outros produtos, feitos sob encomenda para os clientes da Companhia nas suas unidades de Pindamonhangaba, Mogi das Cruzes, Sorocaba e Charqueadas, no Brasil, nas unidades de sua coligada, Corporación Sidenor, na Espanha, e nas unidades da MacSteel, nos Estados Unidos.

ii. Condições de competição nos mercados

Posição Competitiva – Brasil

O mercado siderúrgico brasileiro é altamente competitivo. No acumulado de janeiro a novembro de 2010, a Companhia foi a maior produtora brasileira de aços longos e a segunda maior produtora de aço bruto, de acordo com o Instituto Aço Brasil (IABr). Já a ArcelorMittal Brasil foi a segunda maior produtora de aços longos do Brasil no mesmo período e a maior produtora de aço bruto.

O quadro abaixo apresenta os principais concorrentes da Companhia e suas respectivas participações no mercado brasileiro de aços brutos:

Produtores Brasileiros de Aços Brutos (%)	Ano fiscal findo em 31 de dezembro de		
	2010 (*)	2009	2008
ArcelorMittal Brasil	31,0	34,4	31,0
Gerdau	25,1	23,0	25,8
Usiminas	22,5	21,3	23,8
CSN	14,5	16,5	14,8
Outros	6,9	4,8	4,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: IABr - Instituto Aço Brasil
(*) Dados janeiro a novembro

A demanda mundial por aço laminado longo comum é atendida principalmente por usinas semi-integradas ou mini-mills e, em proporção bem menor, por produtores siderúrgicos integrados. No mercado brasileiro não há nenhuma companhia que concorra com a Gerdau em toda sua linha de produtos. Ao longo de 2010, a Companhia sofreu a concorrência das importações de aços longos comuns, principalmente oriundos da Turquia. A Companhia acredita que a diversificação de seus produtos, o desenvolvimento de soluções por meio de suas unidades de corte e dobra e a descentralização de seus negócios proporcionam uma vantagem competitiva sobre seus principais concorrentes.

No mercado interno, a Gerdau é fornecedora quase exclusiva de blocos e tarugos para clientes bem definidos e fiéis, que têm comprado com regularidade nos últimos quinze anos. A concorrência entre a Companhia e a ArcelorMittal nos mercados de placas e fio-máquina é acirrada.

Posição Competitiva – Exterior

No mercado internacional, a Companhia enfrenta forte concorrência do Leste Europeu (CIS) na linha de produtos de qualidade comercial. Os principais concorrentes nos produtos de alta qualidade são os europeus e, em menor proporção, os japoneses. A Companhia é uma forte concorrente devido à sua vasta experiência e à alta qualidade de seus produtos e serviços. A Gerdau possui uma relação diversificada de clientes tradicionais em todo o mundo.

No exterior, principalmente na América do Norte, a subsidiária Gerdau Ameristeel aumentou sua participação de mercado por meio de aquisições. A Gerdau Ameristeel acredita ser atualmente a segunda maior produtora de aço pelo processo de usina semi-integrada ou mini-mill da América do Norte, com capacidade nominal anual de 10,4 milhões de toneladas de aços brutos e 10,7 milhões de toneladas de produtos laminados.

O mercado geográfico da Gerdau Ameristeel compreende principalmente os Estados Unidos e o Canadá. A Companhia enfrenta forte concorrência de diversos competidores na venda de cada um de seus produtos nos mercados em que atua. Vergalhões, barras e perfis estruturais são produtos siderúrgicos para os quais o preço é o principal fator competitivo. Devido ao alto custo do frete em relação ao valor dos produtos, a concorrência de produtores não regionais é relativamente limitada. A proximidade entre estoques e clientes, aliada a custos de frete competitivos e processos de fabricação de baixo custo, são fatores-chave para a manutenção das margens na venda de vergalhões e barras. As entregas de vergalhões concentram-se normalmente em um raio de 350 milhas (563,27 km) das usinas mini-mills; e as entregas de barras, em um raio de 500 milhas (804,67 km). Alguns itens produzidos por várias das usinas mini-mills são enviados a distâncias maiores, inclusive ao exterior.

Entre os principais concorrentes da Companhia estão a Commercial Metals Company, Nucor Corporation, Steel Dynamics Inc., e ArcelorMittal Inc. A Gallatin Steel compete no mercado com várias outras usinas integradas e mini-mills produtoras de aço.

Apesar da característica de larga escala dos vergalhões, barras e perfis, a Gerdau Ameristeel acredita destacar-se de muitos dos seus concorrentes pela sua vasta gama de produtos, qualidade, desempenho consistente na entrega, capacidade de atender a pedidos grandes e capacidade de atender à

maioria dos pedidos com pronta-entrega. A Companhia acredita que produz uma das mais completas linhas de barras e perfis. A variedade de produtos oferecidos pela Companhia é uma importante vantagem competitiva em um mercado onde muitos clientes buscam atender às suas necessidades com poucos fornecedores-chave.

Na América Latina, cada país possui uma posição competitiva específica a qual depende das condições de seus respectivos mercados. Em sua maioria, as empresas competem internamente, enfrentando ainda concorrência significativa dos importados. Mais de 80% dos embarques das operações da Gerdau na América Latina são provenientes do Chile, Peru, Colômbia e México. No Chile, as principais barreiras enfrentadas pela Gerdau AZA são os custos de frete e transporte, e a oferta de produtos importados. A Companhia estima que a participação da Gerdau AZA no mercado doméstico chileno de aços longos seja cerca de 25% e a participação da Diaco no mercado siderúrgico colombiano, de 31%. Já a participação de mercado da Siderperú é estimada em aproximadamente 41,0% no segmento de aços longos do Peru.

Nas Operações de Aços Especiais, a Corporación Sidenor detém uma participação de cerca de 10% do mercado de aços especiais da União Europeia; nos Estados Unidos, a Gerdau possui uma participação de mais de 20% do mercado de barras especiais (SBQ) por meio de sua subsidiária MacSteel; e, no Brasil, as unidades de aços especiais da Gerdau, Aços Villares e Piratini, juntas, constituem o maior participante do mercado de aços especiais brasileiro.

D. Eventual sazonalidade:

A indústria do aço mundial é altamente cíclica. Consequentemente, a Companhia está exposta às alterações de demanda por produtos de aço que, por sua vez, causam variações nos preços da maioria desses produtos. Além disso, considerando que a indústria siderúrgica brasileira produz mais aço do que a economia doméstica consegue consumir, o setor é dependente dos mercados de exportação. A demanda por produtos de aço e, portanto, as condições financeiras e os resultados operacionais das empresas da indústria siderúrgica, incluindo da própria Companhia, são geralmente impactadas por flutuações macroeconômicas na economia mundial e na economia dos países produtores de aço, inclusive por tendências gerais nos setores de manufatura, da construção civil e automotivo. Desde 2003, a demanda por produtos de aço em países em desenvolvimento (especialmente a China) e o crescimento generalizado da economia mundial, têm contribuído para níveis históricos de preços elevados para os produtos de aço da Companhia. Entretanto, estes preços relativamente elevados não se mantiveram, especialmente em vista da expansão da capacidade instalada mundial ou do recente menor nível de demanda. Desde 2008, e mais notadamente no início de 2009, a economia dos Estados Unidos tem mostrado sinais de redução na atividade, com impacto em muitos outros países e, consequentemente nos preços internacionais do aço. Desde a segunda metade de 2009, a economia mundial tem demonstrado uma recuperação gradual, impactando de modo positivo a demanda e os preços do aço, situação que se manteve ao longo de 2010.

Nas operações da Companhia no Brasil e na América Latina, os embarques do segundo e terceiro trimestres do ano tendem a ser maiores que os do primeiro e quarto trimestres, em razão da redução na atividade de construção. Nas operações da Companhia na América do Norte, a demanda sofre a influência do inverno, quando o consumo de eletricidade e outras fontes de energia (ou seja, gás natural) para aquecimento aumenta, podendo ainda ser agravada por condições climáticas desfavoráveis, o que contribui para a elevação de custos e redução da atividade de construção levando, por sua vez, a uma queda no volume de vendas físicas. Nas Operações de Aços Especiais da Companhia, particularmente na Espanha, o terceiro trimestre é tradicionalmente marcado pelas férias coletivas que reduzem a atividade do trimestre para apenas dois meses.

E. Principais insumos e matérias primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia não depende de contratos industriais, comerciais ou financeiros (incluindo contratos com clientes e fornecedores) ou de novos processos de produção que sejam relevantes ao seu negócio ou lucratividade. Em complemento, possui uma política de diversificação de fornecedores que a permite

substituir fornecedores sem afetar suas operações em caso de descumprimento contratual, exceto para fornecimento de energia e gás natural.

Além das regulamentações governamentais que se aplicam ao setor em geral, a Companhia não está sujeita a quaisquer regulamentações específicas que tenham um impacto negativo ou relevante nos seus negócios.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Em caso de falta de energia, não existem alternativas de fornecimento na maioria das usinas Gerdau devido ao grande volume e tensão necessários para a operação dessas usinas. Algumas unidades de pequeno porte da Gerdau podem decidir adotar o uso de geradores como alternativa para compensar a escassez ou falta de energia. Além disso, a Unidade Ouro Branco gera internamente cerca de 70% de sua demanda de energia por meio dos gases gerados no processo de fabricação do aço.

Em caso de falta de gás natural, seria possível adaptar os equipamentos para utilização de diesel e GLP.

A distribuição de energia elétrica e gás natural é monopólio regulado na maioria dos países, de forma que tais empresas distribuidoras são únicas em cada região geográfica. Em alguns países a regulamentação permite a escolha do fornecedor da c*ommodity* energia elétrica ou gás natural, permitindo à Gerdau diversificar seu portfólio de contratos de suprimento.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Os processos de produção da Gerdau baseiam-se principalmente no conceito de usinas semi-integradas ou mini-mills, equipadas com fornos elétricos a arco que derretem a sucata ferrosa e produzem itens de aço conforme as especificações dos clientes. A principal matéria-prima utilizada nessas usinas é a sucata ferrosa, a qual em algumas unidades é misturada com ferro-gusa. As proporções da mistura podem mudar de acordo com os preços e a disponibilidade desses componentes, de modo a otimizar os custos com matéria-prima. O ferro e o minério de ferro (usados em altos-fornos e em uma unidade de Redução Direta de Ferro - DRI) e ligas metálicas também são importantes.

Embora os preços internacionais da sucata ferrosa sejam determinados pelo mercado interno dos Estados Unidos (uma vez que aquele país é o maior exportador de sucata), no Brasil eles variam de região para região, sendo influenciados pela demanda e pelos custos de frete. A Gerdau é o maior consumidor de sucata ferrosa do Brasil.

Operação de Negócio Brasil e Operação de Negócio Aços Especiais - As usinas brasileiras da Companhia utilizam sucata e ferro-gusa adquiridos de fornecedores locais. Devido à natureza de algumas matérias-primas empregadas em seus processos, a Gerdau tem contratos de fornecimento de médio e longo prazo com produtores de sucata e contratos de curto prazo com alguns fornecedores para suas usinas mini-mills no Brasil, adquirindo sucata de acordo com a necessidade das usinas. Os preços da sucata das operações brasileiras são expressos em reais, assim, os preços dessa matéria-prima não sofrem o impacto direto da variação cambial.

Devido ao seu tamanho, a usina de Ouro Branco utiliza predominantemente contratos de longa duração para garantir o fornecimento de matérias-primas. As principais matérias-primas dessa unidade incluem: (i) carvão importado do Canadá, Austrália, Estados Unidos, Colômbia e Rússia, antracito importado do Vietnam, da Ucrânia e da Rússia, e coque de petróleo adquirido da Petrobrás; (ii) ligas metálicas, 90,0% das quais adquiridas no mercado interno; e (iii) minério de ferro, parcialmente produzido em suas próprias usinas e parcialmente comprado de mineradoras de grande, médio e pequeno porte, em sua maioria estrategicamente nas proximidades da usina. Esses três itens representaram cerca de 40,0% dos custos de produção totais da Gerdau Açominas em 2010.

Operação de Negócio América do Norte - A principal matéria-prima metálica das usinas da Companhia nos Estados Unidos é a sucata ferrosa. Quando os preços da sucata ferrosa excedem níveis aceitáveis, como ocorreu em 2004, as usinas buscam fontes alternativas de matéria-prima na mesma

proporção. A Gerdau Ameristeel tem obtido um suprimento regular adequado de matérias-primas e não depende de um número pequeno de fornecedores.

Operação de Negócio América Latina - A principal matéria-prima metálica das usinas da Companhia na América Latina é a sucata ferrosa. A Operação Latino Americana está exposta a flutuações de mercado, com seus preços variando de acordo com cada mercado local.

Sucata Ferrosa

A sucata ferrosa está classificada em duas grandes categorias: (i) sucata de obsolescência, composta por aço de procedências variadas, desde latas até carcaças de veículos e produtos da linha branca; e (ii) sucata industrial, composta basicamente por sucata de ferro ou aço novo e rufos, forjarias e até mesmo resíduos gerados pelas próprias usinas da Companhia. No Brasil, o uso de sucata nos fornos elétricos a arco varia entre sucata de obsolescência e sucata industrial. As usinas de Aços Especiais utilizam principalmente sucata industrial.

Em 2010, a Gerdau utilizou mais de 10 milhões de toneladas de sucata, representando ganhos significativos devido aos custos operacionais cada vez mais competitivos.

Operações de Negócio Brasil e Aços Especiais - O preço da sucata no Brasil varia de região para região, dependendo da oferta local, demanda e custos de transporte. A região sudeste é a mais industrializada do país e, portanto, gera o maior volume de sucata, mas a concorrência na região é mais intensa devido à grande concentração de siderúrgicas.

A Companhia também conta com cinco trituradores, incluindo um mega triturador instalado na Gerdau Cosigua, no Rio de Janeiro, com capacidade para processar sucata em volumes superiores a 200 carcaças de veículos por hora.

Na Corporación Sidenor, a sucata industrial é o principal tipo de matéria prima utilizado na operação espanhola.

Operação de Negócio América do Norte – A sucata ferrosa é a principal matéria prima da Gerdau Ameristeel. A disponibilidade desta mercadoria varia de acordo com o nível da atividade econômica, a sazonalidade, os níveis de exportação, e as flutuações de preço. As usinas Jackson, Jacksonville, St. Paul, Wilton, Whitby, Midlothian e Petersburg da Gerdau Ameristeel possuem instalações voltadas ao processamento de sucata dentro das usinas, incluindo trituradores que suprem grande parte de sua demanda de sucata. Considerando que nem toda a sucata consumida provém de seus pátios, o restante da demanda é garantido por meio de aquisições diretas ou via revendedores que originam e preparam a sucata.

Na América do Norte, todas as unidades de produção são usinas semi-integradas ou mini-mills, nas quais os resultados das operações estão estreitamente relacionados ao custo da sucata ferrosa e seus substitutos, que constituem o principal insumo das usinas mini-mills. Os preços da sucata ferrosa são relativamente mais elevados durante os meses de inverno no hemisfério norte devido ao impacto do clima na coleta e fornecimento. Aproximadamente metade de todos os produtos siderúrgicos da América do Norte é atualmente produzida em fornos elétricos a arco com a utilização de sucata ferrosa. Os preços da sucata ferrosa estão sujeitos a forças de mercado que fogem ao controle da Companhia, incluindo a demanda dos Estados Unidos e de produtores siderúrgicos internacionais, custos de frete e especulação.

Operação de Negócio América Latina - O preço da sucata na América Latina varia conforme a demanda, os custos de transporte e a região. Em comparação com as outras operações da Gerdau, a Operação América Latina é a que possui os preços de sucata mais voláteis porque consolida os preços de sete países.

Ferro-gusa e Ferro Esponja

Operação de Negócio Brasil – O Brasil é exportador de ferro-gusa. A maior parte do ferro-gusa brasileiro é produzida no estado de Minas Gerais por vários pequenos produtores. O ferro-gusa é um substituto natural da sucata e, no Brasil, é um importante componente do mix de metais utilizado para

produção de aço nas usinas. No Brasil, o preço do ferro-gusa está associado à demanda interna e externa e ao custo do carvão vegetal, o item com custo mais volátil na produção de ferro-gusa.

A Companhia produz ferro esponja em sua unidade industrial localizada na Bahia (Gerdau Usiba), cuja produção integral é utilizada internamente para a produção de itens siderúrgicos.

No Brasil, a Companhia não possui contratos de fornecimento de ferro-gusa, negociando quantidades e condições de entrega diretamente com os fornecedores. Os preços do ferro-gusa acompanham as variações do mercado internacional, uma vez que grande parte da produção brasileira é exportada.

Operação de Negócio América do Norte - A disponibilidade de sucata possui um papel importante nas operações da Gerdau Ameristeel. O ferro esponja e o ferro-gusa podem substituir uma parcela limitada da sucata ferrosa utilizada na produção em fornos elétricos a arco. A Gerdau Ameristeel não utiliza quantidades significativas de substitutivos da sucata em suas usinas mini-mills, à exceção do ferro-gusa que, devido a suas propriedades químicas, é utilizado na usina de Beaumont, bem como na produção de algumas seções especiais.

Minério de Ferro e Fundentes

O minério de ferro e os fundentes são utilizados no processo de alto-forno nas Unidades da Gerdau de Ouro Branco, Barão dos Cocais, Contagem, Divinópolis e Sete Lagoas. O minério de ferro é adquirido em seu estado natural em grãos finos (superfinos, *pellet feed* e finos, *sinter feed*), como minério granulado ou aglomerado em pelotas. O minério de ferro de granulometria fina (finos e superfinos) é transformado em sínter. O granulado e as pelotas de minério de ferro são adicionados diretamente ao alto-forno para aumentar a produtividade. Fundentes como calcário, quartzo dolomita e serpentinita são adquiridos em seu estado natural. Juntos, o minério de ferro e os fundentes constituem as principais matérias-primas para produção de ferro-gusa pelo processo de alto forno. O ferro-gusa é a principal matéria-prima utilizada na usina de fundição.

Parte dos insumos é fornecida por empresas locais, vizinhas à usina, para reduzir os custos de transporte e armazenamento, e a outra parte provém de minas próprias (ritmo de aproximadamente 60% de autossuficiência em 2010) também localizadas nas proximidades da usina. A Companhia adquire minério de ferro da MMX, Vale e outros fornecedores menores, localizados no estado de Minas Gerais, nas proximidades das usinas siderúrgicas.

Outros Insumos

Além da sucata, do ferro-gusa, ferro esponja e minério de ferro, as operações da Gerdau utilizam, ainda que em menores quantidades, outros insumos para a produção de aço como ligas metálicas, eletrodos, materiais refratários, oxigênio, nitrogênio e outros gases industriais e calcário. Todos esses insumos estão disponíveis no Brasil. Outros insumos associados à produção de ferro-gusa incluem o carvão vegetal, utilizado nas usinas de alto-forno, e o gás natural, utilizado na unidade de redução direta.

Entre as matérias-primas importantes para a Unidade Ouro Branco está o carvão coqueificável. O carvão é utilizado na fabricação do coque, o principal agente redutor para sínter, minério de ferro e pelotas no alto-forno. A injeção de carvão pulverizado também é utilizada para reduzir o consumo de coque, aumentar a produtividade e, consequentemente, reduzir o custo do ferro-gusa. A ferro-liga também é utilizada na fabricação de aços com características especiais. Oxigênio, nitrogênio e argônio também são utilizados em alguns processos de produção e são adquiridos de um fornecedor instalado na própria usina. Os gases gerados nos processos de fabricação do coque, ferro-gusa e aço, após limpos, são utilizados como combustível em diversos processos e na geração de energia elétrica para a usina.

A Gerdau possui uma unidade de produção de coque metalúrgico e reservas de carvão coqueificável na Colômbia. Essa operação possui capacidade anual de produção de 1,0 milhão de toneladas de coque e reservas de carvão coqueificável estimadas em 20 milhões de toneladas.

As operações da América do Norte também utilizam outros insumos. Várias empresas nacionais e estrangeiras fornecem outras matérias-primas importantes ou suprimentos operacionais necessários à

produção como refratários, ferro-liga e eletrodos de carbono, que são facilmente encontrados no mercado. A Gerdau Ameristeel tem obtido quantidades suficientes dessas matérias-primas e suprimentos a preços competitivos de mercado. A Companhia não depende de nenhum fornecedor específico para o fornecimento de qualquer material em particular e acredita que existam fornecedores alternativos disponíveis no mercado caso haja necessidade de substituir alguns dos atuais fornecedores.

Energia

A produção de aço é um processo que consome grandes quantidades de energia elétrica, principalmente em usinas elétricas a arco. A energia elétrica representa um custo importante dentro do processo de produção, assim como o gás natural, utilizado em fornos para reaquecer tarugos na produção de aço laminado.

A Dona Francisca Energética S.A. (DFESA) opera uma usina de energia hidrelétrica com capacidade nominal de 125 MW, localizada em Agudo, no estado do Rio Grande do Sul. Seu objeto social inclui operar, manter e maximizar o uso do potencial de energia da usina hidrelétrica Dona Francisca. A usina Dona Francisca faz parte de um consórcio (Consórcio Dona Francisca) com a sociedade de economia mista Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE - GT). São acionistas da Dona Francisca Energética S.A. a Gerdau S.A. (51,8%), COPEL Participações S.A (23,0%), Celesc (23,0%) e a Desenvix (2,2%).

As usinas hidrelétricas de Caçu e Barra dos Coqueiros, localizadas no estado de Goiás, possuem capacidade total instalada de 155MW e iniciaram operação em 2010, disponibilizando toda a sua geração para as unidades localizadas na região sudeste do Brasil.

A Gerdau também detém a concessão para operaro complexo hidrelétrico São João – Cachoeirinha, localizado no estado do Paraná. O complexo terá uma capacidade total instalada de 105 MW. Para o início da construção aguarda-se a obtenção das licenças ambientais necessárias.

Os prazos dos contratos de concessão de geração supracitados são de 35 anos a partir da assinatura do contrato, quais sejam: UHE Dona Francisca vence em 2033 e UHEs Caçu e Barra dos Coqueiros e UHEs São João – Cachoeirinha em 2037.

A Companhia está atualmente analisando alternativas de geração de energia em todos os países onde opera.

No Brasil, as unidades da Companhia possuem contratos de longo prazo com fornecedores de energia elétrica, não sendo dependentes de um único contrato. Atualmente a energia fornecida às unidades industriais da Companhia provém de dois tipos de contratos:

- Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada, onde a Companhia figura como “Consumidora Cativa”, são utilizados nas seguintes unidades: Riograndense, Aços Especiais Piratini, Guaíra, Usiba, Açonorte e Sorocaba. Esses contratos envolvem empresas estatais ou detentoras de concessões públicas. Nesses contratos, a demanda e o consumo são negociados entre as partes, e as tarifas são definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

- Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Livre, onde a Gerdau figura como “Consumidora Livre”, são utilizados nas seguintes unidades: Araçariguama, Cosigua, Cearense, Ouro Branco, Divinópolis, Barão de Cocais, Pindamonhangaba e Mogi das Cruzes. Essas unidades possuem contratos de compra de energia celebrados diretamente com as companhias geradoras e/ou negociadoras de energia elétrica, com preços definidos e ajustados de acordo com as condições pré-estabelecidas pelas partes. As taxas de transmissão e distribuição são reguladas e revisadas anualmente pela ANEEL. A unidade de Ouro Branco gera internamente aproximadamente 70% de sua demanda de energia, utilizando os gases produzidos pelo processo de fabricação de aço. Isso faz com que tenha uma exposição significativamente menor ao mercado de energia do que as usinas semi-integradas ou mini-mills.

Na Espanha o novo contrato de energia teve início em julho de 2010, permanecendo em vigor até dezembro de 2011. O contrato de gás natural também possui prazo de duração até dezembro de 2011.

O fornecimento de gás natural a todas as unidades é regulado e executado de acordo com contratos de longo prazo. As unidades de Barão de Cocais e Divinópolis não têm acesso ao fornecimento de gás natural.

Na América do Norte, existem dois tipos de mercado de energia: regulado e não regulado. No mercado regulado, os contratos são estabelecidos com concessionárias locais de energia elétrica, com as tarifas definidas por região. No mercado não regulado, o preço da energia elétrica pode mudar a cada 5 minutos (preço do mercado spot) para refletir o custo real da geração de energia elétrica. Embora a não regulamentação do mercado de gás natural e do mercado atacadista de energia elétrica pudesse criar oportunidades para redução de custos em razão da competição de mercado, os preços de ambas as formas de energia tornaram-se recentemente mais voláteis, podendo manter-se dessa forma.

No Chile, Colômbia e Uruguai, tanto a energia elétrica quanto o gás natural são adquiridos por meio de contratos de longo prazo. Na Colômbia, os contratos de eletricidade e gás natural foram renovados em 2009. No Chile, a Gerdau AZA renegociou seu contrato de energia elétrica até 2014. A Gerdau AZA negociou um novo contrato de suprimento de gás natural a partir do segundo semestre de 2009 com base em importações de gás natural liquefeito (GNL), que teve início no ano passado a preços mais reduzidos que os combustíveis alternativos. Atualmente os contratos estão estendidos até o final de 2011.

No Peru a eletricidade é adquirida por meio de contratos de longo prazo. A usina não possui acesso ao gás natural devido à sua localização, sendo que atualmente encontra-se em estudo um projeto para o transporte de gás natural comprimido até a unidade.

A Argentina utiliza gás natural (GLP como substituto), e o Uruguai também utiliza gás natural (óleo combustível como substituto). Em 2008, a Gerdau Sipar celebrou um contrato com a Petrobras para o suprimento das necessidades energéticas da nova usina a partir de maio de 2010. Em vista do adiamento deste projeto, este contrato foi renegociado. O contrato de suprimento de gás natural expira em maio de 2011 e está atualmente sendo renegociado.

Um novo contrato de aquisição de energia elétrica foi firmado na República Dominicana em 2009, por um prazo de 5 anos. A partir de 2011 a planta passa a receber GNL (gás natural liquefeito) através de barcos e caminhões.

No México, a usina hidrelétrica regional, Luz y Fuerza del Cientro, foi liquidada pelo governo e suas operações foram assumidas pela companhia estadual Companía Federal de Electricidad (CFE), sem impacto no suprimento. Devido a este fato, novos contratos de energia encontram-se em negociação.

7.4. IDENTIFICAR SE HÁ CLIENTES QUE SEJAM RESPONSÁVEIS POR MAIS DE 10% DA RECEITA LÍQUIDA TOTAL DO EMISSOR, INFORMANDO:

Não houve clientes que fossem responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia nos exercícios de 2008 a 2010.

A. Montante total de receitas provenientes do cliente:

B. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente:

7.5. DESCREVER OS EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL SOBRE AS ATIVIDADES DO EMISSOR, COMENTANDO ESPECIFICAMENTE:

A. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações:

As atividades da Companhia relacionadas à siderurgia não estão sujeitas, além das licenças e autorizações comuns, a autorizações especiais. A Companhia mantém um bom relacionamento com as autoridades responsáveis por emitir as autorizações ordinárias e não possui histórico de problemas em sua obtenção.

A Gerdau Aços Longos S.A. é Concessionária das Hidrelétricas Caçú e Barra dos Coqueiros, com potência total instalada de 155MW, localizadas no Sudoeste do Estado de Goias, entre os Municípios de Caçu e Cachoeira Alta, conforme contrato de concessão número 089/2002.

A Chopim Energia S.A. (50% direta e 50% através de Itaguaí Comércio, Importação e Exportação Ltda.) tem a Concessão do Complexo Energético São João e Cachoeirinha, que corresponde às usinas de tipo UHE São João e Cachoeirinha, com potência instalada total de 105MW, localizadas no sudoeste do Paraná, entre os Municípios de Honório Serpa e Clevelândia, conforme contrato de concessão número 016/2002.

A Gerdau S.A. tem participação acionária de 51,8182% na Empresa Dona Francisca Energética S.A.- DFESA, que em consórcio com a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE são detentoras da Concessão da usina de tipo UHE Dona Francisca, localizada entre os Municípios de Agudo e Nova Palma, no Rio Grande do Sul, com Potência Instalada de 125MW, conforme contrato de Concessão número 188/1998.

A Gerdau Açominas S.A. possui autorização para operação da central termelétrica UTE Açominas (103MW), localizada em Ouro Branco nas suas instalações industriais, autorizada pela Portaria n° 275/MME, de 23 de fevereiro de 1984 e resoluções posteriores.

A atividade de geração de energia elétrica é sujeita às regras e regulamentos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, sendo por ela fiscalizada. As Licenças de Operação, que são emitidas pelas Secretarias ou Agências Ambientais Estaduais, são condicionantes obrigatórios para a operação das usinas hidrelétricas, bem como a observância às obrigações dos respectivos contratos de concessão. Todos os empreendimentos, da qual somos participantes, encontram-se em perfeito funcionamento, com as licenças vigentes e sem nenhuma objeção de operação.

A exploração de atividade portuária é condicionada à autorização da União (Lei 8.630/93). No nosso caso, temos dois terminais Portuários Privativos Fora de Área de Porto Organizado, em Vitória-ES e Salvador-BA, denominados, respectivamente Terminal Portuário Privativo e de Uso Misto de Praia Mole e Terminal Marítimo. O primeiro, com Contrato de Adesão número 034/95, assinado em 18/02/1995, com prazo de vigência de 25 anos, com prorrogação assegurada por igual período na forma da lei. Não há descrição específica das cargas, sendo autorizadas as “cargas próprias e a de terceiros” (na época não se fazia este tipo de detalhamento). O segundo, com Contrato de Adesão 064/98, assinado em 17/05/1995, com prazo de vigência de 25 anos, com prorrogação assegurada por igual período na forma da lei. As cargas autorizadas são: de minério de ferro pelotizado, minério de ferro natural, gusa, sucata de ferro, minério de manganês, coque, concentração de cobre alumina, escoria de alto forno, clínquer, minério de ferro, coque verde petróleo e fertilizantes.

Esta autorização é sujeita ao controle da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ e, supletivamente, da Secretaria Especial de Portos – SEP. Temos um Contrato de Adesão, (forma de autorização prevista na lei), válido e vigente.

As operações de mineração da Companhia no Brasil estão sujeitas a concessões governamentais que não geram direito de propriedade do subsolo ou transferência do direito de propriedade do subsolo (“Manifesto de Mina”), e suas atividades de mineração estão sujeitas às limitações impostas pela Constituição Federal do Brasil, pelo Código Brasileiro de Mineração e pelas leis e regulamentos relacionados à matéria (a concessão, regulamentação e fiscalização é de competência do DNPM – Departamento

Nacional de Produção Mineral). De acordo com os contratos de concessão, a Companhia recebeu licença para operar comercialmente as minas localizadas em Miguel Burnier, Várzea do Lopes, Dom Bosco e Gongo Soco, no estado de Minas Gerais, Brasil, pelo tempo em que tais reservas perdurarem. O Código Brasileiro de Mineração e a Constituição Federal Brasileira impõem às empresas que realizam atividades de mineração, como nós, exigências relacionadas, entre outras, à maneira como os depósitos minerais são explorados, à saúde e segurança dos trabalhadores, à proteção e restauração do meio ambiente, à prevenção de poluição e à promoção da saúde e segurança das comunidades onde as minas estão localizadas.

Na Colômbia existem algumas operações de mineração cujas concessões são regidas pelo governo e reguladas por leis contidas no Código de Mineração (Lei 685 de 2001 e Lei 1.382 de 2010). No âmbito do direito da concessão dada à Companhia, podem ser desenvolvidos projetos de pesquisa e de exploração do carvão. As minas estão localizadas em Tausa, Cundinamarca; Cucunubá, Cundinamarca; Samacá e Ráquira, Boyacá, e Cúcuta, norte de Santander. O prazo das concessões é de 30 anos, que pode ser prorrogado por mais 30 anos. Os requisitos ambientais também devem ser observados no desenvolvimento dos projetos. Além disso, existem outras questões importantes como a segurança do pessoal e o pagamento de royalties.

B. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

A Gerdau, fornecedora de soluções e produtos de aço, busca a satisfação de acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores e comunidades por meio da melhoria contínua de produtos e serviços, processos e sistema de gestão. Para tanto, atua comprometida com a qualidade, com o controle dos riscos à saúde e à segurança dos colaboradores e com a gestão dos aspectos e a prevenção de impactos ambientais. Suas ações são sempre fundamentadas em objetivos e metas de desempenho e no atendimento consistente à legislação aplicável e aos compromissos assumidos, visando o desenvolvimento sustentável (ambiental, social e econômico).

Princípios:

- A liderança é a principal responsável pela segurança de todas as pessoas que atuam sob sua gestão, promovendo todos os esforços necessários para preservar a saúde e a segurança das pessoas, o desenvolvimento sustentável e a produtividade e eficiência dos processos.

- Cada colaborador tem a responsabilidade de zelar por sua saúde e sua segurança, assim como pela de seus colegas, pelo meio ambiente e pela qualidade dos produtos e serviços. Deve realizar seu trabalho de acordo com os procedimentos, instruções, normas e regras estabelecidas pela empresa.

- A Gerdau e todos os seus colaboradores se comprometem a buscar a melhoria contínua em relação à saúde e à segurança das pessoas, ao meio ambiente, à eficácia dos processos e à satisfação dos clientes com a qualidade dos produtos e serviços. Os esforços devem ser orientados a ações de prevenção, buscando e compartilhando as melhores práticas e utilizando de forma efetiva o aprendizado em toda a Organização.

A Gerdau define seus objetivos, metas e programas baseada nos Direcionamentos Estratégicos para o processo Meio Ambiente, que incluem;

- A otimização do uso dos recursos naturais, minimizando emissões e geração de resíduos;

- A maximização do aproveitamento de coprodutos buscando viabilidade econômica;

- A identificação, controle e mitigação de riscos em áreas potencialmente impactadas;

- A certificação na norma ISO 14.001 de todas as unidades industriais;

- O gerenciamento dos aspectos ambientais de forma sustentável;

- A busca de alternativas para aumentar a reciclagem e a desoneração da disposição de resíduos do processo de sucata;

- A melhoria da gestão política e institucional.

As unidades industriais são auditadas por organismo independente que certificam que o sistema de gestão ambiental encontra-se em conformidade com requisitos estabelecidos pela norma ISO 14.001. As plantas que ainda não foram certificadas estão em processo de adequação do sistema de gestão e obtenção certificações. O número de unidades industriais certificadas na ISO 14.001, em 31/dez/10, era de 45.

Uma das principais matérias primas das unidades industriais é a sucata. O consumo de sucata traz benefícios que incluem a redução das emissões de CO_2, a otimização dos processos, a diminuição do uso de energia, a obtenção de custos mais competitivos e o aumento da produtividade. Além disso, o fortalecimento da rede de coleta de sucata contribui com a diminuição do volume de materiais destinados a aterros e resulta em empregos e renda para milhares de cidadãos. Esses trabalhadores são incentivados pela Gerdau a buscar educação, desenvolvimento pessoal, social e da empresa onde atuam.

Além disso, Gerdau Aços Longos Brasil produz os seguintes produtos: Vergalhão GG 50 / CA-60 Gerdau / Vergalhão CA-25, telas e treliças, Arames Agropecuários (farpados e ovalados), Estribo e Kit Sapata certificados pelo Selo Ecológico Falcão Bauer. Estes produtos são classificados na Categoria 2, significando que:

- Não possuem em sua composição substâncias perigosas;

- Possuem baixo impacto ambiental do produto e do processo produtivo, segundo ACV - Analise do Ciclo de Vida do produto (matéria-prima, energia, água, recursos naturais, embalagens, emissões, resíduos, vida útil do produto e destinação pós-uso);

- Possuem percentual em massa de pelo menos: 30% de sucata de pós consumo ou 50% de sucata de pré consumo de suas matérias-primas;

- Atendem aos requisitos LEED e AQUA (Organismos Certificadores para Green Buildings);

Está destacado no próprio Selo que a Gerdau possui iniciativas sócio-ambientais. Estas iniciativas são desenvolvidas em conjunto com o Instituto Gerdau buscando a ampliação a consciência da sociedade para uma relação sustentável com o meio ambiente.

Os custos relativos a Meio Ambiente, envolvendo a operacionalização do SGA – Sistema de Gestão Ambiental, operação em equipamentos de proteção, processos de licenciamento, estudos e pesquisa, certificação, totalizaram, em 2010, aproximadamente, R$ 400 milhões (35% em investimentos e 65% em custos de operacionalização do SGA).

C. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades:

A Companhia não possui dependência material de nenhum dos itens acima listados.

7.6. EM RELAÇÃO AOS PAÍSES DOS QUAIS O EMISSOR OBTÉM RECEITAS RELEVANTES, IDENTIFICAR:

A. Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor:

B. Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor:

C. Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor:

Seguindo os critérios de divulgação previstos na Governança Corporativa da Companhia, a tabela abaixo contempla os itens solicitados acima:

Receita líquida (R$ milhões)	**Exercício de 2010**	**Percentual Participação**
Brasil	12.459	39,7%
Mercado Interno	*10.441*	*33,3%*
Exportações	*2.018*	*6,4%*
América do Norte	8.836	28,1%
América Latina	3.487	11,1%
Aços Especiais	6.611	21,1%
Total	**31.393**	**100,0%**

Obs.: As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.
Com vistas a simplificar a análise comparativa da ON Brasil, os valores desta operação contemplam as eliminações e ajustes dos valores consolidados, descritos na Nota Explicativa 26 de informações por segmento.

7.7. EM RELAÇÃO AOS PAÍSES ESTRANGEIROS DIVULGADOS NO ITEM 7.6, INFORMAR EM QUE MEDIDA O EMISSOR ESTÁ SUJEITO À REGULAÇÃO DESSES PAÍSES E DE QUE MODO TAL SUJEIÇÃO AFETA OS NEGÓCIOS DO EMISSOR:

Em função da Companhia. ser um emissor de ADRs na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a Gerdau encontra-se sujeita a uma série de normas específicas aplicáveis ao mercado de valores mobiliários norte-americano. Em decorrência disso, a Companhia deve observar os preceitos da Lei Sarbanes-Oxley, que demanda, como sua principal exigência, procedimentos para assegurar a eficácia dos controles internos do emissor, além de outras obrigações, como a instalação de um Comitê de Auditoria (Conselho Fiscal permanente, no caso da Companhia) e criação de um canal de denúncias.

Os preceitos da Lei Sarbanes-Oxley estabelecem práticas de controles internos e definem metodologias para a documentação dos controles internos e sua certificação por parte dos auditores independentes. Neste sentido, a adoção desta lei serviu para aprimorar a estrutura de controles internos já adotada pela Companhia em virtude da prévia existência de política de controles internos antes mesmo das determinações da lei tornarem-se cogentes.

A Gerdau S.A. tem sua certificação de controles internos de acordo com a Lei Sarbanes-Oxley desde 2006, em virtude de ter ações negociadas nos Estados Unidos, portanto, não existem procedimentos ainda pendentes de adoção para que a Gerdau S.A. esteja plenamente aderente aos requisitos da lei.

A Companhia entende que não existem outras regulamentações que causem impacto material às suas atividades.

7.8. DESCREVER RELAÇÕES DE LONGO PRAZO RELEVANTES DO EMISSOR QUE NÃO FIGUREM EM OUTRA PARTE DESTE FORMULÁRIO:

Não existem relações de longo prazo relevantes que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens deste formulário.

7.9. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

8. GRUPO ECONÔMICO

8.1. DESCREVER O GRUPO ECONÔMICO EM QUE SE INSERE O EMISSOR, INDICANDO:

A Gerdau S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, capital, empresa integrante do Grupo Gerdau, dedicado, principalmente, à produção e à comercialização de produtos siderúrgicos em geral, através de usinas localizadas no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Guatemala, México, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos, Canadá, Espanha e Índia.

A. Controladores diretos e indiretos:

Segue na tabela abaixo, a posição acionária dos detentores de mais de 5% de cada espécie e classe de ações da Companhia em 28/02/2011:

Em unidades

Acionista/Cotistas	Nacionalidade	CNPJ	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
			Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
GERDAU S.A. - CNPJ nº 33.611.500/0001-19								
METALÚRGICA GERDAU	Brasileira	92.690.783/000109	378.218.185	74,8	261.355.769	25,9	639.573.954	42,2
BNDESPAR PART SA BNDESPAR	Brasileira	00.383.281/0001-09	35.917.222	7,1	14.162.154	1,4	50.079.376	3,3
GERDAU BG PARTICIPAÇÕES S.A.	Brasileira	00.183.938/0001-94	9.014.079	1,8	60.485.715	6,0	69.499.794	4,6
OUTROS	-	-	80.753.549	16,0	662.737.844	65,5	743.491.393	49,0
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	1.697.538	0,3	12.459.663	1,2	14.157.201	0,9
Total	-	-	**505.600.573**	**100,0**	**1.011.201.145**	**100,0**	**1.516.801.718**	**100,0**
METALÚRGICA GERDAU S/A - CNPJ nº 92.690.783/0001-09								
INDAC - INDÚSTRIA, ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S/A	Brasileira	92.690.817/0001-57	53.665.730	39,0	-	-	53.665.730	13,0
GRUPO GERDAU EMPREENDIMENTOS LTDA	Brasileira	87.153.730/0001-00	36.176.586	26,3	15.924	0,0	36.192.510	8,8
Banco J.P Morgan S/A	Brasileira	33.172.537/0001-98	9.516.096	6,9	25.486.643	9,3	35.002.739	8,5
Banco Opportunity S/A*	Brasileira	33.857.830/0001-99	-	-	27.333.379	9,9	27.333.379	6,6
OUTROS	-	-	38.260.582	27,8	215.968.398	78,5	254.228.980	61,6
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	-	-	6.258.200	2,3	6.258.200	1,5
Total	-	-	**137.618.994**	**100,0**	**275.062.544**	**100,0**	**412.681.538**	**100,0**
GERDAU BG PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ nº 00.183.938/0001-94								
METALÚRGICA GERDAU	Brasileira	92.690.783/000109	93.410.378	100,0			93.410.378	100,0
GRUPO GERDAU EMPREENDIMENTOS LTDA	Brasileira	87.153.730/0001-00	13.664	0,0			13.664	0,0
Total	-	-	**93.424.042**	**100,0**			**93.424.042**	**100,0**
INDAC - INDÚSTRIA, ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S/A - CNPJ nº 92.690.817/0001-57								
CINDAC - EMPREEND.E PART.S/A	Brasileira	89.550.883/0001-17	468.383.161	100,0	936.766.172	100,0	1.405.149.333	100,0
OUTROS	-	-	-	-	150	0,0	150	0,0
Total	-	-	**468.383.161**	**100,0**	**936.766.322**	**100,0**	**1.405.149.483**	**100,0**
GRUPO GERDAU EMPREENDIMENTOS LTDA[1] - CNPJ nº 87.153.730/0001-00								
INDAC - INDUSTRIA, ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S.A.	Brasileira	92.690.817/0001-57	-	-	-	-	97.083.966	23,3
CINDAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A	Brasileira	89.550.883/0001-17	-	-	-	-	138.185.551	33,2
AÇOTER PARTICIPAÇÕES LTDA	Brasileira	02.290.525/0001-34	-	-	-	-	171.085.097	41,1
OUTROS	-	-	-	-	-	-	9.565.512	2,3
Total	-	-	-	-	-	-	**415.920.126**	**100,0**
AÇOTER PARTICIPAÇÕES LTDA[1] - CNPJ nº 02.290.525/0001-34								
CINDAC - EMPREEND.E PART.S/A	Brasileira	89.550.883/0001-17	-	-	-	-	164.357.496	100,0
OUTROS	-	-	-	-	-	-	4	0,0
Total	-	-	-	-	-	-	**164.357.500**	**100,0**
CINDAC - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ nº 89.550.883/0001-17								
STICHTING GERDAU JOHANNPETER	Holandesa	-	308.314.695	100,0	-	-	308.314.695	100,0
Total	-	-	**308.314.695**	**100,0**	-	-	**308.314.695**	**100,0**
STICHTING GERDAU JOHANNPETER [1] - FUNDAÇÃO SEDIADA NA HOLANDA								
GERMANO HUGO GERDAU JOHANNPETER (Gestor e Beneficário)	Brasileira	-	77.078.674	25,0	-	-	77.078.674	25,0
KLAUS GERDAU JOHANNPETER (Gestor e Beneficário)	Brasileira	-	77.078.674	25,0	-	-	77.078.674	25,0
JORGE GERDAU JOHANNPETER (Gestor e Beneficário)	Brasileira	-	77.078.674	25,0	-	-	77.078.674	25,0
FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER (Gestor e Beneficário)	Argentina	-	77.078.673	25,0	-	-	77.078.673	25,0
Total	-	-	**308.314.695**	**100,0**	-	-	**308.314.695**	**100,0**

*Empresa constituída por quotas.

B. Controladas e coligadas:

A tabela a seguir apresenta as participações diretas da Companhia nas suas subsidiárias:

Empresa	Participação direta
Gerdau Aços Longos S.A.	94,0%
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda.	70,2%
Gerdau Açominas S.A.	94,0%
Gerdau América Latina Participações S.A.	94,2%
Gerdau Comercial de Aços S.A.	95,6%
Gerdau Aços Especiais S.A.	94,4%
GTL Equity Investments Corp.	100,0%
GTL Trade Finance Inc.	100,0%
Empresa Siderúrgica del Peru S.A.A.	86,7%
Itaguaí Com. Imp. e Export. Ltda.	100,0%
Dona Francisca Energética S.A.	51,8%
Gerdau Trade Inc.	100,0%
Sidenor Villares Rolling Mill Rolls SL	99,9%
Villares Corporation of America	100,0%
Aramac S.A.	100,0%

C. Participações do emissor em sociedades do grupo:

A tabela a seguir apresenta as participações indiretas da Companhia nas suas subsidiárias:

Empresa Consolidada	Participação indireta
Gerdau GTL Spain S.L.	100,00
Gerdau Steel North America Inc.	100,00
Gerdau Ameristeel Corporation e subsidiárias (1)	100,00
Gerdau Steel Inc.	100,00
Gerdau Holdings Inc e subsidiárias (2)	100,00
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa (3)	75,88
Corporación Sidenor S.A. e subsidiárias (4)	60,00
Axol S.A.	100,00
Gerdau Chile Inversiones Ltda. e subsidiárias (5)	99,99
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company e subsidiárias (6)	98,84
Diaco S.A. e subsidiárias (7)	99,36
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e subsidiárias (8)	100,00
Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	97,06
Gerdau Laisa S.A.	100,00
Sipar Gerdau Inversiones S.A. e subsidiárias (9)	92,75
Siderúrgica del Pacífico S.A.	98,32
Cleary Holdings Corp.	100,00
Gerdau Trade II Inc	100,00
Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C. A.	100,00

Obs.: As participações apresentadas no quadro acima representam o percentual detido pela empresa investidora indiretamente no capital da controlada.
(1) Subsidiárias: Gerdau Ameristeel US Inc., GNA Partners, Pacific Coast Steel Inc, Gerdau Ameristeel Perth Amboy Inc., Sheffield Steel Corporation, Gerdau Ameristeel Sayreville Inc., TAMCO Steel, Chaparral Steel Company.
(2) Subsidiárias: Gerdau US Financing Inc. e Gerdau MacSteel Inc.
(3) Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco J. P. Morgan S.A..
(4) Subsidiárias: Sidenor Industrial S.L., Sidenor y Cia, Sociedad Colectiva, Sidenor I+D S.A., Forjanor S.L., Corporación Sidenor S.A. y Cia, Sidenor Calibrados S.L..
(5) Subsidiárias: Aza Participaciones S.A., Industrias del Acero Internacional S.A., Gerdau Aza S.A., Distribuidora Matco S.A., Aceros Cox Comercial S.A., Salomon Sack S.A., Matco Instalaciones Ltda e Trefilados Bonati S.A., Cerney Holdings Ltd., Indac Colômbia S.A..
(6) Subsidiária: LuxFin Participation S.L. e Bogey Holding Company Spain S.L.
(7) Subsidiária: Ferrer Ind. Corporation e Laminados Andinos S.A..
(8) Subsidiárias: Siderúrgica Tultitlán, S.A.de C.V., Sidertul S.A. de C.V., Arrendadora Valle de México, S.A. de C.V. e GTL Servicios Administrativos México, S.A. de C.V.

(9) Subsidiárias: Sipar Aceros S.A. e Siderco S.A.

D. Participações de sociedades do grupo no emissor:

Não há participações de sociedades do grupo no emissor.

E. Sociedades sob controle comum:

As tabelas a seguir representam o percentual de participação direta/indireta da Companhia no capital social das empresas com controle compartilhado e associadas:

Entidades com controle compartilhado	Percentual de participação Capital Total
Gallatin Steel Company	50,00
Bradley Steel Processors	50,00
MRM Guide Rail	50,00
Estructurales Corsa, S.A.P.I de C.V	50,00
Kalyani Gerdau Steel Ltd.	73,22

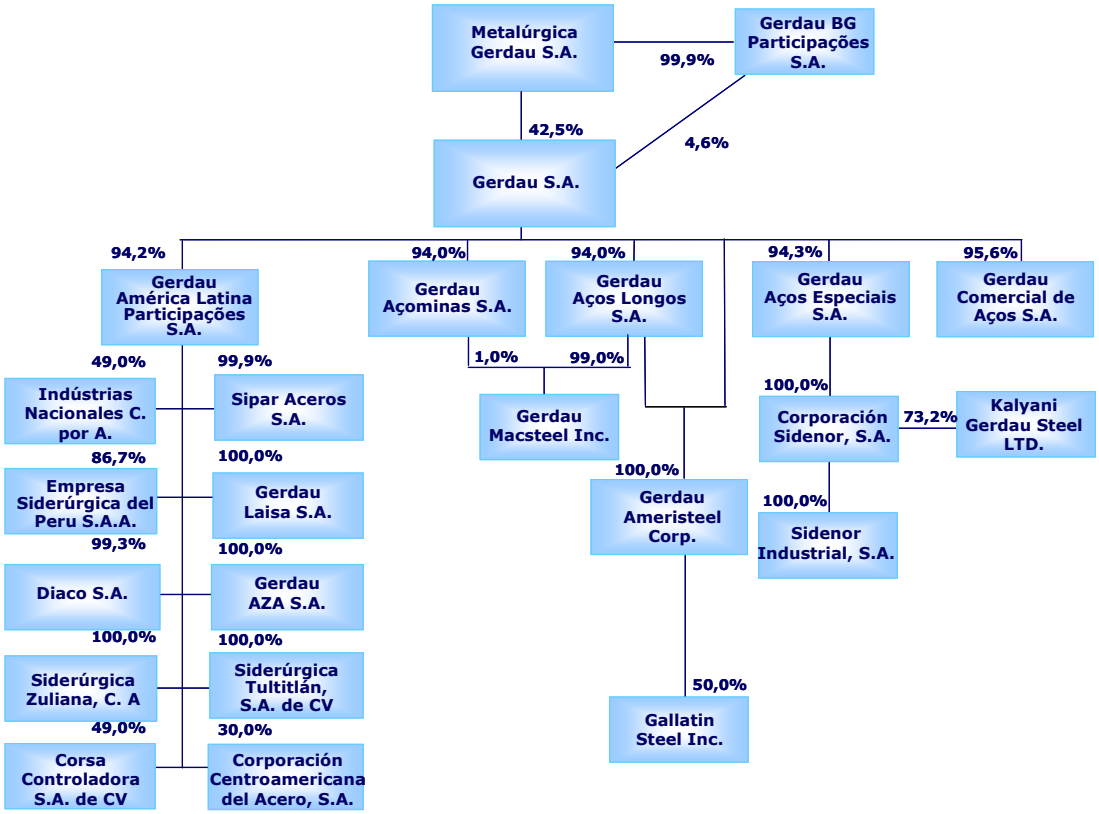
As participações apresentadas representam o percentual detido pela Gerdau S.A. direta e indiretamente no capital da empresa com controle compartilhado.

Empresas associadas	Percentual de participação Capital Total
Dona Francisca Energética S.A.	51,82
Armacero Industrial y Comercial S.A.	50,00
Multisteel Business Holdings Corp. e subsidiárias (1)	49,00
Corsa Controladora, S.A. de C.V. (2)	49,00
Corporación Centroamericana del Acero S.A. (3)	30,00
Maco Holdings Ltda.	47,86

As participações apresentadas representam o percentual detido pela Gerdau S.A. direta e indiretamente no capital da associada.

(1) Subsidiárias: Industrias Nacionales C. por A. (Rep. Dominicana), Steelchem Trading Corp. , NC Trading e Industrias Nacionales C. x A., S.A. (Costa Rica).
(2) Subsidiárias: Júpiter Direccional S.A. de C.V., Aceros Ticomán, S.A. de C.V., Centro Técnico Joist, S.A. de C.V., Aceros Corsa, S.A. de C.V., Aceros Ticoregios, S.A. de C.V..
(3) Subsidiárias: Aceros de Guatemala S.A., Indeta S.A., Siderúrgica de Guatemala S.A.

8.2. CASO O EMISSOR DESEJE, INSERIR ORGANOGRAMA DO GRUPO ECONÔMICO EM QUE SE INSERE O EMISSOR, DESDE QUE COMPATÍVEL COM AS INFORMAÇÕES APRESENTADAS NO ITEM 8.1:



8.3. DESCREVER AS OPERAÇÕES DE REESTRUTURAÇÃO, TAIS COMO INCORPORAÇÕES, FUSÕES, CISÕES, INCORPORAÇÕES DE AÇÕES, ALIENAÇÕES E AQUISIÇÕES DE CONTROLE SOCIETÁRIO, AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES DE ATIVOS IMPORTANTES, OCORRIDAS NO GRUPO:

Nos três últimos exercícios e no exercício corrente ocorreram as seguintes operações relevantes de reestruturação, envolvendo participações societárias e aquisições de ativos:

Em janeiro de 2008, a Gerdau adquiriu participação societária adicional de 40,2% no capital da Diaco S.A. por US$ 107,2 (R$ 188,7 milhões na data da aquisição), aumentando sua participação para 98,7% das ações do capital social, levando-se em conta ainda a diluição da participação minoritária, fato que justifica termos um percentual maior se comparado aos percentuais das duas grandes aquisições que fizemos.

Em fevereiro de 2008, a Gerdau concluiu a aquisição de uma participação de 49% do capital social da Corsa Controladora, S.A. de C.V., no México. Esse processo de aquisição foi anunciado em outubro de 2007 e mencionado no item 6.3.

Em abril de 2008, a Gerdau celebrou uma parceria estratégica com a Corporación Centroamericana del Acero S.A., assumindo uma participação de 30,0% no capital dessa companhia. A companhia é detentora de ativos siderúrgicos na Guatemala e Honduras, e centros de distribuição em El Salvador, Nicarágua e Belize. O valor da aquisição foi de US$180 milhões (R$ 303,7 milhões).

Ainda em abril de 2008, a Gerdau concluiu o processo de aquisição da Macsteel, iniciado em novembro de 2007, conforme detalhado no item 6.3.

No mês de junho de 2008, a Metalúrgica Gerdau S.A. adquiriu do BNDESPAR 28,88% do capital votante e total da Aços Villares S.A. pelo preço de R$ 1,3 bilhão. Como forma de pagamento, a Metalúrgica Gerdau emitiu debêntures com cláusula de permutabilidade por ações preferenciais de emissão da Gerdau S.A. de sua titularidade. Em dezembro de 2009, a participação da Gerdau na Aços Villares S.A. através da controlada Corporación Sidenor S.A. foi transferida para controle direto da Gerdau S.A, pelo preço de US$ 218 milhões (equivalente na época a R$ 384 milhões), detendo esta 58,4% do capital total da Aços Villares. Em 30 de dezembro de 2010, os acionistas da Gerdau S.A. e da Aços Villares S.A. aprovaram a incorporação da Aços Villares S.A. pela Gerdau S.A. Maiores detalhes a respeito de tal operação poderão ser encontrados ao final deste item.

Ainda em 2008, a Gerdau investiu na verticalização de seus negócios. Em 21 de fevereiro, a Gerdau adquiriu uma participação de 50,9% na Cleary *Holdings* Corp. A Companhia controla uma unidade de produção de coque e reservas de carvão coqueificável na Colômbia por US$ 73,0 milhões (R$ 119,3 milhões). Em 12 de agosto de 2010, a Gerdau S.A. concluiu a aquisição de uma participação adicional de 49,1% do capital total da Cleary Holdings Corp., controladora de unidades de produção de coque metalúrgico e de reservas de carvão coqueificável na Colômbia. O valor envolvido na aquisição dessa participação adicional foi de US$ 57 milhões (R$ 100 milhões), passando a Gerdau a deter 100% dessa empresa.

Em dezembro de 2008, a Gerdau Hungria *Holding* Limited Liability Company adquiriu a Lux Fin Participation S.L. por US$ 288,0 milhões (R$ 674,0 milhões), detentora de uma participação indireta de 20% da Corporación Sidenor. Em face dessa aquisição, a Gerdau tornou-se acionista majoritária (60%) da Corporación Sidenor.

Em 30 de agosto de 2010, a Gerdau S.A. concluiu a operação de aquisição da totalidade das ações ordinárias da Gerdau Ameristeel, emitidas e em circulação, de que ainda não era detentora, direta ou indiretamente, pelo valor de U$ 11,00 por ação, em dinheiro, totalizando US$ 1,6 bilhão (R$ 2,8 bilhões). Com esta operação foi também cancelado o registro de negociação da Gerdau Ameristeel nas bolsas de Nova York e Toronto.

Em 21 de outubro de 2010, a Gerdau S.A. por meio de sua subsidiária integral, a Gerdau Ameristeel, concluiu a aquisição da TAMCO, uma empresa da Califórnia, nos EUA. Essa empresa é uma usina semi-integrada ou “mini mill” que produz vergalhões e é uma das maiores produtoras desse produto na costa oeste dos EUA, com uma capacidade anual de aproximadamente 500 mil toneladas. O preço de aquisição foi de aproximadamente US$ 165 milhões (R$ 280 milhões).

Em 30 de dezembro de 2010, foram aprovadas as incorporações de Prontofer Serviços de Construção Ltda. e Aços Villares S.A. pela Gerdau S.A.. Em decorrência das incorporações, os sócios de Prontofer e os acionistas de Aços Villares receberam ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão de Gerdau em substituição aos direitos de sócio / acionista que tinham nas sociedades incorporadas.

Os patrimônios líquidos de Prontofer e de Aços Villares foram incorporados pela Companhia por seus valores patrimoniais contábeis auditados em 30 de novembro de 2010. As incorporações resultaram em um aumento no capital social de Gerdau S.A. de aproximadamente R$ 1,3 bilhão equivalente ao valor do patrimônio liquido da Prontofer e R$ 144,0 milhões equivalente ao valor do patrimônio liquido de Aços Villares, descontada a participação da Companhia no capital da sociedade incorporada. Com essa operação as sociedades incorporadas foram extintas, deixando, assim, a Aços Villares de ter suas ações negociadas em bolsa de valores.

8.4. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

9. ATIVOS RELEVANTES

9.1. DESCREVER OS BENS DO ATIVO NÃO-CIRCULANTE RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO EMISSOR, INDICANDO EM ESPECIAL:

A. Ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização:

USINAS	PAÍS	ESTADO	EQUIPAMENTOS
OPERAÇÃO BRASIL			
Açonorte	Brasil	PE	Mini-mill com forno elétrico a arco, laminadora, trefilaria, fábrica de pregos e grampos
Água Funda	Brasil	SP	Laminadora
Barão de Cocais	Brasil	MG	Usina Integrada/alto-forno, conversor LD e laminadora
Cearense	Brasil	CE	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Cosigua	Brasil	RJ	Mini-mill com forno elétrico a arco, laminadora, trefilaria, fábrica de pregos e grampos
Divinópolis	Brasil	MG	Usina Integrada/alto forno, conversor EOF e laminadora
Guaíra	Brasil	PR	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Riograndense	Brasil	RS	Mini-mill com forno elétrico a arco, laminadora, trefilaria, fábrica de pregos e grampos
Usiba	Brasil	BA	Usina Integrada com redução direta, mini-mill com forno elétrico a arco, laminadora e trefilaria
São Paulo	Brasil	SP	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Ouro Branco	Brasil	MG	Usina integrada com alto-forno
OPERAÇÃO AMÉRICA DO NORTE			
Beaumont	EUA	TX	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Calverty City	EUA	KY	Laminadora
Cambridge	Canadá	ON	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Cartersville	EUA	GA	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Charlotte	EUA	NC	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Jackson	EUA	TN	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Jacksonville	EUA	FL	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Joliet	EUA	IL	Laminadora
Knoxville	EUA	TN	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Manitoba - MRM	Canadá	MB	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Perth Amboy	EUA	NJ	Laminadora
Sand Springs	EUA	OK	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Sayreville	EUA	NJ	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
St. Paul	EUA	MN	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Whitby	Canadá	ON	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Wilton	EUA	IA	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Midlothian	EUA	TX	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Petersburg	EUA	VA	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Tamco	EUA	CA	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
OPERAÇÃO AMÉRICA LATINA			
AZA	Chile	-	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Laisa	Uruguai	-	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Diaco	Colômbia	-	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Sipar	Argentina	-	Laminadora
Siderperú	Peru	-	Alto-forno, mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
Sizuca	Venezuela	-	Mini-mill com forno elétrico a arco
Sidertul	México	-	Mini-mill com forno elétrico a arco e laminadora
OPERAÇÃO AÇOS ESPECIAIS			
Pindamonhangaba	Brasil	SP	Mini mill com forno elétrico e laminadora
Mogi das Cruzes	Brasil	SP	Mini mill com forno elétrico e laminadora
Sorocaba	Brasil	SP	Mini mill com laminadora
Charqueadas	Brasil	RS	Mini-mill com forno elétrico e laminadora
Sidenor Basauri	Espanha	-	Mini-mill com forno elétrico e laminadora
Sidenor Reinosa	Espanha	-	Mini-mill com forno elétrico e laminadora
Sidenor Legazpi	Espanha	-	Mini mill com laminadora
Sidenor Vitória	Espanha	-	Mini mill com laminadora
MacSteel Fort Smith	EUA	AR	Mini-mill com forno elétrico e laminadora
MacSteel Jackson	EUA	MI	Mini-mill com forno elétrico e laminadora
MacSteel Monroe	EUA	MI	Mini-mill com forno elétrico e laminadora

B. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, informando:

A Companhia não possui dependência material de nenhum dos itens acima listados.

i. Duração

Não aplicável.

ii. Território atingido

Não aplicável.

iii. Eventos que podem causar a perda dos direitos relativos a tais ativos

Não aplicável.

iv. Possíveis consequências da perda de tais direitos para o emissor

Não aplicável.

C. As sociedades em que o emissor tenha participação e a respeito delas informar:

i. Denominação social

ii. Sede

iii. Atividades desenvolvidas

iv. Participação do emissor

v. Se a sociedade é controlada ou coligada

vi. Se possui registro na CVM

vii. Valor contábil da participação

viii. Valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários

ix. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil

x. Valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados

xi. Montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais

xii. Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

i	*ii*	*iii*	*iv*	*v*	*vi*	*vii* [1]	*viii*	*ix*	*x*	*xi* [1]	*xii*
Gerdau América Latina Participações S.A.	Porto Alegre / RS - Brasil	Sociedade anônima de capital fechado, é uma Empresa *holding* e tem por objeto a participação direta ou indireta em empresas do Grupo Gerdau.	94,2%	Controlada	Não	R$ 1.156,4	Não se aplica	2010 - reduziu em 7,5% 2009 - reduziu em 20,6 % 2008 - aumentou em 31,3 %	Não se aplica	Não há.	Estratégia da Companhia e planejamento tributário.
Gerdau Açominas S.A.	Ouro Branco / MG - Brasil	Indústria e o comércio de produtos siderúrgicos.	94,0%	Controlada	Não	R$ 3.834,5	Não se aplica	2010 - reduziu em 1,5% 2009 - aumentou em 16,9 % 2008 - aumentou em 11,6 %	Não se aplica	2010 - R$ 154,1 2009 - R$ 55,4 2008 - R$ 402,8	Estratégia da Companhia e planejamento tributário.
Gerdau Aços Longos S.A.	Rio de Janeiro / RJ - Brasil	Indústria e o comércio de produtos de aços longos.	94,0%	Controlada	Não	R$ 5.939,4	Não se aplica	2010 - aumentou em 21,2% 2009 - aumentou em 0,5 % 2008 - aumentou em 56,2 %	Não se aplica	2010 - R$ 343,0 2009 - R$ 416,2 2008 - R$ 541,8	Estratégia da Companhia e planejamento tributário.
Gerdau Aços Especiais S.A.	Porto Alegre / RS - Brasil	Indústria e o comércio de produtos de aços especiais.	94,4%	Controlada	Não	R$ 1.852,4	Não se aplica	2010 - aumentou em 0,4% 2009 - reduziu em 2,9 % 2008 - aumentou em 34,6 %	Não se aplica	2010 - R$ 68,4 2009 - R$ 62,3 2008 - R$ 58,0	Estratégia da Companhia e planejamento tributário.
Gerdau Comercial de Aços S.A.	Porto Alegre / RS - Brasil	Comércio de produtos siderúrgicos em geral.	95,6%	Controlada	Não	R$ 975,3	Não se aplica	2010 - reduziu em 2,4% 2009 - aumentou em 53,6 % 2008 - aumentou em 16,6 %	Não se aplica	2010 - R$ 28,7 2009 - R$ 31,3 2008 - R$ 42,2	Estratégia da Companhia e planejamento tributário.
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda.	Porto Alegre / RS - Brasil	Gestão de participações societárias (*holdings*)	70,2%	Controlada	Não	R$ 5.635,3	Não se aplica	2010 - aumentou em 27,2% 2009 - reduziu em 27,2 % 2008 - aumentou em 35,2%	Não se aplica	Não há	Estratégia da Companhia e planejamento tributário.
GTL Equity Investments Corp.	British Virgin Islands (BVI)	Participação em outras sociedades.	100,0%	Controlada	Não	R$ 731,1	Não se aplica	2010 - reduziu em 7,7% 2009 - aumentou em 217,6 % 2008 - Não há	Não se aplica	Não há	Estratégia da Companhia e planejamento tributário.
Empresa Siderúrgica del Peru S.A.A.	Chimbote - Peru	Indústria e o comércio de produtos siderúrgicos e ou metalúrgicos.	86,7%	Controlada	Não	R$ 489,9	R$ 1.590,6	2010 - aumentou em 16,7% 2009 - aumentou em 31,3 % 2008 - aumentou em 35,8 %	2010 - reduziu em 1,9% 2009 - aumentou em 152,4 % 2008 - reduziu em 73,5 %	Não há	Estratégia da Companhia e planejamento tributário.
Itaguaí Com. Imp. e Export. Ltda.	Rio de Janeiro / RJ - Brasil	Gestão de participações societárias (*holdings*)	100,0%	Controlada	Não	R$ 301,1	Não se aplica	2010 - reduziu em 0,1% 2009 - reduziu em 26,8 % 2008 - aumentou em 24,9 %	Não se aplica	Não há	Estratégia da Companhia e planejamento tributário.
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo / RS - Brasil	Produção de energia elétrica.	51,8%	Coligada	Não	R$ 100,2	Não se aplica	2010 - aumentou 8,2% 2009 - aumentou em 9,6 % 2008 - aumentou em 13,3 %	Não se aplica	2010 - R$ 5,2 2009 - R$ 0,00 2008 - R$ 0,00	Estratégia da Companhia e planejamento tributário.

[1] Valores expressos em milhões.

9.2 FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

Os comentários descritos a seguir, têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
.

A. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O exercício de 2008 foi para Companhia um ano de recordes de resultados operacionais e financeiros, de consolidação de importantes aquisições realizadas nos anos anteriores e aprimoramento globalizado do seu portfólio de produtos, com melhora de sua rentabilidade. Esta performance estava alinhada com a visão da empresa de ser uma siderúrgica global, entre as mais rentáveis do setor, gerando valor para seus acionistas.

O exercício de 2009 representou para a Gerdau um ano de otimização operacional e financeira, com alinhamento de sua estrutura ao novo cenário global para o mercado do aço. A Companhia, durante o ano, reduziu seus custos fixos de produção em R$ 2,1bilhões, seu capital de giro em R$ 4,6 bilhões e sua dívida líquida em R$ 8,0 bilhões, mantendo seu status de *investment grade* junto às agências de avaliação de crédito obtido em 2007. Ao longo de 2009, realizou, com sucesso, a renegociação dos seus *covenants* financeiros e uma emissão de US$ 1,25 bilhão em *bonds*, com vencimento em 2021, pela subsidiária Gerdau Trade Inc, confirmando sua credibilidade junto ao mercado financeiro.

No exercício de 2010, os resultados da Gerdau refletiram toda a otimização operacional e financeira realizada ao longo de 2009, mesmo com todos os desafios apresentados no período, principalmente relacionados aos custos de matérias-primas e ao lento crescimento dos mercados desenvolvidos. Os principais indicadores operacionais da Companhia apresentaram crescimento, com destaque para o aumento de 24% no volume de vendas físicas e 37% no EBITDA Ajustado. Estes melhores resultados operacionais alcançados refletiram-se positivamente no seu principal indicador de endividamento, permitindo a manutenção do status de *investment grade* da Companhia junto às agências de avaliação de crédito.

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente à sua estratégia de crescimento e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

B. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Considerando-se a dívida bruta no final do exercício de 2008, 16,9% eram de curto prazo (R$ 3,9 bilhões) e 83,1% de longo prazo (R$ 19,3 bilhões). O prazo médio de pagamento desta dívida era de 7 anos e 6 meses. Em 31 de dezembro de 2008, a dívida bruta era composta por 15,1% em reais, 34,4% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil e 50,5% em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O custo médio nominal ponderado da dívida bruta era de 9,1% para o montante denominado em reais, de 6,2% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 6,0% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior.

Ao final do exercício de 2009, a dívida bruta totalizava R$ 14,5 bilhões, dos quais 9,3% eram de curto prazo (R$ 1,3 bilhão) e 90,7% de longo prazo (R$ 13,2 bilhões), com prazo médio de 7 anos para o pagamento. Cabe salientar que, desde o 1º trimestre de 2009, a dívida bruta vinha sendo constantemente reduzida, sendo que, no ano, a diminuição foi de R$ 8,7 bilhões. Essa redução ocorreu, principalmente, em virtude de amortizações realizadas no período, inclusive com antecipação de pagamentos e da variação cambial. Em 31 de dezembro de 2009, a dívida bruta era composta por 19,6% em reais, 37,6% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil e 42,8% em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O custo médio nominal ponderado da dívida bruta era de 7,6% para o montante denominado em reais, de 7,3% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 4,2% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior.

A dívida bruta totalizava R$ 14,7 bilhões em 31 de dezembro de 2010, dos quais 12% eram de curto prazo e 88% de longo prazo. No final do ano de 2010, a dívida bruta era composta por 23% em reais, 40% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil e 37% em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2010, era de 8,0% para o montante denominado em reais, de 5,7% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 4,2% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Cabe

mencionar que em 1º de outubro de 2010, a Gerdau concluiu a emissão de um *bond* de 10 anos, no montante de US$ 1,25 bilhão, com cupom de 5,75% ao ano, por meio de sua subsidiária Gerdau Trade Inc. Os recursos obtidos com essa emissão foram utilizados, na sua maior parte, para o pré-pagamento de *bond* perpétuo da Gerdau S.A. e *term loan* da Gerdau Ameristeel no valor conjunto de US$ 1,3 bilhão, além do pagamento da aquisição da Tamco, nos Estados Unidos, no valor de R$ 283 milhões.

O indicador de dívida bruta, em relação à capitalização total da Companhia para os exercícios de 2008, 2009 e 2010 foi de 48,1%, 39,8% e 42,1%, respectivamente, o que demonstra a sólida estrutura de capital da empresa.

i. Hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das previstas em lei.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Vide item acima.

C. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Em 2008, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortizações, perdas pela não-recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação) somou R$ 10 bilhões enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R$ 1,7 bilhão (despesas financeiras de R$ 1,6 bilhão mais ganhos e perdas com derivativos de R$ 62 milhões e mais capitalização de juros e encargos financeiros de R$ 120 milhões) e a dívida bruta total estava em R$ 23,2 bilhões. Dessa forma, o nível de cobertura da despesa financeira, que mede a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA, foi de 5,6 vezes e o nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA, foi de 2,3 vezes.

Em 2009, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortizações, perdas pela não-recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação) somou R$ 3,8 bilhões enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R$ 1,4 bilhão (despesas financeiras de R$ 1,3 bilhão mais ganhos e perdas com derivativos de R$ 26 milhões e mais capitalização de juros e encargos financeiros de R$ 79 milhões) e a dívida bruta total estava em R$ 14,5 bilhões. Dessa forma, o nível de cobertura da despesa financeira, que mede a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA, foi de 2,7 vezes e o nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA, foi de 3,8 vezes.

Em 2010, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação, amortizações, reversão (perdas) pela não-recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação) somou R$ 5,2 bilhões enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R$ 1,1 bilhão (despesas financeiras de R$ 1,1 bilhão menos ganhos e perdas com derivativos de R$ 12 milhões e mais capitalização de juros e encargos financeiros de R$ 48 milhões) e a dívida bruta total estava em R$ 14,7 bilhões. Dessa forma, o nível de cobertura da despesa financeira, que mede a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA, foi de 4,6 vezes e o nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA, foi de 2,8 vezes.

Considerando o perfil do endividamento e a posição de liquidez da Companhia, conclui-se que esta tem plena capacidade de honrar todos os compromissos financeiros assumidos para os próximos anos.

Para maiores detalhes sobre o perfil dívida vide alínea (F) deste item 10.1.

D. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Além do caixa gerado por suas operações e pelas operações de suas subsidiárias, a Gerdau S.A., como forma de diversificar suas fontes de captação de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, acessa diversos mercados. As captações são realizadas por meio

de contratos financeiros junto a bancos comerciais, governamentais e junto a agências multilaterais, assim como são realizadas no mercado de capitais brasileiro e externo.

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia, vide alínea (F) deste item 10.1.

E. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Em junho de 2009, o Grupo Gerdau (Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e a Aços Villares S.A., sociedade incorporada pela Companhia em 30/12/2010.) obteve uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R$ 1,5 bilhão para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos serão disponibilizados à medida que as controladas realizem seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros contratada foi TJLP + 2,21% a.a.. Os contratos são garantidos pelo aval e por *covenants* financeiros da Metalúrgica Gerdau S.A.. tendo como base seu balanço consolidado. Essa linha de crédito não estava sendo utilizada em 31/12/2010.

Em 27 de maio de 2008, a Gerdau Aços Longos S.A. obteve uma aprovação junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante total de R$ 543,4 milhões para financiamento da construção do Complexo Energético Caçú / Barra dos Coqueiros, com carência de 6 meses após início das atividades, previsto para outubro de 2010. Em 31/12/2010**,** R$ 499,8 milhões dessa linha haviam sido utilizados. A amortização ocorrerá no período de novembro de 2010 a outubro de 2024, a uma taxa de juros contratada de TJLP + 1,46% a.a.

As controladas da América do Norte possuem linha de crédito no valor de até US$ 650,0 milhões (R$ 1,1 bilhão em 31/12/2010), com vencimento em dezembro de 2012. Os estoques e contas a receber das controladas foram dados em garantia a essa linha. Essa linha de crédito não estava sendo utilizada em 31/12/2010.

Em maio de 2008, a controlada Gerdau Macsteel Inc. obteve uma linha de crédito junto a um consórcio de bancos liderados pelo Citibank N.A., no valor total de US$ 100,0 milhões (R$ 166,7 milhões em 31/12/2010) por um prazo de 3 anos, a título de crédito rotativo. Em 31/12/2010, a linha não estava em utilização. A taxa de juros contratada foi Libor + 1,25% a.a.. Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A, Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A e Gerdau Comercial de Aços S.A. são as garantidoras desse empréstimo.

F. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A dívida bruta (empréstimos e financiamentos, mais debêntures) totalizava R$ 23,2 bilhões em 31 de dezembro de 2008, dos quais 16,9% eram de curto prazo (R$ 3,9 bilhões) e 83,1% de longo prazo (R$ 19,3 bilhões), com prazo médio de sete anos e 6 meses para o pagamento total da dívida.

Em 31/12/2008 , a dívida bruta era composta por 15,1% em reais, 34,4% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil e 50,5% em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior.

A dívida líquida (empréstimos e financiamentos, mais debêntures, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras), em 31 de dezembro de 2008, totalizava R$ 17,7 bilhões, representando 1,8 vezes o EBITDA gerado nos últimos 12 meses.

A dívida bruta (empréstimos e financiamentos, mais debêntures) totalizava R$ 14,5 bilhões em 31 de dezembro de 2009, dos quais 9,3% eram de curto prazo (R$ 1,3 bilhão) e 90,7% de longo prazo (R$ 13,2 bilhões), com prazo médio de sete anos para o pagamento total da dívida. Cabe salientar que, desde o 1º trimestre de 2009, a dívida bruta tem sido constantemente reduzida, sendo que no ano a diminuição foi de R$ 8,7 bilhões. Essa redução ocorreu, principalmente, em virtude de amortizações realizadas no período,

inclusive com antecipação de pagamentos e da variação cambial. Nota-se que o cronograma de amortização do passivo financeiro da Companhia apresenta-se muito confortável tanto no curto quanto no longo prazo.

Em 31/12/2009, a dívida bruta era composta por 19,6% em reais, 37,6% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil e 42,8% em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior.

A dívida líquida (empréstimos e financiamentos, mais debêntures, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras), em 31 de dezembro de 2009, totalizava R$ 9,7 bilhões, representando 2,5 vezes o EBITDA gerado nos últimos 12 meses.

A dívida bruta (empréstimos e financiamentos, mais debêntures) totalizava R$ 14,7 bilhões em 31/12/2010, dos quais 11,5% eram de curto prazo (R$ 1,7 bilhão) e 88,5% de longo prazo (R$ 13,0 bilhões), com prazo médio de 5,3 anos para o pagamento total da dívida. A dívida em 31/12/2010 se manteve estável e com pouca variação em relação a dívida de 31/12/2009 quando totalizava R$ 14,5 bilhões. Nota-se que o cronograma de amortização do passivo financeiro da Companhia apresenta-se muito confortável tanto no curto quanto no longo prazo.

Em 31/12/2010, a dívida bruta era composta por 22,7% em reais, sendo 39,7% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil e 37,6% em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior.

A dívida líquida (empréstimos e financiamentos, mais debêntures, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras), em 31/12/2010, totalizava R$ 12,5 bilhões, representando 2,4 vezes o EBITDA gerado nos últimos 12 meses.

No segundo trimestre de 2009 a Administração da Companhia, tendo por base projeções que consideravam a crise econômica global e seu impacto no mercado siderúrgico, concluiu que havia a possibilidade de que a Companhia pudesse vir a descumprir temporariamente alguns dos covenants financeiros em determinados contratos de dívida, e que este descumprimento, caso viesse a ocorrer, se daria no final do terceiro ou do quarto trimestres de 2009.

Assim, numa atitude pro-ativa, a Companhia iniciou trabalhos sobre uma proposta de restabelecimento temporário dos covenants financeiros (covenant reset) e, durante o segundo trimestre de 2009, apresentou esta proposta aos credores envolvidos em contratos de dívidas sujeitos a covenants financeiros. Em 22/06/2009, a Companhia obteve aprovação por 100% dos credores envolvidos, o que representou um universo de 43 instituições financeiras e um volume de US$ 3,7 bilhões do endividamento total da Companhia.

O covenant reset entraria em vigor caso houvesse quebra de algum dos covenants originais, o que de fato ocorreu em 30/09/2009. Tal estrutura permaneceu ativa até 30/09/2010, quando não se fez mais necessária.

Seguem abaixo breves descrições dos covenants financeiros requeridos nos contratos de dívida.

Todos os covenants descritos abaixo são calculados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS da Gerdau S.A., exceto o item IV, que se refere às Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS da Metalúrgica Gerdau S.A..

I) Consolidated Interest Coverage Ratio (nível de cobertura da despesa financeira) – mede a capacidade de pagamento da despesa financeira em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização e efeito do impairment). O índice contratual indica que o EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 3 vezes a despesa financeira do mesmo período. Em 31/12/2010 este índice era de 4,6 vezes; Em 31/12/2009 era 2,7 e 31/12/2008 era de 5,6 vezes.

II) Consolidated Leverage Ratio (nível de cobertura da dívida) – mede o nível de endividamento bruto em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização e efeito do impairment). O índice contratual indica que o nível de endividamento bruto não pode ultrapassar 4

vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Em 31/12/2010 este índice era de 2,8 vezes; Em 31/12/2009 era de 3,8 e 31/12/2008 era de 2,3 vezes.

III) Required Minimum Net Worth (Patrimônio Líquido mínimo requerido) – mede o Patrimônio Líquido mínimo requerido em contratos financeiros. O índice contratual indica que o Patrimônio Líquido deve ser superior a R$ 3,8 bilhões. Em 31/12/2010 o Patrimônio Líquido era R$ 20,2 bilhões; e

IV) Current Ratio (índice de liquidez corrente) – mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo. O índice contratual indica que a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante deve ser superior a 0,8 vezes. Em 31/12/2010 este índice era de 2,6 vezes. . Em 31/12/2009 era de 3 vezes e em 31/12/2008 era de 5 vezes

A penalidade prevista em contrato em caso do não cumprimento dos covenants financeiros é a possibilidade de declaração de inadimplência pelos credores e o vencimento antecipado dos contratos de dívida da Companhia.

Empréstimos e Financiamentos:

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Encargos anuais (*)	2010 R$ milhões	2009 R$ milhões	2008 R$ milhões
Financiamentos de curto prazo denominados em reais				
Capital de giro	6,09%	151	131	51
Financiamento de investimento	10,85%	6	260	-
Financiamentos de curto prazo denominados em moeda estrangeira				
Capital de giro (US$)	1,93%	502	125	942
Capital de giro (€)	3,30%	101	93	445
Capital de giro (Clp$)	1,95%	24	18	104
Capital de giro (Cop$)	6,82%	80	93	304
Capital de giro (PA$)	9,78%	35	0	77
Capital de giro (Mxn$)	7,45%	46	7	-
Financiamento de imobilizado e outros (US$)	4,34%	6	8	7
		952	735	1.930
Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo		626	622	1.858
Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante		1.578	1.357	3.788
Financiamentos de longo prazo denominados em reais				
Capital de giro	6,33%	939	104	84
Financiamento de imobilizado	7,90%	1.498	1.749	1.866
Financiamento de investimento				664
Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira				
Capital de giro (US$)	2,96%	1.063	1.141	569
Capital de giro (€)	3,30%	83	149	1.118
Capital de giro (Mxn$)	7,45%	5	12	-
Capital de giro (Cop$)	6,82%	207	300	210
Obrigações ao portador (*Bond* Perpétuo e *Senior Notes*) (US$)		-	1.047	2.342
Ten Year Bonds (US$)	6,71%	6.709	4.841	3.555
Term Loan Facility (US$)	1,68%	2.073	2.943	6.076
Adiantamentos de exportações (US$)	5,91%	130	514	701
Financiamento de investimento (US$)	4,34%	38	82	935
Financiamento de imobilizado e outros (US$)	3,59%	242	303	2.333
		12.986	13.185	20.453
Menos: parcela circulante		(626)	(622)	(1.858)
Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante		12.360	12.563	18.595
Total financiamentos		**13.938**	**13.920**	**22.383**

Os empréstimos e financiamentos denominados em reais são indexados pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo - taxa de juros definida trimestralmente pelo Governo Federal, utilizada para correção de empréstimos de longo prazo concedidos pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), pelo IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado: índice de inflação brasileiro, apurado pela Fundação Getúlio Vargas) ou pelo CDI (Certificados de Depósitos Interbancários).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

Moeda	2010 R$ milhões	2009 R$ milhões	2008 R$ milhões
Real (R$)	2.594	2.243	2.665
Dólar Norte-Americano (US$)	10.763	11.003	17.460
Euro (€)	183	242	1.562
Peso Colombiano (Cop$)	286	393	515
Peso Argentino (PA$)	35	1	77
Peso Chileno (Clp$)	24	19	104
Peso Mexicano (Mxn$)	51	19	-
Total	**13.938**	**13.920**	**22.383**

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Cronograma de Pagamento			
Exercício	2010 R$ milhões	2009 R$ milhões	2008 R$ milhões
2011	-	678	4.314
2012	1.548	2.650	4.241
2013	2.590	2.306	1.759
2014	787	378	482
2015 em diante	7.436	6.551	5.667
Total	**12.360**	**12.563**	**16.463**

Debêntures:

Valores R$ milhões

Emissão	Assembléia Geral	Quantidade em		Vencimento	Encargos anuais	2010	2009	2008
		Emitida	Em carteira					
3ª - A e B	27/05/1982	144.000	97.187	01/06/2011	CDI	115	116	141
7ª	14/07/1982	68.400	45.349	01/07/2012	CDI	41	34	36
8ª	11/11/1982	179.964	5.548	02/05/2013	CDI	464	314	298
9ª	10/06/1983	125.640	35.816	01/09/2014	CDI	14	42	14
11ª - A e B	29/06/1990	150.000	124.573	01/06/2020	CDI	98	95	87
						732	601	576
Aços Villares S.A.	01/09/2005	28.500	-	01/09/2010	104,5% CDI	-	-	275
Total						**732**	**601**	**851**
Parcela de curto prazo						115	-	145
Parcela de longo prazo						617	601	706

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	2010 R$ milhões	2009 R$ milhões	2008 R$ milhões
2011	-	116	142
2012	41	34	36
2013	464	314	298
2014	14	42	14
2015 em diante	98	95	87
Total	**617**	**601**	**577**

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Commercial Facility Agreement

Em 05/11/2010, a subsidiária Gerdau Açominas S.A. concluiu operação financeira com o Deutsche Bank Ag, London Branch, no valor total de US$ 40,5 milhões. Em 31/12/2010 este financiamento ainda não havia sido desembolso pela Gerdau Açominas S.A..

NCE 20/00727-2

Em 01/07/2010, a subsidiária Gerdau Açominas S.A. emitiu a Nota de Crédito à Exportação, tendo como credor o Banco do Brasil S.A., no valor total de R$ 150,0 milhões e vencimento final em 09/06/2014. Em 31/12/2010 o saldo devedor nesta operação era de R$ 150,0 milhões.

NCE 20/00726-4

Em 30/06/2010, a subsidiária Gerdau Açominas S.A. emitiu a Nota de Crédito à Exportação, tendo como credor o Banco do Brasil S.A., no valor total de R$ 200,0 milhões e vencimento final em 09/06/2014. Em 31/12/2010 o saldo devedor nesta operação era de R$ 200,0 milhões.

Bond 2021

Em 01/10/2010, a subsidiária Gerdau Trade Inc. concluiu operação financeira de emissão de *bonds* no valor total de US$ 1,25 bilhão e vencimento final em 30/01/2021. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A.. Em 31/12/2010, o saldo de principal nesta operação era de R$ 2.1 bilhões. Parte dos recursos desta emissão foram utilizados para liquidação antecipada dos *bonds* Perpétuos*,* no valor de US$ 600,0 milhões (R$ 1,0 bilhão na data do resgate). Estas obrigações foram captadas em 15/09/2005 e não tinham vencimento final, sendo que a partir de 22/09/2010, a Gerdau passou a ter o direito de exercer a recompra dos títulos.

Bond 2020

Em 18/11/2009, a subsidiária Gerdau Holdings Inc. concluiu operação financeira de emissão de *bonds* no valor total de US$ 1,25 bilhão e vencimento final em 20/01/2020. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A.. Em 31/12/2010, o saldo de principal nesta operação era de US$ 1,25 bilhão (R$ 2.1 bilhões em 31/12/2010).

Bond 2017

Em 22/10/2007, a subsidiária GTL Trade Finance Inc. concluiu operação financeira de emissão de *bonds* no valor total de US$ 1 bilhão com posterior reabertura para adicionais US$ 500 milhões, totalizando dívida de US$ 1,5 bilhão e vencimento final em 20/10/2017. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A.. Em 31/12/2010, o saldo de principal nesta operação era de US$ 1,5 bilhão (R$ 2.5 bilhões em 31/12/2010).

4131 Banco do Brasil

Em 25/06/2010, a subsidiária Gerdau Açominas S.A. concluiu operação financeira para financiamento de capital de giro com o Banco do Brasil S.A., Tokyo Branch no valor total de US$ 350,0 milhões e vencimento final em 22/06/2015. O contrato é garantido por carta de crédito emitida pelo Banco do Brasil S.A.. Em 31/12/2010 o saldo devedor nesta operação era de US$ 350,0 milhões (R$ 583,2 milhões em 31/12/2010). Este financiamento foi captado com objetivo de alongar o perfil da dívida, sendo utilizado para

liquidar duas outras dívidas de prazo de vencimento menor. As dívidas liquidadas foram: 4131 Banco do Brasil no valor de US$ 250,0 milhões e 4131 Bradesco no valor de US$ 150,0 milhões.

BID

Em 28/08/2008, a subsidiária Gerdau Açominas S.A. concluiu operação financeira para financiamento de investimentos no valor total de US$ 200,0 milhões e vencimento final em 15/08/2017. A Gerdau S.A. presta garantia para esta operação. As seguintes instituições são partes credoras nesta operação: Banco Interamericano de Desenvolvimento, Citi, HSBC, Santander, Standard Chartered, Sumitomo Mitsui, Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ. Em 31/12/2010, o saldo devedor nesta operação era de US$ 199,5 milhões (R$ 332,4 milhões em 31/12/2010).

GNA Term Loan

Em 10/09/2007, as subsidiárias Gerdau Ameristeel US Inc. e GNA Partners, concluíram operação financeira para financiamento de aquisição no valor total de US$ 2,75 bilhões e vencimento final em 14/09/2013. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A., Gerdau Ameristeel Corporation, Gerdau Açominas Overseas Limited. Em 31/12/2010, o saldo de principal nesta operação era de US$ 1,26 bilhão (R$ 2,1 bilhões em 31/12/2010).

Siderperu

Em 23/05/2007, a subsidiária Siderúrgica Del Peru S.A.A. concluiu operação financeira para financiamento de capital de giro no valor total de US$ 150,0 milhões e vencimento final em 30/04/2014. A Gerdau S.A presta garantia para esta operação.. As seguintes instituições são partes credoras nesta operação: Banco de Crédito del Peru e Scotiabank. Em 31/12/2010, o saldo devedor nesta operação era de US$ 101,8 milhões (R$ 169,6 milhões em 31/12/2010).

Sinosure

Em 14/10/2005, a subsidiária Gerdau Açominas S.A. concluiu operação financeira para financiamento de investimentos no valor total de US$ 201,0 milhões e vencimento final em 12/06/2017. A seguinte empresa presta garantia para esta operação: Gerdau S.A. A seguinte instituição é parte credora nesta operação: Banco BNP Paribas. Esta operação conta ainda com seguro de crédito pela Sinosure, agência chinesa de incentivo à exportação. Em 31/12/2010, o saldo devedor nesta operação era de US$ 131,8 milhões (R$ 219,6 milhões em 31/12/2010).

PPE

Em 24/07/2005, a subsidiária Gerdau Açominas S.A. concluiu operação financeira de pré-pagamento de exportações no valor total de US$ 100,0 milhões e vencimento final em 15/07/2013. O Royal Bank of Scotland é parte credora nesta operação. Em 31/12/2010, o saldo devedor nesta operação era de US$ 61,0 milhões (R$ 101,6 milhões em 31/12/2010).

Debêntures emitidas pela Gerdau S.A.

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro). A taxa nominal média anual de juros foi de 9,75% e 9,88%, em 31/12/2010 e 31/12/2009, respectivamente.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui operações com derivativos que têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e contra variações de taxas de juros, sem fins especulativos. Parte dessas operações estão contabilizadas pelo seu valor de mercado, de acordo com a metodologia de contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16 letra “e” das demonstrações financeiras de 2010.

Além das operações acima descritas, a Companhia não possui outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos contratados pela Gerdau S.A. não são contratualmente ou legalmente subordinados. As garantias prestadas pela Companhia para determinadas obrigações financeiras de suas subsidiárias podem, em alguns casos, ser estruturalmente subordinadas às obrigações financeiras que possuem garantias reais. Este seria o caso, por exemplo, de obrigações financeiras de subsidiárias junto ao BNDES sob a modalidade de FINAME e o caso de contratos de Pré-Pagamentos de Exportação, o qual são segurados pelo fluxo de recebíveis de exportação.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Gerdau S.A. e suas controladas possuem uma política definida para negociação de contratos de empréstimos e financiamento, na qual, cláusulas restritivas são tratadas com alta relevância.

Em grande parte dos contratos de empréstimo e financiamento da Gerdau S.A. e suas controladas é permitida a mudança de controle do tomador, no entanto, os credores têm o direito de, se não satisfeitos com o novo controlador de acordo com as condições previstas em tais contratos, solicitar o pagamento antecipado da dívida.

A Gerdau S.A. e suas controladas podem alienar ativos em garantia em contratos de financiamento desde que respeitem alguns critérios estipulados em contrato, tais como, substituição de bem alienado por outro bem desde que não aumente o valor das dívidas com garantia real; alienação de ativo para dívida tomada especificamente para financiá-lo; alienações existentes em empresas após a compra ou fusão pela Gerdau S.A. e suas controladas; alienações impostas por lei; alienações ou depósitos em garantia relacionados a exigências trabalhistas; alienações de ativos garantindo pagamentos de impostos ou taxas governamentais que estejam em discussão; alienação de ativos em financiamentos com bancos de desenvolvimento brasileiros e/ou estrangeiros, agência governamentais, agências de crédito à exportação e bancos oficiais de fomento a exportação/importação; alienação de estoques e recebíveis em estruturas de financiamentos de importação ou exportação e alienações segurando dívidas que não excedam 15% da ativo tangível líquido consolidado da Companhia.

G. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Os limites de utilização dos financiamentos já contratados estão descritos na letra E deste item 10.1.

H. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhões de reais)

	2010	2009
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	31.393	26.540
Custo das vendas	(25.873)	(22.305)
LUCRO BRUTO	5.520	4.235
Despesas com vendas	(551)	(430)
Despesas gerais e administrativas	(1.806)	(1.714)
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos	336	(1.072)
Custos de reestruturação	-	(151)
Outras receitas operacionais	207	190
Outras despesas operacionais	(101)	(102)
Resultado da equivalência patrimonial	40	(109)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	3.645	847
Receitas financeiras	296	436
Despesas financeiras	(1.098)	(1.286)
Variação cambial, líquida	104	1.061
Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido	12	(26)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	2.959	1.032
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(642)	(303)
Diferido	140	276
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.457	1.005
ATRIBUÍDO A:		
Participação dos acionistas controladores	2.142	1.122
Participação dos acionistas não-controladores	315	(117)
	2.457	1.005

Receita Líquida de Vendas

Em 2010, a receita líquida consolidada cresceu 18,3% em relação à de 2009 em virtude dos maiores volumes vendidos (aumento de 24%), mesmo com a queda de 4,7% na receita líquida por tonelada vendida. As vendas consolidadas do exercício de 2010 apresentaram crescimento em todas as operações de negócios, principalmente as que possuem maior exposição ao mercado brasileiro e ao setor automotivo.

Custo das Vendas e Lucro Bruto

Em termos consolidados, o aumento de 16,0% do custo das vendas em 2010 em comparação com 2009 foi resultado do maior volume vendido no período e dos maiores preços das principais matérias-primas. Entretanto, o aumento do custo das vendas foi inferior ao crescimento da receita líquida em virtude da maior diluição dos custos fixos, o que se refletiu na melhora da margem bruta (16,0% em 2009 contra 17,6% em 2010), principalmente, nas Operações de Negócio Aços Especiais e América Latina.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram um aumento de 9,9% no ano de 2010 comparadas com as de 2009, o equivalente a R$ 213,4 milhões, pelo maior nível de atividade da Companhia. Mesmo assim, tais despesas, que representavam 8,1% da receita líquida em 2009, passaram a representar 7,5% em 2010.

Reversão (perdas) pela não-recuperabilidade de ativos (*Impairment*) e Custos de Reestruturação

De acordo com o padrão contábil internacional (conhecido como International Financial Reporting Standards – IFRS) estabelecido pelo International Accounting Standards Board – IASB, a Companhia realiza

testes de Impairment sobre seus ativos em função de revisão de perspectivas de geração de caixa e resultados futuros das operações de negócios.

Reversão (perdas) pela não-recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação (R$ milhões)	**Exercício de 2010**	**Exercício de 2009**
Imobilizado	120	(520)
Ágio	-	(202)
Intangível	216	(304)
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	(46)
Reversão (perdas) pela não recuperabilidade de ativos	**336**	**(1.072)**
Custos de reestruturação	**-**	**(151)**
Total	**336**	**(1.223)**

No ano de 2009, as perdas pela não recuperabilidade de ativos e os custos de reestruturação foram resultantes, sobretudo, da redução das expectativas dos resultados operacionais das Operações de Negócio América do Norte e Aços Especiais.

Em 2010, devido às melhores condições de mercado observadas na Operação de Negócio Aços Especiais, principalmente nos Estados Unidos, os testes de *Impairment* sobre os ativos identificaram ganhos líquidos de R$ 336 milhões no período (R$ 289 milhões após imposto de renda) compostos pelos seguintes efeitos: nos Estados Unidos, houve uma reversão de perdas pela não recuperabilidade de ativos intangíveis no valor de R$ 216 milhões e de imobilizado no montante de R$ 188 milhões; na Espanha, a falta de expectativa da retomada de suas operações resultou em uma perda pela não recuperabilidade de ativos de imobilizado em uma de suas unidades no valor de R$ 68 milhões.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

As outras receitas e despesas operacionais líquidas apresentaram aumento em 2010 (positivas em R$ 106,5 milhões) em relação a 2009 (positivas em R$ 88,3 milhões), principalmente pelo reconhecimento do superávit decorrente do saldamento dos planos de pensão de beneficio definido no Brasil conforme nota explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Resultado da Equivalência Patrimonial

As empresas com controle compartilhado e associadas, cujos resultados são avaliados por equivalência patrimonial, comercializaram 1,1 milhão de toneladas de aço em 2010 considerando suas respectivas participações acionárias, 20% acima do volume do 2009, resultando em uma receita líquida de vendas de R$ 1,4 bilhão. Com base na performance obtida por essas empresas, a equivalência patrimonial foi positiva em R$ 39,5 milhões em 2010, comparada a um valor negativo de R$ 109,0 milhões em 2009.

Lucro Operacional antes do resultado financeiro e imposto de renda

O lucro operacional antes do resultado financeiro e imposto de renda apresentou relevante crescimento passando de R$ 846,9 milhões em 2009 para R$ 3,6 bilhões em 2010. Esse aumento é explicado pelo crescimento do lucro bruto e pela melhora dos resultados das empresas com controle compartilhado ou *joint ventures*.

Resultado Financeiro

A menor variação cambial entre o dólar americano e o real no período (+4,3% em 2010 contra +25,5% em 2009) foi a principal responsável pelo resultado financeiro negativo de R$ 685,3 milhões no período, contra um resultado financeiro positivo de R$ 184,6 milhões obtido no ano anterior. Esse efeito é resultado da conversão para Real dos saldos das contas do ativo (contas a receber de exportações) e do passivo (principalmente dívidas em dólares contratadas pelas empresas no Brasil) no final de cada exercício.

Cabe ressaltar que, do total de US$ 3,5 bilhões (R$ 5,8 bilhões) de dívidas em moeda estrangeira contratadas pelas empresas no Brasil, em 31 de dezembro de 2010, US$ 2,7 bilhões (R$ 4,5 bilhões) estava

atrelado a aquisições de empresas no exterior, cuja variação cambial foi registrada diretamente no patrimônio líquido, conforme normas do IFRS. Os demais US$ 0,8 bilhão (R$ 1,3 bilhão) tiveram sua variação cambial transitada pelo resultado.

Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de renda ficou em R$ 501,9 milhões em 2010, comparada a R$ 27,0 milhões em 2009. Esta variação deve-se substancialmente ao melhor resultado auferido neste período em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido

No exercício de 2010, o lucro líquido consolidado foi de R$ 2,5 bilhões, mais que o dobro em relação ao de 2009, principalmente, pelo melhor resultado operacional e por Custos de reestruturação e Reversão/perdas pela não-recuperabilidade de ativos.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
(Valores expressos em milhões de reais)

	2010	2009
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	1.061	2.092
Aplicações financeiras em títulos para negociação	1.106	2.619
Aplicações financeiras em títulos disponíveis para venda	9	58
Contas a receber de clientes	3.153	2.586
Estoques	6.798	5.752
Créditos tributários	586	789
Ganhos não realizados com derivativos	1	6
Outras contas a receber	232	263
	12.946	14.165
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		
Aplicações financeiras em títulos disponíveis para venda	27	50
Créditos tributários	401	484
Imposto de renda/contribuição social diferidos	1.579	1.347
Ganhos não realizados com derivativos	6	14
Depósitos judiciais	493	325
Outras contas a receber	212	314
Gastos antecipados com plano de pensão	437	516
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	1.264	1.200
Outros investimentos	19	20
Ágios	8.158	8.424
Outros intangíveis	1.177	993
Imobilizado	16.172	16.731
	29.945	30.418
TOTAL DO ATIVO	42.891	44.583

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
(Valores expressos em milhões de reais)

	2010	2009
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores	1.783	1.705
Empréstimos e financiamentos	1.578	1.357
Debêntures	115	-
Impostos e contribuições sociais a recolher	525	676
Salários a pagar	475	355
Dividendos a pagar	90	366
Perdas não realizadas com derivativos	-	2
Provisão para passivos ambientais	29	10
Outras contas a pagar	427	347
	5.022	4.818
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	12.360	12.563
Debêntures	617	601
Imposto de renda/contribuição social diferidos	2.271	2.274
Perdas não realizadas com derivativos	93	90
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	645	447
Provisão para passivos ambientais	43	67
Beneficios a empregados	834	961
Obrigações por compra de ações	517	518
Outras contas a pagar	342	239
	17.722	17.760
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	15.651	14.185
Ações em tesouraria	(161)	(125)
Outras reservas	367	67
Reserva de lucros	5.498	5.721
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.885)	(1.340)
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	19.470	18.508
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	677	3.497
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.147	22.005
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42.891	44.583

Seguem abaixo, alterações significativas nas linhas que representam mais de 10% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação dos exercícios:

Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Em 31/12/2010 a Companhia mantinha R$ 1,1 bilhão (R$ 2,6 bilhões em 31/12/2009) em títulos para negociação. Em 31/12/2010 a Companhia mantinha

R$ 9,6 milhões (R$ 58,3 milhões em 31/12/2009) em títulos disponíveis para venda no ativo circulante e R$ 26,8 milhões (R$ 49,7 milhões em 31/12/2009) no ativo não-circulante, líquidos de provisão para perdas.

Essa redução nas aplicações financeiras ocorreu em função de liquidação de dívidas durante o ano de 2010 e pagamento da aquisição da participação minoritária na Gerdau Ameristeel.

Contas a Receber de Clientes

Conforme tabela abaixo, ocorreu um aumento de 21,9% nas Contas a Receber de Clientes de 2009 para 2010, em decorrência dos maiores volumes vendidos pela melhor demanda verificada, principalmente, nas controladas do exterior relacionadas às Operações de Negócios Aços Especiais e América do Norte.

Contas a receber de Clientes (R$ milhões)	**2010**	**2009**
Contas a receber de Clientes - no Brasil	1.047	1.101
Contas a receber de Clientes - exportações a partir do Brasil	313	108
Contas a receber de Clientes - controladas no exterior	1.860	1.457
(-) Provisão para risco de crédito	(67)	(80)
Total	**3.153**	**2.586**

Estoques

Os estoques aumentaram em 18,2% de 2009 para 2010 em função dos maiores níveis de produção e pelos maiores custos operacionais no período, ocasionados, principalmente, pelos elevados níveis dos preços de matérias-primas.

Estoques (R$ milhões)	**2010**	**2009**
Produtos prontos	2.456	1.975
Produtos em elaboração	1.418	1.258
Matérias-primas	1.639	1.214
Materiais de almoxarifado	1.038	1.059
Adiantamento a fornecedores	104	215
Importações em andamento	295	181
(-) Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	(152)	(150)
Total	**6.798**	**5.752**

Ágios

Comparando os exercícios de 2009 e 2010, verificou-se uma redução de 3,2% na linha de ágios, principalmente, pelo efeito da conversão cambial dos saldos em decorrência da desvalorização do dólar norteamericano frente ao Real.

Ágios (R$ milhões)	**2010**	**2009**
Saldo inicial	8.424	11.294
(+) Ganhos/perdas na conversão	-427	-2.603
(+) Adições	161	26
(-) Baixas / Não recuperabilidade de ativos	0	-293
Saldo final	**8.158**	**8.424**

Imobilizado

Comparando os exercícios de 2009 e 2010, verificou-se que não houve variação significativa.

Imobilizado (R$ milhões)	2010	2009
Terrenos, prédios e construções	3.969	3.548
Máquinas, equipamentos e instalações	9.884	10.637
Móveis e utensílios	84	94
Veículos	28	33
Equipamentos eletrônicos de dados	348	381
Florestamento e reflorestamento	487	437
Imobilizações em andamento	1.372	1.601
Total	**16.172**	**16.731**

OBS: o imobilizado refere-se ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas pela não recuperabilidade

Fornecedores

A linha de fornecedores passou de R$ 1,7 bilhão em 2009 para R$ 1,8 bilhão em 2010, em decorrência dos maiores volumes de insumos comprados pelo maior nível de produção, consequência da melhora na demanda do período.

Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

A dívida bruta (empréstimos e financiamentos, mais debêntures) totalizava R$ 14,7 bilhões em 31 de dezembro de 2010, dos quais 11,5% eram de curto prazo e 88,5% de longo prazo. No final do ano de 2010, a dívida bruta era composta por 22,7% em reais, 39,7% em moeda estrangeira contratada pelas empresas no Brasil e 37,6% em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. Durante o exercício de 2010, ocorreu um equilíbrio entre aportes e amortizações de financiamentos, não alterando o nível da dívida bruta. O detalhamento sobre estas operações está disponível nos itens 10.1 letras b e f.

Endividamento (R$ milhões)	2010	2009
Passivo Circulante	**1.693**	**1.357**
Moeda nacional (Brasil)	703	843
Moeda estrangeira (Brasil)	169	197
Empresas no exterior	821	317
Passivo não Circulante	**12.976**	**13.164**
Moeda nacional (Brasil)	2.623	2.002
Moeda estrangeira (Brasil)	5.655	5.268
Empresas no exterior	4.698	5.894
Dívida bruta	**14.669**	**14.521**

Impostos e Contribuições Sociais a recolher

A redução de 22,3% dos impostos e contribuições sociais a recolher de 2009 para 2010 deveu-se, principalmente, à redução de imposto de renda pelo pagamento de juros sobre capital próprio ocorrido em 2010 e ao pagamento de impostos parcelados.

Impostos e Contribuições Sociais a recolher (R$ milhões)	2010	2009
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	57	125
Encargos sociais sobre folha de pagamento	130	89
ICMS - Imposto sobre Criculação de Mercadorias e Serviços	80	70
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	14	28
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	4	5
PIS - Programa de Integração Social	3	6
Imposto de Renda e Contribuição Social retidos na fonte	36	77
Impostos parcelados	108	177
Imposto sobre valor agregado e outros	93	99
Total	**525**	**676**

Salários a Pagar

A linha de salários a pagar apresentou aumento de 33,8% em função de ajustes salariais e da maior atividade operacional e conseqüente necessidade de novas contratações.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido totalizou R$ 20,1 bilhões em dezembro de 2010 comparado com R$ 22,0 bilhões no final de 2009, o que representa uma redução de 8,4%. Esta redução refere-se, substancialmente, à redução da participação dos acionistas não-controladores em função da aquisição da participação minoritária na Gerdau Ameristeel.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2009 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em milhões de reais)

	2009	2008
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	26.540	41.908
Custo das vendas	(22.305)	(31.228)
LUCRO BRUTO	4.235	10.680
Despesas com vendas	(430)	(480)
Despesas gerais e administrativas	(1.714)	(2.285)
Reversão (Perdas) pela não recuperabilidade de ativos	(1.072)	-
Custos de reestruturação	(151)	-
Outras receitas operacionais	190	206
Outras despesas operacionais	(102)	(116)
Resultado da equivalência patrimonial	(109)	123
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	847	8.128
Receitas financeiras	436	484
Despesas financeiras	(1.286)	(1.621)
Variação cambial, líquida	1.061	(1.036)
Ganhos (Perdas) com derivativos, líquido	(26)	(62)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	1.032	5.893
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(303)	(1.424)
Diferido	276	476
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.005	4.945
ATRIBUÍDO A:		
Participação dos acionistas controladores	1.122	3.941
Participação dos acionistas não-controladores	(117)	1.004
	1.005	4.945

Receita Líquida de Vendas

A receita líquida consolidada atingiu R$ 26,5 bilhões em 2009, 36,7% inferior à do exercício de 2008. Contribuíram para esse resultado a redução de 26,8% no volume de vendas físicas e de 13,4% na receita líquida por tonelada vendida. As vendas consolidadas do exercício de 2009 totalizaram 14,0 milhões de toneladas, volume 26,8% inferior ao de 2008, principalmente pelas menores vendas da Operação de Negócio América do Norte (menos 35,4%), região mais afetada pela crise econômica mundial.

Custo das Vendas e Lucro Bruto

O custo das vendas, em 2009, foi de R$ 22,3 bilhões, R$ 8,9 bilhões abaixo do valor registrado em 2008, reflexo do menor volume de vendas físicas no período, de menores preços de insumos e do esforço de redução de custos realizado pela Companhia ao longo de 2009. Esse esforço pode ser constatado na

participação dos custos fixos em relação aos custos totais de produção, que passaram de 25,6%, no 1º trimestre de 2009, para 21,6%, no 4º trimestre do mesmo ano. O lucro bruto do exercício de 2009 foi de R$ 4,2 bilhões, apresentando uma redução de 61,1% em relação ao de 2008. Com a maior queda da receita líquida em comparação ao custo das vendas, a margem bruta consolidada reduziu-se de 26,0%, em 2008, para 16,0%, em 2009.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas apresentaram uma redução de 22,5% no ano de 2009 comparada com as de 2008, o equivalente a R$ 620,3 milhões. Tais despesas, que representavam 6,6% da receita líquida em 2008, passaram a representar 8,1% em 2009. Esse aumento relativo deve-se, principalmente, à menor diluição das despesas fixas embutidas nessas contas, em função da forte redução da receita líquida em 2009.

Perdas pela não-recuperabilidade de ativos (*Impairment*) e Custos com Reestruturação

A Gerdau apresenta, desde o 3º trimestre de 2007, suas demonstrações financeiras em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo IASB (conhecido como IFRS). Esse padrão determina que sejam realizados testes de *Impairment* sobre os ativos da Companhia, em função de revisão de perspectivas de geração de caixa e resultados futuros das operações de negócios da Companhia.

Durante 2009, a Companhia monitorou os indicativos de deterioração de ativos e sempre que necessário realizou testes de *impairment*, os quais foram embasados nas perspectivas de um cenário econômico global, que demonstrou uma deterioração dos ativos das siderúrgicas em todo o mundo.

Esses testes utilizam como metodologia o Fluxo de Caixa Descontado, no qual são assumidas premissas importantes como a taxa de desconto, taxa de crescimento, perpetuidade, capital de giro, plano de investimentos e expectativas de geração de caixa, que podem influenciar de forma significativa os resultados da Companhia.

No exercício de 2008, pelo padrão contábil internacional IFRS, não foi identificada nenhuma perda por testes de *impairment* para as diferentes Operações de Negócios da Companhia.

No ano de 2009, as perdas identificadas somaram R$ 1,2 bilhão (R$ 1,1 bilhão em perdas pela não recuperabilidade de ativos e R$ 151 milhões em custos com reestruturação), resultante, sobretudo, da redução das expectativas dos resultados operacionais das Operações de Negócio América do Norte e Aços Especiais.

Outras Receitas/Despesas Operacionais

As outras receitas e despesas operacionais líquidas não sofreram variações significativas de 2009 (positivas em R$ 88,3 milhões) em relação a 2008 (positivas em R$ 89,6 milhões).

As outras receitas operacionais em 2009 são compostas substancialmente dos efeitos da adesão ao REFIS e as outras despesas operacionais em 2009 foram afetadas pela perda na baixa/venda de ativos imobilizados.

Resultado da Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial em 2009 apresentou uma perda de R$ 109,0 milhões, reflexo da crise mundial, afetando os resultados dessas empresas. Em 2008, esses investimentos em empresas não-consolidadas geraram um ganho de R$ 122,8 milhões, reflexo dos resultados operacionais positivos destes investimentos.

Lucro Operacional antes do resultado financeiro e imposto de renda

O lucro operacional antes do resultado financeiro e imposto de renda totalizou R$ 846,9 milhões em 2009, inferior aos R$ 8,1 bilhões registrados em 2008. Essa redução ocorreu em função dos menores

volumes vendidos em 2009 e do reconhecimento da perda pela não-recuperabilidade de ativos no valor de R$ 1,1 bilhão.

Resultado Financeiro

Em 2009, o resultado financeiro foi positivo em R$ 184,6 milhões contra um resultado negativo de R$ 2,2 bilhões em 2008. As despesas financeiras foram reduzidas em R$ 334,4 milhões de 2008 para 2009, em virtude das amortizações da dívida bruta realizadas no período, inclusive com antecipações de pagamento. As receitas financeiras apresentaram queda de R$ 47,8 milhões nesse mesmo período, tendo em vista a menor geração de caixa operacional e consequente menor aplicação financeira dos recursos, bem como menores taxas de juros praticadas no ano. O resultado financeiro de 2009 contempla um ganho de R$ 1,1 bilhão (R$ 700,2 milhões líquido dos efeitos tributários) pela valorização do real frente ao dólar norte-americano (+25,5%) na conversão de saldos de contas do ativo (contas a receber de exportações) e do passivo (principalmente dívidas em dólares contratadas pelas empresas no Brasil). Em 2008, esse efeito foi negativo em R$ 1,0 bilhão (R$ 683,5 milhões líquido dos efeitos tributários).

Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de renda ficou em R$ 27,0 milhões em 2009, comparada a R$ 948,2 milhões em 2008. Esta variação deve-se substancialmente ao menor resultado auferido neste período em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido

No exercício de 2009, o lucro líquido consolidado foi de R$ 1,0 bilhão, 79,7% abaixo do valor obtido em 2008. A margem líquida foi de 3,8% no exercício.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
(Valores expressos em milhões de reais)

	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	2.092	2.027
Aplicações financeiras em títulos para negociação	2.619	2.759
Aplicações financeiras em títulos disponíveis para venda	58	627
Contas a receber de clientes	2.586	3.684
Estoques	5.752	10.398
Créditos tributários	789	858
Ganhos não realizados com derivativos	6	10
Outras contas a receber	263	413
	14.165	20.776
ATIVO NÃO-CIRCULANTE		
Aplicações financeiras em títulos disponíveis para venda	50	78
Créditos tributários	484	521
Imposto de renda/contribuição social diferidos	1.347	1.766
Ganhos não realizados com derivativos	14	68
Depósitos judiciais	325	259
Outras contas a receber	314	453
Gastos antecipados com plano de pensão	516	271
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	1.200	1.775
Outros investimentos	20	22
Ágios	8.424	11.294
Outros intangíveis	993	1.713
Imobilizado	16.731	20.055
	30.418	38.275
TOTAL DO ATIVO	44.583	59.051

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
(Valores expressos em milhões de reais)

	2009	2008
PASSIVO CIRCULANTE		
Fornecedores	1.705	2.855
Empréstimos e financiamentos	1.357	3.788
Debêntures	-	145
Impostos e contribuições sociais a recolher	676	517
Salários a pagar	355	552
Dividendos a pagar	366	8
Perdas não realizadas com derivativos	2	69
Provisão para passivos ambientais	10	18
Outras contas a pagar	347	524
	4.818	8.476
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	12.563	18.595
Debêntures	601	706
Imposto de renda/contribuição social diferidos	2.274	3.060
Perdas não realizadas com derivativos	90	314
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	447	467
Provisão para passivos ambientais	67	75
Beneficios a empregados	961	1.276
Obrigações por compra de ações	518	698
Outras contas a pagar	239	340
	17.760	25.531
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	14.185	14.185
Ações em tesouraria	(125)	(123)
Outras reservas	67	1
Reserva de lucros	5.721	4.986
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.340)	1.118
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	18.508	20.167
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	3.497	4.877
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.005	25.044
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44.583	59.051

Seguem abaixo, alterações significativas nas linhas que representam mais de 10% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação dos exercícios:

Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Em 31/12/2009 a Companhia mantinha R$ 2,6 bilhões (R$ 2,8 bilhões em 31/12/2008) em títulos para negociação.

Em 31/12/2009 a Companhia mantinha R$ 58,3 milhões (R$ 627,2 milhões em 31/12/2008) em títulos disponíveis para venda no ativo circulante e R$ 49,7 milhões (R$ 77,6 milhões em 31/12/2008) no

ativo não-circulante, líquidos de provisão para perdas. Essa redução ocorreu em função de liquidação de dívidas durante o ano de 2009.

Contas a Receber de Clientes

Conforme tabela abaixo, ocorreu uma redução de 29,8% nas Contas a Receber de Clientes de 2008 para 2009, em decorrência dos menores volumes vendidos pela menor demanda verificada, principalmente, nas controladas do exterior.

Contas a receber de Clientes (R$ milhões)	**2009**	**2008**
Contas a receber de Clientes - no Brasil	1.101	866
Contas a receber de Clientes - exportações a partir do Brasil	108	225
Contas a receber de Clientes - controladas no exterior	1.457	2.665
(-) Provisão para risco de crédito	(80)	(72)
Total	**2.586**	**3.684**

Estoques

Os estoques foram reduzidos em 44,7% de 2008 para 2009 em função dos menores níveis operacionais, buscando adequação da Companhia aos novos patamares de demanda no mercado do aço.

Estoques (R$ milhões)	**2009**	**2008**
Produtos prontos	1.975	3.197
Produtos em elaboração	1.258	2.457
Matérias-primas	1.214	2.630
Materiais de almoxarifado	1.059	1.715
Adiantamento a fornecedores	215	206
Importações em andamento	181	548
(-) Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	(150)	(355)
Total	**5.752**	**10.398**

Ágios

Comparando os exercícios de 2008 e 2009, verificou-se uma redução de 25,4% na linha de ágios, principalmente, pelo efeito de câmbio e por baixas pela não-recuperabilidade de ativos da Companhia, conforme abaixo:

Ágios (R$ milhões)	**2009**	**2008**
Saldo inicial	11.294	6.044
(+) Ganhos/perdas na conversão	(2.603)	2.529
(+) Adições	26	2.775
(-) Baixas / Não recuperabilidade de ativos	(293)	(54)
Saldo final	**8.424**	**11.294**

Imobilizado

Comparando os exercícios de 2008 e 2009, verificou-se uma redução de 16,6% no Imobilizado, principalmente, pelo efeito de câmbio sobre os ativos no exterior e por baixas pela não-recuperabilidade de ativos da Companhia.

Imobilizado (R$ milhões)	2009	2008
Terrenos, prédios e construções	3.548	4.172
Máquinas, equipamentos e instalações	10.637	12.364
Móveis e utensílios	94	114
Veículos	33	94
Equipamentos eletrônicos de dados	381	229
Florestamento e reflorestamento	437	412
Imobilizações em andamento	1.601	2.670
Total	**16.731**	**20.055**

Fornecedores

Na linha de fornecedores ocorreu uma redução de 40,3% do exercício de 2008 para 2009, passando de R$ 2,9 bilhões para R$ 1,7 bilhão, em decorrência dos menores volumes de insumos comprados pelo menor nível de produção verificado, consequência da queda na demanda no período.

Empréstimos e Financiamentos

Desde o 1º trimestre de 2009, a dívida bruta tem sido constantemente reduzida, sendo que de dezembro de 2008 para dezembro de 2009, a diminuição foi de R$ 8,7 bilhões. Essa redução ocorreu, principalmente, em virtude de amortizações realizadas no período, inclusive com antecipação de pagamentos e da variação cambial. Informações adicionais estão disponíveis nos itens 10.1 letras B e F.

Endividamento (R$ milhões)	2009	2008
Passivo Circulante	**1.357**	**3.933**
Moeda nacional (Brasil)	843	892
Moeda estrangeira (Brasil)	197	1.103
Empresas no exterior	317	1.938
Passivo não Circulante	**13.164**	**19.301**
Moeda nacional (Brasil)	2.002	2.625
Moeda estrangeira (Brasil)	5.268	6.886
Empresas no exterior	5.894	9.790
Dívida bruta	**14.521**	**23.234**

Impostos e Contribuições Sociais a recolher

O aumento de 30,6% dos impostos e contribuições a recolher de 2008 para 2009 deve-se, principalmente, à variação na linha de impostos parcelados pela adesão das empresas do Brasil ao REFIS, programa de refinanciamento de impostos.

Impostos e Contribuições a recolher (R$ milhões)	2009	2008
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	125	73
Encargos sociais sobre folha de pagamento	89	121
ICMS - Imposto sobre Criculação de Mercadorias e Serviços	70	38
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	28	35
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	5	3
PIS - Programa de Integração Social	6	7
Imposto de Renda e Contribuição Social retidos na fonte	77	48
Impostos parcelados	177	19
Imposto sobre valor agregado	24	30
Outros	75	143
Total	**676**	**517**

Imposto de Renda/Contribuição Social diferidos

A redução de 25,7% refere-se substancialmente a variação cambial oriunda da reconversão dos saldos do passivo de imposto de renda diferido pela taxa de fechamento do exercício, o que representa uma desvalorização do dólar frente ao real de 25,5%.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido totalizou R$ 22,0 bilhões em dezembro de 2009 comparado com R$ 25,0 bilhões no final de 2008, o que representa uma redução de 12,1%. Esta redução refere-se, substancialmente, ao ajuste da conversão para moeda estrangeira nos ativos do exterior, reflexo da desvalorização do dólar frente ao real, de 25,5%.

10.2. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Vendas

Vendas consolidadas (1.000 toneladas)	**Exercício de 2010**	**Exercício de 2009**	**Variação 2010/2009**
Brasil[1]	6.646	5.175	28,4%
Mercado Interno	4.717	3.650	29,2%
Exportações	1.929	1.525	26,5%
América do Norte	5.742	4.935	16,4%
América Latina	2.211	2.015	9,7%
Aços Especiais	2.764	1.862	48,4%
Total	**17.363**	**13.987**	**24,1%**

Obs.: As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e empresas associadas.

As vendas consolidadas do exercício de 2010 apresentaram crescimento em todas as operações de negócios (vide quadro acima), principalmente as que possuem maior exposição ao mercado brasileiro e ao setor automotivo.

Na Operação de Negócio Brasil, a indústria representou importante papel para a recuperação da demanda, impulsionada pelo crescimento de 21% na produção de bens de capital em 2010, de acordo com o IBGE. A construção civil seguiu com um bom ritmo de demanda no mercado brasileiro, o que pode ser constatado pela estimativa de crescimento de 11% do PIB da Construção Civil para 2010, de acordo com o Sinduscon.

Na Operação de Negócio América do Norte, a indústria também foi a principal responsável pela recuperação dos volumes vendidos. O ISM – Institute for Supply Management, principal indicador de produção industrial norteamericano, atingiu 58,5 em dezembro de 2010, sendo que acima de 50 representa crescimento. Os negócios de infraestrutura e não residencial seguiram com demanda fraca e estável.

Em menor escala, a Operação de Negócio América Latina apresentou crescimento nos volumes de vendas, principalmente em suas operações na Argentina e no México, países com crescimentos de PIB de 2010 estimados em 9% e 5%, respectivamente.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, destacaram-se as operações localizadas no Brasil e nos Estados Unidos, beneficiadas pela forte recuperação do setor automotivo, com a produção de veículos apresentando crescimento de 14% e 36%, respectivamente.

Receita Líquida

Em valores absolutos, a Operação de Negócio Brasil foi o destaque para o crescimento da receita líquida do exercício, resultado do aumento nos volumes vendidos, principalmente no mercado interno. A Operação de Negócio Aços Especiais também apresentou significativo crescimento na receita líquida, com evidência para os volumes vendidos nas suas operações no Brasil e nos Estados Unidos. As demais operações de negócios seguiram o mesmo comportamento, porém em escala menor.

Receita líquida (R$ milhões)	**Exercício de 2010**	**Exercício de 2009**	**Variação 2010/2009**
Brasil[1]	12.459	10.332	20,6%
Mercado Interno	10.441	8.862	17,8%
Exportações	2.018	1.470	37,3%
América do Norte	8.836	8.294	6,5%
América Latina	3.487	3.137	11,2%
Aços Especiais	6.611	4.777	38,4%
Total	**31.393**	**26.540**	**18,3%**

Obs.: As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e *joint ventures* .

[1] Com vistas a simplificar a análise comparativa da ON Brasil, os valores desta operação contemplam as eliminações e ajustes da receita líquida consolidada, descritos na Nota Explicativa 26 de informações por segmento.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2009 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Vendas

Vendas consolidadas (1.000 toneladas)	**Exercício de 2009**	**Exercício de 2008**	**Variação 2009/2008**
Brasil[1]	5.175	6.578	-21,3%
Mercado Interno	3.650	4.840	-24,6%
Exportações	1.525	1.738	-12,3%
América do Norte	4.935	7.641	-35,4%
América Latina	2.015	2.232	-9,7%
Aços Especiais	1.862	2.667	-30,2%
Total	**13.987**	**19.118**	**-26,8%**

Obs.: As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e empresas associadas.

As vendas consolidadas do exercício de 2009 foram inferiores as de 2008, principalmente pelas menores vendas da Operação de Negócio América do Norte, região mais afetada pela crise econômica mundial.

Na Operação de Negócio Brasil, as vendas apresentaram redução em 2009 quando comparadas com as do ano anterior. As vendas no mercado interno apresentaram uma queda mais acentuada no mesmo período, influenciada pela baixa performance do 1º semestre de 2009. Ao longo do ano, ocorreu uma recuperação gradual da demanda no mercado doméstico, que pode ser comprovada pelo aumento de 51,3% nas vendas do 4º trimestre de 2009 em relação ao 1º trimestre do ano. Essa recuperação foi motivada, principalmente, pela maior demanda do setor de construção civil, com a retomada das obras dos lançamentos imobiliários anteriores à crise, combinada com a aceleração da construção dos lançamentos anunciados em 2009. O setor industrial também mostrou recuperação ao longo de 2009, pela retomada do mercado de veículos pesados e implementos agrícolas. Tais setores foram fortemente beneficiados pelos estímulos governamentais.

Na Operação de Negócio América do Norte, apesar da forte redução nas vendas em 2009 quando comparadas com 2008, foi observada uma recuperação lenta e gradual na demanda. Essa recuperação pode ser constatada no aumento de 11,7% nas vendas do 4º trimestre em relação ao 1º trimestre de 2009. Apesar dos estímulos anunciados pelo governo, seus impactos não foram sentidos na demanda de aço em 2009.

Na Operação de Negócio América Latina, operação menos afetada pela crise em termos de volumes vendidos, a redução em 2009 foi de somente 9,7% quando comparada com o ano anterior. As operações do Peru e México apresentaram vendas praticamente estáveis em 2009 se comparadas com 2008, enquanto que as operações da Colômbia e do Chile apresentaram reduções nas vendas no mesmo período de comparação.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, ocorreu uma redução de 30,2% nas vendas em 2009 quando comparadas com o ano de 2008, com diferentes impactos em cada país. A Espanha foi o país mais afetado, seguido pelas operações no Brasil. Nos Estados Unidos, as vendas permaneceram estáveis, considerando que as operações foram adquiridas em maio de 2008, portanto com bases de comparação diferentes.

Receita Líquida

A Operação de Negócio Brasil registrou uma redução na receita líquida de 2009 comparada com a de 2008, resultante da queda nas vendas e na receita líquida por tonelada vendida. Essa operação passou a representar 38,9% da receita líquida consolidada de 2009 contra 34,4% em 2008.

A Operação de Negócio América do Norte, operação mais afetada pela crise, registrou uma redução na receita líquida em 2009 em relação à de 2008, resultante da queda no volume vendido e na receita líquida por tonelada.

As Operações de Negócio América Latina e Aços Especiais apresentaram quedas na receita líquida de 2009 quando comparada com a de 2008. A redução da Operação de Negócio América Latina teve como principal fator a queda na receita líquida por tonelada vendida e na Operação de Negócio Aços Especiais o principal fator foi a redução no volume de vendas físicas.

Receita líquida (R$ milhões)	**Exercício de 2009**	**Exercício de 2008**	**Variação 2009/2008**
Brasil[1]	10.332	14.433	-28,4%
Mercado Interno	8.862	11.688	-24,2%
Exportações	1.470	2.745	-46,4%
América do Norte	8.294	15.018	-44,8%
América Latina	3.137	4.473	-29,9%
Aços Especiais	4.777	7.984	-40,2%
Total	**26.540**	**41.908**	**-36,7%**

Obs.: As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e *joint ventures* .

[1] Com vistas a simplificar a análise comparativa da ON Brasil, os valores desta operação contemplam as eliminações e ajustes da receita líquida consolidada, descritos na Nota Explicativa 26 de informações por segmento.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Custo das Vendas e Margem Bruta

Em termos consolidados, o aumento do custo das vendas em 2010 em comparação com 2009 foi resultado do maior volume vendido no período e dos maiores preços das principais matérias-primas. Entretanto, o aumento do custo das vendas foi inferior ao crescimento da receita líquida em virtude da maior diluição dos custos fixos, o que se refletiu na melhora da margem bruta, principalmente, nas Operações de Negócio Aços Especiais e América Latina.

Na Operação de Negócio Brasil, mesmo com a diluição dos custos fixos pelos maiores volumes vendidos em 2010, o descompasso entre os aumentos dos preços das matérias-primas e o repasse nos preços de produtos de aço resultou em uma redução na margem bruta em relação a 2009.

Receita, custo e margem		Exercício de 2010	Exercício de 2009	Variação 2010/2009
Brasil [1]	Receita líquida (R$ milhões)	12.459	10.332	20,6%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(9.542)	(7.149)	33,5%
	Lucro bruto (R$ milhões)	2.917	3.183	-8,4%
	Margem bruta (%)	*23%*	*31%*	
América do Norte	Receita líquida (R$ milhões)	8.836	8.294	6,5%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(7.998)	(7.703)	3,8%
	Lucro bruto (R$ milhões)	838	591	41,8%
	Margem bruta (%)	*9%*	*7%*	
América Latina	Receita líquida (R$ milhões)	3.487	3.137	11,2%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(3.021)	(3.070)	-1,6%
	Lucro bruto (R$ milhões)	466	67	595,5%
	Margem bruta (%)	*13%*	*2%*	
Aços Especiais	Receita líquida (R$ milhões)	6.611	4.777	38,4%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(5.312)	(4.384)	21,2%
	Lucro bruto (R$ milhões)	1.299	393	230,5%
	Margem bruta (%)	*20%*	*8%*	
Consolidado	**Receita líquida (R$ milhões)**	**31.393**	**26.540**	**18,3%**
	Custo das vendas (R$ milhões)	**(25.873)**	**(22.306)**	**16,0%**
	Lucro bruto (R$ milhões)	**5.520**	**4.234**	**30,4%**
	Margem bruta (%)	***18%***	***16%***	

Obs.: As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e *joint ventures*.

[1] Com vistas a simplificar a análise comparativa da ON Brasil, os valores desta operação contemplam as eliminações e ajustes da receita líquida, do custo das vendas e do lucro bruto consolidados, descritos na Nota Explicativa 26 de informações por segmento.

EBITDA ajustado

O EBITDA ajustado consolidado apresentou crescimento no ano de 2010 em relação ao de 2009, tal como a margem EBITDA. Esses aumentos são explicados pelo crescimento do lucro bruto e pela melhora dos resultados das empresas com controle compartilhado ou associadas.

Na Operação de Negócio Brasil, que representou 52% do EBITDA ajustado consolidado do período, a menor receita líquida por tonelada vendida e os maiores custos foram os responsáveis pela redução na margem EBITDA. Nas Operações de Negócio Aços Especiais e América Latina, que contribuíram com 25% e 8%, respectivamente, para o EBITDA do ano, o aumento do custo das vendas em nível inferior ao crescimento da receita líquida teve como reflexo a melhora da margem EBITDA. Na Operação de Negócio América do Norte, a margem EBITDA se manteve praticamente estável.

EBITDA ajustado por Operação de Negócio		Exercício de 2010	Exercício de 2009	Variação 2010/2009
Brasil	EBITDA (R$ milhões)	2.709	2.887	-6%
	Margem EBITDA (%)	*22%*	*28%*	
América do Norte	EBITDA (R$ milhões)	789	640	23%
	Margem EBITDA (%)	*9%*	*8%*	
América Latina	EBITDA (R$ milhões)	419	(165)	-
	Margem EBITDA (%)	*12%*	*-5%*	
Aços Especiais	EBITDA (R$ milhões)	1.284	453	183%
	Margem EBITDA (%)	*19%*	*9%*	
Consolidado	**EBITDA (R$ milhões)**	**5.201**	**3.815**	**36%**
	Margem EBITDA (%)	***17%***	***14%***	

O EBITDA AJUSTADO não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou IFRS, e não deve ser considerado com alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA AJUSTADO não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA AJUSTADO pode não ser comparável com as definições de EBITDA AJUSTADO utilizadas por outras companhias.

Reversão (perdas) pela não-recuperabilidade de ativos (*Impairment*) e Custos de Reestruturação

No ano de 2009, as perdas pela não recuperabilidade de ativos e os custos de reestruturação foram resultantes, sobretudo, da redução das expectativas dos resultados operacionais das Operações de Negócio América do Norte e Aços Especiais.

Em 2010, devido às melhores condições de mercado observadas na Operação de Negócio Aços Especiais, principalmente nos Estados Unidos, os testes de *Impairment* sobre os ativos identificaram ganhos líquidos de R$ 336 milhões no período (R$ 289 milhões após imposto de renda) compostos pelos seguintes efeitos: nos Estados Unidos, houve uma reversão de perdas pela não recuperabilidade de ativos intangíveis no valor de R$ 216 milhões e de imobilizado no montante de R$ 188 milhões; na Espanha, a falta de expectativa da retomada de suas operações resultou em uma perda pela não recuperabilidade de ativos de imobilizado em uma de suas unidades no valor de R$ 68 milhões.

Reversão (Perdas) pela não-recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação por Operação de Negócio	Exercício de 2010		Exercício de 2009			
(R$ milhões)	Aços Especiais	Total	América do Norte	América Latina	Aços Especiais	Total
Imobilizado	120	120	(166)	(136)	(218)	(520)
Ágio	-	-	-	-	(202)	(202)
Intangível	216	216	-	-	(304)	(304)
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	(46)	(46)
Reversão (perdas) pela não recuperabilidade de ativos	336	336	(166)	(136)	(770)	(1.072)
Custos de reestruturação	-	-	(49)	-	(102)	(151)
Total	**336**	**336**	**(215)**	**(136)**	**(872)**	**(1.223)**

Exercício findo em 31 de dezembro de 2009 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Custo das Vendas e Margem Bruta

Nas Operações de Negócio Brasil e América do Norte, a margem bruta ficou abaixo do ano anterior. A redução da margem em ambas as Operações de Negócios foi ocasionada pelas menores vendas físicas. Com isso, essas operações apresentaram menor diluição do custo fixo por tonelada vendida.

Na Operação de Negócio América Latina, a margem bruta caiu em 2009, principalmente pelos menores preços praticados no período, reflexo da alta exposição aos produtos importados. Na Operação de Negócio Aços Especiais, a margem bruta foi reduzida, sobretudo, pela redução de 30,2% no volume vendido, com menor diluição dos custos fixos por tonelada vendida.

Receita, custo e margem		Exercício de 2009	Exercício 2008	Variação 2009/2008
Brasil [1]	Receita líquida (R$ milhões)	10.332	14.433	-28,4%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(7.149)	(8.598)	-16,9%
	Lucro bruto (R$ milhões)	3.183	5.835	-45,4%
	Margem bruta (%)	*31%*	*40%*	
América do Norte	Receita líquida (R$ milhões)	8.294	15.018	-44,8%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(7.703)	(12.608)	-38,9%
	Lucro bruto (R$ milhões)	591	2.410	-75,5%
	Margem bruta (%)	*7%*	*16%*	
América Latina	Receita líquida (R$ milhões)	3.137	4.473	-29,9%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(3.070)	(3.525)	-12,9%
	Lucro bruto (R$ milhões)	67	948	-92,9%
	Margem bruta (%)	*2%*	*21%*	
Aços Especiais	Receita líquida (R$ milhões)	4.777	7.984	-40,2%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(4.384)	(6.497)	-32,5%
	Lucro bruto (R$ milhões)	393	1.487	-73,6%
	Margem bruta (%)	*8%*	*19%*	
Consolidado	**Receita líquida (R$ milhões)**	**26.540**	**41.908**	**-36,7%**
	Custo das vendas (R$ milhões)	**(22.306)**	**(31.228)**	**-28,6%**
	Lucro bruto (R$ milhões)	**4.234**	**10.680**	**-60,4%**
	Margem bruta (%)	***16%***	***25%***	

Obs.: As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e *joint ventures* .

[1] Com vistas a simplificar a análise comparativa da ON Brasil, os valores desta operação contemplam as eliminações e ajustes da receita líquida, do custo das vendas e do lucro bruto consolidados, descritos na Nota Explicativa 26 de informações por segmento.

EBITDA ajustado

A redução do EBITDA ajustado e consequentemente da margem EBITDA de 2008 para 2009 é explicada pelos menores volumes vendidos em todas as operações de negócios, bem como pela menor receita líquida por tonelada vendida na Operação de Negócio América Latina, conforme já mencionado acima na explicação da margem bruta.

EBITDA ajustado por Operação de Negócio		Exercício de 2009	Exercício de 2008	Variação 2009/2008
Brasil	EBITDA (R$ milhões)	2.887	5.272	-45%
	Margem EBITDA (%)	*28%*	*37%*	
América do Norte	EBITDA (R$ milhões)	640	2.491	-74%
	Margem EBITDA (%)	*8%*	*17%*	
América Latina	EBITDA (R$ milhões)	(165)	807	-
	Margem EBITDA (%)	*-5%*	*18%*	
Aços Especiais	EBITDA (R$ milhões)	453	1.454	-69%
	Margem EBITDA (%)	*9%*	*18%*	
Consolidado	**EBITDA (R$ milhões)**	**3.815**	**10.024**	**-62%**
	Margem EBITDA (%)	***14%***	***24%***	

O EBITDA AJUSTADO não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) ou IFRS, e não deve ser considerado com alternativa ao lucro líquido, como indicador de desempenho operacional, como alternativa ao fluxo de caixa operacional, ou como indicador de liquidez. O EBITDA AJUSTADO não possui um significado padrão e a nossa definição de EBITDA AJUSTADO pode não ser comparável com as definições de EBITDA AJUSTADO utilizadas por outras companhias.

Perdas pela não-recuperabilidade de ativos (*Impairment*) e Custos de Reestruturação

As perdas identificadas no ano de 2009 somaram R$ 1,2 bilhão (R$ 1,1 bilhão em perdas pela não recuperabilidade de ativos e R$ 151 milhões em custos de reestruturação), resultante, sobretudo, da redução das expectativas dos resultados operacionais futuros das Operações de Negócio América do Norte e Aços Especiais. Tais perdas foram classificadas da seguinte forma:

Perdas pela não-recuperabilidade de ativos e custos de reestruturação por Operação de Negócio	Exercício de 2009			
(R$ milhões)	América do Norte	América Latina	Aços Especiais	Total
Imobilizado	(166)	(136)	(218)	(520)
Ágio	-	-	(202)	(202)
Intangível	-	-	(304)	(304)
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	-	-	(46)	(46)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(166)	(136)	(770)	(1.072)
Custos de reestruturação	(49)	-	(102)	(151)
Total	**(215)**	**(136)**	**(872)**	**(1.223)**

B. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações cambiais entre o Real, moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e as moedas dos países onde opera.

Por exemplo, a Operação de Negócio América do Norte apura seus resultados em dólares. Consequentemente, oscilações no câmbio entre essa moeda e o Real podem afetar os resultados operacionais da Companhia. O mesmo ocorre com todas as unidades com sede fora do Brasil em relação à taxa de câmbio entre a respectiva moeda local e o real.

Em 2010, a receita líquida consolidada cresceu 18,3% em relação a de 2009 em virtude dos maiores volumes vendidos (+24%), mesmo com a queda de 4,7% na receita líquida por tonelada vendida.

A receita líquida consolidada atingiu R$ 26,5 bilhões em 2009, 36,7% inferior à do exercício de 2008. Contribuíram para esse resultado a redução de 26,8% no volume de vendas físicas e de 13,4% na receita líquida por tonelada vendida.

C. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

A sucata de aço é o principal insumo metálico para as usinas semi-integradas ou mini-mills da Companhia, que correspondeu a 74,6% da produção total de aço bruto em 2010. Apesar de os preços internacionais da sucata metálica serem determinados essencialmente pelos preços da sucata nos Estados Unidos, o principal exportador desse material, os preços da sucata no mercado brasileiro são determinados pela oferta e demanda internas. No Brasil, o preço da sucata de aço varia de região para região e reflete a demanda e os custos de transporte. Os lucros e margens da Companhia poderão cair significativamente caso os preços dos produtos siderúrgicos acabados não acompanhem os aumentos de preço da sucata. Um aumento nos preços da sucata ou sua escassez poderá afetar os custos de produção e levar a uma queda nas receitas e margens operacionais.

O aumento de 16,0% do custo das vendas em 2010 em comparação com 2009 foi resultado do maior volume vendido no período e dos maiores preços das principais matérias-primas. Entretanto, o aumento do custo das vendas foi inferior ao crescimento da receita líquida em virtude da maior diluição dos custos fixos, o que se refletiu na melhora da margem bruta (16,0% em 2009 contra 17,6% em 2010).

No exercício de 2009, o preço dos insumos não foi o principal fator responsável pela redução 59,3% do lucro bruto em relação ao de 2008. Com a maior queda da receita líquida em comparação ao custo das vendas, a margem bruta consolidada reduziu-se de 26,0%, em 2008, para 16,0%, em 2009.

Como parte da dívida consolidada é contratada em moeda estrangeira a partir das empresas do Brasil, qualquer flutuação cambial pode impactar o resultado financeiro da Companhia. A valorização do real frente ao dólar norte-americano (+4,3%) na conversão de saldos de contas do ativo (contas a receber de exportações) e do passivo (principalmente dívidas em dólares contratadas pelas empresas no Brasil, exceto para financiar aquisições de empresas no exterior) em 2010, gerou um ganho de R$ 104,4 milhões no resultado financeiro consolidado. Em 2009, esse efeito foi positivo em R$ 1,1 bilhão e, em 2008, negativo em R$ 1,0 bilhão.

10.3. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

A. Introdução ou alienação de segmento operacional:

A Gerdau passou a apresentar, a partir de 2008, uma nova segmentação dos seus negócios, conforme estabelecido na sua governança corporativa:

- Brasil (Operação de Negócio Brasil) – inclui as operações no Brasil, com exceção de aços especiais;
- América do Norte (Operação de Negócio América do Norte) – inclui todas as operações na América do Norte, exceto as do México e as de aços especiais;
- América Latina (Operação de Negócio América Latina) – inclui todas as operações na América Latina, com exceção do Brasil;
- Aços Especiais (Operação de Negócio Aços Especiais) – inclui as operações de aços especiais no Brasil, na Espanha, nos EUA e na Índia.

A Administração entende que esta nova segmentação não causou efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia. Além disso, não introduziu ou alienou qualquer tipo de segmento operacional diferente do seu negócio relacionado ao mercado de aço.

B. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

A tabela abaixo apresenta as aquisições de participações societárias realizadas durante os três últimos exercícios sociais:

Aquisições do exercício	País	Segmento de Negócio	Conclusão	Valor pago R$ milhões
Aços Villares S.A. (participação adicional de 41,5%)	Brasil	Aços Especiais	Dez/10	1.910
Tamco	EUA	América do Norte	Out/10	283
Gerdau Ameristeel Corporation (aquisição da participação minoritária de 33,7%)	EUA	América do Norte	Ago/10	2.809
Cleary Holdings Corp. (participação adicional de 49,1%)	Colômbia	América Latina	Ago/10	100
Corporación Sidenor, S.A. (participação adicional de 20%)	Espanha	Aços Especiais	Dez/08	674
K.E.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda.	Brasil	Brasil	Dez/08	92
Sand Springs Metal Processors	EUA	América do Norte	Nov/08	37
Metro Recycling Co.	Canadá	América do Norte	Out/08	74
Caños Cordoba	Argentina	América Latina	Out/08	15
Hearon Steel Co.	EUA	América do Norte	Jul/08	22
Cleary Holdings Corp.	Colômbia	América Latina	Jul/08	119
Vicente Gabilondo e Hijos, S.A.	Espanha	Aços Especiais	Jun/08	35
Distribuidora y Comercializadora de Aceros Regionales Ltda. (Barracas Janssen Ltda.)	Chile	América Latina	Mai/08	9
Rectificadora del Vallés	Espanha	Aços Especiais	Mai/08	81
SJK Steel Plant Limited.	Índia	Aços Especiais	Mai/08	84
Century Steel, Inc.	EUA	América do Norte	Abr/08	370
Pacific Coast Steel e Re-Bars Inc. (participação adicional de 29%)	EUA	América do Norte	Abr/08	138
Corporación Centroamericana del Acero S.A.	Guatemala	América Latina	Abr/08	304
Gerdau Macsteel Inc.	EUA	Aços Especiais	Abr/08	2.434
Corsa Controladora , S.A. de C.V.	México	América Latina	Fev/08	258
Diaco S.A. (participação adicional de 40,2%)	Colômbia	América Latina	Jan/08	189
Trefilados Bonati S.A.	Chile	América Latina	Jan/08	12
Total				**10.049**

Todas as aquisições realizadas na tabela acima afetaram o patrimônio e os resultados consolidados da Companhia, especialmente a aquisição da Gerdau Macsteel Inc., nas seguintes linhas dos demonstrativos financeiros do ano de 2008, quando comparados com o ano de 2009, conforme já descrito no item "10.1 letra h":

- Receita líquida de vendas e custo das vendas (Demonstração dos Resultados do Exercício)– principais linhas afetadas desde a data de cada aquisição;

- Aplicações financeiras, contas a receber de clientes, estoques, ágio, imobilizado, fornecedores, empréstimos e financiamentos e imposto de renda e contribuição social diferidos (Balanço Patrimonial) – principais linhas afetadas desde a data de cada aquisição.

C. Eventos ou operações não usuais:

Não ocorreram eventos ou operações não usuais que afetassem significativamente os negócios da Companhia, exceto pelos efeitos de teste de *impairment* e emissão do Bond 2021 pela subsidiária Gerdau Trade Inc.

Impairment

De acordo com o padrão contábil internacional (conhecido como International Financial Reporting Standards – IFRS) estabelecido pelo International Accounting Standards Board – IASB, a Companhia realiza testes de *Impairment* sobre seus ativos em função de revisão de perspectivas de geração de caixa e resultados futuros das operações de negócios.

Em 2010, devido às melhores condições de mercado observadas na Operação de Negócio Aços Especiais, principalmente nos Estados Unidos, os testes de *Impairment* sobre os ativos identificaram ganhos líquidos de R$ 336 milhões no período (R$ 289 milhões após imposto de renda) compostos pelos seguintes efeitos: nos Estados Unidos, houve uma reversão de perdas pela não recuperabilidade de ativos intangíveis no valor de R$ 216 milhões e de imobilizado no montante de R$ 188 milhões; na Espanha, a falta de expectativa da retomada de suas operações resultou em uma perda pela não recuperabilidade de ativos de imobilizado em uma de suas unidades no valor de R$ 68 milhões.

Bond 2021

Em 01/10/2010, a subsidiária Gerdau Trade Inc. concluiu operação financeira de emissão de *bonds* no valor total de US$ 1,25 bilhão e vencimento final em 30/01/2021. As seguintes empresas prestam garantia para esta operação: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Comercial de Aços S.A.. Em 31/12/2010, o saldo de principal nesta operação era de R$ 2.1 bilhões. Parte dos recursos desta emissão foram utilizados para liquidação antecipada dos *bonds* Perpétuos, no valor de US$ 600,0 milhões (R$ 1,0 bilhão na data do resgate). Estas obrigações foram captadas em 15/09/2005 e não tinham vencimento final, sendo que a partir de 22/09/2010, a Gerdau passou a ter o direito de exercer a recompra dos títulos.

10.4. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. Mudanças significativas nas práticas contábeis:

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Companhia passou a preparar suas Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As primeiras Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS foram elaboradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, incluindo informações comparativas para 31 de dezembro de 2006 (a data de transição para o IFRS foi 1º de janeiro de 2006), as quais foram disponibilizadas publicamente pela Companhia através de diferentes meios, incluindo sua página na internet, publicação em jornais no Brasil, arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo fornecimento em um formulário 6-K para a United States Securities and Exchange Commission (SEC).

A Companhia alterou sua base de divulgação financeira para fins de arquivamento de suas demonstrações financeiras consolidadas na SEC, dos Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos (US GAAP) para o IFRS emitido pelo IASB, iniciando com as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em conjunto com a alteração na base de divulgação financeira dos US GAAP para IFRS emitidos pelo IASB, a Companhia também alterou a moeda de apresentação de dólar norte-americano, previamente usada em nossas demonstrações financeiras em US GAAP para Reais brasileiros.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2010 e de 2009 foram preparadas de acordo com *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e estão aderentes as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2010, a Companhia informa que não houveram alterações de práticas contábeis. Com a adoção do CPC, as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) passaram a ser convergentes à norma contábil internacional, e dessa forma, não existe nenhuma diferença entre o Patrimônio Líquido e lucro líquido apresentados entre BRGAAP e IFRS.

B. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2010, a Companhia informa que não houveram alterações de práticas contábeis.

C. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Não há.

10.5. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL, ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários, e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

I) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto: (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações freqüentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

A. Imposto de renda e contribuição social diferidos:

O método do passivo (conforme o conceito descrito no IAS 12 - *liability method*) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável com base em lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

B. Benefícios de pensão e pós-emprego:

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no período em que eles ocorrem e são registrados na demonstração dos resultados abrangentes.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;
ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
iii) Ganhos e perdas referentes a redução (*curtailment*) e liquidação (*settlement*) nos planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a redução ou liquidação ocorre ou é provável e são embasados em avaliação atuarial feita por atuários independentes.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

C. Passivos ambientais:

A Companhia registra provisão ajustada a valor presente para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação de áreas impactadas. A Companhia possui uma equipe de profissionais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais com base em custos de reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia estimativas significativas, e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra como passivo circulante e passivo não-circulante na conta “Provisão para passivos ambientais”, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

D. Valorização de instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo na data das Demonstrações Financeiras, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas junto aos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros no Brasil causou, em certos períodos, mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, gerando variações significativas no valor de mercado dos *swaps* e outros

instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

E. Vida útil de ativos de longa duração:

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

F. Valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos não cotados:

A Companhia contratou instrumentos financeiros relativos a algumas das aquisições, que envolvem compromissos na aquisição de ações de acionistas não-controladores das empresas adquiridas, ou concedeu opções de venda a alguns acionistas não-controladores para venderem suas ações à Companhia. Esses instrumentos financeiros derivativos estão registrados no balanço patrimonial da Companhia na conta "Obrigações por compra de ações", e a determinação desse valor envolve uma série de estimativas que podem ter impacto significativo no resultado final do cálculo. A Companhia estima o valor de mercado das empresas cujas ações a Companhia tem compromisso de aquisição utilizando os critérios estabelecidos em cada contrato, os quais estão alinhados com as práticas observadas no mercado para valorização de instrumentos não cotados.

G. Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios:

Durante os últimos anos, a Companhia realizou algumas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3, aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, a Companhia deve alocar o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação inclui estimativa de fluxo de caixa descontado ou taxas de desconto e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

H. Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa:

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, em dezembro.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados para unidades com ágio alocado e comparando o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. Em dezembro de 2010, a Companhia realizou testes de recuperabilidade de ágios para todos os seus segmentos operacionais, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro, plano de investimentos e previsões econômico financeiras de longo prazo.

Os testes realizados não identificaram a necessidade de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ágios, bem como para outros ativos com vida útil indefinida.

O ágio que forma parte de um investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado não é reconhecido separadamente e não é testado quanto a perdas pela não recuperabilidade separadamente. Em vez disso, a quantia total registrada do investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado é testada quanto a perdas pela não recuperabilidade como um único ativo, comparando a sua quantia recuperável (o mais elevado do valor de uso e o valor justo menos os custos de vendas) com o montante total registrado. Uma perda pela não recuperabilidade registrada nessas circunstâncias não é atribuída a nenhum ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento na associada ou entidade conjuntamente controlada. Assim, qualquer reversão dessa perda por *impairment* é reconhecida na medida em que a quantia recuperável do investimento aumente subsequentemente.

O ágio originado a partir de combinações de negócios tem a sua recuperabilidade avaliada anualmente, sendo antecipada se os eventos ou circunstâncias indicarem a necessidade de antecipação do teste, e utiliza práticas de mercado geralmente aceitas, incluindo fluxo de caixa descontado e compara o valor de livros com o valor recuperável dos ativos. A reversão das perdas pela não recuperabilidade anteriormente contabilizadas no ágio originado da combinação de negócios não é permitido. Em dezembro de cada ano, a empresa realiza testes de não recuperabilidade de todos os seus segmentos operacionais, que representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado pela administração.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A determinação do valor justo dos segmentos de negócio da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação mundial da economia acontecer em uma velocidade inferior a prevista por ocasião da preparação das Demonstrações Financeiras para dezembro de 2010.

10.6. COM RELAÇÃO AOS CONTROLES INTERNOS ADOTADOS PARA ASSEGURAR A ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONFIÁVEIS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

O controle interno da Companhia sobre os Relatórios Financeiros é um processo que visa fornecer razoável segurança a respeito da confiabilidade dos relatórios financeiros e da preparação das Demonstrações Financeiras para finalidades externas de acordo com princípios de contabilidade amplamente aceitos.

Não houve mudanças significativas nos controles internos da Companhia no que diz respeito aos relatórios financeiros do período que esse relatório abrange e que afetassem, significativamente, ou teriam uma provável possibilidade de afetar os controles internos da Companhia de seus relatórios financeiros.

A Administração acredita que a concepção e a operação dos controles e procedimentos de divulgação de informações da Companhia são eficazes para assegurar as informações solicitadas e divulgadas nos relatórios da Companhia.

B. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

O estudo e a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia, conduzido pelos auditores independentes, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, foi efetuado com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação, efetuado na extensão e com o objetivo antes mencionados, foram feitas à Companhia sugestões de aprimoramento dos controles internos. Na avaliação da Administração, nenhuma das sugestões feitas pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7. CASO O EMISSOR TENHA FEITO OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados:

Em 03 de março de 2008, foi aprovada oferta pública de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Gerdau S.A., com conclusão em abril do mesmo ano. Foram ofertadas 48,1 milhões de ações, além da emissão de 4,1 milhões de ações para satisfazer a opção de "*Greenshoe*" pelos bancos coordenadores totalizando R$ 2,9 bilhões. O preço definido em "bookbuilding" foi de R$ 60,3 por ação de Gerdau S.A. A oferta teve como objetivo recompor a liquidez das empresas Gerdau em face das diversas aquisições realizadas em 2007 e 2008, especialmente a Chaparral, segunda maior produtora de aços estruturais da América do Norte, e a Macsteel, maior produtora de aços especiais (*Special Bar Quality - SBQ*) nos EUA.

B. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não houve desvios relevantes.

C. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não houve desvios relevantes, conforme mencionado no item 10.7 "letra B".

10.8. OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

A. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. Contratos de construção não terminada

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui operações relevantes, tais como contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos além das operações já refletidas nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas conforme a seguir:

A Companhia é garantidora da associada Industrias Nacionales C. por A. em contrato com o Banco BNP Paribas para financiar obra civil e equipamentos auxiliares no valor de US$ 25.000 (R$ 41.655 em 31/12/2010). A Companhia também é garantidora da mesma associada em contrato com o Banco BNP Paribas para financiar 85% dos equipamentos principais no limite de até US$ 34.935 (R$ 58.209 em 31/12/2010), sendo que, em 31/12/2010, o valor utilizado era de US$ 32.878 (R$ 54.781).

A Companhia é avalista da associada Dona Francisca Energética S.A., em contratos de financiamento, no valor total atual de R$ 30.795 em 31/12/2010, pela quota parte correspondente de 51,82% em garantia solidária.

A Companhia presta garantia referente linha de capital de giro para associada Gerdau Corsa SAPI de C.V., com o banco BBVA, no valor de US$ 44.500 (R$ 74.146 em 31/12/2010).

B. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.9. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.8, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não aplicável.

B. Natureza e o propósito da operação:

Não aplicável.

C. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não aplicável.

10.10. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTES TÓPICOS:

A. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

De acordo com a política de divulgação da Companhia, o plano de investimentos em ativo imobilizado para o período de 2011 a 2015 está estimado em R$ 10,8 bilhões, e contempla investimentos estratégicos e para manutenção, conforme tabela a seguir:

Plano de Investimentos - Principais Projetos	Localização	Capacidade adicional de laminação (1.000 t)	Início operação
ON Brasil			
Ampliação do laminador de perfis estruturais em Ouro Branco-MG	Brasil	160	2011
Laminadores de planos (chapas grossas e bobina a quente) em Ouro Branco-MG	Brasil	1.900	2012
Aumento de capacidade em mineração para 7 milhões de toneladas	Brasil	-	2012
Laminador de fio-máquina e vergalhões em Santa Cruz-RJ[1]	Brasil	600	2012
Unidades de corte e dobra e produtos de aço prontos para o uso	Brasil	-	2012
ON América do Norte			
Forno de reaquecimento em Calvert City	EUA		2012
ON América Latina			
Instalação portuária (para embarque de carvão e coque)	Colômbia	-	2012
ON Aços Especiais			
Novo lingotamento contínuo com aumento da capacidade da aciaria	EUA	200	2012
Laminador de aços especiais e vergalhões, sinterização e geração de energia[2]	Índia	300	2012
Laminador de aços especiais	Brasil	500	2012

1Para atender esse laminador, a Gerdau reativará sua aciaria de 600 mil toneladas de capacidade de aço bruto localizada em Santa Cruz-RJ

2 Por se tratar de uma *Joint Venture* a capacidade não será considerada no consolidado.

Obs,: A efetiva realização destes investimentos projetados está sujeita a diversos fatores, razão pela qual os investimentos, datas e valores descritos neste item são meramente indicativos.

Estão ainda no plano da Companhia os seguintes investimentos:

- Brasil: Na fase 2 haverá uma capacidade de laminação adicional de 500 mil toneladas em Santa Cruz-RJ

- Peru: Modernização da aciaria e aprimoramento da estrutura logística portuária e das tecnologias de proteção ambiental nessa unidade

- Estados Unidos: Sistema de despoeiramento de aciaria na Tamco.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos:

Por política de captação, a Gerdau procura financiar seus investimentos utilizando normalmente recursos de bancos locais de fomento de cada país onde opera e de bancos internacionais com o apoio de agências governamentais de crédito de exportação para fornecimento de equipamentos de outros países.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

B. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Após concluir recentemente a expansão da sua usina siderúrgica de Ouro Branco (MG) para 4,5 milhões de toneladas/ano de capacidade instalada de aço bruto, a Gerdau comunicou mais um novo investimento na mesma unidade: a instalação de um laminador de bobinas a quente, o primeiro da empresa no Brasil. Dessa forma, serão implantados dois novos laminadores de aços planos em Ouro Branco, um voltado para a produção de chapas grossas e outro para a fabricação de bobinas a quente. Juntos, os equipamentos somam uma capacidade instalada de 1,9 milhão de toneladas por ano. Os principais equipamentos já foram adquiridos e a previsão de início da operação dos laminadores é 2012.

C. Novos produtos e serviços, indicando:

A Companhia não possui no seu plano de investimentos aplicações em novos produtos e serviços.

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os itens *i, ii, iii e iv* não se aplicam conforme indicado acima.

10.11. COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO:

Não existem outros fatores que influenciaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11. PROJEÇÕES

11.1 AS PROJEÇÕES DEVEM IDENTIFICAR:

Não é prática da Companhia divulgar projeções.

Nas publicações periódicas, a Companhia tem por prática traçar comentários sobre as perspectivas dos impactos da economia nas suas Operações de Negócio, considerando as diversas geografias em que a Gerdau atua. Contudo, essas perspectivas não envolvem divulgações quantitativas.

A. Objeto da projeção:

B. Período projetado e o prazo de validade da projeção:

C. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle:

D. Valores dos indicadores que são objeto da previsão:

11.2. NA HIPÓTESE DE O EMISSOR TER DIVULGADO, DURANTE OS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, PROJEÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DE SEUS INDICADORES:

Não é prática da Companhia divulgar projeções sobre a evolução de seus indicadores.

A. Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário:

B. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções:

C. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas:

12. ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.1. DESCREVER A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO EMISSOR, CONFORME ESTABELECIDO NO SEU ESTATUTO SOCIAL E REGIMENTO INTERNO, IDENTIFICANDO:

A. Atribuições de cada órgão e comitê

Sem prejuízo de outras atribuições legais, seguem as competências de cada órgão e comitês.

Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios sociais; b) zelar pela integridade, valores éticos e pelo atendimento das leis e normas reguladoras às quais a Companhia se submeta; c) aprovar o planejamento estratégico, bem como o respectivo plano de execução da Companhia; d) supervisionar o desenvolvimento da arquitetura de gerenciamento de risco; e) aprovar os programas de expansão e de investimentos, considerando os riscos envolvidos e retornos esperados; f) aprovar o orçamento de capital e as decisões individuais de investimentos relevantes; g) definir a política que orientará as relações com investidores e mercado de capitais; h) estabelecer critérios para o controle do desempenho empresarial da Companhia; i) eleger e destituir os Diretores da Companhia, dar lhes substitutos em caso de vacância, fixar lhes as atribuições e avaliar seus desempenhos; j) estabelecer a remuneração individual dos administradores da Companhia, caso a Assembléia Geral tenha fixado montante global, e propor à Assembléia deliberar a participação dos mesmos nos lucros sociais, observado o que, a respeito, dispõem a lei e o estatuto; k) aprovar alterações relevantes na estrutura organizacional da Companhia, necessárias ao suporte às estratégias definidas; l) fiscalizar a gestão dos negócios sociais pelos Diretores e zelar pelo estrito cumprimento das decisões dos órgãos da Companhia; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; m) deliberar sobre a convocação da Assembléia Geral; n) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria; o) escolher e destituir os auditores independentes; p) autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão; q) autorizar a emissão de títulos de crédito para distribuição pública, inclusive debêntures, nos termos art. 59, § 1º, da Lei nº 6.404 de 15.12.1976; r) autorizar o pagamento de juros a título de remuneração do capital próprio, bem como sua integração ao valor dos dividendos do exercício; s) autorizar a participação em outras sociedades, bem assim, a formação de consórcios, "joint ventures" e alianças estratégicas, no País e no exterior; t) fixar diretrizes a serem observadas pelos representantes da Companhia em quaisquer reuniões de grupo de controle e ou de quotistas ou Assembléias Gerais de empresas coligadas ou controladas, ou outras que envolvam consórcios, "joint ventures" ou alianças estratégicas de que a Companhia participe; u) fixar periodicamente critérios de valor envolvido, tempo de duração, extensão de efeitos e outros, pelos quais determinados atos societários, inclusive empréstimos ativos ou passivos, só possam ser praticados por um ou mais dentre os membros da Diretoria, ou após sua prévia autorização ou do Comitê Executivo; v) autorizar a prática de atos que impliquem em alienar, mesmo fiduciariamente, ou onerar bens sociais do ativo permanente, inclusive hipotecar, empenhar, caucionar, dar em anticrese, dar aval ou fiança, confessar, renunciar a direito, transigir, acordar, estabelecer ainda, quando julgar conveniente, quais dentre os membros da Diretoria deverão praticar o ato autorizado; w) autorizar, enquanto não estabelecidos os critérios a que se refere a letra u supra, a tomada de empréstimos pela Companhia, bem como a concessão de empréstimos ou outros créditos, inclusive a funcionários e membros dos órgãos sociais; x) fortalecer e zelar pela imagem institucional da Companhia; y) deliberar sobre a prática de qualquer ato de gestão extraordinária não compreendido na competência privativa da Assembléia Geral.

O Conselho de Administração conta com o apoio de Comitês de Assessoramento, que têm por função avaliar e fazer recomendações sobre os temas de competência de cada um dos colegiados. Os Comitês, que foram constituídos por deliberação do próprio Conselho de Administração, são: o Comitê de Estratégia, o Comitê de Governança Corporativa e o Comitê de Remuneração e Sucessão.

Comitê de Estratégia: compete apoiar o Conselho de Administração na formulação das diretrizes estratégicas gerais da Organização; recomendar ao Conselho de Administração políticas e diretrizes de negócio por linha de produto e mercado; opinar sobre o programa de investimentos apresentado anualmente e recomendar sua aprovação; opinar sobre propostas de fusões e aquisições, acompanhar o ambiente político, econômico e social sob a ótica dos negócios do Grupo, bem como as tendências da indústria siderúrgica e avaliar os impactos destes sobre o desenvolvimento dos negócios da Companhia, entre outras atividades.

Comitê de Governança Corporativa: tem, entre outras funções, a de manter-se atualizado quanto às tendências e benchmarks da Governança Corporativa; avaliar as recomendações dos agentes dos

mercados de capitais e financeiros e de órgãos especializados; recomendar ao Conselho de Administração princípios e diretrizes de Governança Corporativa; revisar e opinar sobre as informações atinentes à Governança Corporativa constantes dos documentos oficiais da Companhia destinados à divulgação ao mercado e avaliar o desempenho do Conselho de Administração como um todo.

Comitê de Remuneração e Sucessão: tem como principais funções a recomendação de políticas para seleção, retenção e sucessão dos diretores e executivos estratégicos da companhia; a avaliação dos planos de remuneração variável, benefícios e aposentadorias de diretores e executivos estratégicos; a avaliação sobre reajustes salariais gerais, definição dos valores globais de remunerações variáveis e outorga de planos de opção de compra de ações (*stock options)*; bem como a revisão e monitoramento do programa de capacitação dos diretores e executivos estratégicos, sugerindo alternativas para o seu desenvolvimento profissional, revisar estratégias de recursos humanos da Companhia e suas políticas de benefícios em geral, participar do processo de avaliação dos membros do Comitê Executivo da Companhia.

Diretoria: Compete à Diretoria praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social e a responsabilidade pela adequada execução das deliberações dos órgãos sociais. Compete, ainda, aos Diretores, representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes e as deliberações tomadas pelos órgãos sociais.

Comitê Executivo: Incumbe ao Comitê Executivo elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração o planejamento estratégico, da Companhia, e seu respectivo plano de execução, bem como seus programas de expansão e investimentos; o portfólio de negócios da Companhia; propostas de alterações relevantes na estrutura organizacional da Companhia, necessárias ao suporte às estratégias definidas pelo Conselho de Administração; estabelecer as diretrizes básicas da ação executiva dos Diretores, e zelar pelo estrito cumprimento das mesmas; fixar a estrutura administrativa da Companhia, obedecida a atribuição de funções dos Diretores; definir e sistematizar os processos e operações, aprovar suas políticas, estratégias e diretrizes, avaliando o respectivo desempenho por seus titulares, o grau de excelência alcançado e as técnicas de gestão empregadas; estabelecer as políticas e práticas de remuneração de recursos humanos, inclusive participação nos lucros ou resultados; orientar e prover a capacitação e desenvolvimento profissional aos executivos estratégicos, bem como cuidar de seus planos de sucessão; dar cumprimento às metas estabelecidas pelo Conselho de Administração, submetendo-lhe os resultados obtidos; submeter ao Conselho de Administração programas de expansão ou investimentos e responder pelos respectivos resultados; autorizar a captação de recursos, contratação de empréstimos e financiamentos, no País ou no exterior, inclusive mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, obedecidas as disposições legais pertinentes e o que, a respeito, vier a ser estabelecido pelo Conselho de Administração; autorizar a prática de atos gratuitos razoáveis em benefício dos empregados ou das comunidades de que participe a Companhia, inclusive doação de bens inservíveis, tendo em vista suas responsabilidades sociais; acompanhar e controlar as atividades das empresas coligadas e controladas da Companhia; instruir os representantes da Companhia nas reuniões de grupo de controle e de quotistas e nas Assembléias Gerais das empresas coligadas e controladas, em conformidade com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração; autorizar a abertura de sucursais, filiais, agências e escritórios; promover o intercâmbio de experiências e máxima sinergia entre os processos e operações da Companhia; disseminar os valores e a cultura da Companhia para todos os níveis funcionais; zelar e responder pela imagem institucional da Companhia; resolver os casos omissos, desde que não compreendidos na competência da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal: as atribuições do Conselho Fiscal são aquelas atribuídas ao órgão por lei.

Adicionalmente, nos termos do estatuto social, compete ao Conselho Fiscal: a) receber e apurar reclamações, denúncias ou irregularidades; b) opinar sobre proposta de contratação ou destituição de auditor externo; c) opinar sobre quaisquer serviços a serem prestados à Companhia pelo auditor externo; d) opinar sobre os trabalhos conduzidos pela auditoria externa; e) auxiliar na solução de divergências entre administradores e auditores; e f) opinar sobre os controles internos da contabilidade e da auditoria.

B. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês:

O Conselho Fiscal funciona em caráter permanente, conforme estatuto social.

O Comitê Executivo foi criado mediante reforma estatutária deliberada em 26 de julho de 2002.

O Comitê de Governança Corporativa existe desde 2008.

O Comitê de Remuneração e Sucessão existe desde 2004.

O Comitê de Estratégia existe desde 2006.

C. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

Conselho de Administração: a atuação do Conselho de Administração enquanto órgão é avaliada pelo Comitê de Governança Corporativa, vinculado ao Conselho de Administração. O resultado da avaliação, posteriormente, é objeto de ratificação pelo próprio Conselho de Administração.

O Comitê de Governança Corporativa é formado por membros do Conselho de Administração, mas cada membro tem absoluta liberdade para opinar sobre os temas trazidos à apreciação do órgão. Avalia o Conselho como um todo, porém não adentra na avaliação individual de cada membro, a qual é efetuada nos termos do que dispõe o item 12.1 E deste formulário de referência. A avaliação do Comitê de Governança Corporativa influencia, embora parcial e indiretamente, na remuneração variável dos membros do Conselho, na medida em que é levada em conta por este último, em conjunto com outros fatores, para definir os valores correspondentes.

No entender da Companhia, o fato de o Comitê de Governança ter em sua composição membros do próprio Conselho de Administração não invalida ou macula a avaliação realizada. Em se tratando de Conselho de Administração, esse método é, provavelmente, o mais fidedigno. Isto porque uma avaliação totalmente independente teria que ser feita por pessoas não ligadas ao órgão, que não conhecem do negócio nem participam das reuniões e tomadas de decisão. Consideramos, assim, que o método de avaliação utilizado na Gerdau é válido e adequado.

Comitê Executivo/Diretoria: a atuação do Comitê Executivo, que atualmente possui a mesma formação da Diretoria, é avaliada pelo Conselho de Administração, em reunião da qual não participam os conselheiros que também fazem parte daquele órgão.

D. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

O Diretor Presidente preside o Comitê Executivo e é responsável pela condução geral dos negócios de acordo com os planos e programas aprovados pelo Conselho de Administração, devendo voltar-se ao direcionamento estratégico da Companhia, pelo acompanhamento de seus resultados e pelo reporte destes ao Conselho de Administração. Nessa função será o representante da Companhia frente aos diversos públicos e, nas responsabilidades de relacionamento e políticas institucionais.

O Diretor Geral de Operações atua em conjunto com o Diretor Presidente para o desenvolvimento e realização dos objetivos da Companhia e exerce a coordenação operacional dos diversos negócios, buscando maximizar sinergias e resultados, substituindo, ainda, o Diretor Presidente nas suas ausências e impedimentos.

Os Diretores sem designação especial exercerão as atribuições que lhe forem designadas pelo Comitê Executivo.

E. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria:

Membros do Conselho de Administração: a avaliação da atuação dos membros do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento do Conselho é realizada pelo presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Membros do Comitê Executivo/Diretoria: a avaliação dos membros do Comitê Executivo, que atualmente possui a mesma formação da Diretoria, é realizada pelo presidente do órgão. Posteriormente, o

resultado da avaliação é objeto de ratificação por parte do Comitê de Remuneração e Sucessão vinculado ao Conselho de Administração e, por fim, é ratificada pelo próprio Conselho de Administração.

Diretor Presidente e Diretor Geral de Operações: a avaliação da atuação do Diretor Presidente e do Diretor Geral de Operações é realizada pelo Comitê de Remuneração do Conselho de Administração e retificada pelo Conselho de Administração, em reunião da qual não participam os diretores avaliados.

12.2. DESCREVER AS REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS, INDICANDO:

A. Prazos de convocação:

O prazo e forma de convocação das assembleias observa as disposições do art. 124 da Lei nº 6.404/76.

B. Competências:

As assembleias terão competência para deliberarem sobre todos os negócios relativos ao objeto social da Companhia, nos termos do art. 121 da Lei nº 6.404/76.

C. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Endereço físico: Av. Farrapos 1811, Floresta, Porto Alegre, RS.

E-mail: acionistas@gerdau.com.br

D. Identificação e administração de conflitos de interesses:

A identificação e administração de conflitos de interesses observa os termos da legislação em vigor.

E. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

A solicitação de procurações pela administração observa os termos da legislação em vigor. Não houve pedido de procuração pela administração na última assembleia geral da Companhia.

F. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

Para tomar parte na Assembleia Geral,os acionistas que se farão representar por procuradores deverão encaminhar procurações lavradas por instrumento público ou com firmas reconhecidas aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, na forma do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia não aceita procurações outorgadas por meio eletrônico.

G. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias:

A Companhia mantém endereço na rede mundial de computadores, através do qual recebe comentários dos acionistas, inclusive sobre as pautas das assembleias. Segue endereço: http://www.gerdau.com.br/investidores/Default.aspx.

H. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembléias:

Não há transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

I. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas:

Não há mecanismo específico destinado a essa função.

12.3. EM FORMA DE TABELA, INFORMAR AS DATAS E JORNAIS DE PUBLICAÇÃO:

A. Do aviso aos acionistas comunicando a disponibilização das demonstrações financeiras:

A Companhia foi dispensada da publicação em questão, nos últimos 3 exercícios sociais, nos termos do art. 133, parágrafo 5º, da Lei 6.404/76.

B. Da convocação da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras:

C. Da ata da assembleia geral ordinária que apreciou as demonstrações financeiras:

D. Das demonstrações financeiras:

Publicações em 2008, referentes às demonstrações financeiras do exercício social de 2007.

	Diário Oficial do Rio de Janeiro	Jornal do Commercio do Rio de Janeiro	Gazeta Mercantil, SP
B.	11, 14 e 15 de abril de 2008	11, 14 e 15 de abril de 2008	11, 14 e 15 de abril de 2008
C.	21 de maio de 2008	21 de maio de 2008	21 de maio de 2008
D.	24 de fevereiro de 2008	24 de fevereiro de 2008	24 de fevereiro de 2008

Publicações em 2009, referentes às demonstrações financeiras do exercício social de 2008.

	Diário Oficial do Rio de Janeiro	Jornal do Commercio do Rio de Janeiro	Gazeta Mercantil, SP
B.	13, 14 e 15 de abril de 2009	13, 14 e 15 de abril de 2009	13, 14 e 15 de abril de 2009
C.	28 de maio de 2009	28 de maio de 2009	28 de maio de 2009
D.	20 de fevereiro de 2009	20 de fevereiro de 2009	20 de fevereiro de 2009

Publicações em 2010, referentes às demonstrações financeiras do exercício social de 2009.

	Diário Oficial do Rio de Janeiro	Jornal do Commercio do Rio de Janeiro	Valor Econômico, SP
B.	12,13 e 14 de abril de 2010	12,13 e 14 de abril de 2010	12,13 e 14 de abril de 2010
C.	21 de maio de 2010	21 de maio de 2010	21 de maio de 2010
D.	11 de março de 2010	11 de março de 2010	11 de março de 2010

12.4. DESCREVER AS REGRAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS RELATIVAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, INDICANDO:

A. Frequência das reuniões:

De acordo com o estatuto social, o Conselho de Administração reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem e, pelo menos, a cada seis meses. Nos quatro últimos exercícios o Conselho de Administração se reuniu, em média, vinte e duas vezes ao ano.

B. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho:

Não há acordo de acionistas.

C. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

As regras relativas à identificação e administração de conflitos de interesses estão previstas no Código de Ética da Companhia.

O Código de Ética da empresa possui uma sessão sobre conflitos de interesse, onde instrui os Colaboradores a buscar orientação internamente sobre as situações de possíveis conflitos e impõe diretrizes que devem ser constantemente observadas pelos Colaboradores de modo a evitar tais situações de conflito.. Adicionalmente, aborda alguns casos que tipicamente geram conflitos de interesses, como atividades particulares ou profissionais externas. Exemplificativamente, dispõe: “Todos os Colaboradores informam aos seus superiores quando alguma atividade particular possa interferir ou conflitar com os interesses da Empresa, esclarecendo sua natureza e extensão.” A mesma regra é aplicável aos administradores quando participam de deliberações sobre matérias em que há conflitos de interesse, que informam aos seus pares eventual conflito existente, abstendo-se o conflitado de votar nessas matérias.

Além disso, a empresa está sujeita a disposições legais sobre conflito de interesses, que são observadas.

12.5. SE EXISTIR, DESCREVER A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA INSERIDA NO ESTATUTO PARA A RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS ENTRE ACIONISTAS E ENTRE ESTES E O EMISSOR POR MEIO DE ARBITRAGEM:

Não há cláusula compromissória nesse sentido.

12.6. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, INDICAR, EM FORMA DE TABELA:

Conselho de Administração

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data Eleição/Posse	Prazo Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador
Jorge Gerdau Johannpeter	8/12/1936	Advogado	000.924.790-49	Presidente	28/4/2010	Assembleia Geral Ordinária de 2011	Não se aplica	Sim
Germano Hugo Gerdau Johannpeter	30/5/1932	Industrial	000.924.010-15	Vice-Presidente	28/4/2010	Assembleia Geral Ordinária de 2011	Não se aplica	Sim
Klaus Gerdau Johannpeter	23/6/1935	Engenheiro	000.924.520-00	Vice-Presidente	28/4/2010	Assembleia Geral Ordinária de 2011	Não se aplica	Sim
Frederico Carlos Gerdau Johannpeter	8/10/1942	Administrador Empresas	000.915.530-91	Vice-Presidente	28/4/2010	Assembleia Geral Ordinária de 2011	Não se aplica	Sim
André Bier Gerdau Johannpeter	17/3/1963	Administrador Empresas	404.841.220-53	Conselheiro	28/4/2010	Assembleia Geral Ordinária de 2011	Diretor-presidente (CEO)	Sim
Claudio Johannpeter	25/8/1963	Engenheiro	404.840.330-34	Conselheiro	28/4/2010	Assembleia Geral Ordinária de 2011	Diretor-geral de Operações (COO)	Sim
Affonso Celso Pastore	19/6/1939	Economista	011.327.848-91	Conselheiro	28/4/2010	Assembleia Geral Ordinária de 2011	Não se aplica	Sim
André Pinheiro De Lara Resende	24/4/1951	Economista	334.600.437-68	Conselheiro	28/4/2010	Assembleia Geral Ordinária de 2011	Não se aplica	Sim
Oscar De Paula Bernardes Neto	5/8/1946	Engenheiro Químico	037.057.307-20	Conselheiro	28/4/2010	Assembleia Geral Ordinária de 2011	Não se aplica	Não

Diretoria Estatutária

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data Eleição/Posse	Prazo Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador
André Bier Gerdau Johannpeter	17/3/1963	Administrador Empresas	404.841.220-53	Diretor-presidente (CEO)	4/5/2010	30/4/2011	Conselheiro	Sim
Claudio Johannpeter	25/8/1963	Engenheiro	404.840.330-34	Diretor-geral de Operações (COO)	4/5/2010	30/4/2011	Conselheiro	Sim
Alfredo Huallem	31/5/1946	Engenheiro	107.120.467-04	Vice-Presidente	4/5/2010	30/4/2011	Não se aplica	Sim
Expedito Luz	29/9/1951	Advogado	148.672.220-20	Vice-Presidente	4/5/2010	30/4/2011	Não se aplica	Sim
Manoel Vitor de Mendonça Filho	12/2/1957	Engenheiro	317.555.936-00	Vice-Presidente	4/5/2010	30/4/2011	Não se aplica	Sim
Mario Longhi Filho	23/5/1954	Engenheiro	021.145.078-23	Vice-Presidente	4/5/2010	30/4/2011	Presidente e CEO da Gerdau Ameristeel	Sim
Osvaldo Burgos Schirmer	22/8/1950	Administrador Empresas	108.187.230-68	Vice-Presidente e de Rel com Investidores	4/5/2010	30/4/2011	Não se aplica	Sim
Paulo Fernando Bins de Vasconcellos	28/2/1945	Engenheiro	012.349.000-68	Vice-Presidente	4/5/2010	30/4/2011	Não se aplica	Sim

Conselho Fiscal

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data Eleição/Posse	Prazo Mandato	Outros Cargos Exercidos	Eleito pelo Controlador
Carlos Roberto Schroder	19/2/1940	Contador	006.145.800-72	Conselheiro Fiscal Efetivo	28/4/2010	1 ano	Não se aplica	Sim
Egon Handel	20/10/1939	Contador	029.279.850-49	Conselheiro Fiscal Efetivo	28/4/2010	1 ano	Não se aplica	Sim
Maria das Graças Conceição Machado Costa	2/5/1948	Bancária e economiária	058.564.934-00	Conselheiro Fiscal Efetivo	28/4/2010	1 ano	Não se aplica	Não
Domingos Matias Urroz Lopes	26/11/1937	Engenheiro	001.608.730-53	Conselheiro Fiscal Suplente	28/4/2010	1 ano	Não se aplica	Sim
Eduardo Grande Bittencourt	3/3/1938	Contador	003.702.400-06	Conselheiro Fiscal Suplente	28/4/2010	1 ano	Não se aplica	Sim
Kurt Lowenhaupt	29/9/1950	Bancário e economiário	065.039.500-04	Conselheiro Fiscal Suplente	28/4/2010	1 ano	Não se aplica	Não

12.7. FORNECER AS INFORMAÇÕES MENCIONADAS NO ITEM 12.6 EM RELAÇÃO AOS MEMBROS DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, BEM COMO DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, AINDA QUE TAIS COMITÊS OU ESTRUTURAS NÃO SEJAM ESTATUTÁRIOS:

O único comitê estatutário da Gerdau S.A. é o Comitê Executivo cujos membros são os mesmos da Diretoria.

Abaixo seguem comitês não estatutários:

Participam do Comitê de Remuneração e Sucessão:

- Frederico Carlos Gerdau Johannpeter
- Oscar de Paula Bernardes Neto
- Affonso Celso Pastore

Participam do Comitê de Estratégia:

- Jorge Gerdau Johannpeter
- Germano Hugo Gerdau Johannpeter
- Klaus Gerdau Johannpeter
- Frederico Carlos Gerdau Johannpeter
- André Bier Gerdau Johannpeter
- Claudio Johannpeter

Participam do Comitê de Governança Corporativa:

- Jorge Gerdau Johannpeter
- Frederico Carlos Gerdau Johannpeter
- André Pinheiro de Lara Resende
- Oscar de Paula Bernardes Neto

12.8. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, FORNECER:

A. Currículo, contendo as seguintes informações:

i. Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- *Nome da empresa*
- *Cargo e funções inerentes ao cargo*
- *Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor*

ii. Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Conselho de Administração

JORGE GERDAU JOHANNPETER

- Formação: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 1961.

- Experiência Profissional: é presidente do Conselho de Administração da Gerdau. Assumiu o cargo de diretor-presidente da Empresa em 1983, até dezembro de 2006. É presidente fundador do Movimento Brasil Competitivo (MBC) e Coordena a Ação Empresarial. Atua também como presidente do Conselho de Governança do Movimento Todos Pela Educação, preside a Fundação Iberê Camargo, o Conselho da Fundação Bienal do MERCOSUL e é membro do Conselho da Fundação Bienal de São Paulo. Também é membro do Conselho do Instituto Aço Brasil (IABr), do qual foi presidente durante duas gestões. Faz parte do Conselho de Administração e Comitê de Sucessão e Remuneração da Petrobras, do Conselho Superior Estratégico da Fiesp, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do Governo Federal e do Conselho da Parceiros Voluntários. A partir de 2009, passou a integrar o conselho consultivo do escritório brasileiro do David Rockfeller Center for Latin American Studies, mantido pela Universidade de Harvard.

GERMANO HUGO GERDAU JOHANNPETER

- Formação escolar: É formado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas.

- Experiência Profissional: trabalha no Grupo Gerdau desde 1951. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e desde 1973 é membro do Conselho de Administração. Em 2002, sob a nova estrutura de governança corporativa, tornou-se Vice-Presidente do Conselho de Administração. Germano Hugo Gerdau Johannpeter também (i) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, *holding* do Grupo Gerdau cuja principal atividade consiste na manufatura de produtos siderúrgicos em geral e que detém participação superior a 5% no capital social da Gerdau S.A.; e (ii) Vice-Presidente do Conselho de Administração da Seiva S.A. - Florestas e Indústrias, companhia que faz parte do mesmo grupo econômico da Gerdau S.A. cuja atividade principal consiste na produção de madeira serrada de forma sustentável para as indústrias de móveis, celulose e aço.

KLAUS GERDAU JOHANNPETER

- Formação escolar: É formado em Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Experiência Profissional: trabalha no Grupo Gerdau desde 1954. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e desde 1973 é membro do Conselho de Administração. Em 2002, sob a nova estrutura de governança corporativa, tornou-se Vice-Presidente do Conselho de Administração. Klaus Gerdau Johannpeter é também Vice-Presidente do Conselho de Administração da Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, *holding* do Grupo Gerdau cuja principal atividade consiste na manufatura de produtos siderúrgicos em geral e que detém participação superior a 5% no capital social da Gerdau S.A., e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Seiva S.A. - Florestas e Indústrias, companhia que faz parte do mesmo grupo econômico da Gerdau S.A. cuja atividade principal consiste na produção de madeira serrada de forma sustentável para as indústrias de móveis, celulose e aço.

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER

- Formação escolar: É formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem pós-graduação em Negócios, Finanças, Custos e Investimentos pela Universidade de Colônia, na Alemanha.

- Experiência Profissional: trabalha no Grupo Gerdau desde 1961. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e desde 1973 é membro do Conselho de Administração. Em 2002, sob a nova estrutura de governança corporativa, passou a ser também Vice-Presidente Sênior do Comitê Executivo da Gerdau S.A., cargo que

ocupou até dezembro de 2006. Desde 2 de janeiro de 2007, tem trabalhado exclusivamente como membro do Conselho de Administração, exercendo o cargo de Vice-Presidente. Frederico Carlos Gerdau Johannpeter é também Vice-Presidente do Conselho de Administração da Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, *holding* do Grupo Gerdau cuja principal atividade consiste na manufatura de produtos siderúrgicos em geral e que detém participação superior a 5% no capital social da Gerdau S.A..

ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

- Formação escolar: formado em Administração de Empresas pela Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC- RS) e completou sua formação acadêmica com os cursos General Business Administration, na Universidade de Toronto (Canadá), Marketing, na Ashiridge Business School (Inglaterra) e Advanced Management Program na Wharton School – Universidade da Pensilvânia (Estados Unidos).

- Experiência Profissional: é Diretor Presidente (*Chief Executive Officer*) da Gerdau desde janeiro de 2007. Possui 30 anos de experiência na Organização. No início de 2008, passou a integrar o Conselho de Administração da Gerdau. É o presidente do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil (IABr) e integrante do Conselho Econômico e Social do Rio Grande do Sul (CDES-RS). Atualmente é também (i) membro do Conselho de Administração, Diretor Presidente e Presidente do Comitê Executivo da Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, *holding* do Grupo Gerdau cuja principal atividade consiste na manufatura de produtos siderúrgicos em geral e que detém participação superior a 5% no capital social da Gerdau S.A.; e (ii) Diretor Executivo da Seiva S.A. - Florestas e Indústrias, companhia que faz parte do mesmo grupo econômico da Gerdau S.A. cuja atividade principal consiste na produção de madeira serrada de forma sustentável para as indústrias de móveis, celulose e aço.

CLAUDIO JOHANNPETER

- Formação escolar: Formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No exterior, realizou os cursos Operations Management na University of London (Canadá), Executive Development na Penn State (Estados Unidos) e de Advanced Management Program em Harvard (Estados Unidos).

- Experiência Profissional: Atua no Grupo Gerdau desde 1982. É membro do Conselho de Administração, membro do Comitê Executivo e Diretor Geral de Operações (Chief Operating Officer) da Companhia eleito em 28 de abril de 2009. Atualmente é também (i) membro do Conselho de Administração, Diretor Geral de Operações (COO) e membro do Comitê Executivo da Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, *holding* do Grupo Gerdau cuja principal atividade consiste na manufatura de produtos siderúrgicos em geral e que detém participação superior a 5% no capital social da Gerdau S.A.; e (ii) Diretor da Seiva S.A. - Florestas e Indústrias, companhia que faz parte do mesmo grupo econômico da Gerdau S.A. cuja atividade principal consiste na produção de madeira serrada de forma sustentável para as indústrias de móveis, celulose e aço.

ANDRÉ PINHEIRO DE LARA RESENDE

- Formação escolar: É formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Fez mestrado na Faculdade de Economia da Fundação Getúlio Vargas e obteve o título de PhD no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), nos Estados Unidos.

- Experiência Profissional: André Lara Resende é sócio diretor da Lanx Capital Investimentos Ltda., empresa que possuí como principal atividade a gestão de fundos, e sócio fundador do Instituto de Estudos em Política Econômica da Casa das Garças. É membro do Conselho de Administração da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, *holding* do Grupo Gerdau cuja principal atividade consiste na manufatura de produtos siderúrgicos em geral e que detém participação superior a 5% no capital social da Gerdau S.A., além de ser membro do International Advisory Board do Itaú-Unibanco Holding S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto que, em conjunto com empresas coligadas e controladas, atua no Brasil e no exterior, na atividade bancária em todas as modalidades através de suas carteiras: comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive as de operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se as de Seguros, Previdência Privada, capitalização, Corretagem de Títulos e Valores Mobiliários e Administração de Cartões de Crédito, Consórcios, Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas. Foi diretor do Banco de Investimentos Garantia, do Unibanco e do Banco Matrix. Foi professor da PUC-Rio, diretor do Banco Central

do Brasil, Negociador-chefe da Dívida Externa do Brasil, Assessor da Presidência da República no governo de Fernando Henrique Cardoso e presidente do BNDES.

AFFONSO CELSO PASTORE

- Formação escolar: É formado em Economia pela Universidade de São Paulo e obteve o título de Doutor em Economia pela mesma Universidade.

- Experiência Profissional: Pastore foi Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e Presidente do Banco Central do Brasil. É (i) membro do Conselho de Administração da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, *holding* do Grupo Gerdau cuja principal atividade consiste na manufatura de produtos siderúrgicos em geral e que detém participação superior a 5% no capital social da Gerdau S.A., desde 26 de fevereiro de 2002; (ii) membro do Conselho de Administração da Even Construtora e Incorporadora S.A., companhia aberta cuja principal atividade consiste na construção de imóveis por conta própria ou de terceiros, loteamentos, incorporações, desde fevereiro de 2010; e (iii) membro do Conselho de Administração da M. Dias Branco S.A. – Indústria e Comércio de Alimentos, companhia aberta cuja principal atividade consiste na industrialização e comércio de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, bolachas, massas e farinha de trigo, desde julho de 2010. Foi membro do Conselho de Administração de Klabin Segal S.A., companhia cuja principal atividade consiste na promoção, construção e administração de empreendimentos imobiliários de qualquer natureza, próprios ou de terceiros de 19 de maio de 2006 até maio de 2008 e da Engevix Engenharia S.A., companhia cuja principal atividade consiste em elaborar estudos, projetos e atuar na integração e no gerenciamento de empreendimentos nas áreas de energia, indústria e infraestrutura, de março de 2008 até agosto de 2009. Pastore é Sócio-Diretor da empresa A C Pastore & Associados SS Ltda., empresa de Consultoria de Macroeconomia aplicada, especializada em análise da economia brasileira e internacional. Além disto, nos últimos 5 anos trabalhou como economista, analista e consultor econômico, produzindo artigos, relatórios e estudos sobre temas ligados a área de seu conhecimento que é a economia. Participou de seminários nacionais e internacionais, proferiu palestras sobre temas relacionados à Economia Brasileira e Mundial.

OSCAR DE PAULA BERNARDES NETO

- Formação escolar: Graduou-se em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É membro ativo de diversas organizações, incluindo World President's Organization (WPO) e TMA.

- Experiência Profissional: é sócio-diretor da Integra Associados, empresa cuja a principal atividade é realizar a reestruturação Empresarial. Membro do Conselho de Administração das seguintes companhias: da (i) Companhia Suzano de Papel e Celulose, companhia cuja principal atividade consiste na fabricação, comércio, importação e exportação de celulose, papel e outros produtos oriundos da transformação de essências florestais; (ii) Gerdau S.A.; (iii) Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, *holding* do Grupo Gerdau cuja principal atividade consiste na manufatura de produtos siderúrgicos em geral e que detém participação superior a 5% no capital social da Gerdau S.A.; (iv) São Paulo Alpargatas S.A., companhia aberta cuja principal atividade consiste na industrialização, fabricação, comercialização e exportação de calçados; (v) Localiza Rent a Car S.A., companhia aberta cuja principal atividade consiste no aluguel de carros; (vi) Davos Fomento Mercantil, empresa que atua no setor de fomento mercantil apoiando atividades produtivas junto a empresas industriais, comerciais e de serviços; (vii) Amyris Brasil S.A., empresa subsidiária que possuí como principal atividade a produção e comercialização de produtos renováveis, incluindo produtos químicos especializados e combustíveis para transporte;,(viii) Praxair Inc. (Estados Unidos); e (ix) Johnson Electric (Hong-Kong). É também, é membro do Conselho Consultivo de Bunge Brasil S.A., companhia cuja principal atividade consiste na exploração, beneficiamento, industrialização e comercialização de minerais em geral, e precipuamente, a de fosfatos e da Alcoa Brasil, cuja principal atividade consiste na produção de alumínio.

Diretoria

ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

CLAUDIO JOHANNPETER

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

OSVALDO BURGOS SCHIRMER

- Formação escolar: formou-se em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1973 e cursou um MBA pela Illinois University.

- Experiência Profissional: começou a trabalhar no Grupo Gerdau em 1986 e foi nomeado Diretor Financeiro em 1987. É Vice-Presidente Executivo do Comitê Executivo da Gerdau S.A. desde 2002. É ainda Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, *holding* do Grupo Gerdau cuja principal atividade consiste na manufatura de produtos siderúrgicos em geral e que detém participação superior a 5% no capital social da Gerdau S.A. Osvaldo Burgos Schirmer foi diretor do Grupo Iochpe-Maxion, uma holding que controla empresas dos setores de autopeças e equipamentos ferroviários. Também é Diretor de Seiva S.A. – Indústrias e Florestas, companhia que faz parte do mesmo grupo econômico da Gerdau S.A. cuja atividade principal consiste na produção de madeira serrada de forma sustentável para as indústrias de móveis, celulose e aço.

MARIO LONGHI FILHO

- Formação escolar: Mário Longhi Filho formou-se em Engenharia Metalúrgica pelo Instituto Mauá de Tecnologia, São Paulo.

- Experiência Profissional: ingressou no Grupo Gerdau em 2005 como Vice-Presidente Executivo e membro do Comitê Executivo da Gerdau S.A. Antes de entrar no Grupo Gerdau, Mário teve uma carreira de sucesso na Alcoa Inc, cuja principal atividade consiste na produção de alumínio, onde se tornou Vice-Presidente, liderando as operações globais e sendo membro do Comitê Executivo.

EXPEDITO LUZ

- Formação escolar: Expedito Luz se formou em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1975. Em 1980, obteve o título de mestre em Direito pela Columbia Law School.

- Experiência Profissional: trabalha na Gerdau S.A. desde 1976 e desde 1989 é Diretor Executivo Jurídico e tornou-se Vice-Presidente Executivo Jurídico e de Compliance em 2009, passando a integrar o Comitê Executivo da Companhia. Desde 2001 desempenha também a função de Secretário-Geral do Conselho de Administração.

MANOEL VITOR DE MENDONCA FILHO

- Formação escolar: Engenheiro Metalúrgico formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1982. Participou do Total Quality Management, pela Union of Japanese Scientist and Engineers, em 1997, do MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, em 1999, e da Gestão Avançada, pela Fundação Dom Cabral e INSEAD, em 2001.

- Experiência Profissional: Iniciou sua carreira no Grupo Gerdau na Açonorte S.A., em junho de 1983, no cargo de Chefe das Áreas de Serviços Gerais e Produção da Aciaria. Entre 1986 e 1997, foi Chefe de Aciaria e, posteriormente, Gerente da Aciaria, da Aciaria e Laminação e Gerente Industrial. Entre 1998 e 2000 foi Gerente Executivo da Gerdau Barão de Cocais, em Minas Gerais. Entre 2000 e 2002 atuou em Porto Alegre onde foi Diretor Executivo da Gerdau Núcleo Sul e Diretor da FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul. Em julho de 2002 foi designado para o cargo de Diretor Industrial da Unidade de Negócios da Gerdau Açominas S.A., para responder pelas atividades industriais, pela coordenação do Projeto de Expansão e pela implantação e desenvolvimento do negócio mineração nesta operação. Em 1º de julho de 2007, foi designado Vice-presidente Executivo dessa Unidade e, posteriormente, membro do Comitê Executivo da Companhia. É membro do Conselho da ABM – Associação Brasileira de Metalurgia e Materiais, a Associação tem por objetivo congregar pessoas físicas e jurídicas que se interessam pela ciência e tecnologia dos materiais, metalurgia e mineração, visando seu desenvolvimento, mediante determinadas ações e membro do Conselho Estratégico e o de Política Econômica e Industrial da FIEMG – Federação da Indústria de Minas Gerais, associação com o objetivo de aplicar conhecimento para o desenvolvimento

sustentável da indústria, contribuir para o aumento e fortalecimento do associativismo e ser uma organização com foco em resultado.

PAULO FERNANDO BINS DE VASCONCELLOS

- Formação escolar: Vasconcellos é formado em Engenharia Metalúrgica.

- Experiência Profissional: Ingressou na Companhia em 1972. Em 2002, foi nomeado Vice-Presidente Executivo e membro do Comitê Executivo da Gerdau S.A. Atualmente é responsável pela Operação de Negócio de Aços Especiais da Companhia, com unidades no Brasil, Europa e Estados Unidos.

ALFREDO HUALLEM

- Formação escolar: Alfredo é engenheiro metalúrgico, formado na UFF – Universidade Federal Fluminense, tendo feito cursos de Engenharia Econômica pela PUC-RJ e Marketing Estratégico em Stanford (EUA).

- Experiência Profissional: trabalha no Grupo Gerdau desde 1974. Foi promovido a Diretor em 1993 e passou a integrar o Comitê Executivo da Gerdau S.A., como Vice-Presidente Executivo, em dezembro de 2007, sendo responsável pela Operação de Negócio de Aços Longos no Brasil. Em 2009, mantendo sua condição de membro do Comitê Executivo da Gerdau S.A., foi designado para o cargo de Vice-Presidente Executivo Comercial, responsabilizando-se pela condução dos Processos Comerciais de todo o Grupo Gerdau.

Conselho Fiscal

CARLOS ROBERTO SCHRODER

- Formação escolar: É formado em Ciências Contábeis pela UFRGS em 1968.

Experiência profissional: Atuou nas seguintes companhias: (i) Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, companhia aberta cuja principal atividade consiste na pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, de 1966 a 1971, como Chefe Setor de Custos; (ii) Siderúrgica Riograndense S.A., de 1971 a 1973 como Assessor do Setor de Custos, e de 1973 a 1976 como Contador Geral; (iii) Metalúrgica Gerdau S.A., de 1973 a 1976 como Contador Geral; (iv) Companhia Siderúrgica da Guanabara – Cosigua, antiga denominação da Gerdau S.A. de 1977 a 1981 como Gerente Contábil; (v) Grupo Gerdau e Siderúrgica Laisa S.A. – Uruguai de.1981 a 1983 como Gerente Contábil; (vi) Siderúrgica Riograndense S.A. e Siderúrgica Guairá S.A., de.1983 a 1989, como Diretor Administrativo e Contábil; (vi) Usina Siderúrgica da Bahia S.A. – Usiba, de 1989 a 1996, como Diretor Executivo; (vii) Siderúrgica Açonorte S.A., Usina Siderúrgica da Bahia S.A. – Usiba e Siderúrgica Cearense S.A., de 1996 a 1998, como Diretor Executivo.

EGON HANDEL

- Formação escolar: Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1965) e possui mestrado em Administração de Empresas com ênfase em Contabilidade pela Universidade Estadual de Michigan, EUA (1969).

- Experiência profissional: Nas Lojas Renner S.A., companhia aberta cuja principal atividade consiste no comércio e confecção de artigos de vestuário é Membro Independente do Conselho de Administração desde abril de 1991 e Vice-Presidente desse Conselho desde abril de 1999 e Membro do Conselho Deliberativo do Instituto Lojas Renner, desde junho de 2008. Na Marcopolo S.A., companhia aberta cuja principal atividade consiste na fabricação e o comércio de ônibus, veículos automotores, carrocerias, tratores, autopeças, máquinas agrícolas, máquinas e motores industriais, aparelhos e móveis de ferro e aço, ferramentas, ferragens, cutelaria e estruturas metálicas, é Membro do Conselho Fiscal, desde abril de 2001. Na Gerdau S.A. é Membro do Conselho Fiscal, atuando como Comitê de Auditoria, desde abril de 2005. Também foi Membro do Conselho de Administração da Trafo Equipamentos Elétricos S.A., empresa dedicada à industrialização e comércio de transformadores, integrante do Grupo WEG. no período de abril de 2007 a abril de 2009. E na AES Tietê S.A., empresa de geração de energia elétrica. foi Membro do Conselho Fiscal no período de abril de 2006 a março de 2007. Ainda foi Membro independente do Conselho de

Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções, empresa de Máquinas, Equipamentos, Veículos e Peças. de setembro de 2004 a abril de 2007.

MARIA DAS GRAÇAS CONCEIÇÃO MACHADO COSTA

- Formação escolar: Graduação em Engenharia Química, MBA Altos Executivos – UFPB e MBA Governança Corporativa – USP

- Experiência profissional: É Conselheira Fiscal da Gerdau S.A., (i) membro suplente do conselho de administração da CONSERNE, de 1998 a 2000; (ii) presidente do conselho de deliberativo da CASSI – Caixa de assistência dos Funcionários do Banco do Brasil, uma instituição com o objetivo de administrar planos de saúde, de 2000 a 2004 e de 2006 a 2010; (iii) conselheira deliberativa da UNIDAS – União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, atua na administração da assistência à saúde desenvolvida pelas Instituições Filiadas a empresa, de 2007 a 2009; (iv) conselheira deliberativa da ANABB – Associação Nacional dos Funcionário do Banco do Brasil, é uma entidade pluralista, sem fins lucrativos, que representa os trabalhadores do Banco do Brasil, de 2009 a 2012; e (v) conselheira deliberativa ANABBPREV – Fundo de pensão, cujo objetivo é gerir um fundo de pensão multipatrocinado criado especialmente para os associados da ANABB e seus familiares, de 2009 a 2012.

DOMINGOS MATIAS URROZ LOPES

- Formação escolar: Graduou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

- Experiência profissional: Atuou como professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de 1962 a 1976, nas disciplinas de Economia das Indústrias, Estatística e Pesquisa Operacional. Prestou consultoria em projetos e expansões industriais entre 1964 e 1971. No Grupo Gerdau, foi Gerente de Produção da Siderúrgica Riograndense S.A. de 1976 a 1979; Diretor da Companhia Siderúrgica da Guanabara – Cosigua, antiga denominação da Gerdau S.A. entre 1979 e 1993; e Diretor de Reengenharia e Planejamento da Gerdau S.A. de 1994 a 1999.

EDUARDO GRANDE BITTENCOURT

- Formação escolar: Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

- Experiência profissional: Além de ocupar o cargo no Conselho Fiscal da Gerdau S.A., o Sr. Eduardo é também membro dos Conselhos Fiscais das seguintes companhias: (i) Banco do Brasil S.A., companhia aberta cuja principal atividade consiste na prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários e de intermediação e suprimento financeiro; (ii) Brasil Telecom Participações S.A., companhia cuja principal atividade consiste em exercer o controle das sociedades exploradoras de serviços públicos de telefonia fixa na Região II a que se refere o Plano Geral de Outorgas aprovado pelo Decreto nº 2.534, de 02 de abril de 1998; (iii) Bematech S.A., tem por objeto a indústria, comércio, projeto, desenvolvimento, intermediação de vendas, representação, distribuição, “marketing”, locação e frete de equipamentos elétricos, eletrônicos, eletromecânicos e de informática; (iv) da Light S.A., companhia aberta cuja principal atividade consiste na exploração, direta ou indireta de serviços de energia elétrica; e (v) e da Tupy S.A., companhia aberta cuja principal atividade consiste na indústria metalúrgica, de fundição mecânica.

KURT LOWENHAUPT

- Formação escolar: Graduou-se em Direito pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA

- Experiência profissional: É Conselheiro Fiscal Suplente da Gerdau S.A., atuou como gerente geral da PREVI de 1986 a 1996, também foi diretor da Corsical, Cooperativa agrícola Cachoeirense Ltda., que atua no recebimento, secagem, armazenamento, beneficiamento, seleção e comércio de arroz e recebimento, secagem e armazenamento de soja. e na Emcasa Factoring Ltda. de 2006 a 2008 e no período de 1998 a 2001 foi presidente da Empreendimentos Cachoeirense S.A.

B. Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. Qualquer condenação criminal

ii. Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

iii. Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há ocorrências para os itens *i*, *ii* e *iii*.

12.9. INFORMAR A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE:

A. Administradores do emissor:

Relação de Parentesco dos Administradores no Emissor: Gerdau S.A.

Jorge Gerdau Johannpeter, Germano Hugo Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter e Frederico Carlos Gerdau Johannpeter são irmãos.

André Bier Gerdau Johannpeter é filho de Jorge Gerdau Johannpeter, e Claudio Johannpeter é filho de Klaus Gerdau Johannpeter.

B. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Relação de Parentesco dos Administradores do emissor com controlada indireta Seiva – Florestas e Indústrias S.A.

Jorge Gerdau Johannpeter, Germano Hugo Gerdau Johannpeter e Klaus Gerdau Johannpeter são irmãos.

André Bier Gerdau Johannpeter é filho de Jorge Gerdau Johannpeter, e Claudio Johannpeter é filho de Klaus Gerdau Johannpeter.

C. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Relação de Parentesco dos Administradores do emissor com controlador direto Metalúrgica Gerdau S.A.

Jorge Gerdau Johannpeter, Germano Hugo Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter e Frederico Carlos Gerdau Johannpeter são irmãos.

André Bier Gerdau Johannpeter é filho de Jorge Gerdau Johannpeter, e Claudio Johannpeter é filho de Klaus Gerdau Johannpeter.

Relação de Parentesco dos Administradores controlada indireta Seiva – Florestas e Indústrias S.A. com controlador direto Metalúrgica Gerdau S.A.

Jorge Gerdau Johannpeter, Germano Hugo Gerdau Johannpeter e Klaus Gerdau Johannpeter são irmãos.

André Bier Gerdau Johannpeter é filho de Jorge Gerdau Johannpeter, e Claudio Johannpeter é filho de Klaus Gerdau Johannpeter.

D. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Relação de Parentesco dos Administradores do emissor com controlador direto: Metalúrgica Gerdau S.A.

Jorge Gerdau Johannpeter, Germano Hugo Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter e Frederico Carlos Gerdau Johannpeter são irmãos.

André Bier Gerdau Johannpeter é filho de Jorge Gerdau Johannpeter, e Claudio Johannpeter é filho de Klaus Gerdau Johannpeter.

12.10. INFORMAR SOBRE RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E:

A. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor:

Jorge Gerdau Johannpeter, Germano Hugo Gerdau Johannpeter e Klaus Gerdau Johannpeter foram membros do Conselho de Administração de Seiva – Florestas e Indústrias S.A. nos últimos três exercícios sociais.

André Bier Gerdau Johannpeter e Claudio Johannpeter são membros da Diretoria de Seiva – Florestas e Indústrias S.A. desde 30 de abril de 2010. André Bier Gerdau Johannpeter e Claudio Johannpeter foram membros da Diretoria de Aços Villares S.A. desde o exercício social de 2009 até dezembro de 2010. Claudio Johannpeter foi membro do Conselho de Administração de Aços Villares S.A. nos exercícios sociais de 2008 e 2009.

B. Controlador direto ou indireto do emissor:

Germano Hugo Gerdau Johannpeter, Klaus Gerdau Johannpeter, Jorge Gerdau Johannpeter e Frederico Carlos Gerdau Johannpeter foram membros do Conselho de Administração da Metalúrgica Gerdau S.A. nos últimos três exercícios sociais, bem como controladores indiretos do emissor.

André Bier Gerdau Johannpeter e Claudio Johannpeter são membros do Conselho de Administração desde o exercício social de 2008. André Bier Gerdau Johannpeter e Claudio Johannpeter foram membros da Diretoria da Metalúrgica Gerdau S.A. nos últimos três exercícios sociais.

C. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não há tal relação.

12.11. DESCREVER AS DISPOSIÇÕES DE QUAISQUER ACORDOS, INCLUSIVE APÓLICES DE SEGURO, QUE PREVEJAM O PAGAMENTO OU O REEMBOLSO DE DESPESAS SUPORTADAS PELOS ADMINISTRADORES, DECORRENTES DA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS A TERCEIROS OU AO EMISSOR, DE PENALIDADES IMPOSTAS POR AGENTES ESTATAIS, OU DE ACORDOS COM O OBJETIVO DE ENCERRAR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU JUDICIAIS, EM VIRTUDE DO EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES:

A controladora Metalúrgica Gerdau S/A contrata para suas controladas, incluindo Gerdau S/A, um programa global de Seguro de Responsabilidade Civil para os Administradores (D&O), através de consultoria especializada e com coberturas adequadas para os principais riscos. Seguem, abaixo, os dados gerais do Programa:

Seguradora do Programa: Zurich Seguros
Vigência: 22/11/10 a 22/11/11
Limite de Cobertura do Programa: USD 50.000.000,00

Devido às particularidades locais mantemos apólices especificas nos seguintes países, estando estas vinculadas ao programa global:

Brasil:
Cobertura: USD 50.000.000,00
Prêmio Líquido: USD 293.750,00

Estados Unidos
Cobertura: USD 25.000.000,00
Prêmio Líquido: USD 89.000,00

Chile:
Cobertura: USD 5.000.000,00
Prêmio Líquido: USD 15.000,00

Colômbia
Cobertura: USD 10.000.000,00
Prêmio Líquido: USD 20.000,00

México
Cobertura: USD 10.000.000,00
Prêmio Líquido: USD 20.000,00

Espanha
Cobertura: USD 10.000.000,00
Prêmio Líquido: USD 11.000,00

Peru
Cobertura: USD 5.000.000,00
Prêmio Líquido: USD 15.000,00

Além disto, o seguro cobre os diretores e administradores aposentados até seis anos contados a partir do término da vigência do seguro.

12.12. FORNECER OUTRAS INFORMAÇÕES QUE O EMISSOR JULGUE RELEVANTES:

Dentre as principais práticas de governança corporativa recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

Estatuto social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembleia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; e (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

A Assembleia Geral de Acionistas é o órgão soberano da Companhia e tem competência para, dentre outros temas previstos em lei ou em regulamentação aplicável, deliberar sobre: (a) aumento ou redução do capital social, ressalvado o limite do capital autorizado previsto estatutariamente, e outras reformas do estatuto social; (b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; e (d) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da sociedade;

É vedado a acionistas, membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal a utilização de informações privilegiadas ainda não divulgadas no mercado de que tenham conhecimento, capazes de propiciar para estes ou para terceiros qualquer vantagem indevida. Adicionalmente, a Companhia adota uma política interna específica de divulgação de informações e de normas para negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia;

O Conselho de Administração, eleito pelos acionistas com base no objeto social, possui atribuições definidas no estatuto social, entre elas a determinação das estratégias, a orientação geral dos negócios a ser implementada pela Diretoria, e a eleição dos membros deste órgão. Adicionalmente, todos os seus membros são devidamente qualificados para o exercício da função, podendo, ainda, o Conselho de Administração, convidar executivos, funcionários ou consultores para as suas reuniões para prestar esclarecimentos específicos. Todas as atas das reuniões do Conselho de Administração são devidamente formalizadas em linguagem clara, de forma completa, e assinadas por todos os membros presentes;

Transparência na divulgação de informações ao mercado, realizada assim que disponíveis e simultaneamente a todos os interessados, inclusive por meio da internet, a todo o público, de forma objetiva e por meio de linguagem clara, primando pela qualidade da informação e abordando-as de forma completa;

Divulgação de relatório anual preparado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração, indicando todos os principais aspectos da atividade empresarial com dados comparativos a exercícios anteriores, voltado ao público em geral. Referido relatório inclui mensagem de abertura escrita pelo Presidente do Conselho de Administração, bem como relatório da administração e conjunto de demonstrações financeiras acompanhadas dos respectivos pareceres dos auditores;

Contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros sendo certo que a referida empresa não presta outro serviço, assegurando-se desta forma sua total independência; e

Previsão estatutária para instalação de Conselho Fiscal, o qual, no caso da Companhia, é de funcionamento permanente, responsável pela fiscalização dos atos da administração e por informar os acionistas e opinar sobre questões de fundamental importância no curso de negócios da Companhia.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo seus valores mobiliários negociados no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, e busca constantemente adotar novas medidas para aperfeiçoar a comunicação com o mercado financeiro e com os investidores, bem como garantir a transparência, por meio de reuniões públicas, dispondo de uma agenda anual de eventos corporativos.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Proposta de remuneração dos administradores: A remuneração média individual do conjunto de administradores não poderá ultrapassar, no período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2011 e a Assembleia Geral Ordinária de 2012, o montante mensal de R$ 23.000,00, representando honorários mensais (componente fixo) e bônus anuais (componente variável de curto prazo). Vale notar que o item 13.2 abaixo possui tabela com informações de natureza distinta, tendo em vista que: (i) o limite de remuneração média aos administradores, estabelecido em Assembleia Geral Ordinária refere-se ao período entre a data da Assembleia Geral Ordinária do ano em que realizada e a data da Assembleia Geral Ordinária do ano subsequente, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração do período correspondente ao exercício fiscal; (ii) os valores estabelecidos em Assembleia Geral Ordinária são aqueles efetivamente pagos no período, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração reconhecida no resultado; e (iii) o limite estabelecido em Assembleia Geral Ordinária inclui apenas os honorários mensais (componente fixo) e bônus (componente variável de curto prazo), enquanto que os valores demonstrados no quadro 13.2, por outro lado, considera ainda a remuneração baseada em ações, decorrente do Plano de Opção de Compra de Ações descrito no item 13.4 e também aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

13.1. DESCREVER A POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTES ASPECTOS:

A. Objetivos da política ou prática de remuneração:

Os objetivos da política de remuneração dos executivos da Gerdau são: atrair e reter executivos de alto nível mediante práticas competitivas de remuneração; estimular a cultura de realização e superação de metas desafiadoras; alavancar resultados de curto e longo prazos de maneira consistente e sustentável. A

Companhia acredita que executivos de alto nível trazem um diferencial competitivo que impacta positivamente o retorno dos negócios e conseqüentemente para os acionistas. A Companhia acredita, também, que a filosofia de remuneração relacionada com os resultados de curto e longo prazos mantém o alinhamento entre os interesses dos executivos e acionistas.

Os executivos que participam de Comitês, estatutários ou não, não recebem remuneração adicional por esta participação.

Conforme decisão da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2010, a remuneração média individual do conjunto de administradores, paga pela Companhia, não pode ultrapassar, no período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2010 e a Assembleia Geral Ordinária de 2011, o montante mensal de R$ 23.000,00, aí incluídos honorários mensais (componente fixo) e bônus (componente variável de curto prazo). Vale notar que o item 13.2 abaixo possui tabela com informações de natureza distinta, tendo em vista que: (i) o limite de remuneração média aos administradores, estabelecido em Assembleia Geral Ordinária refere-se ao período entre a data da Assembleia Geral Ordinária do ano em que realizada e a data da Assembleia Geral Ordinária do ano subsequente, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração do período correspondente ao exercício fiscal; (ii) os valores estabelecidos em Assembleia Geral Ordinária são aqueles efetivamente pagos no período, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração reconhecida no resultado; e (iii) o limite estabelecido em Assembleia Geral Ordinária inclui apenas os honorários mensais (componente fixo) e bônus (componente variável de curto prazo), enquanto que os valores demonstrados no quadro 13.2, por outro lado, considera ainda a remuneração baseada em ações, decorrente do Plano de Opção de Compra de Ações descrito no item 13.4 e também aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

B. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos membros da Diretoria e também dos membros do Conselho de Administração está dividida em três componentes principais: uma parte fixa, que corresponde ao salário base; e outras duas partes na forma de remuneração variável, correspondentes respectivamente aos incentivos de curto (pagos sob a forma de bônus) e de longo prazos estruturado por meio das outorgas de opções de compra de ações – *stock options*).

Remuneração Fixa: A remuneração fixa está posicionada na mediana de mercado e o total em dinheiro (remuneração fixa mais incentivo de curto prazo - bônus) no 3º quartil de mercado.

Membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e Diretores Estatutários recebem Honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado.

Incentivo de Curto Prazo (Bônus): Os conselheiros acionistas que têm dedicação intensiva e exclusiva à Gerdau e diretores recebem uma parcela do pacote de remuneração através do programa de incentivos de curto prazo, caracterizado como Bônus.

O incentivo de curto prazo dos conselheiros acionistas é calculado com base nos resultados financeiros do Grupo Gerdau. O incentivo de curto prazo da Diretoria é calculado com base nos resultados financeiros do Grupo Gerdau, das operações que coordenam e da avaliação de desempenho individual.

Incentivo de Longo Prazo (Opções de Compra de Ações): Além da remuneração fixa mensal e do bônus anual, todos os conselheiros e diretores recebem incentivo de longo prazo, baseado em ações da companhia na forma de Outorga de Opções de Compra de Ações (*stock options*), como forma de reforçar o alinhamento dos interesses deste grupo aos interesses dos acionistas. As características do incentivo de longo prazo está detalhado no item 13.4 deste Formulário de Referência.

Benefícios Diretos e Indiretos: Benefícios diretos e indiretos são compostos por automóvel de representação, seguro de vida e acidentes pessoais e plano de saúde, sendo este último custeado por utilização.

Benefícios Pós-Emprego: A Companhia patrocina um plano de benefícios definidos para aposentadoria, com o objetivo de prover compensação pelos serviços prestados pelos executivos após o término de suas funções na Companhia. Atualmente, os membros da Diretoria, estatutária e não estatutária,

são participantes de tal plano, cujas principais características estão descritas no item 13.10 deste Formulário de Referência.

Com relação ao Conselho Fiscal, vale notar que sua remuneração é inteiramente composta por elemento fixo, correspondente a honorários mensais. Na fixação desses honorários, são obedecidas as diretrizes da lei, que determina que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal não pode ser inferior a 10% da remuneração média dos diretores, sem computar benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os executivos que participam de Comitês, estatutários ou não, não recebem remuneração adicional por esta participação.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

13.1 B ii - Proporção de cada elemento na remuneração total

Órgão	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		
	Conselheiros Acionistas	Conselheiros Independentes	CEO e COO	Demais Diretores	Conselho Fiscal
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	28,00%	45,00%	30,00%	43,00%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos	NA	NA	NA	NA	NA
Participações em comitês	NA	NA	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA	NA	NA
Remuneração Variável					
Bônus	38,00%	NA	55,00%	48,00%	NA
Participação de resultados	NA	NA	NA	NA	NA
Participação em reuniões	NA	NA	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA	NA	NA
Benefícios Pós-emprego	NA	NA	NA	NA	NA
Benefícios por Cessação do cargo	NA	NA	NA	NA	NA
Remuneração Baseada em ações	34,00%	55,00%	15,00%	9,00%	NA
Total Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Nota 1: A proporção de cada elemento da remuneração não corresponde, necessariamente, aos valores que a Gerdau SA praticou isoladamente, uma vez que representa a política de remuneração do Grupo Gerdau como um todo, abrangendo controladas e controladora. Os valores acima se referem àqueles praticados durante o exercício fiscal de 2010, podendo variar a cada exercício.

Nota 2: Os valores percentuais representados pelos benefícios diretos e indiretos, bem como pelos benefícios pós emprego, são pouco relevantes perante o valor da remuneração total dos administradores, não chegando a representar centésimos percentuais de sua remuneração, razão pela qual não estão expressos na tabela. (Campo preenchido como NA).

A política de remuneração dos Administradores da Gerdau S.A. está inserida na política de remuneração do Grupo Gerdau como um todo, abrangendo sociedades controladas e coligadas. O efetivo pagamento das parcelas de remuneração é estabelecido a partir dos limites aprovados em Assembléia Geral da Companhia e de acordo com as condições de pagamento construídas durante o exercício. As proporções de remuneração acima indicadas, portanto, fazem sentido apenas quando se considera o total de remuneração dos administradores da Companhia, pago em conjunto pelo Grupo Gerdau, isto é, pela Companhia, suas coligadas e controladas.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração fixa representada pelos honorários mensais é determinada pela prática de mercado na mediana para o número de pontos determinado por avaliação do cargo através do método Hay. O critério de reajuste da remuneração fixa dos integrantes do Conselho e da Diretoria é determinado por esta prática de mercado e/ou índices conjunturais (INPC).

A política de remuneração da Gerdau tem como alvo, com relação à remuneração total em dinheiro (honorários fixos mais bônus), praticar valores semelhantes aos que o mercado pratica como Terceiro Quartil. O total em dinheiro será pago neste nível se o desempenho que a Companhia mostrar no ano for, pelo menos, o que foi planejado no início do período.

A distribuição percentual do total em dinheiro entre remuneração fixa e remuneração variável por bônus também é determinada pela prática de mercado.

A parcela de remuneração ligada ao desempenho das ações da Companhia está ligada ao valor das ações da Companhia no mercado.

Todos os elementos da remuneração de Conselheiros e Diretores, bem como as políticas que os determinam, propostos e gerenciados pela área de Recursos Humanos da Companhia são submetidos à aprovação do Conselho de Administração através do Comitê de Remuneração e Sucessão. A área de Recursos Humanos apóia-se em consultoria de remuneração especializada e de atuação global, tanto para definir o valor relativo das posições (avaliação do cargo) quanto para buscar valores de referência de mercado. O mercado que define os valores de referência é composto de companhias brasileiras de porte semelhante à da Gerdau, com atuação nacional ou global e por companhias de outros países, também com porte semelhante ao da Gerdau, atuantes na atividade siderúrgica e correlatas.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Esta composição equilibra o foco no curto, médio e longo prazos. Ao mesmo tempo que a remuneração fixa busca seguir as práticas de mercado, o peso relativo dos incentivos de curto e longo prazo visa estimular a geração de resultados sustentáveis. Boa parte dos ganhos está vinculada à entrega de resultados e à valorização da Companhia e de seu grupo econômico, alinhando os interesses dos administradores aos dos acionistas. A possibilidade de ganhos acima da média de mercado também visa atrair e reter os profissionais desejados pela organização

C. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido por sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O incentivo de curto prazo (bônus) é determinado por indicadores de geração de caixa (EBITDA) e Lucro Líquido e pelo resultado da avaliação de desempenho individual, que leva em consideração as metas individualmente traçadas de acordo com as responsabilidades e atribuições de cada executivo.

Até o exercício social de 2009, o incentivo de longo prazo esteve estritamente vinculado à valorização das ações (opções de compra de ações). A partir do exercício de 2010, conforme as alterações no Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2010, parte do incentivo de longo prazo passou a estar vinculado também vinculado, além da valorização das ações, ao Retorno sobre o Capital Empregado, uma vez que foi autorizado que 50% das opções tivessem seu exercício condicionado ao atendimento de metas de desempenho aprovadas anualmente pelo Comitê Executivo da Companhia.

D. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

No ciclo anual do planejamento estratégico são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que, por sua vez, são desdobrados por toda a organização sob forma de metas financeiras das operações de negócios, das unidades e individuais. As metas são desafiadoras e estimulam a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A remuneração está estruturada de tal forma que parte significativa é composta de parcela variável, cujo pagamento está vinculado à realização das metas e dos desafios.

E. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Conforme descrito nos subitens acima, a remuneração é composta de forma a equilibrar os incentivos de curto, médio e longo prazos. No curto prazo, a remuneração fixa em linha com as melhores práticas do mercado deve ser suficiente para propiciar a retenção de talentos no curto prazo. No que se

refere a atuação para a geração de valor no curto e no médio prazo, o bônus é estruturado de maneira a refletir os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos executivos (EBITDA, Lucro Líquido, valorização das ações, ROCE - *Return on Capital Employed*, mercado competidor), assim buscando alinhar a atuação dos administradores com os objetivos e metas globais da Companhia e do Grupo Gerdau. No longo prazo, busca-se o alinhamento por meio da estruturação de outorgas de opções de compra de ações, que podem se refletir em ganhos de longo prazo, conforme as ações se valorizem no mercado, destacando-se, também, que parte das opções tem seu exercício condicionado ao atendimento de metas de performance estabelecidas pelo Comitê Executivo, atualmente relativas ao ROCE – *Return on Capital Employed*.

F. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Conforme esclarecido no item 13.1.b.ii acima, os administradores da Companhia, de forma geral, atuam como administradores de outras sociedades do Grupo Gerdau, buscando obter as sinergias de sua atuação em prol do resultado do grupo como um todo. Assim, sua remuneração é paga de forma distribuída entre as sociedades que compõem o Grupo Gerdau. Desta forma, parte da remuneração dos administradores é suportada por sociedades controladoras e controladas pela Companhia, conforme descrito e discriminado em maiores detalhes no item 13.15 deste Formulário de Referência.

G. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário. Vale notar, no entanto, que caso haja mudança no controle acionário da Companhia, as opções de compra de ações outorgadas aos executivos há mais de 12 meses tornar-se-ão automaticamente exercíveis, ainda que seus correspondentes prazos de carência não tenham transcorrido por completo. Para maiores informações, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

13.2. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

A. Órgão:

B. Número de membros:

C. Remuneração segregada em:

i. Remuneração fixa anual, segregada em:

- *Salário ou pró-labore*
- *Benefícios diretos e indiretos*
- *Remuneração por participação em comitês*
- *Outros*

ii. Remuneração variável, segregada em:

- *Bônus*
- *Participação nos resultados*
- *Remuneração por participação em reuniões*
- *Comissões*
- *Outros*

iii. Benefícios pós-emprego
iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
v. Remuneração baseada em ações

D. Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

E. Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

Remuneração total para o Exercício Social corrente 31/12/2011 - Valores Anuais				
A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	9,00	8,00	3,00	20,00
C i - Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	960.000,00	453.333,00	369.600,00	1.782.933,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
C ii - Remuneração Variável				
Bônus	1.416.340,00	-	-	1.416.340,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
C iii - Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
C iv - Benefícios por cessação no Cargo	-	-	-	-
C v - Remuneração baseada em ações	10.493.837,00	577.571,00	-	11.071.408,00
E - Total remuneração	12.870.177,00	1.030.904,00	369.600,00	14.270.681,00

Nota 1: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Os valores demonstrados neste quadro se referem a informações de natureza distinta do limite de remuneração aprovado em Assembleia Geral Ordinária, conforme descrito no item 13.1 acima, tendo em vista que: (i) o limite de remuneração média aos administradores, estabelecido em Assembleia Geral Ordinária refere-se ao período entre a data da Assembleia Geral Ordinária do ano em que realizada e a data da Assembleia Geral Ordinária do ano subsequente, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração do período correspondente ao exercício fiscal; (ii) os valores estabelecidos em Assembleia Geral Ordinária são aqueles efetivamente pagos no período, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração reconhecida no resultado; e (iii) o limite estabelecido em Assembleia Geral Ordinária inclui apenas os honorários mensais (componente fixo) e bônus (componente variável de curto prazo), enquanto que os valores demonstrados no quadro 13.2, por outro lado, considera ainda a remuneração baseada em ações, decorrente do Plano de Opção de Compra de Ações descrito no item 13.4 e também aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

Remuneração total para o Exercício Social encerrado 31/12/2010 - Valores Anuais

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	9,00	8,33	3,00	20,33
C i - Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	902.400,00	439.733,00	394.400,00	1.736.533,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
C ii - Remuneração Variável				
Bônus	1.416.340,00	110.000,00	-	1.526.340,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
C iii - Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
C iv - Benefícios por cessação no Cargo	-	-	-	-
C v - Remuneração baseada em ações	9.358.325,00	1.527.251,00	-	10.885.576,00
E - Total remuneração	11.677.065,00	2.076.984,00	394.400,00	14.148.449,00

Nota 1: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Os valores demonstrados neste quadro se referem a informações de natureza distinta do limite de remuneração aprovado em Assembleia Geral Ordinária, conforme descrito no item 13.1 acima, tendo em vista que: (i) o limite de remuneração média aos administradores, estabelecido em Assembleia Geral Ordinária refere-se ao período entre a data da Assembleia Geral Ordinária do ano em que realizada e a data da Assembleia Geral Ordinária do ano subsequente, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração do período correspondente ao exercício fiscal; (ii) os valores estabelecidos em Assembleia Geral Ordinária são aqueles efetivamente pagos no período, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração reconhecida no resultado; e (iii) o limite estabelecido em Assembleia Geral Ordinária inclui apenas os honorários mensais (componente fixo) e bônus (componente variável de curto prazo), enquanto que os valores demonstrados no quadro 13.2, por outro lado, considera ainda a remuneração baseada em ações, decorrente do Plano de Opção de Compra de Ações descrito no item 13.4 e também aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

Remuneração total para o Exercício Social encerrado 31/12/2009 - Valores Anuais				
A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	9,00	9,00	3,00	21,00
C i - Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	857.600,00	520.000,00	336.000,00	1.713.600,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
C ii - Remuneração Variável				
Bônus	1.377.600,00	219.375,00	-	1.596.975,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
C iii - Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
C iv - Benefícios por cessação no Cargo	-	-	-	-
C v - Remuneração baseada em ações	4.732.668,00	796.577,00	-	5.529.245,00
E - Total Remuneração	6.967.868,00	1.535.952,00	336.000,00	8.839.820,00

Nota 1: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Os valores demonstrados neste quadro se referem a informações de natureza distinta do limite de remuneração aprovado em Assembleia Geral Ordinária, conforme descrito no item 13.1 acima, tendo em vista que: (i) o limite de remuneração média aos administradores, estabelecido em Assembleia Geral Ordinária refere-se ao período entre a data da Assembleia Geral Ordinária do ano em que realizada e a data da Assembleia Geral Ordinária do ano subsequente, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração do período correspondente ao exercício fiscal; (ii) os valores estabelecidos em Assembleia Geral Ordinária são aqueles efetivamente pagos no período, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração reconhecida no resultado; e (iii) o limite estabelecido em Assembleia Geral Ordinária inclui apenas os honorários mensais (componente fixo) e bônus (componente variável de curto prazo), enquanto que os valores demonstrados no quadro 13.2, por outro lado, considera ainda a remuneração baseada em ações, decorrente do Plano de Opção de Compra de Ações descrito no item 13.4 e também aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

13.3. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

A. Órgão:

B. Número de membros:

C. Em relação ao bônus:

i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2011)

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	4,00	0,00	0,00	4,00
C - Bônus				
C i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
C ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.416.340,00	0,00	0,00	1.416.340,00
C iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	1.416.340,00	0,00	0,00	1.416.340,00
C iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.416.340,00	0,00	0,00	1.416.340,00
D - Participação nos resultados				
D i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
D ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
D iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
D iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 1: Os integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros especificado neste quadro representa o número de executivos elegíveis à remuneração variável por bônus e não o número de membros que constituem o órgão. O número de membros que constituem o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal, previsto para 2011, é de 9, 8 e 3, respectivamente, especificado conforme Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010.

Nota 3: O bônus dos Conselheiros e Diretores da Companhia é pago em sua maior parte ou totalidade por suas controladas, conforme demonstrado no item 13.15 deste formulário de referência.

Remuneração variável prevista para o exercício social encerrado (2010)

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	4,00	8,33	0,00	12,33
C - Bônus				
C i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
C ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.416.340,00	110.000,00	0,00	1.526.340,00
C iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	1.416.340,00	110.000,00	0,00	1.526.340,00
C iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.416.340,00	110.000,00	0,00	1.526.340,00
D - Participação nos resultados				
D i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
D ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
D iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
D iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 1: Os integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros especificado neste quadro representa o número de executivos elegíveis à remuneração variável por bônus e não o número de membros que constituem o órgão. O número de membros que constituem o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal, em 2010, foi de 9, 8,33 e 3, respectivamente, especificado conforme Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010.

Nota 3: O bônus dos Conselheiros e Diretores da Companhia é pago em sua maior parte ou totalidade por suas controladas, conforme demonstrado no item 13.15 deste formulário de referência.

Remuneração variável prevista para o exercício social encerrado (2009)

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	4,00	0,00	0,00	4,00
C - Bônus				
C i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
C ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.377.600,00	219.375,00	0,00	1.596.975,00
C iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	1.377.600,00	219.375,00	0,00	1.596.975,00
C iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado	1.377.600,00	219.375,00	0,00	1.596.975,00
D - Participação nos resultados				
D i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
D ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
D iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
D iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 1: Os integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros especificado neste quadro representa o número de executivos elegíveis à remuneração variável por bônus e não o número de membros que constituem o órgão. O número de membros que constituem o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal, em 2009, foi de 9, 9 e 3, respectivamente, especificado conforme Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010.

Nota 3: O bônus dos Conselheiros e Diretores da Companhia é pago em sua maior parte ou totalidade por suas controladas, conforme demonstrado no item 13.15 deste formulário de referência.

A companhia adotou a faculdade de não apresentar os dados anteriores ao exercício de 2009, conforme Instrução 480 da CVM.

D. Em relação à participação no resultado:

i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Não houve e não há previsão de remuneração variável relacionada a participação no resultado.

13.4. EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DESCREVER:

A. Termos e condições gerais:

A Companhia conta com um Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações Preferenciais (o "Plano de Opções", também denominado "Programa de Incentivo de Longo Prazo"), pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações preferenciais de emissão da Companhia os administradores e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas (os "Beneficiários"). Atualmente, 520 pessoas, dentre administradores e empregados, detêm opções de compra de ações da Companhia, sendo 14 delas administradores.

O Plano de Opções foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2003, tendo sofrido alguns ajustes de redação e alterações em Assembleias Gerais posteriores. Atualmente, encontra-se em vigor a versão do Plano de Opções aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2010, quando foram aprovadas alterações que tiveram por principal objetivo instituir regras que preveem que parte das opções poderão ter seu exercício condicionado ao atendimento de metas de performance da Companhia estabelecidas pelo Comitê Executivo, com os ajustes correspondentes à redação do Plano de Opções.

O Comitê de Remuneração e Sucessão é responsável por administrar o Plano, com amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do Plano de Opções e as diretrizes do Conselho de Administração, tendo competência para indicar as pessoas que farão jus à outorga de opções e para administrar as condições aplicáveis às outorgas.

Cada uma das opções outorgadas pela Companhia dá o direito à aquisição de uma ação preferencial de emissão da Companhia.

O Plano de Opções prevê a concessão de outorgas anuais de opções, realizadas no último dia útil de dezembro do ano correspondente.

Até o exercício social de 2009, as opções de compra de ações tinham seu exercício sujeito apenas aos prazos fixados de acordo com o Plano de Opções. No entanto, com vistas a permitir que o incentivo de longo prazo dos executivos fosse baseado, além da valorização das ações de emissão da Companhia, também por outros indicadores de desempenho, foi submetida aos acionistas – e aprovada, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2010 – a alteração do Plano de Opções, para prever que, no caso de certos executivos estratégicos, 50% das opções outorgadas tenham seu exercício condicionado a metas de desempenho aprovadas anualmente pelo Comitê Executivo. Estas regras passaram a ser aplicáveis de forma retroativa às outorgas realizadas em 31 de dezembro de 2009, valendo também para aquelas realizadas ao final de 2010. Para ambas tais outorgas, indicador de desempenho utilizado foi a taxa de retorno sobre o capital empregado (ROCE) média verificada nos cinco anos que correspondem ao prazo de carência para o exercício das opções.

Vale notar, ainda, que na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de setembro de 2010 foi aprovado o "Programa de Incentivo de Longo Prazo (Operações da América do Norte)", que prevê a outorga de diferentes instrumentos de remuneração baseada em ações, tais como opções de compra de ADRs

lastreados em ações de emissão da Companhia, direitos de apreciação de ações, ações sujeitas a períodos de restrição e unidades baseadas em valor de ações, exclusivamente para os executivos e empregados estratégicos envolvidos nas operações do Grupo Gerdau na América do Norte, por meio da Gerdau Ameristeel Corp. O referido plano foi assumido pela Companhia em substituição ao plano da Gerdau Ameristeel Corp., e não contempla a outorga de instrumentos baseados em ações para conselheiros e diretores estatutários da Companhia. Maiores informações sobre esse plano estão descritas no item 14.3 deste Formulário de Referência.

B. Principais objetivos do plano:

Os principais objetivos do Plano de Opções são atrair e reter executivos estratégicos, oferecer um sistema de remuneração realizável a longo prazo alinhado aos interesses dos acionistas, compartilhar crescimento e sucesso da Companhia e reforçar o sentimento de participação e sociedade no negócio.

C. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem acionistas da Companhia, em condições potencialmente diferenciadas, cria-se um ambiente favorável a um maior comprometimento com a criação de valor, com incentivos para que o exercício da função e atividades do pessoal-chave da Companhia seja mais efetivo e direcionado ao atendimento dos interesses dos acionistas e da Companhia. O Plano de Opções prevê, para cada outorga de opções, um prazo de carência de cinco anos antes do qual não será possível exercer as opções e, consequentemente, realizar ganhos. Desta forma, espera-se estimular a geração de valor no longo prazo e a retenção de talentos, pela permanência dos Beneficiários nos quadros da Companhia.

Vale notar, ainda, que conforme as alterações realizadas no Plano de Opções e aplicáveis às outorgas mais recentes, no caso dos ocupantes de cargos de diretores e conselheiros, 50% das opções outorgadas terão seu exercício condicionado ao atendimento de metas de desempenho estabelecidas no plano estratégico da empresa, conforme aprovadas pelo Comitê Executivo. Assim a combinação de um prazo de carência, da realização de ganhos na medida em que haja valorização das ações e da vinculação de parte do benefício aos resultados futuros no que se refere a metas de negócios, constitui um forte mecanismo de retenção, de foco em crescimento, de valorização da empresa e de realização consistente de resultados todos os anos para proporcionar os ganhos decorrentes da parcela vinculada a resultados.

D. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor:

O Plano de Opções e as outorgas de opções realizadas em seu âmbito integram a política da Companhia em balancear a composição da remuneração entre diferentes indicadores e componentes relacionados com o desempenho de curto, médio e longo prazo, ao vincular parte significativa dos possíveis ganhos dos executivos ao desempenho da Companhia no longo prazo, seja pelo ganho decorrente da valorização das ações, seja pela possibilidade de exercício das opções de forma condicionada ao atendimento de métricas financeiras que exercem impacto sobre o valor das ações. Desta forma, a Companhia estimula os executivos a desempenhar de forma a criar valor para os acionistas, o que constitui objetivo de sua política de remuneração.

E. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

A estratégia de remuneração como um todo tem por objetivo alinhar os interesses dos administradores e dos acionistas. O Plano de Opção se insere especialmente no componente de incentivo ao alinhamento de interesses no horizonte de tempo que vai do médio ao longo prazo, especialmente ao condicionar o exercício das opções ao decurso de um prazo de carência de 5 anos e, para 50% das opções, ao atendimento de metas de performance. Assim, os ganhos para as partes estão fortemente vinculados à entrega de resultados e à valorização dos negócios da Companhia e do Grupo Gerdau ao longo do tempo, servindo para estimular a geração de resultados durante este prazo, desde o curto prazo, e com efeitos agregados para o longo prazo. Ao mesmo tempo, a possibilidade de ganhos acima da média de mercado

atrai e retém os profissionais desejados pela organização, contribuindo para sua permanência durante os prazos aplicáveis.

F. Número máximo de ações abrangidas:

O Plano de Opções não prevê um limite específico de ações abrangidas pelas outorgas de opções realizadas. No entanto, a outorga de opções deve observar os limites estabelecidos no Plano de Opções e descritos no item "g" abaixo.

G. Número máximo de opções a serem outorgadas:

O Plano de Opções não prevê um limite específico de opções a serem outorgadas, mas estabelece parâmetros de observância obrigatória para outorga de opções, balizando os limites máximos para sua outorga. Assim, as opções outorgadas a cada um dos seguintes grupos de administradores deverá obedecer aos seguintes limites máximos: (i) as opções outorgadas aos membros do Conselho de Administração não poderão ter preço de exercício total superior a 120% de seus honorários anuais (assim entendidos os seus honorários recebidos no mês de dezembro, multiplicados por 12); (ii) as opções outorgadas ao Diretor Presidente (CEO) e ao Diretor Geral de Operações (COO) não poderão ter preço de exercício total superior a 50% de seu salário anual (assim entendido o seu salário recebido no mês de dezembro, multiplicado por 13); e (iii) as opções outorgadas aos demais Diretores deverão ter preço de exercício total de entre 5% a até 20% de seu salário anual (assim entendido o seu salário recebido no mês de dezembro, multiplicado por 13). Além disso, será reservado um adicional de 20% das ações incluídas nas outorgas a cada ano (excluídas as outorgas feitas ao Conselho de Administração), para que possam ser distribuídas pelo Comitê Executivo a executivos considerados estratégicos, de forma individual.

H. Condições de aquisição de ações:

As ações necessárias para fazer frente ao exercício de opções são compradas no mercado e retidas em tesouraria pela Companhia. Alternativamente, a Companhia poderá decidir por emitir ações especificas para lastrear o Plano de Opções – prática que ainda não foi adotada durante a existência do Plano de Opções. As ações devem ser adquiridas pelos Beneficiários pelo preço de exercício descrito no item "i" abaixo, sendo que cada opção dá direito à aquisição de uma ação preferencial.

A principal condição para exercício das opções de compra de ações é a observância do prazo de carência de 5 (cinco) anos a contar da data da outorga, que após tal prazo tornar-se-ão exercíveis, desde que mantido o vínculo do Beneficiário com a Gerdau. O executivo tem mais cinco anos, contados do término do prazo de carência, para exercer suas opções de compra de ações.

A partir das outorgas realizadas ao final de 2009, as opções passaram a estar sujeitas também a outra condição para exercício atrelada aos resultados da Companhia: o Plano de Opções passou a prever que 50% das opções outorgadas a administradores apenas serão exercíveis após o prazo de carência de 5 (cinco) anos mencionado acima, desde que sejam atendidas as metas de desempenho estabelecidas para o período pelo Comitê Executivo, e desde que seja mantido o vínculo do Beneficiário com a Gerdau. O executivo tem mais cinco anos, contados do término do prazo de carência, para exercer suas opções de compra de ações.

I. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O preço de exercício das opções deverá sempre corresponder ao valor médio de cotação da ação na data de outorga das opções (ou seja, no último dia útil de dezembro de cada ano). Assim, tem-se que o preço de exercício é fixado com base no parâmetro de mercado da data da outorga, estimulando os Beneficiários a buscarem a valorização das ações no longo prazo, uma vez que os seus possíveis ganhos serão advindos da diferença entre o preço de aquisição e o preço de venda das ações no mercado.

J. Critérios para fixação do prazo de exercício:

As opções de compra de ações apenas poderão ser exercidas após transcorrido o prazo de carência de 5 (cinco) anos contados da data de outorga das opções (sendo que, no caso dos Administradores, 50%

das opções estarão sujeitas, ainda, ao cumprimento de metas de desempenho para que possam ser exercidas). Entende-se que esse prazo é necessário para vincular e alinhar os interesses dos administradores com a Companhia no longo prazo, estimulando-os a gerar valor ao longo do tempo e a permanecer na Companhia para que possam realizar o possível ganho futuro.

Após o cumprimento do prazo de carência de cinco anos, o Beneficiário tem mais cinco anos para exercer suas opções de compra de ações, durante os quais a opção pode ser exercida total ou parcialmente.

Os prazos aplicáveis serão alterados em caso de desligamento, aposentadoria ou falecimento do Beneficiário, conforme detalhado no item "n" abaixo.

K. Forma de liquidação:

As opções de compra de ações poderão ser liquidadas mediante solicitação expressa do executivo. Como regra, o Plano de Opções prevê que a Companhia possa entregar ações mantidas em tesouraria ou ainda emitir novas ações especificamente para fazer frente ao exercício de opções. Na prática, a Companhia tem optado, desde a adoção do Plano de Opções, em 2003, por utilizar ações em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções.

O Plano de Opções prevê que o preço de exercício das opções deve ser pago à vista pelo Beneficiário, em moeda corrente nacional, salvo decisão em contrário do Comitê de Remuneração e Sucessão.

L. Restrições à transferência das ações:

A única restrição prevista à transferência das ações adquiridas em virtude do exercício das opções é o direito de preferência da Companhia para adquirir, ao preço de mercado na data da compra, as ações que o Beneficiário manifeste ter a intenção de vender.

M. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano de Opções foi aprovado por decisão da Assembleia Geral de acionistas da Companhia, que também tem a competência para extingui-lo ou alterá-lo. Além disso, o Conselho de Administração tem competência para extinguir o Plano de Opções ou alterá-lo, necessário diante da política de remuneração da Companhia e dos objetivos nela previstos. No caso de término ou alteração do Plano de Opções, os Beneficiários serão informados com 30 dias de antecedência, sendo certo que os direitos a eles já conferidos não serão afetados.

Além disso, caso haja mudança no controle acionário da Companhia, as opções de compra de ações outorgadas aos Beneficiários há mais de 12 meses contados de tal alteração tornar-se-ão automaticamente exercíveis, ainda que seus correspondentes prazos de carência não tenham transcorrido por completo, sendo que as opções cujo exercício dependa do cumprimento de metas de desempenho poderão ser exercidas de forma proporcional aos resultados alcançados com relação à meta traçada, considerando-se, para tais fins, o resultado médio do período desde a data de outorga das opções.

N. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

No caso de aposentadoria do Beneficiário pelo plano de aposentadoria da Gerdau ou pelo Plano de Aposentadoria Oficial ou por ambos, o mesmo obterá o direito ao exercício da opção de compra das ações a ele outorgada, inclusive aquelas cujo prazo de carência ainda não tenha sido integralmente cumprido, imediatamente após o término de seu contrato de trabalho. O direito à opção de compra de ações, neste caso, deverá ser obrigatoriamente exercido no prazo de 2 (dois) anos da data do término do contrato de trabalho. Nesse caso, as opções cujo exercício dependa do cumprimento de metas de desempenho poderão ser exercidas de forma proporcional ao número de meses transcorridos desde a outorga da opção, considerando-se, para tais fins, o resultado médio obtido em tal período. O direito à opção de compra de ações, neste segundo caso, deverá ser obrigatoriamente exercido no prazo de 30 (trinta) dias da data do término do contrato de trabalho.

No caso de falecimento do executivo, seus sucessores terão direito a exercer as opções de compra de ações, de acordo com os mesmos critérios descritos acima para o caso de aposentadoria.

Na hipótese de término do contrato de trabalho por iniciativa da Companhia e sem justa causa, o Beneficiário terá direito a exercer as opções cujo prazo carência já tenha decorrido, dentro do prazo final e extintivo de seis meses, sendo que as demais opções serão extintas na data do término do contrato de trabalho. Caso o desligamento seja por justa causa, o Beneficiário perderá o direito de exercer todas as opções de compra de ações, inclusive aquelas cujo prazo de carência já tenha decorrido.

13.5. INFORMAR A QUANTIDADE DE AÇÕES OU COTAS DIRETA OU INDIRETAMENTE DETIDAS, NO BRASIL OU NO EXTERIOR, E OUTROS VALORES MOBILIÁRIOS CONVERSÍVEIS EM AÇÕES OU COTAS, EMITIDOS PELO EMISSOR, SEUS CONTROLADORES DIRETOS OU INDIRETOS, SOCIEDADES CONTROLADAS OU SOB CONTROLE COMUM, POR MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA OU DO CONSELHO FISCAL, AGRUPADOS POR ÓRGÃO, NA DATA DE ENCERRAMENTO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL:

Quantidade						
Empresa	Conselho de		Diretoria		Conselho Fiscal	
	ON	PN	ON	PN	ON	PN
Gerdau S.A.	87.082	25.662.071	36	286.321	-	700
Metalúrgica Gerdau S.A.	2.627.664	4.124.142	98	8	-	40.018
Indac Ind., Adm. e Com. S.A.	-	150	-	-	-	-
Seiva S.A. Florestas e Indústrias S.A.	5.652	36.958	2	-	-	-
Cindac - Empreendimentos e Participações S.A.	308.314.695	-	-	-	-	-
Stichting Gerdau Johannpeter[1]	100	-	-	-	-	-
Gerdau Açominas S.A.	8	2	3	-	-	-
Gerdau Aços Longos S.A.	8	2	3	-	-	-
Gerdau Aços Especiais S.A.	8	2	3	-	-	-
Gerdau Comercial de Aços S.A.	8	2	3	-	-	-
Gerdau América Latina Part. S.A.	8	2	3	-	-	-

[1] Empresa constituída por quotas.

Notas: Informações atualizadas com base em 31.12.2010.

13.6. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

A. Órgão:

B. Número de membros:

C. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações:

i. Data de outorga
ii. Quantidade de opções outorgadas
iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis
iv. Prazo máximo para exercício das opções
v. Prazo de restrição à transferência das ações

O plano não permite a transferência das opções de ações para terceiros. Quando as opções de ações estiverem liberadas para exercício e o executivo decidir exercê-las, a Gerdau terá preferência de compra, do contrário um agente financeiro intermediará a operação.

vi. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:

- *Em aberto no início do exercício social*
- *Perdidas durante o exercício social*
- *Exercidas durante o exercício social*
- *Expiradas durante o exercício social*

D. Valor justo das opções na data de outorga:

E. Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2011)										
A - Órgão	**Conselho de Administração**									
B - Nº de membros	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
C - Outorga de opções de compras de ações										
C i - Data de outorga	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11
C ii - Quantidade de opções outorgadas	582.124	504.764	233.511	1.076.291	792.925	551.209	1.023.890	548.305	401.240	NA
C iii - Prazo para que as opções se tornem exercíveis	dez/08	dez/09	dez/07	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
C iv - Prazo máximo para exercício das opções	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21
C v - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
C vi - Preço médio ponderado de exercício:										
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,78	10,58	10,58	12,86	17,5	26,19	14,91	29,12	22,61	NA
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	NA	NA	10,58	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D - Valor justo das opções na data da outorga	0,83	1,92	1,92	1,11	4,33	7,64	10,55	6,98	13,07	NA
E - Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
A - Órgão	**Diretoria Estatutária**									
B - Nº de membros	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,33	8,00
C - Outorga de opções de compras de ações										
C i - Data de outorga	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11
C ii - Quantidade de opções outorgadas	77.846	65.419	32.710	66.314	77.120	116.529	220.084	128.774	249.981	NA
C iii - Prazo para que as opções se tornem exercíveis	dez/08	dez/09	dez/07	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
C iv - Prazo máximo para exercício das opções	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21
C v - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
C vi - Preço médio ponderado de exercício:										
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,78	10,58	10,58	12,86	17,5	26,19	14,91	29,12	22,61	NA
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	12,86	17,5	26,19	14,91	29,12	NA	NA
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	6,78	10,58	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D - Valor justo das opções na data da outorga	0,83	1,92	1,92	1,11	4,33	7,64	10,55	6,98	13,07	NA
E - Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	

Nota 1: Não há diluição em função da prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria . Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010. (Número de membros elegíveis ao recebimento das opções de compra de ações).

Nota 3: A previsão do preço das opções a serem outorgadas em 2011, bem como o seu valor justo, para o exercício social corrente não é possível por que depende do valor da ação em 30 de dezembro de 2011

Nota 4: Em dez/2004, houve a aprovação de 2 programas distintos, um deles com prazo de carência para exercício das opções em 5 anos, e um programa adicional com prazo de carência de 3 anos, por decisão do Comitê de Remuneração e Sucessão, no exercício de sua competência para alterar a regra geral de fixação do prazo de exercício das opções, prevista no item 6.1 do Plano de Opção de Compra de Ações.

Nota 5: O Plano de Opção de Compra de Ações prevê, como preço de exercício das opções, o valor médio da ação preferencial de emissão da Companhia, no último pregão do ano, sem a incidência de qualquer ajuste ou correção monetária, assim mantendo-se tal preço inalterado até a data do exercício das opções. Portanto, todos os valores relativos a preços, reproduzidos na tabela, repetirão exatamente os valores observados no ano anterior.

Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado para o exercício social encerrado (2010)									
A - Órgão	**Conselho de Administração**								
B - Nº de membros	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
C - Outorga de opções de compras de ações									
C i - Data de outorga	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10
C ii - Quantidade de opções outorgadas	582.124	504.764	233.511	1.076.291	792.925	551.209	1.023.890	548.305	401.240
C iii - Prazo para que as opções se tornem exercíveis	dez/08	dez/09	dez/07	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15
C iv - Prazo máximo para exercício das opções	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20
C v - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
C vi - Preço médio ponderado de exercício:									
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,78	10,58	10,58	12,86	17,5	26,19	14,91	29,12	22,61
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	NA	NA	10,58	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D - Valor justo das opções na data da outorga	0,83	1,92	1,92	1,11	4,33	7,64	10,55	6,98	13,07
E - Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
A - Órgão	**Diretoria Estatutária**								
B - Nº de membros	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,33
C - Outorga de opções de compras de ações									
C i - Data de outorga	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10
C ii - Quantidade de opções outorgadas	77.846	65.419	32.710	66.314	77.120	116.529	220.084	128.774	249.981
C iii - Prazo para que as opções se tornem exercíveis	dez/08	dez/09	dez/07	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15
C iv - Prazo máximo para exercício das opções	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20
C v - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
C vi - Preço médio ponderado de exercício:									
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,78	10,58	10,58	12,86	17,5	26,19	14,91	29,12	22,61
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	12,86	17,5	26,19	14,91	29,12	NA
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	6,78	10,58	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D - Valor justo das opções na data da outorga	0,83	1,92	1,92	1,11	4,33	7,64	10,55	6,98	13,07
E - Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Nota 1: Não há diluição em função da prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria . Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010. (Número de membros elegíveis ao recebimento das opções de compra de ações).

Nota 3: Em dez/2004, houve a aprovação de 2 programas distintos, um deles com prazo de carência para exercício das opções em 5 anos, e um programa adicional com prazo de carência de 3 anos, por decisão do Comitê de Remuneração e Sucessão, no exercício de sua competência para alterar a regra geral de fixação do prazo de exercício das opções, prevista no item 6.1 do Plano de Opção de Compra de Ações.

Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado para o exercício social encerrado (2009)								
A - Órgão	**Conselho de Administração**							
B - Nº de membros	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
C - Outorga de opções de compras de ações								
C i - Data de outorga	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09
C ii - Quantidade de opções outorgadas	582.124	504.764	233.511	1.076.291	792.925	551.209	1.023.890	548.305
C iii - Prazo para que as opções se tornem exercíveis	dez/08	dez/09	dez/07	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14
C iv - Prazo máximo para exercício das opções	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19
C v - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
C vi - Preço médio ponderado de exercício:								
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,78	10,58	10,58	12,86	17,5	26,19	14,91	29,12
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	12,86	17,5	26,19	14,91	29,12
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	6,78	NA	10,58	NA	NA	NA	NA	NA
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D - Valor justo das opções na data da outorga	0,83	1,92	1,92	1,11	4,33	7,64	10,55	6,98
E - Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
A - Órgão	**Diretoria Estatutária**							
B - Nº de membros	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,00
C - Outorga de opções de compras de ações								
C i - Data de outorga	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09
C ii - Quantidade de opções outorgadas	77.846	65.419	32.710	66.314	77.120	116.529	220.084	128.774
C iii - Prazo para que as opções se tornem exercíveis	dez/08	dez/09	dez/07	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14
C iv - Prazo máximo para exercício das opções	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19
C v - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
C vi - Preço médio ponderado de exercício:								
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,78	10,58	10,58	12,86	17,5	26,19	14,91	29,12
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D - Valor justo das opções na data da outorga	0,83	1,92	1,92	1,11	4,33	7,64	10,55	6,98
E - Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Nota 1: Não há diluição em função da prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria . Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010. (Número de membros elegíveis ao recebimento das opções de compra de ações).

Nota 3: Em dez/2004, houve a aprovação de 2 programas distintos, um deles com prazo de carência para exercício das opções em 5 anos, e um programa adicional com prazo de carência de 3 anos, por decisão do Comitê de Remuneração e Sucessão, no exercício de sua competência para alterar a regra geral de fixação do prazo de exercício das opções, prevista no item 6.1 do Plano de Opção de Compra de Ações.

Para suportar o programa de remuneração por ações a empresa as adquire no mercado e as mantêm em tesouraria.

A companhia adotou a faculdade de não apresentar os dados anteriores ao exercício de 2009, conforme Instrução 480 da CVM.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A. Órgão:

B. Número de membros:

C. Em relação às opções ainda não exercíveis:

i. Quantidade
ii. Data em que se tornarão exercíveis
iii. Prazo máximo para exercício das opções
iv. Prazo de restrição à transferência das ações
v. Preço médio ponderado de exercício
vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social

D. Em relação às opções exercíveis:

i. Quantidade
ii. Prazo máximo para exercício das opções
iii. Prazo de restrição à transferência das ações
iv. Preço médio ponderado de exercício
v. Valor justo das opções no último dia do exercício social
vi. Valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2010										
A - Órgão	**Conselho de Administração**					**Diretoria Estatutária**				
B - Nº de membros	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	8,00	8,00	8,00	8,00	8,33
C - Opções ainda não exercíveis										
C i - Quantidade	792.925	551.209	1.023.890	548.305	401.240	71.608	102.878	208.993	122.839	249.981
C ii - Data em que se tornarão exercíveis	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15
C iii - Prazo máximo para exercício das opções	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20
C iv - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
C v - Preço médio ponderado de exercício	17,50	26,19	14,91	29,12	22,61	17,50	26,19	14,91	29,12	22,61
C vi - Valor justo das opções no último dia do exercício social	4,33	7,64	10,55	6,98	13,07	4,33	7,64	10,55	6,98	13,07
D - Opções exercíveis										
D i - Quantidade			564.484	717.828	1.076.291			67.952	64.043	59.238
D ii - Prazo máximo para exercício das opções			dez/13	dez/14	dez/15			dez/13	dez/14	dez/15
D iii - Prazo de restrição à transferência das ações			NA	NA	NA			NA	NA	NA
D iv - Preço médio ponderado de exercício			6,78	10,58	12,86			6,78	10,58	12,86
D v - Valor justo das opções no último dia do exercício social			10,55	6,98	13,07			10,55	6,98	13,07
D vi - Valor justo do total das opções no último dia do exercício social			5.955.306	5.010.439	14.067.123			716.894	447.020	774.241

O plano não permite a transferência das opções de ações para terceiros. Quando as opções de ações estiverem liberadas para exercício e o executivo decidir exercê-las, a Gerdau terá preferência de compra, do contrário um agente financeiro intermediará a operação.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A. Órgão:

B. Número de membros:

C. Em relação às opções exercidas informar:

i. Número de ações
ii. Preço médio ponderado de exercício
iii. Valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas

D. Em relação às ações entregues informar:

i. Número de ações
ii. Preço médio ponderado de aquisição
iii. Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2010		
A - Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
B - Nº de membros	7,00	8,33
C - Opções exercidas		
C i - Número de ações	15.728	20.117
C ii - Preço médio ponderado de exercício	10,58	8,71
C iii - Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	291.912,00	410.565,00
D - Ações entregues		
D i - Número de ações entregues	NA	NA
D ii - Preço médio ponderado de aquisição	NA	NA
D iii - Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	NA	NA

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2009		
A - Órgão	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**
B - Nº de membros	7,00	8,00
C - Opções exercidas		NA
C i - Número de ações	64.345	NA
C ii - Preço médio ponderado de exercício	3,98	NA
C iii - Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	703.543,00	NA
D - Ações entregues		
D i - Número de ações entregues	NA	NA
D ii - Preço médio ponderado de aquisição	NA	NA
D iii - Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	NA	NA

A companhia adotou a faculdade de não apresentar os dados anteriores ao exercício de 2009, conforme Instrução 480 da CVM.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

A. Modelo de precificação:

O valor justo das opções outorgadas sob o Plano de Opções é precificado com base no modelo de precificação de opções de Black-Scholes.

B. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

Data de cálculo

As opções são avaliadas na data da outorga respectiva, que é sempre o último dia útil de dezembro de cada ano.

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações de emissão da Companhia considerado para o cálculo do valor das respectivas opções é a cotação de fechamento das ações no mercado, na data da outorga das opções.

Preço de exercício

O preço de exercício é a cotação de fechamento das ações no mercado, na data da outorga das opções.

Volatilidade esperada

Para cálculo da volatilidade esperada, foram utilizados no modelo os preços médios ponderados das ações em períodos históricos equivalentes aos períodos para exercício de 5 anos, fixados nos termos das outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opções.

Prazo de vida da opção

O prazo de vida esperado pela Companhia foi determinado considerando a premissa de que os executivos exercerão suas opções ao final do período para seu exercício, o que não necessariamente se verifica na realidade. Assim, foi considerado que as opções têm prazo de vida de 5 anos, iniciado com o término do prazo de carência das opções.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Com base no histórico de pagamento de dividendos pela Companhia, foi estimada uma taxa de dividendos esperados em 34% sobre o valor de mercado da ação.

Taxa de juros livre de risco

Para estimativa da taxa de juros livre de risco, foram utilizados os contratos de juros futuros negociados para o prazo máximo de exercício de cada opção, isto é, para o prazo de 10 anos contados de sua outorga.

C. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

Desvio padrão das cotações multiplicado pela raiz quadrada dos dias úteis do ano.

D. Forma de determinação da volatilidade esperada:

Para cálculo da volatilidade esperada, foram utilizados no modelo os preços médios ponderados das ações em períodos históricos equivalentes aos períodos para exercício de 5 anos, fixados nos termos das outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opções.

E. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não houve incorporação de outra característica das opções na mensuração de seu valor justo.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A. Órgão:

B. Número de membros:

C. Nome do plano:

D. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar:

E. Condições para se aposentar antecipadamente:

F. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:

G. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores:

H. Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições:

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B - Nº de membros	NA	8,33
C - Nome do plano	NA	Plano Benefício Definido de aposentadoria e Contribuição Definida Gerdau
D - Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	NA	4
E - Condições para se aposentar antecipadamente	NA	Desligamento, 55 anos de Idade e 10 anos de empresa
F - Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	NA	R$ 50.758.187,20
G - Valor total das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	NA	R$ 824.249,46
H - Possibilidade de resgate antecipado e condições	NA	A parte da empresa é resgatável a partir de 3 anos de tempo de serviço, alcançando direito a 100% de resgate aos 15 anos de serviço.

Nota: O item não se aplica ao Conselho de Administração, uma vez que seus membros, ou já são aposentados pelo Plano ou então não são elegíveis.

O Plano de Previdência é suportado por outra empresa controlada, a Gerdau Aços Longos S.A.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

A. Órgão:

B. Número de membros:

C. Valor da maior remuneração individual:

D. Valor da menor remuneração individual:

E. Valor médio de remuneração individual:

Em atenção à medida liminar deferida em Medida Cautelar nº 17.350-RJ (2010/0168534-8), para acautelar o julgamento do Recurso Especial interposto, em que foram restabelecidos os efeitos da decisão

proferida pelo Juízo de 1º Grau (processo nº 2010.5101002888-5), em ação que tramita perante a 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, RJ, movida pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro, ao qual a Companhia é associada, deixamos de apresentar as informações referidas neste item.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor:

A Companhia não adota política específica no que se refere a remuneração e/ou indenizações para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, exceto, neste último caso, pelos benefícios relacionados aos planos de previdência em vigor, descritos no item 13.10 deste Formulário de Referência. Vale notar que a apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O - *Directors & Officers*), com abrangência à Companhia e todas as suas controladas, exceto nos EUA e Canadá (onde são contratadas apólices individuais), (i) não se estende e não tem qualquer relação com as hipóteses de destituição ou aposentadoria; e (ii) não implica impacto financeiro para o emissor, uma vez que o pagamento do prêmio, no valor de US$ 293.750,00, é suportado pela controladora direta da Companhia (Metalúrgica Gerdau S.A.).

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	2010	2009
Conselho de Administração	87%	91%
Diretoria Estatutária	22%	17%
Conselho Fiscal	0%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não houve remuneração de membros do conselho de administração, diretoria estatutária ou do conselho fiscal como comissões, serviços de consultoria ou assessoria, por razões que não sejam as funções que ocupam na Companhia.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Conforme informado no subitem 13.1.f do Formulário de Referência, a remuneração dos administradores da Companhia é suportada pelo Grupo Gerdau como um todo, razão pela qual grande parte da remuneração é paga diretamente por sociedades controladas pela Companhia, conforme expresso na tabela abaixo, que também inclui outros valores recebidos pelos administradores da Companhia que tenham sido reconhecidos no resultado de controladores e controladas da Companhia. Ressalta-se que não há remuneração reconhecida no resultado de sociedades sob controle comum.

Remuneração total para o Exercício Social encerrado 31/12/2010 - Valores Anuais

	Controladora				Controladas			
A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	9,00	8,33	3,00	20,33	9,00	8,33	-	17,33
C i - Remuneração fixa anual								
Salário ou pró-labore	1.164.000,00	66.667,00	64.000,00	1.294.667,00	6.580.800,00	13.472.793,00	-	20.053.593,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-	191.599,00	509.832,00	-	701.431,00
Participações em comitês	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
C ii - Remuneração Variável								
Bônus	1.237.543,00	28.125,00	-	1.265.668,00	11.399.229,00	14.298.245,00	-	25.697.474,00
Participação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
C iii - Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-	-	824.249,00	-	824.249,00
C iv - Benefícios por Cessação no Cargo	-	-	-	-	-	-	-	-
C v - Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-	-	-	-
E - Total Remuneração	2.401.543,00	94.792,00	64.000,00	2.560.335,00	18.171.628,00	29.105.119,00	-	47.276.747,00

Nota 1: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 3: Benefícios diretos e indiretos são compostos por automóvel de representação, seguro de vida e acidentes pessoais e plano de saúde sendo este último custeado por utilização. Benefício pós-emprego constitui-se do aporte que a companhia faz aos planos de aposentadoria dos executivos referidos.

Remuneração total para o Exercício Social encerrado 31/12/2009 - Valores Anuais

	Controladora				Controladas			
A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	9,00	9,00	3,00	21,00	9,00	9,00	-	18,00
C i - Remuneração fixa anual								
Salário ou pró-labore	1.716.000,00	66.667,00	60.000,00	1.842.667,00	10.274.800,00	13.656.196,00	-	23.930.996,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-	197.307,00	514.424,00	-	711.731,00
Participações em comitês	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
C ii - Remuneração Variável								
Bônus	1.783.567,00	28.125,00	-	1.811.692,00	8.220.209,00	4.540.691,00	-	12.760.900,00
Participação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
C iii - Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-	-	750.204,00	-	750.204,00
C iv - Benefícios por Cessação no Cargo	-	-	-	-	-	-	-	-
C v - Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-	-	-	-
E - Total Remuneração	3.499.567,00	94.792,00	60.000,00	3.654.359,00	18.692.316,00	19.461.515,00	-	38.153.831,00

Nota 1: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 3: Benefícios diretos e indiretos são compostos por automóvel de representação, seguro de vida e acidentes pessoais e plano de saúde sendo este último custeado por utilização. Benefício pós-emprego constitui-se do aporte que a companhia faz aos planos de aposentadoria dos executivos referidos.

A companhia adotou a faculdade de não apresentar os dados anteriores ao exercício de 2009, conforme Instrução 480 da CVM.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há outras informações relevantes com relação à remuneração dos administradores que não tenham sido prestadas nos demais subitens do item 13 do Formulário de Referência.

14. RECURSOS HUMANOS

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

A. Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

A tabela abaixo representa o número consolidado de empregados da Gerdau S.A.

Empregados	Brasil	Exterior	Total
2008	23.497	22.720	46.217
2009	20.601	17.560	38.161
2010	22.577	18.713	41.290
2011	22.785	18.808	41.593

Nota: Todos os empregados dedicam-se à atividade siderúrgica e correlatas

B. Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica):

A tabela abaixo representa o número consolidado de terceiros da Gerdau S.A.

Terceiros	Brasil	Exterior	Total
2008	9.419	2.639	12.058
2009	6.796	3.010	9.806
2010	7.676	3.565	11.241
2011	7.415	3.683	11.098

Nota: Todos os terceiros dedicam-se à atividade siderúrgica e correlatas

C. Índice de rotatividade:

O índice de rotatividade de empregados é de 8% ao ano.

D. Exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas:

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma destas ações se refere a valores que individualmente tenham potencial para impactar significativamente o patrimônio ou a capacidade financeira da Companhia ou de suas controladas, não existindo, da mesma forma, qualquer processo que, no entender da Companhia, individualmente represente risco à reputação ou aos negócios da Companhia ou de suas controladas.

As discussões objeto das referidas ações judiciais envolvem, principalmente, pedidos de pagamento de horas extras, adicional de periculosidade e indenizações por acidentes do trabalho e doenças ocupacionais, entre outros.

A Companhia possui provisão suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis proferidas nessas ações. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

14.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima:

Não houve alterações relevantes, além do crescimento do número de empregados e terceiros em decorrência da retomada de parte dos níveis de produção anteriores a 2009.

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

A política do Grupo Gerdau para o total em dinheiro (salário base mais remuneração variável) é localizá-lo acima da média de mercado.

A. Política de salários e remuneração variável:

O sistema de remuneração dos empregados é baseado em duas referências: um salário fixo e uma porção variável vinculada a metas específicas.

A porção fixa da remuneração é constantemente monitorada e comparada ao referencial de mercado de modo a manter a paridade com as melhores práticas adotadas por outras empresas. A porção variável da remuneração está associada ao cumprimento de metas semestrais e anuais. Essas metas são aferidas por padrões claramente definidos, que ajudam a estimular sua superação, quer individualmente ou pelas equipes.

B. Política de benefícios:

A Gerdau disponibiliza para seus colaboradores benefícios tais como: Assistência Médica, Odontológica e Farmacêutica, Previdência Privada, Seguro de Vida, Bolsas de Estudo etc. Estes benefícios são concedidos com o objetivo de complementar necessidades locais e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos empregados e ex-empregados da Empresa.

C. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

O Grupo Gerdau mantém um sistema de remuneração baseado em ações, outorga de opções de compra de ações, a um grupo de empregados de alto nível (Diretores e Gerentes Seniores) responsáveis pela condução de unidades de produção ou processos importantes. Anualmente são outorgadas a esses executivos, opções de compra de ações da Gerdau S.A. em quantidade cujo preço total de exercício corresponda a 20% de sua remuneração fixa anual. O preço exercício das opções é o de mercado médio unitário do último pregão do ano, data em que são realizadas as outorgas anuais.

Durante o exercício de 2010, por ocasião do fechamento do capital da Gerdau Ameristeel Corp., empresa controlada atuante nos Estados Unidos e Canadá, as ações da Gerdau Ameristeel Corp.que suportavam o plano de remuneração baseado em ações de seus empregados, foram substituídas por ADRs representativos de ações da Gerdau SA (GGB).

i. Grupos de beneficiários

Diretores e Gerentes que ocupem posições avaliadas em mais de 800 pontos no sistema HAY.

ii. Condições para exercício

Ser empregado da Companhia e cumprir o período de carência, nos termos detalhados no item 13.4.h deste Formulário de Referência.

iii. Preços de exercício

Preço de mercado médio unitário na data da concessão da outorga, conforme descrito no item 13.4.i deste Formulário de Referência.

iv. Prazos de exercício

No plano aplicável ao Brasil, Espanha e Países da América Latina, a opção pode ser exercida após o decurso do prazo de carência de 5 anos contados da data de sua concessão, e pelo prazo de 5 anos a contar do decurso de tal prazo de carência, conforme descrito no item 13.4.j deste Formulário de Referência.

No plano aplicável aos Estados Unidos e Canadá (por sucessão à Gerdau Ameristeel Corp.), o prazo de exercício é de 5 anos para as opções cujo direito ao exercício é sujeito ao desempenho financeiro da Companhia, aplicável aos executivos com cargos de Diretor ou equivalente. Para os demais empregados o exercício é gradativo, sendo as opções divididas em 5 lotes equivalentes a 20% do total cada, os quais se tornam exercíveis anualmente, iniciando-se um ano após a outorga das opções.

v. Quantidade de ações comprometidas pelo plano

As ações da Gerdau S.A. suportam o plano de outorga de opções de compra de ações de todos os Diretores e empregados elegíveis do Grupo Gerdau no Brasil, Espanha e Países da América Latina, comprometendo atualmente 11.072.607 ações preferenciais nominativas - "GGBR4". O plano aplicável aos Estados Unidos e Canadá compromete 6.386.650 ADRs da Gerdau SA (GGB). O total de ações GGBR4 e ADRs GGB comprometidas soma, portanto, 17.459.257 unidades.

14.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos:

As empresas do Grupo Gerdau mantêm acordos coletivos de trabalho com os sindicatos representantes de seus empregados nos locais onde está instalada, negociando regularmente, nos vencimentos dos respectivos acordos.

As negociações se desenvolvem em clima de respeito mútuo e diálogo aberto, observada a legislação local.

Houve uma única greve na Companhia, em 1988, que durou apenas 23 dias e foi motivada pela renegociação da fixação dos turnos de trabalho dos empregados.

15. CONTROLE

15.1. Identificar o acionista ou grupo de acionistas controladores, indicando em relação a cada um deles:

A. Nome:

B. Nacionalidade:

C. CPF/CNPJ:

D. Quantidade de ações detidas, por classe e espécie:

E. Percentual detido em relação à respectiva classe ou espécie:

F. Percentual detido em relação ao total do capital social:

G. Se participa de acordo de acionistas:

H. Se o acionista for pessoa jurídica, lista contendo as informações referidas nos subitens "a" a "d" acerca de seus controladores diretos e indiretos, até os controladores que sejam pessoas naturais, ainda que tais informações sejam tratadas como sigilosas por força de negócio jurídico ou pela legislação do país em que forem constituídos ou domiciliados o sócio ou controlador:

I. Data da última alteração:

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

POSIÇÃO ACIONÁRIA POR CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, em 28.02.2011.

Em unidades

Acionista/Cotistas	Nacionalidade	CNPJ	Investidor	Participa de Acordo de acionista	Data última Alteração	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
						Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
GERDAU S.A. - CNPJ nº 33.611.500/0001-19											
METALÚRGICA GERDAU	Brasileira	92.690.783/000109	Controlador	Não	31.12.2010	378.218.185	74,8	261.355.769	25,9	639.573.954	42,2
GERDAU BG PARTICIPAÇÕES S.A.	Brasileira	00.183.938/0001-94	Controlador	Não	30.12.2010	9.014.079	1,8	60.485.715	6,0	69.499.794	4,6
BNDESPAR PART SA BNDESPAR	Brasileira	00.383.281/0001-09	Não Controlador	Não	31.12.2010	35.917.222	7,1	14.162.154	1,4	50.079.376	3,3
OUTROS	-	-	Não Controlador	-	-	80.753.549	16,0	662.737.844	65,5	743.491.393	49,0
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-		-	-	1.697.538	0,3	12.459.663	1,2	14.157.201	0,9
Total	-	-				**505.600.573**	**100,0**	**1.011.201.145**	**100,0**	**1.516.801.718**	**100,0**
METALÚRGICA GERDAU S/A - CNPJ nº 92.690.783/0001-09											
INDAC - INDÚSTRIA, ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S/A	Brasileira	92.690.817/0001-57	Controlador	Não	31.12.2010	53.665.730	39,0	-	-	53.665.730	13,0
GRUPO GERDAU EMPREENDIMENTOS LTDA	Brasileira	87.153.730/0001-00	Controlador	Não	31.12.2010	36.176.586	26,3	15.924	0,0	36.192.510	8,8
Banco J.P Morgan S/A	Brasileira	33.172.537/0001-98	Não Controlador	Não	31.12.2010	9.516.096	6,9	25.486.643	9,3	35.002.739	8,5
Banco Opportunity S/A	Brasileira	33.857.830/0001-99	Não Controlador	Não	04.02.2011	-	-	27.333.379	9,9	27.333.379	6,6
OUTROS	-	-	Não Controlador	-	-	38.260.582	27,8	215.968.398	78,5	254.228.980	61,6
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	-	-	-	-	-	6.258.200	2,3	6.258.200	1,5
Total	-	-				**137.618.994**	**100,0**	**275.062.544**	**100,0**	**412.681.538**	**100,0**
GERDAU BG PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ nº 00.183.938/0001-94											
METALÚRGICA GERDAU	Brasileira	92.690.783/000109	Controlador	Não	31.12.2010	93.410.378	100,0			93.410.378	100,0
GRUPO GERDAU EMPREENDIMENTOS LTDA	Brasileira	87.153.730/0001-00	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	13.664	0,0			13.664	0,0
Total	-	-				**93.424.042**	**100,0**			**93.424.042**	**100,0**
INDAC - INDÚSTRIA, ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S/A - CNPJ nº 92.690.817/0001-57											
CINDAC - EMPREEND.E PART.S/A	Brasileira	89.550.883/0001-17	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	468.383.161	100,0	936.766.172	100,0	1.405.149.333	100,0
OUTROS	-	-	Não Controlador	-	-	-	-	150	0,0	150	0,0
Total	-	-				**468.383.161**	**100,0**	**936.766.322**	**100,0**	**1.405.149.483**	**100,0**
GRUPO GERDAU EMPREENDIMENTOS LTDA[1] - CNPJ nº 87.153.730/0001-00											
INDAC - INDUSTRIA, ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S.A.	Brasileira	92.690.817/0001-57	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	97.083.966	23,3
CINDAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A	Brasileira	89.550.883/0001-17	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	138.185.551	33,2
AÇOTER PARTICIPAÇÕES LTDA	Brasileira	02.290.525/0001-34	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	171.085.097	41,1
OUTROS	-	-	Não Controlador	-	-	-	-	-	-	9.565.512	2,3
Total						**-**	**-**	**-**	**-**	**415.920.126**	**100,0**
AÇOTER PARTICIPAÇÕES LTDA[1] - CNPJ nº 02.290.525/0001-34											
CINDAC - EMPREEND.E PART.S/A	Brasileira	89.550.883/0001-17	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	164.357.496	100,0
OUTROS	-	-	Não Controlador	-	-	-	-	-	-	4	0,0
Total	-	-				**-**	**-**	**-**	**-**	**164.357.500**	**100,0**
CINDAC - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ nº 89.550.883/0001-17											
STICHTING GERDAU JOHANNPETER	Holandesa	-	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	308.314.695	100,0	-	-	308.314.695	100,0
Total	-					**308.314.695**	**100,0**	**-**	**-**	**308.314.695**	**100,0**
STICHTING GERDAU JOHANNPETER [1] - FUNDAÇÃO SEDIADA NA HOLANDA											
GERMANO HUGO GERDAU JOHANNPETER (Gestor e Beneficário)	Brasileira	-	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	77.078.674	25,0
KLAUS GERDAU JOHANNPETER (Gestor e Beneficário)	Brasileira	-	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	77.078.674	25,0
JORGE GERDAU JOHANNPETER (Gestor e Beneficário)	Brasileira	-	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	77.078.674	25,0
FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER (Gestor e Beneficário)	Argentina	-	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	77.078.673	25,0
Total	-	-				**-**	**-**	**-**	**-**	**308.314.695**	**100,0**

[1]Empresa constituída por quotas.

15.2. Em forma de tabela, lista contendo as informações abaixo sobre os acionistas, ou grupos de acionistas que agem em conjunto ou que representam o mesmo interesse, com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1:

A. Nome:

B. Nacionalidade:

C. CPF/CNPJ:

D. Quantidade de ações detidas, por classe e espécie:

E. Percentual detido em relação à respectiva classe ou espécie e em relação ao total do capital social:

F. Se participa de acordo de acionistas:

G. Data da última alteração:

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

POSIÇÃO ACIONÁRIA POR CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, em 28.02.2011.

Em unidades

Acionista/Cotistas	Nacionalidade	CNPJ	Investidor	Participa de Acordo de acionista	Data última Alteração	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
						Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
GERDAU S.A. - CNPJ nº 33.611.500/0001-19											
METALÚRGICA GERDAU	Brasileira	92.690.783/000109	Controlador	Não	31.12.2010	378.218.185	74,8	261.355.769	25,9	639.573.954	42,2
GERDAU BG PARTICIPAÇÕES S.A.	Brasileira	00.183.938/0001-94	Controlador	Não	30.12.2010	9.014.079	1,8	60.485.715	6,0	69.499.794	4,6
BNDESPAR PART SA BNDESPAR	Brasileira	00.383.281/0001-09	Não Controlador	Não	31.12.2010	35.917.222	7,1	14.162.154	1,4	50.079.376	3,3
OUTROS	-	-	Não Controlador	-	-	80.753.549	16,0	662.737.844	65,5	743.491.393	49,0
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-		-	-	1.697.538	0,3	12.459.663	1,2	14.157.201	0,9
Total	-	-				**505.600.573**	**100,0**	**1.011.201.145**	**100,0**	**1.516.801.718**	**100,0**
METALÚRGICA GERDAU S/A - CNPJ nº 92.690.783/0001-09											
INDAC - INDÚSTRIA, ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S/A	Brasileira	92.690.817/0001-57	Controlador	Não	31.12.2010	53.665.730	39,0	-	-	53.665.730	13,0
GRUPO GERDAU EMPREENDIMENTOS LTDA	Brasileira	87.153.730/0001-00	Controlador	Não	31.12.2010	36.176.586	26,3	15.924	0,0	36.192.510	8,8
Banco J.P Morgan S/A	Brasileira	33.172.537/0001-98	Não Controlador	Não	31.12.2010	9.516.096	6,9	25.486.643	9,3	35.002.739	8,5
Banco Opportunity S/A	Brasileira	33.857.830/0001-99	Não Controlador	Não	04.02.2011	-	-	27.333.379	9,9	27.333.379	6,6
OUTROS	-	-	Não Controlador	-	-	38.260.582	27,8	215.968.398	78,5	254.228.980	61,6
AÇÕES EM TESOURARIA	-	-	-	-	-	-	-	6.258.200	2,3	6.258.200	1,5
Total	-	-				**137.618.994**	**100,0**	**275.062.544**	**100,0**	**412.681.538**	**100,0**
GERDAU BG PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ nº 00.183.938/0001-94											
METALÚRGICA GERDAU	Brasileira	92.690.783/000109	Controlador	Não	31.12.2010	93.410.378	100,0			93.410.378	100,0
GRUPO GERDAU EMPREENDIMENTOS LTDA	Brasileira	87.153.730/0001-00	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	13.664	0,0			13.664	0,0
Total	-	-				**93.424.042**	**100,0**			**93.424.042**	**100,0**
INDAC - INDÚSTRIA, ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S/A - CNPJ nº 92.690.817/0001-57											
CINDAC - EMPREEND.E PART.S/A	Brasileira	89.550.883/0001-17	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	468.383.161	100,0	936.766.172	100,0	1.405.149.333	100,0
OUTROS	-	-	Não Controlador	-	-	-	-	150	0,0	150	0,0
Total	-	-				**468.383.161**	**100,0**	**936.766.322**	**100,0**	**1.405.149.483**	**100,0**
GRUPO GERDAU EMPREENDIMENTOS LTDA[1] - CNPJ nº 87.153.730/0001-00											
INDAC - INDUSTRIA, ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO S.A.	Brasileira	92.690.817/0001-57	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	97.083.966	23,3
CINDAC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A	Brasileira	89.550.883/0001-17	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	138.185.551	33,2
AÇOTER PARTICIPAÇÕES LTDA	Brasileira	02.290.525/0001-34	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	171.085.097	41,1
OUTROS	-	-	Não Controlador	-	-	-	-	-	-	9.565.512	2,3
Total						**-**	**-**	**-**	**-**	**415.920.126**	**100,0**
AÇOTER PARTICIPAÇÕES LTDA[1] - CNPJ nº 02.290.525/0001-34											
CINDAC - EMPREEND.E PART.S/A	Brasileira	89.550.883/0001-17	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	164.357.496	100,0
OUTROS	-	-	Não Controlador	-	-	-	-	-	-	4	0,0
Total	-	-				**-**	**-**	**-**	**-**	**164.357.500**	**100,0**
CINDAC - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ nº 89.550.883/0001-17											
STICHTING GERDAU JOHANNPETER	Holandesa	-	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	308.314.695	100,0	-	-	308.314.695	100,0
Total	-					**308.314.695**	**100,0**	**-**	**-**	**308.314.695**	**100,0**
STICHTING GERDAU JOHANNPETER [1] - FUNDAÇÃO SEDIADA NA HOLANDA											
GERMANO HUGO GERDAU JOHANNPETER (Gestor e Beneficário)	Brasileira	-	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	77.078.674	25,0
KLAUS GERDAU JOHANNPETER (Gestor e Beneficário)	Brasileira	-	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	77.078.674	25,0
JORGE GERDAU JOHANNPETER (Gestor e Beneficário)	Brasileira	-	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	77.078.674	25,0
FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER (Gestor e Beneficário)	Argentina	-	Controlador Indireto	Não	31.12.2010	-	-	-	-	77.078.673	25,0
Total	-	-				**-**	**-**	**-**	**-**	**308.314.695**	**100,0**

[1]Empresa constituída por quotas.

15.3. Em forma de tabela, descrever a distribuição do capital, conforme apurado na última assembleia geral de acionistas:

A. Número de acionistas pessoas físicas:

B. Número de acionistas pessoas jurídicas:

C. Número de investidores institucionais:

D. Número de ações em circulação, por classe e espécie:

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima com base em 30/12/2010, conforme AGE realizada nessa data:

	Quantidade	
Acionistas pessoas físicas		111.537
Acionistas pessoas jurídicas		5.500
Investidores institucionais		1.031
	ON	**PN**
Número de ações em circulação, por classe e espécie[1]	97.270.453	654.735.957

[1] De acordo com informações ref. ao Nível 1 e Instr. CVM 358.

15.4. Caso o emissor deseje, inserir organograma dos acionistas do emissor, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2:

O organograma dos acionistas do emissor, já foi apresentado no item 8.2 deste formulário.

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

Não há acordo de acionistas.

A. Partes:

B. Data de celebração:

C. Prazo de vigência:

D. Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle:

E. Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores:

F. Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las:

G. Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração:

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor:

No quadro abaixo seguem alterações nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor:

Posição Acionária						
Controlador [1]						
	ON	**%**	**PN**	**%**	**TOTAL**	**%**
Fevereiro/2011	387.232.264	76,59	321.841.484	31,83	709.073.748	46,75
Dezembro/2010	387.232.264	76,59	321.839.377	31,83	709.071.641	46,75
Dezembro/2009	378.218.185	76,16	271.353.662	29,03	649.571.847	45,38
Dezembro/2008	378.263.757	76,17	271.353.662	29,03	649.617.419	45,38
Administradores [2]						
	ON	**%**	**PN**	**%**	**TOTAL**	**%**
Fevereiro/2011	87.118	0,02	22.233.584	2,20	22.320.702	1,47
Dezembro/2010	87.118	0,02	23.398.566	2,31	23.485.684	1,55
Dezembro/2009	87.118	0,02	31.552.586	3,38	31.639.704	2,21
Dezembro/2008	87.702	0,02	31.823.168	3,40	31.910.870	2,23

[1] Metalúrgica Gerdau S.A. e Gerdau BG Participações S.A.

[2] Membros do Conselho de Administração e do Comitê Executivo da Companhia

15.7. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

PRÁTICA COMERCIAL DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os contratos de mútuo entre as empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia realiza, no curso normal dos seus negócios, operações com suas controladas e outras partes, relacionadas a (I) mútuos, (II) operações comerciais, (III) operações com debêntures de sua própria emissão e adquiridas por terceiros, (IV) avais e garantias e (V) remuneração da Administração (ver seção 13).

A realização de negócios relevantes com quaisquer partes relacionadas é submetida ao Conselho de Administração.

Referidos negócios são celebrados a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições estabelecidas entre as partes, e divulgados em nota explicativa às demonstrações financeiras.

EMPRÉSTIMOS

A Companhia realiza operações de mútuo com algumas de suas subsidiárias e coligadas por meio de contratos de empréstimo, os quais são celebrados sob condições estabelecidas entre as partes.

OPERAÇÕES COMERCIAIS

Operações comerciais realizadas entre a Companhia e suas subsidiárias ou partes relacionadas envolvem, basicamente, a compra e venda de insumos e produtos. Estas operações são realizadas em condições e prazos pactuados entre as partes. As operações comerciais incluem, ainda, pagamentos relacionados a garantias prestadas em razão dos contratos de empréstimos.

DEBÊNTURES

A Companhia realiza operações de compra e venda de debêntures de sua própria emissão com partes relacionadas, não estando sujeita à obrigação de recompra de tais debêntures. Estas operações têm sido realizadas como parte da gestão global de liquidez.

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

16.2. Informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas nos 3 últimos exercícios sociais ou estejam em vigor no exercício social corrente:

A. Nome das partes relacionadas:

B. Relação das partes com o emissor:

C. Data da transação:

D. Objeto do contrato:

E. Montante envolvido no negócio:

F. Saldo existente:

G. Montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir:

H. Garantias e seguros relacionados:

I. Duração:

J. Condições de rescisão ou extinção:

K. Quando tal relação for um empréstimo ou outro tipo de dívida, informar ainda:

i. Natureza e razões para a operação
ii. Taxa de juros cobrada

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

GERDAU S.A.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

GERDAU S.A.

Item	CONTRATOS COM O MESMO GRUPO	Relação com o emissor	Valor Original		Data de Vencimento ou Prazo	Condições de Rescisão ou de extinção	Taxa de juros cobrada (%)	Montante	
	Objeto e características do Contrato		R$ mil	Data				R$ mil	Data
1	Aval concedido para empresa Dona Francisca Energética em um empréstimo de R$ 29.198 mil junto ao BID em 2001. Sem remuneração.	Associada	29.198	15/05/2001	06/2013	Liquidação do contrato objeto	-	3.029	31/12/2010
2	Aval concedido para empresa Dona Francisca Energética em um empréstimo de R$ 72.156 mil junto ao BNDES em 2003. Sem remuneração.	Associada	72.156	15/07/2003	12/2014	Liquidação do contrato objeto	-	13.799	31/12/2010
3	Aval concedido para empresa Dona Francisca Energética em um empréstimo de R$ 37.448 mil junto ao Banco Bradesco em 2003. Sem remuneração.	Associada	37.448	16/06/2003	12/2014	Liquidação do contrato objeto	-	8.402	31/12/2010
4	Aval concedido para empresa Dona Francisca Energética em uma operação de SWAP junto ao Banco Votorantin. Sem remuneração.	Associada	13.218	17/04/2003	11/2013	Liquidação do contrato objeto	-	5.565	31/12/2010
5	Aval recebido da empresa Indac Ind. Adm. e Com. S.A. para todo e qualquer empréstimo junto ao BNDES e debêntures de 7ª, 8ª, 9ª e 11ª emissões, sem restrição de valores e data. Taxa de remuneração de 0,95% a.a. sobre o valor devido (R$ 10.662 individual e R$ 24.717 consolidado).	Controladora	-	-	Indeterminado	Liquidação do contrato objeto	-	1.021.007	31/12/2010
6	Aval concedido para empresa Gerdau Açominas S.A. em financiamentos e abertura de carta de crédito para aquisição de equipamentos e projetos de expansão até US$ 1.178.558 mil. Sem remuneração.	Controlada	2.042.893	26/07/2005	11/2011	Liquidação do contrato objeto	-	1.178.341	31/12/2010
7	Aval solidário concedido para empresa Gerdau Holdings Inc. referente ao Bond 10 anos emitido em novembro/2009 no valor de até US$ 1.250.000.000,00. Sem remuneração.	Controlada	2.188.125	31/11/2009	01/2020	Liquidação do contrato objeto	-	2.082.750	31/12/2010
8	Aval concedido para empresa Siderúrgica Del Peru em empréstimo junto aos bancos Banco de Crédito Del Peru – BCP e Scotiabank no valor de até US$ 150.000.000,00. Sem remuneração.	Controlada	294.795	24/05/2007	04/2014	Liquidação do contrato objeto	-	15	31/12/2010
9	Aval solidário concedido para empresa GNA Partners junto aos bancos ABN AMRO Bank N.V., HSBC Securities (USA) Inc. e J.P. Morgan Securities Inc. no valor de até US$ 2.750.000.000,00. Sem remuneração.	Controlada	5.395.500	31/08/2007	09/2013	Liquidação do contrato objeto	-	2.815.878	31/12/2010
10	Aval solidário concedido para empresa GTL Trade Finance Inc. referente ao Bond 10 anos emitido em outubro/2007 no valor de até US$ 1.500.000.000,00. Sem remuneração.	Controlada	1.744.000	22/10/2007	10/2017	Liquidação do contrato objeto	-	2.499.300	31/12/2010
11	Aval solidário concedido para empresa Gerdau Macsteel, Inc. em financiamento denominado “Revolver”, no valor de até US$ 500.000.000,00. Sem remuneração.	Controlada	788.630	23/05/2008	05/2011	Liquidação do contrato objeto	-	166.697	31/12/2010

Item	CONTRATOS COM O MESMO GRUPO	Relação com o emissor	Valor Original		Data de Vencimento ou Prazo	Condições de Rescisão ou de extinção	Taxa de juros cobrada (%)	Montante	
	Objeto e características do Contrato		R$ mil	Data				R$ mil	Data
12	Aval concedido à Gerdau Aços Especiais S.A. em contrato de compra e venda de energia elétrica com a Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., no valor atual de até R$ 1.603.826,00.	Controlada	1.664	23/09/2008	09/2016	Liquidação do contrato objeto	-	1.604	31/12/2010
13	Aval concedido à Siderúrgica del Peru S.A. com o Banco Standard Chartered referente a contrato de abertura de linha de crédito não comprometida no valor de até US$ 70.000.000,00.	Controlada	148.071	30/10/2008	Indeterminado	Liquidação do contrato objeto	-	116.634	31/12/2010
14	Aval concedido à Diaco S.A. em financiamento junto ao Banco BBVA Colômbia no valor de até COP 61.500.000.000,00, equivalentes a US$ 35.000.000,00 à data do contrato. Sem remuneração.	Controlada	55.832	16/07/2008	07/2013	Liquidação do contrato objeto	-	58.317	31/12/2010
15	Garantia concedida à associada Industrias Nacionales C. por A. com o Banco BNP Paribas para financiar obra civil e equipamentos auxiliares no valor de até US$ 25.000.000,00.	Associada	43.300	07/12/2009	07/2015	Liquidação do contrato objeto	-	41.655	31/12/2010
16	Garantia concedida à associada Industrias Nacionales C. por A. com o Banco BNP Paribas para financiar 85% dos equipamentos principais no valor de até US$ 34.935.000,00.	Associada	59.229	28/05/2010	01/2019	Liquidação do contrato objeto	-	54.781	31/12/2010
17	Aval concedido à Gerdau Trade Inc referente ao Bond 10 anos, emitido em setembro/2010 no valor de até US$ 1.250.000.000,00.	Controlada	2.117.750	09/2010	09/2020	Liquidação do contrato objeto	-	2.082.750	31/12/2010
18	Garantia concedida a Gerdau Corsa SAPI de C.V. com o Banco BBVA referente linha de capital de giro para pagamento de despesas com fornecedores no valor de até US$ 44.500.000,00.	Associada	75.392	27/08/2010	03/2011	Liquidação do contrato objeto	-	74.146	31/12/2010
19	Conta corrente (mútuo ativo) com a empresa Gerdau Aços Longos S.A. Remunerado pela variação mensal do CDI.	Controlada	7.060	31/07/2005	Indeterminado	Não há	9,75%	644	31/12/2010
20	Conta corrente (mútuo ativo) com a empresa Gerdau Ameristeel Corp. Remunerado pelos encargos contratados mais variação cambial.	Controlada	-	12/2010	Indeterminado	Não há	9,75%	663	31/12/2010
21	Conta corrente (mútuo passivo) com a empresa Gerdau Trade Inc. Remunerado pelos encargos contratados mais variação cambial.	Controlada	-	09/2010	Indeterminado	Não há	5,85% mais variação cambial	1.893.947	31/12/2010

Item	CONTRATOS COM O MESMO GRUPO	Relação com o emissor	Valor Original		Data de Vencimento ou Prazo	Condições de Rescisão ou de extinção	Taxa de juros cobrada (%)	Montante	
	Objeto e características do Contrato		R$ mil	Data				R$ mil	Data
22	A Gerdau S.A. normalmente realiza a compra e venda de debêntures de sua emissão para a Metalúrgica Gerdau S.A. e demais acionistas controladores, direta e indiretamente, tendo como contraparte essa própria Companhia. Essas operações são realizadas considerando o preço unitário atualizado do papel, o qual é remunerado pelo CDI.	Controladores, direta ou indiretamente	50.732	-	Indeterminado	Vencimento	9,75%	456.397	31/12/2010
23	A Gerdau S.A. normalmente realiza a compra e venda de debêntures de sua emissão para a Gerdau Aços Especiais S.A., tendo como contraparte essa própria companhia. Essas operações são realizadas considerando o preço unitário atualizado do papel, o qual é remunerado pelo CDI. Em 2010, as recompras totalizaram R$ 288.791 e as vendas totalizaram R$ 262.759.	Controlada	262.759	-	Indeterminado	Vencimento	9,75%	45.160	31/12/2010
24	A Gerdau S.A. normalmente realiza a compra e venda de debêntures de sua emissão para a Gerdau Aços Longos S.A., tendo como contraparte essa própria companhia. Essas operações são realizadas considerando o preço unitário atualizado do papel, o qual é remunerado pelo CDI. Em 2010, as recompras totalizaram R$ 1.259.542 e as vendas R$ 1.490.324.	Controlada	1.490.324	-	Indeterminado	Vencimento	9,75%	405.468	31/12/2010
25	A Gerdau S.A. normalmente realiza a compra e venda de debêntures de sua emissão para a Gerdau Açominas S.A., tendo como contraparte essa própria companhia. Essas operações são realizadas considerando o preço unitário atualizado do papel, o qual é remunerado pelo CDI. Em 2010, as recompras totalizaram R$ 641.647 e as vendas R$ 457.546 no período.	Controlada	457.546	-	Indeterminado	Vencimento	9,75%	-	31/12/2010
26	A Gerdau S.A. normalmente realiza a compra e venda de debêntures de sua emissão para a então Aços Villares S.A. (incorporada em 30/12/2010), tendo como contraparte essa própria Companhia. Essas operações são realizadas considerando o preço unitário atualizado do papel, o qual é remunerado pelo CDI. Em 2010, as recompras totalizaram R$ 1.133.485 e as vendas totalizaram R$ 1.111.905 no período.	Controlada	1.111.905	-	Indeterminado	Vencimento	9,75%	-	31/12/2010

Item	CONTRATOS COM O MESMO GRUPO	Relação com o emissor	Valor Original		Data de Vencimento ou Prazo	Condições de Rescisão ou de extinção	Taxa de juros cobrada (%)	Montante	
	Objeto e características do Contrato		R$ mil	Data				R$ mil	Data
27	A Gerdau S.A., em virtude da incorporação da Aços Villares S.A., em 31/12/2010, possui contas a receber decorrente de compras e vendas para empresas controladas (Gerdau Comercial de Aços S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A., Gerdau Açominas Overseas Ltd., Gerdau Laisa S.A., Empresa Siderúrgica Del Peru, Siderúrgica Zuliana, C.A., Sidenor Villares e Villares Corporation of America). As compras no período foram de R$ 96.278, realizadas através da Aços Villares S.A., e as vendas totalizaram R$ 309.562.	Controladas	309.562	-	Indeterminado	Vencimento		63.584	31/12/2010
28	Conta corrente (mútuo ativo), em termos consolidados, com a Fundação Gerdau e outros. Remunerado pela variação mensal do CDI.	Associada e outros	51.261	-	Indeterminado	Vencimento	9,75%	23.495	31/12/2010
29	Conta corrente (mútuo passivo), em termos consolidados, com a Metalúrgica Gerdau S.A. e outros. Remunerado pela variação mensal do CDI.	Controladora e outros	822	-	Indeterminado	Vencimento	9,75%	722	31/12/2010
30	Aval concedido para empresa Dona Francisca Energética em um empréstimo de R$ 23.445 mil junto ao Banco Dresdner em 2001. Sem remuneração.	Associada	3.098	15/05/2001	Liquidado antecipadamente	Liquidação do contrato objeto	-	-	31/12/2010
31	Aval concedido para empresa Dona Francisca Energética em um empréstimo de R$ 23.445 mil junto ao Banco Hypo em 2001. Sem remuneração.	Associada	3.098	15/05/2001	Liquidado antecipadamente	Liquidação do contrato objeto	-	-	31/12/2010
32	Aval concedido para empresa Dona Francisca Energética em uma operação de SWAP junto ao Banco Votorantin. Sem remuneração.	Associada	9.098	17/04/2003	Liquidado antecipadamente	Liquidação do contrato objeto	-	-	31/12/2010
33	Aval concedido para empresa Gerdau Aços Longos em financiamento e abertura de carta de crédito junto ao Banco Citibank para aquisição de equipamentos até US$ 34.000 mil. Sem remuneração.	Controlada	65.153	11/01/2006	Liquidado antecipadamente	Liquidação do contrato objeto	-	-	31/12/2010
34	Aval concedido à Estructurales Corsa, S.A.P.I. de C.V. (ECO) no valor de US$ 90.151.600,00 em financiamentos e abertura de carta de crédito para aquisição de equipamentos.	Associada	210.684	09/07/2008	Liquidado antecipadamente	Liquidação do contrato objeto	-	-	31/12/2010
35	Aval concedido à Gerdau Açominas S.A. com o BID no valor de US$ 200.000.000,00. A operação destina-se ao financiamento de parte do projeto de instalação de equipamento de lingotamento contínuo de placas da Gerdau Açominas S.A.	Controlada	467.400	26/08/2008	Liquidado antecipadamente	Liquidação do contrato objeto	-	-	31/12/2010

Item	CONTRATOS COM O MESMO GRUPO	Relação com o emissor	Valor Original		Data de Vencimento ou Prazo	Condições de Rescisão ou de extinção	Taxa de juros cobrada (%)	Montante	
	Objeto e características do Contrato		R$ mil	Data				R$ mil	Data
36	Aval concedido à Gerdau Macsteel Inc. em operação de Hedge, no valor total de US$ 500.000.000,00, com o objetivo de proteger a companhia da exposição a oscilações de taxas de juros no mercado internacional, geradas pelo "Term and Revolving Credit Agreement".	Controlada	1.168.500	15/09/2008	Liquidado antecipadamente	Liquidação do contrato objeto	-	-	31/12/2010
37	Conta corrente (mútuo ativo) com a empresa Gerdau Aços Especiais S.A. Remunerado pela variação mensal do CDI.	Controlada	92.500	05/01/2006	Liquidado antecipadamente	Vencimento	12,38%	-	31/12/2010
38	Aplicação Financeira no Fundo Paraopeba da Gerval DTVM Ltda.	Vinculada	1.356.861	09/2009	Liquidado antecipadamente	Liquidação do contrato objeto	-	-	31/12/2010
39	Aplicação em CDB do Banco Gerdau S.A.	Vinculada	55.173	03/2009	Liquidado antecipadamente	Liquidação do contrato objeto	-	-	31/12/2010
40	Garantia à GTL Trade Finance Inc. referente a operação de Sênior Liquidity Facility no valor de US$ 400.000 mil.	Controlada	934.800	30/11/2008	Liquidado antecipadamente	Liquidação do contrato objeto	-	-	31/12/2010
41	Garantia complementar em até US$ 300.000,00 referente ao contrato de compra e venda de energia elétrica contratado pela Gerdau Aços Especiais S.A. junto à Duke Energy International, Grupo Paranapanema S.A..	Controlada	701.100	04/11/2008	Liquidado antecipadamente	Liquidação do contrato objeto	-	-	31/12/2010
42	Garantia à Gerdau Açominas S.A. referente a financiamento contratado com o Banco Bradesco S.A. no valor de US$ 150 milhões.	Controlada	261.180	27/05/2009	Liquidado antecipadamente	Liquidação do contrato objeto	-	-	31/12/2010

(1) Assinala em qual dos seguintes grupos a contraparte se enquadra: Controlada, Coligada, Administrador (ou empresa ligada a ele) ou Controlador (ou empresa ligada a ele).

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e

Referidos negócios são celebrados a preços, prazos, encargos financeiros e demais condições pactuadas entre as partes, e divulgados em nota explicativa às demonstrações financeiras.

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas pela legislação, incluindo as previstas no Regulamento do Nível I de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.

Conforme informado no item 16.1, a realização de negócios relevantes entre partes relacionadas são submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

Os administradores da Companhia e todos os seus colaboradores sujeitam-se às Diretrizes Éticas da Companhia, que contêm uma seção sobre conflitos de interesse, instruindo tais indivíduos a buscar orientação internamente sobre as situações de possíveis conflitos e impondo diretrizes que devem ser constantemente observadas de modo a evitar tais situações de conflito.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado:

As operações com partes relacionadas são representadas, principalmente, por avais e garantias para a tomada de empréstimos por empresas do grupo (conforme lista de “Contratos com o mesmo grupo” constante no item 16.2). Essas operações foram efetuadas de forma a obter condições e taxas mais atrativas em seus empréstimos junto a terceiros, tendo sido celebradas em condições comutativas, observando-se preços e condições usuais de mercado entre partes não vinculadas. Desta forma, as transações com partes relacionadas não geram quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às empresas do grupo envolvidas.

O pagamento compensatório para cada um dos contratos consta na descrição de cada contrato da lista "Contratos com o mesmo grupo" constante no item 16.2.

17. CAPITAL SOCIAL

17.1. Elaborar tabela contendo as seguintes informações sobre o capital social:

A. Capital emitido, separado por classe e espécie:

B. Capital subscrito, separado por classe e espécie:

C. Capital integralizado, separado por classe e espécie:

D. Prazo para integralização do capital ainda não integralizado, separado por classe e espécie:

E. Capital autorizado, informando quantidade de ações, valor e data da autorização:

F. Títulos conversíveis em ações:

G. Condições para conversão:

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima com base em 28/02/2011:

	ON	PN
Capital autorizado (Quantidade ações)	1.500.000.000	3.000.000.000
Capital Emitido (Quantidade ações)	505.600.573	1.011.201.145
Capital subscrito (Quantidade ações)	505.600.573	1.011.201.145
Capital integralizado (Quantidade ações)	505.600.573	1.011.201.145
Capital Social (R$ mil) [1]	R$ 15.666.547	
Prazo para integralização do capital ainda não integralizado	Não se aplica	Não se aplica
Títulos conversíveis em ações	Não se aplica	Não se aplica
Condições para conversão	Não se aplica	Não se aplica

Nota: Informações com data base em 28.02.2011.

[1] Capital social constante nas demonstrações financeiras de R$ 15.651.352 mil + R$ 15.195 mil referente a custos de emissão de ações do aumento de capital de 2008

17.2. Em relação aos aumentos de capital do emissor, indicar:

A. Data da deliberação:

B. Órgão que deliberou o aumento:

C. Data da emissão:

D. Valor total do aumento:

E. Quantidade de valores mobiliários emitidos, separados por classe e espécie:

F. Preço de emissão:

G. Forma de integralização:

i. Dinheiro
ii. Se bens, descrição dos bens
iii. Se direitos, descrição dos direitos

H. Critério utilizado para determinação do valor de emissão (art. 170, § 1º, da Lei nº 6.404, de 1976):

I. Indicação se a subscrição foi particular ou pública:

J. Percentual que o aumento representa em relação ao capital social imediatamente anterior ao aumento de capital:

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

Data da Deliberação	Órgão que deliberou o aumento	Data da Emissão	Valor Total do Aumento	Valores Mobiliários Emitidos	Preço de Emissão	Forma de Integralização	Critério para Determinação do Preço de Emissão	Subscrição Pública ou Particular	% do Amento de Capital em relação ao Capital Social Anterior
24.04.2008	Conselho de Administração	24.04.2008	R$ 2.653.200.000	16.686.239 ações ordinárias 27.313.761 ações preferenciais	R$ 60,30	Moeda corrente	Bookbuilding	Pública	33,97%
08.05.2008	Conselho de Administração	08.05.2008	R$ 247.052.959	4.097.064 ações preferenciais	R$ 60,30	Moeda corrente	Bookbuilding	Pública	2,36%
30.05.2008	Assembleia Geral	30.05.2008	R$ 3.489.294.256	248.293.247 ações ordinárias 467.396.866 ações preferenciais	R$ 4,88	Capitalização de reservas	Capitalização de Reservas	Particular	32,58%
30.12.2010	Assembleia Geral	30.12.2010	R$ 1.322.075.681	9.014.079 ações ordinárias 50.485.715 ações preferenciais	R$ 22,22	Incorporação de Prontofer Serviços de Construção Ltda.	1 ação ON ou PN da Gerdau S.A. para cada conjunto de 22,247601 quotas da Prontofer	Particular	9,31%
30.12.2010	Assembleia Geral	30.12.2010	R$ 144.471.764	25.921.698 ações preferenciais	R$ 5,57	Incorporação de Aços Villares S.A.	1 ação PN da Gerdau S.A. para cada conjunto de 24 ações da Aços Villares S.A.	Particular	0,93%

* Para o ano de 2008 - aumento de capital descrito nas demonstrações financeiras, acrescido de custos de emissão de ações
Até a presente data não ocorreram novos eventos.

17.3. Em relação aos desdobramentos, grupamentos e bonificações, informar em forma de tabela:

A. Data da deliberação:

B. Quantidade de ações antes da aprovação, separadas por classe e espécie:

C. Quantidade de ações depois da aprovação, separadas por classe e espécie:

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

	Bonificação				
	2008		2009	2010	2011
Data da deliberação	30.05.2008		-	-	-
Quantidade de ações antes da aprovação, separadas por classe e espécie	ON 248.293.247	PN 467.396.866	-	-	-
Quantidade de ações depois da aprovação, separadas por classe e espécie	496.586.494	934.793.732	-	-	-

Até a presente data não ocorreram novos eventos.

17.4. Em relação às reduções de capital do emissor, indicar:

Não ocorreram reduções de capital nos últimos três exercícios sociais e exercício social corrente.

A. Data da deliberação:

B. Data da redução:

C. Valor total da redução:

D. Quantidade de ações canceladas pela redução, separadas por classe e espécie:

E. Valor restituído por ação:

F. Forma de restituição:

i. Dinheiro

ii. Se em bens, descrição dos bens

iii. Se em direitos, descrição dos direitos

G. Percentual que a redução representa em relação ao capital social imediatamente anterior à redução de capital:

H. Razão para a redução:

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

A tabela abaixo demonstra a evolução do capital subscrito.

	Capital Subscrito			
	2008		2010	
Data da deliberação	30.05.2008		30.12.2010	
Quantidade de ações antes da aprovação, separadas por classe e espécie	ON	PN	ON	PN
	248.293.247	467.396.866	9.014.079	76.407.413
Quantidade de ações depois da aprovação, separadas por classe e espécie	496.586.494	934.793.732	505.600.573	1.011.201.145

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

18. VALORES MOBILIÁRIOS

18.1. Descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida:

A. Direito a dividendos:

Todas as ações, ordinárias e preferenciais, terão o mesmo direito a dividendos, fixados como percentual mínimo obrigatório, pelo Estatuto Social da Companhia, o valor de 30% sobre o lucro líquido, com o acréscimo dos resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; resultantes da realização, no exercício, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar; e, resultantes da realização, no exercício, do aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrado como reserva de reavaliação. E com o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências, da reserva de lucros a realizar e da reserva para incentivos fiscais.

B. Direito de voto:

As ações ordinárias possuem direito de voto. As ações preferenciais não terão direito de voto, senão nos casos em que seu exercício é garantido pela Lei nº 6.404/76. Ressalta-se ainda que o estatuto social da Companhia dispõe, no artigo 19, §11º, que as ações preferenciais adquirirão direito de voto caso a Companhia, pelo prazo de 3 exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o primeiro posterior pagamento de dividendos que a Sociedade vier a efetuar.

C. Conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:

Não há previsão estatutária para tal.

i. Condições

ii. Efeitos sobre o capital social

D. Direitos no reembolso de capital:

As ações preferenciais terão preferência no reembolso do capital, até o valor de sua participação ideal no capital social, em eventual liquidação da Companhia, sendo, a seguir, reembolsadas as ações ordinárias até o valor de sua respectiva participação ideal no capital social; o saldo restante será distribuído em igualdade de condições entre as ações ordinárias e preferenciais.

E. Direito a participação em oferta pública por alienação de controle:

O estatuto social garante a todas as ações o direito de serem incluídas em eventual oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado preço igual ao valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

F. Restrições à circulação:

Não existem restrições à circulação.

G. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

A alteração dos direitos assegurados pelo estatuto social dependerão de reforma estatutária, a ser deliberada em Assembleia Geral Extraordinária.

H. Outras características relevantes:

Não existem outras características relevantes.

I. Emissores estrangeiros devem identificar as diferenças entre as características descritas nos itens "a" a "i" e aquelas normalmente atribuídas a valores mobiliários semelhantes emitidos por emissores nacionais, diferenciando quais são próprias do valor mobiliário descrito e quais são impostas por regras do país de origem do emissor ou do país em que seus valores mobiliários estão custodiados:

A Companhia não é um emissor estrangeiro.

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública:

Não existem regras estatutárias nesse sentido.

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto:

Não existem exceções e cláusulas suspensivas nesse sentido.

18.4. Em forma de tabela, informar volume de negociações bem como maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, em cada um dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais:

Cotações								
Período	GGBR3 - R$		GGBR4 - R$		GGB (ADR-NY) - US$		XGGB (Latibex) - €	
	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo
1T08	22,39	15,80	27,16	19,82	16,28	11,45	10,66	7,54
2T08	31,65	22,14	40,02	27,01	24,50	15,46	15,81	9,61
3T08	29,32	15,98	36,68	19,36	22,91	9,73	14,28	6,89
4T08	16,58	8,38	20,09	10,21	10,50	4,10	7,24	3,58
1T09	14,50	8,64	18,32	10,96	8,02	4,62	5,97	3,57
2T09	16,69	10,26	21,91	13,13	11,40	5,77	8,22	4,24
3T09	18,67	13,82	24,16	18,10	13,62	9,22	9,08	6,56
4T09	22,70	17,51	29,46	22,61	17,08	12,55	11,85	8,74
1T10	22,43	18,27	29,86	23,95	12,81	17,53	9,60	12,13
2T10	23,54	16,34	31,24	22,50	17,70	12,11	13,24	9,74
3T10	19,48	16,68	26,66	22,50	15,39	12,93	11,46	9,94
4T10	17,81	14,89	23,50	19,50	14,00	11,62	10,56	8,71

Período	Volume Financeiro Negociado (Milhares)			
	GGBR3 - R$	GGBR4 - R$	GGB (ADR-NY) - US$	XGGB (Latibex) - €
1T08	415.819	6.621.817	5.966.923	12.503
2T08	583.597	9.172.118	8.327.100	15.664
3T08	450.077	8.516.265	7.823.844	4.927
4T08	282.212	5.283.547	3.324.300	1.997
Total	**1.731.705**	**29.593.747**	**25.442.167**	**35.091**
1T09	214.570	6.584.042	3.148.150	795
2T09	450.145	8.830.051	4.425.234	2.055
3T09	328.395	8.188.854	4.753.124	1.609
4T09	350.831	10.282.890	7.096.299	2.737
Total	**1.343.941**	**33.885.837**	**19.422.807**	**7.196**
1T10	303.877	8.446.440	6.736.913	7.870
2T10	608.238	8.529.318	7.414.353	8.419
3T10	402.701	7.869.880	4.819.048	1.803
4T10	411.647	8.629.656	5.176.449	1.580
Total	**1.726.463**	**33.475.294**	**24.146.763**	**19.672**

Nota: Os preços das ações foram ajustados retroativamente para todos os períodos para refletir a bonificação de uma ação para cada ação emitida. Este evento foi aprovado em Maio de 2008 e consta da seção 17.3 deste formulário.

18.5. Descrever outros valores mobiliários emitidos que não sejam ações, indicando:

A. Identificação do valor mobiliário:

Debêntures

3º Emissão – Gerdau S.A. (Emissão privada de Debêntures não conversíveis);

7º Emissão – Gerdau S.A. (Emissão privada de Debêntures não conversíveis);

8º Emissão – Gerdau S.A. (Emissão privada de Debêntures não conversíveis);

9º Emissão – Gerdau S.A. (Emissão privada de Debêntures não conversíveis);

11º Emissão – Gerdau S.A. (Emissão privada de Debêntures não conversíveis); e

Perpetual Bond: A Companhia decidiu por realizar o resgate antecipado dos *bonds* Perpétuos, no valor de US$ 600,0 milhões (R$ 1,0 bilhão na data do resgate) em 22/09/2010. Estas obrigações foram captadas em 15/09/2005 e não tinham vencimento final, sendo que a partir de 22/09/2010, a Gerdau passou a ter o direito de exercer a recompra dos títulos.

Bond 2017: emitidos por GTL Trade Finance Inc.;

Bond 2020: emitidos por Gerdau *Holdings* Inc.

Bond 2021: emitidos por Gerdau *Trade* Inc.

B. Quantidade:

Debêntures

3º Emissão – Gerdau S.A.: 144.000;

7º Emissão – Gerdau S.A.: 68.400;

8º Emissão – Gerdau S.A.: 179.964;

9º Emissão – Gerdau S.A.: 125.640;

11º Emissão – Gerdau S.A.: 150.000;

Bond 2017: 2

Bond 2020: 2

Bond 2021: 2

C. Valor:

Debêntures

3º Emissão – Gerdau S.A.: R$ 28.123.200,00

7º Emissão – Gerdau S.A.: R$ 13.358.520,00

8º Emissão – Gerdau S.A.: R$ 35.146.969,20

9º Emissão – Gerdau S.A.: R$ 24.537.492,00

11º Emissão – Gerdau S.A.: R$ 110.550.000,00

As debêntures acima são apresentadas com seus valores nominais.

Bond 2017: US$ 1.500.000.000,00

Bond 2020: US$ 1.250.000.000,00

Bond 2021: US$ 1.250.000.000,00

D. Data de emissão:

Debêntures

3º Emissão – Gerdau S.A.: 01.06.1982;

7º Emissão – Gerdau S.A.: 01.07.1982;

8º Emissão – Gerdau S.A.: 01.11.1982;

9º Emissão – Gerdau S.A.: 01.05.1983;

11º Emissão – Gerdau S.A.: 01.06.1990;

Bond 2017: 22 de outubro de 2007;

Bond 2020: 24 de novembro de 2009.

Bond 2021: 1º de outubro de 2010.

E. Restrições à circulação:

Não existem restrições à circulação dos Bonds 2017, 2020 e 2021. As debêntures são privadas de circulação restrita a funcionários e empresas do grupo.

F. Conversibilidade em ações ou conferência de direito de subscrever ou comprar ações do emissor, informando:

As debêntures não são conversíveis em ações da Companhia. Não é possível a conversibilidade em ações dos Bonds 2017, 2020e 2021.

.

i. Condições

ii. Efeitos sobre o capital social

G. Possibilidade de resgate, indicando:

i. Hipóteses de resgate

Debêntures

A empresa, por deliberação do Conselho de Administração, reserva-se o direito de resgatar antecipadamente as debêntures, total ou parcialmente, a qualquer tempo.

Bond 2017

Os papéis podem ser resgatados antes do vencimento em todo, mas não em parte, por 100% do valor de face somente se certos eventos de efeito tributário ocorrerem.

Bond 2020

Os papéis podem ser resgatados antes do vencimento em todo, mas não em parte, por 100% do valor de face somente se certos eventos de efeito tributário ocorrerem.

Bond 2021

Os papéis podem ser resgatados antes do vencimento em todo, mas não em parte, por 100% do valor de face somente se certos eventos de efeito tributário ocorrerem.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Debêntures: será assegurado aos debenturistas um prévio aviso de trinta dias. O resgate assim procedido terá sempre por base o valor nominal corrigido monetariamente até o mês em que efetivamente realizado.

Bond 2017: de acordo com a descrição do item G.i acima.

Bond 2020: de acordo com a descrição do item G.i acima.

Bond 2021: de acordo com a descrição do item G.i acima.

H. Quando os valores mobiliários forem de dívida, indicar, quando aplicável:

i. Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado

Debêntures

3º Emissão – Gerdau S.A.: 01.06.2011;

7º Emissão – Gerdau S.A.: 01.07.2012;

8º Emissão – Gerdau S.A.: 02.05.2013;

9º Emissão – Gerdau S.A.: 01.09.2014;

11º Emissão – Gerdau S.A.: 01.06.2020;

Bond 2017

Vencimento em 20/10/2017. Os papéis deverão ser recomprados pelo emissor por 101% do valor de face caso ocorra mudança de controle que resulte em queda de ratings. Os papéis deverão ser resgatados antecipadamente caso ocorra algum evento de default descrito no contrato, como: (i) não seja realizado o pagamento dos juros dos Bonds quando devido, (ii) não seja realizado o pagamento do valor do principal dos Bonds quando devido, (iii) exista falha de cumprimento de clausulas do contrato dos Bonds, (iv) a Companhia ou alguma subsidiária relevante entre em default em outro contrato de dívida a partir do valor de US$ 35 milhões, (v) algum processo judicial transitado em julgado que decrete o pagamento por parte da Companhia ou alguma subsidiária relevante do valor de US$ 35 milhões ou mais e este não seja honrado, (vi) ocorra a falência ou insolvência da Companhia ou subsidiária relevante e (vii) alguma garantia dos Bonds deixe de ser efetiva e executável.

Bond 2020

Vencimento em 20/01/2020. Os papéis deverão ser recomprados pelo emissor por 101% do valor de face caso ocorra mudança de controle que resulte em queda de ratings. Os papéis deverão ser resgatados antecipadamente caso ocorra algum evento de default descrito no contrato, como: (i) não seja realizado o pagamento dos juros dos Bonds quando devido, (ii) não seja realizado o pagamento do valor do principal dos Bonds quando devido, (iii) exista falha de cumprimento de clausulas do contrato dos Bonds, (iv) a Companhia ou alguma subsidiária relevante entre em default em outro contrato de dívida a partir do valor de US$ 35 milhões, (v) algum processo judicial transitado em julgado que decrete o pagamento por parte da Companhia ou alguma subsidiária relevante do valor de US$ 35 milhões ou mais e este não seja honrado, (vi) ocorra a falência ou insolvência da Companhia ou subsidiária relevante e (vii) alguma garantia dos Bonds deixe de ser efetiva e executável.

Bond 2021

Vencimento em 30/01/2021. Os papéis deverão ser recomprados pelo emissor por 101% do valor de face caso ocorra mudança de controle que resulte em queda de ratings. Os papéis deverão ser resgatados antecipadamente caso ocorra algum evento de default descrito no contrato, como: (i) não seja realizado o pagamento dos juros dos Bonds quando devido, (ii) não seja realizado o pagamento do valor do principal dos Bonds quando devido, (iii) exista falha de cumprimento de clausulas do contrato dos Bonds, (iv) a Companhia ou alguma subsidiária relevante entre em default em outro contrato de dívida a partir do valor de US$ 100 milhões, (v) algum processo judicial transitado em julgado que decrete o pagamento por parte da Companhia ou alguma subsidiária relevante do valor de US$ 35 milhões ou mais e este não seja honrado, (vi) ocorra a falência ou insolvência da Companhia ou subsidiária relevante e (vii) alguma garantia dos Bonds deixe de ser efetiva e executável.

.

ii. Juros

Debêntures

3º Emissão – Gerdau S.A.:

7º Emissão – Gerdau S.A.:

8º Emissão – Gerdau S.A.:

9º Emissão – Gerdau S.A.:

11º Emissão – Gerdau S.A.:

As debêntures, acima, são remuneradas pela mesma regra. “Conforme estipulado na escritura de emissão, o Conselho de Administração, reunido em 19/09/02, deliberou manter indefinidamente, até deliberação em contrário, a remuneração global das debêntures das Séries A e B (variação monetária e juros) idêntica à capitalização da taxa de 100% do CDI Andima Extra-Grupo divulgada diariamente pela Central de Custódia e de Liberação Financeira de Títulos - CETIP/ANDIMA, descapitalizada por 252 dias, e capitalizada pelos dias úteis de cada mês. Os prêmios fixados são pagos juntamente com o principal no dia da compra, resgate antecipado ou vencimento das debêntures, o que primeiro ocorrer;”

Bond 2017: 7,25% a.a.

Bond 2020: 7,00% a.a.

Bond 2021: 5,75% a.a.

iii. Garantia e, se real, descrição do bem objeto

Debêntures

3º Emissão – Gerdau S.A.: Não há;

7º Emissão – Gerdau S.A.: Fiança por Indac – Indústria Adm. E Comércio S.A.;

8º Emissão – Gerdau S.A.: Fiança por Indac – Indústria Adm. E Comércio S.A.;

9º Emissão – Gerdau S.A.: Fiança por Indac – Indústria Adm. E Comércio S.A.;

11º Emissão – Gerdau S.A.: Fiança por Indac – Indústria Adm. E Comércio S.A.;

Bond 2017

As notas são garantidas por aval pelas seguintes empresas do Grupo Gerdau: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A..

Bond 2020

As notas são garantidas por aval pelas seguintes empresas do Grupo Gerdau: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A..

Bond 2021

As notas são garantidas por aval pelas seguintes empresas do Grupo Gerdau: Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e Gerdau Comercial de Aços S.A.

iv. Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado

Não aplicável.

v. Eventuais restrições impostas ao emissor em relação:

- *à distribuição de dividendos*

Não existe restrição à distribuição de dividendos para as debêntures e os Bonds.

- *à alienação de determinados ativos*

Não existe restrição à alienação de determinados ativos para as debêntures.

Bond 2017

A Gerdau S.A. e suas subsidiárias podem alienar ativos em garantia desde que sejam respeitados alguns critérios estipulados em contrato.

Bond 2020

A Gerdau S.A. e suas subsidiárias podem alienar ativos em garantia desde que sejam respeitados alguns critérios estipulados em contrato.

Bond 2021

A Gerdau S.A. e suas subsidiárias podem alienar ativos em garantia desde que sejam respeitados alguns critérios estipulados em contrato.

- *à contratação de novas dívidas*

Não há.

- *à emissão de novos valores mobiliários*

Não há.

vi. o agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato

Debêntures

3º Emissão – Gerdau S.A.: Paulo Cesar Pinho Fernandes;

7º Emissão – Gerdau S.A.: Jorge Ricardo Gomes Cardoso;

8º Emissão – Gerdau S.A.: Cláudio Otavio M. Xavier;

9º Emissão – Gerdau S.A.: José Luiz Teixeira Marcantonio;

11º Emissão – Gerdau S.A.: Luiz Carlos Echeverria Piva;

Características comuns às emissões de debêntures:

- Os agentes fiduciários, acima citados, representando a comunhão dos debenturistas, adquirentes das debêntures, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica;

- Não conversíveis em ações;

Bond 2017

Citibank, N.A.. O agente fiduciário é responsável por realizar a distribuição dos pagamentos de juros e principal, responder aos questionamentos dos investidores, manutenção das contas bancárias utilizadas para os pagamentos e realizar as funções administrativas relativas ao contrato.

Bond 2020

The Bank of New York Mellon. O agente fiduciário é responsável por realizar a distribuição dos pagamentos de juros e principal, responder aos questionamentos dos investidores, manutenção das contas bancárias utilizadas para os pagamentos e realizar as funções administrativas relativas ao contrato.

Bond 2021

The Bank of New York Mellon. O agente fiduciário é responsável por realizar a distribuição dos pagamentos de juros e principal, responder aos questionamentos dos investidores, manutenção das contas bancárias utilizadas para os pagamentos e realizar as funções administrativas relativas ao contrato.

I. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários:

Não aplicável.

J. Outras características relevantes:

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação:

As ações da Gerdau S.A. ("GGBR3" e "GGBR4") são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBovespa.

18.7. Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:

A. País:

B. Mercado:

C. Entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação:

D. Data de admissão à negociação:

E. Se houver, indicar o segmento de negociação:

F. Data de início de listagem no segmento de negociação:

G. Percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício:

H. Se houver, proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações:

I. Se houver, banco depositário:

J. Se houver, instituição custodiante:

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

	GGB[1]	XGGB[1]
País	Estados Unidos	Espanha
Mercado	à Vista	à Vista
Entidade administradora	NYSE	BME
Data de admissão à negociação	10/03/1999	02/12/2002
Segmento de negociação	Nível II	Latibex
Data de início de listagem	10/03/1999	02/12/2002
Proporção do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações	53,06%	0,05%
Proporção de certificados de depósito	1:1	1:1
Banco depositário	BNY Mellon	Iberclear
Instituição custodiante	Itaú Corretora	BM&Fbovespa

[1] As ações preferenciais de emissão da Gerdau S.A., negociadas em Bolsas de Valores no Exterior

Além destas informações, no item 18.10 pode-se verificar o volume financeiro, valor mínimo e máximo de negociação destes títulos, no decorrer dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais.

18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor:

Oferta Emissor – Gerdau S.A.

A Companhia realizou oferta pública em 28 de abril de 2008 ("Oferta") por meio de distribuição primária de ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e preferenciais ("Ações Preferenciais" e, em conjunto com as Ações Ordinárias, "Ações"), nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, com a exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, I, da Lei nº. 04, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). A Oferta compreendeu, simultaneamente: i) a distribuição pública primária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM nº. 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "*Joint Bookrunners*"), com a participação de outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas pelos *Joint Bookrunners* e de sociedades corretoras que atuam como intermediárias em operações na BM&FBOVESPA que fizeram parte exclusivamente do esforço de colocação de Ações a investidores não-institucionais e a Acionistas da Companhia e (ii) distribuição pública primária de Ações Preferenciais no exterior, sob a forma de *American Depositary Shares* ("ADSs"), representadas por *American Depositary Receipts* ("ADRs"), com registro na SEC, em conformidade com os procedimentos previstos no Securities Act, nos termos do *International Purchase Agreement*,coordenada pelos Agentes de Colocação Internacional. Cada ADS corresponde a uma Ação Preferencial.

Foram realizados, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do Securities Act de 1933, dos Estados Unidos da América, conforme alterada, nos termos de isenções de registro previstas no Securities Act, e, nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do Securities Act editado pela Securities and Exchange Commission, e de acordo com a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor estrangeiro, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º2.689, de 26 de janeiro de 2000 e alterações posteriores e da Instrução CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000 e alterações posteriores

Adicionalmente, foram exercidas integralmente: (i) pelo Coordenador Líder, a opção de distribuição de lote suplementar de 3.447.064 Ações; e (ii) pelo Itaú Securities, a opção de distribuição de um lote suplementar de 650.000 Ações Preferenciais sob a forma de ADSs.

As Ações foram emitidas ao preço de R$60,30 (sessenta reais e trinta centavos) e os ADRs a US$ 36,00 (trinta e seis dólares). Considerando a totalidade das Ações ofertadas, as Opções Suplementares e as Ações Preferenciais representadas por ADSs, foram distribuídas ao público o total de 16.686.239 Ações Ordinárias e 31.410.825 Ações Preferenciais, perfazendo o total de R$2.900.252.959,20 (dois bilhões, novecentos milhões, duzentos e cinquenta e dois mil e novecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos).

18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro:

Não houve oferta pública de aquisição feita pelo emissor, relativas a ações de emissão de terceiro.

18.10. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Em complemento ao "item 18.7", segue tabela com o volume financeiro, valor mínimo e máximo de negociação dos títulos "GGB" e "XGGB", no decorrer dos trimestres dos 3 últimos exercícios sociais.

Período	GGB (ADR-NY) - R$			XGGB (Latibex) - R$		
	Máximo	Mínimo	Valor Financeiro[1]	Máximo	Mínimo	Valor Financeiro[2]
1T08 [3]	28,48	20,03	10.369.915.585,97	29,43	20,81	32.565.900,46
2T08	39,00	24,61	13.789.677.550,32	39,62	24,09	40.485.879,66
3T08	37,44	15,90	13.045.476.601,88	38,46	18,56	12.330.488,91
4T08	24,54	9,58	7.568.100.890,53	23,44	11,59	6.024.574,21
1T09	18,57	10,70	7.276.318.956,32	18,38	10,99	2.402.585,14
2T09	22,25	11,26	9.172.624.060,98	22,52	11,62	5.805.662,06
3T09	24,22	16,39	8.878.836.136,36	23,62	17,06	4.294.953,72
4T09	29,74	21,85	12.338.335.575,52	29,71	21,91	7.031.990,74
1T10	22,81	31,22	12.142.611.955,15	23,11	29,20	19.607.186,64
2T10	31,89	21,80	13.287.262.531,01	29,18	21,47	19.186.072,24
3T10	26,07	21,91	5.662.044.395,62	26,48	22,97	4.078.361,10
4T10	23,33	19,36	8.783.399.070,43	23,53	19,41	3.634.466,17

[1] Valores convertidos para R$, utilizando a média das taxas de câmbio, de acordo com o Banco Central do Brasil, no último dia útil de cada mês do período indicado.

[2] Valores convertidos para R$, utilizando a média das taxas de câmbio, de acordo com as informações da plataforma da Bloomberg, no último dia de cada mês do período indicado.

[3] Valores antes da bonificação ocorrida em maio de 2008, conforme seção 17.3 deste formulário

19. PLANOS DE RECOMPRA E VALORES MOBILIÁRIOS EM TESOURARIA

19.1. Em relação aos planos de recompra de ações do emissor, fornecer as seguintes informações:

A. Datas das deliberações que aprovaram os planos de recompra:

B. Em relação a cada plano, indicar:

i. Quantidade de ações previstas, separadas por classe e espécie

ii. Percentual em relação ao total de ações em circulação, separadas por classe e espécie

iii. Período de recompra

iv. Reservas e lucros disponíveis para a recompra

v. Outras características importantes

vi. Quantidade de ações adquiridas, separadas por classe e espécie

vii. Preço médio ponderado de aquisição, separadas por classe e espécie

viii. Percentual de ações adquiridas em relação ao total aprovado

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

Recompra										
	2008		2009		2010		2010		2011	
Data da deliberação	10/04	08/01	-	26/08	-	25/01	-	26/02	-	02/02
Espécie da ação	ON	PN	ON	PN	ON	PN	ON	PN	ON	PN
Quantidade de ações previstas, separadas por classe e espécie	848.769	1.000.000	-	500.000	-	1.200.000	-	500.000	-	3.100.000
Percentual em relação ao total de ações em circulação, separadas por classe e espécie	1,67%	0,34%	-	0,08%	-	0,19%	-	0,08%	-	0,43%
Período de recompra	-	08/01 até 06/02	-	27/08 até 10/09	-	25/01 até 03/02	-	01/03 até 05/03	-	02/02 até 11/02
Reservas e lucros disponíveis para a recompra	-	Reserva para investimento e capital de giro	-	Reserva para investimento e capital de giro	-	Reserva para investimento e capital de giro	-	Reserva para investimento e capital de giro	-	Reserva de lucros
Outras características importantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de ações adquiridas, separadas por classe e espécie	848.769	1.000.000	-	500.000	-	1.200.000	-	500.000	-	3.100.000
Preço médio ponderado de aquisição, separadas por classe e espécie - R$	0,33[1]	49,71	-	22,12	-	25,99	-	26,83	-	22,65
Percentual de ações adquiridas em relação ao total aprovado	100,0%	100,0%	-	100,0%	-	100,0%	-	100,0%	-	100,0%
Objetivo	Atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo ou para permanência em tesouraria.		Atender, exclusivamente, ao Programa de Incentivo de Longo Prazo.		Atender, exclusivamente, ao Programa de Incentivo de Longo Prazo.		Atender, exclusivamente, ao Programa de Incentivo de Longo Prazo.		Atender, exclusivamente, ao Programa de Incentivo de Longo Prazo, bem como aos compromissos decorrentes de outorgas de opções de ações de emissão de Gerdau Ameristeel Corp.	
Corretoras participantes	- Itaú Corretora de Valores S.A. andar, São Paulo, SP e Valores Mobiliários 14º, 15º andares, São Paulo, SP Valores Mobiliários S.A. Av. Eusébio Matoso, 891 –18ª		de Títulos e Valores Mobiliários 13º andar, São Paulo, SP		de Títulos e Valores Mobiliários 13º andar, São Paulo, SP		de Títulos e Valores Mobiliários 13º andar, São Paulo, SP		de Títulos e Valores Mobiliários andar, São Paulo, SP - Itaú Corretora de Valores S.A. Itaim Bibi, São Paulo, SP e Valores Mobiliários 15º andares, São Paulo, SP - Corretora JP Morgan S.A andar, São Paulo, SP	

[1] Valor antes da bonificação ocorrida em 2008, conforme demonstrado no item 17.3.

19.2. Em relação à movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria, em forma de tabela, segregando por tipo, classe e espécie, indicar a quantidade, valor total e preço médio ponderado de aquisição do que segue:

A. Saldo inicial:

B. Aquisições:

C. Alienações:

D. Cancelamentos:

E. Saldo final:

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

Recompra								
	2008 [1]		2009		2010		2011	
	ON	PN	ON	PN	ON	PN	ON	PN
Saldo Inicial	-	4.966.651	1.697.538	9.274.401	1.697.538	9.083.997	1.697.538	10.288.314
Aquisições			-		-		-	
Quantidade	848.769	6.966.651	-	500.000	-	1.700.000	-	3.100.000
Valor Total (R$ mil)	560	49.702	-	11.071	-	44.620	-	79.275
Preço médio ponderado (R$)	0,33[2]	7,13[2]	-	22,14	-	26,25	-	22,65
Alienações								
Quantidade	-	2.658.901	-	690.404	-	495.683	-	928.651
Valor Total (R$ mil)	-	34.106	-	9.206	-	7.900	-	15.212
Preço médio ponderado (R$)	-	12,83	-	13,33	-	15,94	-	16,38
Cancelamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	1.697.538	9.274.401	1.697.538	9.083.997	1.697.538	10.288.314	1.697.538	12.459.663

[1] Saldos finais incluem bonificação de 100%.

[2] Valor antes da bonificação ocorrida em maio de 2008, conforme seção 17.3 deste formulário

19.3. Em relação aos valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social, indicar, em forma de tabela, segregando por tipo, classe e espécie:

A. Quantidade:

B. Preço médio ponderado de aquisição:

C. Data de aquisição:

D. Percentual em relação aos valores mobiliários em circulação da mesma classe e espécie:

A tabela abaixo contempla todos os itens solicitados acima:

	GGBR3	GGBR4
Quantidade	1.697.538	10.288.314
Preço médio ponderado de aquisição - R$	0,33	15,65
Data de aquisição	10/04/2008	25/01 até 05/03
Percentual em relação aos valores mobiliários em circulação	0,34%	1,02%

19.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

20. POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

20.1. Indicar se o emissor adotou política de negociação de valores mobiliários de sua emissão pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de qualquer órgão com funções técnicas ou consultivas, criado por disposição estatutária, informando:

A Companhia não adotou política de negociação.

A. Data de aprovação:

B. Pessoas vinculadas:

C. Principais características:

D. Previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

21. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva:

- Os administradores, os membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, deverão comunicar qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento pessoal ao Diretor de Relações com Investidores ou, na sua ausência, a pessoa indicada pelo Diretor de Relações com Investidores ou, na ausência desta, diretamente a qualquer membro do Comitê Executivo, os quais promoverão sua divulgação imediata ou submeterão o assunto ao Comitê Executivo, para que este decida sobre a necessidade da publicação.

- Caso os Administradores constatem omissão por parte do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de algum dever que lhe é atribuído, deverão encaminhar cópia do expediente de comunicação acima referido aos outros membros do Comitê Executivo e ao Conselho de

Administração da Companhia, a fim de que imediatamente possam ser tomadas as providências cabíveis para a divulgação da informação, se for o caso.

- Se, ainda assim, persistir a omissão, os Administradores somente se eximirão de responsabilidade caso comuniquem imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM.

- As regras previstas acima estendem-se, igualmente, aos Acionistas Controladores, no que aplicável.

- No caso de divulgação de Ato ou Fato Relevante através de qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões coletivas ou individuais de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado no País ou no exterior, a mesma informação será divulgada simultaneamente ao Mercado.

- A comunicação de Ato ou Fato Relevante aos órgãos reguladores e auto-reguladores deverá ocorrer imediatamente após seu conhecimento.

- A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser feita através de anúncio publicado nos jornais utilizados pela Companhia, podendo o anúncio conter a descrição resumida do Ato ou Fato Relevante, desde que indique endereço na Internet onde esteja disponível a descrição completa do Ato ou Fato Relevante.

- O Ato ou Fato Relevante será também comunicado ao Mercado através de documento explicativo escrito, enviado por meio eletrônico, imediatamente após a comunicação do mesmo aos órgãos reguladores e auto-reguladores.

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas:

- Os administradores, os membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária e os demais indivíduos que, em virtude do seu cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenham conhecimento de informação relativa ao Ato ou Fato Relevante, devem guardar sigilo das mesmas até sua divulgação ao Mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam.

- Enquanto essas informações não forem divulgadas ao Mercado, as pessoas acima referidas não podem se valer das mesmas para obter, para si ou para outrem, vantagem mediante compra ou venda de Valores Mobiliários de emissão da Companhia, ou a eles referenciados, devendo as Pessoas Abrangidas zelar para que essa violação não possa ocorrer através de subordinados ou terceiros de sua confiança.

- As regras previstas acima estendem-se, igualmente, aos Acionistas Controladores.

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

O Diretor de Relações com Investidores será responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações.

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

22. NEGÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor:

Não ocorreu aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia nos últimos três exercícios e no exercício em curso.

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor:

Não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios do emissor nos últimos três exercícios e no exercício em curso.

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Todos os contratos de mútuos celebrados entre o emissor e suas controladas nos últimos três exercícios e no exercício em curso são relacionados diretamente às suas atividades operacionais.

22.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção relativas aos últimos três exercícios e ao exercício em curso.